

# AGENDAS

# AGENDAS

# TRANSVERSAIS

## MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

PLANO MAIS BRASIL

PPA 2012 • 2015

Ano Base 2012

Volume II

Relatórios do Sistema Integrado  
de Orçamento e Planejamento-SIOP





**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria Nacional de Articulação Social

**AGENDAS TRANSVERSAIS**  
Monitoramento Participativo

**PLANO MAIS BRASIL**  
**PPA 2012-2015**  
ANO BASE 2012

**VOLUME II**  
**Relatórios do Sistema Integrado**  
**de Orçamento e Planejamento-SIOP**

Agosto de 2013

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de  
Planejamento e Investimento Estratégico.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2012 / Ministério do  
Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico; Secretaria de Orçamento  
Federal; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério  
do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.

818 p.

Conteúdo: v. 2- Relatórios do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP

1. Plano Plurianual, 2012-2015 2. Planejamento governamental - Brasil 3. agenda transversal – monitoramento  
participativo 4. Igualdade racial 5. Povos indígenas 6. Políticas para mulheres 7. Criança - adolescente 8. Juventude 9.  
Pessoa idosa 10. Pessoa com deficiência 11. População em situação de rua 12. População LGBT I. Brasil. Presidência  
da República. Secretaria Nacional de Articulação Social II. Brasil. [Plano Mais Brasil (2012-2015)]

CDU 338.26 "2012-2015"(81) – v.1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria Nacional de Articulação Social

**AGENDAS TRANSVERSAIS**  
Monitoramento Participativo

**PLANO MAIS BRASIL**  
**PPA 2012-2015**  
ANO BASE 2012

**VOLUME II**  
**Relatórios do Sistema Integrado**  
**de Orçamento e Planejamento-SIOP**

Agosto de 2013

**Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Miriam Aparecida Belchior

**Secretária Executiva**  
Eva Maria Cella Chiavon

**Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos**  
Esther Bemerguy de Albuquerque

**Secretaria de Orçamento Federal**  
Célia Corrêa

**Secretaria Geral da Presidência da República**

**Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**  
Gilberto Carvalho

**Secretário Executivo**  
Diogo de Sant'Ana

**Secretaria Nacional de Articulação Social**  
Paulo Roberto Martins Maldos

**Editoração e Diagramação**  
Jucildo Augusto da Silva Lima



## Sumário

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015.....	9
Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais .....	11
Povos Indígenas .....	129
Políticas para as Mulheres .....	195
Criança e Adolescente .....	315
Juventude .....	379
Pessoa Idosa .....	445
Pessoas com Deficiência .....	489
População em Situação de Rua .....	537
População LGBT .....	559
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	575
Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais ....	577
Povos Indígenas .....	630
Políticas para as Mulheres .....	676
Criança e Adolescente .....	703
Juventude .....	734
Pessoa Idosa .....	764
Pessoas com Deficiência .....	785
População em Situação de Rua .....	804
População LGBT .....	812







# **RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015**



# **IGUALDADE RACIAL, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**







## Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais

### PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

**Objetivo: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio, algumas estratégias fundamentais são: a institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial; a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); e a formalização e o acompanhamento de Agendas Bilaterais com os Ministérios.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A nova metodologia, adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA, representa, em si, um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Esse avanço pode ser notado por meio da produção e divulgação das Agendas Transversais do PPA e do desenvolvimento em curso de ferramenta de acompanhamento das Agendas Transversais no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, no tocante à constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, com vias à descentralização das políticas de promoção da igualdade racial de forma articulada entre as esferas de governo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR celebrou convênios com 10 (dez) Estados: três na Região Nordeste (Ceará, Maranhão, Paraíba); dois na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso); dois na região Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), um na Região Sul (Rio Grande do Sul) e dois na Região Norte (Acre e Tocantins). Esses convênios representaram o montante de R\$ 2.383.423,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais). Eles visam, sobretudo, dotar os organismos estaduais de promoção da igualdade racial de capacidade logística e operacional para a condução da política nesses Estados.

Entre as atividades desenvolvidas e detalhadas nas metas deste objetivo, destacam-se: as consultorias para a formulação de uma proposta do Sistema de Monitoramento; as articulações visando a cooperações técnicas estratégicas para o monitoramento das políticas de Promoção da Igualdade Racial - PIR; e a constituição da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela SEPPIR.

No âmbito das Agendas Bilaterais com Ministérios destaca-se que, ao longo do biênio 2011/2012, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com o Ministério da Saúde e um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social, que se encontram atualmente em curso. O foco prioritário para novas Agendas com Ministérios é a definição dos programas que tenham maior impacto direto na vida da população negra. Deve-se escolher em cada ministério um determinado programa.

Outra atividade bem sucedida no ano de 2012 e que terá continuidade em 2013 é o Projeto "Rodas de Conversa", que tem como objetivo promover reflexões referentes à qualificação de processos e práticas da gestão governamental no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial, bem como contribuir para o fortalecimento da gestão, compartilhando experiências por meio de atividades de formação e aprimoramento do corpo técnico interno e externo à instituição e dos demais gestores e profissionais da SEPPIR.

Em 2013, serão publicadas e distribuídas as palestras realizadas no ano de 2012. O registro das palestras destina-se a manter a memória do projeto. Com isso, o conhecimento adquirido será preservado, além de poder ser disseminado, ao mesmo tempo em que se mantém a própria memória institucional e das Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

Cabe registrar ainda que foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa-Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

### **Meta: Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

Análise Situacional da Meta: Visando à implementação de um Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR contratou três consultores, por meio de cooperação técnica com o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Com base nos resultados apresentados pelas consultorias, em setembro de 2012, foram elaborados os requisitos necessários para a constituição desse sistema, a ser implementado em 2013.

A implantação do Sistema de Monitoramento ocorrerá por meio do desenvolvimento paulatino de módulos, visando monitorar Planos Estratégicos (Plano Plurianual, Plano de Trabalho Anual da SEPPIR); acompanhar e aperfeiçoar as articulações com os Órgãos do Governo Federal; acompanhar o desempenho da SEPPIR por área de atuação (Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais); e divulgar dados e informações sobre a situação da população negra no Brasil.

Ainda em 2012, foram realizados esforços de ampliação, organização e divulgação das bases de dados disponíveis sobre a situação da população negra e as políticas de promoção

da igualdade racial. Nesse sentido, foi contratada consultoria para a proposição de uma base de dados única das informações sobre comunidades quilombolas. A proposta foi elaborada e encontra-se em fase de implementação.

Entre as ações previstas para 2013, destacam-se: a implantação paulatina do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a realização de cooperação técnica com IBGE, IPEA e outros órgãos para a ampliação e divulgação de dados sobre questão racial; articulação junto ao Ministério da Educação para a constituição do Sistema de Monitoramento da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012); consolidação da base de dados única sobre as comunidades quilombolas; e realização de novos mapeamentos de comunidades tradicionais de matriz africana nas regiões metropolitanas.

Ainda no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, deverão ser considerados alguns eixos: o estímulo a ações que levem os Órgãos a considerar a perspectiva racial; o impacto das ações na população negra; o impacto do Sistema dentro do governo; e as demandas apresentadas pela sociedade civil.

**Meta: Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram publicados dois relatórios:

1. O Mapa da Violência 2012, A Cor dos Homicídios no Brasil, em novembro;
2. Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, julho de 2012 – publicado, em formato digital, o diagnóstico do Programa que traz o histórico de execução, dados socioeconômicos das comunidades e informações sobre as comunidades no Brasil.

A partir da constituição do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pretende-se produzir e disseminar relatórios periódicos em vários campos.

A SEPPIR está pactuando com o CNPq e a UnB a produção do Mapa de Ações Afirmativas, um relatório contendo informações sobre instituições públicas e privadas que tenham desenvolvido programas de ações afirmativas.

Para 2013, estão previstos relatórios de monitoramento da Lei nº 12.711 (Lei de Cotas).

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Atuação da SEPPIR em vários ministérios, entre os quais: Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em 2012, foi elaborada proposta de Plano Nacional de Ações Afirmativas (conforme disposto no Decreto N° 4.228/2002, contendo um conjunto de medidas a cargo destes ministérios que visam contribuir para a melhoria das condições de vida da população negra).

Ainda em 2012, foi ampliado o envolvimento dos ministérios e outros órgãos no processo de inclusão da população negra nos benefícios do desenvolvimento. Daí a centralidade dada à efetivação da Lei N° 12.711/12, que ao final dos próximos quatro anos, poderá assegurar o ingresso anual de cerca de 50 mil jovens negros nas universidades e institutos tecnológicos federais. Somada aos resultados do PROUNI, essa Lei de Cotas possibilitará mudanças efetivas no lugar socialmente ocupado pela juventude negra.

Deve-se citar também o Termo de Cooperação firmado com o CNPq para concessão de 800 bolsas anuais de iniciação científica (sendo 700 custeadas pelo CNPq e 100 pela SEPPIR) para estudantes de graduação que tenham ingressado no ensino superior por meio de ações afirmativas.

Atualmente estão disponibilizadas 800 bolsas para o período de agosto de 2012 a julho de 2013, para um total de 74 Instituições de Ensino Superior, sendo 12 Institutos Federais e 62 Universidades.

Em 2013, está prevista a implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, das Ações Integradas para as Mulheres Negras, da Estratégia de Apoio ao Empreendedorismo Negro e da Agenda Nacional de Trabalho Decente com perspectiva racial.

### **Meta: Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público**

Análise Situacional da Meta: Foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina “a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo”, o que permitirá a construção de uma base de dados confiável sobre a temática.

Para 2013, está prevista a elaboração de levantamento da situação raça/cor na Administração Pública Federal.

### **Meta: Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada**

Análise Situacional da Meta: Está em andamento a elaboração do estudo “Mapeamento de Ações Afirmativas implementadas pelo Governo Federal”, no âmbito da cooperação internacional com a Agencia Española de Cooperación Internacional - AECID.

### **Meta: Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta: Elaborada proposta ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a implementação do artigo 40 da Lei N° 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial visando à criação e/ou ampliação de políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e previsão de destinação de recursos para o seu financiamento.





No âmbito da Estratégia de Apoio ao Empreendedorismo Negro estão incluídas propostas de criação de linhas de crédito para este segmento.

A SEPPIR compõe as instâncias da Agenda Nacional do Trabalho Decente, desde o início de seu desenvolvimento, participando dos seguintes espaços e processos:

- Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decente.
- Coordenação conjunta com o MTE no Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial e Trabalho Decente.
- Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.
- Subcomitê Interministerial de Trabalho Decente para a Juventude.
- Subcomitê de Gênero no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Por meio de uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, está sendo formulada, no âmbito do Subcomitê coordenado pela SEPPIR, uma Agenda Nacional de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial para o Trabalho Decente. Por ocasião da I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, foi publicado um resumo executivo das ações do Subcomitê de Igualdade Racial no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Na agenda de defesa dos direitos das Trabalhadoras Domésticas, a SEPPIR participou da Comissão Tripartite para elaboração do parecer sobre a ratificação da Convenção nº 189 e da Recomendação 201 da OIT - Trabalho Decente para as Trabalhadoras Domésticas e garantiu acompanhamento sistemático da Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição - PEC nº 478-a, de 2010- Trabalho Doméstico na Câmara Federal.

Ainda em 2012, a SEPPIR deu continuidade a sua participação na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI/MTE), contribuindo para inserção da perspectiva racial na atuação da Comissão.

**Objetivo: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: A SEPPIR propôs uma série de medidas para a efetivação do disposto no Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288), especialmente nos campos de Trabalho e do fortalecimento da Ouvidoria de Igualdade Racial.

Foi elaborada proposta para a implementação do Plano Nacional de Ações Afirmativas prevista no Decreto Nº 4.228/2002.

Está em andamento uma consultoria de elaboração do "Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial", no âmbito de Cooperação Internacional com a UNICEF.

No âmbito do Programa Interagencial da ONU para a Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, foi lançado o aplicativo do Estatuto da Igualdade Racial para telefones celulares. Lançado em novembro, esse aplicativo pode ser acessado gratuitamente.

A SEPPIR e a Defensoria Pública da União (DPU) realizaram o IV Curso de Capacitação para Defensores Públicos Federais e Estaduais no Atendimento às Comunidades Tradicionais, em São Luís-MA, no período de 20 a 24 de agosto de 2012. O objetivo do curso foi promover a formação dos Defensores Públicos e demais operadores do direito da região Nordeste, oferecendo subsídios que lhes permitam atuar na defesa dos povos e comunidades tradicionais.

Foi também instituído um grupo de trabalho (GT), composto por operadores do Direito com especialização na questão racial, com a função de elaborar propostas para o aperfeiçoamento da normativa penal nos temas relativos ao racismo e às relações étnico-raciais para serem dirigidas ao Congresso Nacional, no processo de reforma do Código Penal. No dia 26 de junho de 2012, ocorreu o primeiro encontro formal do GT, no qual foi definida a metodologia de trabalho para a preparação do documento final nos meses subsequentes. Em 30 de outubro de 2012, foi realizada uma reunião para revisão do documento final contendo as propostas do GT, que por sua vez foi entregue à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal durante audiência pública realizada no dia 31 de outubro de 2012. No âmbito dessa ação é importante informar que a Ouvidoria Nacional participou ainda do Grupo de Trabalho Interministerial conduzido pelo Ministério da Justiça, o qual pactuou e aprovou as propostas elencadas pelo grupo de advogados com a proposta do Governo Federal.

Em 2013, está prevista a consolidação do Guia para Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados e Municípios com o objetivo de orientá-los na aplicação dessa Lei.

**Meta: Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas**

Análise Situacional da Meta: Proposta de Criação do Disque Igualdade Racial. Já houve a disponibilização por parte da ANATEL do Tri-dígito 138, número de telefone para o atendimento de denúncias de discriminação. Foi também realizada a Elaboração de Termo de Referência para a contratação de sistema informatizado para o tratamento das denúncias.

Em 2013, está prevista a continuidade de negociação com a ANATEL para a implantação do Disque Igualdade Racial. Sugere-se a realização de um piloto em Alagoas para monitorar o dimensionamento dos custos desse sistema, visando realizar um diagnóstico de sua viabilidade no restante do País.

É importante registrar que o papel institucional da Ouvidoria é ouvir o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de preconceito e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.

Em 2012, foram recebidas 461 denúncias de racismo, número bastante superior ao registrado em 2011 (220 denúncias).

Quantidade alcançada: 461

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Criar rede de atenção integral às vítimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram articulados esforços no sentido de diagnosticar os procedimentos necessários à consolidação da Rede de Atenção às Vítimas de Discriminação Racial, a qual deverá congrega as instâncias de promoção da igualdade racial dos estados e os órgãos e entidades parceiras no acompanhamento e atendimento às vítimas de crimes motivados pelo racismo.

Além disso, a SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, estabeleceu com a Defensoria Pública da União acordo de cooperação voltado para questões referentes à defesa e promoção dos direitos das comunidades tradicionais (quilombolas, de matriz africana e ciganos). O primeiro acordo foi firmado em 2010. Em 2012, foi firmado novo acordo e realizado o IV Curso de Formação para Defensores Públicos da União e estados da região nordeste, no atendimento às comunidades tradicionais.

**Objetivo: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Foi realizada em 2012 a ampliação do número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional. Trata-se de iniciativa que visa dar maior transparência e democratização do atendimento ao público em geral por parte das instituições governamentais, bem como das empresas privadas de maior monta.

Ao longo do mesmo exercício, foram muitas as solicitações de capacitação feitas por empresas e/ou instituições que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. A razão foi a inclusão da dimensão racial no Programa, o que motivou uma busca por melhor compreensão acerca da temática. De um modo geral, prevaleceram convites para a realização de oficinas envolvendo principalmente os comitês instituídos, com ampliação para setores considerados estratégicos no interior das empresas e instituições. As palestras, muitas delas amplificadas por sistemas internos de comunicação e/ou videoconferências, foram destinadas sempre a um público mais amplo dentro das empresas/instituições.

De março a dezembro de 2012, foram realizadas 25 palestras e/ou oficinas para as empresas/instituições que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Em 2013, está prevista a construção e implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional - PCRI. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização internas para organizar metodologia e ferramentas para o enfrentamento ao racismo institucional, visando orientar organizações públicas e privadas para a valorização da pluralidade etnicorracial. Também haverá continuidade nos trabalhos com empresas estatais que participam da campanha "Igualdade Racial é Pra Valer".

**Meta: Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta: No âmbito da campanha "Igualdade Racial é pra Valer", destacam-se as seguintes parcerias:

1. Petrobras – estão em desenvolvimento iniciativas de combate ao racismo e

promoção da igualdade racial nos programas Petrobras Esporte e Cidadania, Desenvolvimento & Cidadania e Petrobrás Cultural, tendo como primeiras atividades a participação da SEPPIR no processo de seleção dos editais de patrocínio nas áreas de esporte, cultura, projetos sociais e ambientais, ampliando o número de organizações e segmentos da população negra beneficiados em todas as regiões do País.

2. BR Distribuidora - em dezembro de 2012, foi lançada a Cartilha Igualdade Racial, acompanhada de DVD, que servirão como instrumentos de sensibilização, voltados para a formação dos profissionais de postos e serviços da Petrobras Distribuidora, abrangendo em torno de 40 mil profissionais a partir de 2013.
3. Senado Federal - realização da Pesquisa de Opinião sobre a Violência contra a Juventude Negra; curso a distância em Introdução ao Orçamento Público para 168 gestores de igualdade racial; lançamento da 2ª edição do livro "1823-1888 - A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas", com uma tiragem de 500 exemplares.
4. Caixa Econômica Federal - veiculação de peças publicitárias de valorização da pessoa negra e indígena; inserção de cláusulas de coibição à discriminação nos contratos de prestação de serviços, de patrocínio e nos editais; circulação, nos espaços da Caixa Cultural, de projetos com as temáticas de equidade racial e de gênero.
5. Ministério da Saúde (MS) - está em execução um protocolo de intenções entre SEPPIR e MS que contempla ações de combate ao racismo institucional por meio de ações e comunicação, capacitação de gestores e apoio à implementação da política nacional de saúde integral da população negra.
6. Ministério da Justiça - colaboração na revisão da matriz curricular de formação de policiais civis e militares e bombeiros, incluindo conteúdo sobre racismo institucional; colaboração na revisão dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), especialmente no que se refere à abordagem policial; contribuição na formulação de dois editais de pesquisa sobre racismo nas instituições de segurança.
7. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - participação no Prêmio "Mulheres Negras contam sua História", iniciativa que consiste em concurso de redação e ensaios.
8. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) - Está em execução um Acordo de Cooperação com a FEBRABAN que contempla ações de combate ao racismo institucional por meio de ações de capacitação e valorização de funcionários negros nos bancos.

Em 2013, pretende-se fazer um levantamento do número de pessoas negras que aparecem em publicidade no horário nobre da televisão brasileira. Com base neste levantamento será possível articular com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) e com agências de publicidade uma ação afirmativa para maior inserção dos negros.

Quantidade alcançada: 8

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: No que tange às ações que visam reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, o Governo estabeleceu pactos intersetoriais e interinstitucionais que buscam reduzir as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

A política de Comunicação desenvolvida pelo Governo Federal buscou apresentar os contextos históricos e sociais que ambientam a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, revelando desigualdades históricas que colocam a população negra em desvantagem no comparativo com outros grupos étnicos, ao mesmo tempo em que apresenta os avanços dos últimos anos decorrentes das políticas de promoção da igualdade racial implementadas. A ação contribui para o objetivo de reverter representações negativas da pessoa negra, pois se contrapõe ao pensamento hegemônico que sustenta essas representações, assim como ajuda a desconstruir os estereótipos que as permeiam, substituindo por imagens positivas e realistas das pessoas negras.

Foi também iniciada, em 2012, uma atuação intensa nas redes sociais, com um grande número de seguidores (fechamento do ano com mais de 6.800 no Facebook e com 5 mil no Twitter), atuação que se manteve durante todo o ano. Também foi retomado o monitoramento e a alimentação diária dessas redes sociais, que contribuem muito para divulgar e repercutir as pautas raciais na Internet. A divulgação do tema nesses meios tem recebido diversos elogios e também tem a utilidade de tirar dúvidas e servir de canal rápido e dinâmico de comunicação com o cidadão.

Houve também um esforço de aprimoramento da produção de dados e informações sobre a violência contra a população negra. Foi firmado um Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e a SEPPIR que resultou nas atividades de realização da Pesquisa de Opinião sobre a violência contra a juventude negra, incluindo todas as capitais do País, no período de 1º a 11 de outubro de 2012.

Para 2013 está prevista a produção de boletins informativo periódicos, artigos e reportagens especiais para a qualificação das informações relativas à temática racial no debate nacional, visando orientar o conteúdo das discussões sobre o tema.

Ainda em 2013, pretende-se realizar a 3ª Etapa do Projeto A Cor da Cultura. A SEPPIR vai colaborar no conteúdo desse projeto desenvolvendo campanhas de valorização da cultura cigana e uma campanha de combate à violência às tradições de matriz africana.

**Meta: Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado**

Análise Situacional da Meta: Medidas previstas no Plano Nacional de Ações Afirmativas estão sendo pactuadas com os demais ministérios e outros órgãos públicos com previsão para lançamento em 2013. A SEPPIR, tratando dessa pauta, tem atuado sistematicamente

no Comitê de Patrocínio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM/PR. Cabe destacar algumas atividades:

1) Acordo com a SECOM/PR.

Em relação à adoção de medidas para garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado, foi apresentada uma pauta de ações conjuntas para a SECOM/PR, que resultou na inclusão da dimensão da diversidade étnico-racial no Prêmio de Publicidade realizado anualmente por aquela Secretaria. Também faz parte da pauta a realização de seminários voltados para os assessores de comunicação do Governo Federal e para as empresas de publicidade licitadas, com a temática de gênero e raça. Já existe também um seminário da mesma natureza previsto na programação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por sugestão da SEPPIR, para 2013.

2) Comitê de Patrocínio do Departamento de Patrocínio da SECOM/PR.

Desde 2012, a SEPPIR tem colaborado para que o patrocínio das empresas estatais e sociedades de economia mista tenham grande impacto nas ações de cidadania e inclusão social, sobretudo no que se refere à superação da desigualdade racial e à valorização da cultura e dos produtores culturais negros e negras. Nos projetos apresentados, chama-se a atenção para a necessidade de observação da questão da diversidade de cor/raça como forma de democratizar o acesso à cultura, mais amplamente, e contribuir para a reversão da imagem negativa do negro na sociedade, dado que a cultura é um meio estratégico de interferência no imaginário e na representação simbólica.

### **Meta: Fortalecer organizações de mídia negra**

Análise Situacional da Meta: A partir de negociações com a SECOM/PR, visando à inclusão de mídias eletrônicas que tratam da questão racial nos planos de mídia das campanhas realizadas pelo Governo Federal, a SEPPIR enviou uma lista de organizações dessas entidades e coordenou o cadastramento das mesmas na SECOM. O objetivo é fortalecer essas mídias, potencializando a difusão de informações relativas ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial na Internet, para além do trabalho já realizado diariamente pela Assessoria de Comunicação da SEPPIR. Objetiva-se ainda, ampliar a difusão das políticas de governo e, com isso, possibilitar a ampliação da participação social nas ações governamentais.

### **Meta: Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras**

Análise Situacional da Meta: Medidas previstas no Plano Nacional de Ações Afirmativas estão sendo pactuadas com os demais ministérios e outros órgãos públicos e devem ser lançadas em 2013.

No âmbito do Plano Juventude Viva, a SEPPIR tem colaborado com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, na construção e realização da Campanha Juventude Viva, para o enfrentamento à banalização da violência contra jovens negros.

Igualdade Racial é Pra Valer - Em 2012, a Campanha executou ações no âmbito das seguintes parcerias: Petrobrás, BR Distribuidora, Senado Federal, Caixa Econômica Federal,



Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Defensoria Pública da União. Para divulgação da campanha, foram distribuídos por todo Brasil 200 mil adesivos de carro, 100 mil adesivos para roupa e 100 mil selos do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Em 2013, a Campanha Igualdade Racial é Pra Valer entra em sua segunda fase, o que implicará na elaboração de novo plano de comunicação e a abordagem de temas específicos como: 10 anos de criação da SEPPIR, realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, lançamento do “Disque Igualdade Racial”, Combate ao racismo e defesa da ancestralidade africana.

A campanha terá como novos temas:

1. O combate ao Racismo e defesa da ancestralidade - Está planejado para este ano, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, uma campanha de combate à discriminação contra as tradições de matriz africana. Dentro da campanha, está prevista a produção de peças publicitárias, divulgação de artigos e pautas na mídia, parcerias com meios de comunicação públicos ou de caráter social, entre outras ações.
2. Igualdade Racial no SUS é Pra Valer – O Ministério da Saúde aderiu à campanha, tendo já realizado uma exposição como ação inicial do plano de trabalho durante o Mês da Consciência Negra, em novembro de 2012. Para 2013, está prevista no âmbito da parceria, além de outras ações, a consolidação de plano de comunicação, com ações voltadas ao combate do racismo institucional, que implicará a criação, produção e veiculação de peças da campanha nos hospitais, postos de saúde e demais unidades do SUS.
3. Dez Anos de SEPPIR - Em 2013, a SEPPIR comemora dez anos e o Brasil celebra uma década de institucionalização do conjunto de políticas de promoção da igualdade racial. Esse fato é um marco nas políticas sociais do Brasil e revela um País disposto a levar o desenvolvimento a todos, considerando as diferenças e a discriminação existentes. Para comemorar uma década de sua criação, a Secretaria deve lançar em suas peças e campanhas um selo gráfico comemorativo, escolhido por meio de premiação, e lançar um vídeo-documentário com um balanço das conquistas dessa década, os novos desafios e os fatos históricos relevantes para as políticas de promoção da igualdade racial. Esse conjunto de ações tem o objetivo de promover a reflexão e o debate sobre os avanços e desafios relativos à questão racial no Brasil dos últimos 10 anos e conta com a parceria da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR). As comemorações dos 10 anos de SEPPIR contam também com a parceria da Empresa de Correios e Telégrafos, que lançará um selo e carimbo comemorativos em 21 de Março de 2013 - dia de criação do órgão e Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial.
4. Década dos Afrodescendentes - A Organização das Nações Unidas – ONU encaminhou em 2012 uma resolução importante para a declaração de 2013 como a Década Internacional dos Povos Afrodescendentes. A declaração implicará a atuação intensiva da SEPPIR na sua divulgação e na promoção das ações da ONU e do Brasil decorrentes dessa iniciativa, além da associação da marca da Década às demais ações e demandas da Secretaria.

**Objetivo: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Plano Juventude Viva, elaborado em parceria pela SEPPIR com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), visa a enfrentar essa situação de violência contra o jovem negro, mediante a oferta de bens e serviços públicos e cidadania. O Plano conta com a participação de outros oito ministérios (Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Em seu diagnóstico, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros no ano de 2010 concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A estratégia de lançamento do plano iniciou-se pela adoção de um Piloto no estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Foi lançado, assim, em setembro de 2012, o primeiro módulo do Plano Juventude Viva, nos municípios de Maceió, União dos Palmares, Arapiraca e Marechal Deodoro, em Alagoas.

**Meta: Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras**

Análise Situacional da Meta: A SEPPIR tem acompanhado sistematicamente a implementação do Programa Rede Cegonha, sendo membro dos seguintes Grupos de Trabalho desta rede: Implementação de Legislação Vigente, Formação Profissional, Mobilização Permanente. Em 2013, no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, pretende-se contratar pesquisas para verificar as condições de morbimortalidade da população negra a fim de propor estratégia de intervenção junto a este programa do Ministério da Saúde.

Os últimos dados disponíveis, obtidos no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), referem-se ao ano de 2010. Somente em 2014, os dados do ano de 2012 estarão disponíveis - tempo necessário para a consolidação das informações pelo referido Ministério.

**Meta: Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra**

Análise Situacional da Meta: Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou em setembro de 2012 o Plano Juventude Viva, em 4 municípios de Alagoas. O Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

Construído por meio de um processo participativo, tendo sua elaboração se iniciado em 2011, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania da Presidência, o Plano reúne ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.



Durante esta primeira fase do Plano, o Governo Federal fomentará ações voltadas à juventude nas áreas do trabalho, educação, saúde, acesso à justiça, cultura e esporte, em parceria com o Estado de Alagoas e Municípios, nas cidades de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Desse modo, o Plano Juventude Viva oferecerá um pacote de políticas sociais para o enfrentamento à violência, que se somará ao Plano Brasil Mais Seguro, em fase de implementação pelo Ministério da Justiça em Alagoas.

As políticas e programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros afetados pela violência. Independentemente da cor/raça, terão prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas sócio-educativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

#### Ações

- O Plano reúne pelo menos 30 iniciativas de 25 programas federais, articulados com o intuito de prevenir a violência que atinge a juventude negra. Em Alagoas, haverá ações promovidas pela Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério do Esporte.

#### Estratégia

- O Plano articula programas do Governo Federal e os destina ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pela violência. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, por meio do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da Juventude.

#### Seleção Territorial

Nacionalmente, foram selecionados 132 municípios que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos. Todas as capitais foram incluídas. O estado de Alagoas foi escolhido para receber o piloto do Plano “Juventude Viva” por ocupar a primeira posição em taxa de homicídios do País. Os municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro ocupam, respectivamente, os 2º, 30º, 119º e 123º lugares na lista nacional de número absoluto de homicídios contra jovens negros.

#### A atuação da SEPPIR no Plano:

Além da cotidiana atuação na Coordenação Executiva do Plano, a SEPPIR/PR tem atuado de maneira mais destacada nos Eixos 1 e 4:

- No Eixo 1 - Desconstrução da Cultura de Violência, colaborando com a SNJ na construção e realização da Campanha Juventude Viva e na mobilização de diferentes atores sociais para engajamento no Plano.

- No Eixo 4 - Aperfeiçoamento Institucional, contribuindo para diferentes ações do Ministério da Justiça, no sentido de inclusão de conteúdo racial na matriz curricular das polícias e em pesquisas realizadas sobre manifestações do racismo institucional na atuação do Ministério.

Tem contribuído com a articulação para a aprovação do Projeto de Lei dos Autos de Resistência e tem estabelecido cooperação com diferentes instituições do Judiciário para se engajarem no Plano, especialmente por meio de ações de sensibilização e formação de Operadores do Direito.

Ainda neste eixo, a SEPPIR está responsável pela promoção de Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, com gestores do nível estadual e dos municípios envolvidos.

Ainda no Eixo 4, cabe destacar o Disque "Igualdade Racial", tri-dígito 138, que está sendo pactuado no âmbito do Governo Federal. Os estudos e estimativas preliminares à sua instalação já foram realizados. No momento está em definição como serão mobilizados os recursos necessários ao seu funcionamento.

Em 2013, pretende-se formar uma rede de comunicadores representantes da cultura rapper e da periferia a fim de atuar junto com as comunidades com altos graus de violência. Dessa forma, vai ser elaborada uma estratégia de apoio e fortalecimento das intervenções da juventude negra que contribuam para a redução da violência.

### **Objetivo: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: O governo formula, implementa e monitora políticas públicas para povos e comunidades tradicionais, com ênfase para as comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto 6.261, de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: 1. Acesso a Terra; 2. Infra-estrutura e Qualidade de Vida; 3. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; 4. Direitos e Cidadania.

A Gestão Descentralizada do PBQ ocorre em articulação com os entes federados, a partir da estruturação de comitês estaduais. Nove estados iniciaram o processo de constituição dos seus comitês. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

Em 2012, foi dada continuidade ao PBQ, reforçado por ações que o articulam ao Plano Brasil sem Miséria. No eixo de acesso à terra foram assinados 11 Decretos de Declaração de Interesse Social e expedidos 4 títulos de reconhecimento de domínio, totalizando, assim, 206 comunidades tituladas, que correspondem a 12.804 famílias beneficiadas em 994,5 mil hectares regularizados. Na parceria com o INCRA, a SEPPIR descentralizou R\$ 1.183.000,00 para

elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), em 26 comunidades, que totalizam 3.350 famílias.

No eixo direitos e cidadania, destaca-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com a participação da SEPPIR, MEC e representantes quilombolas. Para o fortalecimento institucional das comunidades, foram apoiados, por meio de chamada pública, sete projetos num total de R\$ 1.314.765,14. Para maior comprometimento dos entes federados com o Programa, foram realizados Seminários e Oficinas com gestores federais, estaduais e municipais, além de lideranças quilombolas, em sete estados de quatro regiões do País.

### **Meta: Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta: A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Até dezembro de 2012, foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) 2.024 comunidades quilombolas, sendo que no ano de 2012 foram expedidas 122 certidões.

Atualmente, são 206 comunidades tituladas, beneficiando 12.804 famílias quilombolas. A área total dos títulos emitidos é de 994,4 mil hectares. Até 2012, foram editados 53 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios Quilombolas onde residem 6.080 famílias. Foi assinado Termo de Cooperação para repasse de R\$ 1,183 milhão da SEPPIR ao INCRA, em 2012, para acelerar a elaboração de uma importante etapa do processo de regularização fundiária que é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Hoje são 152 comunidades com RTID publicado. O Termo irá beneficiar 26 comunidades e 3.350 famílias.

A articulação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) ao Plano Brasil Sem Miséria foi um marco importante em 2012, posto que 76% das famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal - CadÚnico estão em situação de extrema pobreza. Com o estímulo da SEPPIR, os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário passaram a executar um conjunto de ações que, além do aumento de beneficiários deste segmento no Bolsa Família, asseguraram o Programa Água para Todos nas comunidades quilombolas do Semiárido; a ampliação de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para que os quilombolas acessem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; o incentivo a projetos produtivos por meio do Selo Quilombos do Brasil, que certifica a origem da produção.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, são desenvolvidas, desde 2011, ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Fomento Produtivo para as comunidades quilombolas. Em 2011, foi lançada Chamada de ATER que já beneficia 4,48 mil famílias, em quatro estados (Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco). A Chamada de 2012 beneficiou mais 4,5 mil famílias, em cinco estados (Piauí, Alagoas, Pará, Goiás e Maranhão). O Programa de ATER possibilita o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aprimoramento da produção agrícola de forma sustentável.

Foi assinada, em 21 de novembro de 2012, a Portaria Interministerial do Selo Quilombos do Brasil, que envolve a SEPPIR e o MDA, e estabelece a vinculação do Selo Quilombola com o já consolidado Selo da Agricultura Familiar. Essa ação visa ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecendo assim a qualificação dos produtos quilombolas, por meio da sua

identificação, valorização e reconhecimento no mercado nacional e articulando essa produção com as redes da agricultura familiar.

Numa parceria entre a EMBRAPA, MDS, MDA e SEPPIR, foram distribuídas, em 2012, sementes de diversas hortaliças, além de grãos como feijão, arroz e milho, para agricultores quilombolas de 17 Territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em benefício de 5.726 famílias. Além da distribuição, a EMBRAPA realizou capacitação junto às famílias com o objetivo de qualificar a produção e o plantio.

Em 2012, a Funasa, com o apoio do Ministério da Integração e da SEPPIR, contratou sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas no âmbito do Plano de Universalização do Acesso à Água Para Consumo Humano no Semi-árido – Programa “Água para Todos” (Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011). Por meio do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água, em conformidade com as diretrizes e objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, estabeleceu-se investimentos estimados na ordem de R\$ 35 milhões até 2014.

A contratação de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), conta com a previsão de investimentos da ordem de R\$ 140 milhões, para atender a uma meta de 350 comunidades quilombolas.

No período de 2004 a 2010 foram construídas 135 salas de aula, em 53 municípios. De 2009 até novembro de 2012, 83 projetos foram conveniados com o Ministério da Educação para construção de novas escolas quilombolas.

Outro recurso destinado a garantir melhorias na infra-estrutura escolar é destinado às escolas quilombolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Cada escola quilombola que possua unidade executora pode demandar recursos em montante de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais). A utilização dos recursos deve custear ações de manutenção das instalações, aquisição de mobiliário escolar, dentre outras atividades educativas e pedagógicas.

Com o Programa Luz para Todos, o Governo Federal tem por objetivo utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda o cadastro de demandas de Comunidades que não possuem atendimento para ampliar essa cobertura.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida foram protocolados, em 2011, 58 projetos com previsão do investimento de R\$ 55,9 milhões. Em 2012, foram protocolados projetos para a construção de mais 1.450 unidades habitacionais com previsão do investimento de R\$ 36,8 milhões.

A SEPPIR destinou recursos, por meio de convênio, para melhorar a infra-estrutura da comunidade quilombola de Candiota, no Rio Grande do Sul. Os projetos têm valor de R\$ 519,5 mil para a construção de 33 açudes, 15 km de estradas e paradas de ônibus. Essa ação conta com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do INCRA e do Cideja (Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão).

A construção de estradas de acesso à comunidade Kalunga, situada em Goiás, é uma demanda histórica. Com mais de 3 mil famílias, grande parte do território da comunidade não possui vias de acesso. Nesse sentido, o Ministério da Integração - MI, sua Superintendência

da Região Centro-Oeste, o Governo de Goiás e a SEPPIR são parceiros para a construção de 06 Pontes na localidade de Vão do Moleque - Município de Cavalcante-GO, e para a construção das vias de acesso. A obra integral prevê investimento de R\$ 19 milhões para construção de 79,5 km de estrada, além das pontes supracitadas. Desse montante, em 2012, foi liberado do orçamento do MI de R\$ 1 milhão para a construção das pontes.

Paralelamente a essas iniciativas, a distribuição de sementes de hortaliças e grãos a 17 territórios quilombolas do nordeste e centro-oeste e as ações de assistência técnica e extensão rural possibilitarão um novo quadro na inclusão produtiva deste segmento.

Vários ministérios oferecem serviços públicos a estas comunidades: MDS, Ministério da Saúde, MEC, MME, MDA, Ministério das Cidades, Ministério da Integração. Em 2013, com o sistema de monitoramento que está sendo implantado e um diálogo mais estruturado com os ministérios, pretende-se aperfeiçoar a captação destas informações.

Em 2013, a SEPPIR pretende executar os planos de trabalho firmados com governos estaduais e elaborar novos planos de trabalho. Será necessário, também, criar instrumentos que quantifiquem o que foi executado com os recursos disponibilizados pela SEPPIR para as comunidades.

#### **Meta: Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta: Articulação do Selo Quilombos do Brasil com o Selo de Agricultura Familiar para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola.

Em 2013, pretende-se realizar o mapeamento das atividades produtivas existentes em comunidades quilombolas, as chamadas de Assistência Técnica Rural, e implantar o projeto quilombo sustentável em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO. É preciso também ampliar a construção de cisternas em comunidades quilombolas e ampliar o acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.

#### **Meta: Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: Foram elaborados os requisitos necessários para a constituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação, a ser implementado em 2013. O sistema terá 3 módulos: a) ações afirmativas - contendo estatísticas e dados sobre a situação da população negra nas áreas de trabalho, educação, cultura, saúde; b) comunidades tradicionais; c) gestão da SEPPIR.

Em 2013, a SEPPIR pretende realizar uma estimativa da população nestas comunidades e de sua condição de vida.

**Objetivo: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: O Governo lançou, em 2012, Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil. Para a Chamada de Projetos 02/2012 foi destinado R\$ 1,2 milhão para a celebração de convênio com nove entidades selecionadas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

**Meta: Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta: O governo lançou, em 2012, Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil. Para a Chamada de Projetos 02/2012 foi destinado R\$ 1,2 milhão para a celebração de convênio com nove entidades selecionadas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Formação de Juventude Quilombola – Foi realizado, entre os dias 21 a 24 de novembro de 2012, curso de formação para 60 jovens quilombolas de todas as regiões do País, focado em direitos quilombolas, questão racial no Brasil, marcos da política de promoção da igualdade racial. A formação foi realizada numa parceria entre a SEPPIR, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Cooperação Espanhola, Coordenação Nacional de Comunidades Afrrurais (CONAQ).

Quilombo das Américas - Em 2012, foi concluída a primeira etapa do projeto. O projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afrrurais, é uma articulação da SEPPIR, MRE, EMBRAPA, MDA, Agências do Sistema ONU no Brasil, AECID e Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), que atuou com comunidades afrrurais do Brasil, do Equador e do Panamá, na realização de um estudo participativo. O objetivo do projeto é promover a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e fortalecer redes de cooperação. Os resultados desta primeira etapa do projeto estão consubstanciados em livro e vídeo.

Em 2013, pretende-se realizar nova Chamada Pública de projetos de fortalecimento institucional nestas comunidades.

Quantidade alcançada: 9

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



## Análise Situacional do Objetivo: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Com o objetivo de qualificar as ações para povos e comunidades tradicionais de matriz africana, foi construído, em 2012, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O Plano é um instrumento de coordenação e monitoramento das ações do Governo Federal que são ou pretendem ser acessadas por esse público. Este Plano foi lançado em janeiro 2013.

Em 2012, foi lançada chamada pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana no País, com R\$ 1,2 milhão disponibilizado, que apoiou 6 projetos. Essa Chamada foi a primeira direcionada especificamente às instituições representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Nos casos de denúncia de violação de direitos, a SEPPIR tem atuado por meio de sua Ouvidoria e busca articular, de forma permanente, as demais ouvidorias do Governo Federal, de modo a criar uma metodologia para responder denúncias de atos violentos cometidos contra os povos tradicionais de matriz africana. A articulação entre Ouvidoria da SEPPIR e da Secretaria de Direitos Humanos - SDH para mediação de conflitos e violação de direitos humanos tem sido essencial, uma vez que a ouvidoria da SDH possui estrutura e capilaridade nacional mais abrangente entre as ouvidorias da Presidência da República.

O Ministério da Cultura destinou, em 2012, R\$ 300 mil reais para a implantação dos pontos de leitura Ancestralidade Africana no Brasil em 10 territórios tradicionais, de matriz africana e quilombolas, com apoio para o mobiliário e aquisição de 600 exemplares sobre temas gerais. A SEPPIR aportou mais R\$ 200 mil para aquisição de outros 600 exemplares temáticos sobre história e cultura africana e afro-brasileira e sobre as relações raciais. O Ministério da Cultura apoiará, ainda, nos 10 territórios, projeto de registro de memória para esses espaços tradicionais, com ênfase no patrimônio imaterial.

Ainda em 2012, foi formalizado Termo de Cooperação entre SEPPIR e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com objetivo de garantir embalagem e transporte de 83.400 cestas de alimentos em 6 etapas de atendimentos às 13.900 famílias dos povos tradicionais de matriz africana beneficiárias. A SEPPIR orientou os Estados para que constituam seus Comitês Gestores Estaduais da Ação de Distribuição de Alimentos. Esses Comitês, além de outras atribuições, serão responsáveis pela indicação das famílias beneficiárias, estratégias de operacionalização da ação e prestação de contas. De janeiro a outubro de 2012, foram atendidas 14.700 famílias, com 49.707 cestas de alimentos, em 22 estados da federação.

O Ministério de Desenvolvimento Social incluiu na versão 7 do CadÚnico o campo 2.07 que permite a identificação de famílias que fazem parte de grupos específicos. Essa alteração ocorreu para atender vários grupos, entre os quais ciganos e comunidades de terreiro. Atualmente são 247 famílias de terreiro inscritas no CadÚnico, sendo 174 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Como a inclusão da categoria "Terreiro" é recente, esse quantitativo tende a crescer nos próximos meses.

### POVOS DE CULTURA CIGANA

Como parte das ações que marcaram o dia nacional dos ciganos, foi realizado nos dias 25 e 26 de maio, no Rio de Janeiro, a Plenária "Políticas Públicas e os Povos de Cultura Cigana". A

plenária teve o objetivo de obter subsídios para elaboração de políticas voltadas aos povos de cultura cigana. Participaram da Plenária vários ministérios, 05 convidados representantes da sociedade civil organizada e de universidades federais e 34 lideranças, das regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, dos clãs Calon, Mathiwiá, Roraranê, Kalderashe Sibiaia. Na ocasião, a Secretaria apoiou a realização da Festa de Santa Sara Kali em comemoração ao dia nacional dos ciganos.

A SEPPIR e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) celebraram a assinatura do projeto de cooperação técnica Brasil-Espanha de combate ao racismo e promoção da Igualdade Racial. Uma das pautas foi fortalecer o intercâmbio de políticas públicas para os povos ciganos.

Foi realizada uma consultoria para mapear as principais rotas dos povos de cultura cigana.

### **Meta: Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas**

Análise Situacional da Meta: Foram elaborados os requisitos necessários para a constituição do Sistema, a ser implementado em 2013. Ele terá 3 módulos: a) ações afirmativas - contendo estatísticas e dados sobre a situação da população negra nas áreas de trabalho, educação, cultura e saúde; b) comunidades tradicionais; c) gestão da SEPPIR.

O trabalho com povos de cultura cigana foi definido a partir de uma plenária com a participação de representantes desse segmento, de cinco ministérios e pesquisadores. Dela resultaram subsídios para a proposição de um conjunto de ações integradas, a ser executado em 2013.

### **Meta: Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta: Em 2013, pretende-se ampliar o mapeamento das comunidades de terreiros, quando deverá ser realizado o mapeamento de pelo menos uma região metropolitana em cada região do País.

### **Objetivo: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A regularização fundiária de terras quilombolas traduz um procedimento intrinsecamente complexo. Dentre os avanços, destaca-se a contratação de relatórios antropológicos, peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. A contratação dos Relatórios Antropológicos licitados por meio de Pregão realizado em 2011 foi imprescindível, tendo em vista que foi possível contratar mais 70 Relatórios Antropológicos em 2012.

Merece destaque em 2012, qual seja a articulação entre o INCRA e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, através de mais um acordo de Cooperação Técnica (assinado em fins de



2011, porém com etapas importantes em 2012) com o qual se pretende melhorar a qualidade técnica dos Relatórios Antropológicos contratados, por meio de atividades de capacitação dos técnicos contratados pelas empresas nas questões teórico-conceituais antropológicas e de acompanhamento e avaliação da elaboração dos referidos relatórios.

Quanto à elaboração dos RTIDs, em 2012 foram publicados 11 RTIDs, Merece destaque a decretação de interesse social de mais 11 territórios quilombolas, que serão desintrusados nos próximos anos.

Em 2012, o INCRA concedeu 4 títulos definitivos a 3 comunidade quilombolas: duas em Sergipe, sendo 2 títulos em Mocambo, 1 título em Lagoa dos Campinhos, com 113 e 89 famílias respectivamente, e outra comunidade em Mato Grosso do Sul recebeu 1 título com 19 famílias.

No final do ano passado, o INCRA em conjunto com os órgãos de terras estaduais e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) participaram de um seminário, com o intuito de unificar os seus procedimentos de titulação e tentar acelerá-los. Diante dos relatos acima, podemos concluir que, em 2012, o INCRA desenvolveu atividades em cerca de 200 territórios quilombolas, seja por meio de atividades de identificação, delimitação e reconhecimento de terras, assim como por atividades relacionadas à decretação, desintrusão e titulação.

### **Meta: Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos**

Análise Situacional da Meta: Foram contratados 70 Relatórios Antropológicos (uma das peças integrantes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID). Do total, 26 são o resultado de um Termo de Cooperação firmado com a SEPPIR, que repassou R\$ 1,183 milhão para sua elaboração, com estimativa de atender 3.350 famílias.

Quantidade alcançada: 70

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram decretados 11 territórios de interesse social de terras quilombolas.

Quantidade alcançada: 11

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, foram emitidos 4 títulos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ajuizou cerca de outras 160 ações de desapropriação, mas está a espera de o Judiciário expedir as respectivas emissões de posse e sentenças judiciais homologatórias para titular mais áreas.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.**

Análise Situacional da Meta: Foram publicadas três portarias, tendo sido reconhecidos 2.882,3627 ha, beneficiando 476 famílias.

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias**

Análise Situacional da Meta: Foram publicados 11 RTIDs, identificando 16.449,3460 ha e beneficiando 819 famílias. Para 2013, encontram-se em fase de elaboração mais 69 RTIDs.

Quantidade alcançada: 11

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.**

Análise Situacional da Meta: Foram vistoriados e avaliados 25.016,5397 ha, tendo sido indenizados efetivamente 1.185 ha.

Quantidade alcançada: 1.185

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar**

**Objetivo: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R\$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil) e mulheres (de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações

sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 771.343 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

**Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta: A Portaria nº 94/2012 do MDA publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2012 instituiu oficialmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas (DAP-I). Nesse primeiro momento, a DAP-I não dará acesso a créditos do Pronaf, mas a políticas tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano Brasil sem Miséria (BSM), Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio) e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Houve, ainda, no Plano Safra 2012/2013, aumento do limite das seguintes linhas: o Pronaf Jovem foi ampliado de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil e o Pronaf Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil. Está em discussão a ampliação das entidades emissoras de DAP, incluindo o Incra, bem como a realização de mutirões de emissão de DAPs para os quilombolas. Além disso, a Fundação Palmares já está apta a fazer a emissão. Com relação à DAP Indígena, encontra-se em processo de desenvolvimento um aplicativo a ser utilizado exclusivamente pela FUNAI.

**Meta: Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF dispõe de um sistema informatizado constituído por Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que contempla a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Atualmente, essa base de dados reúne os registros de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, os quais reúnem condições de acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Abaixo, estão relacionadas as informações por categoria e número de registros de DAP.

Categoria de AF	Nº DAP
Assentados da Reforma Agrária	207.791
Indígenas	23.540
Quilombolas	20.476
Extrativistas	52.334
Demais Agricultores Familiares	4.082.779
Total	4.386.920

Acrescentamos, ainda, que está em desenvolvimento trabalho para criação de um módulo do sistema destinado à emissão exclusiva para os indígenas, com previsão para entrada em operação para junho de 2013.

**Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fumicultoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco.

No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

**Meta: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta: No âmbito do Brasil Sem Miséria, foram lançadas chamadas públicas de ATER para famílias quilombolas em 2011 (execução em 2012) e em 2012. Juntas, as chamadas estão beneficiando 8,9 mil famílias quilombolas.

Quantidade alcançada: 8.920

Data de Referência: 07/02/2013

**Meta: Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**



Análise Situacional da Meta: O Plano de Formação e Qualificação de agentes de ATER está em fase final de elaboração e, em 2013, deverá ser iniciada a discussão com os parceiros, que incluem Universidades, Entidades de Ater e Pesquisa, bem como no Comitê de ATER do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Em 2014, está prevista a realização de um Seminário Nacional para apresentar, discutir e validar o Plano para sua implementação. Em todo o processo de formação está prevista a participação de no mínimo 30% de mulheres. No programa de formação dos agentes de ATER, para além do conteúdo obrigatório, o conteúdo foi adequado à realidade dos povos e comunidades tradicionais a ser atendida.

**Meta: Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas**

Análise Situacional da Meta: Está em curso a realização de estudos para que a atuação nesta temática se inicie no de 2013.

**Meta: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta: O número de agentes de ATER formados em 2012 (2.022) foi 70% superior em relação aos números de 2011 (1.192), e deverá elevar-se sensivelmente a partir de 2013 com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (14 mil), o que permite prever o atingimento da meta de qualificação de 37.500 agentes de desenvolvimento rural até 2015. Em relação à formação de agentes para atuarem com o público indígena e quilombola, a previsão é que aproximadamente 100 agentes serão formados em 2013 para estes públicos, no âmbito das chamadas públicos do Plano Brasil Sem Miséria. Prevê-se a formação de 2285 agentes de ATER mulheres. Em relação aos públicos indígena e quilombolas serão capacitados pelo menos 62 e 38, respectivamente.

Quantidade alcançada: 2.022

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a agricultura familiar avançou no processo de organização econômica, consolidação e conquista de mercados. O MDA/SAF/DGRAV atuou em várias frentes para a consecução deste objetivo:

Melhoria da Gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar

O ano de 2012 marcou a viabilização de um novo tipo de serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, o Mais Gestão, uma metodologia de atendimento às pessoas jurídicas

da agricultura familiar. Pela primeira vez foram realizadas chamadas públicas, no âmbito da Lei de Ater, voltadas para a contratação de serviços técnicos voltados para a melhoria da gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Perto de R\$65 milhões foram contratados que beneficiarão 600 empreendimentos/ cooperativas. Essa ação é um marco nas políticas públicas da agricultura familiar e permitirá profissionalização dos empreendimentos, a melhoria de suas estratégias comerciais e organizacionais, visando ampliar e consolidar seus posicionamentos nos mercados.

Foram realizadas duas chamadas do Mais Gestão, sendo uma geral para cooperativas e outra com ênfase na qualificação para o acesso aos grandes mercados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Com essa medida, pretende-se ter um conjunto de empreendimentos mais aptos a fornecer alimentação escolar para os maiores clientes do programa e que, juntos somam parcela muito expressiva do total de recursos. Serão 200 cooperativas atendidas com essa ênfase. Soma-se a isso, o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos empreendimentos: em 2012, foi ampliado de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil o limite das operações de compra do programa, permitindo aos agricultores familiares ampliarem suas vendas.

Já no âmbito do PAA, foram feitos diversos ajustes nos marcos legais e normativos que significaram mais oportunidades de comercialização para a agricultura familiar junto aos governos. Uma das mais relevantes foi a alteração na Lei do PAA que passou a permitir que o Distrito Federal, estados, municípios e órgãos do Governo Federal possam comprar da agricultura familiar pelo regramento do PAA. Isso abre um novo mercado muito relevante para o setor.

Promoção do acesso aos mercados diferenciados: Em 2012, foram realizadas inúmeras atividades visando ampliar a participação da agricultura familiar em mercados diferenciados como os produtos orgânicos, da sociobiodiversidade e das agroindústrias familiares. Uma das medidas importantes nessa área foi o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê diretrizes, instrumentos, instâncias de gestão e determina também que seja elaborado um plano nacional. Foi realizado termo de cooperação com o SEBRAE para ampliação do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para produtos diferenciados, orgânicos e de sociobiodiversidade. Também foi promovida a participação de mais de 700 empreendimentos em feiras e eventos de promoção comercial no Brasil e no Exterior. Além disso, foi realizada a VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasil Rural Contemporâneo, realizada no Rio de Janeiro, e que beneficiou perto de 600 empreendimentos da agricultura familiar e reforma agrária.

**Meta: Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta: O plano operacional do PAA define como público prioritário as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais sem terra acampados e recomenda que a seleção de municípios que receberão recursos considerem a concentração destes públicos.





## **PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde.

No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha têm circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, além de regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,8 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários, com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País, por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio

especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas, desde o seu lançamento em novembro de 2011 até dezembro de 2012, 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.

Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R\$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Outra ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Requalificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012 beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nessa área, destacam-se ainda:

- Produção de mais 376 mil próteses dentárias - um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;
- Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios, passando de R\$100,00 para R\$150,00;
- Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;
- Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de população vivendo em extrema pobreza.



Em relação à atenção especializada (AE), o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo Governo Federal. O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

No primeiro semestre de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2012, foram realizados 16.705 transplantes de medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 23.999 transplantes.

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de 3 Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram, ainda, realizadas mais de 160 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Por fim, foi sancionada a Lei Nº 12.732, que fixa o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de câncer maligno pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. De acordo com a Lei, o primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

**Meta: Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Análise Situacional da Meta: Em julho de 2012, o MS e a SEPPIR reuniram cerca de 100 gestores em saúde e representantes do movimento social para discutir o tema no Fórum: "Enfrentando o Racismo Institucional para Promover Saúde Integral da População Negra no SUS."

O encontro definiu estratégias pautadas pela perspectiva étnico-racial e a identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde.

**Meta: Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Análise Situacional da Meta: A implementação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme foi organizada e dirigida de forma a atender às necessidades nacionais e locais, tendo sido desenvolvidas as seguintes ações;

1. Identificação dos centros de referência de todos os estados. Nesta ação confirmou-se que todos os estados possuem pelo menos um centro de referência. Destacamos todos aqueles que possuem uma rede de serviços de referência, como MG e SP.
2. Visita a todos os hemocentros que prestam assistência em doença falciforme e os hospitais de referência. Dos hemocentros das capitais, 06 não cuidavam de pessoas com Doença Falciforme.
3. Estabeleceu-se com os gestores estaduais e municipais processos de trabalho que consistiram em apresentação e discussão da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, e levantamento da capacidade instalada, relacionando-a com a incidência da doença no estado e análise do programa estadual de triagem neonatal.
4. Iniciou-se processo de trabalho para qualificação de trabalhadores do SUS para atenção de qualidade com prioridade para estes serviços (hemocentros e hospitais de referência), envolvendo os demais níveis de atenção para promoção da inclusão da doença nas redes da atenção.
5. Foram realizadas assessorias técnicas para organização da rede de atenção e levantadas as necessidades locais.
6. No levantamento das necessidades locais foi identificado que o Ministério da Saúde tinha um papel prioritário a exercer para que a implementação tivesse êxito, por que:
  - a) as inovações tecnológicas que são elencadas para uma atenção de qualidade estavam ausentes da tabela SUS;
  - b) verificou-se a ausência de publicações oficiais como rotinas, protocolos e diretrizes para atenção de qualidade em Doença Falciforme;
  - c) há a necessidade de eventos para atualização divulgação e visibilidade da doença no Brasil;
  - d) há a necessidade de investimentos em pesquisas para conhecimento tanto do perfil brasileiro como de estudos sobre a doença.
  - e) reformulação do Programa Nacional de Triagem Neonatal com inclusão da Doença Falciforme em todos os estados.

Com estas ações, o MS passou a atuar em todos os estados, promovendo discussões sobre necessidades locais, assessorando a organização da rede, qualificando os recursos humanos em eventos locais e regionais e celebrando convênios para as melhorias dos serviços. Promovendo, ainda, as inovações tecnológicas para que os serviços pudessem dispor na tabela SUS de recursos tais como: penicilina oral e ácido fólico em gotas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) para as crianças, atualização do protocolo de hidroxiúria com ampliação da faixa etária de uso, inclusão do CID da Doença Falciforme para o procedimento ambulatorial do doppler transcraniano, com alocação de recursos para cada estado de acordo com a incidência, inclusão de todos os quelantes de ferro no protocolo de sobrecarga de ferro, solicitação de inclusão da Doença Falciforme no protocolo para transplante de medula óssea, inclusão da eletroforese de hemoglobina na Rede Cegonha.

Foram produzidas 15 publicações oficiais para condutas e rotinas. Houve investimentos nas pesquisas em terapia óssea na UFBA para atender pessoas de outros estados que tenham indicação de tal procedimento e foi criado o centro referência em estudos de nutrição em Doença Falciforme na UERJ. Ambas são iniciativas necessárias para avançar em estudos e instruções para definição de protocolos e rotinas.

Houve também a realização do Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme, que contou com a presença de todos os trabalhadores que atuam na área de todos os estados e todos os serviços no país. Todos os estados receberam implementos para organização e qualificação da rede de atenção em doença falciforme.

O grau de compromisso dos gestores é o que define um maior ou menor avanço da qualificação da atenção nos estados. Os estados cujos gestores se comprometeram de forma mais intensa e publicaram programas ou políticas estaduais foram: RS, SP, ES, RJ, MG, BA, PE, CE, GO, AL e AP. Em outros estados, os centros de referência ou hemocentros desenvolvem as ações sem um programa publicado oficialmente, porém, com rede de atenção definida, como DF, PR, MT, SE, PI, PB, PA, AM, RR, MA, RO e TO. Os outros estados deixam a cargo de seus hemocentros ou hospitais de referência a qualificação e melhoria da atenção, caso de SC, MS, RN e AC.

Quantidade alcançada: 27

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

Com relação aos casos de dengue, a notificação de 565.510 casos graves correspondendo a uma redução de 22% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram notificados 727.803 casos. A redução dos casos de dengue no país pode ser atribuída ao esforço de antecipação das atividades de prevenção nos municípios. Essas ações foram induzidas pela Portaria 2.557, que beneficiou 1.158 municípios que receberam recursos para qualificação das atividades de controle de vetores, vigilância e assistência. No mesmo período foram confirmados 284 óbitos correspondendo uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram confirmados 484 óbitos por dengue.

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 50,0%, no período de janeiro a outubro de 2012, representando um incremento de 7,3% quando comparado ao resultado do mesmo período de 2011, que ficou em 46,6%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com o Grupo Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfeção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para “Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids” (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfecado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutina, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfecados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

Em relação à hanseníase, o percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase entre janeiro e outubro de 2012 está em 76,6%, ou seja, dos 34.774 casos novos da coorte, 26.620 estão curados; há perspectiva de ampliação deste percentual de cura ao se computar os meses finais de 2012. O efeito das ações de disponibilização de incentivo financeiro para os municípios prioritários, pela Portaria nº 2.556/2011, e dos monitoramentos e assessorias técnicas às secretarias estaduais também contribuíram para os resultados alcançados.

Em relação ao tratamento dos portadores da Hepatite C, durante o ano foram tratados 14.138 indivíduos, o que corresponde a um alcance de 100% da meta estipulada, que foi de 14 mil pacientes.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012). Com relação à cobertura vacinal contra febre amarela nas áreas de recomendação de vacina, a avaliação dos dados de janeiro a agosto de 2012 demonstra uma cobertura vacinal de 62,7%. Embora esteja abaixo da cobertura de 70% esperada para o ano, existe a expectativa de ampliação desse resultado a partir da institucionalização do monitoramento rápido de coberturas como mecanismo de melhoria das coberturas, homogeneidade e garantia de status de controle, eliminação e ou erradicação de doenças.

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.

O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Na área da saúde do trabalhador, foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e habilitados cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) voltados para a atenção à saúde do trabalhador

rural nos municípios de Rio Verde em Goiás, Primavera do Leste e Sinop em Mato Grosso, Uruçuí no Piauí, e Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

**Meta: Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

**Análise Situacional da Meta:** Os núcleos são instância de gestão que articulam intra e intersecretorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação da secretarias de saúde estaduais e municipais. Todos os Estados estão sendo apoiados pelo Ministério da Saúde para fomentar ações de vigilância e prevenção de violência, por meio de repasse de recursos financeiros, assessoria técnica e capacitações

**Objetivo: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

**Análise Situacional do Objetivo:** A atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Todos os estados da federação aderiram à Rede Cegonha contemplando 4.959 municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes.

Para cobertura dessas ações estão sendo financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e



qualidade de leitos infantis e maternos. Estão sendo contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal (CPN) e qualificados 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrias. Em 2012 foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Foi implantada também, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher trabalhadora para implantação de sala de apoio à amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de agosto, 25.685 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 municípios e 24 estados.

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A

Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012, num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

**Meta: Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram capacitadas 90 parteiras em AP, PA, RR.

Quantidade alcançada: 90

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta: A partir de março/2012, passou a ser registrado/informado no sistema SISPRENATAL WEB se o profissional de saúde solicitou o exame à usuária do SUS. A rede está sendo qualificada visando a ampliação dos exames, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.

**Objetivo: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

No conjunto dos trabalhadores do setor saúde, aproximadamente 60% possuem nível de escolaridade fundamental e médio e, destes, uma parcela expressiva não dispõe de certificação profissional, embora atue diretamente com os usuários nas unidades de saúde. Os programas, projetos e ações de educação profissional técnica de nível fundamental e médio para a área da saúde vêm sendo executados pelas 36 escolas técnicas do SUS (ETSUS), distribuídas em todas as UF, com as mais diversas configurações administrativas (vinculadas às SES, SMS, entre outras). Para dar unidade e garantir os princípios do SUS, essas escolas estão conformadas em rede (Rede de Escolas Técnicas do SUS/Retsus).

Em relação aos profissionais de saúde de nível superior, as dificuldades referem-se à qualidade e adequação do perfil necessário ao SUS. A equidade e o acesso universal aos serviços ficam prejudicados pela dificuldade apresentada por inúmeros municípios em fixarem profissionais em seu território, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A carência e má distribuição geográfica e social de profissionais, especialmente médicos, têm sido apontadas como problema grave, que atinge também outros países. Para dar conta deste desafio, foi criado o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB, que teve seu primeiro edital lançado em dezembro de 2011. O programa prevê, além de uma pontuação adicional na nota dos exames de residência médica, a Teleassistência e a Tele-educação em

Saúde, com destaque para a Atenção Básica. O governo federal financiará a operação dos Núcleos de Telessaúde das unidades onde estarão atuando os profissionais, bem como das atividades dos tutores, além de cursos de especialização em Saúde da Família.

A ampliação da residência em saúde em todas as especialidades e regiões do País constituirá também estratégia importante no período. Alie-se a isso a ampliação e o aprimoramento do Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde), articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde (Pet-Saúde), visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integrada do processo saúde-doença, com ênfase na atenção básica, nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado, e promovendo a transformação na prestação de serviços à população.

Em 2012, foram inseridos 1.753 profissionais no PROVAB. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

As residências profissionais da área da saúde foram desenvolvidas na linha de residência multiprofissional, com aumento de 152% da oferta de bolsas. Nessa linha foram selecionadas 69 instituições com 787 bolsas aprovadas. Especificamente na área de enfermagem obstétrica foram selecionadas 18 instituições, com um total de 156 bolsas aprovadas. Na linha da residência médica propriamente dita, foram financiadas 1.623 novas bolsas.

Entre as propostas apresentadas ao Pró-Saúde, 120 foram selecionadas, envolvendo 709 cursos de graduação; desses, 389 são novos. Na atuação do Pet-Saúde, foram concedidas 78.124 bolsas em 2012 para qualificações em saúde da família, vigilância em saúde e outras.

Entre os profissionais de nível médio, foram qualificados 529 técnicos em radiologia, 443 em citopatologia, 82 em mamografia e 1.470 em atualização em saúde do idoso.

No âmbito da rede de atenção psicossocial, foram qualificados 1.880 agentes comunitários em práticas de saúde mental.

Para atender às necessidades da rede de urgências e emergências, foram ministrados cursos de Especialização Pós-técnica em Urgência e Emergência para 2.308 técnicos em enfermagem.

Na linha de atuação básica, foi iniciada formação em nível de especialização em saúde da família para 5.000 profissionais de saúde, 11.721 agentes comunitários de saúde, 451 técnicos em saúde bucal, 399 técnicos em vigilância em saúde e 636 técnicos em enfermagem.

Com objetivo de fomentar a modernização e qualificação do trabalho no SUS foi apoiada a ação de estruturação e qualificação da gestão do trabalho nos estados e municípios e a democratização das relações de trabalho no SUS. Em 2012, o foco foi o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, ampliação do Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS – ProgeSUS e a estruturação de uma agenda para discussão da regulação do trabalho em saúde.

### **Meta: Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta: Foi realizado em julho de 2012, em Brasília, o Fórum “Enfrentando o racismo institucional para promover saúde integral da população negra no



SUS” que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. No Fórum, foram discutidas estratégias pautadas pela perspectiva étnico-racial e a identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

As reflexões obtidas foram aprofundadas por grupos de trabalho, a partir dos quatro eixos condutores:

1. Determinantes sociais da saúde na perspectiva do direito à saúde da população negra: a) dimensão histórica; b) relações étnico-raciais; c) indicadores;
2. Racismo Institucional: dificuldades enfrentadas para a efetivação do direito à saúde da população negra nas três esferas de governo: a) acesso; b) acolhimento no SUS; c) financiamento;
3. Protagonismo do movimento negro nas instâncias de controle social do SUS: a) políticas universalistas x ações específicas; b) fortalecimento institucional;
4. Compromissos para implementação da política de saúde da população negra; a) dos níveis governamentais; b) do movimento social; c) do sistema ONU. c) financiamento.

**Objetivo: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A gestão governamental em saúde possui natureza complexa, que abrange várias dimensões - ética, política, estratégica, técnica e administrativa – e conforma-se a partir da intermediação de interesses distintos e, principalmente, das interações de poder. O propósito primordial da gestão em saúde é a tomada de decisões, que desencadeia a implementação das políticas. A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP). Estruturam-se de forma integrada as áreas de informação e informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão ser também fortalecidos, mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolverá igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, foram realizadas diversas ações em 2012 com a finalidade de implementar instrumentos de relação federativa e um novo modelo de gestão com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

No âmbito da participação da sociedade, destacam-se as ações que buscaram a consolidação das políticas de promoção da equidade, da educação popular em saúde e do fortalecimento do controle social. Contribuíram com esses propósitos as seguintes iniciativas:

- Constituição de 14 Comitês Técnicos e 9 em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra; população LGBT e população do campo e floresta;
- Celebração de convênios com a Universidade de Brasília para constituição do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e com a FIOCRUZ para formação de lideranças sociais do campo e floresta;
- Construído o Sistema de Acompanhamentos dos Conselhos de Saúde (SIACS), com 2.747 Conselhos Estaduais e Municipais (49,13%) aderidos;
- Está em andamento curso de formação para 24 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde em parceria com a FIOCRUZ e as Escolas Estaduais de Governo;
- Capacitação para o controle social de 62,2 mil pessoas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde).

No sentido de potencializar os efeitos de uma gestão eficiente e eficaz, diante da nova ordem estabelecida pela regulamentação da Lei 8.080/90 e da Lei 8.142/90, foram operacionalizadas em 2012 as determinações do Decreto 7.508/2011, utilizando-se como principal instrumento o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), um dos dispositivos instituídos pelo mesmo Decreto. Nesse ano, o contrato foi assinado em 24 das 435 regiões de saúde constituídas. Variáveis conjunturais influenciaram no alcance de meta, a exemplo das adaptações de gestão introduzidas pelo próprio Decreto e pela Lei Complementar 141/2011, bem como pela ocorrência do período de transição eleitoral nos municípios, aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado.

### **Meta: Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta: No intuito de contribuir para o processo de combate ao racismo institucional junto às secretarias estaduais, foram elaborados, no último ano, três materiais:

1. Livro da Saúde da População Negra. Tiragem: 10 mil exemplares. Edição com parceria entre: Associação Nacional de Pesquisadores Negros e Negras - ABPN, Fundo das

Nações Unidas para as Populações – UNFPA e Ministério da Saúde. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais;

2. Revista Laroîê - Promoção da saúde, da cultura e da cidadania nos terreiros. Tiragem: 10 mil exemplares. Edição em parceria com a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais;

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Tiragem: 40 mil exemplares. Distribuição voltada a:

1. Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades, serviços de saúde e movimentos sociais;
2. Exposição: Igualdade Racial no SUS é pra valer! Esta ação, realizada nos prédios do MS em Brasília, visa o combate ao racismo institucional mediante informação e sensibilização para os entraves vivenciados pela população negra no SUS. Para tanto, apresenta-se um histórico da saúde negra no Brasil, dados epidemiológicos e culturais com ênfase na promoção de equidade, humanização e universalização do acesso ao SUS. Toda a pesquisa dará origem a material voltado ao combate ao racismo institucional. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais.

**Meta: Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades**

Análise Situacional da Meta: Entre os eventos realizados em 2012, destacam-se :

1. I Seminário de Capacitação de Lideranças Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiros e as Tecnologias em Saúde – Novembro 2012. Porto Velho/Rondônia;
2. Seminário de Enfrentamento da violência contra a juventude quilombola e povos tradicionais de matrizes africanas - Dezembro de 2012. Maceió.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta: Durante o ano foram realizados três eventos envolvendo o tema:

1. Encontro Nacional de Saúde da População Cigana;
2. Visita ao Acampamento Cigano de Itapevi;
3. Tenda Paulo Freire – II Mostra Nacional de Psicologia – Participação de lideranças ciganas.

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Nos últimos anos, a saúde vem ocupando cada vez mais espaço na agenda internacional. Ao mesmo tempo em que o papel do Brasil como ator regional e global ganha destaque, o Ministério da Saúde (MS), em articulação permanente com as diretrizes da política externa brasileira, vem desenvolvendo sua atuação no cenário internacional de forma a buscar novas oportunidades e conhecimentos para o aperfeiçoamento do SUS e organizar a crescente demanda por cooperação dos países parceiros com vistas a apoiar seus sistemas nacionais de saúde.

Nesse sentido, este objetivo reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos:

1. Fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde;
2. Fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais;
3. Fortalecimento da integração regional em saúde;
4. Fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde;
5. Aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Em 2012 os avanços alcançados pelo Brasil no controle da Tuberculose resultaram em carta de felicitação do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, encaminhada à Presidência da República.

O Brasil está desenvolvendo um dos maiores projetos de cooperação técnica internacional em saúde no Haiti. O objetivo é o fortalecimento das capacidades institucionais em todos os segmentos envolvidos. Essa cooperação está pautada na transferência de tecnologia com intercâmbio das experiências exitosas do SUS.

Destaca-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

**Meta: Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa**

Análise Situacional da Meta: 100% do escritório em Moçambique implantado. Destaca-se, ainda, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

**Meta: Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta: Dentre os mais de 100 projetos de cooperação em implementação na área da saúde, sobretudo com países da América Latina, Caribe e Africanos de língua portuguesa, destacaram-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos de Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano; a consolidação e ampliação da cooperação na área de bancos de leite humano, com a implantação de novos projetos na América Latina e Caribe, estendendo a iniciativa para o continente africano, totalizando mais de 20 países com os quais o Brasil tem prestado esta cooperação; o projeto de fortalecimento da autoridade sanitária haitiana, tendo sido executado, em 2012, diversas ações de vacinação, inauguração de dois laboratórios de vigilância epidemiológica, capacitação de técnicos em saúde, e sendo prevista para 2013 a inauguração de três hospitais e do instituto nacional de reabilitação.

**PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: No ano de 2012, a SPM/PR adotou, para o alcance deste objetivo, tanto a execução direta quanto a execução indireta, via convênios, de diversas ações. No primeiro caso está incluído o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que concede uma certificação às organizações públicas e privadas participantes, em função da implementação bem sucedida de ações que promovam a equidade, tais como o provimento de creche para as filhas e filhos das trabalhadoras e a ampliação da participação das mulheres em postos de comando. A 4ª edição foi lançada em 2010 e as organizações concluíram seus planos de trabalho em dezembro de 2012.

Além disso, a fim de ampliar o conhecimento sobre a realidade da mulher trabalhadora, a SPM/PR realizou, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, o Seminário Internacional sobre Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado, apresentou o trabalho intitulado "Cuidado e desigualdades de gênero: uma análise de uso do tempo no Brasil" no IATUR – International Association for Time Use Research 2012, no Japão, e iniciou a articulação com o IBGE para a inclusão de um conjunto de perguntas sobre gênero na Pesquisa de Municipais do IBGE - MUNIC. Em relação à ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, equiparando-as às/aos demais trabalhadoras/es, foi indicada para presidir a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, instituída em janeiro de 2012 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com a finalidade de ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e propor alteração na legislação em vigor.

Por outro lado, na execução indireta, a SPM/PR apoiou, por meio de convênios, diversas iniciativas para a inserção produtiva e a autonomia de mulheres rurais e urbanas com governos

estaduais e municipais e organizações não governamentais. Essas iniciativas são, na maioria dos casos, voltadas para a capacitação para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo. A SPM/PR firmou também um acordo de cooperação com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração.

Em relação às mulheres do campo e da floresta, estão sendo implementadas ações em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e outras instâncias do governo e da sociedade civil, com vistas à inserção produtiva das mulheres, o fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas que podem contribuir para tais objetivos (crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros).

As Políticas de Cuidado estão sendo tratadas sob diferentes aspectos: tanto nas articulações diretas com os órgãos governamentais responsáveis – no caso do MEC (creches e educação integral); como também por meio da produção de estudos relacionados ao tema e a promoção de encontros e reuniões de trabalho com instituições parceiras, entre elas o IBGE, IPEA, OIT, ONU Mulheres e centros de estudos e pesquisas.

Em relação às trabalhadoras domésticas, os avanços se deram com a instalação da Comissão Tripartite, pelo MTE, que designou a SPM/PR para presidi-la, e com a aprovação na Comissão Especial da PEC 478, que prevê a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

O diálogo internacional incluiu compromissos e articulações com diferentes instituições, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, com a qual está em andamento a organização do "Seminário Regional sobre Políticas para las Mujeres em América Latina y el Caribe" e entendimentos sobre a ampliação e melhoria das estatísticas agropecuárias numa perspectiva de gênero, em parceria com o MDA.

### **Meta: Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**

Análise Situacional da Meta: O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/ 2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 81 organizações fizeram a adesão. Ao longo de 2012, além das atividades de rotina, tais como reuniões com o Comitê Técnico-Institucional e o Comitê Ad-hoc (constituído por especialistas da área acadêmica), foram realizadas as seguintes ações: 1- Assinatura do Termo de Compromisso com as organizações participantes do Programa; 2- Oficina Práticas de Igualdade – visando à troca de experiências entre as organizações participantes, divulgação das boas práticas implementadas e esclarecimento de possíveis dúvidas entre as organizações que iniciam a sua participação; 3- Monitoramento a distância, realizado no período de junho a setembro; 4- Monitoramento in loco (visitas às organizações), concluído em dezembro. Em 2013 ocorrerá a premiação das organizações que alcançaram suas metas e o lançamento da 5ª edição.

### **Meta: Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil**

Análise Situacional da Meta: Em janeiro de 2012 foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar e ratificar o conteúdo da



Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). O Ministério indicou a SPM/PR para presidir a Comissão. Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico.

**Meta: Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

Análise Situacional da Meta: Ao longo de 2012 foram realizadas várias atividades de pactuação com sindicatos e a federação nacional desta categoria profissional, bem como com as centrais sindicais. A SPM/PR acompanhou os trabalhos da Comissão Especial da PEC 478/2010, que debateu a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e que culminou na aprovação e promulgação da PEC em março de 2013.

**Meta: Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta: Em janeiro de 2012 foi instituída a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo foi analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 sobre o Trabalho Doméstico.

**Meta: Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta: A Lei nº 11.324/06 previa a dedução até o ano-calendário de 2011. Em 2011, a Lei nº 12.469 ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

**Objetivo: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Para estimular a produção e difusão de conhecimentos científico e tecnológico assim como as relações de gênero, identidade, orientação sexual e

raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, a SPM/PR incentivou a ampliação do número de inscrições na 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação. As ações da Secretaria pretendem incentivar políticas culturais, de esporte, lazer e educação, observando a igualdade e a equidade de gênero.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação. A SPM/PR apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília, a ampliação de divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; além disso, articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para promover maior divulgação do programa; no âmbito do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça iniciou a negociação de possíveis parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização e ampliação do curso; ocorreu a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012 e a 8ª edição lançada em 2012 será finalizada em 2013.

**Meta: Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

Análise Situacional da Meta: O curso foi ofertado em 37 instituições de ensino. O número total de vagas, em 2012, foi de 8.580 em aperfeiçoamento, extensão e especialização.

**Meta: Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SPM/PR trabalhou pelo lançamento de novo edital do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça com a parceria do Ministério da Educação. A Secretaria busca novas parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização do curso. Porém, houve atrasos no oferecimento do curso devido à greve nas universidades federais. Além disso, outros projetos de formação de gestores foram apoiados por meio da celebração de convênios no final de 2012.

Em 2012 foram ofertadas 8.609 vagas de especialização e extensão em 19 instituições de ensino.

**Meta: Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A SPM/PR irá elaborar proposta em 2013, em parceria com o Ministério da Educação, que será posteriormente submetida ao Conselho Nacional de Educação.



**Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

**Meta: Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta: Ações importantes foram realizadas nesse campo, em destaque o comparecimento do Brasil, representado por uma delegação chefiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, à 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW para apresentar o VII Informe Periódico do País, dando conta da implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher O Brasil informou os avanços alcançados no período na promoção dos direitos da mulher, a exemplo da eleição da primeira presidenta, e indicação de 10 ministras mulheres; a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que mobilizou cerca de 200 mil mulheres em todo o País; do crescimento no número de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres; das decisões do Supremo Tribunal Federal confirmando a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e reconhecendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a expansão da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para o atendimento de brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e Itália. Como resultado desse processo, o Comitê elogiou os esforços que o País vem realizando no enfrentamento à violência contra as mulheres e em outros pontos da Convenção e encaminhou ao Brasil uma série de recomendações para acelerar sua implementação, em particular em relação ao tema do acesso ao poder e à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ainda no âmbito da Convenção CEDAW, vale registrar que a SPM integra Grupo de Trabalho Interministerial que, ao lado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e da Advocacia-Geral da União, é responsável pela implementação das recomendações do Comitê CEDAW para o “Caso

Alyne Pimentel” (falecida em 2002, grávida de seis meses, vítima de negligência e imperícia médica). Dentre essas recomendações, estão a indenização para a mãe e a filha de Alyne Pimentel, a adoção de melhorias nos serviços de saúde e a redução das taxas de mortalidade materna. Merece destaque também a participação da SPM na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável (Rio + 20) e na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, reafirmando nas declarações aprovadas nestes e em outros encontros regionais e internacionais os compromissos assumidos em instrumentos internacionais do campo dos direitos das mulheres. Bem como, em um ano em que começaram os movimentos de avaliação dos 20 anos de implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a participação do Brasil em várias instâncias que trataram do tema, em especial a 45ª Sessão do Comitê de População e Desenvolvimento da ONU (Nova Iorque/EUA, 23 a 27 de abril de 2012) e a Reunião do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento (Quito/Equador, julho de 2012). A atuação da delegação brasileira foi importante para que os documentos finais dessas reuniões reafirmassem temas como o desenvolvimento sustentável, o papel das relações de poder, os direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, bem como os demais compromissos assumidos em Cairo. Por fim, nesse campo vale destacar também os esforços que foram feitos para a reativação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, fortalecendo assim, em âmbito governamental, a implementação dos compromissos assumidos em 1994, em Cairo, quando da realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento.

**Meta: Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta: Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM/PR atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Foram impressas 60.000 cartilhas, distribuídas para: 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres; 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres; Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres; Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres; bancada feminina no Congresso (55 deputadas federais e senadoras).

**Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando

o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015; bem como um amplo processo para pactuar as 415 ações contidas no Plano com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se à nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Um importante espaço neste processo foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê é o espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, ele foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos Estados e Municípios. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o documento “Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais”, que deverá ser publicado em 2013.

Também passou por adaptações o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM. Um novo módulo foi criado e será utilizado por todos os órgãos responsáveis por ações no PNPM para o monitoramento e acompanhamento da implementação do PNPM. O PNPM 2013-2015 será lançado em 2013.

A SPM/PR vem trabalhando pela disseminação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todo o país, nos governos estaduais e municipais. A instalação de OPMs nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres. Além disso, a existência de tais instâncias executivas permite maior efetividade das políticas públicas para as mulheres, na medida em que promove capilaridade e articulação federativa. Em 2012, atingiu-se a marca de 25 OPMs estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 437 OPMs municipais. A SPM/PR vem realizando diversas atividades (como concessão de apoio financeiro para a instalação destas instâncias por meio da aprovação de 12 convênios e realização de encontro do Fórum de OPMs) com o objetivo de apoiar e fortalecer essas iniciativas. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o Guia de Implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, que deverá ser publicado em 2013. A SPM/PR também elaborou em 2012 um guia contendo orientações para a implementação de OPMs, que deverá ser divulgado no início de 2013.

Em 2013, o fortalecimento dos OPMs deverá ser uma das prioridades da SPM/PR. Uma estratégia para isso será a atuação junto às prefeitas eleitas e também com o conjunto de prefeitos/as eleitos/as, em encontro realizado em janeiro de 2013, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, principal instrumento de participação e controle social, manteve-se ativo em 2012, quando foram realizadas cinco reuniões ordinárias.

A produção de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas avançou principalmente com a publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório, lançamento de editais de pesquisa sobre garantia dos direitos das mulheres e a política para a igualdade de gênero, e sobre a história e a memória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM/PR ainda vem avançando na implementação da Lei 12.227/2010, que instituiu

o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), tendo articulado com a Casa Civil pela regulamentação infra-legal, estabelecido um grupo de trabalho inter-setorial para sua elaboração e contratado uma consultoria de suporte às atividades do grupo de trabalho.

**Meta: Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta: Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional é tarefa do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, que tem avançado bastante nessa direção, com publicação de boletins, publicação da Revista Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, contratação de consultores para desenvolvimento de pesquisas e estudos, dados e indicadores, principalmente no que diz respeito ao Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010). Os indicadores e as publicações (boletins, revistas e outros) estão disponíveis no endereço: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>. Para realizar estudos e diagnósticos, foi instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República SPM/PR, o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de contribuir para a definição e análise de indicadores que permitam a elaboração e divulgação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010. O Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas, tem como escopo: gerar subsídios para a elaboração e divulgação do RASEAM; fomentar a elaboração de indicadores e dados sobre a igualdade de gênero e a garantia de direitos das mulheres, incorporando, quando cabível, as perspectivas de raça, etnia, orientação sexual, geracional e outras desagregações que considerem as mulheres em sua diversidade; promover a análise de estatísticas e dados que suportem diagnósticos sobre a igualdade de gênero e a política para as mulheres, tendo como referência as temáticas, ações e prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e subsidiar a construção e alimentação de banco de dados de acesso público. Integram o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas para as Mulheres, que o coordena, com 5 (cinco) representantes titulares e 5 (cinco) representantes suplentes; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem integrar também o Grupo de trabalho, na qualidade de convidadas permanentes: ONU-Mulheres; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos DIEESE. Podem participar das reuniões do Grupo de trabalho, na qualidade de convidados/as, representantes de outros Ministérios e entidades, além de especialistas nos temas afetos às atribuições do grupo. A criação deste GT foi formalizada pela Portaria nº 119, de 26 de setembro de 2012.

**Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

**Meta: Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM. Em novembro, foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

Com relação às mulheres indígenas, do campo e da floresta, negras e lésbicas pretende-se que, além dos conteúdos padrões que são trabalhados para a formação das atendentes, sejam aprofundados, para o próximo ano, os entendimentos acerca das vulnerabilidades das diferentes mulheres que são vítimas de violência, de forma que a atendente passe a conhecer o tema e tenha condições de acolher e colher informações a respeito destas especificidades no momento do atendimento.

## **PROGRAMA: 2018 – Biodiversidade**

**Objetivo: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.**

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo: Por meio da Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade-PNPSB, cujo objetivo é fomentar o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).



Visando garantir o uso sustentável das espécies extrativistas por povos e comunidades tradicionais foram identificadas 30 espécies prioritárias para elaboração de diretrizes de boas práticas de manejo sustentável. Das 16 diretrizes elaboradas, 10 estão em processo de publicação. As demais serão elaboradas em 2013.

Em reconhecimento ao potencial natural e sociocultural da biodiversidade brasileira, o MMA em parceria com outros Ministérios, articula parcerias com os órgãos estaduais e as organizações da sociedade civil para implementação de ações integradas que fortaleçam a economia do extrativismo. Foram definidas 13 cadeias produtivas e 18 Arranjos Produtivos Locais da Sociobiodiversidade - APLs para serem trabalhados, buscando a integração das políticas públicas nos territórios e fortalecimento dessas cadeias prioritárias. Para tanto, 12 instituições locais foram contratadas para mobilizar e articular localmente a dinamização dos APLs em 7 estados.

A propósito, foram cadastradas 16.796 famílias de populações tradicionais em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais; e celebrados 3 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU com instituições representativas das populações tradicionais, concedendo direito de uso a 1.350 famílias extrativistas.

Como estratégia de ampliação das políticas voltadas ao setor extrativista, em 2012 foi instituído grupo de trabalho envolvendo MMA, MDA, MDS, MPOG, INCRA, ICMBio e as organizações da sociedade civil CNS, GTA e CONFREM para elaborar o Plano de Ação Nacional para o Fortalecimento do Extrativismo. Este Plano objetiva promover acesso aos territórios com infraestrutura e ações concretas de inclusão social e fomento à produção sustentável em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Projetos de Assentamento Diferenciados.

No âmbito do programa Brasil Sem Miséria instituído pelo Dec. 7.492/2011, cujo objetivo é retirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$70,00, o programa Bolsa Verde, instituído pela Lei 12.512/2011, visa incentivar o uso sustentável dos ecossistemas e a valorização dos serviços ambientais prestados por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. Este é um diferencial por aliar aspectos sociais e ambientais, procurando reconhecer e compensar os serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O Programa prevê a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com periodicidade trimestral às famílias beneficiárias, por um prazo de dois anos. Em 2012, o programa atingiu cerca de 34.400 famílias que residem em Unidades de Conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, de diferentes biomas. Em 2013, além de expandir progressivamente o número de famílias beneficiadas, o Programa vai focar na capacitação ambiental e na assistência técnica, no monitoramento ambiental, por imagem de satélite, da cobertura vegetal dos territórios das famílias beneficiadas e verificação da conformidade com a legislação ambiental.

Em consonância, na perspectiva de construção de ações estratégicas que visem à elaboração de medidas para facilitar o processo de transição para uma agricultura de base ecológica foi instituída por meio do Decreto nº 7.794/2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Esta iniciativa busca elevar o patamar de proteção dos estoques de capital natural e de sustentabilidade da agropecuária brasileira, construindo alternativas para redução da contaminação de alimentos e redução da dependência de insumos externos. Em 2013 o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo será finalizado. Ele

constitui-se como um instrumento central na implementação da Política, pois integra ações e medidas estratégicas para sua execução.

Dentre as ações previstas na PNAPO podemos destacar a proposta de melhoria na sistematização do conhecimento sobre projetos e equipes vinculados à agricultura de base ecológica na Embrapa com ênfase na agrobiodiversidade. O MMA iniciou, em setembro, diálogos com a Embrapa e com a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA para a elaboração de um projeto que visa mapear as iniciativas de manejo da agrobiodiversidade no Brasil. Este projeto deverá ser desenvolvido em 2013.

**Meta: Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais**

Análise Situacional da Meta: Foram celebrados 03 (três) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU com instituições representativas das populações tradicionais, concedendo direito de uso para 1.350 famílias extrativistas.

**Meta: Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, durante a Rio + 20 foi lançado o Portal Yapdê, uma plataforma virtual com o cadastro de entidades representativas e de apoio aos povos e comunidades tradicionais e informações sobre esses segmentos. Em 2013 será realizada uma contratação para ampliar o banco de dados.

**Meta: Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 ainda não foram elaborados Planos de Desenvolvimento. Em 2013 será realizado o II Grande Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivo de avaliar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**Meta: Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade**

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados 5 projetos dos quais 3 direcionados à iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres (pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral); e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

**Meta: Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta: Os APLs apoiados englobam os seguintes produtos e estados:

- 1 - pequi (MG),
- 2 - pinhão (PR),
- 3 - umbu e licuri (BA),

- 4 - piaçava (BA),
- 5 - pequi e babaçu (CE),
- 6 - babaçu (MA),
- 7 - buriti (PI),
- 8 - carnaúba (PI),
- 9 - castanhas e óleos (andiroba e copaíba) PA-BR 163),
- 10 - açaí e óleos (PA-baixo Amazonas),
- 11 - açaí (PA-Marajó),
- 12 - piaçaba (AM).

**Meta: Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado**

Análise Situacional da Meta: No período de janeiro a novembro de 2012, 9.281 famílias de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares acessaram a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Biodiversidade, comercializando os seguintes produtos: amêndoa de babaçu, borracha, fibra de piaçava e açaí. Chegando-se ao valor de R\$ 4.258.752,48 de subvenção concedida. Já o Programa de Aquisição de Alimentos operado pela CONAB, adquiriu, no período, produtos de 825 famílias com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP extrativista, cujo valor dos produtos comercializados chega R\$ 3.528.171,59. Somando os dois programas chega-se a um valor R\$ 7.786.924,08 de recursos aplicados e a um total de 10.106 famílias extrativistas beneficiadas por esses dois programas somente nas operações coordenadas pela CONAB.

Quantidade alcançada: 10.106

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o programa atingiu 34.400 famílias que residem em Unidades de Conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, de diferentes biomas. Em 2013, além de expandir progressivamente o número de famílias beneficiadas, o Programa vai focar na capacitação ambiental e na assistência técnica, no monitoramento ambiental, por imagem de satélite, da cobertura vegetal dos territórios das famílias beneficiadas e verificação da conformidade com a legislação ambiental.

**PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família**

**Objetivo: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF)



têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1º semestre de 2011 e 2º semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, em média, 4,66 milhões de crianças até 7 anos de idade beneficiárias do PBF foram acompanhadas semestralmente na condicionalidade de saúde. Desse total, 4,62 milhões registraram vacinação em dia, o equivalente ao percentual médio de 99,04%. Assim, com relação ao acesso à saúde infantil, o acompanhamento das crianças beneficiárias e o cumprimento da agenda de vacinação têm alcançado resultados positivos. No último período auferido, 2º semestre de 2012, o percentual de vacinação foi de 99,21%.

Quantidade alcançada: 99,21

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: O acompanhamento da condicionalidade de educação é bimestral e envolve 5 períodos de acompanhamento por ano, divididos nos bimestres de fevereiro e março, abril e maio, junho e julho, agosto e setembro, outubro e novembro. O público para acompanhamento é dividido entre crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos. No ano de 2012, na faixa etária de 6 a 15 anos, 15,2 milhões formavam o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que foram efetivamente acompanhados 13,5 milhões, o equivalente a 88,8%, em média. Entre os jovens de 16 e 17 anos, 2,5 milhões compuseram o público para acompanhamento e 1,9 milhão foram, de fato, acompanhados, totalizando o percentual médio de 77,38%. Para os próximos anos o objetivo é ampliar o acompanhamento para 95%, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, e para 85% na faixa dos

16 e 17 anos. No último período auferido em 2012, o percentual de acompanhamento para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, referente ao bimestre de outubro e novembro, foi de 87,31%.

Quantidade alcançada: 87,31

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, foi implementado o benefício variável vinculado à gestante (BVG), no valor de 9 parcelas mensais de R\$ 32,00. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. A vinculação do benefício à gestante tem aprimorado a identificação de gestantes por meio do Sistema de Gestão do programa Bolsa Família na saúde e melhorado os índices de acompanhamento. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes.

Quantidade alcançada: 99,06

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. As informações do Cadastro Único facilitam a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, pois mostra quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias brasileiras mais vulneráveis.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa, uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capita inferior a R\$70,00); identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos; além de atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres. Na base de dados do

Cadastro Único de agosto/2012, havia 24.201.831 famílias registradas, das quais 22.087.075 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (91,3%).

A partir da implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único, novos grupos populacionais específicos passaram a ser identificados no Cadastro. Além dos indígenas e quilombolas, treze novos grupos passaram a ser identificados, entre os quais o de extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária, catadores de material reciclado, ciganos, povos e comunidades de terreiros. Em 2012, foi lançado o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a identificação de famílias pertencentes a essas populações. Durante todo o ano de 2012, como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, foram identificadas no Cadastro Único, até dezembro de 2012, 116.243 famílias indígenas, 80.621 famílias quilombolas, 11.739 famílias em situação de rua e 350.605 famílias de grupos tradicionais e específicos marcadas no campo próprio do Formulário Suplementar 1 (conforme tabela abaixo).

Grupos Identificados no campo 2.07 do formulário suplementar 1 (dez/12):

Família cigana	1.255
Família extrativista	7.977
Família de pescadores artesanais	28.894
Família pertencente à comunidade de terreiro	570
Família ribeirinha	11.388
Família de agricultores familiares	245.276
Família assentada da reforma agrária	27.090
Família beneficiária do programa nacional do Crédito Fundiário	936
Família acampada	2.887
Família atingida por empreendimentos de infraestrutura	1.329
Família de preso do sistema carcerário	3.133
Família de catadores de material reciclável	19.870
Total de famílias registradas no Formulário Suplementar	350.605

### **Meta: 100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a Fundação Cultural Palmares possuía 2.024 comunidades quilombolas certificadas, enquanto o Cadastro Único possuía, em agosto de 2012, 4.422 comunidades cadastradas (certificadas e não certificadas). Uma análise feita ao longo do segundo semestre demonstrou que aproximadamente 550 comunidades certificadas ainda não estavam inseridas.

Foi feita a compilação de todas as necessidades de atualização, incluindo todas as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo que, em janeiro de 2013, as demais 550 comunidades foram inseridas, totalizando 100% das comunidades quilombolas certificadas incluídas no Cadastro Único.

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/01/2013

**Meta: Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta: A identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPE) é importante para que órgãos governamentais possuam o perfil socioeconômico apresentado pelos dados constantes no Cadastro Único, de forma a adequar e focalizar políticas públicas elaboradas para esses grupos familiares.

Dessa forma, a implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único em praticamente todos os municípios deu-se ao longo de 2012, quando se iniciaram ações para garantir a correta identificação dos 16 grupos populacionais constantes do Cadastro.

Nesse sentido, várias iniciativas foram levadas a cabo para atingir o objetivo. Foram realizadas capacitações com foco específico na identificação e abordagem dos GPE nos Estados, uma ação que envolveu agentes multiplicadores capazes de repassar o conhecimento a todos os municípios brasileiros. Foram realizadas 6 capacitações em 2012 – nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Maranhão – que somadas às realizadas em 2011, perfizeram o total de 25 estados e Distrito Federal capacitados. O único Estado que não realizou a capacitação foi Amapá.

Outra iniciativa fundamental foi o cruzamento com cadastros pré-existentes em outros órgãos federais de forma a traçar estratégias e ações de cadastramento para os Povos e Comunidades Tradicionais e, de igual forma, apoiar políticas que se destinem a essas populações, como Bolsa Verde, Chamada ATER, Bolsa Estiagem, entre outros.

Foram cruzados dados do Cadastro Único com as seguintes bases dos Ministérios/Órgãos:

1. Ministério do Meio Ambiente – Extrativista
2. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Programa Nacional de Crédito Fundiário
3. INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)
4. Ministério da Pesca e Aquicultura – Registro Geral de Pesca (RGP)
5. Secretaria de Patrimônio da União - Ribeirinhos

Os dados analisados permitiram aprimorar a orientação e as estratégias repassadas aos estados e municípios sobre a necessidade da correta identificação dos GPE. O objetivo é traçar um mapa de necessidade de atualização e cadastramento dos Povos e Comunidades Tradicionais e Específicos ao longo de 2013.

Como ação de suporte e correta identificação dos GPE foi lançado, em setembro de 2012, o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a abordagem e a correta identificação de famílias pertencentes a essas populações.

De maio a dezembro de 2012, foram realizadas 9 Oficinas de Busca Ativa nos seguintes estados: Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Bahia, Alagoas, Paraná e Roraima, com a mobilização de mais de 550 lideranças e órgãos governamentais que trabalham com populações de baixa renda. O objetivo desta iniciativa foi mobilizar os parceiros com representação nos estados para ações articuladas e integradas de Busca Ativa de famílias

de baixa renda, com prioridade para as que se encontram em extrema pobreza e que muitas das vezes pertencem a povos e comunidades tradicionais. Além disso, foi o momento para apresentar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os princípios de Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral.

Também foram realizadas três oficinas de Busca Ativa para o Bolsa Verde, em Belém, Manaus e Rio Branco, que contaram com a participação de representantes do MDS, MMA, ICMBio, INCRA, SPU e servidores responsáveis pela gestão municipal do Cadastro Único e Bolsa Família, situação que envolveu os 3 níveis de governo. Os objetivos das oficinas foram: a) esclarecer e tirar eventuais dúvidas sobre o objetivo e a forma de implementação do Programa Bolsa Verde; b) esclarecer os mecanismos e atores responsáveis pela inclusão de novas famílias no Cadastro Único; c) mobilizar parceiros para ações articuladas e integradas de Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único de famílias extremamente pobres, nas áreas prioritárias para a implementação do Programa Bolsa Verde.

## **PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça**

**Objetivo: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a Defensoria Pública da União (DPU) empreendeu diversas ações em direção ao objetivo de garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Nesse sentido, a DPU prestou assistência a 565.094 cidadãos, número 17,59% maior que o aferido em 2011. Além disso, foram realizadas 14 edições do Projeto DPU Itinerante, por meio do qual a Instituição leva assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do país, atendendo a 3.047 cidadãos.

Também foram concluídos os processos de instalação de salas de visita virtual para atendimento aos cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais em todas as 27 capitais e nos núcleos de atendimento a penitenciárias federais.

Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e a com a Caixa Econômica Federal que permitirão diminuir substancialmente o volume de demandas judiciais e agilizar o atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários.

Por fim, com relação ao processo de interiorização da assistência jurídica, destaca-se a aprovação do projeto de lei que criou 789 cargos de defensor público federal. O provimento gradual desses cargos, juntamente com a estruturação da carreira de apoio, o ajuste do

quadro de servidores e a estrutura de cargos em comissão, permitirão à Defensoria Pública da União, nos próximos anos, levar assistência jurídica gratuita a 100% das localidades atendidas pela Justiça Federal.

**Meta: Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.**

Análise Situacional da Meta: 20 Defensores Públicos Federais foram capacitados para atuação em casos de discriminação racial.

**Meta: Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.**

Análise Situacional da Meta: Foi realizado convênio com a Fundação Palmares para implementação de ações institucionais para acesso pelos Defensores Públicos Federais a informações sobre as comunidades quilombolas. Com isso, pretende-se estruturar o atendimento a essas comunidades nos anos seguintes.

**Meta: Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros**

Análise Situacional da Meta: Levantamentos em fase de elaboração, bem como os encaminhamentos necessários à pactuação com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal.

**PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**

**Objetivo: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.**

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

**Meta: Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais**

Análise Situacional da Meta: Algumas ações de capacitação foram iniciadas em parceria com as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa para implementação de projetos de extensão para grupos indígenas, mulheres e juventude rural. Também foram implementados projetos em parceria direta com universidades federais para inclusão digital de cerca de 10.000 jovens residentes em comunidades rurais. Por fim, desde 2003 são disponibilizadas conexões à internet via satélite para grupos específicos, como quilombolas e tribos indígenas.

**Meta: Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso**



**Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi instituído o Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, o qual estabeleceu as condições de atendimento, os órgãos competentes por solicitar a instalação de Telefone de Uso Público nestes locais e os prazos de instalação.

## **PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**

**Objetivo: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.**

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Cultura, cumprindo o objetivo de divulgar e promover a cultura afro-brasileira, atuou não só no fomento e promoção, mas também em ações visando à preservação de expressões culturais importantes que constituíram as bases para a formação da identidade brasileira.

No que se refere ao Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira, visando a dar apoio e visibilidade a eventos importantes do ponto de vista simbólico, merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas no ano de 2012: a realização do "2º Premio Nacional de Expressões Culturais"; a realização de um conjunto de atividades para marcar o "24º Aniversário da Fundação Cultural Palmares"; o apoio à realização da festa "Bembé do Mercado – 122 Anos de Resistência"; a realização do evento "Quilombos, Terreiros e Juventude: justiça ambiental e práticas culturais afrodescendentes", durante a RIO +20; a realização de atividades comemorativas do "Dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial – Comemoração ao Dia da África"; o apoio ao evento "Celebração do Samba Junino do UNJIRA QUINÃ"; o lançamento do "Edital do Núcleo de Formação de Agente Cultural da Juventude Negra – NUFAC"; o apoio à realização do evento "Latinidades 2012 - Festa da Mulher Afro Latina Americana e Caribenha"; o apoio ao evento "10º Lavagem do Acarajé da Yaya" e ao evento "Todo Dia é Dia de Samba"; a realização do "VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros/as" e do "VI Encontro Afro-Carioca de Cinema", em comemoração ao Dia Nacional do Samba.

No que tange ao apoio às ações de preservação, proteção, capacitação, manutenção, identificação e difusão da expressão cultural e ao registro das comunidades quilombolas, negras tradicionais e de terreiros, bem como ao desenvolvimento de ações de inclusão e sustentabilidade dos remanescentes de quilombos, importa sublinhar: a realização do evento "Demonstração de Modo a Fazer e Fornecimento", de degustação da culinária afrobrasileira; o apoio às comemorações do "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa" e ao evento "Tributo aos 100 anos de Luiz Gonzaga". Importante citar ainda: a realização das oficinas "Construção de Instrumental e Atos Normativos de Análise e Avaliação de Impactos Ambientais em Comunidades Remanescentes de Quilombos" e "ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ – Patrimônio Cultural Imaterial das Comunidades de Terreiro"; dos encontros "Articulação e Capacitação dos Povos Tradicionais de Terreiro", na Cúpula dos Povos da Conferência RIO +20, e "Comunidades Quilombolas de Teodoro, Oliveira e Ventura de Minas Gerais", visando este último a preservação e resgate da memória do congado; além da realização de ações de guarda e conservação do Sítio Histórico da Serra da Barriga.



Não menos importante foi a realização, no ano de 2012, de pesquisas, estudos e levantamentos de dados e informações sobre a população afrodescendente e, mais especificamente, sobre a cultura e o patrimônio afrobrasileiro, que deverão subsidiar a Fundação Cultural Palmares na formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas e na proposição e execução de ações que levem ao desenvolvimento político, social e econômico desse segmento, por intermédio da valorização da dimensão cultural. Merecem destaque nessa área: a realização do “VII Encontro de Educação Étnico-Racial: cultura e direitos humanos”; o lançamento dos livros “Direitos Humanos e as Práticas de Racismo”, “Olhares sobre a Mobilização Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo e Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas”; além da coleção “Conheça Mais – Cultura Afrobrasileira: nosso patrimônio”.

No que se refere a ações de apoio às comunidades quilombolas, a Fundação Cultural Palmares – FCP prosseguiu, em parceria com a Procuradoria Federal, com ações relacionadas à assistência jurídica, atendendo ao disposto no Decreto nº 4.887/2003, visando assegurar a integridade territorial, o patrimônio cultural e o atendimento de demandas de natureza jurídica dessas comunidades. Nessa linha de atuação, foram atendidas 16 comunidades nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pará e Ceará. Para dar suporte a estas atividades, foi fornecido apoio à realização de oficina para capacitação de defensores públicos federais, estaduais e operadores do direito para aprimoramento da assistência jurídica a quilombolas.

Cabe mencionar, ainda, o apoio, nesse período, à realização dos seguintes projetos: “Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão” e do “Festival Latino Americano de Cultura e Arte”, este último em parceria com a Universidade de Brasília.

Por fim, ressalta-se que a certificação emitida pela Fundação Palmares é o primeiro passo governamental para o processo de regularização fundiária das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

### **Meta: Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos**

Análise Situacional da Meta: No período em questão foi realizado o atendimento a 10 projetos por meio de edital de chamamento público, 03 projetos por meio de convênios com entidades governamentais e 16 projetos de iniciativa própria e/ou em parceria com o terceiro setor.

Quantidade alcançada: 29

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	9	31/12/2012
Região Nordeste	60	unidade	8	31/12/2012
Região Norte	40	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	80	unidade	10	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	1	31/12/2012

### **Meta: Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra**

Análise Situacional da Meta: A doação do terreno à Fundação Palmares pelo Governo do Distrito Federal ocorreu em 31/10/2012 em solenidade que contou com a presença da Ministra da Cultura e do Governador do DF. Foi publicada Portaria que institui Grupo de Trabalho com a atribuição de viabilizar diretrizes básicas para elaboração de projeto executivo, construção e funcionamento.

**Meta: Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram apoiadas 3 pesquisas: a) II Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira - Prêmio Palmares 2012; b) Ciclo de Palestras Conheça Mais – Cultura Afro-brasileira: nosso patrimônio - 9 volumes; e c) Diversidade Cultural Afro-brasileira: ensaios e reflexões. Estimamos o apoio a outras 7 pesquisas e consequentemente o alcance da meta até 2015.

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2012

**Meta: Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros**

Análise Situacional da Meta: Foram atendidas, até 31 de dezembro de 2012, 135 comunidades. Em 122 delas foram desenvolvidas ações de certificação e nas demais foram realizados seminários e/ou oficinas exploratórias com vistas ao mapeamento de demandas.

As principais dificuldades estão relacionadas à necessidade de priorizar as demandas emergenciais das comunidades, que embora não gerem grandes impactos, são fundamentais e integram a fase inicial do processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Nas ações de assistência jurídica ocorreram visitas "in loco" aos quilombos com a oitiva de problemas (jurídicos e metajurídicos) dos quilombolas e efetivadas ações institucionais para resolvê-los.

Quantidade alcançada: 135

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	104	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	1.013	unidade	91	31/12/2012
Região Norte	156	unidade	5	
Região Sudeste	232	unidade	29	31/12/2012
Região Sul	130	unidade	5	31/12/2012

**Objetivo: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.**

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo: No que diz respeito ao apoio à produção audiovisual, foram apoiados diversos projetos selecionados em editais de 2011: 10 do Edital de Baixo Orçamento, 25 do Edital de Curta Metragem, 10 do Edital de Roteiristas Estreantes, 13 do Edital de Roteiristas Profissionais e 5 do Edital de Gênero Documental. Além disso, foi lançado em 2012 o chamamento público para apoio, em 2013, a projetos alinhados à macropolítica Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A expectativa é de apoio, em 2013, à produção de até 6 curta-metragens dirigidos ou produzidos por jovens negros.

## **PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**

**Objetivo 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.**

**Objetivo 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Meta: Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas**

**Meta<sup>1</sup>: Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.**

**Meta<sup>2</sup>: Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.**

Análise Situacional da Meta: Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

<sup>1</sup> Objetivo 0977.

<sup>2</sup> Objetivo 0977.

## PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

**Objetivo: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se, ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas, sendo que, somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidade da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação

de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

**Meta: Construir salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.**

Análise Situacional da Meta: Essa meta visa garantir a infraestrutura mínima necessária para o bom funcionamento das escolas nessas comunidades. Ressalta-se a necessidade do currículo escolar contemplar a realidade das crianças, adolescentes e adultos dessas comunidades, que precisam ter sua história e sua cultura respeitadas na sala de aula, bem como nos materiais pedagógicos. Os professores e as professoras, preferencialmente oriundos das próprias comunidades, devem passar por processos de formação sobre Educação Escolar Quilombola. Ainda é preciso aumentar o número de comunidades no país que possuem instalações escolares adequadas para que crianças e adolescentes quilombolas possam concluir, pelo menos, o ensino fundamental. Garantir a educação nesses territórios, onde vive parcela significativa da população negra brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais, é pressuposto fundamental para uma educação não racista. Em 2012, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), no componente infraestrutura escolar, foram aprovadas construções de 29 escolas em áreas quilombolas. Destaca-se que para apoiar a infraestrutura é necessário que o município solicite o equipamento.

Quantidade alcançada: 29

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Com a missão de apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação e para aprofundar o regime de cooperação entre os entes federados, o MEC promoveu, em 2012, entre outras ações, a pactuação e articulação com gestores e demais profissionais da educação para adoção de estratégias de planejamento e medidas governamentais necessárias ao atingimento das metas previstas no PNE. Nesse sentido, o Ministério vem atuando no apoio e fortalecimento do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Tem dialogado, ainda, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual faz a representação sindical dos funcionários de escola, com a finalidade de construir proposta de diretrizes para a Política Nacional de Formação para os Funcionários de Escola.

Em apoio ao cumprimento da Lei do Piso, o MEC contribui com os entes federados na estruturação de planos de carreira e remuneração. Nesse sentido, vem realizando estudos e pesquisas analíticas sobre os planos de carreira dos profissionais da educação das redes públicas estaduais e municipais, que resultarão na elaboração de livro e manual contendo um plano de carreira referencial e as orientações necessárias para auxiliar os gestores na estruturação de planos de carreira e remuneração dos profissionais das redes públicas municipais, estaduais e do DF. Além disso, o Ministério tem prestado assistência técnica a esses entes assessorando-os na revisão de Planos de Carreira e Remuneração, analisando as possíveis distorções e dando orientações de modo a torná-los viáveis do ponto de vista da sustentação orçamentária e financeira. Para tanto, está em andamento, além de uma proposta de um Plano de Carreira e Remuneração, referência para subsidiar os entes federativos, um estudo sobre financiamento da educação no Brasil, cujo objetivo é a avaliação dos resultados do Fundeb e das transferências voluntárias da União aos estados e municípios que recebem complementação, visando apontar caminhos que possam garantir maior equidade no financiamento e na oferta educacional.

Quanto à atenção à saúde e à integridade e às relações democráticas de trabalho, o Ministério da Educação, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), planeja ações voltadas para identificação dos principais problemas de saúde que influenciam no desempenho educacional e, com base nesse estudo, indica propostas de ações preventivas a serem adotadas pelas redes públicas para evitar o adoecimento e a perda da qualidade no trabalho.

No que se refere à formação, em 2012 houve intensa ampliação das ações e programas voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino estaduais e municipais. O desenvolvimento articulado dos programas e ações, associado às oportunidades de qualificação, vem contribuindo para a valorização do magistério e, por conseguinte, para o debate e diálogo sobre a carreira e remuneração dos profissionais da educação.

A Rede Nacional de Formação tem como público-alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos. As instituições públicas de ensino superior que integram a Rede produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga



horária de 120 horas. Em 2012 foram formados 425 professores e há 1.130 professores em formação. O programa autorizou o pagamento de 3.402 bolsas em 2012.

O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Por meio de 19 universidades, em 2012, o Programa formou 50.318 cursistas e outros 34.017 estão em formação. Foi autorizado o pagamento de 14.941 bolsas em 2012. Com a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada (SINAFOR), que integra as diversas iniciativas de oferta de cursos de formação continuada do MEC, em 2012, mais de 58 mil escolas públicas manifestaram, por meio do PDE-Interativo, suas demandas de formação. Esse modelo permite a compatibilização da oferta de cursos das três esferas de governo, por meio das universidades e centros de formação, com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos.

Ainda em relação à formação, o Programa Mídias na Educação oferece formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Tem como uma de suas principais características a integração das diferentes mídias ao processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes mídias. Foram atendidos 2.010 alunos. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo oferece formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral. No âmbito do Programa Um Computador por Aluno – UCA, uma das ações do Proinfo, foi pactuada, com a participação de 24 universidades federais, a oferta de 9.085 vagas para formação de professores. Um dos eixos do Programa Mais Educação refere-se a oferta de cursos de formação continuada em processos educativos da educação integral para Professores e Gestores da Educação. Em 2012, foram 15.430 profissionais capacitados.

No âmbito do Programa Saúde na Escola, parceria entre o MEC e o Ministério da Saúde, foi ofertado, em 2012, o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola.

O Programa Escola de Gestores contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram pactuadas 3.960 vagas para 2012. Foram ofertadas 8.711 bolsas para os diferentes ciclos vigentes.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) objetiva dar suporte à implantação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior. Os cursos são voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Em 2012, foram formados 2.198 professores.

O Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais (Prolind) visa fomentar nas instituições públicas de ensino superior a oferta de cursos de licenciaturas interculturais que habilitam professores indígenas para a docência nos anos finais e no ensino médio nas escolas indígenas, possibilitando, desse modo, a ampliação da oferta da educação básica nos territórios indígenas. Em 2012, foram atendidos 2.881 professores indígenas. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) destina-se exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que não tenham formação



superior; atuem em área distinta da sua formação inicial; e sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. Entre 2009 e 2012, 62.606 matricularam-se em cursos do Parfor, distribuídos em 1.904 turmas implantadas em 397 municípios, sediados em 22 Unidades da Federação.

Em relação à qualidade e à equidade na formação de professores, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Atualmente, há 195 instituições de educação superior participantes, atendendo a 4.160 escolas públicas, muitas das quais já registram melhoria no Ideb. Em 2012, o Programa alcançou 40.092 bolsistas de iniciação à docência; 288 coordenadores institucionais; 2.498 coordenadores de área; 266 coordenadores de gestão e 6.177 supervisores, totalizando 49.321 bolsas concedidas.

Já o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo induzir e fomentar a modalidade Educação a Distância em instituições de educação superior públicas do País, promovendo a expansão e interiorização de cursos e programas gratuitos e estimulando o emprego de tecnologias inovadoras na educação. Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 103 instituições públicas de ensino superior e 651 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Estão em andamento 923 cursos, dos quais 371 de graduação e 552 de pós-graduação lato e stricto sensu. Atualmente são 270 mil matrículas ativas, sendo 52,5% em cursos de licenciatura. De acordo com o Educacenso 2011, mais de 70 mil professores da rede pública da educação básica estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

**Iniciativa: 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.**

No âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior - UNIAFRO, em parceria com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEABs, são desenvolvidos projetos que contemplam a oferta de cursos de formação continuada de professores em Educação para as Relações Étnico-Raciais, presenciais e a distância, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento ou especialização, além de pesquisa, seminários e publicações acadêmicas voltadas à implementação da Lei nº 10.639/2003 nos sistemas públicos de ensino.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais, está fundamentada na concepção da “consciência política e histórica da diversidade, do fortalecimento de identidades e de direitos, das ações de combate ao racismo e às discriminações”. Nessa perspectiva, foi instituído o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contemplando políticas públicas educacionais para a construção da igualdade racial. As ações afirmativas se constituem um mecanismo importante para a eliminação das desigualdades étnico raciais.

Os Territórios Etnoeducacionais, modelo de organização e gestão da educação escolar indígena instituído pelo Decreto 6.861/2009, ao serem criados e pactuados, constituem Comissões Gestoras, por meio de Portarias do Ministro da Educação, compostas por representantes indígenas, governos federal, estaduais e municipais, Universidades, Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e sociedade civil. Essa Comissão é a instância de participação e controle social nas políticas da educação e tem a responsabilidade de planejar as ações necessárias para o fortalecimento da educação escolar indígena dentro de cada Território, através de um Plano de Ação, avaliar e acompanhar sua execução.

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino destacam-se também as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes. Já a 8ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio, contou com mais de 19 milhões de inscritos em 5.532 municípios. Além disso, a 6ª edição de Prêmio Professores do Brasil, contou com 2.609 inscrições, sendo 80 experiências condecoradas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil

Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil.

No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano, com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

Nas ações de Educação Ambiental, fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, empreendem-se esforços para inserir a temática de maneira qualificada nas agendas estaduais e municipais e apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturaram-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis. Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

No que tange às metas da proposta do novo PNE, o MEC desenvolveu uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, visando construir as bases do trabalho de apoio técnico a estados e municípios para a elaboração ou ajuste de planos de educação. A estratégia de assistência técnica contou com a parceria da Associação Nacional de Política e Administração da Educação na elaboração de um conjunto de quatro documentos: um documento base sobre a importância dos planos de educação dos entes federativos, que devem ser articulados aos demais instrumentos de planejamento e alinhados entre si; um segundo, que orienta a elaboração e ajustes dos planos de educação; um terceiro oferece sugestões de trajetórias de metas para cada estado e cada município, levando em consideração o diagnóstico inicial e as possibilidades de avanço; e um quarto que indica a importância do esforço conjunto dos entes federativos para que o país alcance as metas nacionais. Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, coube ao MEC o apoio para que o Fórum Nacional de Conselhos mantivesse sua agenda de reuniões, contribuindo para construção de pautas e participando diretamente das atividades que servirão de referência para que as redes e sistemas de ensino se organizem em torno de critérios nacionais.

**Meta: Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros**

Análise Situacional da Meta: A escolaridade média da população negra está evoluindo mais rapidamente do que a escolaridade média da população não negra. A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 7,7 anos em 2005 para 8,9 anos em 2011, enquanto a da população não negra passou de 9,6 em 2005 para 10,4 em 2011, um avanço percentual de 15% no período. A fim de manter os esforços necessários ao aperfeiçoamento da gestão das políticas voltadas a esse público o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores(as) para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, assim como promove programas que possibilitam a diminuição das desigualdades na educação ofertada às crianças e jovens negros e negras, nas diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

**Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta: O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, principalmente quando realizada a comparação dos dados observados nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Com o objetivo de criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental, em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por diretrizes: o fortalecimento da alfabetização como política pública prioritária nos estados e municípios; a articulação entre as redes de ensino para continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e; a compreensão da educação como articuladora das políticas sociais do Governo Federal, em alinhamento com a meta de erradicação da pobreza extrema. Fortaleceu-se a integração das políticas de alfabetização no âmbito do PBA com outras políticas do Governo Federal, entre estas, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), especialmente no que tange ao Programa Bolsa Família; com a Secretaria Geral da Presidência, na Agenda Valor Ambiental, com vistas a ações de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em Direitos Humanos e Educação Ambiental para os catadores de materiais recicláveis; com o Ministério da Saúde, para implementação do Projeto Olhar Brasil; com a Presidência da República, para atendimento aos canavieiros; com o Ministério da Justiça, para o atendimento às populações carcerárias; e com o Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Programa Pescando Letras. O PBA é executado pelos estados, municípios e Distrito Federal, com o apoio suplementar do Governo Federal para a execução dos planos de alfabetização de jovens e adultos. É assegurada a autonomia desses entes na organização de turmas e na definição metodológica, visando atender às especificidades da realidade local e do público atendido. Esta política favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelo Programa. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13 pontos percentuais (p.p) e 5,15p.p, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Igualmente, os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, é de 8,6%, apontando-nos que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e a melhoria da efetividade do programa, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015.



Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Isso indica que o analfabetismo feminino está diminuindo numa velocidade maior do que o masculino e colaborando para a maior parcela da queda do analfabetismo absoluto total.

O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total. Entretanto, a análise de indicadores educacionais, a partir do recorte étnico-racial, demonstra a desigualdade educacional no Brasil.

A taxa de analfabetismo da população do campo também recuou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados no atingimento da meta. Como uma das ações que visam aumentar a escolaridade das populações do campo, está a implementação do PBA.

## **PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica**

**Objetivo: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para superar o desafio deste objetivo o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

Para tanto, também foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o

Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos Territórios da Cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de sorte que, ao final do Programa, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Da nova fase de expansão 2011-2014, 76 já estão funcionando. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.



Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Tal iniciativa é adotada em diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil. Assim, no âmbito desses programas, são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

**Iniciativa: 02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais**

Em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da

federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Objetivo: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.

A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).

A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.

**Iniciativa: 02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.**

Em relação à educação profissional e tecnológica, não há desenvolvimento de ações com recorte étnico-racial no âmbito do Pronatec, embora sejam realizados atendimentos a populações quilombolas e indígenas.

### **PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

**Objetivo: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: A atuação do Governo Federal, no âmbito da educação superior, se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por

aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, destaca-se a criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades.

No ano de 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. O total de docentes e técnicos programados para 2012 tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Visando contribuir para a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, destaca-se a implementação do Sisu, que é um sistema informatizado para seleção de candidatos às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições públicas de ensino superior do país sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição. Proporciona ainda a mobilidade estudantil, ampliando suas experiências acadêmicas. Na primeira edição de 2012 participaram 95 instituições públicas de ensino superior, as quais ofertaram 108.560 vagas. Na segunda edição, participaram 56 instituições, tendo sido disponibilizadas 30.548 vagas, totalizando 139.108 vagas ofertadas no ano de 2012.

Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda, com cota para afrodescendentes e indígenas, a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, já foram atendidos 1.096.359 estudantes pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284.622 bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de 6 semestres e carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente. O valor máximo da Bolsa Permanência está estipulado em R\$ 400,00 mensais.

No tocante ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), desde 2010 foram implementados diversos aprimoramentos no Programa. Dentre as mudanças, destaca-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou licenciatura, para aqueles que exercerem sua atividade na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões. Em 2012, por meio do Fundo mais de 370 mil estudantes tiveram acesso a cursos de ensino superior em mais de 2,3 mil instituições de ensino cadastradas, o que representa aumento de 140% em relação ao total do ano anterior. Em números absolutos, foram 215 mil contratos a mais do que os 153 mil registrados em 2011. Além disso, 10.559 bolsistas parciais do Prouni firmaram contrato de financiamento pelo Fies.

Outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência

dos jovens no ensino superior público federal é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2012, foram concedidos, aproximadamente, 1,1 milhão de benefícios como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Já com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest). O Programa financia ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em 2012, foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, que representa um aumento de 75% em relação a 2011.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão em 2012.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam as necessidades do próprio curso de graduação. No ano de 2012, foram apoiados 840 grupos, beneficiando 840 tutores e 10.080 bolsistas.

O MEC tem direcionado seu foco na promoção da qualidade da educação superior também por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. O foco na atividade de regulação da educação superior possibilita o desenvolvimento de novos conceitos regulatórios e a definição de padrões decisórios, atribuindo a essa atividade papel de destaque na formulação da política para a Educação Superior do País. Cabe registrar que, em 2012, foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios, entre os quais, 2.662 reconhecimentos e 7.050 renovações de reconhecimento. Além disso, foram realizados 61 processos de credenciamento e 245 processos de recredenciamento de instituições de educação superior. Foram instaurados 426 procedimentos de supervisão com vistas à apuração de denúncias de irregularidades praticadas por instituições e de deficiências na oferta do curso ou por conta de resultados insatisfatórios nas avaliações educacionais.

A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em 2011, iniciou-se o apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários federais. A EBSERH coordena o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), que beneficia, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de



grande porte com perfil de alta complexidade onde são realizados, entre outros serviços, 11% dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais.

**Meta: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Análise Situacional da Meta: A ampliação dos grupos historicamente excluídos na educação superior é pauta nas ações e projetos do Ministério da Educação. Se analisarmos a participação da população negra na educação superior, entre 2005 e 2011, a taxa bruta de matrícula para essa população aumentou de 11,4% para um total de 19,5%, o que representa um crescimento de 71% em 6 anos. Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, os dados da Pnad apontam que, em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentavam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4%. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual era de 21,1% e, em 2011, 25,7%, o que representa um aumento da população das faixas de menor renda com acesso à educação superior.

Já no que se refere à Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior na região de menor escolaridade, ressalta-se que essa passou de 11,9% em 2005 para 21,40%, em 2011, o que representa um aumento de 80%.

No âmbito dos programas de acesso e inclusão, o ProUni, desde sua criação, já atendeu 1,1 milhão de estudantes, dos quais 535.817 são negros, o que representa 48,9% dessa população beneficiada com bolsas do Prouni. Em 2012 foram atendidos 176.716 estudantes, sendo 95.621 negros.

Em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, o Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Em 2012 foram apoiadas 55 Universidades Federais para execução de projetos de acessibilidade.

## PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

### Objetivo: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo: A universalização do acesso à energia elétrica é composta por duas ações concomitantes e complementares: o processo regulado e fiscalizado pela ANEEL, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/12 e o Programa Luz para Todos - LpT, instituído pelo Decreto 7520/11.

As metas e cronogramas das ações decorrentes da Resolução 488/12 ainda estão em fase de análise e conclusão na ANEEL. As metas do LpT para o período 2012-2015 foram estabelecidas em 495.000 domicílios.

### Meta: Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização

Análise Situacional da Meta: Da população identificada no Censo IBGE 2010 que se encontra na extrema pobreza (257 mil famílias), o Programa Luz para Todos já atendeu a 130,8 mil, no acumulado até dezembro/2012.

## PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

### Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST



Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens.

Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.

- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.
- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

**Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta: No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas. Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

**Meta: Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta: Os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”, que orienta quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco nas questões de gênero e raça/etnia. Especificamente nas diretrizes do PST padrão, em 2012 também foi consolidado como um dos princípios o “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social”, detalhando no item “o que se espera com o desenvolvimento dos projetos” a democratização do acesso ao esporte educacional, sem qualquer distinção ou discriminação.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos planejamentos pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas diretrizes do PST no Mais Educação, foi inserido o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”.

Também consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que, na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

### **PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

**Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes

volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução Nº 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução Nº 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 municípios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

### **Meta: Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços**

Análise Situacional da Meta: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF deve dispensar atenção especial ao atendimento de famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros) ou vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros).

O Censo SUAS 2011 revela que 1.622 (21%) CRAS informaram possuir comunidades tradicionais em seu território. Desses, 93% afirmam realizarem ações voltadas ao atendimento e acompanhamento desse público. Em relação às populações rurais, o Censo mostra que 4.911 (65%) CRAS possuem, em seu território de abrangência, bairros situados na zona rural.

Em 2013 deverá ocorrer a implantação de acordo de cooperação internacional, junto ao PNUD, o qual deverá contemplar a construção de orientações técnicas sobre o trabalho com comunidades tradicionais na oferta do PAIF, cuja publicação está prevista para 2014.

No Censo SUAS, 5.184 (69%) CRAS também informaram que desenvolvem estratégias visando à inclusão de pessoas com deficiência nos serviços. Dentre esses, 68% realizam ações de Busca Ativa, 42% realizam ações de mobilização e divulgação, 43% promovem articulação intersetorial para formação de rede de apoio, 34% articulam-se com associações ou entidades para a formação de rede de apoio e 21% realizam outras estratégias. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite) tem contribuído para induzir a ampliação do processo de inclusão desse público.

**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

- a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
- b) realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
- c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
- d) Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

- a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
- b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;



- c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
- d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispondo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

**Meta: Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

- a) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;
- b) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e
- c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

**Meta: Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta: Em atenção a esta meta, foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência e o Serviço de Acolhimento para população em situação de rua.

Os documentos foram elaborados visando a orientar os gestores e técnicos no processo de implantação e reordenamento desses serviços, sendo disponibilizados no portal eletrônico do MDS.

Em relação ao serviço de acolhimento para pessoas idosas, teve início a elaboração das orientações técnicas, que resultarão em cadernos a serem publicados e divulgados em 2013.

Em todas essas publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

**Meta: Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha**

Análise Situacional da Meta: Um conjunto de iniciativas têm sido empreendidas, no sentido de aprimorar a atenção especializada à mulher em situação de violência, contemplando as questões de raça ou etnia, entre as quais devem ser destacadas:

- a) a inclusão no planejamento do acordo entre o MDS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - para elaboração de protocolo intersetorial e orientações técnicas específicas para atendimento e acompanhamento especializado à mulher em situações de violência;
- b) a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SNAS, para aprofundamento de temas relativos a gênero e direito da mulher, na política de assistência social;
- c) a participação de profissionais da SNAS no Grupo de Trabalho Interministerial "Mulheres Presas e suas Famílias", no Comitê de Gênero e Mulheres do MDS; e
- d) a participação de profissionais da SNAS na elaboração de documento preliminar sobre orientações técnicas, com enfoque nas questões das mulheres usuárias de crack e de conteúdos sobre questões de gênero, para disseminação nas capacitações em desenvolvimento pelo Comitê de Gênero e Mulheres do MDS.

## **PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude**

**Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal, impulsiona a transversalidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas de Juventude - PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos de suas ações e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos, na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceria entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

**Meta: Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta: O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com



recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

### **Objetivo: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: A agenda de enfrentamento à mortalidade da juventude, especialmente a negra, foi discutida no Fórum Direitos e Cidadania entre 2011 e 2012, como resposta à demanda histórica do movimento negro e das resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Juventude. Em 2012, após diversas consultas à sociedade, conselhos e especialistas em segurança pública e juventude, foi formulado o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR, com sua Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. O Plano envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

Atualmente, o Plano Juventude Viva reúne mais de trinta ações de 25 programas federais, articulando iniciativas dos Ministérios da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da SEPPIR e da SG/PR. O resumo dessas ações, que promovem a prevenção à violência nos municípios e a reinserção social dos jovens negros, reduzindo sua vulnerabilidade, é apresentado a seguir:

- Saúde: Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências; Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS); Academias de Saúde; Programa Brasil Quilombola (MS e SEPPIR).
- Cultura: Usinas Culturais; Praças do Esporte e da Cultura; Cultura Viva: Pontos de Cultura; Brasil Plural: Prêmio Hip Hop.
- Justiça: PROTEJO; Projeto Mulheres da Paz.
- Educação: Projovem Urbano; Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI; Programa Escola Aberta; Programa Mais Educação; Programa Saúde na Escola; PRONATEC.
- Trabalho e Emprego: Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária; Plano Setorial de Qualificação Juventude Viva; ProJovem Trabalhador.
- Esporte: PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade; Programa Segundo Tempo (Padrão); Programa Segundo Tempo na Escola; Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais; Programa Segundo Tempo – Navegar; Pintando a Cidadania – Torcidas Organizadas; Praça da Juventude.
- Juventude (SNJ/SG): Estação da Juventude; Campanha Juventude Viva.
- Capacitação de gestores e servidores: Capacitação para Profissionais de Segurança Pública (MJ); Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça (SEPPIR e MJ); Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no Sistema de Saúde (MS); Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional (SEPPIR).

Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal. A experiência em Alagoas mostrou que a demanda de coordenação interministerial e monitoramento é intensa, o que fez com que a meta de adesão de todos os estados fosse revista. Mas o Plano contará com a modalidade de adesão voluntária, de maneira que poderá estar presente em todos os estados da federação até 2014.

Em novembro de 2012, foi lançada a primeira fase da Campanha Juventude Viva, que consiste em uma campanha de comunicação e de sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com foco na reversão dos estereótipos e desconstrução da cultura de violência. A campanha foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada nas redes sociais.

Um desafio do Plano a ser perseguido é o de implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra. A SEPIR está em negociação com a Anatel para a gratuidade do disque igualdade racial. Uma alternativa que vem sendo estudada é buscar parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a criação de um módulo para denúncia da violência contra a juventude no disque 100.

A Rede Juventude Viva é outra ação do Plano executada, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede tem por objetivo estabelecer o diálogo e a aproximação de diferentes atores envolvidos com a promoção de direitos e enfrentamento à violência contra a juventude negra, em torno de ações propostas no âmbito do Plano Juventude Viva.

O Programa Estação Juventude também compõe o Plano Juventude Viva. Informações detalhadas sobre as ações integrantes do Programa estão descritas no objetivo próprio da Estação Juventude no PPA.

A expansão do Plano acarretará um esforço maior de diálogo com gestores estaduais e municipais (tendo em vista o aumento de entes a serem atendidos), o que fortalecerá a institucionalização do Plano, mas também poderá gerar outras demandas não previstas anteriormente.

### **Meta: Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

Análise Situacional da Meta: A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede conta hoje com mais de 2.000 contatos no Governo e na sociedade civil.

### **Meta: Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

Análise Situacional da Meta: A proposta de implantação de mecanismo de denúncia e notificação encontra-se em andamento.

**Meta: Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

Análise Situacional da Meta: Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal.

**Meta: Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta: Em novembro de 2012, foi lançada a Campanha Juventude Viva, que foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada no YouTube, facebook e twitter.

**Objetivo: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

**Meta: Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram beneficiados em torno de 203.380 jovens. Assim que as parcerias firmadas em 2012 tenham sido completamente executadas, será possível informar o número de jovens de comunidades tradicionais beneficiados.

Quantidade alcançada: 203.380

Data de Referência: 28/12/2012

**Objetivo: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou em 2012 uma parceira com a Universidade de Brasília- UNB e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB para a capacitação de jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo.

**Meta: Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram capacitados 972 jovens em diversos segmentos nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Quantidade alcançada: 972

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2057 - Política Externa**

**Objetivo: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.**

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

**Meta: Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura**

Análise Situacional da Meta: Foi dada continuidade aos programas de apoio à participação de diplomatas dos países em desenvolvimento da CPLP no curso de formação do Instituto Rio Branco (2 diplomatas da Angola, 2 de São Tomé e Príncipe, 1 de Cabo Verde, 1 de Moçambique e 1 de Timor Leste); ao Programa de Fomento à Iniciação Científica para Angola, Moçambique e Cabo Verde (150 bolsistas atendidos); e ao Programa das Letras e dos Números, de apoio à formação de professores do ensino básico e intermediário de países africanos de língua portuguesa (110 professores de Cabo Verde e 50 professores de São Tomé e Príncipe atendidos; Angola enviou 50 professores sem custos para o Ministério das Relações Exteriores)

**Meta: Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram apoiadas em países membros da CPLP as seguintes iniciativas:

- Missões de Observação Eleitoral na Guiné-Bissau (primeiro turno), Timor Leste (2 turnos da eleição presidencial e eleições parlamentares) e Angola (eleições gerais);
- Processo eleitoral na Guiné-Bissau; e
- Participação de diplomata moçambicana em estágio de formação no Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa.

**Meta: Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP**

Análise Situacional da Meta: Estava prevista a abertura da Embaixada de São Tomé e Príncipe em Brasília, que contaria com o apoio do Brasil por meio da CPLP.

**Meta: Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África**

Análise Situacional da Meta: A meta encontra-se em fase de reavaliação e revisão.

**Objetivo: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.**

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

**Meta: Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos**

Análise Situacional da Meta: O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo destinado à cooperação triangular, mediante apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul – South-South Cooperation Trust Fund (SSCTF).

O Fundo é administrado pelo Banco e contará com aporte brasileiro de US\$ 6 milhões para o financiamento de projetos de cooperação. Conforme destacado no acordo, os recursos do Fundo poderão ser utilizados pelo Banco para financiar atividades tais como estudos técnicos, cooperação técnica, capacitação e organização de seminários, em reforço à cooperação Sul-Sul entre os países da África e países em desenvolvimento localizados fora do continente. Na perspectiva brasileira, o Fundo poderá apoiar a transferência de experiências nacionais e cooperação técnica em áreas como agricultura e agronegócio, energia, meio ambiente e desenvolvimento social. As perspectivas abertas pelo acordo que resultou no estabelecimento do Fundo fazem com que não seja mais necessária a assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

O Fundo, que iniciou suas atividades a partir da contribuição brasileira, já financiou projetos demandados pelo BAD e por países membros, como o África Ecological Footprint Report 2012, apresentado na Conferência Rio+20, e estudos sobre áreas propícias à produção de biocombustíveis, respectivamente.

A avaliação da implementação das atividades iniciais do Fundo auxiliará no mapeamento das áreas de maior interesse mútuo, a partir das demandas apresentadas pelos países membros da instituição.

**Objetivo: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.**

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

**Meta: Assegurar a adoção por países da América Central e Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T)**

Análise Situacional da Meta: Prosseguiram, em 2012, os esforços para assegurar a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital por países da América Central e Caribe e África, com foco em Angola e Botsuana, na África Austral, e Honduras, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, na América Central.

Entre as ações desenvolvidas em 2012, pelo governo brasileiro, cabe mencionar:

- a) coordenação de diversas missões de representantes da Universidade Mackenzie a Botsuana, entre março e setembro, a pedido do governo local, com o objetivo

de prestar assistência na preparação e realização de testes comparativos entre os padrões nipo-brasileiro e europeu;

- b) organização e acompanhamento de missão do governo botsuanês na área de TV Digital ao Brasil, em outubro;
- c) promoção da participação de representantes dos citados países centro-americanos e africanos em reunião do Fórum Internacional do ISDB-t, realizada em Quito, em março; d) inclusão de técnicos desses países em "workshops" técnicos ministrados por técnicos brasileiros e japoneses; e) Participação em reunião do Fórum da SADC sobre Migração Digital, realizada em Maputo, em agosto.

Em todos os casos, avalia-se que uma decisão favorável poderá ser oficialmente anunciada proximamente.

**Objetivo: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.**

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo: As principais realizações do período foram a manutenção do alto nível de habilitação de profissionais em relação à demanda do órgão, assim como a aprovação de candidatos afrodescendentes em função das bolsas de estudo concedidas.

**Meta: Aumentar a taxa de aprovação de candidatas afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, dois bolsistas afrodescendentes foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, entre os 69 bolsistas do período, equivalendo a 2,9%. A Portaria nº 2/2012 do Ministério das Relações Exteriores estabeleceu a reserva de vagas para afrodescendentes na primeira fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2012.

Quantidade alcançada: 2,9

Data de Referência: 16/11/2012

**PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**

**Objetivo: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos



**Meta: Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

Análise Situacional da Meta: A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional, à realização da Campanha Nacional de apoio a Adoção, do 17º ENAPA - Encontro Nacional de Apoio à Adoção e à Rede Nacional de Adoção. Promoveu articulação junto ao Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento de curso de formação para adotantes e adotados em acordo com a Lei nº 12.010/2009 e atuou junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público para a efetivação dos marcos normativos referentes a adoção de crianças e adolescentes.

Em 09 de outubro de 2012, foi assinada a “Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente”, instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS). Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

**PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa**

Análise Situacional da Meta: A SDH, após debates e avaliações, decidiu, neste momento, pela criação de um Comitê de Diversidade Religiosa e não de um conselho. O Comitê, criado pela Portaria n. 92, de 24 de janeiro de 2013, atuará “com a finalidade de promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções”.

**Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

## PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

**Objetivo: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais (povos indígenas e comunidades quilombolas), assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como atribuição o desenvolvimento de ações de saneamento básico nas sedes urbanas dos municípios com até 50.000 habitantes.

Com relação às ações de Saneamento Rural, desenvolvidas principalmente em comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, cabe informar que as mesmas constam do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC 2, tendo suas metas estabelecidas para 2012 voltadas para atender principalmente ao programa "Água Para Todos", mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria. Os principais resultados obtidos em 2012 podem ser resumidos nos seguintes quantitativos:

- Contratação de 123 sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas;
- Contratação da elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água para 154 comunidades rurais do semiárido e 11 comunidades rurais fora do semiárido;
- Contratação de sistemas de abastecimento de água para 218 comunidades rurais.

### **Meta: Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos**

Análise Situacional da Meta: As metas estabelecidas para 2012 foram voltadas para atender principalmente ao programa "Água Para Todos", mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Ressalta-se que a programação anual das ações de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos, sob a responsabilidade da Funasa, é elaborada com a participação direta da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, utilizando-se como critério de seleção as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Destaca-se que as obras de saneamento, em regra, são executadas pelos Municípios, por meio de celebração de Termo de Compromisso ou convênio, demandando dessa forma a análise da documentação técnica exigida legalmente. Todo esse processo que antecede a execução das obras demanda tempo, ou seja, geralmente as obras contratadas em um exercício são executadas no exercício seguinte.

Assim sendo, a meta atingida em 2012 (1º ano do PPA 2012-2015) corresponde à contratação de sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas, sendo

61 com sistemas coletivos, selecionados por meio da Portaria nº996/2012 e 62 sistemas simplificados com estudos geofísicos e perfuração de poços contratados por meio de execução direta.

Quantidade alcançada: 123

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional**

**Objetivo: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: De maneira a refletir um esforço integrado e intersetorial do governo para superar a situação perversa da má-nutrição no Brasil, buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Várias foram as parcerias instituídas. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o que reflete o esforço intersetorial. Também foi possível evoluir no tema da Qualificação e Formação na área.

Uma importante ação conduzida pela Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) refere-se ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. O processo de elaboração e discussão deste Plano aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Após a etapa inicial de construção e discussão com o setor governamental e com acadêmicos ligados ao tema, o documento foi finalizado. Aguarda-se a sua publicação via aviso ministerial entre os setores que apoiaram sua elaboração.

De maneira contínua e permanente estão sendo elaborados e produzidos diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN. Os materiais a serem distribuídos na rede de atores que apoiam as ações e projetos do MDS são complementares aos materiais já elaborados por outros órgãos, e trabalham as diversas etapas do ciclo de vida, com o foco da produção ao consumo, e consideram as diversas realidades do país – atividade precípua das ações de SAN.

Neste âmbito, também estão sendo elaborados materiais educativos específicos para serem trabalhados no espaço dos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição do MDS (como os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos) e uma série especial para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Essa série encontra-

se em consulta pública até o dia 15 de fevereiro de 2013, quando serão consolidadas todas as contribuições recebidas. A intenção é incentivar a reflexão sobre o ato de alimentar-se e fortalecer o vínculo entre a produção, a comercialização e o consumo, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

**Meta: Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta: De forma a dar organicidade à área, foi formalizado um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) para apoiar a construção de um marco teórico de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, com vistas a organizar os processos de educação permanente e a qualificação dos serviços públicos, considerando a definição de estratégias e ações a serem desenvolvidas de forma integrada e articulada no território, a partir das especificidades das diferentes redes públicas. Esse processo foi concluído e divulgado em 30 de novembro de 2012 após etapas alternadas de discussão presencial e a distância.

O documento contempla os povos indígenas e demais comunidades tradicionais em item específico da Agenda Pública, apontando a necessidade de respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população, reconhecendo e difundindo a riqueza incomensurável dos alimentos, das preparações, das combinações e das práticas alimentares locais e regionais. A expectativa é que os futuros desdobramentos desse marco tragam essa discussão de forma aprofundada.

Para dar maior publicidade ao documento, a Coordenação-Geral realizou um lançamento oficial contando com a presença de lideranças locais na área de alimentação e nutrição, além dos Ministérios da Saúde e da Educação, que participaram da construção e do lançamento do documento.

Também no âmbito desse projeto, foi organizada uma Rede virtual de EAN, promovendo a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área, buscando criar referências para a implementação de projetos locais de EAN. Trata-se de um espaço virtual voltado para a troca de experiências em EAN entre quaisquer interessados em participar.

**Objetivo: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Pela análise da realização das metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam à identificação e à capacitação dos públicos específicos, bem como à elaboração de nova sistemática de implementação do PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. Por meio da articulação com as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando a estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

**Meta: Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

Análise Situacional da Meta: O MDS está em articulação com o MAPA para o uso do cadastro de produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos. Terminada a articulação, será possível identificar os produtores orgânicos e agroecológicos e compatibilizar as bases de dados. Atualmente, por meio das aquisições realizadas pela Conab, a variedade de alimentos orgânicos é de cerca de 128 itens, adquiridos por meio de 122 organizações da agricultura familiar. Por meio do Termo de Adesão, foram adquiridos alimentos orgânicos de 34 agricultores familiares. Com relação aos povos e comunidades tradicionais, foram atendidas 1.058 famílias de extrativistas, 754 de indígenas, 1.652 de quilombolas e 2.362 de pescadores artesanais.

Quantidade alcançada: 5.860

Data de Referência: 31/01/2013

**Meta: Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária**

Análise Situacional da Meta: O valor arrecadado em 2011 foi de R\$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R\$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

**Meta: Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas capacitações com públicos específicos, permitindo a ampliação da participação desse público no PAA. Por meio do Termo de Adesão, são pactuadas metas de povos e comunidades tradicionais, sendo possível maior acompanhamento do cumprimento dessas metas. Via Conab, foi ampliado recurso que possibilita capacitações e visitas a grupos tradicionais, de forma a fomentar e a prestar assistência aos grupos que podem acessar o programa. Atualmente, cerca de 3% do público fornecedor do PAA pertence a esses grupos.

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/01/2013

**Meta: Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, entre as ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, destacam-se: i) assistência técnica e



extensão rural e fomento produtivo - estão sendo beneficiadas 8,9 mil famílias quilombolas com ATER; ii) distribuição de cestas de alimentos - 11,28% das 412.567 famílias que receberam cestas de alimentos em 2012 eram quilombolas; iii) Selo Quilombos do Brasil - foi vinculado ao Selo da Agricultura Familiar visando a ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecendo assim a qualificação dos produtos quilombolas; iv) Sistemas de Abastecimento de Água - contratados sistemas para 123 comunidades quilombolas; v) Distribuição de Sementes - distribuídas sementes para agricultores quilombolas de 17 territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em benefício de 5.726 famílias; vi) Programa de Aquisição de Alimentos - 1.652 famílias quilombolas participaram do PAA, em 2012, vendendo sua produção ao programa; vii) Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) - ampliação de emissão da DAP para quilombolas, inclusive com a regulamentação da ação da Fundação Palmares na emissão do documento. Atualmente, 20.476 quilombolas possuem DAP.

**Objetivo: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo: Para fomentar o abastecimento alimentar, a Conab dispõe de alternativas para assegurar o acesso regular e permanente aos alimentos, destacando-se: 1) a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, que tem como objetivo fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com produtos básicos de consumo em áreas carentes, visando a sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas com produtos de qualidade e a preços compatíveis. Além do apoio técnico-operacional realizado pelos técnicos da Conab, também é difundida a idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. As ações da REFAP estão concentradas na periferia das cidades de Manaus/AM, Salvador/BA, Fortaleza/CE, São Luis/MA, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Recife/PE, Arcoverde/PE e Teresina/PI, cuja articulação institucional é realizada em parceria com o SEBRAE, entidades públicas locais e representações de classe. No exercício de 2012, foram realizadas 1.349 visitas aos bairros das periferias dessas cidades com a finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar as unidades varejistas do ramo de supermercado. Houve a realização de reuniões de sensibilização para apresentação do Programa REFAP, o cadastramento de 57 novas unidades varejistas, o monitoramento das 08 (oito) Centrais de Negócios já formadas e a execução de assistência técnico-operacional para as 11 (onze) em processo de formação. No período, as unidades varejistas comercializaram 1,1 mil toneladas de produtos originários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - (açúcar, arroz, farinha de mandioca e leite em pó); 2) o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT é um indutor de ações que contribuem para a melhoria dos processos de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros dos mercados atacadistas, tendo em vista a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional da população. A coordenação do PROHORT é exercida pela Conab, em articulação com os mercados atacadistas hortigranjeiros (Ceasas), a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - Abracen, o Consea, o BNDES, o SEBRAE, a EMBRAPA e as áreas estaduais e municipais de produção e abastecimento; 3) o Serviço de Atendimento Móvel Fluvial que tem por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as



demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com os órgãos (MDS, MDA, MPA, MMA e MS). Atualmente, o Projeto está em fase de elaboração de Estudos Técnicos Especializados de Engenharia Naval, necessários à fabricação dos barcos e câmaras frigoríficas a serem realizados pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

Adicionalmente, outros programas fornecem alimentos a grupos populacionais específicos que se encontram em estado de insegurança alimentar: a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que atuou em 25 Estados da Federação, com a distribuição de 1.314.848 cestas de produtos como açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, fubá, flocos de milho, leite em pó e óleo de soja, em articulação institucional com os órgãos MDS, MDA, MPA, INCRA, FUNAI, MS, Fundação Cultural Palmares, Movimento de Atingidos por Barragens e Casa Civil da Presidência da República. Foram atendidas 412.567 famílias e distribuídas 30.726 toneladas de alimentos, sendo os segmentos beneficiários: acampados (52,50% de participação), comunidades quilombolas (11,28%), comunidades de terreiros (4,82%), atingidos por barragens (5,65%), comunidades indígenas (18,54%), pescadores artesanais (2,30%) e outros atendimentos (4,91%); b) os Atendimentos Emergenciais no Brasil para comunidades vitimadas por calamidades públicas (desastres) e ajuda humanitária, em parceria com o MDS, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais de Defesa Civil, abrangem 8 estados. Foram beneficiadas 60.030 famílias e distribuídas 1,1 mil toneladas de: açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, fubá, leite em pó, biscoito, macarrão e óleo de soja; c) a Ajuda Humanitária Internacional por meio de doação de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, a Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, o MAPA e o MDS. Essas ações foram direcionadas para 30 países, com doação de 169.985 toneladas de arroz, para países da África (64,40% do total), América Central (24,64%) e Ásia (10,95%); d) a Doação de Produtos da Agricultura Familiar é uma suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social, com atuação em ação de segurança alimentar e nutricional, utilizando produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, em parceria com o MDS e Entidades Públicas e Assistenciais, com a doação de 11.062 toneladas de alimentos (feijão, arroz beneficiado, farinha de mandioca, leite em pó, suco, entre outros), tendo sido beneficiadas 398 instituições, em 198 municípios de 24 estados da Federação; e) a Doação de Feijão da PGPM é uma suplementação da oferta de feijão para entidades públicas e de interesse social, com atuação em ação de segurança alimentar e nutricional, fazendo uso dos estoques públicos, liberados por meio da Lei nº 12.058 de 2009, em parceria com o MDS, Instituições Públicas e Entidades Assistenciais, realizando doações de 2.914 toneladas do produto, para 200 instituições, situadas em 117 municípios de 22 estados; f) as Vendas em Balcão são os escoamentos de parcela de estoques públicos da PGPM, propiciando aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab, com articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, o MAPA, as Secretarias Estaduais de Agricultura e os órgãos de extensão rural. Essas operações foram realizadas em 23 estados, com venda de 602.713 toneladas de milho, 352 toneladas de farelo de arroz e 61 toneladas de quirera de arroz, suprimindo a demanda de criadores de pequeno porte e de micro e pequenas agroindústrias.

Um recente debate sobre Abastecimento Alimentar, promovido pelo CONSEA, em dezembro de 2012, produziu um documento, citando que o abastecimento alimentar no Brasil dá-se por meio de um sistema interdependente que interrelaciona organizações públicas e privadas em mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, marcado pela crescente concentração mercadológica, sendo que os cinco maiores grupos empresariais do varejo chegam a responder por 57% do faturamento do setor. Ademais, processo similar verifica-se

no setor de produção, de insumos e de processamento de alimentos, com redução nacional a poucos alimentos (soja, milho e arroz), o que faz aumentar a vulnerabilidade do sistema alimentar, favorecendo uma dieta pobre e inadequada. É importante envidar esforços no sentido de continuar avançando na construção de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e abastecimento e articulá-los com políticas, programas e ações ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, para que sejam alcançados avanços significativos na promoção do abastecimento alimentar, reforçando o papel regulador do Poder Público na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos.

**Meta: Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais**

Análise Situacional da Meta : Trata-se do Projeto de Atendimento Móvel Fluvial na região amazônica que prevê a fabricação de quatro (4) unidades de navegação e da construção de duas (2) câmaras frigoríficas equipadas para armazenamento de pescado. Em agosto, foi assinando o Termo de Cooperação Técnica (TEC), via repasse de recursos, com a Universidade Federal do Pará/Faculdade de Engenharia Naval, para a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, de forma a permitir o desenvolvimento do Projeto. O serviço contratado para elaboração dos documentos (Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação das unidades móveis e câmaras frigoríficas) atingiu o valor total de R\$165.000,00, sendo 60% pago imediatamente no ato da assinatura e 40% quando da entrega dos Projetos, com o devido registro do CREA/PA e o aceite do produto final pela Conab. No mês de novembro, a UFPA apresentou a versão preliminar do projeto, tendo o corpo técnico da Conab sugerido ajustes julgados necessários, sendo a entrega final prevista para 2013. Após essa etapa e ocorrida a aprovação pela Diretoria da Conab, será iniciado o processo de licitação pública para construção dos barcos e câmaras frigoríficas.

**Objetivo: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Neste ano de 2012, foram obtidos significativos avanços para esse objetivo. Foram entregues 156.937 cisternas, quase o dobro do ano de 2011, envolvendo a participação do MDS, MI, Fundação Banco do Brasil - FBB e FUNASA, o que aponta para o caminho do cumprimento da meta de universalização do atendimento até o final de 2014. Além disso, foram ampliadas ações para a região Norte, Sudeste e Sul do país, cumprindo com a determinação de nacionalização da política. Outras ações correlatas merecem destaque, como a contratação de 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste e o avanço na formalização e disponibilização orçamentária da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty para cooperação internacional por meio da transferência de tecnologia para construção de cisternas junto à Bolívia e Paraguai.

**Meta: Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Consea e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia.

Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano.

**Objetivo: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.**

Análise Situacional do Objetivo: Uma das principais ações vinculadas a esse objetivo é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que foi instituído por intermédio da Lei n.º 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.644/2011 e que integra o conjunto de iniciativas previstas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, sendo executado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Esse Decreto define que a transferência de recursos financeiros aos seus beneficiários está “condicionada à assinatura do termo de adesão e à apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar”. O projeto é elaborado pela família em conjunto com o técnico de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) responsável pelo acompanhamento da unidade, definindo uma atividade produtiva adequada à realidade do território e às especificidades do grupo familiar e, após a sua aprovação, é cadastrado em sistema operacional do MDA, quando a família garante o direito de inclusão na folha de pagamento para o recebimento da primeira parcela do recurso do fomento.

A transferência do recurso às famílias é feita diretamente ao beneficiário, por intermédio da utilização da estrutura de pagamento do Programa Bolsa Família, tendo a Caixa Econômica Federal (CAIXA) como seu agente operador. O repasse do recurso para as famílias é realizado em 03 parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as duas seguintes fixadas em R\$ 700,00, com prazo de seis meses entre cada parcela.

Em 2011, primeiro ano de execução, houve a estimativa do pagamento de 7.399 agricultores familiares, representando um montante de R\$ 7.399.000,00. Esse público estava localizado nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Observa-se que os Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais foram incorporados às metas de atendimento do Programa de Fomento às

Atividades Produtivas Rurais. Para tanto, uma série de articulações com órgãos afetos à temática foram realizadas com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento a esses segmentos populacionais. O resultado desse processo de articulação foi a contratação de serviços de ATER para 4.480 famílias quilombolas, em 2011, dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão, bem como o lançamento de Chamadas Públicas de ATER para 3.500 pescadores artesanais e 4.500 quilombolas, além da construção de edital de ATER para 3.000 indígenas em 2012 (lançado em janeiro de 2013). No total, já foram beneficiados com ação de fomento 24.681 famílias de agricultores familiares.

**Meta: Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta: O valor arrecadado em 2011 foi de R\$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R\$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

**Meta: Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram transferidos recursos financeiros para 24.681 famílias de agricultores familiares e quilombolas em situação de extrema pobreza, nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os recursos repassados permitiram a implantação de projetos produtivos de diferentes atividades, tais como: avicultura, suinocultura, horticultura, caprinocultura, bovinocultura de leite e pesca artesanal. Foram liberados recursos no valor total de R\$ 25.916.500,00, com o pagamento da primeira parcela (no valor de R\$ 1.000,00), para 24.681 agricultores familiares, sendo 633 famílias quilombolas da Chamada Pública nº 003/2011 e, da segunda parcela (fixada em R\$ 700,00), para 1.765 famílias.

Quantidade alcançada: 24.681

Data de Referência: 31/01/2013

**Meta: Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta: O Programa de Fomento envolveu a elaboração de vários instrumentos e documentos, como: Medida Provisória e Lei de instituição do Programa e Decreto de regulamentação. Encontra-se em andamento a discussão para a elaboração do regulamento de funcionamento do Comitê Gestor (em dezembro de 2012, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa).

Faz-se importante registrar, ainda, que o Programa de Fomento atende famílias de agricultores familiares, bem como de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

- quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e outros. Para tanto, o Decreto que regulamentou o Programa (7.644/2011) prevê o acompanhamento técnico às atividades produtivas realizadas de forma coletiva (característica marcante da produção realizada por Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais), ainda que a transferência de recursos seja feita de forma individualizada, para cada uma das famílias atendidas. No caso específico de povos indígenas, o Decreto prevê ainda a possibilidade de expedição de normas complementares para sua participação e para a consequente operacionalização do Programa; essa regulamentação é objeto de discussão entre os parceiros no momento atual, com o intuito de regulamentar a elaboração de projetos coletivos e a forma do repasse de recursos do Programa de Fomento a esses projetos.

### **Meta: Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta: Os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não são mensurados por comunidades que o acessam, mas por agricultores familiares ou toneladas de alimentos adquiridos. Assim, informa-se que, em 2012, 1.652 famílias quilombolas participaram do PAA, vendendo sua produção ao Programa.

## **PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania**

**Objetivo: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: No ano de 2012, até o período em análise, houve o cumprimento de grande parte das metas físicas previstas, com a oferta de 05 novos cursos na Rede de Ensino a Distância da SENASP, bem como realização de 07 cursos presenciais, com duas edições cada, como parte do Projeto ENAFRON e a realização de duas edições do Curso de Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais, para o Programa Brasil Mais Seguro, totalizando 621 capacitados. O projeto de ampliação e consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública – RENAESP está em andamento, por meio da finalização dos Editais SENASP 6 e 7, os quais redundaram na seleção de 22 cursos, sendo 16 instituições federais, 5 estaduais e 1 municipal. A realização das diversas ações formativas na modalidade presencial e a distância, bem como a pactuação de projetos de valorização e ensino, por meio dos Editais SENASP 03 e 04, que vão beneficiar policiais civis, militares, bombeiros militares, profissionais de perícia e guardas municipais de todo o país. Conclui-se que a pactuação de projetos estaduais e municipais por meio dos editais de chamada pública, implementados desde 2011 pela SENASP, tem sido uma importante ferramenta na garantia da transparência e isonomia entre os entes no repasse de recursos públicos.

Dificuldades foram detectadas no desenvolvimento das atividades. Dentre os principais problemas encontrados, elencamos:

- Falta de sensibilização dos gestores estaduais quanto às temáticas educação e saúde do profissional, o que pode, em alguns casos, tornar-se óbice na implementação de projetos voltados à valorização dos profissionais de segurança pública;
- Carência de recursos humanos capacitados, considerando a especificidade da temática que é a educação, o que enseja profissionais da área pedagógica;



Deve-se, ainda, ressaltar que as ações de capacitação e valorização profissional da SENASP estão articuladas com outras políticas públicas fomentadas pelo Governo Federal, onde destacamos os cursos nas temáticas do policiamento comunitário, inteligência e segurança portuária. Pontualmente, é possível destacar a diversificação dos cursos oferecidos, convergentes com políticas estratégicas e programas de governo que estão em curso, investigação de homicídios, perícia, tráfico de pessoas e direitos humanos, a criação da Disciplina “Diversidade Étnicosociocultural” no âmbito da Matriz Curricular Nacional e a realização da pesquisa Mulheres nas Instituições de Segurança Pública.

### **Meta: Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada**

Análise Situacional da Meta: Criada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar o planejamento e avaliação das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros militares).

Após ser avaliada junto aos gestores, técnicos e professores das Instituições de Ensino de Segurança Pública de todo o país, realizou-se no período de 2011 a 2012 o trabalho de revisão da Matriz.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, privilegiou-se na metodologia adotada a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais de segurança pública.

A nova versão da Matriz, além de manter, sem alteração, a dinâmica dos eixos articuladores e áreas temáticas e a orientação pedagógica, pois foram muito bem avaliadas, passa a incluir em seu texto original, dentre outros pontos, a disciplina “Diversidade Étnicosociocultural”, a partir da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial, e a implementação da transversalidade da referida temática, considerando a importância de propiciar o enfrentamento à violência contra a juventude negra, bem como a mediação de conflitos e o combate ao racismo institucional.

**Objetivo: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria de Segurança Pública – SENASP estabeleceu novas diretrizes para as transferências voluntárias que tenham por objetivo atender às necessidades da segurança pública dos Estados e Municípios, com base na Portaria Interministerial 507/2011, e estabeleceu critérios e regras por meio dos editais de chamamento público, para que todos os entes federados possam participar em igualdade de condições. O objetivo é que as propostas com maior relevância para a segurança pública, e que estejam em consonância com o objetivo do edital, recebam os recursos para reestruturação, modernização e aparelhamento de suas instituições de segurança.



A Gestão Integrada nos Estados e Municípios visa fortalecer o papel das instituições de segurança Pública, por meio de aporte de recursos para reaparelhamento e modernização das Polícias Cíveis e Militares, Corpos de Bombeiros Militares e das guardas municipais. A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrados - GGI em âmbito estadual e municipal trouxe um significativo avanço na integração dos órgãos, oferecendo a sociedade um trabalho mais eficiente e eficaz, com atuação em conjunto dos atores da segurança pública. A filosofia implantada para os cursos de capacitação, a criação de ferramentas para subsidiar a gestão, a implantação do sistema de videomonitoramento, o fomento para implantação dos centros integrados de comando e controle, demonstra que estamos no caminho para uma segurança pública com excelência.

O Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública – SINESP, instituído pela Lei nº 12.681/2012 será um portal de informações que realizará a integração referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional.

A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

A integração depende de três frentes relacionadas: (1) Integração política, que visa a pactuação com os gestores de segurança pública dos entes federados para alinharem políticas, diretrizes e metas de segurança para o país. (2) Integração metodológica, com o objetivo de padronizar os procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com os estados os modelos de Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência, Inquérito Policial, entre outros. (3) Integração dos sistemas, que sintetiza os esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP e possibilitando a comunicação padronizada entre as bases de dados de todos os entes federados.

A fim de aliar a importância do Sistema com a necessidade de sua alimentação, a legislação estabeleceu sanções à inadimplência da transferência de dados por parte dos estados, o impedimento de acessarem o SINESP e de receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. Por meio desse dispositivo, o sistema será robustecido de informações em nível nacional inalcançáveis anteriormente, favorecendo uma atuação dos órgãos de segurança em todos os níveis com maior fidelidade nas informações.

Com a finalidade de implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública o FNSP apoia os projetos de desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública, construção ou reforma das instalações físicas, para um melhor desempenho das atividades de segurança pública. O fortalecimento das unidades de perícia está sendo realizado com aquisição de raio x, maletas para vestígios papilares, mesa ginecológica, luz forense, microscópio eletrônico de varredura, sequenciador automático de DNA, câmeras frias, sistema CODIS, tomógrafo, scanner radiográfico, estação AFIS, para uma melhor eficiência do setor estatístico e análise criminal. A continuidade nas ações de reaparelhamento dos

Estados, do Distrito Federal e dos municípios tem modernizado as instituições, com aquisições de equipamentos tecnológicos de segurança e proteção à vida, aquisições de veículos, embarcações, armamentos e munições e materiais voltados para atividade operacional dos órgãos e instituições de segurança pública. Além disso, os recursos do FNSP estão sendo utilizados para apoiar projetos na área de inteligência policial.

**Meta: Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal**

Análise Situacional da Meta: O fortalecimento da perícia abrange 5 ações principais: 1) Diagnóstico da perícia no Brasil; 2) Aquisições diretas para 7 áreas prioritárias (local de crime, balística, DNA, química forense, informática, medicina legal e papiloscopia); 3) Convênios com os 27 entes federados; 4) Produção de procedimentos operacionais padrão (POPs) e instruções técnicas; e 5) Cursos de capacitação nas áreas supracitadas. Destas cinco ações as quatro primeiras já estão em execução, como segue: Ação 1) O diagnóstico foi concluído; 2) As aquisições estão sendo realizadas através de várias licitações; 3) Foram celebrados 27 convênios com cada um dos entes federados, estando em fase de execução, totalizando o valor de R\$ 18.227.318,94; 4) A segunda reunião para elaboração de 24 POPs, ocorreu no mês de novembro de 2012. Estes POPs se encontram nos estados para validação e, após esta fase, será realizada a revisão final. A publicação está prevista para o mês de outubro de 2014 ; e 5) Cerca de 10 diferentes cursos de capacitação ocorrerão em 2013 com, pelo menos, duas edições cada.

**Objetivo: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública com ações sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nesses locais, através do desenvolvimento de iniciativas que visam à reativação de vínculos comunitários, a promoção do envolvimento, a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis (jovens e adolescentes, mulheres, negros, egressos do sistema prisional, população residentes em regiões de fronteira ou em locais vulneráveis) a ampliação do policiamento comunitário e preventivo, a difusão do modelo de justiça comunitária, a ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, o fortalecimento dos Municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, bem como iniciativas de fomento à política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional e de melhoria do sistema de gestão e integração das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

Com efeito, a SENASP, na condição de indutora de política pública de Segurança Pública, priorizou em seus editais e portaria de chamamento público os projetos estratégicos priorizados pela Presidência da República. Dentre os projetos prioritários destacam-se o Programa Brasil Mais Seguro e as ações de prevenção a violência e criminalidade desenvolvidas em âmbito Municipal.

O programa Brasil Mais Seguro tem como objetivo precípua induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, com foco na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

No âmbito do programa foram realizadas junto às Unidades Federadas pesquisas para identificar as carências das unidades de investigação de homicídios e dos órgãos de perícia, denominadas Pesquisas Perfil, bem como foram iniciados os processos de aquisições diretas para aparelhar os órgãos de perícia dos Estados e do Distrito Federal. Também foi lançado um piloto do Programa no estado de Alagoas, com resultados expressivos na redução da taxa de homicídios. Em todo o Estado houve uma diminuição de 16% e na capital a redução dos homicídios foi ainda maior alcançando 27%.

De maneira inovadora no país, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um acordo de cooperação assinado pelos governos federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à redução da criminalidade violenta na capital alagoana e em Arapiraca. O plano de ação do projeto piloto conta com atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade.

A SENASP investiu R\$ 38.588.753,00 em Alagoas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão. O programa também prevê a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de Monitoramento de Processos.

Considerando que o aumento do número de homicídios no Brasil se concentra no Nordeste, o segundo estado da região a receber o Programa Brasil Mais Seguro será a Paraíba, de forma concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.

Nesse sentido, foi realizado, na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do Programa a ser implementado no Estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal. No início de 2013, considerando a necessidade de articulação com a Prefeitura Municipal e a mudança da gestão, serão realizados encontros para a finalização da matriz de responsabilidades e elaboração das propostas a serem apoiadas.

Em 2013 a pretensão é de expandir a adesão ao Programa para as cidades mais violentas do Nordeste e outras regiões que concentrem também altos índices de homicídios.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública por meio de

editais de chamada Pública, foram direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos de prevenção nas cidades, levando-se em conta a concentração das taxas de homicídios dos municípios localizados nas regiões metropolitanas e nas regiões de fronteira.

Além disso, foi desenvolvido em parceria com a SENAD/MJ, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos/PR, junto aos estados e municípios o programa "Crack, é possível vencer". Suas ações são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados, através da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Em 2012, onze estados foram priorizados, e catorze assinaram o Acordo de Cooperação.

Nesse programa cabe à SENASP o desenvolvimento do eixo autoridade, onde as ações policiais irão se concentrar em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas, nos centros consumidores. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de 2 mil novos policiais, os quais serão lotados em áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo é prestar atendimento as pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas receberão formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária), assim como na política sobre drogas, saúde e assistência social, com ampliação do conhecimento da rede de cuidado e atenção, e irão incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

Para tal finalidade serão disponibilizados aos estados que aderirem ao programa e que manifestarem interesse, através de doação deste Ministério, equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais que atuarão nas cenas de uso. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (micro ônibus) com haste telescópica e câmera de videomonitoramento móvel, contendo mais de 20 pontos fixos de videomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) realizará ainda nesses estados, através de pagamento de hora-aula e envio de material didático, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD.

**Meta: Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra,**

**visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.**

Análise Situacional da Meta: O Governo Federal lançou a primeira fase do Plano Juventude Viva. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil. O Ministério da Justiça integra o Plano, com destaque para o desenvolvimento do projeto Protejo.

**Meta: Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade**

Análise Situacional da Meta: A SENASP, em articulação com a Secretaria Nacional de Juventude, SEPPIR e Casa Civil da Presidência da República, está desenvolvendo ações no Programa Juventude Viva, que prevê atuação em bloco do conjunto do Governo, por meio da priorização das ações interministeriais (existentes e novas) para fortalecimento da presença do Estado nos territórios selecionados, em parceria com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

Para isso serão empreendidas tanto ações caracterizadas como políticas universais, destinadas a incidir em problemas relativos à população em situação de vulnerabilidade social de maneira geral, quanto ações afirmativas, destinadas a incidir em problemas relativos exclusiva ou preponderantemente à população jovem negra.

Nesse sentido, a SENASP já priorizou em seus editais de chamada pública o desenvolvimento de projetos dos Municípios onde mais ocorre violência contra jovens negros e criou ainda a cartilha de abordagem policial de pessoas em situação de vulnerabilidade, que deverá ser lançado ainda em 2012, e distribuída aos profissionais dos estados, para que os policiais saibam como proceder em diversas situações que envolvam segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

## **PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante



instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

**Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com



relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

**Objetivo: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

**Meta: Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de**

**trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos**

Análise Situacional da Meta: - A taxa de ocupação dos negros (pretos e pardos) de 16 anos ou mais na PNAD 2009 era 90,9%, em 2011 aumentou para 92,6%.

- De acordo com a PNAD a taxa de formalização em 2009 era de 53,6%, em 2011 foi para 57,1%.
- De acordo com a PNAD houve aumento de 2,18% no número de trabalhadores domésticos com carteira em 2011 com relação a 2009 (de 1.995.185 para 2.038.644). Os trabalhadores domésticos sem carteira tiveram uma redução de 11,7% em 2011 com relação a 2009.
- De acordo com a PNAD houve um aumento de 3,62% do total de autônomos (formalizados ou não) em 2011, com relação a 2009. Considerando formais os autônomos com contribuição à previdência, o aumento foi de 36,58% (de 3.226.588 para 4.406.803).
- De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho das mulheres equivalia a 71,5% do rendimento médio de trabalho dos homens. Em 2011, essa proporção passou para 73,7%.
- De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho dos negros (pretos e pardos) equivalia a 58,2% do rendimento médio de trabalho dos brancos. Em 2011, essa proporção passou para 59,9%.

**Meta: Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros**

Análise Situacional da Meta: O MTE vem participando efetivamente de encontros, seminários e debates sobre temas relevantes como: desigualdade social, desemprego e a informalidade e desigualdade de gênero e raça, bem como publicado os principais resultados relacionados ao mercado formal, rendimento e emprego desses indicadores, com base nos dados da RAIS. Com o apoio do DIEESE foi elaborado, em 2011, o livro " Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho", com base nos dados da RAIS, com perspectivas de continuidade e atualização do mesmo.

**Meta: Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados**

Análise Situacional da Meta: Elaboração de parecer da Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, constituída no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, pela Portaria 102 de 17 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2012, Seção 2, página 02, sobre a submissão da Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201 da OIT ao Congresso Nacional. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais.

**Meta: Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras**

Análise Situacional da Meta: No Brasil ainda são tímidas as negociações coletivas que tratam sobre a igualdade racial e de gênero, como se pode observar do resultado de pesquisa feita no Sistema Mediador.

Verifica-se pela pesquisa que a negociação coletiva sobre igualdade racial e de gênero é mais forte nos Estado de SP e do RJ.

Observa-se, entretanto, que a negociação que trata de assédio moral/sexual e de estabilidade para gestantes/mães é crescente no Brasil. A negociação coletiva de várias categorias, em vários estados, dispõem tratamento relevante à matéria. Da pesquisa no sistema Mediador com estes parâmetros verificou-se:

- 12.152 cláusulas vigentes sobre estabilidade gestante/mãe;
- 796 cláusulas vigentes sobre assédio moral; e
- 93 cláusulas vigentes sobre assédio sexual.

O Sistema Mediador é o sistema do MTE para elaboração, transmissão, análise e registro dos instrumentos coletivos de trabalho, resultantes das negociações coletivas.

**Meta: Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta: Foi realizado exame da convenção 189 e da recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do trabalho doméstico. Comissão Tripartite com essa finalidade aprovou a submissão do instrumento ao Congresso para fins de ratificação. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. O MTE instituiu comissão que apresentará propostas para a regulamentação dos direitos do empregado doméstico previstas na Emenda Constitucional nº 72. Os direitos estudados pela comissão e que dependem de regulamentação são a proteção do trabalhador doméstico contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

**Meta: Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito**

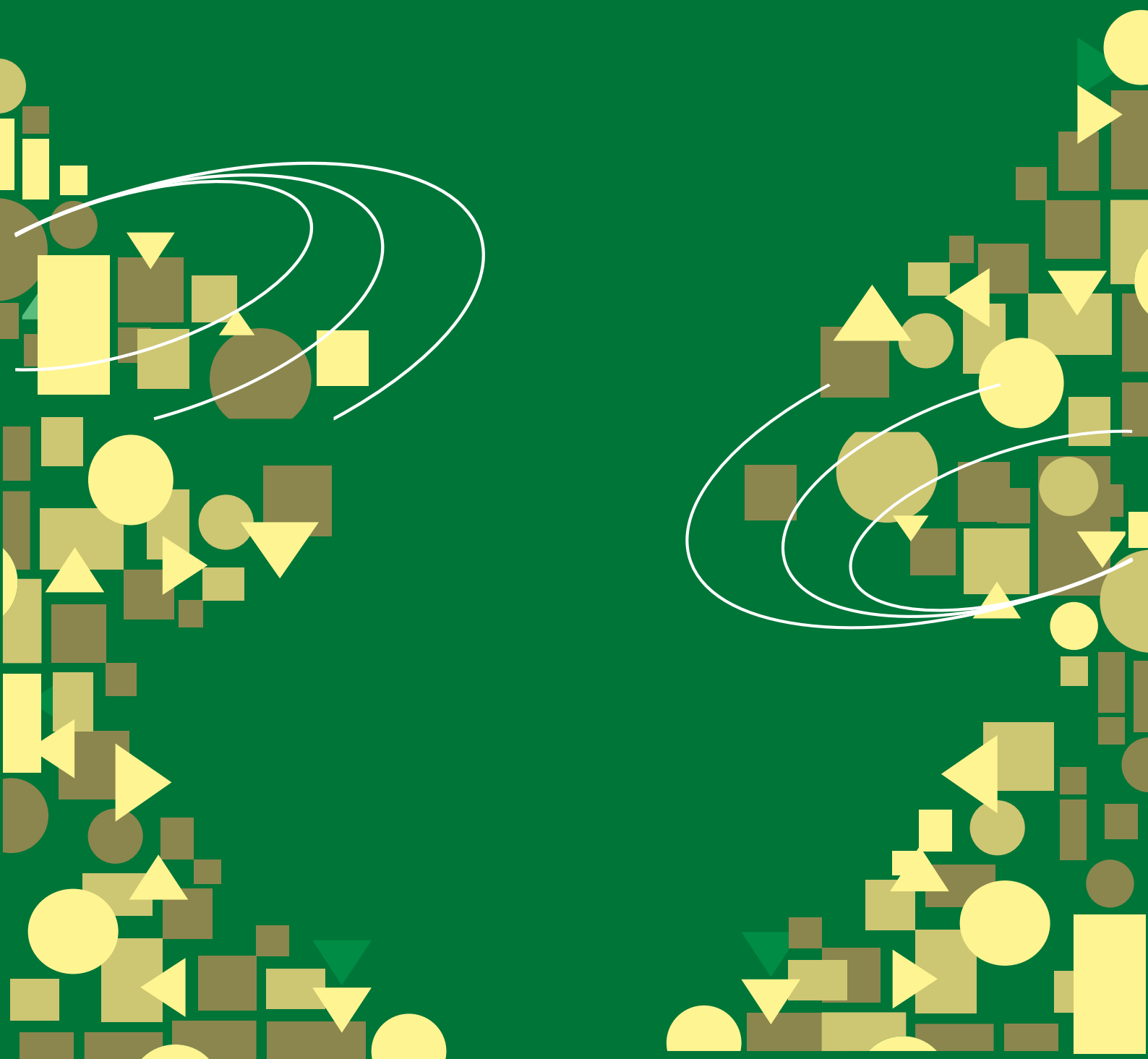
Análise Situacional da Meta: É disponibilizado no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego, no endereço [www.pdet.gov.br](http://www.pdet.gov.br), informações sobre emprego, desagregadas por gênero, raça/cor, com base nos registros administrativos, RAIS e CAGED, para subsidiar os responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito.



O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET tem por objetivo divulgar informações oriundas de dois Registros Administrativos, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, à sociedade civil.



# POVOS INDÍGENAS









## Povos Indígenas

### PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

**Objetivo: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Com o objetivo de garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, destacam-se no ano de 2012 as seguintes ações: 31 Terras Indígenas foram trabalhadas em identificação e delimitação; complementação de estudos e caracterização da ocupação indígena, sendo Região Norte: 6; Região Sul: 9; Região Sudeste: 10; Região Nordeste: 2; Região Centro-Oeste: 4; 13 Terras Indígenas com Resumo do Relatório Circunstanciado publicado (Região Norte: 8; Região Sul: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Levantamento Fundiário/Avaliação de benfeitorias (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Sudeste: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Comissão de Pagamento de benfeitorias de boa-fé (Região Norte: 3; Região Sul: 1; Região Sudeste: 2; Região Nordeste: 2); 2 Terras Indígenas com Portaria de Restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai (interdição) (Região Norte: 1; Região Centro-Oeste: 1); 7 Terras Indígenas com processos encaminhados ao Ministério da Justiça para expedição de portaria declaratória (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Nordeste: 4); 2 Terras Indígenas declaradas de posse permanente indígena (Região Norte: 1; Região Sul: 1); 1 Terra Indígena com processo encaminhado para expedição de decreto de homologação da demarcação (Região Norte); 7 Terras Indígenas com decreto de homologação expedido (Região Norte); 30 Terras Indígenas com a demarcação e/ou aviventação de limites concluída (demarcação 16 - aviventação - 14); 1 Terra Indígena registrada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI); 16 Terras Indígenas registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (Região Norte: 7; Região Sul: 2; Região Nordeste: 7); 47 Ações de retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em grande parte executadas em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e outros órgãos (Ibama, ICMBio e Polícia Militar). No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, áreas em geral mais preservadas ambientalmente no território nacional, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros

Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Para 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Nandeva, no Mato Grosso do Sul e das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) das BRs 317 e 319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente pelas etnias Fulni-ô e Truká; de áreas Munduruku, no médio Tapajós/PA. A Funai efetuará registros e regularização fundiária com a extrusão de ocupantes não-índios em 10 terras indígenas. Com vistas à proteção de índios isolados e de recente contato, a Funai realizará em 2013 a identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. Em 2013, é propósito da Funai concluir a extrusão da Terra Indígena Yanomami, com a construção de outras duas bases de Proteção Etnoambiental. Para o próximo ano está prevista a demarcação física de 18 terras indígenas e avivenciação dos limites de nove terras.

### **Meta: Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras**

Análise Situacional da Meta: Para se constituir uma reserva indígena diversos são os procedimentos a serem executados que podem se estender por alguns anos até a conclusão do processo, tais como: estudos de campo com a identificação da área, medição, vistoria e avaliação das terras. Outra parte refere-se ao procedimento administrativo que trata da elaboração e aprovação do relatório para constituição da área reservada, das peças técnicas da avaliação, da aprovação jurídica e da Presidência do órgão, finalizado com a obtenção do imóvel e sua escrituração em cartório. Tem-se ainda a observar que, em caso de aquisição não seguir na forma consensual junto ao proprietário, caberá medidas da edição de decreto de desapropriação do imóvel. Em 2012, foram realizadas as atividades de campo da parte técnica sobre a avaliação de três imóveis, restando os trâmites administrativos para se efetivar a aquisição das terras que constituirão as reservas indígenas. Dessa forma, a continuidade do processo será em 2013, além de outras duas áreas cujos procedimentos técnicos terão início no decorrer do referido exercício. A diretoria responsável da Funai que atua nesse processo tem ainda como objetivo regulamentar normativa que visa agilizar o processo de aquisição de terras para as comunidades indígenas. Em 2012, realizaram-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipabeiro, no estado da Bahia e do imóvel Fazenda Montana, em São Paulo, essa última tratando de compromisso firmado para a aquisição de imóvel em compensação da instalação de empreendimento que impactou as comunidades indígenas. Como explicado, diversas atividades são implementadas de ordem técnica e administrativa para chegar à conclusão do processo de aquisição das terras para a constituição de uma reserva indígena. Ainda não ocorreu a finalização dos processos de aquisição das terras trabalhadas em 2012 para constituição de Reserva Indígena.

### **Meta: Delimitação de 56 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos antigos em todos os estados da Federação, com destaque para cinco terras ocupadas pelo povo Mura, no Amazonas, cujos processos demarcatórios foram iniciados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 2012 foram delimitadas treze terras indígenas (TIs), com a seguinte distribuição geográfica:

- a) Territórios Indígenas da Amazônia Legal: Tuwa Apekoukawera - PA, Taego Awa - TO, Ponciano - AM, Sissaima - AM, Vista Alegre - AM, Murutinga/Tracaja - AM, Jauary - AM e Paquiçamba - PA, Kanela Memortumré - MA;

- b) Territórios Indígenas do Nordeste: Tremembé da Barra do Mundaú/CE - Grupo Tremembé - 3.580 ha - DOU 06.02.2012 e Wassu Cocal/AL - Grupo Wassu - 9.098 ha - DOU 13.07.2012;
- c) Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste: Tenondé Porã/SP - Grupo Guarani - 15.969 ha - DOU 19.04.12 e Menku/MT - Grupo Myky - 146.398 ha - DOU 19.04.12.

Ainda no ano de 2012, foram constituídos sete novos Grupos Técnicos (GTs) visando à delimitação de terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Anacé (CE /Reserva), Baixo Seruini/Baixo Tumiã (AM), Fazenda Remanso Guaçu (TI Yvy-Katu/ Porto Lindo) (MS), Lomba do Pinheiro, Lami, Estiva e Capivari (RS), Riozinho (AM) e Tereza Cristina (MT).

Foram constituídos também treze GTs de estudos complementares: Anacé (CE), Caxixó (MG), Iguatemipegua (MS), Itaporanga e Barão de Antonina (SP), Jaraguá (SP), Karitiana (RO), Kapôt Nhinore (MT/PA), Kaxarari (RO), Nandevapegua (MS), São Luiz do Tapajós e Pimental (PA), Cahy Pequi (BA), Tekoa Peguaoty, Tekoa Amba Porá, Tekoa Uruity e Tekoa Jaikoaty (SP) e Tekoa Pindoty, Tekoa Guaviraty (Subaúma), Tekoa Itapuã (Icapara I), Tekoa Jejty (Toca do Bugio) e Tekoa Itaoka (Icapara II) (SP).

Para o planejamento de ações de 2013, com base em critérios técnicos, serão priorizadas as delimitações das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Nandeva no cone sul do Mato Grosso do Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA, no interior da ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) das BRs 317 e 319.

Quantidade alcançada: 13

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	9	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	2	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	2	31/12/2012

### **Meta: Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Ainda na fase de planejamento, tendo sido feitas, em 2012: a análise de pré-requisitos para implantação do sistema e a verificação dos dados cartográficos a serem utilizados pelo sistema.

### **Meta: Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram encaminhados sete processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra

Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) ao Ministério da Justiça, com vistas a expedição de Portaria Declaratória.

Em 2012, foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4.230 ha.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 21/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	1	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	31/12/2012

### **Meta: Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foi encaminhado às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas. A proposta do referido Acordo de Cooperação Técnica está em análise no âmbito dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. A despeito do Acordo de Cooperação ainda não ter sido efetivado, se encontrando em trâmite entre os órgãos, já estão sendo executadas diversas ações que fortalecem o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de uma estratégia articulada, principalmente, entre Funai e Ibama. Houve uma orientação conjunta entre Funai/Sede e Ibama/Sede às suas respectivas unidades descentralizadas, estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, etc) entre os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas. Para atuar na prevenção a incêndios, novos grupos indígenas foram capacitados nas Terras Indígenas (TI): Pirakuá (MS), Fazenda Guarani (MG), Xakriabá (MG), Kraolândia (TO), Apinayé (TO) e no Parque Indígena do Xingu (MT). No caso da Terra Indígena Kadiwéu (MS) houve contratação por parte do Ibama de uma brigada formada exclusivamente por indígenas para o combate e prevenção de incêndios florestais. As referidas Terras Indígenas estão localizadas no bioma Cerrado, região mais vulnerável a incêndios florestais. Além disso, servidor da Funai foi formado como instrutor de brigada, numa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante o período crítico de seca, a Funai participou ativamente do Centro Integrado Multiagências (Ciman), que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da Funai para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos responsáveis pelas ações de combate a incêndios – Ibama e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas Terras Indígenas.

**Meta: Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas**

Análise Situacional da Meta: No processo de estruturação das doze Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE, a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados realizou uma série de medidas para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancial na infraestrutura física de duas Frentes de Proteção Etnoambiental criadas no ano de 2010, sendo estas: FPE Uru-Eu-Wau-Wau (TI Uru-Eu-Wau-Wau) e FPE Guaporé (TIs Massaco, Tanaru e Rio Omerè).

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela**

Análise Situacional da Meta: Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas áreas de maior vulnerabilidade aos ilícitos territoriais e ambientais em região de fronteira. São definidas a partir do processo de planejamento as áreas a serem priorizadas em cada exercício. Em 2012 decidiu-se pela estruturação da Coordenação Regional do Vale do Javari, unidade descentralizada da Funai, localizada na região da fronteira Brasil-Peru e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, unidade descentralizada especializada na proteção de índios isolados, também localizada na região da fronteira Brasil-Peru. Neste sentido, foi construída uma base de fiscalização flutuante na região do rio Curuçá na Terra Indígena Javari, área mais vulnerável aos ilícitos transfronteiriços (contrabando) e ilícitos ambientais (pescadores, caçadores e madeireiros ilegais). Ademais, foram adquiridos diversos equipamentos (barcos, motores, placa solares, GPS, geradores de energia, rádios, etc) para o serviço de monitoramento territorial da Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari e para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, dotando as respectivas unidades com estrutura adequada para o desenvolvimento de ações de proteção e fiscalização da terra indígena Vale do Javari, localizada na região de fronteira entre Brasil e Peru. Foram alocados recursos de investimento no valor de R\$ 71.700,00 para a estruturação da base de fiscalização do Curuçá e R\$ 118.000,00 para estruturação dos serviços de monitoramento da Coordenação Regional do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental, totalizando um valor global de investimento de R\$ 189.700,00 para cumprimento da meta.

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	1	31/12/2012



órgãos e instituições em oito Terras Indígenas, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Foram realizadas dezenove atividades de localização de índios isolados sob referências não confirmadas. Cada atividade de localização compreende um conjunto de: estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo.

Foram confirmadas duas referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	2	31/12/2012

### **Meta: Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais, até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

Quantidade alcançada: 159

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	83	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	10	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	66	31/12/2012

### **Meta: Homologação da demarcação de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Foram homologadas por meio de Decreto Presidencial sete Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Ainda em 2012, a Funai encaminhou ao MJ o processo da Terra Indígena Arara da Volta Grande/PA (25/06/2012), com vistas a emissão do Decreto de Homologação Presidencial.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	7	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2012

### Meta: Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas

Análise Situacional da Meta: Houve em 2012 a discussão da proposta metodológica, a definição dos conteúdos programáticos e a contratação de profissionais que atuarão no Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas. Objetivando habilitar servidores e indígenas para as atividades de fiscalização e vigilância das terras indígenas, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre os temas: Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Testes piloto do material foram realizados por meio de cursos ministrados em comunidades indígenas e em Coordenações Regionais da Funai. O material referente à temática de Legislação Indigenista e Ambiental e Cartografia Básica e Uso de GPS foi aplicado na capacitação de indígenas nas Terras Indígenas Igarapé Ribeirão/RO, Igarapé Lages/RO e Kaxarari/AM/RO, para atuar nas ações de vigilância das respectivas terras, tendo sido, inclusive, contratados pela empresa responsável pela implementação dos Programas de Compensação Ambiental das UHEs Jirau e Santo Antonio. Foram realizados cursos de Cartografia Básica e Uso de GPS para servidores nas Coordenações Regionais da Funai no Litoral Sul (Florianópolis) e Xavante (Barra do Garça), com o objetivo de capacitá-los e instrumentalizá-los para as ações de proteção das terras indígenas sob suas jurisdições. Ademais, foram realizados seis cursos de Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em áreas estratégicas (Bioma Cerrado) voltados prioritariamente para indígenas, a fim de minimizar a ocorrência e o impacto desses eventos nas respectivas terras indígenas. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) produção do conteúdo pelos profissionais, b) análise e aprovação do material produzido, c) processo de publicação desses conteúdos (revisão, diagramação, editoração), edição de normatização para o programa e, finalmente, aplicação. Implementação de dez cursos no âmbito do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas, em 2012. O material didático produzido e aplicado como experiência piloto, foi avaliado e aprimorado após as capacitações, encontrando-se em fase de edição para publicação em 2013.

Quantidade alcançada: 10

Data de Referência: 31/12/2012

### Meta: Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012 foi contratado um profissional para a produção de proposta para o Projeto bem como a aprovação, por parte da Funai, da proposta apresentada. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) construir o processo de licitação, a partir do projeto básico aprovado, b) licitar a prestação de serviço (fábrica de software), c) treinamento de usuários, d) cronograma de instalação do sistema nas Coordenações Regionais.

### Meta: Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas

Análise Situacional da Meta: Para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas diversos são os procedimentos executados: atividades em campo, bem como atividades na esfera administrativa que tem o início a partir da edição da Portaria da posse indígena por ato do Ministro da Justiça. Essas atividades podem se estender por alguns anos até a efetiva conclusão do processo da indenização dos ocupantes não índios e a sua retirada da área. Os procedimentos compreendem estudos técnicos de campo na vistoria e avaliação das benfeitorias, análise técnica do material fundiário e dos recursos interpostos pelos ocupantes referente à avaliação. Já nos procedimentos administrativos tem-se a aprovação e análise de recursos sobre a boa-fé, a aprovação da jurídica e da Presidência autorizando o pagamento, a constituição de comissão para as indenizações das benfeitorias e a retirada dos ocupantes da terra indígena, além do acompanhamento do reassentamento a cargo do Incra. Assim, no ano de 2012, ocorreram os procedimentos para as indenizações de benfeitorias a ocupantes não índios nas seguintes terras indígenas: Apyterewa/PA, Boa Vista/PR, Brejo do Burgo/BA, Comboios e Tupiniquim/ES, Krikati/MA, Lago do Marinheiro/AM, Palmas/SC, Xukuru-Kariri/AL, Yanomami/RR, Jatuarana/AM.

No processo de indenização de benfeitorias de boa-fé foram constituídas sete Comissões de Pagamentos, com a aplicação de recursos na ordem de R\$ 3,5 milhões, seja na forma da indenização direta aos ocupantes não índios ou por meio de consignação em depósito judicial. Neste contexto, também foram formados cinco grupos técnicos de vistoria e avaliação de benfeitorias para as terras indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Pankararu/PE, Rio dos Índios/RS, Arroio-Korá/MS e Ribeirão Silveira/SP, com o cadastro de 1.100 ocupações de não índios. No tocante à análise da boa-fé das benfeitorias construídas por ocupantes em terras indígenas, foram publicadas cinco resoluções. Nesse tema é importante ressaltar a atualização com a publicação de normativa que visa ao procedimento da análise sobre a boa-fé das benfeitorias. Por todo o exposto, por tratar-se de atividades que demandam as várias etapas indicadas, além de manifestação contrária dos ocupantes em aceitar o pagamento na forma consensual ou de decisão judicial, paralisando o processo, não se concluiu todas as indenizações e a retirada dos não índios dessas áreas. Prevê-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos e das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas, com as atividades realizadas em 2012 e início dos procedimentos técnicos em outras dez terras indígenas.

Quantidade alcançada: 10

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	5	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	2	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	3	31/12/2012

### Meta: Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira

Análise Situacional da Meta: A relevância da participação da Funai nas ações de combate a ilícitos transfronteiriços, de forma a justificar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, pode ser verificada na ampliação do número de operações conjuntas

com órgãos de segurança e de defesa nacional realizadas em terras indígenas, situadas na faixa de fronteira, bem como na participação da Funai nas diversas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. A Funai participou das Operações Ágata, coordenadas pelo Exército Brasileiro, nas regiões fronteiriças, além das operações Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema, de abrangência regionalizada nos estados do AM e RR, coordenadas também pelo Exército brasileiro. Atuou-se na produção de informações e conteúdo que serviu de subsídio para influenciar/orientar as diretrizes do Ministério da Justiça acerca do tema Segurança Pública. O aumento da participação da Funai nas operações realizadas na região da faixa de fronteira, tanto no planejamento quanto em sua execução, bem como os resultados positivos obtidos nas referidas operações conjuntas no que se refere ao combate aos delitos transfronteiriços, têm conferido maior credibilidade à instituição para atuação da Funai na inserção do componente indígena nas políticas de fronteiras, além de evidenciar que a proteção das terras indígenas deve ser considerada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

### **Meta: Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas diversas ações que apoiaram a discussão para que seja incorporado um componente específico para os povos indígenas na Política Nacional de Mudanças do Clima, no âmbito do Executivo e Legislativo. Foram produzidas notas técnicas da Funai sobre a inclusão do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas, especificamente no que se refere aos pagamentos por serviços ambientais e Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), de forma a orientar as Assessorias Parlamentares da Funai e do Ministério da Justiça nas articulações e reuniões realizadas no Congresso Nacional, no âmbito das tramitações dos Projetos de Lei nº 195/2011 – REDD+ (Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal); e nº 792/2007 – Pagamento de Serviços Ambientais (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais). A Funai também participa do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Estratégia Nacional de REDD. Neste sentido, portanto, foram realizadas diversas reuniões de natureza técnica e política, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios afins, além de parlamentares responsáveis pelos supracitados Projetos de Lei, visando garantir a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas. No âmbito da atuação didática da Funai sobre a temática, foram produzidos três vídeos explicativos sobre as relações entre mudanças climáticas, povos indígenas e serviços ambientais. Os vídeos traduziram para uma linguagem acessível – visando à divulgação nas aldeias – as discussões nacionais e internacionais sobre mecanismos de compensação financeira para Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), com o propósito de combater a especulação e o assédio aos povos indígenas. Ademais, a Funai participou ativamente de oficinas, seminários e fóruns de discussão sobre mudanças climáticas e povos indígenas, promovidas por organizações não-governamentais e associações indígenas, visando ao esclarecimento dos povos indígenas sobre o posicionamento institucional acerca do tema. E por ocasião da Rio+20, a Funai realizou, no âmbito de sua programação no Museu do Índio, uma mesa de debate, com participação de povos indígenas, organizações não-governamentais e representantes do Ministério do Meio Ambiente e Funai, para discutir e esclarecer a temática relacionada aos povos indígenas e mudanças climáticas.

### **Meta: Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento**

Análise Situacional da Meta: Procura-se, por meio das ações vinculadas a essa meta, atuar de forma diferenciada nas vinte terras indígenas (TI) com maior índice de desmatamento, que representam cerca de 70% do desmatamento total em TI. Neste sentido, foram realizadas vinte operações em articulação interinstitucional (Funai, DPF, Ibama, FNSP, BPMA, ICMBio) nas terras indígenas com maiores índices de desmatamento.

Foi efetuada a fiscalização in loco e o monitoramento via satélite nas seguintes Terras Indígenas: Operações de desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsede; TI Munduruku; TI Kaiabi; TI Apinayé; TI Alto Rio Guamá; TI Awa; TI Cachoeira Seca; TI Alto Turiaçu; TI Vale do Javari; TI Apyterewa - 3 ações e operação contínua; TI Kayapó; TI Yanomami (2 ações); TI Krikati; Parque Indígena do Xingu; TI Arariboia; TI Andirá-Marau; TI Alto Rio Negro; TI Caru; TI Zoró; TI Vale do Javari.

Quantidade alcançada: 20

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento**

Análise Situacional da Meta: Ações de fiscalização e monitoramento nas seguintes Terras Indígenas: URUBU BRANCO, TENHARIM DO RIO MARMELOS, KAYAPÓ, KARIPUNA, RAPOSA SERRA DO SOL, ALTO TURIAÇU, AWÁ, CARU, BACURIZINHO, PORQUINHOS, KADIWÉU, KRIKATI, KAPOT NHINORE, SETE DE SETEMBRO, PIRAHÃ, PARQUE DO ARIPUANÃ, SERRA MORENA, ARIPUANÃ, SEPOTI, GAVIÃO, ROOSEVELT, SISSAÍMA, GOVERNADOR, PARQUE DO ARAGUAIA, MENKRAGNOTI, URU-EU-WAU-WAU, PORQUINHOS DOS CANELA-APANJEKRA, CACHOEIRINHA, APIAKÁ-KAYABI, MENKÜ, ENAWENÊ-NAWÊ, CACHOEIRA SECA, XACRIABÁ, GUAPORÉ, PEQUIZAL, EWARE, MARAIWATSEDE, RIO NEGRO OCAIA, SAGARAMA, XAMBIOÁ, COATA LARANJAL, MUNDURUKU, FAZENDA GUARANI, KAXARARI, ARARA DO RIO AMONEA, MAMOADATE, CABECEIRA DO RIO ACRE, e essas atividades visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos na Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

Quantidade alcançada: 47

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Regulamentação do poder de polícia da FUNAI**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas diversas ações com o objetivo de regulamentar o poder de polícia da Funai, inclusive por ser recomendação do TCU (Acórdão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministro da Justiça e as áreas competentes daquele Ministério (Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Segurança Pública, Consultoria Jurídica) para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do Órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial.



Como resultado, está prevista para o 1º semestre de 2013 a realização de um seminário com diversos Órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando dar encaminhamento ao processo de regulamentação do poder de polícia da Funai.

**Objetivo: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: A assinatura do Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do Objetivo 0945. Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro, o Decreto da PNGATI, elaborado em parceria pela Funai, MMA, MDS, MDA, ICMBio e outras instituições federais, Organizações Indígenas (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL, Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal - ARPINPAN, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB), indigenistas e socioambientalistas (Instituto Socioambiental - ISA, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, The Nature Conservancy - TNC) e Cooperções Internacionais (Agência de Cooperação Técnica Alemã - GIZ, PNUD, Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF), incorporou eixos temáticos e objetivos específicos que expressam propostas aprovadas nas consultas regionais aos povos indígenas. A implementação da PNGATI é fundamental para a promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas: sustentabilidade ambiental e etnodesenvolvimento; proteção e fiscalização das terras indígenas; participação, protagonismo e controle social indígenas; realização de consultas públicas sobre políticas e projetos de interesse dos povos indígenas, dentre outras. Outros avanços relevantes para o cumprimento do Objetivo 0945, no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS, merecem ser destacados, dentre outros: a edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012, que disciplinam o componente indígena no licenciamento; a implementação do Projeto Gestão Ambiental das Terras Indígenas - GATI; a criação da Declaração de Aptidão Indígena ao PRONAF – a DAP I (Portaria MDA nº. 94, de 27/11/2012), e publicação (janeiro de 2013) da Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para três mil famílias indígenas, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria – BSM (fruto de Iniciativas conjuntas da Funai, MDA e MDS, que visam a qualificação e ampliação do acesso indígena às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional).

**Meta: Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta: Elaborada minuta de Portaria do Comitê Gestor da PNGATI. Em 2012 publicação e encaminhamentos. Realização da Conferência em 2014.

**Meta: Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

Análise Situacional da Meta: A realização deste evento está prevista para 2014. Em 2012, foi estabelecido diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ, que se dispôs a apoiar



a execução da meta, com a contratação de consultoria, em 2013, para elaboração do Projeto do evento, com objetivo de sensibilizar parceiros para captação de recursos externos à Funai. Foi realizada visita à Praça da Sociobiodiversidade nos eventos Rio + 20 e Fenafr - Feira Nacional da Agricultura Familiar, com vistas a conhecer espaços institucionais referentes à sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais.

Dentre outros aspectos, este evento objetiva dar visibilidade às iniciativas indígenas de promoção da sociobiodiversidade, tais como práticas de proteção, preservação e resgate da agrobiodiversidade em suas terras, insumos tradicionais utilizados pelos indígenas e ao modo como se relacionam com a rica biodiversidade de suas terras para garantia de sua reprodução física e cultural; incentivar a comercialização de produtos oriundos da sociobiodiversidade indígena; divulgar os alimentos tradicionais, artefatos, festas e rituais associados. A meta dialoga com outras do Objetivo 0945 e com a agenda de Governo para o fomento e promoção das atividades dos povos tradicionais, a exemplo do Plano Nacional de Promoção dos Produtos das Sociobiodiversidades (com implementação orientada pela Portaria Interministerial MDA, MDS e MMA nº. 239 de 21 de julho de 2009).

**Meta: Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: O lançamento e execução das seis chamadas públicas de projetos previstas na meta foram planejados para ocorrer nos anos 2013-2015, de forma a criar sinergia com os avanços na implementação do Projeto GATI, em especial quanto à implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA nas terras indígenas que são Áreas de Referência deste Projeto, e com a meta relativa aos diagnósticos da agrobiodiversidade. Considerou-se que, sendo o foco da Chamada as terras indígenas que correspondem às áreas de referência do Projeto GATI, cujos resultados e atividades são estratégicos para o Objetivo 0945, o lançamento desta Chamada no período 2013/2014, garantiria maior potencial de alcance dos resultados almejados, uma vez que os projetos poderão contar com o suporte das ações do Projeto GATI, em especial no que se refere aos processos de elaboração de PGTA, em andamento, resultando em maior sinergia entre estes processos e os projetos da Chamada.

No exercício 2012, foram definidos critérios para eleição das terras indígenas a serem atendidas pelas Chamadas, em todos os biomas previstos, considerando:

- i) o universo das terras indígenas que são áreas de referência do Projeto GATI, preferencialmente com processo de elaboração/execução de PGTA já iniciados;
- ii) terras indígenas incluídas nos territórios dos oito Arranjos Produtivos Locais – APLS - referentes à meta correspondente do Objetivo 0945, os quais foram eleitos e validados pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS e pela Diretoria de Proteção Territorial - DPT, em Oficina específica para este fim;
- iii) terras indígenas de referência do Projeto GATI nas quais serão realizados diagnósticos da agrobiodiversidade.

No exercício 2013 deverão ocorrer a elaboração e lançamento de pelo menos duas Chamadas Públicas.

**Meta: Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante**

Análise Situacional da Meta: Foi iniciado diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa com objetivo de definir a metodologia a ser utilizada nos diagnósticos. Em 2013, a Funai deverá definir esta metodologia e iniciar os processos de elaboração dos diagnósticos, a partir de projetos elaborados no âmbito das Coordenações Regionais para apoio e fomento aos diagnósticos da agrobiodiversidade local, identificando responsáveis por sua manutenção e difusão, apoiando o papel que cumprem de manutenção das práticas tradicionais de cultivo, guarda e disseminação de alimentos tradicionais, prioritariamente, junto aos Povos destacados na meta, naquelas jurisdições em que estes estejam presentes.

**Meta: Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda**

Análise Situacional da Meta: Esta meta contempla cinco territórios indígenas do Norte e três territórios indígenas do Nordeste, e pretende identificar e apoiar ações destinadas à inserção dos produtos indígenas de forma qualificada no mercado, objetivando, através da utilização sustentável dos recursos da biodiversidade, a estruturação e a capacitação à produção, o beneficiamento e o escoamento de produtos indígenas para mercados consumidores. Em 2012, foi realizada oficina de planejamento da meta, envolvendo a participação da Cooperação Técnica Alemã – GIZ, que incluiu uma abordagem teórica sobre o tema das Cadeias de Valor e a eleição dos APLS e respectivos produtos a serem apoiados, considerando-se o potencial produtivo das áreas indígenas, parcerias estabelecidas, dentre outros aspectos. São os seguintes os produtos e territórios eleitos: Região Norte: Borracha/Corredor Tupi-Mondé (MT e RO); Pescado/Purus (AM); Fibras – piaçava e cipó-titica/Rio Negro (AM); Mel/Kayapó Sul do Pará e Parque Indígena Xingu (PA/MT); Região Nordeste: Mel/TI Wassu-Cocal (AL), Pescado e Frutos Nativos, ambos com território a ser definido. Estes territórios foram validados na referida oficina.

Posteriormente à definição dos territórios e produtos dos APLS nestas duas regiões, foi realizada uma Oficina de Capacitação em Cadeias de Valor com os atores envolvidos em todos os APLs eleitos. Participaram desta atividade oito representantes indígenas dos territórios eleitos, nove servidores das Coordenações Regionais - CRs envolvidas, sete servidores da sede e sete representantes de instituições parceiras, dentre as quais a GIZ, o Instituto Raoni, a Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX, o Instituto Mamirauá, o Projeto Pacto das Águas; Equipe de Conservação da Amazônia/ECAM e a ONG Movimento Minha Terra.

Foram apoiadas atividades de estruturação da cadeia de valor em quatro APLs nos territórios da região Norte, ao longo de 2012, cumprindo-se 50% da meta, como segue:

i) APL Jaborandi (AM): apoio à execução de projeto de capacitação para indígenas sobre técnicas de manejo sustentável; ii) APL Castanha (PA): apoio a projeto apresentado pela CR Kayapó Sul do Pará para realização de monitoramento e acompanhamento da capacitação, exploração e transporte desse produto; iii) APL Pescado – Pirarucu (AM): apoio à capacitação de servidores da CR Médio Purus em manejo pesqueiro, promovida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, visando desenvolvimento da Cadeia de Valor do Pirarucu. Os servidores atuarão como multiplicadores junto a comunidades indígenas

da etnia Paumari; iv) iniciados os trabalhos junto ao APL do Guaraná Sateré Mawé (AM), cuja identificação geográfica está em tramitação, com diálogo junto ao INPI e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, visando à construção de estratégias eficientes de proteção para os produtos indígenas (IG, Marcas Coletivas e de Certificação).

Na região Centro-Oeste, APL do Mel – Xingu (MT), que envolve parcerias com o Instituto Socioambiental, a Associação Terra Indígena Xingu e a Amazon Rainforest Foundation Japan, foram apoiadas as seguintes atividades: participação de servidores da CR Xingu em reuniões técnicas em Canarana e Brasília sobre o APL; realização de diagnóstico, em parceria com a Rain Forest, sobre a apicultura no Parque Indígena do Xingu; compra de insumos para a produção do mel e participação de um servidor da CR Xingu, um indígena da Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX e um indígena produtor de mel na Oficina de Formação sobre Cadeia de Valor.

Na Região Nordeste, foram apoiadas atividades de implementação do Projeto Apoio à Estruturação da Capacidade de Produção da Unidade Familiar de mel na Aldeia Wassú-cocal, iniciado em 2011, no âmbito do Termo de Cooperação com o MDS, aportando recursos de contrapartida para colaborador eventual a fim de prover assistência técnica e capacitação aos indígenas envolvidos na atividade de apicultura. Em 2013, deverão ser eleitos e apoiados os APLs de frutos e do pescado nos territórios do Nordeste e se dará continuidade ao apoio dos APLs do Norte, com acompanhamento e fomento, de forma a consolidá-los.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	15/02/2013
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	4	31/12/2012

**Meta: Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas para implementação da meta: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em 16/08/2012; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visam à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico; iv) Iniciado o processo de transição na TI Ligeiro, com a realização de reunião entre equipes da Funai-Sede

e da CR Passo Fundo sobre o tema, em conjunto com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial - CGMT.

Para 2013, estão previstas atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito dessa TI, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, além da realização de atividades voltadas para definir procedimentos para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta, com o mesmo objetivo de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	15/02/2013
Bioma Pantanal	1	projeto	0	31/12/2012

**Meta: Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas**

Análise Situacional da Meta: Implementação em andamento com dois eventos apoiados em 2012:

i) I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais, com participação de cerca de 908 indígenas das etnias Kayapó, Kayapó-Xikrin, Apinajé, Canela, Desana, Funi-ô, Gavião Parakateje, Guarani Kaiowá, Kaxinawá, Karajá do Norte, Kisedjê, Krahô, Kuikuru, Rikbatsa, Suruí, Tikuna, Xavante, Yanomami, Xerente, Sateré-Maué, Zoe, Yawalapiti e Zoró, envolvendo as terras indígenas Kayapó, Badjukore, Las Casas, Baú, Menkragnoti, Xikrin, Apinajé, Canela Apanyekrá, Alto Rio Negro, Funi-ô, Mãe Maria, Dourados, Kaxinawa do Rio Jordão, Xambioá, Wawi, Kraholândia, Xingu, Erikpatsa, Japuira, Escondido, Sete de Setembro, Umariçu, Chão Preto, Ubawawe, Marechal Rondon, Maraiwatsede, São Marcos, Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro/Volta Grande, Yanomami, Xerente, Andirá-Marau, Zoe e Zoró. Foram parceiros e apoiadores do evento a Associação Floresta Protegida, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, Prefeitura Municipal São Felix do Xingu, CONAB, MDS, MDA. A metodologia previu as seguintes etapas: reunião com aldeia Moikarakô para tratar dos preparativos dos eventos, etnias e indígenas convidados, estrutura, entre outros (etapa já realizada pela Associação Floresta Protegida - AFP); reunião em Brasília com algumas coordenações da Funai – Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO), Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania e Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS) – para articular composição de recursos para o evento e consolidar parcerias (etapa já realizada pela AFP); reunião com parceiros locais da região – Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, ONGs que atuam na área, e entidades governamentais estaduais e federais das áreas de agricultura, educação e meio ambiente – para articulação de parcerias para o evento (foram realizadas algumas reuniões com secretarias da Prefeitura de São Félix do Xingu, além de duas reuniões - estas com a presença de servidores da Funai - no contexto da inserção do componente

indígena na "Agenda Pós-Pacto" ("Pacto do Desmatamento") do referido município, onde foi aprovada a inserção da Feira de Sementes na "Agenda". Está marcada uma reunião para o dia 11 de junho de 2013 com todos os parceiros do Pacto para articulação da composição de apoio à Feira; abertura da estrada até a aldeia Moikarakô para viabilizar a entrada de equipamentos e montagem da estrutura do evento; montagem da estrutura do evento (tendas, alojamentos, aparelhagem de som, cozinha, banheiros e chuveiros, etc); realização da Feira de Sementes; e avaliação do evento com indígenas da aldeia Moikarakô e demais participantes.

ii) Feira de Sementes Paresi III – Raiz, Planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes tradicionais do povo Paresi (dezembro/2012). Em sua terceira edição, com apoio da Funai também nas anteriores, a Feira Paresi, em 2012, reuniu indígenas de várias etnias de Mato Grosso e de outros estados e teve como parceiros, além da Funai-Sede e CR/CTL Local (Tangará da Serra), a Faculdade de Ciências Agrônomicas / Universidade Estadual de São Paulo / Campus Botucatu e Secretarias e Prefeituras de Tangará da Serra e Conquista D'Oeste.

A previsão para 2013 é que sejam promovidos e apoiados mais três eventos. Com essa perspectiva, foi apoiada, em 2012, a realização de uma reunião técnica na área Xavante. Esta meta prevê parceria com a Embrapa e se articula com outras relativas ao tema da agrobiodiversidade.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Caatinga	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Cerrado	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Pampa	1	evento	0	15/02/2013

### **Meta: Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta: Foram acompanhados diversos processos de licenciamento ambiental, com componente indígena, a exemplo dos processos envolvendo os seguintes empreendimentos: BR 230/PA, Ponte Binacional Brasil Guiana Francesa, Ferrovia de Integração do Centro Oeste, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, Linha de Transmissão Manaus Boa Vista, BR 101/RS, dentre outros.

### **Meta: Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Foram apoiadas iniciativas para a promoção de 10 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas, tais como a implantação dos Sistemas Agroflorestais – SAFs e quintais agroflorestais nas Terras Indígenas (TI) Aguapeu, Peruíbe, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará e Paranapuã; a recuperação de área degradada na TI Sararé; enriquecimento da biodiversidade com palmeira Jussara no Litoral Sudeste nas TI Aguapeu, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará, Paranapuã, Tekoa Guaviraty, Tekoa Itapoã, Tekoa Jejty, Acarau/Ilha do Cardoso, Tekoa Pindoty, Tekoa Peguaty, Miracatu/Itariri;

recuperação de nascentes nas TI de Minas Gerais; reflorestamento de áreas de caatinga nas TI Massacará e Tumbalalá; construção de aceiros com quebra ventos na TI Maraiwatsede; reflorestamento na TI Umariáçu; viveiros em divesas TI jurisdicionadas à Coordenação Regional de Cacoal; e o projeto-Etnoecologia: promoção à sustentabilidade alimentar, ambiental e cultural nas TI Areões e Pimentel Barbosa.

Quantidade alcançada: 10

Data de Referência: 21/09/2012

### **Meta: Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Realizada reunião de Planejamento com as Unidades Descentralizadas, ocasião em que estas Unidades foram orientadas sobre a meta, reforçando documento sobre o assunto encaminhado a estas Unidades, já no final de 2011.

Realizado o I Módulo do Curso de Formação em etnodesenvolvimento, em Brasília. Participaram deste módulo 32 servidores responsáveis pelas ações de etnodesenvolvimento em 32 Coordenações Regionais, além de 13 servidores da Funai-Sede. O módulo gerou um DVD com Registro dos conteúdos das aulas e debates, que será divulgado junto às equipes técnicas da Sede e CRs. O Curso tem como objetivo qualificar o trabalho das equipes das Coordenações Regionais e Sede, visando a aprimorar instrumentos, metodologias e procedimentos de elaboração e implementação de processos e projetos nos quais as dimensões de etnodesenvolvimento estejam presentes de forma mais efetiva. Em 2013, está prevista a realização do II Módulo.

Esta meta apresenta desafios gerais importantes, tais como: mudança de noções e práticas de viés assistencialista; ampliação de parcerias locais e federais, consolidação do processo de formação, já em curso, e da estrutura das Unidades Regionalizadas, de forma que venham a ter as condições adequadas para a elaboração, execução, monitoria e avaliação dos processos e projetos de etnodesenvolvimento sob sua responsabilidade. No caso da Região Norte, acrescentam-se as dificuldades adicionais de deslocamento das equipes técnicas, tendo em vista a dimensão das terras indígenas e sua localização em áreas de difícil acesso, parte das quais só acessíveis por via aérea ou fluvial. Os 396 projetos identificados estão distribuídos em diferentes terras Indígenas, não sendo possível precisar se incidem sobre o mesmo número de terras indígenas, tendo em vista que as informações dos Planos de Trabalho das Coordenações Regionais da Funai não necessariamente vinculam os projetos a única terra indígena.

Quantidade alcançada: 396

Data de Referência: 31/12/2012

<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde. Alcançada</b>	<b>Data</b>
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	79	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	62	31/12/2012
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	194	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	32	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	29	31/12/2012



**Meta: Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Foram elaborados 2 Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs e iniciada a elaboração de mais 10 PGTAs que serão concluídos até 2015. Há previsão de início de outros 10 PGTAs na Amazônia brasileira; seis no sul/sudeste e oito no cerrado/caatinga em 2013, com previsão de conclusão até 2015.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 21/09/2012

**Meta: Implementar 5 Centros de Formação Indígena**

Análise Situacional da Meta: Contratação de consultores via PNUD (Projeto GATI) para construção de proposta política/pedagógica de dois centros de formação (previstos intercâmbios em outras áreas que já possuem centros de formação indígena - ex: Centro Amazônico de Formação Indígena - CAFI).

**Meta: Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Coordenação da elaboração de proposta de Curso Básico de Formação em PNGATI a ser implementado por Funai, MMA, ICMBio e parceiros. Previsão de início de formação em 2013.

**Meta: Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, avançou-se em uma proposta de texto sobre licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas, principalmente motivados pela edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012. Falta, entretanto, qualificar melhor esses textos e publicar o material.

**Meta: Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram publicadas duas Instruções Normativas nº 01 e 04/2012 que, com base na Portaria Interministerial nº 419/2011, regulamentam a participação da Funai nos licenciamentos ambientais federais de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 17/12/2012

**Meta: Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta: Realizado planejamento trianual de atividades para implementação da meta e acompanhados casos piloto para subsidiar tecnicamente a proposta de normatização, em conformidade com os direitos territoriais e sociais destes povos,

compreendendo as seguintes atividades: a) participação no GT de Turismo do Estado do Acre (que conta com representantes da Coordenação Regional do Acre, da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas e da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer deste estado); b) acompanhamento do X Festival Yawa, na Terra Indígena Rio Gregório (aldeias Nova Esperança e Mutum); c) participação em discussão intersetorial envolvendo Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas, Coordenações Gerais da Funai (além da Ouvidoria e AEAI) sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Indígena do Xingu; d) acompanhamento de monitorias complementares entre os Yanomami (AM) e dezesseis etnias que coabitam o Parque Indígena do Xingu (MT); e) reunião com MMA, ICMBio, Ministério do Turismo, para nivelamento sobre a meta e identificação de contribuições destas instituições ao processo de regulamentação da atividade em tela.

As diretrizes da regulamentação estão em fase de construção e serão desenvolvidas de forma participativa, junto às comunidades indígenas diretamente beneficiadas e/ou afetadas pelas atividades de turismo, com respaldo nos Diagnósticos socioculturais e ambientais que se fizerem necessários. Participam do processo de regulamentação: Coordenação Regional - CR, Coordenação Técnica Local - CTL, Coordenações Gerais da FUNAI, MMA, Ministério do Turismo, ICMBio, Ibama, ONGs. Na próxima fase, deverão ser envolvidas Organizações Indígenas e demais setores pertinentes. Foi elaborado um Roteiro de Monitoria e Avaliação de Atividades Turísticas em Terras Indígenas, para subsidiar as CRs no desenvolvimento de atividades ligadas à meta, baseadas nas atividades de monitoria e avaliação realizadas nas TIs e em estudos anteriores feitos pela Funai. Para 2013 estão previstos entre outros, acompanhamento e avaliação de experiências piloto junto aos povos Tenharim (AM), Guarani Mbyá (SP/RJ) e Pataxó (BA).

**Objetivo: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Na área da segurança alimentar e nutricional em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena, cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. No que concerne à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, foram realizados cerca de 500 mil atendimentos, por meio de ações relacionadas: (i) ao acolhimento e orientação de indígenas em articulação social; (ii) à expedição de documentação básica; (iii) ao apoio à concessão de benefícios previdenciários; (iv) ao atendimento emergencial em situações de insegurança alimentar e nutricional; (v) ao incremento da infraestrutura física comunitária; (vi) à promoção de ações de transversalização da temática de gênero e geracional; dentre outros. Em 2013, será ampliado o acesso qualificado e equânime ao conjunto dos benefícios sociais.

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, tendo sido efetivadas quinze mil novas emissões de documentos. Em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por exemplo, foram constituídos mutirões em região de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e em áreas remotas do município de São Gabriel da Cachoeira.

Em 2013, haverá continuidade nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas.

Ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais através de parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando de oitenta mil para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais como o Programa Bolsa Família, que beneficia atualmente cerca de 86 mil famílias indígenas, o Programa Luz para Todos, o ProUni, entre outros. Além do aprofundamento das ações, está prevista para 2013 a inclusão de famílias indígenas no programa Bolsa Verde, para famílias que desenvolvem atividades de conservação em floresta nacional, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e assentamentos ambientalmente diferenciados.

No âmbito da política esportiva indígena, destacam-se os núcleos tradicionais do Programa Segundo Tempo - PST e do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC. No PELC para Povos e Comunidades Tradicionais, foram atendidos, em 2012, 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte, em 3 núcleos. Destacam-se, ainda, os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

**Meta: Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta: Foi apoiada a realização de 172 eventos de organizações indígenas, superando a meta. Nos próximos anos continuaremos a apoiar esses eventos mesmo já superando a meta pretendida.

Quantidade alcançada: 172

Data de Referência: 17/12/2012

**Meta: Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento**

Análise Situacional da Meta: Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, nos quais foram efetivadas mais de quinze mil novas emissões de documentos devido a realizações de mutirões nas regiões de Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Ponta Porã, Palmas, Cacoal, Ji Paraná e no Estado do Maranhão, ultrapassando o efetivado no exercício de 2011. Foi uma parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. O grande momento foram os mutirões em regiões de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e São Gabriel da Cachoeira. A Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2012 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas.

**Meta: Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados**

Análise Situacional da Meta: A Coordenação de Infraestrutura Comunitária realizou reuniões com instituições responsáveis pela execução de projetos de infraestrutura em terras indígenas, como por exemplo, Caixa Econômica Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, com o objetivo de definir diretrizes que fortaleçam a autonomia dos Povos Indígenas no desenvolvimento de programas e projetos nas seguintes áreas: a) Engenharia Civil e Arquitetura (habitações, escolas, casas comunitárias, postos de saúde e enfermarias); b) Acesso à água potável para consumo humano; c) Saneamento ambiental (lixo, esgoto, águas pluviais, conforto doméstico); d) Acesso e mobilidade territorial (estradas, pontes, caminhos, portos fluviais, pistas de pouso); e) Matriz Energética (energias alternativas e convencionais, sistemas de transmissão de energia); f) Comunicação (sistemas de telecomunicações e radiofonia). Fundamentado no planejamento elaborado durante a “Oficina de Planejamento Estratégico-Operacional”, a Funai deverá apoiar nos próximos três anos as seguintes ações: a) Reunião com ABNT para análise e adequação dos manuais existentes de normas técnicas e diretrizes de infraestrutura comunitária de órgãos parceiros quanto a especificidade das comunidades indígenas; b) Encontros regionais para esclarecimento da sede e regionais quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; c) Reunião na Sede para negociação com as Coordenações quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; d) Produção de cartilhas com normas e diretrizes comuns às coordenações regionais e gerais; e) Articulação e debate com o Movimento Indígena sobre conceitos e procedimentos para definição da relação Funai - Povos Indígenas; f) Articulação Interna para elaboração dos Termos de Referência (TR) quanto às especificidades da infraestrutura comunitária indígena no âmbito dos projetos de Gestão Ambiental e acompanhamento de obras em execução.

**Meta: Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta: Solicitou-se ao Ministério das Cidades a inclusão nas normas sobre a execução do Programa Minha Casa Minha Vida de cláusulas específicas sobre o respeito aos aspectos culturais e ambientais dos povos indígenas, bem como a necessidade de consulta a FUNAI. Articulou-se com o Programa Luz Para Todos / Ministério de Minas e Energia, ligações de rede convencional de energia para diversas aldeias em todo o território nacional. Tem-se realizado levantamentos de situações de acesso e localização de aldeias na Amazônia para implantação de sistemas de geração de energia. Apoiou-se a parceria com prefeituras municipais e governos estaduais para manutenção/recuperação de estradas e pontes em terras indígenas. Neste sentido o papel da Funai é de articular e apoiar as iniciativas para a melhoria da infraestrutura comunitária das terras indígenas, influenciando na qualificação das demandas e construindo parcerias para viabilizar a execução de obras.

**Meta: Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas**

Análise Situacional da Meta: Sistema interligado implantado e em funcionamento em quatorze Coordenações Regionais da Funai. A principal dificuldade enfrentada tem sido a

implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai.

Quantidade alcançada: 14

Data de Referência: 17/12/2012

**Meta: Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta: Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

**Meta: Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.**

Análise Situacional da Meta: A Meta não foi trabalhada na Funai, em 2012.

**Meta: Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos**

Análise Situacional da Meta: Realização de reuniões preparatórias e redação de minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social para implementação de ações conjuntas e adequação das ações nos programas de renda e cidadania. No ano de 2012, ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, através da busca ativa realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais.

**Meta: Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena**

Análise Situacional da Meta: Estão sendo feitas conversas no âmbito do GT interministerial que Funai, Sesai/MS e MDS compõem a fim de pensar como se dará esse processo. Para além disso, na área da segurança alimentar e nutricional, em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. Em 2013, haverá continuidade nas ações de articulação de programas e ações focadas para esse fim.



**Meta: Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas**

Análise Situacional da Meta: Não foi iniciada ação sobre esta Meta uma vez que não houve tempo hábil para pensar na pesquisa e articular com outros parceiros.

**Objetivo: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o Museu do Índio preservou (conservou, documentou, divulgou) 42 mil bens culturais sob sua guarda e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano, promoveu 43 atividades de valorização das culturas indígenas e desenvolveu trinta projetos de pesquisa em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país. Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Destaca-se na atuação do Museu como órgão científico-cultural da Funai o amplo alcance e a consolidação de seu Programa de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos dos povos indígenas, voltado principalmente para a capacitação e formação de pesquisadores indígenas – iniciativa sem precedentes na área federal e que, em seu quarto ano de execução, já se estende a 130 aldeias situadas em 42 municípios de treze estados, beneficiando uma população de trinta mil pessoas, pertencentes a 37 etnias distintas. O efeito multiplicador do Programa e as perspectivas de sustentabilidade e reprodução da experiência a médio e longo prazos são viabilizados na medida em que se propicia a instrumentalização de um número crescente de jovens indígenas em oficinas e treinamentos em técnicas e processos inovadores, habilitando-os para levarem adiante e assumirem a pesquisa e a documentação das línguas, saberes e práticas das culturas de seus povos e, ao mesmo tempo, a produção e disponibilização de conteúdos válidos, qualificados pelos mestres de cada comunidade e tratados pelas equipes técnicas no Museu do Índio, para serem transmitidos às futuras gerações, inclusive preservados em acervos digitais que estarão acessíveis por muitos anos.

**Meta: Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, por meio da Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio, foram apoiados 43 projetos culturais oriundos das demandas de várias comunidades indígenas. O Museu do Índio dialogou com 36 comunidades indígenas de várias regiões no Brasil oferecendo apoio aos mais variados tipos de projetos culturais apresentados por suas lideranças e/ou associações.

Destacamos como principal apoio aquele voltado para o fomento e promoção da produção, circulação e sustentabilidade da produção da cultura material e imaterial dos povos indígenas. Foram apoiados também projetos com foco na produção audiovisual dos povos indígenas, na transmissão de saberes entre as gerações e no registro e catalogação da produção da cultura



material e seus ciclos de produção, além de treinamento para pesquisadores indígenas em técnicas de registro cultural.

Na maioria das comunidades os projetos foram desenvolvidos em diálogo com os técnicos das Coordenações Regionais da Funai, sob orientação técnica do Serviço de Estudos e Pesquisas da Coordenação de Divulgação Científica do Museu do Índio. Os projetos considerados especiais foram desenvolvidos em diálogo com várias instituições parceiras públicas e da sociedade civil brasileira.

Quantidade alcançada: 43

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram capacitados 41 indígenas, em oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, sendo crescente a demanda de outros povos por participarem do projeto, esperando-se que nos próximos anos seja possível agregar equipes de outras etnias. Os resultados alcançados até o momento têm superado as expectativas iniciais, com a contribuição efetiva dos pesquisadores indígenas em todas as etapas dos trabalhos: desde a seleção e coleta de dados, transcrições e traduções de termos e narrativas, o registro de mitos, cânticos, rezas, rituais, técnicas e modos de fazer, saberes e formas de expressão de seus universos socioculturais, até as etapas de tratamento e edição dos materiais produzidos – arquivos sonoros, fotos, vídeos –, o preparo de textos e publicações, como vocabulários, dicionários e gramáticas bilíngues, cartilhas de alfabetização, léxicos ilustrados, livros de narrativas, genealogias, etc., além da atualização das bases de dados, da criação e alimentação dos sites dedicados a cada etnia.

Desde seu início, o projeto de documentação e pesquisa de línguas, culturas e acervos tem sinalizado o amplo efeito reprodutor e condições de sustentabilidade das ações desenvolvidas. Com a capacitação de jovens pesquisadores indígenas e a qualidade das informações produzidas com sua participação efetiva e com os conhecimentos e ensinamentos dos mais velhos, seus mestres e sabedores das tradições de seus povos, o conjunto da comunidade se instrumentaliza, reunindo condições para prosseguir no registro e transmissão de conhecimentos de suas culturas às novas gerações, estendendo, portanto, as possibilidades de sua reprodução e sustentabilidade a médio e longo prazo.

Por um lado, os dados inseridos nas bases que estão sendo construídas e os arquivos digitais produzidos fornecem conteúdos essenciais para as escolas existentes na maioria das terras indígenas no país – um espaço institucionalizado, no âmbito das aldeias, que possibilita a continuidade da iniciativa implantada pelo projeto. De fato, a clientela potencial prevista para as ações de treinamento e documentação será constituída, em grande parte, por jovens já altamente motivados e habilitados para a transmissão de conhecimentos de suas culturas e que atuam como professores locais. A formação dos pesquisadores atende, assim, uma imensa demanda escolar de especialização de seu corpo docente e de dados qualificados sobre seu patrimônio cultural e linguístico que propiciem conteúdos válidos para fundamentar os trabalhos pedagógicos.

Por outro lado, com o treinamento dos pesquisadores indígenas nos trabalhos de campo e nos acervos, as bases de dados específicas construídas para seus povos e a implantação

de uma infraestrutura preliminar de apoio à continuidade do projeto, possibilitam, em alguns casos, a própria criação de centros culturais locais; em outros, fornecerem conteúdo aos centros e núcleos já existentes.

Dentre os resultados promissores desse trabalho, cabe destacar ainda, na área de capacitação em registro audiovisual, a participação e premiação de pesquisadores indígenas, treinados nas oficinas do projeto, em festivais e mostras cinematográficas, nacionais e internacionais.

Quantidade alcançada: 41

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**

Análise Situacional da Meta: Em andamento, por meio de:

- a) Participação em Grupo de trabalho junto à Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI/SE/MinC), para elaboração de proposta de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos, o que beneficiará principalmente culturas populares, culturas indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.
- b) Colaboração na elaboração de Projetos de Lei em tramitação, tais como: PL Cultura Viva (PL 757/2011), PL dos Mestres e Mestras (PL 1176/2011), PL Griô (PL 1786/2011);
- c) Participação nos esforços para aplicação e aperfeiçoamento de normas legais internacionais das quais o Brasil é signatário, tais como: Convenção 169, da OIT; Convenção da Diversidade, da UNESCO; e Protocolo de Nagoya, que trata do Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios derivados de sua Utilização, que trata da necessidade e eventuais modalidades de um Mecanismo Global de Repartição de Benefícios.
- d) Publicação/Distribuição do Plano Setorial das Culturas Indígenas, cujas metas serão definidas em 2013.
- e) Indução de políticas setoriais nos Planos estaduais e Municipais de Cultura, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC): ações iniciais no período referido e definição de agenda para cumprimento desse objetivo em 2013.

### **Meta: Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural (SCDC/MinC) realizou em junho de 2012 seminário nacional com aproximadamente 300 lideranças indígenas para avaliação e planejamento de implementação do plano setorial e, a partir da aprovação do Plano em dezembro de 2010, viabilizou convênios para implantação de 72 Pontos de Cultura Indígenas, já em atendimento das ações previstas no Plano Setorial.

Em 2013, em andamento à execução das metas do Plano Nacional de Cultura, serão desenvolvidas as metas mensuráveis dos Planos Setoriais existentes, entre eles o de Culturas Indígenas.

**Meta: Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram desenvolvidos 31 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos junto a 36 etnias indígenas, em todas as regiões do país, em parceria com as respectivas comunidades, suas lideranças e organizações. Os trabalhos tiveram a participação direta de jovens pesquisadores indígenas, treinados em oficinas e atividades de capacitação, contando sempre com a assessoria de mestres conhecedores das tradições de seus povos, qualificando e avaliando as informações produzidas. Entre os resultados alcançados, destacam-se, na área de línguas, a elaboração de gramáticas descritivas, dicionários, vocabulários, cartilhas, além de diagnósticos sociolinguísticos. Na área de culturas indígenas, os trabalhos envolveram pesquisa, levantamentos e documentação de saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões e modos de fazer associados a aspectos específicos de cada cultura, focalizando temas tais como territorialidade mítica, tecnologias de produção, circulação e partilha de alimentos, processos de manejo da diversidade, música e sonoridades. Os materiais produzidos incluem publicações de obras didáticas e paradidáticas bilíngues e coleções audiovisuais de vídeos, gravações sonoras e fotos, além de filmes de curta e média metragem. Na área de acervos, priorizou-se a documentação da cultura material, com o registro de padrões gráficos, técnicas e conhecimentos aplicados na confecção de artefatos, assim como elementos de natureza imaterial associados – iniciativa que tem contribuído também para a formação de coleções etnográficas contemporâneas. Os produtos resultantes de todos os projetos incluem ainda arquivos digitais multimídia e, principalmente, dossiês reunindo todos os materiais coletados e processados para entrega às comunidades indígenas. A divulgação dos trabalhos produzidos se dá no site do programa de documentação na internet e nos minisites de cada projeto e também por meio de exposições etnográficas e mostras fotográficas, a par de publicações diversas e da edição de catálogos e boletins informativos mensais.

Quantidade alcançada: 31

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades**

Análise Situacional da Meta: A diretriz impacta diretamente as ações desenvolvidas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC/MinC, tanto através de sua atuação no Colegiado Setorial de Culturas Indígenas – instância que integra o Conselho Nacional de Políticas Culturais – como também na exigência junto a parceiros que desenvolvem as ações da SCDC voltadas aos indígenas (Pontos de Cultura, Prêmio Culturas Indígenas, entre outros) de consulta prévia a lideranças e comunidades para elaboração de Planos de Trabalho e desenvolvimento de atividades que impactem a população indígena.

**Meta: Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas**

Análise Situacional da Meta: O Museu do Índio deu continuidade durante o ano à preservação do patrimônio indígena sob sua guarda, ação que envolve procedimentos

sistemáticos de registro, conservação e comunicação dos documentos que compõem os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico (iconográfico, sonoro, fílmico, textual e cartográfico). Como resultado de iniciativas promovidas no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, foram incorporadas em 2012 novas coleções, cedidas por pesquisadores – em sua maioria formadas por documentos audiovisuais coletados durante suas pesquisas de campo ao longo do século passado – assim como acervos contemporâneos de cultura material, adquiridos dos povos indígenas. Tais acervos foram confeccionados, sobretudo a partir de materiais disponibilizados pelo Museu do Índio, como miçangas – bastante valorizadas por inúmeras etnias para a confecção de artefatos, hoje em dia em processo de desaparecimento devido ao alto custo de aquisição do produto com a qualidade requerida. Outro conjunto de novos acervos adquiridos resultou de oficinas de documentação e atividades de estímulo à revitalização de técnicas e matérias-primas tradicionais, como a confecção de objetos feitos da casca do caramujo pelos Kalapalo do Xingu.

Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Quantidade alcançada: 42.000

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, Ibama, Força de Segurança Nacional e ICMBio.

Nas ações de demarcação e aviventação de limites de terras indígenas, com destaque para as emblemáticas Terra Indígena Cachoeira Seca e Terra Indígena Kayabi, situadas nos estados do Pará e Mato Grosso, houve a articulação de um plano de ação de governo, conduzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Funai, que definiram a execução das ações demarcatórias pelo Exército Brasileiro.

Para 2013, será dada continuidade na elaboração e implementação de planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas e na formação de gestores indígenas e não indígenas para qualificar ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, em parceria com MMA.

Destacam-se os esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da DAP I - Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria –BSM para famílias indígenas; Termos de Cooperação com a Embrapa, para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena, e com o MDS, para apoio a projetos de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em benefício a famílias indígenas.

Salienta-se a criação pelo Governo Federal, em 5 de junho de 2012, do Comitê de Gestão Integrada de Atenção em Saúde e Segurança Alimentar para a População Indígena como instância de articulação intersetorial com o objetivo de garantir os direitos dos povos indígenas, no que se refere a saúde e segurança alimentar e nutricional, com vistas a mitigar a vulnerabilidade desses povos que decorre dos altos índices de mortalidade infantil. Fazem parte desse comitê os Ministérios da Saúde, da Defesa, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, da Justiça, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência. No mesmo escopo vale registrar a regularização de pistas de pouso no Estado de Roraima para o atendimento à saúde indígena. Destaca-se, ainda, o protagonismo da Funai nos esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

### **Meta: Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território**

Análise Situacional da Meta: A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da Funai, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos. Pretende-se que as ações para a consecução dessa meta sejam desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

### **Meta: Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista**

Análise Situacional da Meta: A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007 e, no mesmo dia, dada posse dos membros pelo presidente Lula. A CNPI é composta por vinte representantes dos povos indígenas, dez com direito a voto e dez à voz, representando mais de 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e doze representantes governamentais e mais a presidente da Funai, que preside a Comissão e é voto minerva.

A CNPI faz parte do Ministério da Justiça e tem dez Subcomissões: Acompanhamento de Empreendimento com Impactos em Terras Indígenas; Justiça, Segurança e Cidadania; Terras Indígenas; Etnodesenvolvimento; Assuntos Legislativos; Saúde; Educação Escolar Indígena; Cultura e Comunicação; Gênero, Infância e Juventude e Políticas Públicas, Orçamento e Gestão. Em 2012 foram realizadas três reuniões da CNPI.

Tramita no Congresso Nacional o PL 3571/2008, para instituir o Conselho Nacional de Política Indigenista. Quando a CNPI for convertida em Conselho Nacional, será um órgão de composição paritária com representação do Executivo, dos povos indígenas e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas e a cada quatro anos a presidência vai se alternar entre representante de governo e representação de indígenas.

**Meta: Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas**

Análise Situacional da Meta: O portal onde serão integradas as bases de dados ou os sistemas encontra-se em fase de desenvolvimento.

**Objetivo: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: No ano de 2012 a Funai promoveu debates intersetoriais e interinstitucionais com vistas à formulação da política de promoção e proteção dos povos indígenas de recente contato, por meio de diagnósticos promovidos em nove povos indígenas de recente contato. Foram realizados estudos e levantamentos sobre a situação de vulnerabilidade desses povos, sendo que para três deles foram criados programas de trabalhos específicos: Programa Awá Guajá - MA, Programa Zoé - PA e Programa Korubo - AM. Articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

**Meta: Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foi realizada uma série de diagnósticos com o propósito de subsidiar tecnicamente um debate amplo e participativo para a construção de diretrizes e formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato. Nesse sentido, três povos indígenas de recente contato, em razão da situação de alta vulnerabilidade, foram contemplados com um programa específico para cada um. Diante disso, houve o planejamento para a realização do seminário ampliado que definirá as diretrizes da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, para o segundo semestre de 2013.

**Meta: Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

Análise Situacional da Meta: Em razão da continuidade de estudos e diagnósticos sobre as populações indígenas de recente contato, cujos resultados subsidiarão o debate ampliado, previsto para o segundo semestre de 2013, somente no decorrer do mesmo se definirão as diretrizes dessa política. Contudo, 3 povos indígenas de recente contato, em 5 terras, diante da situação de alta vulnerabilidade em que se encontravam, em 2012, foram contemplados com um programa específico para cada um, sendo eles: Programa Zoé - PA - Terra Indígena Zoé, Programa Korubo - AM - Terra Indígena Vale do Javari, e Programa Awá Guajá - MA - Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu.

Quantidade alcançada: 5

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	5	31/12/2012



### **Meta: Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

Análise Situacional da Meta: Foram realizados monitoramento e avaliação de políticas públicas (atendimento a saúde, acesso a benefícios sociais, acesso a educação) nas Terras Indígenas: Vale do Javari - AM, Yanomami - AM/RR e Zoé - PA e Awá - MA, sendo que nas Terras Indígenas Zoé e Awá foram realizados monitoramento somente das ações da sociedade civil nesses povos. Os resultados destes monitoramentos permitiram avaliar o controle de acesso de ingresso das Terras Indígenas supracitadas desempenhadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental Cuminapanema e Awa-Guajá, respectivamente, corrigindo-se as deficiências existentes. Ainda acordaram-se com os (Distrito Sanitário Especial Indígena/ Secretaria Especial de Saúde Indígena) DSEI/SESAI/MS as medidas protetivas necessárias ao contato com estes povos. Por fim constatou-se que o povo Zoé e Awa-Guajá não acessam benefícios sociais, sendo sociedades não monetarizadas. Ademais, foi iniciada uma articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	2	31/12/2012

### **Meta: Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta: Foram realizados estudos e diagnósticos em nove povos indígenas de recente contato, sendo esses: Awá Guajá/MA, Zoé/PA, Yanomami/AM/RR, Korubo-AM, Arara (Cachoeira Seca/PA), Canoê/RO, Akum'tsu/RO, Piriokura/MT, Waimiri-Atroari-AM/RR, em articulação com a SESAI/Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ibama, ICMBio, Exército Brasileiro, MPF, MDA, MDS.

Quantidade alcançada: 9

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Foi prestado apoio financeiro a, aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, formalizados com Instrumentos Jurídicos visando

garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade nas IES que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas, tais como: UNB, UFMT, UEMS, UNIGRAN, UFRR, UFPR, UFSCar, UFPA, UFSC, UEFS, UFMG, PUC, entre outras. A Funai vem realizando gestões junto ao MEC na perspectiva de definir uma política que contemple o acesso e permanência de estudantes indígenas nas IES.

Foram apoiados 25 projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais da Funai, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Foi, ainda, realizado apoio técnico às instituições como Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, ONGs indígenas e indigenistas em processo de elaboração de projetos políticos pedagógicos de escolas indígenas;

Além disso, realizou-se apoio à mobilização e participação de lideranças indígenas e realização de diversos fóruns no contexto da educação escolar indígena.

Para 2013, pretende-se apoiar técnica e financeiramente os projetos educativos comunitários voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas; apoiar técnica e financeiramente os cursos de formação de professores indígenas e os estudantes indígenas nas IES quando formalizados por meio de Instrumentos Jurídicos; dar continuidade às articulações com as instituições afins e os povos indígenas na construção/elaboração de subsídios na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena; dar continuidade à construção e institucionalização de instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis; promover a formação de técnicos da Funai e representantes indígenas para a participação em debates e instâncias de controle social relativos à implementação de políticas públicas de educação escolar indígena.

### **Meta: Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia**

Análise Situacional da Meta: A Funai apoiou técnica e financeiramente, no valor de R\$ 3.656.968,57 (três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando a garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade em Instituições de Ensino que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas. Entre os estudantes apoiados, 268 concluíram sua formação.

### **Meta: Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas**

Análise Situacional da Meta: A formação do professor indígena inclui uma especificidade, que é a de conhecedor da própria cultura, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nos cursos de magistério indígena Ibaorebu e Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) foram realizadas etapas de processo de formação, com a participação de 170 estudantes.

### **Meta: Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 a FUNAI iniciou estudos visando a construção e institucionalização de instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis, incluindo a especificação de um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Educação Escolar Indígena, que será concluída em 2013. A Funai atua em todas as suas ações de educação em articulação com o Ministério da Educação.

### **Meta: Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena**

Análise Situacional da Meta: Essa foi uma demanda da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada entre 16 e 20 de novembro de 2009, que inaugurou espaço de diálogo entre organizações indígenas, indigenistas, sociedade civil e órgãos governamentais para debater e recomendar diretrizes que orientem políticas educacionais específicas. No sentido de avançar na efetividade do direito a uma educação escolar indígena diferenciada, específica, multilíngue e intercultural, os povos indígenas aprovaram a construção de um sistema próprio para a educação escolar indígena, com estrutura e normas condizentes com as propostas políticas e pedagógicas das escolas indígenas, fundamentadas nos projetos societários dos diferentes povos indígenas.

Está em processo inicial a articulação com as instituições afins e com os povos indígenas, para a construção/elaboração de subsídios, e consequente publicação de estudos, na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena.

### **Meta: Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena**

Análise Situacional da Meta: A Funai vem apoiando projetos educativos especiais, de caráter comunitários, voltados à valorização cultural, à sustentabilidade e a outras formas de socialização e intercâmbio de conhecimentos não restritos à educação escolar. São projetos na linha da Educação para a Sustentabilidade, e que, embora não sejam diretamente relacionados às metas, são coerentes com os princípios gerais do Objetivo 0952 do PPA 2012-2015.

No que concerne a promoção da cidadania, a Funai apoiou técnica e financeiramente no valor de R\$ 878.822,00 (oitocentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e dois reais) a 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Dez projetos de educação para a sustentabilidade foram apoiados dentro dessa meta, no sentido de ampliar e complementar essa formação para que os professores indígenas atuem como pesquisadores e multiplicadores da cultura e de práticas sustentáveis.

Ao longo de 2012 a Funai, em articulação com o MEC, coordenou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas. Em 2012 foi pactuado mais um, totalizando 22 Territórios Etnoeducacionais pactuados e que estão em diferentes graus de implementação e, além disso, foram realizadas três reuniões com recursos da Funai.

Foram realizadas reuniões de 5 territórios etnoeducacionais com apoio da FUNAI e MEC, reunindo em cada evento a média de 40 representantes indígenas e 25 representantes não indígenas das instituições que atuam na área de educação dos estados e municípios.

**Meta: Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas**

Análise Situacional da Meta: A partir das demandas dos povos indígenas e em articulação com a SETEC-MEC e Institutos Federais foram articulados e implementados cursos de Formação Profissional, modalidade de Ensino Médio Integrado (Médio Técnico) e formação inicial profissional para os povos indígenas, em caráter piloto com projetos pedagógicos específicos, nos seguintes lugares:

- i) Curso Médio Técnico em Agroecologia dos Povos do Sudeste do Pará, atendendo 38 alunos de 6 povos, Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá;
- ii) Curso de Agricultura Mehi (Povo Canela, Formação Agricultura), com 80 cursistas em fase de implantação;
- iii) Curso Médio Técnico em Meio Ambiente e Gestão Territorial, para os povos Krikati, Gavião e Guajajara de Araribóia, em fase de finalização do Projeto Pedagógico e de Funcionamento, Instituto Federal de Educação do Maranhão, Campus Imperatriz;
- iv) Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, em funcionamento com 214 indígenas nos cursos médios técnicos de Agroecologia, Técnico de Enfermagem, e Magistério Intercultural, em fase de conversações para parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará, Campus Rural de Marabá;
- v) Em fase de discussão propostas de cursos os Tapirapé e Krahò, em diálogo com o Instituto Federal de Educação do Tocantins.

**Objetivo: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se a reestruturação organizacional da Fundação, por meio do Decreto 7.778 de julho de 2012; a aprovação do novo Regimento Interno, mediante a Portaria nº 1.733, de 27 de dezembro de 2012, e a instituição de sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação no âmbito da Fundação, por meio da Portaria nº 1.746/Pres, de 28 de dezembro de 2012, considerando, dentre outras, a importância de melhorias contínuas da capacidade de gestão, do acompanhamento e da avaliação das iniciativas, ações, projetos e atividades a cargo da Fundação, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Para 2013, está prevista a implantação de novos arranjos de gestão em colegiados com o propósito de promover o alinhamento de objetivos, o monitoramento das metas e a avaliação dos resultados, a fim de possibilitar a racionalização dos recursos públicos e a efetividade dos resultados entregues aos povos indígenas e à sociedade brasileira.

### **Meta: Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI**

Análise Situacional da Meta: As principais realizações do período no tocante a adequação de infraestrutura física e de tecnologia de informação foram as aquisições e contratações realizadas em 2012 para prover meios físicos e lógicos para dar suporte à Sede da Funai e às Coordenações Regionais, com a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir, de imediato, a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da Funai; aquisição de microcomputadores com sistema operacional para substituir equipamentos com tecnologias ultrapassadas que dificultavam a reposição de peças e partes; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup para substituir equipamentos antigos, que apresentavam constantes defeitos, sem garantia de manutenção e que já não suportavam as demandas das aplicações da instituição; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai com suas Coordenações Regionais e vice-versa, além de poder gerar economia de custos e maior produtividade; contratação de link de Internet para melhoria do acesso com aumento da velocidade de conexão. Os seguintes fatores que contribuíram para a execução da Meta: cumprimento de normas estabelecidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI para os órgãos que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP (IN/SLTI nº 4/2010); observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI; atuação da Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação - COGETI para atualizar e modernizar a infraestrutura de TI, e, adotar as boas práticas e procedimentos relacionados à Tecnologia da Informação.

Para o próximo período, espera-se continuar o processo de melhoria da infraestrutura física e lógica da rede corporativa de dados da FUNAI para a Sede e Coordenações Regionais; dispor de rede de comunicações com conexão exclusiva entre a Sede, Coordenações Regionais e Museu do Índio; prover melhor segurança dos dados institucionais que trafegam na rede corporativa da FUNAI; dispor de serviço de impressão corporativa; dispor de hardware e software suficiente para auxiliar as tarefas diárias operacionais da FUNAI.

### **Meta: Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, foram instalados quinze Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã e controle social. Também se realizou, na Instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos membros dos Comitês. Contribuiu muito para o atingimento da meta a efetiva participação dos representantes das comunidades indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai, fortalecendo o processo de gestão compartilhada. Para o exercício de 2013, pretende-se instalar o restante dos Comitês Regionais num total de dez, com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada Coordenação Regional, ou seja, 37.

Quantidade alcançada: 15

Data de Referência: 13/12/2012





### **Meta: Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena**

Análise Situacional da Meta: As principais realizações foram a implantação da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), nos módulos Fundiário; Informações Indígenas; Proteção Territorial; Índios Isolados; Licenciamento Ambiental; e Administrativo (Funcionalidades Complementares); Áreas gestoras em processo de cadastro das informações/dados pertinentes a cada um dos respectivos módulos, bem como a utilização dos mesmos para apoiar as ações pertinentes às atividades finalísticas da Funai; a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), implantação prevista para o 1º Semestre de 2013, teve todas as atividades de levantamento, especificação e validação de seu escopo encerradas em 2012, módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM).

A previsão de realização para o próximo período é a implantação da segunda etapa do Sistema Indigenista de Informações (SII), previsto para o 1º Semestre de 2013, com os seguintes módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM); a contratação de serviço de Fábrica de Software e Métrica para garantir a continuidade e evolução do Sistema; a aquisição de solução de monitoramento das políticas e projetos.

### **Meta: Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão**

Análise Situacional da Meta: Tendo em vista o desenvolvimento de pessoal e em cumprimento aos dispositivos legais, no ano de 2012 a Funai publicou a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que contempla os procedimentos institucionais relativos à capacitação dos servidores em exercício na Funai. O referido dispositivo tem por finalidade nortear a elaboração e execução das ações de capacitação de servidores desta Fundação, bem como orientá-los sobre os procedimentos internos sobre o assunto. Tais ações objetivam desenvolver as competências individuais por intermédio do diálogo com o servidor e em consonância com as necessidades institucionais.

No ano de 2012, foram capacitados 891 servidores, ao custo de aproximadamente R\$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais). Os referidos cursos realizados tiveram por finalidade atuar nas seguintes trilhas de desenvolvimento, previstas na Portaria nº 797/PRES: Institucional, Promoção da Excelência Administrativa, Gerencial, Gestão Orçamentária e Técnico-Institucional.

Destaca-se os cursos em company das áreas de logística e de orçamento realizados, respectivamente, em parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e com a ESAF – Escola de Administração Fazendária, no Centro de Formação em Política Indigenista.

Por fim, ressalta-se que há a perspectiva de promover ações de desenvolvimento com base nas trilhas estabelecidas na referida norma de capacitação em consonância com as competências individuais e institucionais a serem identificadas e mapeadas no decorrer deste ano.

Quantidade alcançada: 891

Data de Referência: 31/12/2012



## Meta: Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi dada prioridade aos estudos para a institucionalização de um novo modelo de gestão da FUNAI, portanto, as ações para a consecução desta meta serão inseridas nos Planos de Ação para execução nos anos de 2013 e 2014.

## Iniciativa: 042I - Construção do edifício sede da FUNAI

Análise Situacional da Iniciativa: O projeto encontra-se na fase inicial de elaboração de edital de licitação para contratação do projeto básico/executivo para a elaboração do projeto arquitetônico.

**Objetivo: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), elaborou em 2012, o Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas (Decreto Presidencial de 5 de junho de 2012). O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEI prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano.

Dentre as ações realizadas no ano de 2012 destacam-se:

- a) Ações intensivas de atenção à saúde em seis DSEI (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) com 9.700 atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico;
- b) Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária;
- c) Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDIPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da Mortalidade Infantil;
- d) Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos DSEI com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A;
- e) Realizados treinamentos nos 34 DSEI para a aplicação de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

No que se refere ao saneamento em áreas indígenas, destacam-se a contratação de 128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

No que tange a estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (CASAI); reforma/ampliação de cinco CASAI, construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, reforma da sede do DSEI Litoral Sul e a construção de dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) no DSEI Médio Rio Solimões.

A Sesai tem, ainda, como uma de suas missões o fortalecimento das instâncias de controle social por meio do apoio administrativo, financeiro e técnico. O Controle Social Indígena é exercido pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI). Durante o ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações:

- a) Estruturação e funcionamento dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena;
- b) Regularização de 94% dos mandatos eletivos dos Presidentes e Vice-Presidentes;
- c) Realização de 103 reuniões de CONDISI e sete reuniões do Fórum de Presidentes e entrega a quinze Conselhos de quinze Kits do Programa de Inclusão Digital (computador, impressora, TV e antena parabólica).

Destacam-se ainda:

- a) Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 34 DSEI e em 68 CASAI;
- b) Desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto;
- c) Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para distribuição aos 34 DSEI; e
- d) Aquisição e distribuição para quinze DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

**Meta: Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance da meta, diversas ações foram implantadas como o reforço da vacinação de rotina, implementação do Mês da Vacinação dos Povos Indígenas em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI e Operação Gota nos DSEI com áreas de difícil acesso. As metas anuais foram escalonadas, sendo que para o ano de 2012 a meta estabelecida foi de 70% de percentual de crianças menores de 7 anos com esquema vacinal completo. Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária.

Quantidade alcançada: 71

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta: Durante o ano de 2012, foram assinados Contratos de Ação Pública entre o Ministério da Saúde e os Estados do Mato Grosso do Sul e do Ceará. Em todas as regiões com populações indígenas destes estados (12) houve a participação dos DSEI nos processos de contratualização.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

**Meta: Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes**

Análise Situacional da Meta: Com base em critérios de prioridade (mortalidade infantil, operacionalidade, déficit de aldeias sem sistemas de abastecimento de água, déficit de população sem água e aldeias contidas nos municípios do Brasil Sem Miséria), iniciou-se a elaboração dos projetos pelas equipes técnicas dos DSEI. Todos os processos e projetos foram analisados pelos Departamentos de Saneamento e Departamento de Gestão da Sesai. Foram contratadas 128 obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e beneficiadas 428 aldeias.

Quantidade alcançada: 428

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**

Análise Situacional da Meta: Foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (Casai); reforma/ampliação de cinco Casai.

**Meta: Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**

Análise Situacional da Meta: Durante a 237ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida no período de 12 a 13 de setembro de 2012, foi aprovado o temário, eixos temáticos, etapas e regimento interno da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena cujo tema central será "Saúde Indígena no SUS: direito, acesso e diversidade" programada para 2013.

## PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

**Objetivo: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R\$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil) e mulheres (de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 771.343 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

**Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta: A Portaria nº 94/2012 do MDA publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2012 instituiu oficialmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas (DAP-I). Nesse primeiro momento, a DAP-I não dará acesso a créditos do Pronaf, mas a políticas tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano Brasil sem Miséria (BSM), Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio) e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Houve, ainda, no Plano Safra 2012/2013, aumento do limite das seguintes linhas: o Pronaf Jovem foi ampliado de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil e o Pronaf Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

**Meta: Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF dispõe de um sistema informatizado constituído por Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que contempla a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Atualmente, essa base de dados reúne os registros de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, os quais reúnem condições de acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Abaixo, estão relacionadas as informações por categoria e número de registros de DAP.

Categoria de AF	Nº DAP
Assentados da Reforma Agrária	207.791
Indígenas	23.540
Quilombolas	20.476
Extrativistas	52.334
Demais Agricultores Familiares	4.082.779
Total	4.386.920

Acrescentamos, ainda, que está em desenvolvimento trabalho para criação de um módulo do sistema destinado à emissão exclusiva para os indígenas, com previsão para entrada em operação para junho de 2013.

**Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fumicultoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica. Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco. No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

**Meta: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta: Chamada pública lançada em 2012, com atendimento a 300 indígenas em serviços de ATER. Em 2013 há previsão de atendimento a mais 3.000 indígenas e outros 9.000 farão parte de uma parceria com a FUNAI para receber os serviços de ATER.

Quantidade alcançada: 300

Data de Referência: 07/02/2013

**Meta: Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: O Plano de Formação e Qualificação de agentes de ATER está em fase final de elaboração e, em 2013, deverá ser iniciada a discussão com os parceiros, que incluem Universidades, Entidades de Ater e Pesquisa, bem como no Comitê de ATER do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Em 2014, está prevista a realização de um Seminário Nacional para apresentar, discutir e validar o Plano para sua implementação. Em todo o processo de formação está prevista a participação de no mínimo 30% de mulheres. No programa de formação dos agentes de ATER, para além do conteúdo obrigatório, o conteúdo foi adequado à realidade dos povos e comunidades tradicionais a ser atendida.

**Meta: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta: O número de agentes de ATER formados em 2012 (2.022) foi 70% superior em relação aos números de 2011 (1.192), e deverá elevar-se sensivelmente a partir de 2013 com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (14 mil), o que permite prever o atingimento da meta de qualificação de 37.500 agentes de desenvolvimento rural até 2015. Em relação à formação de agentes para atuarem com o público indígena e quilombola, a previsão é que aproximadamente 100 agentes serão formados em 2013 para estes públicos, no âmbito das chamadas públicos do Plano Brasil Sem Miséria. Prevê-se a formação de 2.285 agentes de ATER mulheres. Em relação aos públicos indígena e quilombolas serão capacitados pelo menos 62 e 38, respectivamente.

Quantidade alcançada: 2.022

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a agricultura familiar avançou no processo de organização econômica, consolidação e conquista de mercados. O MDA/SAF/DGRAV atuou em várias frentes para a consecução deste objetivo:

- Melhoria da Gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar.



O ano de 2012 marcou a viabilização de um novo tipo de serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, o Mais Gestão, uma metodologia de atendimento às pessoas jurídicas da agricultura familiar. Pela primeira vez foram realizadas chamadas públicas, no âmbito da Lei de Ater, voltadas para a contratação de serviços técnicos voltados para a melhoria da gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Perto de R\$65 milhões foram contratados que beneficiarão 600 empreendimentos/ cooperativas. Essa ação é um marco nas políticas públicas da agricultura familiar e permitirá profissionalização dos empreendimentos, a melhoria de suas estratégias comerciais e organizacionais, visando ampliar e consolidar seus posicionamentos nos mercados.

Foram realizadas duas chamadas do Mais Gestão, sendo uma geral para cooperativas e outra com ênfase na qualificação para o acesso aos grandes mercados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Com essa medida, pretende-se ter um conjunto de empreendimentos mais aptos a fornecer alimentação escolar para os maiores clientes do programa e que, juntos somam parcela muito expressiva do total de recursos. Serão 200 cooperativas atendidas com essa ênfase. Soma-se a isso, o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos empreendimentos: em 2012, foi ampliado de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil o limite das operações de compra do programa, permitindo aos agricultores familiares ampliarem suas vendas.

Já no âmbito do PAA, foram feitos diversos ajustes nos marcos legais e normativos que significaram mais oportunidades de comercialização para a agricultura familiar junto aos governos. Uma das mais relevantes foi a alteração na Lei do PAA que passou a permitir que o Distrito Federal, estados, municípios e órgãos do Governo Federal possam comprar da agricultura familiar pelo regramento do PAA. Isso abre um novo mercado muito relevante para o setor.

- Promoção do acesso aos mercados diferenciados

Em 2012, foram realizadas inúmeras atividades visando ampliar a participação da agricultura familiar em mercados diferenciados como os produtos orgânicos, da sociobiodiversidade e das agroindústrias familiares. Uma das medidas importantes nessa área foi o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê diretrizes, instrumentos, instâncias de gestão e determina também que seja elaborado um plano nacional. Foi realizado termo de cooperação com o SEBRAE para ampliação do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para produtos diferenciados, orgânicos e de sociobiodiversidade. Também foi promovida a participação de mais de 700 empreendimentos em feiras e eventos de promoção comercial no Brasil e no Exterior. Além disso, foi realizada a VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasil Rural Contemporâneo, realizada no Rio de Janeiro, e que beneficiou perto de 600 empreendimentos da agricultura familiar e reforma agrária.

### **Meta: Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo**

Análise Situacional da Meta: Está se buscando cada vez mais adequar o acesso das comunidades indígenas às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Para tanto, foi criada em 2012 a DAP Indígena, documento por meio do qual as comunidades poderão acessar programas como o PAA, PNAE e PGPMBio.

### **Meta: Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta: O plano operacional do PAA define como público prioritário as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais sem terra acampados e recomenda que a seleção de municípios que receberão recursos considerem a concentração destes públicos.

## **PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

No conjunto dos trabalhadores do setor saúde, aproximadamente 60% possuem nível de escolaridade fundamental e médio e, destes, uma parcela expressiva não dispõe de certificação profissional, embora atue diretamente com os usuários nas unidades de saúde. Os programas, projetos e ações de educação profissional técnica de nível fundamental e médio para a área da saúde vêm sendo executados pelas 36 escolas técnicas do SUS (ETSUS), distribuídas em todas as UF, com as mais diversas configurações administrativas (vinculadas às SES, SMS, entre outras). Para dar unidade e garantir os princípios do SUS, essas escolas estão conformadas em rede (Rede de Escolas Técnicas do SUS/Retsus).

Em relação aos profissionais de saúde de nível superior, as dificuldades referem-se à qualidade e adequação do perfil necessário ao SUS. A equidade e o acesso universal aos serviços ficam prejudicados pela dificuldade apresentada por inúmeros municípios em fixarem profissionais em seu território, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A carência e má distribuição geográfica e social de profissionais, especialmente médicos, têm sido apontadas como problema grave, que atinge também outros países. Para dar conta deste desafio, foi criado o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB, que teve seu primeiro edital lançado em dezembro de 2011. O programa prevê, além de uma pontuação adicional na nota dos exames de residência médica, a Teleassistência e a Tele-educação em Saúde, com destaque para a Atenção Básica. O governo federal financiará a operação dos Núcleos de Telessaúde das unidades onde estarão atuando os profissionais, bem como das atividades dos tutores, além de cursos de especialização em Saúde da Família.

A ampliação da residência em saúde em todas as especialidades e regiões do País constituirá também estratégia importante no período. Alie-se a isso a ampliação e o aprimoramento do Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde), articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde (Pet-Saúde), visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integrada do processo saúde-doença, com ênfase na atenção básica, nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado, e promovendo a transformação na prestação de serviços à população.

Em 2012, foram inseridos 1.753 profissionais no PROVAB. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

As residências profissionais da área da saúde foram desenvolvidas na linha de residência multiprofissional, com aumento de 152% da oferta de bolsas. Nessa linha foram selecionadas 69 instituições com 787 bolsas aprovadas. Especificamente na área de enfermagem obstétrica foram selecionadas 18 instituições, com um total de 156 bolsas aprovadas. Na linha da residência médica propriamente dita, foram financiadas 1.623 novas bolsas.

Entre as propostas apresentadas ao Pró-Saúde, 120 foram selecionadas, envolvendo 709 cursos de graduação; desses, 389 são novos. Na atuação do Pet-Saúde, foram concedidas 78.124 bolsas em 2012 para qualificações em saúde da família, vigilância em saúde e outras.

Entre os profissionais de nível médio, foram qualificados 529 técnicos em radiologia, 443 em citopatologia, 82 em mamografia e 1.470 em atualização em saúde do idoso.

No âmbito da rede de atenção psicossocial, foram qualificados 1.880 agentes comunitários em práticas de saúde mental.

Para atender às necessidades da rede de urgências e emergências, foram ministrados cursos de Especialização Pós-técnica em Urgência e Emergência para 2.308 técnicos em enfermagem.

Na linha de atuação básica, foi iniciada formação em nível de especialização em saúde da família para 5.000 profissionais de saúde, 11.721 agentes comunitários de saúde, 451 técnicos em saúde bucal, 399 técnicos em vigilância em saúde e 636 técnicos em enfermagem.

Com objetivo de fomentar a modernização e qualificação do trabalho no SUS foi apoiada a ação de estruturação e qualificação da gestão do trabalho nos estados e municípios e a democratização das relações de trabalho no SUS. Em 2012, o foco foi o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, ampliação do Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS – ProgeSUS e a estruturação de uma agenda para discussão da regulação do trabalho em saúde.

**Meta: Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015**

Análise Situacional da Meta: Iniciados os cursos de formação para 46.152 trabalhadores de nível médio. No ano de 2012, foram capacitados 745 Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Já no primeiro semestre de 2013, foram capacitados 373 AIS.

Quantidade alcançada: 46.152

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

**Meta: Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta: Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM/PR atualizou e distribuiu material sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, que apresenta a Plataforma pela igualdade de gênero, raça e etnia. Foram impressas 60.000 cartilhas, distribuídas para: 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres; 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres; Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres; Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres; bancada feminina no Congresso (55 deputadas federais e senadoras).

**Objetivo: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2012, a SPM/PR reestruturou sua assessoria de comunicação, promovendo estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como o desenvolvimento sustentável e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outras ações visam à formação em políticas públicas de lideranças de movimentos de mulheres e feministas. Em 2012, foram iniciadas as primeiras articulações para o desenvolvimento

de capacitações e formações até 2015 envolvendo mulheres jovens e indígenas. Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR redefiniu sua estrutura criando a Coordenação da Diversidade, que ficará responsável pela articulação de políticas voltadas para alguns desses grupos. A nova área terá um papel importante na articulação dessas ações.

**Meta: Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013. Entretanto, em dezembro de 2012, a SPM/PR e a Fundação Nacional do Índio realizaram uma oficina com representantes mulheres dos diferentes povos indígenas. A oficina teve o objetivo de construir um plano de trabalho para assegurar a diversidade, a especificidade e as prioridades de atendimento das demandas indígenas, observando a participação e o diálogo permanente.

**Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

**Meta: Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM. Em novembro, foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

Com relação às mulheres indígenas, do campo e da floresta, negras e lésbicas pretende-se que, que além dos conteúdos padrões que são trabalhados para a formação das atendentes, sejam aprofundados, para o próximo ano, os entendimentos acerca das vulnerabilidades das diferentes mulheres que são vítimas de violência, de forma que a atendente passe a conhecer o tema e tenha condições de acolher e colher informações a respeito destas especificidades no momento do atendimento.

## **PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família**

### **Objetivo: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1º semestre de 2011 e 2º semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

### **Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, em média, 4,66 milhões de crianças até 7 anos de idade beneficiárias do PBF foram acompanhadas semestralmente na condicionalidade de saúde. Desse total, 4,62 milhões registraram vacinação em dia, o equivalente ao percentual médio de 99,04%. Assim, com relação ao acesso à saúde infantil, o acompanhamento das crianças beneficiárias e o cumprimento da agenda de vacinação têm alcançado resultados positivos. No último período auferido, 2º semestre de 2012, o percentual de vacinação foi de 99,21%.

Quantidade alcançada: 99,21

Data de Referência: 31/12/2012



**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: O acompanhamento da condicionalidade de educação é bimestral e envolve 5 períodos de acompanhamento por ano, divididos nos bimestres de fevereiro e março, abril e maio, junho e julho, agosto e setembro, outubro e novembro. O público para acompanhamento é dividido entre crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos. No ano de 2012, na faixa etária de 6 a 15 anos, 15,2 milhões formavam o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que foram efetivamente acompanhados 13,5 milhões, o equivalente a 88,8%, em média. Entre os jovens de 16 e 17 anos, 2,5 milhões compuseram o público para acompanhamento e 1,9 milhão foram, de fato, acompanhados, totalizando o percentual médio de 77,38%. Para os próximos anos o objetivo é ampliar o acompanhamento para 95%, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, e para 85% na faixa dos 16 e 17 anos. No último período auferido em 2012, o percentual de acompanhamento para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, referente ao bimestre de outubro e novembro, foi de 87,31%.

Quantidade alcançada: 87,31

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, foi implementado o benefício variável vinculado à gestante (BVG), no valor de 9 parcelas mensais de R\$ 32,00. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. A vinculação do benefício à gestante tem aprimorado a identificação de gestantes por meio do Sistema de Gestão do programa Bolsa Família na saúde e melhorado os índices de acompanhamento. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes.

Quantidade alcançada: 99,06

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**

**Objetivo: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.**

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

**Meta: Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas;**

**populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi instituído o Regulamento de Obrigações de Universalização, aprovado pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, o qual estabeleceu as condições de atendimento, os órgãos competentes por solicitar a instalação de Telefone de Uso Público nestes locais e os prazos de instalação.

### **PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**

**Objetivo: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Estão em curso as ações necessárias para atingir os objetivos propostos, dentro das expectativas para o período. Nesse sentido, foram apoiados 563 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais; 2 projetos voltados para melhorias da infraestrutura em comunidades indígenas, totalizando R\$ 713.532,00 e beneficiando as etnias Yamanawa (AC) e Kaingang (RS); e 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

No âmbito do PAC 2, foram beneficiados 1.161 municípios com retroescavadeiras em 2012.

**Meta: Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas**

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados 2 projetos voltados para melhorias da infraestrutura em comunidades indígenas, totalizando R\$ 713.532,00 e beneficiando as etnias Yamanawa (AC) e Kaingang (RS).

### **PROGRAMA: 2030 - Educação Básica**

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

## **Meta: Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica**

Análise Situacional da Meta: Com base nos dados informados no Censo Escolar em relação às escolas indígenas no período de 2007 a 2012, evidencia-se uma ampliação contínua da oferta nos anos finais do ensino fundamental e médio. Com a criação do Programa de Formação de Professores Indígenas no Ensino Superior (Prolind), em 2005, tornou-se possível a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Espera-se que, com o desenvolvimento da política dos Territórios Etnoeducacionais, essa ampliação nas etapas posteriores ganhe mais celeridade. O Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais (Prolind) visa fomentar nas instituições públicas de ensino superior a oferta de cursos de licenciaturas interculturais que habilitam professores indígenas para a docência nos anos finais e no ensino médio nas escolas indígenas, possibilitando, desse modo, a ampliação da oferta da educação básica nos territórios indígenas. Em 2012, foram atendidos 2.881 professores indígenas.

## **PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

**Objetivo: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: A atuação do Governo Federal, no âmbito da educação superior, se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, destaca-se a criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades.

No ano de 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. O total de docentes e técnicos programados para 2012 tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Visando contribuir para a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, destaca-se a implementação do Sisu, que é um sistema informatizado para seleção de candidatos

às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições públicas de ensino superior do país sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição. Proporciona ainda a mobilidade estudantil, ampliando suas experiências acadêmicas. Na primeira edição de 2012 participaram 95 instituições públicas de ensino superior, as quais ofertaram 108.560 vagas. Na segunda edição, participaram 56 instituições, tendo sido disponibilizadas 30.548 vagas, totalizando 139.108 vagas ofertadas no ano de 2012.

Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, já foram atendidos 1.096.359 estudantes pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284.622 bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de 6 semestres e carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente. O valor máximo da Bolsa Permanência está estipulado em R\$ 400,00 mensais.

No tocante ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), desde 2010 foram implementados diversos aprimoramentos no Programa. Dentre as mudanças, destaca-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou licenciatura, para aqueles que exercerem sua atividade na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões. Em 2012, por meio do Fundo mais de 370 mil estudantes tiveram acesso a cursos de ensino superior em mais de 2,3 mil instituições de ensino cadastradas, o que representa aumento de 140% em relação ao total do ano anterior. Em números absolutos, foram 215 mil contratos a mais do que os 153 mil registrados em 2011. Além disso, 10.559 bolsistas parciais do Prouni firmaram contrato de financiamento pelo Fies.

Outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2012, foram concedidos, aproximadamente, 1,1 milhão de benefícios como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Já com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest). O Programa financia ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico,

acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em 2012, foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, que representa um aumento de 75% em relação a 2011.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão em 2012.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam as necessidades do próprio curso de graduação. No ano de 2012, foram apoiados 840 grupos, beneficiando 840 tutores e 10.080 bolsistas.

O MEC tem direcionado seu foco na promoção da qualidade da educação superior também por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. O foco na atividade de regulação da educação superior possibilita o desenvolvimento de novos conceitos regulatórios e a definição de padrões decisórios, atribuindo a essa atividade papel de destaque na formulação da política para a Educação Superior do País. Cabe registrar que, em 2012, foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios, entre os quais, 2.662 reconhecimentos e 7.050 renovações de reconhecimento. Além disso, foram realizados 61 processos de credenciamento e 245 processos de recredenciamento de instituições de educação superior. Foram instaurados 426 procedimentos de supervisão com vistas à apuração de denúncias de irregularidades praticadas por instituições e de deficiências na oferta do curso ou por conta de resultados insatisfatórios nas avaliações educacionais.

A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em 2011, iniciou-se o apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários federais. A EBSERH coordena o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), que beneficia, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de grande porte com perfil de alta complexidade onde são realizados, entre outros serviços, 11% dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais.

**Meta: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Análise Situacional da Meta: A ampliação dos grupos historicamente excluídos na educação superior é pauta nas ações e projetos do Ministério da Educação. Se analisarmos a participação da população negra na educação superior, entre 2005 e 2011, a taxa bruta de matrícula para essa população aumentou de 11,4% para um total de 19,5%, o que representa um crescimento de 71% em 6 anos. Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, os dados da Pnad apontam que, em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentavam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4%. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual



era de 21,1% e, em 2011, 25,7%, o que representa um aumento da população das faixas de menor renda com acesso à educação superior.

Já no que se refere à Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior na região de menor escolaridade, ressalta-se que essa passou de 11,9% em 2005 para 21,40%, em 2011, o que representa um aumento de 80%.

No âmbito dos programas de acesso e inclusão, o ProUni, desde sua criação, já atendeu 1,1 milhão de estudantes, dos quais 535.817 são negros, o que representa 48,9% dessa população beneficiada com bolsas do Prouni. Em 2012 foram atendidos 176.716 estudantes, sendo 95.621 negros.

Em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, o Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Em 2012 foram apoiadas 55 Universidades Federais para execução de projetos de acessibilidade.

### **PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e



em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução N° 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução N° 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 municípios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

**Meta: Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços**

Análise Situacional da Meta: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF deve dispensar atenção especial ao atendimento de famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros) ou vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros).

O Censo SUAS 2011 revela que 1.622 (21%) CRAS informaram possuir comunidades tradicionais em seu território. Desses, 93% afirmam realizarem ações voltadas ao atendimento e acompanhamento desse público. Em relação às populações rurais, o Censo mostra que 4.911 (65%) CRAS possuem, em seu território de abrangência, bairros situados na zona rural.

Em 2013 deverá ocorrer a implantação de acordo de cooperação internacional, junto ao PNUD, o qual deverá contemplar a construção de orientações técnicas sobre o trabalho com comunidades tradicionais na oferta do PAIF, cuja publicação está prevista para 2014.

No Censo SUAS, 5.184 (69%) CRAS também informaram que desenvolvem estratégias visando à inclusão de pessoas com deficiência nos serviços. Dentre esses, 68% realizam ações de Busca Ativa, 42% realizam ações de mobilização e divulgação, 43% promovem articulação intersetorial para formação de rede de apoio, 34% articulam-se com associações ou entidades para a formação de rede de apoio e 21% realizam outras estratégias. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite) tem contribuído para induzir a ampliação do processo de inclusão desse público.

**PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas**

**Objetivo: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: No campo legislativo e no da política pública sobre drogas, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabelece medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é o marco legal de mudança de paradigma e de procedimentos, a partir da intervenção integrada de ações de promoção da saúde e de conscientização sobre os riscos do uso de crack, álcool e outras drogas e de disponibilização de serviços de atendimento. Esse paradigma foi reforçado com o lançamento do programa "Crack, é possível vencer", que, com uma previsão de investimentos em políticas de saúde, assistência social, segurança pública, educação, direitos humanos, entre outras, reafirmou o compromisso do Governo Brasileiro de integração entre as políticas públicas, a sociedade e as

diferentes instâncias federativas face aos desafios postos pelo fenômeno do consumo e tráfico de drogas.

Cabe destacar que para assegurar a articulação das ações, os municípios, estados e Distrito Federal que aderirem ao programa “Crack, é possível vencer”, devem criar comitês gestores – instâncias de governança compartilhada com composição multissetorial responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações do programa em seus territórios. A adesão, em 2012, de 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, e o esforço de expansão do programa para os municípios com mais de 200 mil habitantes abrem boas perspectivas de ampliação da institucionalidade e de aprimoramento da gestão da política sobre drogas no país.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas também está sendo promovido pelo aprimoramento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O Funad é constituído, entre outros, de recursos oriundos da alienação de bens apreendidos de pessoas condenadas por tráfico ou envolvidas em atividades ilícitas de produção ou venda de drogas que são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão do tráfico de drogas, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de drogas.

Em 2012, ocorreram 4 leilões com a arrecadação estimada de R\$ 7 milhões. Ademais, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas unidades da federação – atualmente existem fundos sobre drogas em Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

No campo normativo, também foram registrados avanços, com a instituição da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Por fim, no que tange à produção de conhecimento científico sobre o tema, vale citar a conclusão do diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimou o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil, além da seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

**Meta: Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

Análise Situacional da Meta: Está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração.

## **PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

## **PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**

**Objetivo: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Meta: Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta: Para apoiar o usufruto exclusivo dos povos indígenas ao seu território, 609 famílias desintrusadas das Terras Indígenas Maraiwatsede, no Mato Grosso, e Apyterewa, no Pará, foram cadastradas e assentadas, no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

## **PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional**

**Objetivo: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis,**

**por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: De maneira a refletir um esforço integrado e intersetorial do governo para superar a situação perversa da má-nutrição no Brasil, buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Várias foram as parcerias instituídas. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o que reflete o esforço intersetorial. Também foi possível evoluir no tema da Qualificação e Formação na área.

Uma importante ação conduzida pela Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) refere-se ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. O processo de elaboração e discussão deste Plano aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Após a etapa inicial de construção e discussão com o setor governamental e com acadêmicos ligados ao tema, o documento foi finalizado. Aguarda-se a sua publicação via aviso ministerial entre os setores que apoiaram sua elaboração.

De maneira contínua e permanente estão sendo elaborados e produzidos diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN. Os materiais a serem distribuídos na rede de atores que apoiam as ações e projetos do MDS são complementares aos materiais já elaborados por outros órgãos, e trabalham as diversas etapas do ciclo de vida, com o foco da produção ao consumo, e consideram as diversas realidades do país – atividade precípua das ações de SAN.

Neste âmbito, também estão sendo elaborados materiais educativos específicos para serem trabalhados no espaço dos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição do MDS (como os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos) e uma série especial para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Essa série encontra-se em consulta pública até o dia 15 de fevereiro de 2013, quando serão consolidadas todas as contribuições recebidas. A intenção é incentivar a reflexão sobre o ato de alimentar-se e fortalecer o vínculo entre a produção, a comercialização e o consumo, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

**Meta: Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta: De forma a dar organicidade à área, foi formalizado um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) para apoiar a construção de um marco teórico de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, com vistas a organizar os processos de educação permanente e a qualificação dos serviços públicos, considerando a



definição de estratégias e ações a serem desenvolvidas de forma integrada e articulada no território, a partir das especificidades das diferentes redes públicas. Esse processo foi concluído e divulgado em 30 de novembro de 2012 após etapas alternadas de discussão presencial e a distância.

O documento contempla os povos indígenas e demais comunidades tradicionais em item específico da Agenda Pública, apontando a necessidade de respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população, reconhecendo e difundindo a riqueza incomensurável dos alimentos, das preparações, das combinações e das práticas alimentares locais e regionais. A expectativa é que os futuros desdobramentos desse marco tragam essa discussão de forma aprofundada.

Para dar maior publicidade ao documento, a Coordenação-Geral realizou um lançamento oficial contando com a presença de lideranças locais na área de alimentação e nutrição, além dos Ministérios da Saúde e da Educação, que participaram da construção e do lançamento do documento.

Também no âmbito desse projeto, foi organizada uma Rede virtual de EAN, promovendo a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área, buscando criar referências para a implementação de projetos locais de EAN. Trata-se de um espaço virtual voltado para a troca de experiências em EAN entre quaisquer interessados em participar.

**Objetivo: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Pela análise da realização das metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam à identificação e à capacitação dos públicos específicos, bem como à elaboração de nova sistemática de implementação do PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. Por meio da articulação com as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando a estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

**Meta: Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

Análise Situacional da Meta: O MDS está em articulação com o MAPA para o uso do cadastro de produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos. Terminada a articulação, será possível identificar os produtores orgânicos e agroecológicos e compatibilizar as bases de dados. Atualmente, por meio das aquisições realizadas pela Conab, a variedade de alimentos orgânicos é de cerca de 128 itens, adquiridos por meio de 122 organizações da agricultura familiar. Por meio do Termo de Adesão, foram adquiridos alimentos orgânicos de 34 agricultores familiares. Com relação aos povos e comunidades tradicionais, foram atendidas 1.058 famílias de extrativistas, 754 de indígenas, 1.652 de quilombolas e 2.362 de pescadores artesanais.



Quantidade alcançada: 5.860

Data de Referência: 31/01/2013

**Meta: Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária**

Análise Situacional da Meta: O valor arrecadado em 2011 foi de R\$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R\$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

**Meta: Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas capacitações com públicos específicos, permitindo a ampliação da participação desse público no PAA. Por meio do Termo de Adesão, são pactuadas metas de povos e comunidades tradicionais, sendo possível maior acompanhamento do cumprimento dessas metas. Via Conab, foi ampliado recurso que possibilita capacitações e visitas a grupos tradicionais, de forma a fomentar e a prestar assistência aos grupos que podem acessar o programa. Atualmente, cerca de 3% do público fornecedor do PAA pertence a esses grupos.

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/01/2013

**Objetivo: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Neste ano de 2012, foram obtidos significativos avanços para esse objetivo. Foram entregues 156.937 cisternas, quase o dobro do ano de 2011, envolvendo a participação do MDS, MI, Fundação Banco do Brasil - FBB e FUNASA, o que aponta para o caminho do cumprimento da meta de universalização do atendimento até o final de 2014. Além disso, foram ampliadas ações para a região Norte, Sudeste e Sul do país, cumprindo com a determinação de nacionalização da política. Outras ações correlatas merecem destaque, como a contratação de 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste e o avanço na formalização e disponibilização orçamentária da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty para cooperação internacional por meio da transferência de tecnologia para construção de cisternas junto à Bolívia e Paraguai.

**Meta: Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos**

**indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Consea e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia.

Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano.

**Objetivo: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Uma das principais ações vinculadas a esse objetivo é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que foi instituído por intermédio da Lei n.º 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.644/2011 e que integra o conjunto de iniciativas previstas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, sendo executado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Esse Decreto define que a transferência de recursos financeiros aos seus beneficiários está “condicionada à assinatura do termo de adesão e à apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar”. O projeto é elaborado pela família em conjunto com o técnico de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) responsável pelo acompanhamento da unidade, definindo uma atividade produtiva adequada à realidade do território e às especificidades do grupo familiar e, após a sua aprovação, é cadastrado em sistema operacional do MDA, quando a família garante o direito de inclusão na folha de pagamento para o recebimento da primeira parcela do recurso do fomento.

A transferência do recurso às famílias é feita diretamente ao beneficiário, por intermédio da utilização da estrutura de pagamento do Programa Bolsa Família, tendo a Caixa Econômica Federal (CAIXA) como seu agente operador. O repasse do recurso para as famílias é realizado em 03 parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as duas seguintes fixadas em R\$ 700,00, com prazo de seis meses entre cada parcela.

Em 2011, primeiro ano de execução, houve a estimativa do pagamento de 7.399 agricultores familiares, representando um montante de R\$ 7.399.000,00. Esse público estava

localizado nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Observa-se que os Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais foram incorporados às metas de atendimento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Para tanto, uma série de articulações com órgãos afetos à temática foram realizadas com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento a esses segmentos populacionais. O resultado desse processo de articulação foi a contratação de serviços de ATER para 4.480 famílias quilombolas, em 2011, dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão, bem como o lançamento de Chamadas Públicas de ATER para 3.500 pescadores artesanais e 4.500 quilombolas, além da construção de edital de ATER para 3.000 indígenas em 2012 (lançado em janeiro de 2013). No total, já foram beneficiados com ação de fomento 24.681 famílias de agricultores familiares.

**Meta: Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta: O valor arrecadado em 2011 foi de R\$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R\$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

**Meta: Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram transferidos recursos financeiros para 24.681 famílias de agricultores familiares e quilombolas em situação de extrema pobreza, nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os recursos repassados permitiram a implantação de projetos produtivos de diferentes atividades, tais como: avicultura, suinocultura, horticultura, caprinocultura, bovinocultura de leite e pesca artesanal. Foram liberados recursos no valor total de R\$ 25.916.500,00, com o pagamento da primeira parcela (no valor de R\$ 1.000,00), para 24.681 agricultores familiares, sendo 633 famílias quilombolas da Chamada Pública nº 003/2011 e, da segunda parcela (fixada em R\$ 700,00), para 1.765 famílias. Foi construído edital de ATER para 3.000 indígenas em 2012 (lançado em janeiro de 2013), para atendimento desse público no âmbito do programa de fomento às atividades produtivas rurais.

Quantidade alcançada: 24.681

Data de Referência: 31/01/2013

**Meta: Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta: O Programa de Fomento envolveu a elaboração de vários instrumentos e documentos, como: Medida Provisória e Lei de instituição do Programa e Decreto de regulamentação. Encontra-se em andamento a discussão para a elaboração do

regulamento de funcionamento do Comitê Gestor (em dezembro de 2012, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa).

Faz-se importante registrar, ainda, que o Programa de Fomento atende famílias de agricultores familiares, bem como de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e outros. Para tanto, o Decreto que regulamentou o Programa (7.644/2011) prevê o acompanhamento técnico às atividades produtivas realizadas de forma coletiva (característica marcante da produção realizada por Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais), ainda que a transferência de recursos seja feita de forma individualizada, para cada uma das famílias atendidas. No caso específico de povos indígenas, o Decreto prevê ainda a possibilidade de expedição de normas complementares para sua participação e para a consequente operacionalização do Programa; essa regulamentação é objeto de discussão entre os parceiros no momento atual, com o intuito de regulamentar a elaboração de projetos coletivos e a forma do repasse de recursos do Programa de Fomento a esses projetos.

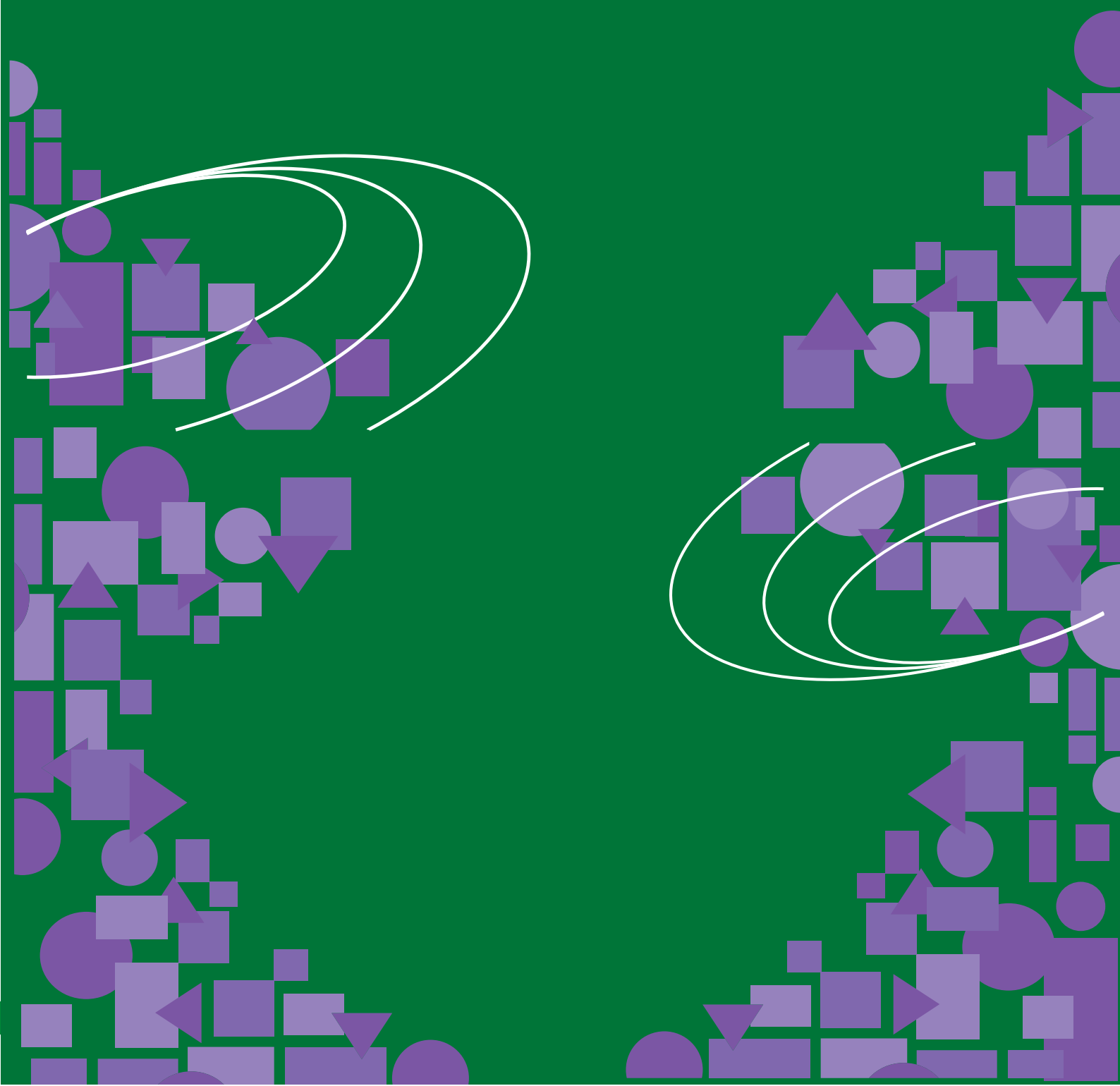
**Objetivo: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Foram realizados, em 2012, a estruturação e o aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, a realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena e a implementação da suplementação de Vitamina A.



# POLÍTICAS PARA AS MULHERES









## Políticas para as Mulheres

### **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: No ano de 2012, a SPM/PR adotou, para o alcance deste objetivo, tanto a execução direta quanto a execução indireta, via convênios, de diversas ações. No primeiro caso está incluído o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que concede uma certificação às organizações públicas e privadas participantes, em função da implementação bem sucedida de ações que promovam a equidade, tais como o provimento de creche para as filhas e filhos das trabalhadoras e a ampliação da participação das mulheres em postos de comando. A 4ª edição foi lançada em 2010 e as organizações concluíram seus planos de trabalho em dezembro de 2012.

Além disso, a fim de ampliar o conhecimento sobre a realidade da mulher trabalhadora, a SPM/PR realizou, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, o Seminário Internacional sobre Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado, apresentou o trabalho intitulado "Cuidado e desigualdades de gênero: uma análise de uso do tempo no Brasil" no IATUR – International Association for Time Use Research 2012, no Japão, e iniciou a articulação com o IBGE para a inclusão de um conjunto de perguntas sobre gênero na Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE - MUNIC. Em relação à ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, equiparando-as às/aos demais trabalhadoras/es, foi indicada para presidir a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, instituída em janeiro de 2012 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com a finalidade de ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e propor alteração na legislação em vigor.

Por outro lado, na execução indireta, a SPM/PR apoiou, por meio de convênios, diversas iniciativas para a inserção produtiva e a autonomia de mulheres rurais e urbanas com governos estaduais e municipais e organizações não governamentais. Essas iniciativas são, na maioria dos casos, voltadas para a capacitação para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo. A SPM/PR firmou também um acordo de cooperação com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração.

Em relação às mulheres do campo e da floresta, estão sendo implementadas ações em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e outras instâncias do governo e da sociedade civil, com vistas à inserção produtiva das mulheres, o fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas que podem contribuir para tais objetivos (crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros).

As Políticas de Cuidado estão sendo tratadas sob diferentes aspectos: tanto nas articulações diretas com os órgãos governamentais responsáveis – no caso do MEC (creches e educação integral); como também por meio da produção de estudos relacionados ao tema e a promoção de encontros e reuniões de trabalho com instituições parceiras, entre elas o IBGE, IPEA, OIT, ONU Mulheres e centros de estudos e pesquisas.

Em relação às trabalhadoras domésticas, os avanços se deram com a instalação da Comissão Tripartite, pelo MTE, que designou a SPM/PR para presidi-la, e com a aprovação na Comissão Especial da PEC 478, que prevê a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

O diálogo internacional incluiu compromissos e articulações com diferentes instituições, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, com a qual está em andamento a organização do "Seminário Regional sobre Políticas para las Mujeres em América Latina y el Caribe" e entendimentos sobre a ampliação e melhoria das estatísticas agropecuárias numa perspectiva de gênero, em parceria com o MDA.

### **Meta: Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR apoia com recursos financeiros um conjunto de projetos, apresentados pelo poder público estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, com prioridade para aqueles projetos voltados para a inserção em áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Até dezembro de 2012 foram firmados em torno de 50 projetos, totalizando cerca de 15.800 mulheres atendidas em 2013.

### **Meta: Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**

Análise Situacional da Meta: O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/ 2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 91 organizações fizeram a adesão. Ao longo de 2012, além das atividades de rotina, tais como reuniões com o Comitê Técnico-Institucional e o Comitê Ad-hoc (constituído por especialistas da área acadêmica), foram realizadas as seguintes ações: 1- Assinatura do Termo de Compromisso com as organizações participantes do Programa; 2- Oficina Práticas de Igualdade – visando à troca de experiências entre as organizações participantes, divulgação das boas práticas implementadas e esclarecimento de possíveis dúvidas entre as organizações que iniciam a sua participação; 3- Monitoramento a distância, realizado no período de junho a setembro; 4- Monitoramento in loco (visitas às organizações), concluído em dezembro. Em 2013 ocorrerá a premiação das organizações que alcançaram suas metas e o lançamento da 5ª edição.

**Meta: Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil**

Análise Situacional da Meta: Em janeiro de 2012 foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). O Ministério indicou a SPM/PR para presidir a Comissão. Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico.

**Meta: Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres**

Análise Situacional da Meta: Foi firmado pacto com a Caixa Econômica Federal para incentivar à concessão de crédito, estimulando o empreendedorismo entre as mulheres.

**Meta: Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres**

Análise Situacional da Meta: Firmado acordo de cooperação entre SPM/PR e MI/SUDECO, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, com ênfase no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APLs, da Região Centro-Oeste, de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Os projetos selecionados serão implementados em 2013/2014. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, a identificação de demandas de mão-de-obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Os projetos de capacitação devem estar voltados para carências específicas de mão-de-obra na área tecnológica, identificadas em arranjos produtivos locais da região centro-oeste. Como, em geral, essas atividades são desempenhadas por homens, o que se espera é que a disponibilidade de mulheres com a qualificação requerida estimule os empregadores a romper com o modelo tradicional de contratar exclusivamente homens para esses postos, contribuindo para a diminuição da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens.

**Meta: Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização**

Análise Situacional da Meta: Celebração de 5 Acordos de Cooperação entre a SPM/PR, o MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do projeto “Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais”. Seu objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenados pelo MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.

**Meta: Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

Análise Situacional da Meta: Ao longo de 2012 foram realizadas várias atividades de pactuação com sindicatos e a federação nacional desta categoria profissional, bem como com as centrais sindicais. A SPM/PR acompanhou os trabalhos da Comissão Especial da PEC 478/2010, que debateu a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e que culminou na aprovação e promulgação da PEC em março de 2013.

**Meta: Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR é parceira do MDA no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva.

**Meta: Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada**

Análise Situacional da Meta: Realização do Curso Internacional sobre Gênero e Segurança Alimentar, coordenado pela SPM/PR, com a participação do MDA e CONSEA e o apoio do MRE.

**Meta: Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos**

Análise Situacional da Meta: Foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM, visando à construção da plataforma desses governos sobre o tema da autonomia econômica das mulheres para os próximos 2 anos.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta: Em janeiro de 2012 foi instituída a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo foi analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e

da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 sobre o Trabalho Doméstico.

**Meta: Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta: A Lei nº 11.324/06 previa a dedução até o ano-calendário de 2011. Em 2011, a Lei nº 12.469 ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

**Objetivo: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Na área de Saúde da Mulher, a SPM/PR tem, entre suas prioridades, a formulação, desenvolvimento e implementação de programas e projetos, diretamente ou em forma de parcerias, no campo da saúde, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

As ações desenvolvidas, em 2012, contaram com a parceria do Ministério da Saúde. A saúde da mulher tem por base os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), formulada em 2004 pelo Ministério da Saúde. A SPM/PR tem como um de seus objetivos para o período 2013-2015 o fortalecimento e o aperfeiçoamento da PNAISM; esta foi uma de suas prioridades para o exercício de 2012. Foram realizadas diversas reuniões com a Área Técnica de Saúde da Mulher para pactuar a agenda de trabalho em torno da PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015, quando foram reforçados os compromissos conjuntos pelo fortalecimento da PNAISM e se estabeleceu uma agenda de trabalho que deverá ser desenvolvida nos próximos anos.

Ainda em 2012, a SPM/PR participou da Comissão Inter-setorial de Saúde da Mulher e da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST). Aprovou sete propostas de convênio, com os seguintes objetos: realizar campanha de enfrentamento à feminização da aids e violência de gênero voltada para as mulheres em situação de vulnerabilidade social; produzir o livro-dvd parteiras tradicionais do Goiás, DF e região do entorno; realização do VII seminário mulheres negras e saúde, para sensibilizar as equipes multiprofissionais e sociedade civil para o atendimento à saúde da mulher negra; formar educadores(as) e profissionais das áreas de ciências humanas, sociais e da saúde nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual; estruturar atividades de proteção, promoção e recuperação da saúde e o desenvolvimento da autonomia e empoderamento de mulheres; ação comunitária e educação em direitos sexuais e reprodutivos; e promover formação em direitos humanos na cidade de São Paulo. Desenvolveu ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na



população feminina juntamente com o Ministério da Saúde e o Fundo de População das Nações Unidas e promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas e técnicos dos Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS; criou, em 2013, um Grupo de Trabalho voltado à saúde das mulheres com deficiência.

Além disso, a SPM/PR tem promovido o engajamento dos OPMs junto à PNAISM e às políticas públicas de saúde da mulher. Foi realizada uma reunião em setembro com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres em que se estimulou sua atuação junto às respectivas secretarias estaduais de saúde, especialmente no que se refere ao monitoramento mensal da Rede Cegonha, realizado por videoconferência pelo Ministério da Saúde, e ao acompanhamento do Programa de Câncer de Colo de Útero e de Mama. Outra reunião com as gestoras estaduais foi realizada em dezembro. Em outubro, foi iniciada a contratação de consultoria para elaborar material de atualização da PNAISM.

**Meta: Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde na temática, por meio dos quais realiza o acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora, com enfoque nas doenças ocupacionais das profissões majoritariamente exercidas por mulheres. Assim, a SPM/PR compareceu a 3 reuniões da CIST com as seguintes resoluções: solicitar aos Ministros de Estado da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social que as ações relativas à diretriz da estruturação da rede integrada de informações em Saúde do Trabalhador sejam priorizadas no processo de implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho assim como na elaboração e implementação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho; enviar documento à Mesa Diretora informando que a CIST é a favor do banimento do amianto e solicitando que esse tema seja pautado na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde; acompanhar a implementação do plano de ação da CIST Nacional.

**Meta: Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros**

Análise Situacional da Meta: A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM está em fase de articulação com a Organização Pan Americana de Saúde e com o Ministério da Saúde para desenvolver, em conjunto, o módulo do curso na modalidade Ensino a Distância (EAD). Essa atividade deverá ser iniciada em 2013. Para a segunda estratégia, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde.

**Meta: Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SPM/PR criou a Coordenação da Diversidade que, entre outras atribuições, está responsável pela proposição de políticas públicas para as

mulheres com deficiência. Em 26 de novembro de 2012, foi realizada oficina sobre Mulheres com Deficiência que apontou diretrizes para a atuação da SPM/PR na temática, inclusive no que se refere à saúde das mulheres com deficiência. Estes trabalhos preparatórios servirão de base para a proposição de grupo de trabalho interministerial a partir de 2013.

**Meta: Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR considera fundamental a participação ativa dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) no monitoramento da implementação da Rede Cegonha em seus respectivos estados e municípios. Assim, vem incentivando em encontros realizados pela SPM/PR a atuação dos OPMs junto às suas respectivas secretarias de saúde, especialmente no que se refere à participação dos OPMs estaduais nas videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha, realizadas pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais de saúde. Além disso, vem articulando a rede de discussão dos Organismos de Políticas para as Mulheres com informações da área da saúde.

**Meta: Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**

Análise Situacional da Meta: A SPM tem desenvolvido ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina, em conjunto com o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e tem acompanhado a distribuição do preservativo feminino; a avaliação e continuação do Plano, mobilizando os principais parceiros, tanto da sociedade civil quanto governamentais; a revisão do Plano de Trabalho de ação conjunta no Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização das DST/ Aids e Hepatites Virais e sua implementação nos estados e apoiado a participação e o controle social em agendas estratégicas, por meio da promoção da participação em eventos como o IX Congresso Brasileiro de Prevenção. Além disso, a SPM tem colaborado para a produção de conteúdos em Comunicação em Saúde sobre o insumo.

Com a finalização do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, a SPM/PR e o Ministério da Saúde vêm atuando no sentido de elaborar ações conjuntas com os estados e municípios, de forma a incorporar os Organismos de Políticas para as Mulheres nos planos de ação das secretarias de saúde e enfatizar o enfoque étnico-racial e geracional nas ações programadas.

**Meta: Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta: A Portaria nº 1.473, de 2 de junho de 2011, do MS, instituiu na estrutura do Rede Cegonha os espaços de Comitês Gestores, Grupos Executivos, Grupos Transversais e os Comitês de Mobilização Social e de Especialistas. A SPM/PR participa, atualmente, na Rede Cegonha dos seguintes Comitês: Comitê de Mobilização Social e de Especialista, Comitê Gestor e Comitê de monitoramento.

**Meta: Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR promoveu ações junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) a respeito da PNAISM e contribuiu para a capacitação de suas equipes para atuação em temas de saúde da mulher. A discussão a respeito da PNAISM foi levantada nas duas reuniões realizadas com OPMs em 2012. Além disso, a SPM promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas(os) dos OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS, para proporcionar maior capacidade de intervenção dos organismos nas políticas estaduais de saúde. Participaram da capacitação técnicas(os) dos seguintes estados: AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, PA, PB, PE, RJ, RS, SC, SE e TO. A partir de 2013, a SPM/PR pretende realizar seminários específicos destinados exclusivamente à discussão da PNAISM.

**Objetivo: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Para estimular a produção e difusão de conhecimentos científico e tecnológico assim como as relações de gênero, identidade, orientação sexual e raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, a SPM/PR incentivou a ampliação do número de inscrições na 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação. As ações da Secretaria pretendem incentivar políticas culturais, de esporte, lazer e educação, observando a igualdade e a equidade de gênero.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação. A SPM/PR apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília, a ampliação de divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; além disso, articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para promover maior divulgação do programa; no âmbito do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça iniciou a negociação de possíveis parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização e ampliação do curso; ocorreu a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012 e a 8ª edição lançada em 2012 será finalizada em 2013.

**Meta: Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2012, manteve a linha temática específica no Edital de Chamada Pública nº 02/2012 para o apoio aos núcleos de gêneros nas Universidades Federais e Estaduais. Os convênios celebrados nessas condições foram no valor de até R\$ 50.000,00.

As universidades apoiadas foram: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 12/11/2012

**Meta: Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR realizou no ano de 2012 a divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola em Organismos de Políticas para as Mulheres do estado do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) o apoio ao programa e negocia com as entidades do Sistema S uma parceria para que elas auxiliem na realização da capacitação dos professores.

**Meta: Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC, do Ministério da Cultura, trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de sua atuação, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Políticas Culturais para as Mulheres. Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema. Prevê-se o término de sua elaboração para Março de 2013.

**Meta: Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas reuniões bilaterais com o Ministério do Esporte visando atividades de promoção da participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas.

**Meta: Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

Análise Situacional da Meta: O curso foi ofertado em 37 instituições de ensino. O número total de vagas, em 2012, foi de 8.580 em aperfeiçoamento, extensão e especialização.

**Meta: Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SPM/PR trabalhou pelo lançamento de novo edital do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça com a parceria do Ministério da Educação. A Secretaria busca novas parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização do curso. Porém, houve atrasos no oferecimento do curso devido à greve nas universidades federais. Além disso, outros projetos de formação de gestores foram apoiados por meio da celebração de convênios no final de 2012.

Em 2012 foram ofertadas 8.609 vagas de especialização e extensão em 19 instituições de ensino.

**Meta: Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A SPM/PR irá elaborar proposta em 2013, em parceria com o Ministério da Educação, que será posteriormente submetida ao Conselho Nacional de Educação.

**Meta: Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR realizou a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012. O concurso foi promovido pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM), em parceria com os ministérios da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI). Trinta estudantes do ensino médio e superior foram premiados.

Também, foi divulgada a 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em diversas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, Teresina, Salvador, Goiânia, São Luís e Belém. Em 2012 iniciou-se o processo de seleção dos artigos, projetos e redações enviadas para o prêmio. A 8ª edição teve um número recorde de inscrições: 237 artigos de mestres e estudantes de doutorado; 417 artigos de graduados, especialistas ou estudantes de mestrado; 304 artigos de estudantes de graduação; 4.100 redações de estudantes de ensino médio; e 94 projetos pedagógicos de escolas promotoras da igualdade de gênero.

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 12/11/2012

**Meta: Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero**

Análise Situacional da Meta: Além de Seleções específicas – como a criação do Prêmio Cultura Viva Mulher (em negociação com o Fundo Elas) - editais de recortes variados incluem a promoção da equidade de gênero como critério de pontuação (Edital Agente Jovem de Cultura) ou tema para desenvolvimento de projetos (Programa Usinas Culturais). Além disso, está em andamento a elaboração de seleções para fomento de iniciativas protagonizadas por mulheres, em contexto de culturas tradicionais, onde predomina a autoridade masculina fundamentada numa ancestralidade passível de questionamento ante as conquistas relativas aos direitos humanos da contemporaneidade, tais como culturas indígenas ou ciganas.

**Meta: Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo**

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

**Meta: Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013**

Análise Situacional da Meta: O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência ocorrerá em 2013. Desta forma, no ano de 2012, ocorreu o início do processo de planejamento com a realização de reuniões preparatórias com os parceiros e algumas cientistas foram convidadas para discutir formato e programa.

**Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.



**Meta: Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a partir da minirreforma política, ampliou-se o número de vereadoras e prefeitas eleitas no país. As mulheres representam hoje 13,3% nos legislativos municipais, atingindo o número de 7.648 mulheres eleitas e 670 prefeitas eleitas. Isso representa, em números absolutos, uma ampliação em 17,4% nos legislativos municipais e 32,9% nos executivos. No ano de 2012 as sanções junto aos partidos foram acerca da não presença das mulheres e de temas relacionados a elas em suas propagandas institucionais, assegurando que para o próximo ano este tempo será dobrado. No Congresso Nacional, novos projetos sobre este tema, que ainda serão analisados, estão em fase de apresentação, e o debate da Reforma Política está em curso com possível votação para o ano de 2013 e a SPM/PR tem acompanhado e contribuído para assegurar os direitos conquistados e ampliar a perspectiva da igualdade/paridade.

**Meta: Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado**

Análise Situacional da Meta: Realizadas ações em parceria com entidades sindicais visando fortalecer a demanda nas categorias. Incentivo às empresas participantes do Programa Pró-igualdade de Gênero e Raça para adesão ao direito.

**Meta: Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR retomou no ano de 2012 o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Duas reuniões foram realizadas no ano de 2012. Além disso, a Secretaria apoiou dois convênios focados na formação política das mulheres. Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação feminina nos cargos políticos. Para o ano de 2013 a SPM realizará novas ações para discutir o tema do ponto de vista das mulheres e contribuir com os debates realizados no congresso e no conjunto do governo.

**Meta: Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado**

Análise Situacional da Meta: Realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL no Congresso.

**Meta: Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta: A Criação da Coordenadoria da Diversidade junto à SPM expressa que a articulação deste tema para dentro do governo ganha outra dinâmica e assume outra prioridade. A partir da pactuação do PNPM, novas ações e estratégias foram construídas e exigem a elaboração de um plano de ação integrado e articulado entre SPM/SDH/MinC/MEC/MS/SEPPPIR que está em processo de construção. Em 29 de novembro de 2012, a SPM/

PR realizou uma oficina com lésbicas e bissexuais representantes das organizações nacionais para apresentar as diretrizes e ações para esta área. O debate sobre a constituição do GT prosseguirá em 2013.

**Meta: Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta: Um acordo de cooperação firmado entre a SPM/PR e a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, em 08 de março de 2012, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para identificar as prioridades e estratégias de ação referentes às mulheres idosas e com deficiência. O Grupo de Trabalho ainda não finalizou as ações.

**Meta: Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta: Ações importantes foram realizadas nesse campo, em destaque o comparecimento do Brasil, representado por uma delegação chefiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, à 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW para apresentar o VII Informe Periódico do País, dando conta da implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. O Brasil informou os avanços alcançados no período na promoção dos direitos da mulher, a exemplo da eleição da primeira presidenta, e indicação de 10 ministras mulheres; a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que mobilizou cerca de 200 mil mulheres em todo o País; do crescimento no número de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres; das decisões do Supremo Tribunal Federal confirmando a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e reconhecendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a expansão da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para o atendimento de brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e Itália. Como resultado desse processo, o Comitê elogiou os esforços que o País vem realizando no enfrentamento à violência contra as mulheres e em outros pontos da Convenção e encaminhou ao Brasil uma série de recomendações para acelerar sua implementação, em particular em relação ao tema do acesso ao poder e à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ainda no âmbito da Convenção CEDAW, vale registrar que a SPM integra Grupo de Trabalho Interministerial que, ao lado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e da Advocacia-Geral da União, é responsável pela implementação das recomendações do Comitê CEDAW para o “Caso Alyne Pimentel” (falecida em 2002, grávida de seis meses, vítima de negligência e imperícia médica). Dentre essas recomendações, estão a indenização para a mãe e a filha de Alyne Pimentel, a adoção de melhorias nos serviços de saúde e a redução das taxas de mortalidade materna. Merece destaque também a participação da SPM na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável (Rio + 20) e na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, reafirmando nas declarações aprovadas nestes e em outros encontros regionais e internacionais os compromissos assumidos em instrumentos internacionais do campo dos

direitos das mulheres. Bem como, em um ano em que começaram os movimentos de avaliação dos 20 anos de implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a participação do Brasil em várias instâncias que trataram do tema, em especial a 45ª Sessão do Comitê de População e Desenvolvimento da ONU (Nova Iorque/EUA, 23 a 27 de abril de 2012) e a Reunião do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento (Quito/Equador, julho de 2012). A atuação da delegação brasileira foi importante para que os documentos finais dessas reuniões reafirmassem temas como o desenvolvimento sustentável, o papel das relações de poder, os direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, bem como os demais compromissos assumidos em Cairo. Por fim, nesse campo vale destacar também os esforços que foram feitos para a reativação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, fortalecendo assim, em âmbito governamental, a implementação dos compromissos assumidos em 1994, em Cairo, quando da realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento.

**Meta: Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta: Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM/PR atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Foram impressas 60.000 cartilhas, distribuídas para: 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres; 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres; Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres; Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres; bancada feminina no Congresso (55 deputadas federais e senadoras).

**Meta: Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação**

Análise Situacional da Meta: Para contribuir com a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a SPM/PR distribuiu 60.000 cadernos da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, além de ter realizado uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos em 2012.

**Meta: Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram**

Análise Situacional da Meta: No que se refere ao fortalecimento da parceria com a ONU Mulheres, entre outros, destaca-se a articulação realizada para que o documento final da Conferência Rio + 20 integrasse de forma consistente o tema da igualdade de gênero e o desenvolvimento do Projeto BRA 60783 – Apoio a Implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2012, foram publicados sete editais para contratação de consultorias no âmbito deste projeto e outros três estão em tramitação. As consultorias se referem a: (A) avaliação e redesenho do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; (B) avaliação da implementação internacional da Central 180; (C) avaliação das estratégias dos organismos de políticas para as mulheres; (D) elaboração de estratégia para disseminação da temática de uso do tempo e gênero; (E) avaliação do Programa de Assistência Integral à

Saúde da Mulher; (F) avaliação e redesenho do serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência na área de saúde (aborto legal); (G) construção de indicadores de processo relativos aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; (H) construção de metodologia e coleta de dados e análise dos indicadores para elaboração do Relatório Anual Sócio-Econômico da Mulher – RASEAM; (I) construção de portal para agregar informações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero em plataforma híbrida que agregue redes sociais em blog; (J) consultoria técnica de frameworks web 2.0 para desenvolver subsídios para especificação de desenvolvimento de código para implementação de interface que possibilite, por meio do portal, disseminação de dados e construção colaborativa na internet e (K) avaliação e monitoramento do projeto. A realização dessas atividades irá movimentar cerca de R\$ 600 mil e a entrega dos produtos está prevista para continuar ao longo de 2013 (o prazo de vigência do Projeto é 30/06/13). Também em 2012, a SPM retomou o Projeto “Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras”, parceria iniciada em novembro de 2010 com a ONU Mulheres e que viabilizará o aporte de US\$ 500 mil para apoio a iniciativas nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres. O projeto tem prazo de vigência até 31/12/2013 e, no total, deverá envolver R\$ 3,2 milhões, incluídos os recursos da contrapartida nacional.

**Meta: Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 a SPM continuou envidando esforços no sentido do fortalecimento dos mecanismos regionais de políticas para as mulheres. No âmbito do Mercosul vale destacar a realização da primeira Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), ocorrida em Buenos Aires, Argentina, de 29 de maio a 1 de junho de 2012. A RMAAM surge como consequência do reconhecimento institucional e da importância atribuída ao tema da igualdade de gênero nos Estados Parte e no Mercosul e substitui a Reunião Especializada da Mulher (REM), criada em 1998.

Destaque-se a realização, sobre a Presidência Pro Tempore brasileira, da segunda RMAAM, em dezembro. O primeiro grande desafio da RMAAM é dar consequência à proposta Decisão nº 14/12 do Conselho do Mercado Comum que decide estabelecer uma política de igualdade de gênero no Mercosul e que solicita a RMAAM que elabore uma proposta nesse sentido, coordenando esforços com outros órgãos da estrutura institucional do Mercosul. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (Comissão Interamericana de Mulheres), além da participação nas reuniões regulares do Comitê Diretor da CIM, que o Brasil integrou no biênio 2010-2012, merece destaque a realização da 36ª Assembleia de Delegadas da CIM (São José, Costa Rica, 29 e 30 de outubro de 2012), na qual foram discutidas e aprovadas modificações no Estatuto da entidade. Nessa Assembleia, a liderança da delegação do Brasil foi fundamental para que o documento político emanado da reunião, a Declaração de São José, reafirmasse direitos assegurados às mulheres em instrumentos internacionais já acordados, entre eles os previstos no Programa de Ação de Cairo. No âmbito da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, a SPM, na qualidade de presidente da Conferência, coordenou os trabalhos das duas reuniões da Mesa Diretora (a 47ª em maio, no Panamá e a 48ª em novembro, no Chile) e participou da 34ª Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (San Salvador, El Salvador, de 27 a 31 de agosto). Entre os pontos discutidos pelas reuniões da Mesa Diretora está a preparação da XII Conferência Regional, que acontece em Santo Domingo, República Dominicana, em outubro de 2013, e que

tem como tema central o empoderamento econômico, igualdade de gênero e tecnologias da informação e as comunicações.

**Meta: Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, a SPM/PR realizou uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos. A reunião ocorreu em 27 de junho de 2012.

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 27/06/2012

**Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015; bem como um amplo processo para pactuar as 415 ações contidas no Plano com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se à nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Um importante espaço neste processo foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê é o espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, ele foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos Estados e Municípios. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o documento “Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais”, que deverá ser publicado em 2013.

Também passou por adaptações o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM. Um novo módulo foi criado e será utilizado por todos os órgãos responsáveis por ações no PNPM



para o monitoramento e acompanhamento da implementação do PNPM. O PNPM 2013-2015 será lançado em 2013.

A SPM/PR vem trabalhando pela disseminação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todo o país, nos governos estaduais e municipais. A instalação de OPMs nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres. Além disso, a existência de tais instâncias executivas permite maior efetividade das políticas públicas para as mulheres, na medida em que promove capilaridade e articulação federativa. Em 2012, atingiu-se a marca de 25 OPMs estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 437 OPMs municipais. A SPM/PR vem realizando diversas atividades (como concessão de apoio financeiro para a instalação destas instâncias por meio da aprovação de 12 convênios e realização de encontro do Fórum de OPMs) com o objetivo de apoiar e fortalecer essas iniciativas. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o Guia de Implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, que deverá ser publicado em 2013. A SPM/PR também elaborou em 2012 um guia contendo orientações para a implementação de OPMs, que deverá ser divulgado no início de 2013.

Em 2013, o fortalecimento dos OPMs deverá ser uma das prioridades da SPM/PR. Uma estratégia para isso será a atuação junto às prefeitas eleitas e também com o conjunto de prefeitos/as eleitos/as, em encontro realizado em janeiro de 2013, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, principal instrumento de participação e controle social, manteve-se ativo em 2012, quando foram realizadas cinco reuniões ordinárias.

A produção de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas avançou principalmente com a publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório, lançamento de editais de pesquisa sobre garantia dos direitos das mulheres e a política para a igualdade de gênero, e sobre a história e a memória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM/PR ainda vem avançando na implementação da Lei 12.227/2010, que instituiu o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), tendo articulado com a Casa Civil pela regulamentação infra-legal, estabelecido um grupo de trabalho inter-setorial para sua elaboração e contratado uma consultoria de suporte às atividades do grupo de trabalho.

### **Meta: Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres**

Análise Situacional da Meta: Em 2011, segundo os dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), existiam no Brasil, 449 conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher. Em 2012, esse número passou a 487, o que representou um aumento de cerca de 9% em relação ao ano anterior.

Levantamento recente do CNDM identificou que já são 565 os conselhos estaduais e municipais em atividade no país, um acréscimo de 16% sobre os dados de 2012. Mantido esse ritmo, até 2015, o CNDM reunirá informações de mais de 700 conselhos estaduais e municipais, superando a meta proposta para o quadriênio 2012-2015.

Quantidade alcançada: 565

Data de Referência: 15/03/2013



### **Meta: Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta: Ao final de 2012, 437 municípios contavam com pelo menos uma instância executiva de políticas para as mulheres, dos quais 22 são capitais de estados. A SPM/PR tem apoiado a constituição de Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs por meio de apoio financeiro à instalação e compra de equipamentos. Além disso, no final de 2012 a SPM/PR iniciou a elaboração de guia com orientações para a constituição de OPM, que deverá ser distribuído a partir do encontro com os/as prefeitos/as eleitos/as em janeiro de 2013.

Quantidade alcançada: 437

Data de Referência: 26/11/2012

### **Meta: Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta: Sabemos que 1.043 municípios já contam com mecanismos de gênero (fonte: Ibge, Munic, 2009) e 870 municípios têm Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres em 2011 (fonte: Ibge)

De acordo com o IBGE, 193 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 80 com previsão legal e 113 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 14 no norte, 74 no nordeste, 49 no sudeste, 38 no sul, 18 no centro oeste. (Fonte: Ibge, Munic, 2009).

Nosso levantamento aponta que recentemente as seguintes 26 prefeituras elaboraram ou estão elaborando Plano Municipal de Políticas para as Mulheres: Belém-PA, Belford Roxo- RJ, Boa Vista-RR, Campo Grande-MS, Campos de Goytacazes-RJ, Canoas-RS, Caruaru-PE, Caxias-RJ, Diadema-SP, Florianópolis-SC, Goiânia-GO, Imperatriz-MA, Jaboatão-PE, Jaguariúna-SP, Londrina-PR, Mesquita-RJ, Natal-RN, Niterói-RJ, Picos-PI, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Salvador-BA, São Gonçalo-RJ, São Luis-MA, São Paulo-SP, Sapiranga-RS.

Estima-se, portanto, 219 (=193 + 26) municípios com Planos.

Através de articulação política e com auxílio da publicação do "Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres" atingiremos a meta até 2015.

Quantidade alcançada: 219

Data de Referência: 13/11/2012

### **Meta: Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes**

Análise Situacional da Meta: Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Atualmente há sete órgãos governamentais com mecanismos de gênero no Governo Federal.

São eles:

- 1) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais/DPMR.
- 2) Ministério de Minas e Energia (MME): Comitê Permanente para as Questões de Gênero.
- 3) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero.
- 4) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, Raça, Etnia, Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação.
- 5) Ministério da Saúde: Comitê Interno de Gênero.
- 6) Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais.
- 7) Ipea.

Através do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e com o auxílio da publicação do guia "Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais", pretende-se chegar já em 2013 a dez órgãos governamentais com mecanismos de gênero no âmbito do Governo Federal.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 13/11/2012

### **Meta: Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, atingiu-se a marca de 25 estados (incluindo o DF) que contam com instância executiva de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada: 25

Data de Referência: 08/10/2012

### **Meta: Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta: Atualmente há 11 estados com Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres:

1. Amapá;
2. Amazonas;
3. Bahia;
4. Minas Gerais;
5. Pará;
6. Paraíba;
7. Pernambuco;
8. Rio de Janeiro;

- 9. Rio Grande do Norte;
- 10. Rio Grande do Sul;
- 11. Sergipe.

Estão em elaboração:

- 1. Distrito Federal;
- 2. Maranhão;
- 3. Mato Grosso do Sul;
- 4. São Paulo.

Através de articulação política e com auxílio da publicação do “Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres”, objetiva-se chegar aos 27 até 2015.

Quantidade alcançada: 11

Data de Referência: 13/11/2012

### **Meta: Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**

Análise Situacional da Meta: As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas em reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Em 2012, o PNPM foi atualizado para o período 2013-2015, face à 3ª Conferência e também considerando essas avaliações. Como resultado dessa meta, temos hoje o PNPM 2013-2015, documento que foi consolidado em novembro de 2012.

Para o PNPM 2013-2015, o Comitê foi ampliado justamente para refletir a crescente transversalidade da gestão da Política, passando a contar com onze novos órgãos governamentais. Assim, a partir de 2012, o Comitê passou a ter como membros efetivos 32 órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT, e representações dos Organismos de Políticas para as Mulheres dos estados e municípios. Assim, desde a formulação, durante toda a sua implementação e também na avaliação do PNPM, estão envolvidos diretamente 32 órgãos governamentais, através do Comitê, garantindo a transversalidade em todas as fases do PNPM.

### **Meta: Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social**

Análise Situacional da Meta: O sistema integrado de dados e indicadores de igualdade de gênero está sob a responsabilidade do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

A implementação das ações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem como objetivo trazer uma perspectiva integral para o monitoramento da realidade das mulheres e da política para as igualdades de gênero; seja por meio do monitoramento de indicadores quantitativos, seja por meio de produção e disseminação de dados e estudos e pesquisas.

Os principais destaques para 2012 são:

- 1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infra-legal. A segunda foi constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU mulheres, DIEESE e CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A expectativa é que tanto a regulamentação quanto a divulgação do 1º Relatório seja feita no primeiro semestre de 2013.
- 2) Publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades), sendo um número especial (Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero, junho/2012) e um número ordinário (Ano II - Número 4, Dezembro/2012);
- 3) Publicação de três boletins “Observa Gênero” (n. 33, 34 e 35);
- 4) Alimentação do site do Observatório e contratação de um projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social;
- 5) Implementação do Projeto Mais Poder e mais Direito para as Mulheres Brasileiras, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo, Cfemea, Redeh, Geledés, Coletivo Leila Diniz, Cunhã, Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres;
- 6) Divulgação de dois editais de pesquisa, em parceria com outras áreas da SPM: Edital de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria; e Edital de pesquisa sobre a história e a memória do Conselho Nacional de Direito da Mulher.

A expectativa para 2015 é a normalização da atividade de produção e divulgação do RASEAM, tornando-se um relatório de referência para a disseminação de informações sobre a realidade socioeconômica das mulheres. Para que se possa falar de um sistema integrado de dados e indicadores, até 2015, o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas, à participação e ao controle social. Além disso, pretende-se dar continuidade à parceria com IPEA, SEPIIR e ONU-Mulheres, que permite produzir e disseminar a publicação “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, referência para a organização e divulgação de indicadores e estatísticas sobre a realidade das mulheres no Brasil.

**Meta: Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR apoia, por meio do seu edital de seleção pública de convênios, ações de instalação e compra de equipamentos para os organismos governamentais de políticas para as mulheres. Em 2012, foram selecionadas e aprovadas doze propostas de convênios com o objetivo de fortalecer os organismos executivos de políticas para as mulheres.

**Meta: Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários**

Análise Situacional da Meta: O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Os membros do comitê podem utilizar um sistema informatizado para monitoramento do PNPM. Trata-se do SigSPM, um subsistema do antigo SigPlan, construído a partir do Simec. É o atual sistema de acompanhamento do PNPM. Foram feitos ajustes no sentido de abrir um novo módulo, para o período 2013-2015, e alimentar esse novo módulo com o PNPM 2013-2015. Isso foi feito em novembro de 2012. Portanto, o SigSPM foi reestruturado e está sendo implementado. Alguns ajustes continuam sendo necessários, foram solicitados e estão aguardando atendimento pelo Serpro. O SigSPM será utilizado em conjunto com o SIOP.

**Meta: Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta: Em junho de 2012 foi realizado encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, ocasião em que foi apresentada e aprovada proposta de nova organização do Fórum. A realização do segundo encontro ocorreu em outubro. A segunda reunião, entretanto, foi realizada somente com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. A discussão pautou-se na troca de experiências entre as participantes e os principais desafios para a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres nos municípios.

**Meta: Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram realizadas 3 reuniões com o Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT, 2 reuniões com o Comitê Operacional do CGUT - responsável pela organização da Conferência da International Association for Time Use Research - IATUR 2013 e um seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável. O seminário contou com a participação de todas as instituições do CGUT e de outras instituições nacionais e internacionais.

**Meta: Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta: Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional é tarefa do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, que tem avançado bastante nessa direção, com publicação de boletins, publicação da Revista Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, contratação de consultores para desenvolvimento de pesquisas e estudos, dados e indicadores, principalmente no que diz respeito ao Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010). Os indicadores e as publicações (boletins, revistas e outros) estão disponíveis no endereço: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>. Para realizar

estudos e diagnósticos, foi instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República SPM/PR, o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de contribuir para a definição e análise de indicadores que permitam a elaboração e divulgação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010. O Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas, tem como escopo: gerar subsídios para a elaboração e divulgação do RASEAM; fomentar a elaboração de indicadores e dados sobre a igualdade de gênero e a garantia de direitos das mulheres, incorporando, quando cabível, as perspectivas de raça, etnia, orientação sexual, geracional e outras desagregações que considerem as mulheres em sua diversidade; promover a análise de estatísticas e dados que suportem diagnósticos sobre a igualdade de gênero e a política para as mulheres, tendo como referência as temáticas, ações e prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e subsidiar a construção e alimentação de banco de dados de acesso público. Integram o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas para as Mulheres, que o coordena, com 5 (cinco) representantes titulares e 5 (cinco) representantes suplentes; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem integrar também o Grupo de trabalho, na qualidade de convidadas permanentes: ONU-Mulheres; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos DIEESE. Podem participar das reuniões do Grupo de trabalho, na qualidade de convidados/as, representantes de outros Ministérios e entidades, além de especialistas nos temas afetos às atribuições do grupo. A criação deste GT foi formalizada pela Portaria nº 119, de 26 de setembro de 2012.

**Meta: Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM**

Análise Situacional da Meta: O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

**Meta: Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta: O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

**Meta: Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem assento na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Grupo de Trabalho intitulado Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional, fóruns onde são tratados os temas transversais que relacionam a redução da pobreza, a segurança alimentar e nutricional, a incorporação da perspectiva de Gênero na elaboração e implementação das políticas públicas e a garantia dos princípios de igualdade, autonomia e liberdade das mulheres. Além das atividades desses Colegiados, em 2012, entre os dias 4 e 6 de dezembro, a SPM participou do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), organizado pelo Conselho Nacional de



Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A iniciativa deflagrou as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores e discussão de proposta de agenda de pesquisa, a ser lançada para consulta pública em 2013.

### **Meta: Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)**

Análise Situacional da Meta: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 2012, promoveu cinco reuniões ordinárias com o pleno composto por conselheiras governamentais e sociedade civil. Dentre as deliberações estão os calendários de reuniões, a criação da categoria de conselheira emérita e da coordenação-geral do CNDM. Das reuniões resultaram também a reativação das Câmaras Técnicas, encarregadas das temáticas de quatro grandes eixos: Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, Orçamento e Planejamento, Assuntos Internacionais e Legislação e Normas. No decorrer do ano, foram iniciadas as atualizações dos dados dos conselhos estaduais e municipais, foi atualizado o portal do CNDM constantemente, o projeto memória do CNDM, instaurada a biblioteca e realizadas transmissões, ao vivo, das reuniões do pleno.

Para o ano de 2013, as metas estabelecidas pelo CNDM consistem na elaboração de um plano de comunicação, na manutenção das atividades de atualização do banco de dados, na continuidade ao projeto memória do CNDM, na elaboração do calendário de reuniões do pleno e das câmaras técnicas e na ampliação da capacidade da equipe responsável pelas atividades do Conselho Nacional.

### **Meta: Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3ª CNPM**

Análise Situacional da Meta: O PNPM 2013-2015 é o resultado do PNPM revisto e atualizado à luz da 3ª Conferência.

O Capítulo 1, "Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica", por meio de suas ações, tem como objetivo promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres, enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O Capítulo 2, "Educação para Igualdade e Cidadania", visa consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, além de promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade.

O Capítulo 3, "Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos", tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos e ampliando o acesso a meios e serviços de promoção, prevenção e assistência da saúde integral da mulher em todo o território brasileiro.

O Capítulo 4, "Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres", dedica-se a reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres.

O Capítulo 5, “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, visa fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

O Capítulo 6, “Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social”, intenta incentivar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres em todas as suas especificidades e diversidades, considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais; democratizando o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos.

O Capítulo 7, “Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta”, tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso a terra, a bens, a equipamentos e a serviços públicos.

O Capítulo 8, “Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia”, visa contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, além de promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e a inserção igualitária nos esportes. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, o acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes.

O Capítulo 9, “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, objetiva instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito bem como o enfrentamento às discriminações baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

O Capítulo 10, “Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência”, traz ações para garantir o protagonismo das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas bem como seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, a inclusão das questões relacionadas às mulheres com deficiência.

Além dos dez capítulos, há também há preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

**Objetivo: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2012, a SPM/PR reestruturou sua assessoria de comunicação, promovendo estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas

amplos como o desenvolvimento sustentável e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outras ações visam à formação em políticas públicas de lideranças de movimentos de mulheres e feministas. Em 2012, foram iniciadas as primeiras articulações para o desenvolvimento de capacitações e formações até 2015 envolvendo mulheres jovens e indígenas. Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR redefiniu sua estrutura criando a Coordenação da Diversidade, que ficará responsável pela articulação de políticas voltadas para alguns desses grupos. A nova área terá um papel importante na articulação dessas ações.

**Meta: Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013. Entretanto, em dezembro de 2012, a SPM/PR e a Fundação Nacional do Índio realizaram uma oficina com representantes mulheres dos diferentes povos indígenas. A oficina teve o objetivo de construir um plano de trabalho para assegurar a diversidade, a especificidade e as prioridades de atendimento das demandas indígenas, observando a participação e o diálogo permanente.

**Meta: Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR, em parceria com MCTI, MDA e CNPq, executa o Programa Mulher e Ciência. Entre suas ações, encontra-se o financiamento de pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos, apoiando a atividade de mulheres cientistas e pesquisadoras. As ações de campanha serão realizadas a partir de 2013, integradas às ações desenvolvidas pelo MCTI e MEC.

**Meta: Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Análise Situacional da Meta: Durante 2012, a SPM/PR e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral/PR (SNJ/SG/PR) se articularam para a realização desta atividade. Foi elaborada a ementa da jornada e a primeira edição deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013. Para a primeira edição, há previsão de formação de 120 jovens mulheres. A SPM/PR, por meio da Coordenação Geral da Diversidade, integra também o Grupo de Trabalho da SNJ de mulheres jovens que tem como um dos seus objetivos levantar e debater as lacunas e desafios para as políticas para as mulheres jovens no governo federal e construção conjunta de um plano de ação para a realização destes seminários.

**Meta: Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros**

Análise Situacional da Meta: Relativamente ao cumprimento desta meta, além das campanhas e ações direcionadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, cabe destacar uma primeira campanha, com produção e veiculação pro bono, pela Globo, do comercial “Mulheres na Construção Civil”. O comercial, produzido sem ônus, decorreu

da articulação da SPM com a Central Globo de Produção, via sua área de Responsabilidade Social, com veiculação em 2012. O comercial, estrelado por uma das “maridas” da novela Fina Estampa, mostra que as mulheres estão desempenhando funções até então exclusivamente masculinas. E as conclama a se capacitarem para esses novos campos profissionais, via os cursos do Pronatec. O filme, pela primeira vez, traz assinatura não só da Globo, como usual, mas também do Governo Federal (SPM e Brasil Sem Miséria/ Pronatec). Além da veiculação gratuita, a emissora cede ainda cópia sem sua assinatura para que o Governo busque veiculação em outras TVs.

Outra iniciativa importante foi a produção e veiculação, também pro bono, pela colaboração do grupo português de comunicação TheStreet, em TVs de 1260 ônibus urbanos. O BusTV, desde 18/10/12, veicula diariamente vídeomatérias do interesse das mulheres em 1260 ônibus distribuídos por algumas das principais capitais do país. O Minuto Mulher estreou em 318 linhas de São Paulo, 181 de Brasília, 107 de Belo Horizonte, 80 de Salvador e 29 de Sorocaba, interior paulista. Os 60 minutos de programação total diária, com temas que se alternam a cada 15 ou 20 dias, são exibidos em horários de pico, para otimizar a audiência. O total calculado é de um milhão de impactos/dia. Os temas são definidos em conjunto com a SPM, em especial os que tratam do enfrentamento à violência contra as mulheres. Como ação de responsabilidade social da agência, não há custo para a SPM nem de produção nem de divulgação.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 01/11/2012

**Meta: Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens**

Análise Situacional da Meta: O Dia Internacional da Mulher é um marco nas reivindicações e na luta das mulheres por igualdade. Em 2012, além da campanha realizada para mostrar casos de mulheres que protagonizaram experiências bem sucedidas e reconhecidas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Mulheres+Mais), a SPM implementou uma vasta programação que denominou “Março-Mulher” e incluiu a Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A presidenta Dilma Rousseff participou e recebeu o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ao lado de Ana Alice Alcântara Costa, Eunice Michiles Malthy, Maria Prestes e Rosali Scalabrin. O prêmio é concedido anualmente pelo Senado às personalidades que contribuíram para a ampliação do espaço da mulher na sociedade. Além dessa atividade, a agenda de comemoração incluiu: a repactuação do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Distrito Federal; o Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, onde foi realizado o lançamento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012 - “Igualdade de Gênero e Desenvolvimento”; a solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação: Cidadania e Autonomia para as Mulheres Rurais; a entrevista da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, ao programa Bom Dia Ministro, ao vivo, para emissoras de rádio de 15 estados e transmissão em tempo real pela TV NBr; a entrega do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, iniciativa que valoriza pequenos negócios e negócios coletivos dirigidos por mulheres empreendedoras; o ato-show de Maria Bethânia “Autonomia econômica e desenvolvimento sustentável”; o encerramento do Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar que reuniu especialistas

em segurança alimentar de 30 países da África, do Oriente Médio e da Ásia e a solenidade de Assinatura de Convênios do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Estado da Paraíba, com o anúncio de investimento de R\$ 2,5 milhões na rede de atendimento às mulheres daquele estado. Iniciativas semelhantes repercutiram por todo o país, apoiadas pela SPM. As iniciativas de planejamento das atividades comemorativas de 2013 já tiveram início e deverão resultar em programação de eventos de igual densidade.

**Meta: Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi criada a Coordenação da Diversidade, que terá como uma de suas atribuições a proposição e implementação de políticas para mulheres jovens. A realização de campanhas deverá ser iniciada a partir de 2013.

**Meta: Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta: As atividades deverão ser iniciadas a partir de 2013. Ademais, a SPM/PR lançou junto com o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres a nova edição do caderno Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso.

**Meta: Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**

Análise Situacional da Meta: A Campanha pelos 16 dias de Ativismo está construída com base nas atividades desenvolvidas na “Campanha Compromisso e Atitude - a Lei é mais Forte”. Assim, uma série de ações estaduais envolvendo o Poder Executivo e o sistema de justiça está em andamento, especialmente nos estados de SE, MA, AL, MG, PB, BA, ES, SC, RO, RJ, PA e AC. Alguns outros estados estão com lançamentos agendados.

A campanha ocupou, em novembro de 2012, tevês abertas, fechadas, segmentadas e pública (NBR), grandes portais empresariais e o Portal Brasil do governo federal. Compõe-se do filme “Mãos”, lançado em agosto e agora atualizado, banners, mídias e peças locais como balão de gás (o chamado “blimp”, instalado junto à sede da SPM em Brasília), adesivos de carro, bottons e folhetos.

As ações estenderam-se também por lan houses, TVs de metrô em São Paulo e Brasília e na chamada BusTV (monitores de ônibus que exibem a programação exclusiva) em linhas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Fortaleza, Aracaju, Recife e João Pessoa.

A Petrobras e o Instituto Avon aderiram à Campanha e estão realizando várias ações voltadas para o tema.

**Meta: Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico**

Análise Situacional da Meta: Foi realizado, em outubro de 2012, o Seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável, que teve duração de 2 dias e contou com a parceria da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL e do Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT. Em abril, em razão das comemorações do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a SPM realizou a mesa redonda "Valorização da Trabalhadora Doméstica e Ampliação de Direitos", que contou com a Seppir e a Fenatrad, entre outros.

**Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

**Meta: Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.**

Análise Situacional da Meta: A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já atingiu mais de três milhões atendimentos desde a sua criação. Corroborado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ligue 180 passa por um processo de implementação de uma antiga demanda para aumentar seu escopo e transformá-lo também em uma Central de recebimento e encaminhamento de Denúncias. De janeiro a dezembro de 2012 realizaram-se 732.468 atendimentos. Desses, 88.685 se referiam a denúncias de violência, majoritariamente violência física (50.236) e 270.084 foram solicitações de informação sobre rede de serviço, sobre leis, etc. Houve ainda 128.256 registros de solicitações sobre a rede de serviços especializados, 245.443 registros de reclamações, elogios, sugestões e telefonia. Houve mais de 20 denúncias de tráfico internacional de pessoas. Em uma delas conseguiu-se desmantelar uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres que operava em Ibiza, Espanha.

De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação da área de atendimento da central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. De janeiro a dezembro de 2012, a Central recebeu 179 atendimentos internacionais.

**Meta: Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.**



Análise Situacional da Meta: Houve crescimento da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, que hoje conta com 973 serviços (eram 945 no final de 2011). Atualmente existem: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 121 Núcleos especializados em delegacias comuns, 219 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 58 Defensorias Especializadas, 29 Promotorias Especializadas, 45 Juizados Especializados e 48 Varas especializadas. Em comparação com 2007, ocasião do lançamento do Pacto, quando havia 593 equipamentos oferecidos, verifica-se que o número de serviços especializados aumentou 65,3%.

Quantidade alcançada: 973

Data de Referência: 17/10/2012

**Meta: Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011.**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Enfrentamento à Violência tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos a serem observados em sua rede de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

**Meta: Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.**

Análise Situacional da Meta: A integração e articulação da Rede Especializada de Atendimento com outros programas governamentais são cruciais para qualificação e ampliação do atendimento. Neste ano, foi trabalhada a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

**Meta: Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.**

Análise Situacional da Meta: O enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, tem sido construído de forma a integrar os serviços disponibilizados pela Rede Especializada de Atendimento. Houve articulação da SPM na implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras para ações de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nas regiões de fronteira.

Outra medida foi o fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Este serviço foi entre a SPM/PR e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da Venezuela. Também resultado de pacto firmado entre os dois Ministérios, tem-se a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional tem como atribuições monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países. O Comitê se reúne de forma rotativa em Pacaraima (RR) e em Santa Elena (Venezuela).

**Meta: Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, houve incremento de 21 Centros Especializados de Atendimento à Mulher.

Quantidade alcançada: 21

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta: Atualmente computa-se que os serviços da rede estejam presentes em mais de 10% dos municípios brasileiros. O objetivo atual é desenvolver uma metodologia que consiga medir o quantitativo desses municípios de forma fidedigna, conseguindo apurar e monitorar o quantitativo de serviço existente em cada município brasileiro.

**Meta: Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.**

Análise Situacional da Meta: No tocante aos operadores do Direito, foram capacitados: 80 profissionais na VI Jornada pela Lei Maria da Penha; 250 pessoas no IV Fonavid; 300 pessoas no Encontro de DEAMs; e 240 pessoas no III Encontro Nacional do Ministério Público.

Já os profissionais da Rede de Atendimento, foram capacitados, por estado: AL - 1.141 profissionais; MA - 1.140 profissionais; RJ - 445 profissionais; SE - 470 profissionais; PE - 1.070 profissionais, PB - 2.500 profissionais, BA - 142 profissionais, AM - 620 profissionais, DF - 150 profissionais.

Quantidade alcançada: 8.548

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta: Em relação ao final de 2011, o número de casas abrigo se manteve constante em 2012. Neste ano foi avaliada a política e as normas técnicas de

abrigo. Foi analisado que os serviços de abrigo devem ser a última medida de enfrentamento à violência contra as mulheres, depois de já esgotadas as outras possibilidades de serviços e ações para o combate à violência, como por exemplo, as medidas protetivas de urgência. Dessa forma, verifica-se que a manutenção do número de casa abrigo é um indicador positivo da política, justamente por não se ter a intenção de ampliar esse serviço em escalas exponenciais, mas investir em outras possibilidades de atuação. O aumento dos serviços se dará caso seja verificada a sua necessidade.

**Meta: Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.**

Análise Situacional da Meta: Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 17 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Quantidade alcançada: 17

Data de Referência: 31/10/2012

**Meta: Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

Análise Situacional da Meta: Os serviços especializados de atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual são operacionalizados pelo Ministério da Saúde. A SPM contribui para a ampliação dos serviços por meio de articulação e de recursos financeiros destinados ao aparelhamento desses serviços no âmbito dos Institutos Médicos Legais.

Hoje existem 233 serviços, sendo Hospitais, Policlínicas, Maternidades, dentre outros, com atendimento à violência sexual.

Por estado estes serviços têm os seguintes números: AC - 4 serviços; AL - 2 serviços; AM - 5 serviços; AP - 1 serviço; BA - 2 serviços; CE - 3 serviços; DF - 14 serviços; ES - 2 serviços; GO - 6 serviços; MA - 4 serviços; MG - 7 serviços; MS - 1 serviço; MT - 1 serviço; PA - 3 serviços; PB - 5 serviços; PE - 7 serviços; PI - 1 serviço; PR - 19 serviços; RJ - 14 serviços; RN - 2 serviços; RO - 1 serviço; RR - 1 serviço; RS - 7 serviços; SC - 8 serviços; SE - 1 serviço; SP - 107 serviços e TO - 5 serviços.

**Meta: Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.**

Análise Situacional da Meta: Foi promovida a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

**Meta: Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta: Para que a Rede Especializada de Atendimento tenha maior informação sobre as mulheres atendidas, a Secretaria de Enfrentamento à Violência vem

trabalhando na construção de um registro administrativo unificado. O objetivo é ter mais conhecimento sobre o histórico da mulher, colher dados mais completos e evitar a revitimização. Neste sentido, foi criado um GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto com o objetivo de definir quais informações devem ser coletadas, de que forma devem ser coletadas e como devem ser trabalhadas. Esse Processo é o primeiro passo na efetivação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência.

A SPM tem participado do Grupo de Trabalho para elaboração de Metodologia Integrada de Informação (Estatísticas Criminais) sobre tráfico de pessoas para o Sistema de Segurança Pública e Justiça - GT Dados Criminais. Essa ação se articula com os esforços de melhoria dos registros administrativos da Rede de Atendimento.

**Meta: Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.**

Análise Situacional da Meta: A implantação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência tem como primeiro passo a construção do registro administrativo unificado, cujo trabalho foi iniciado com o GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto.

**Meta: Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta: A Rede de Atendimento será ampliada com um novo serviço: as Unidades Móveis para atendimento das mulheres do campo e da floresta. Em 2012, esta antiga demanda do movimento social ganhou corpo. O Termo de Referência relativo à aquisição das unidades móveis está em fase final de elaboração e estima-se que o Edital de Licitação seja lançado no início de 2013.

**Meta: Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Enfrentamento à Violência também tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

**Meta: Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Política para as Mulheres compõe a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça. As principais funções dessa coordenação são: (i) liderar a arquitetura dos atores organizados em torno da gestão integrada de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (ii) monitorar os trabalhos da agenda estratégica de enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, gerando ações necessárias; (iii)

realizar a gestão do fluxo de informações geradas para subsidiar a tomada de decisões e a transparência pública sobre o tema.

Essa coordenação foi responsável pelo desenho do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se deu através de um processo amplo e intenso de participação social, em parceria com órgãos do governo federal, com os demais Poderes e com os entes federados.

O II PNETP foi publicado por meio do Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013. Prevê a criação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação, também de coordenação tripartite, com o objetivo de monitorar e avaliar o II Plano Nacional, por meio da adoção de mecanismos capazes de acompanhar a implementação das ações previstas no quadriênio 2012-2015. Como parte dos atores membros da gestão integrada, tem entre suas atribuições específicas: (i) a produção de análises e avaliações sobre o progresso do II PNETP para subsidiar a tomada de decisões e (ii) a produção de recomendações para a gestão da implementação do II PNETP.

No seu papel de receber, analisar e compartilhar as informações de progresso e as dificuldades para implementar o II PNETP, compreende-se que o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP é a fonte principal de subsídios informativos e analíticos sobre o progresso das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

O interesse maior é integrar os serviços existentes que fazem atendimentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas aos serviços já existentes que atendem às mulheres em situação de violência. Dessa forma, acredita-se que a rede seja ampliada e fortalecida, promovendo um atendimento adequado a quem necessitar dos mesmos.

**Meta: Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.**

Análise Situacional da Meta: A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME.

**Meta: Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM.

Em novembro foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

Com relação às mulheres indígenas, do campo e da floresta, negras e lésbicas pretende-se que, que além dos conteúdos padrões que são trabalhados para a formação das atendentes, sejam aprofundados, para o próximo ano, os entendimentos acerca das vulnerabilidades das diferentes mulheres que são vítimas de violência, de forma que a atendente passe a conhecer o tema e tenha condições de acolher e colher informações a respeito destas especificidades no momento do atendimento.

**Objetivo: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo que une União, Estados, DF e municípios. O ano de 2012 deu continuidade ao processo de Repactuação, ou seja, a reafirmação do compromisso dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Essa nova rodada de pactuações ressalta a responsabilidade e o compromisso do sistema de justiça, os inserindo como signatários do Pacto. Em 2012, os estados de Amazonas e Distrito Federal tiveram sua repactuação concluída. Todos os demais estados (a exceção do Espírito Santo e Paraíba, que repactuaram em 2011) estão com processo de planejamento em andamento. A SPM tem acompanhado e assessorado todo esse processo.

A Campanha Compromisso e Atitude, lançada em agosto de 2012, consolida o esforço de integração com o sistema de Justiça, focando a responsabilização dos agressores de mulheres no país.

A Central de Atendimento Ligue 180 qualificou suas atendentes para atendimento as mulheres em situação de tráfico de pessoas, assim como foi inaugurado o serviço binacional com o governo da Venezuela. Da mesma forma, foram assinados acordos e protocolos, no esforço conjunto de fortalecer e garantir direitos das mulheres.

**Meta: Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta: No que tange à definição de prioridades de políticas para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho.

**Meta: Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.**

Análise Situacional da Meta: As Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais foram criadas pela Resolução 128 do CNJ.



Em 22/09/2011, havia 10 Coordenadorias já criadas (AC, AP, BA, ES, MA, MT, PE, RJ, RN e RO).

Hoje, existem em todos os estados e no DF.

**Meta: Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta: Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 16 Núcleos ou Defensorias Especializadas.

**Meta: Contribuir para o aumento do número de Juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Análise Situacional da Meta: Em dezembro de 2012 registrou-se 45 Juizados e 51 Varas Especializadas. A SPM tem promovido discussões junto ao Sistema de Justiça para que sejam criadas novos Juizados ou Varas Especializadas. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

**Meta: Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 registraram-se 29 unidades desses serviços. Em 2007, ocasião do Lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres eram apenas 7 serviços. Todavia, verifica-se a necessidade de aumentar o quantitativo desse serviço e, para tanto, a SPM tem proposto discussões e articulações junto ao Ministério Público para que novas Promotorias ou Núcleos Especializados sejam criados em 2013. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

**Meta: Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.**

Análise Situacional da Meta: Os números de medidas protetivas e de processos julgados são contabilizados e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça. Dados de 2010 a dezembro de 2011 informam que foram realizadas 26.410 prisões em flagrante de agressores contra as mulheres; 4.146 prisões preventivas (daqueles que não cumpriram a ordem de restrição com a medida protetiva); e 685.905 processos distribuídos nas Varas e Juizados de Violência.

No entanto, o acompanhamento e compilação dos dados obtidos nem sempre são realizados à contento. Frente a isso, verifica-se a necessidade de unir esforços por parte dos órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha para se verificar o cumprimento dos processos julgados e demais mecanismos que previnam a violência, como as medidas protetivas.

Com esse fim, foi lançada a campanha Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte, que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça,

do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este envolvimento integrado do Poder Executivo e do Sistema de Justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos. Um dos objetivos desta Campanha é acompanhar o quantitativo das medidas protetivas e dos processos julgados para, além de possuir dados fidedignos desses registros, se verificar a aplicabilidade da Lei e combater a impunidade com a responsabilização do agressor.

**Meta: Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, a temática do enfrentamento a violência contra as mulheres e da Lei Maria da Penha foi inserida no conteúdo do concurso para Analista de Políticas Sociais e no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

A temática também já compõe a matriz curricular dos cursos de formação para Policiais Civis e Militares.

**Meta: Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.**

Análise Situacional da Meta: A ação educativa referente ao projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final terá a reformulação da proposta metodológica de implantação do Programa.

Celebrou-se, também, Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho para definir prioridades de políticas, incluindo campanhas e ações educativas, para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

**Meta: Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).**

Análise Situacional da Meta: Em comemoração aos 6 anos da Lei, aconteceu, nos dias 7 e 8 de agosto deste ano, visando fortalecer as instituições e pactuar Normas de Atendimento às Mulheres de acordo com a Lei, o II Encontro Nacional de Delegadas(os) das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que contou com a participação de 279 delegadas(os) de todas as unidades de federação.

Durante o Encontro, foi lançada a campanha 'Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte', que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este

envolvimento integrado do Poder Executivo e do sistema de justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos.

Como frutos da primeira fase da Campanha, que contou com veiculação midiática, computaram-se vários resultados positivos. Na mídia online houve mais de 44 milhões de acessos, mais de 2 milhões de interações com o banner da campanha; mais de 90 mil visualizações dos vídeos e mais de 11 milhões usuários únicos. Já na mídia off line, a Campanha alcançou 14 emissoras de TV fechadas, 3 emissoras exclusivamente jornalísticas e obteve cerca de 207 inserções, ou seja, exibições, matérias, ou algum tipo de veiculação. Com isso, mais de 3 milhões de pessoas do público alvo e mais de 19 milhões de pessoas, em geral, foram atingidas. No cinema, foram feitas divulgações em 1 sala por complexo de todas as empresas exibidoras, nos nove mercados aferidos. Assim, alcançou-se um total de 115 inserções, sendo 20 mil pessoas do público alvo e cerca de 94.600 do universo geral.

O início da segunda fase da campanha foi marcado pela realização de seminários e lançamentos nas unidades federativas. O primeiro lançamento foi no Estado do Espírito Santo e, até dezembro seguiu-se, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná.

A campanha se articula com o 'Brasil Mais Seguro', do Ministério da Justiça, no sentido de construir um recorte de gênero nas ações do Programa. O objetivo da articulação é induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focando na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário e Ministério Público) no enfrentamento à violência contra a mulher.

Além das campanhas, outras ações e parcerias inovadoras se deram no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012 o Ministério da Previdência firmou convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para entrar com ações regressivas nos casos de aposentadorias ou pensões causadas pela violência doméstica. Com isso, passou a ocorrer a responsabilização do agressor, eximindo o Estado dos custos desse tipo de violência.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), juntamente com o Instituto Maria da Penha e a SPM, lançaram a cartilha 'Quanto custa o machismo?' que, entre outros assuntos reúne informações sobre a Lei nº 11.340/06, enumera benefícios e serviços do INSS que podem ser requeridos em caso de violência doméstica praticada contra a mulher e esclarece mitos e fatos sobre o tema.

Com parceria da SPM e patrocínio da Petrobras, Petrobras Distribuidora e MAN Latin América, foi realizado em 2012 a 6º Caravana Siga Bem, a maior ação de promoção e responsabilidade social itinerante da América do Sul. O público alvo da Caravana são os caminhoneiros, mas alcança um grupo muito maior. A Caravana Siga Bem realiza diversas atividades de responsabilidade social como a campanha do Siga Bem Mulher, que envolve ações de conscientização alertando sobre como prevenir e eliminar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Neste ano, o projeto partiu da cidade de São Paulo, percorreu 18,5 mil quilômetros e passou por 45 cidades, em 18 estados brasileiros. Para mobilizar os caminhoneiros, foram distribuídos folhetos e adesivos e realizadas palestras ministradas por agentes regionais de enfrentamento à violência contra a mulher. Estas palestras contaram com a participação, durante os seis meses da caravana, de um público recorde de 4,5 mil pessoas.

**Objetivo: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A articulação do sistema de Justiça, buscando abarcar suas várias dimensões quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher, foi o foco das atividades realizadas em 2012.

Foram realizadas articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, pelo tráfico de pessoas, com os envolvidos na Reforma do Código Penal, com a CPMI de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, realizou-se o encontro de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs, buscou-se a integração do Judiciário para efetivação da Lei Maria da Penha, dentre outras ações

**Meta: Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.**

Análise Situacional da Meta: Para construir diretrizes e normas para os serviços de responsabilização e educação dos agressores, a SPM está trabalhando no planejamento do 1º Encontro Nacional de Centros de Responsabilização e Educação dos Agressores, a ser realizado no primeiro semestre de 2013. Um dos objetivos do encontro é pactuar as Diretrizes Nacionais para estes serviços.

**Meta: Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.**

Análise Situacional da Meta: A SPM participou da construção do projeto e do seu lançamento piloto no estado de Alagoas. As demais ações serão desenvolvidas em 2013.

**Meta: Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.**

Análise Situacional da Meta: A SPM participa ativamente do Projeto "Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal", sob coordenação principal do Ministério da Justiça, que tem acompanhado a proposta do Departamento Penitenciário Nacional de extinguir o déficit carcerário feminino através da construção e adequação dos espaços destinados às medidas de privação de liberdade. Ademais, integra o Grupo do Acordo de Cooperação pela Melhoria do Sistema Penitenciário, em parceria com SDH. Também participa de eventos articulados pelo MJ e pelo MS na busca por melhores condições de vida para as mulheres em situação de prisão. Como exemplo, temos o workshop "Atenção aos Filhos das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade", ocorrido nos dias 06 e 07 de novembro; e a "Oficina de Alinhamento de Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Sistema Prisional", nos dias 26 e 27 de novembro. Ambos os eventos continham, entre os temas discutidos, a questão da adequação dos espaços e da redução do déficit carcerário, seja pelo aumento do número de vagas ou pela redução da quantidade de internas.

**Meta: Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.**

Análise Situacional da Meta: Em 2013 pretende-se montar estratégias de inserção do tema, promovendo-se um Grupo de Trabalho entre os órgãos parceiros para que seja planejada a execução dessa meta.

**Meta: Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.**

Análise Situacional da Meta: A aprovação da Lei 12.654, de 28 de maio de 2012, que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal consolida parceria da SPM com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal. O material genético coletado abastecerá o banco nacional de DNA que ajudará na elucidação de crimes violentos, em especial nos crimes de violência sexual contra as mulheres.

**Meta: Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.**

Análise Situacional da Meta: Em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores e com o intuito de alcançar as brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve a ampliação do atendimento da Central Ligue 180, que passou a abranger Portugal, Itália, e Espanha. Essa expansão da área do atendimento exige articulação, trabalho e comprometimento continuado de autoridades nacionais e internacionais.

Outra cooperação estabelecida pela SPM diz respeito ao fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Houve também a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional se reunirá mensalmente nos 5 primeiros meses de funcionamento do serviço e, posteriormente, os encontros serão quadrimestrais. O Brasil, neste primeiro ano, assume a Coordenação Geral deste Comitê, que se reúne de forma rotativa, em Pacaraima/RR e Santa Elena/Venezuela. Cabe ao Comitê monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países.

**Meta: Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.**

Análise Situacional da Meta: Celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos com o objetivo de desenvolver e articular ações de prevenção à exploração sexual e mecanismos de proteção à mulher, a serem desenvolvidos, principalmente, na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Houve a criação de serviço e celebração de acordo com o governo da Venezuela, para enfrentamento conjunto da violência contra as mulheres e do tráfico de pessoas.

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas também representa um novo mecanismo que permite o acompanhamento das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

**Meta: Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.**

Análise Situacional da Meta: Em 2013 a SPM, junto aos Conselhos de Direitos das Mulheres, promoverá esse debate com a sociedade civil e às Secretarias de Segurança Pública.

**Meta: Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta: O projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final apresentará nova proposta de implantação do Programa. O objetivo é que a proposta contemple a integração das lideranças femininas nas atividades de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência.

## **PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar**

**Objetivo: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R\$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil) e mulheres (de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 971.551 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra (na safra 2012/2013) e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque



para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

**Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta: No Plano Safra 2012/2013 houve aumento do limite da linha do Pronaf Mulher de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

**Meta: Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: Segundo a base de dados do MDA, foram executados, no total, 764.868 contratos, sendo 326.852, em 2011 e 438.016, em 2012 (cada contrato corresponde a uma família). Os contratos de 2011 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término. Para o Plano Safra 2013/2014, deverão ter prioridade os financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30 mil.

Quantidade alcançada: 764.868

Data de Referência: 06/03/2013

**Meta: Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF dispõe de um sistema informatizado constituído por Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que contempla a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Atualmente, essa base de dados reúne os registros de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, os quais reúnem condições de acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Abaixo, estão relacionadas as informações por categoria e número de registros de DAP.

Categoria de AF	Nº DAP
Assentados da Reforma Agrária	207.791
Indígenas	23.540
Quilombolas	20.476
Extrativistas	52.334
Demais Agricultores Familiares	4.082.779
Total	4.386.920

Dados de dezembro de 2012 apontam que em 68,61% das DAPs a titularidade é do casal, sendo que em 19,01% a titularidade é exclusiva da mulher.

**Meta: Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizados 1.164.863 contratos de investimento no âmbito do Pronaf. No entanto, só teremos a informação sobre a quantidade de mulheres que acessaram o crédito em 2013, quando o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR/BACEN poderá produzir a consulta.

**Meta: Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: O Garantia-Safra tem como objetivo garantir renda mínima para agricultores familiares com perda sistemática da produção. É um estímulo a adesão por parte de estados, municípios e agricultores. A adesão deve ser feita antes que ocorra o evento climático. Na safra 2012/2013, foram beneficiados 971.551 agricultores familiares, dos quais 35% representa o atendimento de mulheres.

**Meta: Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta: Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram executados 1.823.210 contratos do Pronaf em 2012. O total financiado foi de R\$ 16.358.978.153,12.

Não há estratificação sobre a quantidade de famílias e mulheres que acessaram o crédito antes de 2013, tendo em vista que a informação do Banco Central pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR só estará disponível em julho de 2013.

Quantidade alcançada: 1.823.210

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fomiculoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de

ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco.

No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

**Meta: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram atendidas 251.339 famílias em 3.863 Projetos de Assentamento com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

Quantidade alcançada: 251.339

Data de Referência: 07/02/2013

**Meta: Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: O Plano de Formação e Qualificação de agentes de ATER está em fase final de elaboração e, em 2013, deverá ser iniciada a discussão com os parceiros, que incluem Universidades, Entidades de Ater e Pesquisa, bem como no Comitê de ATER do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Em 2014, está prevista a realização de um Seminário Nacional para apresentar, discutir e validar o Plano para sua implementação. Em todo o processo de formação está prevista a participação de no mínimo 30% de mulheres. No programa de formação dos agentes de ATER, para além dos componentes obrigatórios, o conteúdo foi adequado à realidade dos povos e comunidades tradicionais a ser atendida.

**Meta: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Sendo que 30% do número mencionado corresponde ao atendimento às mulheres.

Quantidade alcançada: 1.117.426

Data de Referência: 07/02/2013

**Meta: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta: O número de agentes de ATER formados em 2012 (2.022) foi 70% superior em relação aos números de 2011 (1.192), e deverá elevar-se sensivelmente a partir de 2013 com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (14 mil), o que permite prever o atingimento da meta de qualificação de 37.500 agentes de desenvolvimento rural até 2015. Em relação à formação de agentes para atuarem com o público indígena e quilombola, a previsão é que aproximadamente 100 agentes serão formados em 2013 para estes públicos, no âmbito das chamadas públicas do Plano Brasil Sem Miséria. Prevê-se a formação de 2285 agentes de ATER mulheres. Em relação aos públicos indígena e quilombolas serão capacitados pelo menos 62 e 38, respectivamente.

Quantidade alcançada: 2.022

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a agricultura familiar avançou no processo de organização econômica, consolidação e conquista de mercados. O MDA/SAF/DGRAV atuou em várias frentes para a consecução deste objetivo:

Melhoria da Gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar

O ano de 2012 marcou a viabilização de um novo tipo de serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, o Mais Gestão, uma metodologia de atendimento às pessoas jurídicas da agricultura familiar. Pela primeira vez foram realizadas chamadas públicas, no âmbito da Lei de Ater, voltadas para a contratação de serviços técnicos voltados para a melhoria da gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Perto de R\$65 milhões foram contratados que beneficiarão 600 empreendimentos/ cooperativas. Essa ação é um marco nas políticas públicas da agricultura familiar e permitirá profissionalização dos empreendimentos, a melhoria de suas estratégias comerciais e organizacionais, visando ampliar e consolidar seus posicionamentos nos mercados.

Foram realizadas duas chamadas do Mais Gestão, sendo uma geral para cooperativas e outra com ênfase na qualificação para o acesso aos grandes mercados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Com essa medida, pretende-se ter um conjunto de empreendimentos mais aptos a fornecer alimentação escolar para os maiores clientes do programa e que, juntos somam parcela muito expressiva do total de recursos. Serão 200 cooperativas atendidas com essa ênfase. Soma-se a isso, o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos empreendimentos: em 2012, foi ampliado de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil o limite

das operações de compra do programa, permitindo aos agricultores familiares ampliarem suas vendas.

Já no âmbito do PAA, foram feitos diversos ajustes nos marcos legais e normativos que significaram mais oportunidades de comercialização para a agricultura familiar junto aos governos. Uma das mais relevantes foi a alteração na Lei do PAA que passou a permitir que o Distrito Federal, estados, municípios e órgãos do Governo Federal possam comprar da agricultura familiar pelo regramento do PAA. Isso abre um novo mercado muito relevante para o setor.

Promoção do acesso aos mercados diferenciados: Em 2012, foram realizadas inúmeras atividades visando ampliar a participação da agricultura familiar em mercados diferenciados como os produtos orgânicos, da sociobiodiversidade e das agroindústrias familiares. Uma das medidas importantes nessa área foi o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê diretrizes, instrumentos, instâncias de gestão e determina também que seja elaborado um plano nacional. Foi realizado termo de cooperação com o SEBRAE para ampliação do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para produtos diferenciados, orgânicos e de sociobiodiversidade. Também foi promovida a participação de mais de 700 empreendimentos em feiras e eventos de promoção comercial no Brasil e no Exterior. Além disso, foi realizada a VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasil Rural Contemporâneo, realizada no Rio de Janeiro, e que beneficiou perto de 600 empreendimentos da agricultura familiar e reforma agrária.

**Meta: Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: O órgão atuou junto a 1.078 organizações sendo:

- 640 empreendimentos em processos de comercialização e mercado privado;
- 331 empreendimentos para a agroindustrialização;
- 107 empreendimentos no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Ademais, houve participação de 179 organizações de mulheres rurais por meio de atividades de comercialização, em especial, na VIII Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Brasil Rural Contemporâneo.

**Meta: Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres**

Análise Situacional da Meta: O MDA está firmando Acordo de Cooperação com o FNDE que prevê a formulação e implementação conjunta de ferramenta para registro das informações individuais de acesso dos agricultores familiares ao PNAE, em atendimento ao controle e registro da venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Os sistemas poderão ser integrados na perspectiva de viabilizar o monitoramento e a gestão do Artigo 14 da lei 11.947/2009, sendo possível identificar cada pessoa, a partir das informações da DAP.

**Objetivo: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Objetivo vem se ampliando na articulação e consolidando um apoio às iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos locais, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais com igualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio à 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres, capacitação de técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Ademais, no plano safra 2012/2013 o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil

**Meta: Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão**

Análise Situacional da Meta: Por meio da Chamada de Projetos da ação de organização produtiva, em 2012, foram aprovadas 44 propostas nas modalidades Apoio a Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária. Das propostas aprovadas, foram contratados 17 projetos em 7 estados da federação, beneficiando 4.447 mulheres, em 21 Territórios da Cidadania. Essa ação beneficiou 150 organizações de mulheres com apoio às atividades econômicas sustentáveis e à gestão econômica, articulando ATER, crédito e comercialização por meio de:

- Troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais;
- Apoio à gestão e comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária;
- Apoio a produção e comercialização da produção das mulheres na economia rural
- Fortalecimento das cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais, panificação, produtos extrativistas e artesanato;
- Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

Quantidade alcançada: 150

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres**

Análise Situacional da Meta: São objetivos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e apoiar a articulação em rede das atrizes e atores envolvidos



nesta política. No ano de 2012, foram realizados 7 contratos de ATER, beneficiando 200 organizações produtivas de mulheres.

Quantidade alcançada: 200

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher**

Análise Situacional da Meta: No plano safra 2012/2013, o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

**Meta: Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: Foi realizada no ano de 2012 capacitação para 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Assim, técnicos/as e fiscais do contrato na operacionalização do Sistema Informatizado de Ater do MDA – SIATER foram capacitados utilizando-se o Manual de Fiscalização de Ater e o Guia de Operacionalização da Chamada n° 006/2011 de Ater para Mulheres.

Quantidade alcançada: 20

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres**

Análise Situacional da Meta: As atividades para o atingimento desta meta não foram iniciadas neste ano. Está prevista para o ano de 2013 a realização de um estudo das mulheres que acessam o PRONAF Mulher de forma a obter uma avaliação dos limites e avanços ao acesso e suas organizações a essas políticas e capacitações de técnicos que operam com atividades estaduais.

**Objetivo: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram implementadas diversas iniciativas visando ao incremento dos sistemas de produção sustentáveis, entre elas: a disponibilização de crédito rural; o incentivo à aquisição dos mercados institucionais (PAA e PNAE) de produtos agroecológicos e orgânicos; a promoção comercial dos referidos produtos por intermédio do apoio à participação dos empreendimentos em feiras e eventos nacionais e internacionais, assim como, por meio de projetos de apoio à gestão e capacitação comercial, tanto para os mercados internos como para promover as exportações de produtos ecológicos e orgânicos

oriundos da agricultura familiar. Destaca-se, em 2012, o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis.

Nesse sentido foi implantado o projeto: “Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista” com a dotação de recursos de R\$ 3,5 milhões de reais. Esse projeto foi responsável entre outros, por:

- apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista – ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R\$ 80 milhões por ano. Foram custeadas pelo projeto as despesas com as reuniões de diretoria e da assembleia dos seus sócios, a participação institucional da ABRABIO em feiras e eventos tanto no país como no exterior, e a contratação de um secretário executivo para a entidade;
- apoiar a participação das organizações da Agricultura Familiar Orgânica e Agroecológica nas Feiras Internacionais Biofach Alemanha e Expo West na Califórnia – EUA, além da participação na Feira de Supermercados APAS 2012, realizada em São Paulo em maio de 2012. Os negócios prospectados nestes eventos foram estimados em US\$ 3,5 milhões para o ano de 2012;
- realizar ações de qualificação das referidas organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em comércio varejista e comércio exterior por ocasião da preparação e participação dos eventos acima mencionados;
- selecionar entre as organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, 30 empreendimentos para serem apoiados em 2013 nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais. Esses empreendimentos foram diagnosticados já em 2012 por meio de visitação in locu e terão suas deficiências e fraquezas enfrentadas pelo projeto nas etapas seguintes por meio de consultoria técnica especializada para essa finalidade.

O ministério coordenou, ainda, o Núcleo Copa Orgânica e Sustentável que estruturou uma campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais que o país sediará nos próximos anos. Foi lançada a campanha de consumo: “Brasil Orgânico e Sustentável” que pretende inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos referidos produtos como diferencial de qualidade e também como oportunidade para apresentar aos consumidores do Brasil e do Mundo a riqueza e a força da nossa agricultura familiar e da nossa agrobiodiversidade.

#### **Meta: Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)**

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas, em parceria com o MAPA, oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS.

Foram realizadas 14 oficinas nos estados, onde participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes, entre: cooperativas ou associações de agricultores familiares, prefeituras, universidades federais e estaduais, escolas agrícolas, sindicatos rurais, da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, movimentos sociais do campo, institutos federais de ensino, servidores do MAPA e MDA, faculdades, instituições do Sistema "S", órgãos oficiais de ATER, ONGs ambientalistas e de ATER, CONAB, fundações e empresas estatais de P&D, empresas privadas de assistência técnica, entre outros.

Destacamos que essas atividades foram preparatórias para o processo de cadastramento de 10.000 agricultores e agricultoras familiares no SISORG.

**Meta: Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo**

Análise Situacional da Meta: Foi iniciado um contato com o IBGE com relação à necessidade de realização de um Estudo sobre as bases de dados existentes do público da Agroecologia e Produção Orgânica e os dados referentes ao que é produzido e comercializado no país no âmbito da Agricultura Familiar. A SAF/MDA, em 2013, continuará a discussão com o IBGE a respeito da realização do referido estudo.

**Meta: Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, o MDA ampliou o volume de recursos para apoio do fortalecimento do setor e dessa forma estruturou uma chamada pública para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos. Essa chamada será contratada nos primeiros meses de 2013 e contará com recursos na ordem de R\$ 150 milhões de reais para beneficiar 50 mil famílias durante 3 anos consecutivos. Tais chamadas têm dentre suas diretrizes o fortalecimento da gestão e o protagonismo social, reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, de geração, e das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares. Também foi disponibilizado para a Safra 2012/13 um total de R\$ 120 milhões destinados a beneficiar 120 mil agricultores familiares na contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER apropriados para atender os agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola.

Nesse contexto, o MDA disponibilizou para a safra 2012/13 R\$ 225 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas, recurso suficiente para atender 150 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

**PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**

**Objetivo: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária,**

**incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo: O fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural consistiu na concessão de crédito às cooperativas e associações rurais através dos bancos públicos, na formação de parcerias (convênios) celebradas por meio de Chamadas Públicas, na certificação de unidades armazenadoras e nas parcerias com alguns municípios para aquisição de patrulhas mecanizadas. Estas ações permitiram o desenvolvimento econômico do meio rural e a capacitação de dirigentes, funcionários e associados de cooperativas e de associações rurais visando o aprimoramento do processo de gestão cooperativista e associativista, contribuindo para a redução de custos e perdas e para o desenvolvimento humano e melhoria na qualidade de vida do homem e da mulher do campo.

**Meta: Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta: Foram implantados 7 projetos, viabilizando aos jovens, mulheres, técnicos e agricultores a construção de conhecimento, igualdade e equidade, possibilitando condições de inclusão social, de acesso aos mercados e de aumento da renda.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 50,0%, no período de janeiro a outubro de 2012, representando um incremento de 7,3% quando

comparado ao resultado do mesmo período de 2011, que ficou em 46,6%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com o Grupo Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfeção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para “Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids” (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfectado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutin, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfectados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012).

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.

Na área da saúde do trabalhador, foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e habilitados cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) voltados para a atenção à saúde do trabalhador rural nos municípios de Rio Verde em Goiás, Primavera do Leste e Sinop em Mato Grosso, Uruçuí no Piauí, e Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

### **Meta: Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências**

Análise Situacional da Meta: A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada: 2.648

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

Análise Situacional da Meta: Os núcleos são instância de gestão que articulam intra e intersetorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações

de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação das secretarias de saúde estaduais e municipais. Todos os Estados estão sendo apoiados pelo Ministério da Saúde para fomentar ações de vigilância e prevenção de violência, por meio de repasse de recursos financeiros, assessoria técnica e capacitações.

**Objetivo: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Todos os estados da federação aderiram à Rede Cegonha contemplando 4.959 municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes.

Para cobertura dessas ações estão sendo financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos. Estão sendo contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal (CPN) e qualificados 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizes. Em 2012 foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Foi implantada também, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.



Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher trabalhadora para implantação de sala de apoio à amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizas recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de dezembro de 2012, 25.685.167.755 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 2.267 municípios e 24 estados.

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012, num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

**Meta: Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades.

**Meta: Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015**

Análise Situacional da Meta: Investigados 81% dos óbitos em Mulheres em Idade Fértil (MIF).

Quantidade alcançada: 81

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram atendidas 7.190 gestantes com alto risco fetal em nível ambulatorial e em regime de internação no Instituto Fernandes Figueira (IFF)/ FIOCRUZ.

Quantidade alcançada: 7.190

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram habilitados 572 novos leitos de UTI de alto risco obstétrico.

Quantidade alcançada: 572

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Foram implantados 140 novos leitos de UTI neonatal.

Quantidade alcançada: 140

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram capacitadas 90 parteiras em AP, PA, RR.

Quantidade alcançada: 90

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram custeados 2.986 novos leitos de UCI neonatal.

Quantidade alcançada: 2.986

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015**

Análise Situacional da Meta: 90 kits para parteiras tradicionais distribuídos após a capacitação.

Quantidade alcançada: 90

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram aprovadas propostas de ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP).

Quantidade alcançada: 16

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, o Programa Nacional do Controle do Câncer de Mama, e foram financiados projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia.

**Meta: Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à implantação de 25 Centros de Parto Normal, tendo sido contratados 11 projetos para construção.

**Meta: Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram analisadas 18 propostas referentes a serviços de diagnósticos mamários.

**Meta: Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi prevista a elaboração do projeto básico e executivo da obra, perfazendo um total de cumprimento de 2% da obra.

**Meta: Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais**

Análise Situacional da Meta: Realizadas, em 2012, 3,3 milhões de exames de mamografia, dos quais 1,6 milhão em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos.

Quantidade alcançada: 3,3

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Realizar 48 milhões de exames citopatológicos**

Análise Situacional da Meta: Realizados, em 2012, 8,3 milhões de exames citopatológicos, dos quais 6,5 milhões na faixa etária compreendida entre 25 a 64 anos.

Quantidade alcançada: 8,3

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta: A partir de março/2012, passou a ser registrado/informado no sistema SISPRENATAL WEB se o profissional de saúde solicitou o exame à usuária do SUS. A rede está sendo qualificada visando a ampliação dos exames, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.

**Meta: Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta: Em relação aos testes rápidos de sífilis para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, no período de janeiro/2012 a novembro/2012, 160.000 testes rápidos de sífilis para a Rede Cegonha.

**PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família****Objetivo: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1º

semestre de 2011 e 2º semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, foi implementado o benefício variável vinculado à gestante (BVG), no valor de 9 parcelas mensais de R\$ 32,00. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. A vinculação do benefício à gestante tem aprimorado a identificação de gestantes por meio do Sistema de Gestão do programa Bolsa Família na saúde e melhorado os índices de acompanhamento. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes.

Quantidade alcançada: 99,06

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça**

**Objetivo: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) deu continuidade a novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça. Foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R\$ 1.462.444,32 e 5 convênios totalizando R\$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a Secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Na promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e de disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até o fim de 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes,

supervisão do projeto. A Universidade de Brasília criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

A Secretaria deu continuidade, ainda, aos seguintes estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça: Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça." Parceiro: FGV/SP; "Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais". Parceiro: FGV/RJ; "Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais." Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; "Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular". Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; PROJETO: "Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais." Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS; PROJETO: "Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos." Parceiro: Instituto POLIS.

Na seara normativa, a Secretaria vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como manifestando-se sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais. Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

### **Meta: Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta: Enquanto signatário do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Ministério da Justiça investiu até 2012, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci, Lei nº 11.530/07), o montante de R\$ 34.610.404,80 na implementação/estruturação de 112 unidades especializadas de atendimento à mulher, sendo 50 Juizados, 23 Núcleos Especializados da Defensoria Pública, 35 Promotorias ou Núcleos do Ministério Público, 1 Delegacia de Atendimento à Mulher, 1 Centro de Referência e 1 Casa Abrigo.

### **Meta: Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI, Lei nº 11.530/07), tem apoiado a estruturação das Defensorias Públicas dos Estados e da União com investimentos em recursos humanos, equipamentos e sistemas de informação adequados para dar maior efetividade dos trabalhos de assistência jurídica e proteção dos direitos humanos. Em 2012, não foram celebrados novos instrumentos de apoio à estruturação das defensorias, priorizando-se o acompanhamento dos convênios vigentes de anos anteriores.

Até o ano de 2011, foram pactuados investimentos no valor de R\$ 16.170.756,12 visando a beneficiar, de forma direta, 316.035 pessoas, dentre homens e mulheres em situação de prisão e seus familiares, por meio da estruturação de 21 Núcleos Especializados de Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares (AC, AL, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PE, PI, RJ, RO, RN, RS, SP, SE, TO e 02 núcleos da DPU para atendimento em penitenciária federais), além da estruturação de 17 sedes da Defensoria Pública da União, nas regiões do PRONASCI.



**Objetivo: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a Defensoria Pública da União (DPU) empreendeu diversas ações em direção ao objetivo de garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Nesse sentido, a DPU prestou assistência a 565.094 cidadãos, número 17,59% maior que o aferido em 2011. Além disso, foram realizadas 14 edições do Projeto DPU Itinerante, por meio do qual a Instituição leva assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do país, atendendo a 3.047 cidadãos.

Também foram concluídos os processos de instalação de salas de visita virtual para atendimento aos cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais em todas as 27 capitais e nos núcleos de atendimento a penitenciárias federais.

Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e a com a Caixa Econômica Federal que permitirão diminuir substancialmente o volume de demandas judiciais e agilizar o atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários.

Por fim, com relação ao processo de interiorização da assistência jurídica, destaca-se a aprovação do projeto de lei que criou 789 cargos de defensor público federal. O provimento gradual desses cargos, juntamente com a estruturação da carreira de apoio, o ajuste do quadro de servidores e a estrutura de cargos em comissão, permitirão à Defensoria Pública da União, nos próximos anos, levar assistência jurídica gratuita a 100% das localidades atendidas pela Justiça Federal.

**Meta: Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento**

Análise Situacional da Meta: Está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3397/2012, que garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escalpelamento. A proposição encontra-se na etapa de apreciação conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Além disso, a Defensoria Pública da União atuou junto aos fabricantes das embarcações para a cobertura do eixo de transmissão das embarcações visando dar maior segurança aos usuários.

## PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

**Objetivo: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A perspectiva para 2013 é de avanço nos resultados ainda não alcançados em 2012, uma vez que novos convênios foram firmados em 2012 e começarão a operar este ano. Nesse sentido, foram selecionadas propostas, por meio Chamamento Público 01/2012/SDT, para o apoio a 450 organizações produtivas e a 6 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Além disso, foram apoiadas 25 redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo e capacitados 397 agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios para comercialização/cooperativismo, superando a meta prevista para os quatro anos.

**Meta: Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres**

Análise Situacional da Meta: Foram selecionados 12 projetos, por meio do Chamamento Público 01/2012/SDT. Nos projetos, estão previstas as ações de apoio às organizações produtivas de empreendimentos econômicos. Contudo, a execução dos projetos inicia-se em 2013, quando efetivamente, serão executadas as atividades. Assim, tais projetos contribuirão para o alcance da meta global, prevista para o período de quatro anos. Ademais, foram apoiados, em 2012, 450 empreendimentos que se referem a propostas de outros anos e cuja execução orçamentária se deu em exercício anterior. Pretende-se que as 89 Bases contratadas nos doze projetos, atendam pelo menos 480 empreendimentos de mulheres em 2013. Os resultados serão aferidos por meios de relatórios de execução das atividades.

Quantidade alcançada: 450

Data de Referência: 30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	780	unidade	0	30/11/2012
Região Nordeste	3.680	unidade	400	30/11/2012
Região Norte	1.060	unidade	0	30/11/2012
Região Sudeste	700	unidade	25	30/11/2012
Região Sul	780	unidade	25	30/11/2012

**Meta: Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres**

Análise Situacional da Meta: De acordo com os planos de trabalho, foi apoiada a realização de atividades de articulação, planejamento e organização de redes de cooperação, desenvolvidas por meio do apoio direto às principais redes de cooperativas da agricultura

familiar e economia solidária, totalizando 25 redes de cooperação (consideram-se, neste caso, redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo). Há perspectivas de aumento dos resultados a serem obtidos em 2013, com o início da operação de novas Bases de Serviços Técnicos nos territórios integrantes do programa. Em que pese não haver uma rede específica de mulheres, os planos de trabalho especificam atendimento aos grupos de mulheres que integram as redes apoiadas. Os resultados serão aferidos por meios de relatórios de execução das atividades.

Quantidade alcançada: 25

Data de Referência: 30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39	unidade	4	30/11/2012
Região Nordeste	114	unidade	9	30/11/2012
Região Norte	53	unidade	5	30/11/2012
Região Sudeste	35	unidade	4	30/11/2012
Região Sul	39	unidade	3	30/11/2012

**Objetivo: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Meta: Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais**

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

Quantidade alcançada: 12.948

Data de Referência: 13/02/2013

**Objetivo: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Entre as ações em curso para atingir o objetivo proposto em 2012, destaca-se a realização de mutirões para a emissão de documentos civis e jurídicos para as trabalhadoras rurais. Essa é uma ação fundamental para garantir o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas. Nesse sentido, foram realizados 755 mutirões e emitidos 247.502 documentos.

**Meta: Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação**

Análise Situacional da Meta: Está em curso articulação com os órgãos federais (institutos de pesquisa, universidades) para realização da pesquisa em nível nacional. O Termo de Referência para licitação e contratação da instituição que realizará a pesquisa está finalizado. O referido TR tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica para realizar diagnóstico sobre a ausência e acesso à documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência nos Territórios da Cidadania e Território de Identidade, assim como estudo quantitativo e qualitativo dos resultados obtidos no diagnóstico.

**Meta: Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizadas ações de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores, tendo sido emitidos 247.502 documentos.

Quantidade alcançada: 247.502

Data de Referência: 07/02/2013

**Meta: Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta: Embora não tenha havido contabilização efetiva dos dados em 2012, estão sendo efetivadas ações para a apresentação dos resultados a partir de 2013.

**Meta: Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizados 755 mutirões de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores.

Quantidade alcançada: 755

Data de Referência: 07/02/2013

**Meta: Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, trabalhou-se na articulação com os órgãos parceiros para a realização desta ação nos próximos anos. Foram contratadas 05 organizações de políticas estaduais para mulheres para contribuir com o alcance da meta.

**Objetivo: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: A economia solidária vem sendo reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmando o trabalho associado enquanto direito.

O MTE, em 2012, ampliou as ações de fomento e fortalecimento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para cumprir esta missão foram celebrados 81 novos convênios com governos estaduais e municipais, universidades e entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa, com o comprometimento de transferência voluntária de R\$ 170.835.600,27, dos quais R\$ 73.337.081,46 foram empenhados no exercício. Parte deste recurso foi descentralizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito das ações de Inclusão Produtiva Urbana do Brasil Sem Miséria. Com esses convênios, serão apoiados 2.657 empreendimentos econômicos solidários, beneficiando diretamente 54.256 famílias e 164.375 pessoas indiretamente.

Deu-se continuidade às ações de fomento e fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2012, o MTE apoiou 25 novos projetos, com o empenho de R\$ 35.541.349,41, que irão beneficiar diretamente 249 empreendimentos, com 15 mil catadores e catadoras participantes. Deu-se continuidade ao Projeto CATAFORTE voltado para o fortalecimento de Redes de Cooperação e Logística Solidária, beneficiando 26 redes e 187 cooperativas e associações de catadores.

Para fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, foi formulada uma agenda interministerial no âmbito do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, articulado com as metas do Plano Brasil Sem Miséria. Para tanto, os Governos Estaduais foram convocados para aderirem às ações de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis na implantação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. No total, até 2014, serão disponibilizados R\$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que não estão adequadamente organizadas, cujo trabalho ainda é realizado em "lixões" ou nas ruas, de forma precária, individual ou desarticulada. Essas famílias serão identificadas e inscritas no Cadastro Único do Governo e terão acesso às ações de elevação de escolaridade, de educação profissional e tecnológica, de assistência técnica com vistas à implantação da coleta seletiva e de acordos setoriais para logística reversa.

Para dar suporte aos agentes comunitários, educadores, mobilizadores sociais e gestores públicos que atuam nessas ações de fomento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, em 2012, foram destinados recursos para continuidade e ampliação dos Centros de Formação em Economia Solidária. Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de 8 mil agentes em 07 unidades, sendo uma nacional e 06 regionais, com 02 Centros na região Norte.

Na promoção das iniciativas de finanças solidárias, no ano 2012 foram identificados e mapeados 500 Fundos Rotativos Solidários que beneficiam projetos comunitários com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em todas as regiões. Esses fundos estão recebendo assessoria técnica e suporte para fortalecimento de suas atividades. Os 81 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) já existentes proporcionaram serviços de inclusão financeira, produtiva e econômica para 10 mil mulheres do Programa Bolsa Família. Essas

iniciativas serão ampliadas nos próximos 02 anos, contando com a parceria de bancos públicos na constituição de fundos de apoio e na expansão de serviços financeiros por meio da estratégia de correspondência bancária comunitária.

**Meta: Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra**

Análise Situacional da Meta: Uma das principais estratégias para o alcance de 10.000 trabalhadores formados e qualificados é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária. Essa estratégia busca desenvolver ações estruturadas e sistemáticas de formação, articuladas numa rede nacional para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas/tecnológicas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

O principal instrumento para a estruturação das atividades formativas é a Constituição da Rede de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária, desenvolvendo atividades como: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; e 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária.

A ação direta junto aos EES dá-se via “ações integradas em economia solidária”, desenvolvidas na parceria com prefeituras, governos estaduais e sociedade civil, que asseguram um eixo voltado à Formação, Informação e Assessoria Técnica. A importância da formação para os empreendimentos econômicos solidários e os agentes que atuam diretamente no seu assessoramento torna esta ação central. Neste sentido, é possível identificar a superação da meta proposta por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015.

Esses instrumentos são complementados na articulação com outras políticas de Educação voltadas à elevação da escolaridade, qualificação técnica/profissional, formação política dos EES e ao desenvolvimento/disseminação de tecnologias sociais, numa parceria interministerial envolvendo MEC, MCT e Secretaria Geral da Presidência da República.

No tocante aos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), em 2012 encerraram-se os convênios relativos aos 05 (cinco) centros regionais e 01 (um) nacional. Também se concluiu o processo de seleção de propostas para continuidade com a Chamada Pública 001/2012, objetivando consolidar uma Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – REDE CFES, que funcionará com 07 unidades dos Centros, sendo 01 nacional e 06 regionais (02 na Região Norte). Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de 8 mil educadores (formadores e agentes de desenvolvimento) em economia solidária, a partir das diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

Quanto aos projetos que envolvem formação direta aos EES, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria foram garantidos, na parceria com estados e municípios em “Ações Integradas em Economia Solidária”, investimentos da ordem de R\$ 40,7 milhões, beneficiando 30,1 mil famílias (cerca de 85 mil pessoas) em 567 municípios brasileiros. As ações previstas na atuação dos Agentes de Desenvolvimento têm como abordagem o Desenvolvimento Territorial, e, dentre elas, estão a formação e o assessoramento técnico de 1,1 mil de EES.



Especificamente para o segmento Catador, com continuidade das ações de fortalecimento de sua organização produtiva no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com investimento de R\$ 21,4 milhões, serão beneficiadas diretamente 8,5 mil famílias, cerca de 20 mil pessoas, com formação e assessoria técnica.

A meta de formação e qualificação profissional está também assegurada em ações do Projeto CATAFORTE, na parceria BNDES, Petrobras, Fundação Banco do Brasil e MTE, que beneficia cerca de 25 Redes de Cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores.

Quanto ao acesso da Economia Solidária em outras políticas de Educação, destacam-se:

- A) Articulação com Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), para inserir Economia Solidária como tema na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para 2012, foram elaborados materiais específicos para subsidiar professores e alunos na Formação de Gestores e Professores, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC);
- B) Articulação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para atuação no PRONATEC e no Programa Mulheres Mil. No primeiro, em duas linhas: ações com catadores, com a meta de incluir no PRONATEC 40 mil catadores até 2014, e ações com o PBSM; no segundo, por meio da elaboração de material didático-pedagógico e formação de 200 gestores;
- C) Articulação com a Secretaria Geral da Presidência (SG/PR) na construção de programa de fortalecimento da Educação Popular, envolvendo outros órgãos do Governo Federal.

Quantidade alcançada: 2.455

Data de Referência: 30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	453	31/12/2012
Região Nordeste	4.000	unidade	902	31/12/2012
Região Norte	1.000	unidade	164	31/12/2012
Região Sudeste	2.000	unidade	560	31/12/2012
Região Sul	2.000	unidade	376	31/12/2012

## PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

**Objetivo: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se, ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do

Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas, sendo que, somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidades da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso

e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

### **Meta: Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

Análise Situacional da Meta: A construção de escolas de educação infantil é parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal se iniciou em 2007 e, até o exercício de 2011, foram celebrados convênios para construção de mais de 2.500 escolas de educação infantil, utilizando projetos padronizados pelo MEC e também por meio de projetos próprios dos proponentes. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de 6.000 unidades escolares para a educação infantil até 2014. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628 escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas. Dessa forma, nos dois primeiros exercícios, o atendimento anual ocorreu dentro das previsões estipuladas.

Quantidade alcançada: 3.135

### **Meta: Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A educação infantil brasileira constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção após décadas de abandono. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação infantil brasileira: a primeira, a idade prevista para o término da pré-escola, alterada em 2006, que passou de 6 para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental; a segunda, introduzida em 2009, determinou a obrigatoriedade de atendimento na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, o que deverá ser implementado até 2016. A proposta de PNE, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola/creche para população de 0 a 3 anos era de 10,60%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 18,4%. Já em 2011, a taxa de frequência foi de 20,8%. Esses dados evidenciam o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil - a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão

competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Nesse sentido, o ProInfância, que está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), tem como um dos seus objetivos ampliar a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos e prevê a construção de 6 mil creches e pré-escolas até 2014. Outra política pública que tem como objetivo reforçar o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos é o programa Brasil Carinhoso, que contribui, dentre outras ações voltadas à primeira infância, para o aumento da oferta de vagas em creches, por meio de repasse de recursos federais para manutenção de creches públicas ou conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação. Uma medida de suma importância realizada pelo Brasil Carinhoso foi o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e o valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R\$ 39,6 milhões. Ressalta-se ainda as seguintes ações estratégicas, que visam subsidiar o cumprimento da meta:

- ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;
- repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;
- orientações Curriculares para Educação Infantil.

#### **Meta: Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A proposta de PNE - 2011/2020, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos era de 55,00%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 74,8% e, em 2011, a taxa era de 77,4%. Este dado evidencia o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil, políticas que já foram destacadas na meta de elevação da taxa de frequência para a população de 0 a 3 anos.

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de**

**educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliem as matrículas de educação infantil.

Destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de



ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturaram-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis. Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

**Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**



Análise Situacional da Meta: O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, principalmente quando realizada a comparação dos dados observados nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Com o objetivo de criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental, em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por diretrizes: o fortalecimento da alfabetização como política pública prioritária nos estados e municípios; a articulação entre as redes de ensino para continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e; a compreensão da educação como articuladora das políticas sociais do Governo Federal, em alinhamento com a meta de erradicação da pobreza extrema. Fortaleceu-se a integração das políticas de alfabetização no âmbito do PBA com outras políticas do Governo Federal, entre estas, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), especialmente no que tange ao Programa Bolsa Família; com a Secretaria Geral da Presidência, na Agenda Valor Ambiental, com vistas a ações de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em Direitos Humanos e Educação Ambiental para os catadores de materiais recicláveis; com o Ministério da Saúde, para implementação do Projeto Olhar Brasil; com a Presidência da República, para atendimento aos canavieiros; com o Ministério da Justiça, para o atendimento às populações carcerárias; e com o Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Programa Pescando Letras. O PBA é executado pelos estados, municípios e Distrito Federal, com o apoio suplementar do Governo Federal para a execução dos planos de alfabetização de jovens e adultos. É assegurada a autonomia desses entes na organização de turmas e na definição metodológica, visando atender às especificidades da realidade local e do público atendido. Esta política favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelo Programa. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13 pontos percentuais (p.p) e 5,15p.p, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Igualmente, os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, é de 8,6%, apontando-nos que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e a melhoria da efetividade do programa, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015.

Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Isso indica que o analfabetismo feminino está diminuindo numa velocidade maior do que o masculino e colaborando para a maior parcela da queda do analfabetismo absoluto total.

O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total. Entretanto, a análise de indicadores educacionais, a partir do recorte étnico-racial, demonstra a desigualdade educacional no Brasil.

A taxa de analfabetismo da população do campo também recuou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados no

atingimento da meta. Como uma das ações que visam aumentar a escolaridade das populações do campo, está a implementação do PBA.

## **PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica**

**Objetivo: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.

A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).

A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o

Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.

**Meta: Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 100 campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, totalizando 210 unidades, distribuídas em todos os estados do Brasil. As alunas beneficiadas pelo programa têm o seguinte perfil: 18 a 70 anos, com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Anualmente, cada campus do Instituto Federal beneficia 100 mulheres. Em 2012, em decorrência da greve dos servidores da Rede Federal, alguns campus não conseguiram abrir novas turmas, o que afetou o cumprimento da meta de 2012, que era de 20 mil mulheres, sendo beneficiadas mais de 17 mil mulheres. Para 2013, a meta é atender 30 mil brasileiras.

Quantidade alcançada: 17.964

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial**

**Objetivo: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio, algumas estratégias fundamentais são: a institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das

políticas de promoção da igualdade racial; a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); e a formalização e o acompanhamento de Agendas Bilaterais com os Ministérios.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A nova metodologia, adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA, representa, em si, um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Esse avanço pode ser notado por meio da produção e divulgação das Agendas Transversais do PPA e do desenvolvimento em curso de ferramenta de acompanhamento das Agendas Transversais no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, no tocante à constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, com vias à descentralização das políticas de promoção da igualdade racial de forma articulada entre as esferas de governo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR celebrou convênios com 10 (dez) Estados: três na Região Nordeste (Ceará, Maranhão, Paraíba); dois na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso); dois na região Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), um na Região Sul (Rio Grande do Sul) e dois na Região Norte (Acre e Tocantins). Esses convênios representaram o montante de R\$ 2.383.423,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais). Eles visam, sobretudo, dotar os organismos estaduais de promoção da igualdade racial de capacidade logística e operacional para a condução da política nesses Estados.

Entre as atividades desenvolvidas e detalhadas nas metas deste objetivo, destacam-se: as consultorias para a formulação de uma proposta do Sistema de Monitoramento; as articulações visando a cooperações técnicas estratégicas para o monitoramento das políticas de Promoção da Igualdade Racial - PIR; e a constituição da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela SEPPIR.

No âmbito das Agendas Bilaterais com Ministérios destaca-se que, ao longo do biênio 2011/2012, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com o Ministério da Saúde e um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social, que se encontram atualmente em curso. O foco prioritário para novas Agendas com Ministérios é a definição dos programas que tenham maior impacto direto na vida da população negra. Deve-se escolher em cada ministério um determinado programa.

Outra atividade bem sucedida no ano de 2012 e que terá continuidade em 2013 é o Projeto “Rodas de Conversa”, que tem como objetivo promover reflexões referentes à qualificação de processos e práticas da gestão governamental no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial, bem como contribuir para o fortalecimento da gestão, compartilhando experiências por meio de atividades de formação e aprimoramento do corpo técnico interno e externo à instituição e dos demais gestores e profissionais da SEPPIR.

Em 2013, serão publicadas e distribuídas as palestras realizadas no ano de 2012. O registro das palestras destina-se a manter a memória do projeto. Com isso, o conhecimento adquirido será preservado, além de poder ser disseminado, ao mesmo tempo em que se mantém a própria memória institucional e das Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

Cabe registrar ainda que foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa-Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina “a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo”, o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

**Meta: Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

Análise Situacional da Meta: Visando à implementação de um Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR contratou três consultores, por meio de cooperação técnica com o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Com base nos resultados apresentados pelas consultorias, em setembro de 2012, foram elaborados os requisitos necessários para a constituição desse sistema, a ser implementado em 2013.

A implantação do Sistema de Monitoramento ocorrerá por meio do desenvolvimento paulatino de módulos, visando monitorar Planos Estratégicos (Plano Plurianual, Plano de Trabalho Anual da SEPPIR); acompanhar e aperfeiçoar as articulações com os Órgãos do Governo Federal; acompanhar o desempenho da SEPPIR por área de atuação (Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais); e divulgar dados e informações sobre a situação da população negra no Brasil.

Ainda em 2012, foram realizados esforços de ampliação, organização e divulgação das bases de dados disponíveis sobre a situação da população negra e as políticas de promoção da igualdade racial. Nesse sentido, foi contratada consultoria para a proposição de uma base de dados única das informações sobre comunidades quilombolas. A proposta foi elaborada e encontra-se em fase de implementação.

Entre as ações previstas para 2013, destacam-se: a implantação paulatina do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a realização de cooperação técnica com IBGE, IPEA e outros órgãos para a ampliação e divulgação de dados sobre questão racial; articulação junto ao Ministério da Educação para a constituição do Sistema de Monitoramento da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012); consolidação da base de dados única sobre as comunidades quilombolas; e realização de novos mapeamentos de comunidades tradicionais de matriz africana nas regiões metropolitanas.

Ainda no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, deverão ser considerados alguns eixos: o estímulo a ações que levem os órgãos a considerar a perspectiva racial; o impacto das ações na população negra; o impacto do Sistema dentro do governo; e as demandas apresentadas pela sociedade civil. O sistema de monitoramento está sendo desenvolvido a partir de grandes planos estratégicos do Governo Federal em relação ao tema racial, como o Programa Brasil Quilombola e o Plano Juventude Viva. Os indicadores de monitoramento serão organizados por eixo de cada plano estratégico. Dentro desses eixos, estarão contemplados indicadores desagregados por gênero.

**Meta: Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero**



Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram publicados dois relatórios:

- 1) O Mapa da Violência 2012, A Cor dos Homicídios no Brasil, em novembro;
- 2) Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, julho de 2012 – publicado, em formato digital, o diagnóstico do Programa que traz o histórico de execução, dados socioeconômicos das comunidades e informações sobre as comunidades no Brasil.

A partir da constituição do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pretende-se produzir e disseminar relatórios periódicos em vários campos.

A SEPIIR está pactuando com o CNPq e a UnB a produção do Mapa de Ações Afirmativas, um relatório contendo informações sobre instituições públicas e privadas que tenham desenvolvido programas de ações afirmativas. Para 2013, estão previstos relatórios de monitoramento da Lei nº 12.711 (Lei de Cotas). A perspectiva de gênero será incluída assim como se realiza, por exemplo, no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, organizado por SEPIIR, SPM, IPEA e outros parceiros, devendo ser destacada particularmente nos temas em que há uma forte intersecção com a questão racial, como é o caso do tema trabalho doméstico.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Plano Juventude Viva, elaborado em parceria pela SEPIIR com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), visa a enfrentar essa situação de violência contra o jovem negro, mediante a oferta de bens e serviços públicos e cidadania. O Plano conta com a participação de outros oito ministérios (Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Em seu diagnóstico, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros no ano de 2010 concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A estratégia de lançamento do plano iniciou-se pela adoção de um Piloto no estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Foi lançado, assim, em setembro de 2012, o primeiro módulo do Plano Juventude Viva, nos municípios de Maceió, União dos Palmares, Arapiraca e Marechal Deodoro, em Alagoas.

**Meta: Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras**

Análise Situacional da Meta: A SEPIIR tem acompanhado sistematicamente a implementação do Programa Rede Cegonha, sendo membro dos seguintes Grupos de Trabalho



desta rede: Implementação de Legislação Vigente, Formação Profissional, Mobilização Permanente. Em 2013, no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, pretende-se contratar pesquisas para verificar as condições de morbimortalidade da população negra a fim de propor estratégia de intervenção junto a este programa do Ministério da Saúde.

Os últimos dados disponíveis, obtidos no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), referem-se ao ano de 2010. Somente em 2014, os dados do ano de 2012 estarão disponíveis - tempo necessário para a consolidação das informações pelo referido Ministério.

## **PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos**

**Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade

a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.
- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.
- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da

Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

**Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta: No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte). Consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano. Além disso, convém destacar que, na produção científica do PELC, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

Quantidade alcançada: 660.000

Data de Referência: 14/02/2013

**Meta: Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta: Os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”, que orienta quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco nas questões de gênero e raça/etnia. Especificamente nas diretrizes do PST padrão, em 2012 também foi consolidado como um dos princípios o “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social”, detalhando no item “o que se espera com o desenvolvimento dos projetos” a democratização do acesso ao esporte educacional, sem qualquer distinção ou discriminação.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos planejamentos pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas diretrizes do PST no Mais Educação, foi inserido o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições

físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”.

Também consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que, na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

**Objetivo: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Com esse objetivo, vêm sendo executadas ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações:

#### 1. PROGRAMA BOLSA ATLETA

Em 2012 foram oferecidas cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, dobrando-se o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, dos quais 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios. Foram contempladas 2.266 atletas mulheres no ano de 2012. Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, será implementada a nova categoria Atleta Pódio, parte integrante do Plano Brasil Medalhas.

#### 2. PLANO BRASIL MEDALHAS

Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, com investimento previsto de R\$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico, entre 2013 e 2016. O Plano contém um conjunto de medidas para o desenvolvimento de modalidades com o objetivo de posicionar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos. Serão priorizados investimentos nas modalidades com mais chances de obter medalhas. Foram escolhidas 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as conquistou e garantir outras medalhas em novas modalidades. Do total de recursos a serem investidos, dois terços serão do Orçamento Geral da União e um terço serão investimentos de empresas estatais. Desse investimento adicional, R\$ 690 milhões serão aplicados diretamente no apoio ao atleta e R\$ 310 milhões se destinarão à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico. Vale lembrar que as modalidades não

incluídas no Plano continuarão sendo apoiadas e seguirão recebendo recursos pelas fontes tradicionais de financiamento federal. Da mesma forma, as outras categorias do Bolsa Atleta (Estudantil, de Base, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica) serão mantidas com os critérios atuais.

### 3. SUPORTE À GESTÃO

Para melhorar a capacidade operacional, buscar maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, foram firmados contratos com a Fundação Getúlio Vargas (apoio à elaboração dos projetos básico e executivo da construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro); com a Caixa Econômica Federal (profissionais da estatal vão colaborar na análise técnica de projetos de engenharia, tendo sido criados núcleos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília); e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (60 especialistas bolsistas levantarão informações sobre esportes olímpicos e paralímpicos no país, contribuindo para a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento).

### 4. OBRAS OLÍMPICAS

No mês de maio de 2012, o Ministério do Esporte assinou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as incumbências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos Rio 2016 sob a responsabilidade do setor público. As obras do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarcam o estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio, ficarão a cargo do governo estadual. Já as instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, pista de atletismo, velódromo, complexo de tênis e parque aquático, serão executadas pelo Município do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, o financiamento é da União, cabendo ao Ministério do Esporte o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução das obras.

**Meta: Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta: Com apoio do Ministério do Esporte foi realizada, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, a Copa Libertadores de Futebol Feminino, com objetivo de estimular e fomentar a participação de equipes brasileiras em eventos do futebol. A competição foi realizada em três cidades sede no Estado de Pernambuco (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Eventos internacionais trazidos para o território nacional auxiliam a promoção do futebol feminino, estimulam a criação de equipes regionais, despertam o interesse de novos atletas, bem como aproximam os torcedores dessa modalidade de futebol no cenário nacional. Também foram realizadas diversas reuniões com a Confederação Brasileira de Futebol no sentido de criar mecanismos para o desenvolvimento da modalidade em todo o território brasileiro. Está prevista, para o segundo semestre de 2013, a realização do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Será realizada, de 13 a 27 de outubro de 2013, em Foz do Iguaçu, a Copa Libertadores de Futebol Feminino.

**PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Indicador

Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência

Índice de Referência: 77%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 85,33%

Data da Apuração: 31/12/2012

**Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento



dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução N° 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução N° 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 municípios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

### **Meta: Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF**

Análise Situacional da Meta: Dentro da estratégia de priorizar as ações que integram a Agenda Social do Governo Federal, o Ministério instituiu o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, e está representado no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

No âmbito do SUAS, o tema tem sido tratado nas orientações técnicas sobre os serviços. Na conceituação do público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, como perfil de famílias que demandarão proteção proativa, foram incluídas as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes, que vivem em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, por se constituírem em exemplos de famílias em processo de reconstrução de autonomia.

Constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF a recusa a concepções, valores e posturas que estabelecem a condição de subalternidade

das mulheres e o estímulo à participação, tanto da figura materna quanto da figura paterna, no cuidado e proteção dos demais membros familiares.

Além disso, foram incluídas nas orientações técnicas, sugestões de inclusão do tema Direito das Mulheres em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

O Censo SUAS 2011 mostrou que dos 5.751 (76%) CRAS que realizaram atividades de grupos no âmbito do PAIF (em agosto/11, o mês de referência), 59% afirmaram que a questão dos Direitos das Mulheres estava entre as principais temáticas.

**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

- a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
- b) realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
- c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
- d) Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

- a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
- b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;
- c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
- d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispendo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

**Meta: Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres**

Análise Situacional da Meta: As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;
- Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;
- Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;
- Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e
- Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

**Meta: Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

- a) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;
- b) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e
- c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

**Meta: Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta: Em atenção a esta meta, foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência e o Serviço de Acolhimento para população em situação de rua.

Os documentos foram elaborados visando a orientar os gestores e técnicos no processo de implantação e reordenamento desses serviços, sendo disponibilizados no portal eletrônico do MDS.

Em relação ao serviço de acolhimento para pessoas idosas, teve início a elaboração das orientações técnicas, que resultarão em cadernos a serem publicados e divulgados em 2013.

Em todas essas publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

**Meta: Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha**

Análise Situacional da Meta: Um conjunto de iniciativas têm sido empreendidas, no sentido de aprimorar a atenção especializada à mulher em situação de violência, contemplando as questões de raça ou etnia, entre as quais devem ser destacadas:

- a) a inclusão no planejamento do acordo entre o MDS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - para elaboração de protocolo intersetorial e orientações técnicas específicas para atendimento e acompanhamento especializado à mulher em situações de violência;

- b) a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SNAS, para aprofundamento de temas relativos a gênero e direito da mulher, na política de assistência social;
- c) a participação de profissionais da SNAS no Grupo de Trabalho Interministerial “Mulheres Presas e suas Famílias”, no Comitê de Gênero e Mulheres do MDS; e
- d) a participação de profissionais da SNAS na elaboração de documento preliminar sobre orientações técnicas, com enfoque nas questões das mulheres usuárias de crack e de conteúdos sobre questões de gênero, para disseminação nas capacitações em desenvolvimento pelo Comitê de Gênero e Mulheres do MDS.

**Meta: Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência**

Análise Situacional da Meta: O Censo SUAS 2011 registrou informações de 2.110 CREAS, dos quais 1.667 (79%) informam ter atendido situações de violência contra mulheres (violência física, psicológica, negligência e abandono) superando o percentual identificado no Censo 2010 (77%, considerando as 1.590 unidades registradas).

Ao considerar as situações de violência nas suas especificidades, os percentuais de unidades que informaram atendimentos foram:

- Violência Física contra as mulheres adultas: 74,21%;
- Abuso sexual contra as mulheres adultas: 44,21%;
- Violência psicológica contra as mulheres adultas: 79%;
- Exploração sexual contra as mulheres adultas: 30%;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual contra as mulheres adultas: 27,63%;
- Tráfico de pessoas (mulheres adultas): 12%;
- Situação de rua (mulheres adultas): 39,71%.

O Censo SUAS 2012 encontra-se em fase de validação e análise de dados. Sua análise permitirá o acompanhamento da evolução da meta.

Quantidade alcançada: 1.667

Data de Referência: 31/08/2011

**PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude**

**Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos,

na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceria entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

No que tange à formação de gestoras jovens para a política de gênero, a SNJ tem reforçado essa política com a criação do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e no desenvolvimento da parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM que já possui capacitações específicas para o tema.

**Meta: Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta: O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

**Meta: Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

Análise Situacional da Meta: Foi instituído o GT jovens mulheres que se reuniu durante o ano de 2012 e debateu sobre os temas e estratégias de viabilizar parceria para prevenção. Os trabalhos continuam em andamento.

**Meta: Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta: Estão sendo realizados estudos para firmar Termo de Cooperação com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, que já possui capacitações específicas para o tema.

**Objetivo: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior,



técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:

Região Centro Oeste = 14.923

Região Nordeste = 26.138

Região Norte = 10.162

Região Sudeste = 14.923

Região Sul = 18.509

Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

**Meta: Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, a participação de mulheres adolescentes e jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem representou um total de 47,25% (135.536 contratos, sendo 85.515 aprendizes com idade de até 17 anos) contra 52,75% de homens (151.291, sendo 103.023 aprendizes com idade de até 17 anos). De janeiro a maio de 2013, foram admitidas 44.507 aprendizes do sexo feminino com idade de até 17 anos e 55.282 aprendizes do sexo masculino com idade de até 17 anos.

Quando a análise é realizada por Estados da Federação, nota-se que a proporção se mantém homogênea quando comparada aos dados nacionais. Em 2012, os Estados do Ceará (52,68%), Rio Grande do Norte (56,85%), Pernambuco (50,93), Sergipe (51,97), Bahia (50,07), Mato Grosso do Sul (55,59) e Goiás (50,51) tiveram o número de mulheres superior ao de homens nos contratos de Aprendizagem.

As ações do Ministério do Trabalho estão no sentido de incentivar a participação feminina nessa modalidade de contratação por meio do monitoramento dos dados e a discussão do tema no âmbito dos Fóruns Nacional e Estaduais.

Quantidade alcançada: 135.536

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura**

**Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico. No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas. Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$

1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano. No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez. O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013. Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011. No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parcerias, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Florianópolis-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

**Meta: Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da meta total do programa, número considerado satisfatório para o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada: 391.169

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura**

**Objetivo: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.**

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo: Está prevista, para 2013, a capacitação de 1.500 pescadores artesanais em informática básica e a capacitação de 600 pescadoras e aqüicultoras pelo Programa Mulheres Mil.

**Meta: Capacitar 10.000 pescadoras e aqüicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram conduzidas articulações junto à Coordenação do Programa Mulheres Mil, no MEC, para desenvolvimento dessa parceria. Para o ano de 2013, está prevista a capacitação de 600 pescadoras e aqüicultoras, sendo 60 para a região Sul, 60 para a região Sudeste, 60 para a região Centro Oeste, 240 para a região Nordeste e 180 para a região Norte.

**Meta: Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado**

Análise Situacional da Meta: A capacitação dos profissionais responsáveis pela preparação dos alimentos constitui-se numa estratégia para a ampliação do consumo de pescado por parte dos estudantes. Em 2012, buscou-se obter informações sobre inserção de pescado na alimentação escolar, que possibilitassem elencar os estados e municípios em que as ações serão focalizadas. O levantamento foi finalizado em 2012 e permitirá a definição de áreas de atuação prioritárias para viabilizar o atendimento desta meta, cujas ações deverão ser iniciadas em 2013.

**PROGRAMA: 2061 - Previdência Social**

**Objetivo: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.**

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo: No campo da ampliação da proteção previdenciária, o foco de atuação tem sido setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual), trabalhadores domésticos (dedução do IR), trabalhador facultativo de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência (redução de alíquota) e trabalhadores do campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

Importantes alterações na legislação foram realizadas, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual - MEI e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as "Donas de Casa de Família de Baixa Renda". Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anual.

Em relação ao MEI, o programa conta atualmente com 2,665 milhões de trabalhadores inscritos, conforme dados de dezembro de 2012. Já em relação às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo.

**Meta: Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%**

Análise Situacional da Meta: De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, a proteção social era maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%).

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuía para a Previdência Social – totalizavam 19,31 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens chegava a 86,5%, resultado superior ao observado entre as mulheres (78,6%).

Há uma mudança de comportamento bastante clara na série histórica da taxa de proteção previdenciária da população ocupada com idade entre 16 e 59 anos. No período 1992-2002, a variação no contingente de desprotegidos foi mais que proporcional ao crescimento da população protegida com o mesmo recorte etário. Como resultado, o percentual de protegidos diminuiu, passando de 66,4% em 1992 para 61,7% em 2002. Ambos os sexos registraram redução da cobertura, sendo que a queda mais pronunciada ocorreu entre os homens. Já entre 2002 e 2011, os dados revelam uma reversão dessa tendência, com uma melhora visível no nível de cobertura (de 61,7% em 2002 para 63,4% e 70,6%, respectivamente, em 2005 e 2011) para homens e mulheres.

A taxa de cobertura feminina, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos quatro anos, tem contribuído crescentemente para o resultado geral da cobertura.

Com objetivo de ampliar a cobertura de pessoas de baixa renda, principalmente da mulher dona de casa, o Governo sancionou a Lei nº 12.470, de agosto de 2011, que alterou, dentre outros, o Artigo 21 da Lei nº 8.212 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social. Essa alteração estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.

Sob essa regra, o segurado pode optar pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor de poder passar a contribuir com apenas 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição, no caso o salário mínimo nacional.

No âmbito da Lei nº 12.470/2011, considera-se família de baixa renda aquela cuja renda mensal familiar não ultrapasse 2 salários mínimos e esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Quantidade alcançada: 69,7

Data de Referência: 30/09/2011

## **PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm

desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

**Objetivo: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2012 foi dedicado ao debate sobre os marcos regulatórios mais importantes para a temática. São exemplos: o Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH); o PLC 122/2006, marco contra a violência e a discriminação homofóbica, que está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Além do Legislativo, houve avanços no fortalecimento da rede de combate à homofobia e promoção dos direitos LGBT com a implantação de inéditos três Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia (AC, RS e SP). A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

**Meta: Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

Análise Situacional da Meta: Durante 2012 foram implantados os três primeiros Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no país. O Comitê do Acre foi inaugurado no dia 07/12, o Comitê do Rio Grande do Sul no dia 14/12 e o de São Paulo no dia 18/12. A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

**Meta: Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi debatida campanha publicitária que deverá ser veiculada em 2013.

**PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**

**Objetivo: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde



## **Meta: Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

## **PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**

**Objetivo: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A meta inicial de 45 mil famílias foi ajustada para 22 mil. Em 2012, 23.075 famílias resultaram homologadas e selecionadas para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Foram criados 117 projetos de assentamento, totalizando 322.314 hectares, com capacidade para assentar 7.318 famílias. Desse total, 88 projetos foram obtidos de forma onerosa e 29 foram criados em terras públicas. Outra atividade de complementação à meta de assentamento foi a supervisão ocupacional, realizada em continuidade ao combate à venda dos lotes, que, alcançou mais 14.055 lotes.

Foi verificada a efetiva ocupação dos lotes e ações de retomada foram implementadas quando constatadas irregularidades, desistências ou evasões. A base de cadastro de famílias assentadas em 2012 foi repassada para o Ministério de Desenvolvimento Social visando à integração ao Cadastro Único, para que as 23.075 famílias selecionadas possam acessar os demais programas sociais de governo, contribuindo para a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

A infraestrutura básica nos projetos de assentamento é composta, prioritariamente, pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, pela implantação de sistema de abastecimento de água e, em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, para proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

No âmbito nacional, a aplicação do Crédito Instalação totalizou 46.129 créditos supervisionados em 2.006 projetos de assentamento.

Encontra-se em estudo de viabilidade a concentração das oito modalidades atuais do Crédito Instalação, com exceção do Apoio Mulher e da Aquisição/Recuperação de Materiais de Construção, numa modalidade única com o intuito de facilitar o monitoramento da aplicação e acelerar a efetiva aplicação do recurso pelo beneficiário. A modalidade única de crédito terá por fim a geração de emprego e renda. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será extinta do Incra pois os recursos destinados à moradia dos beneficiários provirão do programa Minha Casa Minha Vida. O Apoio Mulher será mantido, tendo em vista seu caráter peculiar de auxílio à mulher assentada em atividades que gerem renda, garantindo-lhe a igualdade de

gênero. Está em desenvolvimento um sistema para aperfeiçoar, tanto em nível regional quanto central, o acompanhamento, a supervisão e a cobrança da aplicação dos créditos.

**Meta: Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, foram atendidas 47.275 mil famílias nas diversas modalidades do Crédito Instalação. Na modalidade Apoio Mulher, 5.436 contratos foram firmados. A aplicação da modalidade Apoio Mulher garantiu maior participação na produção de alimentos, geração de renda e fortalecimento da organização econômica das mulheres.

Quantidade alcançada: 47.275

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A garantia de infraestrutura básica nos projetos de assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) é uma importante diretriz, envolvendo a integração das ações do Incra com os programas Água para Todos, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC 2). Adicionalmente, em 2012, buscou-se a promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento com geração de renda e incentivo à adoção de alternativas sustentáveis de produção com a atividade de manejo de fauna no estado do Amazonas, cuja realização deverá ocorrer a partir de 2013. Também o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para a Amazônia Legal, que deverão ser definidas e executadas a partir de 2013.

**Meta: Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol**

Análise Situacional da Meta: O critério de gênero, prevendo maior pontuação para os projetos que contemplem maiores percentuais de mulheres, foi incluído no Edital de Chamada Pública que levantará a demanda de projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas para o Programa.

**Meta: Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta: Será desenvolvida, nos próximos anos, articulação com os processos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) para levantamento de gênero nos empreendimentos desenvolvidos nos projetos de assentamento e participação em programas governamentais, como PAA e PNAE, dentre outros.

**Objetivo: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de Educação de Jovens e Adultos de níveis médio e superior, por meio de parceiras com instituições de ensino públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas sem fins lucrativos. Ocorreu ainda a assinatura de um termo de compromisso entre Incra e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o Incra e as instituições federais de ensino superior nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante a execução de programas e ações que visem ao desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, com lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), MDA e Superintendências Regionais trabalharam juntas para divulgar e levantar a demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Ademais, o Projeto Arte e Cultura foi discutido com o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional de Juventude. Apresentou-se, ainda, o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação, com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Em 2013, serão intensificados o diálogo e a articulação com outros ministérios no tocante a saúde, esporte e lazer.

**Meta: Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos**

Análise Situacional da Meta: O Incra e o MDA reativaram sua participação no Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo instituído pelo Ministério da Educação, com o objetivo de articular ações com vistas à ampliação da oferta de Educação Infantil nos assentamentos, por meio da construção de creches e investimentos em equipamentos de educação infantil nas escolas já existentes. O GT envolverá ainda outros órgãos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, além dos movimentos sociais do campo.

## **PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional**

**Objetivo: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: A organização dos circuitos locais implica na implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como o fortalecimento da

agricultura urbana e periurbana. São equipamentos públicos de SAN: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e unidades de apoio à agricultura familiar (UADAF). Entre 2011 e 2012, esses programas foram redirecionados buscando-se uma maior qualificação da gestão e operacionalização em detrimento da instalação, com exceção para as UADAFS, criadas em 2011. Assim, no período, de 2011 e 2012, foram firmados contratos com os municípios para a instalação de 99 dessas unidades, não havendo novas contratações de outros equipamentos.

Em relação aos demais equipamentos, temos atualmente uma rede em funcionamento de 97 restaurantes, 193 cozinhas comunitárias e 74 bancos de alimentos. O processo de qualificação levou ainda a criação de uma nova estratégia, denominada Cozinhas Sociais, que são cozinhas institucionais públicas vinculadas a outras políticas públicas, como, por exemplo, creches e escolas. Essa estratégia, no ano de 2012, foi implementada por meio de parceria com o FNDE e o Ministério da Defesa, apoiando 1345 cozinhas.

Importante registrar que ainda restam 432 equipamentos para serem entregues/construídos: as dificuldades para finalização das obras são diversas (contratação de engenharia para elaboração do projeto, regularização do imóvel, licitação, entre outros) e têm sido objeto de monitoramento.

**Meta: Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)**

Análise Situacional da Meta: A meta está com boa execução, considerando-se que a meta do PPA é, em quatro anos, ampliar os equipamentos públicos de SAN em mais 147 municípios, totalizando um total de 727 municípios com algum equipamento público de SAN. Para 2012, a meta estabelecida foi de 140 municípios, sendo alcançado um total de 105 municípios. Nesse sentido, tem-se que, no ano de 2012, o aumento na região Centro-Oeste foi de 18 municípios (incremento de 81,8%); na região Sudeste, 25 municípios (incremento de 18,2%); na Sul, 20 municípios (incremento de 9,5%); na região Norte, 14 municípios (incremento de 40,0%); e na região Nordeste, 28 municípios (incremento de 15,1%). Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio dos termos de cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e o Ministério da Defesa (programa forças no esporte).

Quantidade alcançada: 105

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	%	81,82	31/12/2012
Região Nordeste	50	%	15,14	31/12/2012
Região Norte	10	%	40	31/12/2012
Região Sudeste	20	%	18,25	31/12/2012
Região Sul	10	%	9,52	31/12/2012

**Objetivo: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Pela análise da realização das metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam à identificação e à capacitação dos públicos específicos, bem como à elaboração de nova sistemática de implementação do PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. Por meio da articulação com as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando a estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

**Meta: Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes**

Análise Situacional da Meta: Início da vigência da resolução N° 44 do Grupo Gestor do PAA, que prevê percentuais mínimos de beneficiárias mulheres em 2013. Dados apurados até setembro de 2012 evidenciam que 29% dos beneficiados pelo PAA no exercício são mulheres, representando 53.467 do total de 184.724 atendidos pelo MDS. Para o atingimento dos percentuais previstos pela legislação, estão sendo fomentadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização, de forma que os grupos produtivos de mulheres enviem propostas qualificadas para contratação. Para o fortalecimento da participação das mulheres, previram-se, na forma do Termo de Adesão, metas específicas para as mulheres, no percentual mínimo de 40%.

Quantidade alcançada: 29

Data de Referência: 31/01/2013

**Objetivo: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Neste ano de 2012, foram obtidos significativos avanços para esse objetivo. Foram entregues 156.937 cisternas, quase o dobro do ano de 2011, envolvendo a participação do MDS, MI, Fundação Banco do Brasil - FBB e FUNASA, o que aponta para o caminho do cumprimento da meta de universalização do atendimento até o final de 2014. Além disso, foram ampliadas ações para a região Norte, Sudeste e Sul do país, cumprindo com a determinação de nacionalização da política. Outras ações correlatas merecem destaque, como a contratação de 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste e o avanço na formalização e disponibilização orçamentária da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty para cooperação internacional por meio da transferência de tecnologia para construção de cisternas junto à Bolívia e Paraguai.

**Meta: Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano**

Análise Situacional da Meta: Foram contratadas, no ano de 2012, 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste (Ceará 211 - Paraíba 350 - Pernambuco 700 - Rio grande do Norte 120 - Bahia 400).

Quantidade alcançada: 1.781

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	unidade	1.781	31/12/2012

**Meta: Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Consea e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia.

Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano.

**Meta: Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas, considerando apenas o MDS, 171.741 cisternas de placas para o consumo humano. Além disso, foram entregues, no ano de 2012, pelo MDS, MI, FBB e FUNASA, 156.937 cisternas para o consumo humano.

Quantidade alcançada: 156.937

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	657.583	unidade	149.124	31/12/2012
Região Sudeste	72.417	unidade	7.813	31/12/2012



**PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania**

**Objetivo: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: O Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011, é coordenado pelos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano Estratégico de Fronteiras estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.

No escopo desse plano, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP é responsável pelo desenvolvimento da Estratégia Nacional de Fronteiras, que tem como propósito gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, na prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços.

Houve adesão total dos Estados fronteiriços - AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC - ao Plano, reforçando as responsabilidades mútuas entre a União e os Estados em busca do combate aos crimes praticados nas fronteiras do Brasil. O pacto oficializado com os entes federados se apóia nos seguintes eixos:

- 01) Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública;
- 02) Capacitação;
- 03) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras;
- 04) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada;
- 05) Sistema de Radiocomunicação Digital;
- 06) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD);
- 07) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU);
- 08) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras;
- 09) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras.

Nesse sentido, os investimentos iniciaram-se em 2011, com o aporte financeiro de R\$ 58.441.999,00 por meio de 27 convênios voltados para atender o sistema de radiocomunicação, aviação e ao aparelhamento dos órgãos de segurança pública Estaduais.

Em 2012 foram investidos R\$ 149.903.569,59 nos 11 estados que integram a Fronteira para aquisição de equipamentos. O objetivo é fortalecer a capacidade de prevenção e repressão dos delitos praticados na faixa de fronteira, através do apoio à estruturação dos órgãos estaduais de segurança pública (inteligência, ações ostensivas das polícias militares, investigação das polícias civis e perícia), para:

- a) Estruturação de Unidades Especializadas de Fronteira;
- b) Estruturação de Unidades das Polícias Rodoviárias Estaduais;
- c) Estruturação de Unidades Policiais para atuação em vias fluviais e lacustres;
- d) Fortalecimento da Inteligência de Segurança Pública;
- e) Inovações tecnológicas de monitoramento e controle fronteiriço;
- f) Reaparelhamento de centros e postos integrados de segurança pública e fiscalização, e unidades das Polícias Civis, Militares e Perícia.

O prazo de execução desses convênios pelas respectivas Secretarias de Segurança Pública é de 12 meses prorrogáveis por mais 12 meses, e ao final beneficiará 9.278 policiais militares, 2.425 policiais civis, 347 profissionais de perícia, 379 unidades operacionais na fronteira em 141 municípios da Faixa de Fronteira.

Outro investimento realizado foi o apoio para aquisição de sistema de radiocomunicação para as áreas de fronteira. Visando a implementação dessa ação estruturante, foi instituído um Grupo de Trabalho envolvendo inúmeros órgãos federais e estaduais (ANATEL, PF, PRF, DEPEN, ABIN, CENSIPAM, ICMBIO, FUNAI, IBAMA, SESGE, UFPR, UFTO, Secretarias de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira) com objetivo de estabelecer as diretrizes para implantação de sistemas de radiocomunicação e definir requisitos mínimos para o investimento do Governo Federal.

A partir dessas e outras definições técnicas, foram definidos investimentos na ordem de R\$ 134.134.613,84 a serem desembolsados pela União em três parcelas (2012, 2013 e 2014), para que os Estados apresentassem seus projetos para implementação dos respectivos sistemas. Em 2012 foram investidos mais de R\$ 37 milhões neste projeto.

Após a execução dos projetos e sua plena instalação execução, tal ação abrangerá 117 municípios na faixa de fronteira e atenderá 297 unidades operacionais.

Com intuito de valorizar os profissionais de Segurança Pública, foi contratada uma Consultoria através do PNUD para auxiliar a SENASP e os Estados de Fronteira a consolidar Diretrizes de Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. Foi realizada uma pesquisa com todas as instituições dos Estados de Fronteira, respondida eletronicamente por cerca de 7000 profissionais que atuam na fronteira, bem como, uma primeira reunião com gestores de recursos humanos no município de Chuí-RS. Nesse cenário de valorização, a SENASP realizou, no âmbito da ENAFRON, 12 cursos e capacitação de 510 profissionais em diversas áreas, tais como: inteligência financeira, operações de inteligência, gestão da política de segurança pública na fronteira, unidades especializadas de fronteira, produção do conhecimento, análise criminal, etc, executado na grande maioria em municípios fronteiriços, para enfrentamento às organizações criminosas.

Cabe ressaltar que devido às estratégias transversais de Segurança Pública, em 2012, foi assinado o termo de Cooperação com a Secretaria Nacional de Justiça com o objetivo de estabelecer ações entre a SENASP e a SNJ que permitam promover a segurança pública de

qualidade à população, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, implementar medidas constantes na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para as regiões de fronteira, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, capacitar atores de segurança e justiça, intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços em parceria com Órgãos Estaduais de Segurança Pública.

Por fim, foi assinado Termo de Cooperação entre a SENASP e a UFRJ para realização da pesquisa sobre segurança públicas nos 11 estados de fronteira. O levantamento das informações socioeconômicas e demográficas está previsto para ser iniciado no primeiro semestre de 2013.

Os investimentos totais da SENASP no Programa ENAFRON em 2012 foi de R\$ 192.435.192,04, incluindo todos os convênios, capacitações, encontros, reuniões de avaliações, acompanhamento e fiscalização.

Para 2013, na relação dos estados destacamos os seguintes desafios:

- Priorização e envolvimento da alta gestão, órgãos e profissionais (Secretarias de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícias, Inteligência, etc);
- Implementação dos Planos Estaduais por Lei ou Decreto;
- Investimento em efetivo, política de pessoal e infraestrutura;
- Cooperação entre Estados (fronteiras e divisas);
- Funcionamento efetivo dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFs), Câmara Temática de Fronteira (CT/Fron);
- Induzir o envolvimento dos municípios;
- Otimização da articulação entre as ações dos órgãos de segurança pública dos países vizinhos. Experiências exitosas: (Operação Simultânea PR, SC, RS / Operações GGIFs);
- Capacitação dos profissionais que efetivamente atuam na fronteira (especialmente na linha de fronteira);
- Implementação dos Núcleos de Inteligência na Fronteira;
- Integração e colaboração efetiva e cotidiana entre os órgãos de segurança pública, defesa, fiscalização e demais atores;
- Encaminhamento dos dados nos prazos pactuados (indicadores ENAFRON);
- Execução dos convênios e atualização do SICONV nos prazos pactuados;

**Meta: 100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante**

Análise Situacional da Meta: Ao longo de 2012 foram implantados seis novos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos seguintes Estados: Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná.

Para 2013 estão previstas a implantação de mais oito Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante em Estados de fronteira seca, a serem definidos a partir de realização

de diagnóstico do fenômeno do tráfico de pessoas em regiões de fronteiras.

Estados que possuem Núcleos e Postos concomitantemente – Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre. Estados que possuem somente Núcleos – Amapá, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.

### **Meta: 80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas**

Análise Situacional da Meta: Em consulta aos sistemas informatizados do DPF, verificou-se que entre janeiro e outubro de 2012, foram instaurados 40 Inquéritos Policiais para a apuração do Tráfico Internacional de Pessoas, resultando em 10 indiciamentos, distribuídos entre os Estados de Santa Catarina (04), Goiás (02), Rondônia (02), São Paulo (01) e Pará (01). No ano de 2012, foi realizada uma importante iniciativa de estruturação da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas - URTP, que passou a contar com a dedicação de equipe exclusiva e com estrutura física própria. A URTP promoveu a realização de um evento de capacitação para 50 Policiais Federais em Goiânia/GO, em maio/2012. Além disso, foi instituído o projeto de estudo de diagnóstico de necessidade de criação das Delegacias de Repressão a Crimes Violadores de Direitos Humanos, para cada uma das 27 unidades da PF nos Estados.

Quantidade alcançada: 10

Data de Referência: 30/10/2012

<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde. Alcançada</b>	<b>Data</b>
Região Centro-Oeste	28	pessoas	2	31/10/2012
Região Norte	32	pessoas	3	31/10/2012
Região Sul	20	pessoas	5	31/10/2012

### **Meta: Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Análise Situacional da Meta: O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi instituído por meio do Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, que também institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, composta pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), além da previsão de instituição de grupo interministerial para o monitoramento da execução do novo Plano. Estão sendo pactuados em sessões bilaterais com os Ministérios envolvidos os indicadores de monitoramento do cumprimento da meta.

No âmbito da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está sendo pactuada a estratégia de gestão do II PNETP e a metodologia de avaliação do mesmo.

**Objetivo: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria de Segurança Pública – SENASP estabeleceu novas diretrizes para as transferências voluntárias que tenham por objetivo atender às necessidades da segurança pública dos Estados e Municípios, com base na Portaria Interministerial 507/2011, e estabeleceu critérios e regras por meio dos editais de chamamento público, para que todos os entes federados possam participar em igualdade de condições. O objetivo é que as propostas com maior relevância para a segurança pública, e que estejam em consonância com o objetivo do edital, recebam os recursos para reestruturação, modernização e aparelhamento de suas instituições de segurança.

A Gestão Integrada nos Estados e Municípios visa fortalecer o papel das instituições de segurança Pública, por meio de aporte de recursos para reaparelhamento e modernização das Polícias Cíveis e Militares, Corpos de Bombeiros Militares e das guardas municipais. A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrados - GGI em âmbito estadual e municipal trouxe um significativo avanço na integração dos órgãos, oferecendo a sociedade um trabalho mais eficiente e eficaz, com atuação em conjunto dos atores da segurança pública. A filosofia implantada para os cursos de capacitação, a criação de ferramentas para subsidiar a gestão, a implantação do sistema de videomonitoramento, o fomento para implantação dos centros integrados de comando e controle, demonstra que estamos no caminho para uma segurança pública com excelência.

O Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública – SINESP, instituído pela Lei nº 12.681/2012 será um portal de informações que realizará a integração referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional.

A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

A integração depende de três frentes relacionadas: (1) Integração política, que visa a pactuação com os gestores de segurança pública dos entes federados para alinharem políticas, diretrizes e metas de segurança para o país. (2) Integração metodológica, com o objetivo de padronizar os procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com os estados os modelos de Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência, Inquérito Policial, entre outros. (3) Integração dos sistemas, que sintetiza os esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP e possibilitando a comunicação padronizada entre as bases de dados de todos os entes federados.

A fim de aliar a importância do Sistema com a necessidade de sua alimentação, a legislação estabeleceu sanções à inadimplência da transferência de dados por parte dos estados, o impedimento de acessarem o SINESP e de receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. Por meio desse dispositivo, o sistema será robustecido de

informações em nível nacional inalcançáveis anteriormente, favorecendo uma atuação dos órgãos de segurança em todos os níveis com maior fidelidade nas informações.

Com a finalidade de implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública o FNSP apoia os projetos de desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública, construção ou reforma das instalações físicas, para um melhor desempenho das atividades de segurança pública. O fortalecimento das unidades de perícia está sendo realizado com aquisição de raio x, maletas para vestígios papilares, mesa ginecológica, luz forense, microscópio eletrônico de varredura, sequenciador automático de DNA, câmeras frias, sistema CODIS, tomógrafo, scanner radiográfico, estação AFIS, para uma melhor eficiência do setor estatístico e análise criminal. A continuidade nas ações de reaparelhamento dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios tem modernizado as instituições, com aquisições de equipamentos tecnológicos de segurança e proteção à vida, aquisições de veículos, embarcações, armamentos e munições e materiais voltados para atividade operacional dos órgãos e instituições de segurança pública. Além disso, os recursos do FNSP estão sendo utilizados para apoiar projetos na área de inteligência policial.

**Meta: Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.**

Análise Situacional da Meta: A Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos – RIBPG é uma parceria do Ministério da Justiça (por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Departamento de Polícia Federal) com as secretarias de segurança pública estaduais, com objetivo de propiciar o intercâmbio de informações entre as instituições de perícia oficial, em prol da segurança pública.

Em 2012 foi iniciado, a partir da SENASP/MJ, o processo de aquisição dos servidores necessários para a ampliação da RIBPG em mais cinco estados. No momento, existem 3 estados que têm laboratório de DNA oficial que ainda não integraram efetivamente a RIBPG: Distrito Federal, Goiás e Pernambuco. Há expectativa de que estes estados sejam integrados à RIBPG em 2013.

Os demais estados (Acre, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) ainda necessitam inaugurar seus laboratórios de perícia oficial. São necessários esforços, sobretudo por parte dos governos estaduais, para que esses estados possam desenvolver, no âmbito de suas instituições de perícia oficial, os necessários laboratórios de DNA (o que envolve infraestrutura, pessoal, treinamento, equipamentos e insumos). Uma forma do Governo Federal incentivar esse desenvolvimento é condicionar a doação de equipamentos e insumos à contrapartida, por parte do estado, da construção dos laboratórios (infraestrutura) e contratação de pessoal, além de promover ações de capacitação.

**Objetivo: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Justiça exerce papel fundamental no fomento do efetivo cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei de Execução Penal



(lei nº 7210/84), a qual preconiza a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

A implementação dos Direitos e Garantias instituídos na lei depende de um sistema criminal e penitenciário moderno e eficaz capaz de prover ao preso o acesso à assistência material, jurídica, social, religiosa, educação e à saúde.

Diversos avanços foram realizados em 2012. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (Foram geradas no total 13661 vagas em 2012). Outrossim, é importante apontar que foram contratadas 16.631 novas vagas, contabilizando um investimento de R\$ 365.815.449,51 em 2012.

O trabalho é voltado à redução do déficit carcerário, que é indicador global utilizado no planejamento e gestão do DEPEN/MJ e considera o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos na contratação e geração de novas vagas, o aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance da meta de redução do déficit carcerário em 8% como definido no Plano Plurianual (PPA) e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

Além do trabalho realizado no tocante à geração de novas vagas em estabelecimentos prisionais, o DEPEN/MJ atuou fortemente na reintegração social da pessoa privada de liberdade. Parcerias com os Ministérios da Educação e da Saúde garantiram resultados expressivos no atendimento da população encarcerada. Além disso, importante trabalho de aparelhamento de estabelecimentos penais para capacitação profissional do preso foi realizado em 2012.

Na Educação, em parceria com o MEC, a oferta de educação foi qualificada e ampliada, ao pactuarem-se vagas específicas para o sistema prisional: 27000 novas vagas na Educação de Jovens Adultos – EJA; 10000 novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado – PBA; e, 2000 vagas para educadores bolsistas. No ENEM, foram mais de 23 mil inscritos. Por fim, a destinação de 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para os anos de 2013 e 2014, representam avanço sem precedentes nesta área.

Na Saúde, totalizou-se 25 Unidades da Federação qualificadas no Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, estendendo o modelo SUS ao público penitenciário. Destacam-se ainda a inclusão de toda a população carcerária no Plano Nacional de Imunização, ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e na Rede Cegonha. Por fim, é importante

ressaltar o repasse de recursos do FUNPEN para aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em estabelecimento prisionais das Unidades da Federação (UF).

Na capacitação profissional, destaca-se o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP que representou o investimento de R\$ 6 milhões para implantação de oficinas de capacitação em estabelecimentos prisionais de 19 UFs, alcançando mais de 36 mil beneficiários.

O DEPEN/MJ também deu ênfase à questão de gênero, estabelecendo em 2012 o projeto “Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte de gênero, entre outros. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Outro importante projeto em andamento trata da monitoração eletrônica. Em 2012, realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas UFs, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento.

No tocante à implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, realizou-se, em 2012, 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do “Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais”, composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R\$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

Por fim, é importante salientar também os esforços realizados nas áreas de capacitação do servidor penitenciário, de aparelhamento de estabelecimentos penais e de consolidação do Sistema Penitenciário Federal. Na área de capacitação foi instituída a Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN e realizada a 1ª Pós-graduação em gestão em saúde prisional (400 vagas disponíveis). O aparelhamento dos estabelecimentos penais em 2012 teve como principal resultado a realização de pregão eletrônico para aquisição de 215 veículos de transportes de presos, que serão doados às UFs. Já no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, garantiu-se o seu funcionamento como modelo que busca combater a atuação dos presos em relação ao crime organizado.

**Meta: Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão**

Análise Situacional da Meta: No tocante à questão de gênero, estabeleceu-se em 2012 o projeto “Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações

com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte em gênero, entre outros.

A Meta será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

**Objetivo: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública com ações sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nesses locais, através do desenvolvimento de iniciativas que visam à reativação de vínculos comunitários, a promoção do envolvimento, a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis (jovens e adolescentes, mulheres, negros, egressos do sistema prisional, população residentes em regiões de fronteira ou em locais vulneráveis) a ampliação do policiamento comunitário e preventivo, a difusão do modelo de justiça comunitária, a ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, o fortalecimento dos Municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, bem como iniciativas de fomento à política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional e de melhoria do sistema de gestão e integração das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

Com efeito, a SENASP, na condição de indutora de política pública de Segurança Pública, priorizou em seus editais e portaria de chamamento público os projetos estratégicos priorizados pela Presidência da República. Dentre os projetos prioritários destacam-se o Programa Brasil Mais Seguro e as ações de prevenção a violência e criminalidade desenvolvidas em âmbito Municipal.

O programa Brasil Mais Seguro tem como objetivo precípua induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, com foco na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

No âmbito do programa foram realizadas junto às Unidades Federadas pesquisas para identificar as carências das unidades de investigação de homicídios e dos órgãos de perícia,

denominadas Pesquisas Perfil, bem como foram iniciados os processos de aquisições diretas para aparelhar os órgãos de perícia dos Estados e do Distrito Federal. Também foi lançado um piloto do Programa no estado de Alagoas, com resultados expressivos na redução da taxa de homicídios. Em todo o Estado houve uma diminuição de 16% e na capital a redução dos homicídios foi ainda maior alcançando 27%.

De maneira inovadora no país, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um acordo de cooperação assinado pelos governos federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à redução da criminalidade violenta na capital alagoana e em Arapiraca. O plano de ação do projeto piloto conta com atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade.

A SENASP investiu R\$ 38.588.753,00 em Alagoas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão. O programa também prevê a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de Monitoramento de Processos.

Considerando que o aumento do número de homicídios no Brasil se concentra no Nordeste, o segundo estado da região a receber o Programa Brasil Mais Seguro será a Paraíba, de forma concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.

Nesse sentido, foi realizado, na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do Programa a ser implementado no Estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal. No início de 2013, considerando a necessidade de articulação com a Prefeitura Municipal e a mudança da gestão, serão realizados encontros para a finalização da matriz de responsabilidades e elaboração das propostas a serem apoiadas.

Em 2013 a pretensão é de expandir a adesão ao Programa para as cidades mais violentas do Nordeste e outras regiões que concentrem também altos índices de homicídios.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública por meio de editais de chamada Pública, foram direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos de prevenção nas cidades, levando-se em conta a concentração das taxas de homicídios dos municípios localizados nas regiões metropolitanas e nas regiões de fronteira.

Além disso, foi desenvolvido em parceria com a SENAD/MJ, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos/PR, junto aos estados e municípios o programa "Crack, é possível vencer". Suas ações são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados, através da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Em 2012, onze estados foram priorizados, e catorze assinaram o Acordo de Cooperação.

Nesse programa cabe à SENASP o desenvolvimento do eixo autoridade, onde as ações policiais irão se concentrar em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas,

nos centros consumidores. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de 2 mil novos policiais, os quais serão lotados em áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo é prestar atendimento as pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas receberão formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária), assim como na política sobre drogas, saúde e assistência social, com ampliação do conhecimento da rede de cuidado e atenção, e irão incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

Para tal finalidade serão disponibilizados aos estados que aderirem ao programa e que manifestarem interesse, através de doação deste Ministério, equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais que atuarão nas cenas de uso. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (micro ônibus) com haste telescópica e câmera de videomonitoramento móvel, contendo mais de 20 pontos fixos de videomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) realizará ainda nesses estados, através de pagamento de hora-aula e envio de material didático, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD.

### **Meta: Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura**

Análise Situacional da Meta: Em razão de atrasos no cronograma previsto para a execução das Praças dos Esportes e da Cultura - PEC não foi possível implantar nenhum Projeto ou Mulheres da Paz junto às praças.

Em maio foi lançado o Edital nº 01/2012, para a seleção de propostas voltadas à execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que teve 33 propostas habilitadas na primeira fase e 16 propostas aprovadas, que culminaram em convênios.

Esse Edital foi lançado após um esforço de reformulação dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que construiu referenciais teóricos e metodológicos nacionais para os projetos, fruto de um Grupo de Trabalho instituído para esta finalidade, por intermédio da Portaria nº 15, de 27 de março.



A previsão é de que com o início das entregas das Praças, tenhamos em 2013, 30 Projetos em Praças de capitais e regiões metropolitanas.

Entende-se que não será possível alcançar esse quantitativo de 400 praças, uma vez que nem todos os municípios atendem os requisitos para a implantação dos Projetos Mulheres da Paz e PROTEJO e/ou têm jovens e mulheres com o perfil dos beneficiários desses projetos.

## **PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

**Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades**



**relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

**Objetivo: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de

uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

**Meta: Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos**

Análise Situacional da Meta: - A taxa de ocupação dos negros (pretos e pardos) de 16 anos ou mais na PNAD 2009 era 90,9%, em 2011 aumentou para 92,6%.

- De acordo com a PNAD a taxa de formalização em 2009 era de 53,6%, em 2011 foi para 57,1%.
- De acordo com a PNAD houve aumento de 2,18% no número de trabalhadores domésticos com carteira em 2011 com relação a 2009 (de 1.995.185 para 2.038.644). Os trabalhadores domésticos sem carteira tiveram uma redução de 11,7% em 2011 com relação a 2009.
- De acordo com a PNAD houve um aumento de 3,62% do total de autônomos (formalizados ou não) em 2011, com relação a 2009. Considerando formais os autônomos com contribuição à previdência, o aumento foi de 36,58% (de 3.226.588 para 4.406.803).
- De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho das mulheres equivalia a 71,5% do rendimento médio de trabalho dos homens. Em 2011, essa proporção passou para 73,7%.
- De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho dos negros (pretos e pardos) equivalia a 58,2% do rendimento médio de trabalho dos brancos. Em 2011, essa proporção passou para 59,9%.

**Meta: Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros**

Análise Situacional da Meta: O MTE vem participando efetivamente de encontros, seminários e debates sobre temas relevantes como: desigualdade social, desemprego e a informalidade e desigualdade de gênero e raça, bem como publicado os principais resultados relacionados ao mercado formal, rendimento e emprego desses indicadores, com base nos dados da RAIS. Com o apoio do DIEESE foi elaborado, em 2011, o livro " Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho", com base nos dados da RAIS, com perspectivas de continuidade e atualização do mesmo.

**Meta: Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados**

Análise Situacional da Meta: Elaboração de parecer da Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, constituída no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, pela Portaria 102 de 17 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2012, Seção 2, página 02, sobre a submissão da Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201 da OIT ao Congresso Nacional. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais.

**Meta: Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras**

Análise Situacional da Meta: No Brasil ainda são tímidas as negociações coletivas que tratam sobre a igualdade racial e de gênero, como se pode observar do resultado de pesquisa feita no Sistema Mediador.

Verifica-se pela pesquisa que a negociação coletiva sobre igualdade racial e de gênero é mais forte nos Estado de SP e do RJ.

Observa-se, entretanto, que a negociação que trata de assédio moral/sexual e de estabilidade para gestantes/mães é crescente no Brasil. A negociação coletiva de várias categorias, em vários estados, dispõem tratamento relevante à matéria. Da pesquisa no sistema Mediador com estes parâmetros verificou-se:

12.152 cláusulas vigentes sobre estabilidade gestante/mãe;

796 cláusulas vigentes sobre assédio moral; e

93 cláusulas vigentes sobre assédio sexual.

O Sistema Mediador é o sistema do MTE para elaboração, transmissão, análise e registro dos instrumentos coletivos de trabalho, resultantes das negociações coletivas.

**Meta: Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta: Foi realizado exame da convenção 189 e da recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do trabalho doméstico. Comissão Tripartite com essa finalidade aprovou a submissão do instrumento ao Congresso para fins de ratificação. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72 , conhecida como PEC das domésticas , que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. O MTE instituiu comissão que apresentará propostas para a regulamentação dos direitos do empregado doméstico previstas na Emenda Constitucional nº 72. Os direitos estudados pela comissão e que dependem de regulamentação são a proteção do trabalhador doméstico contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

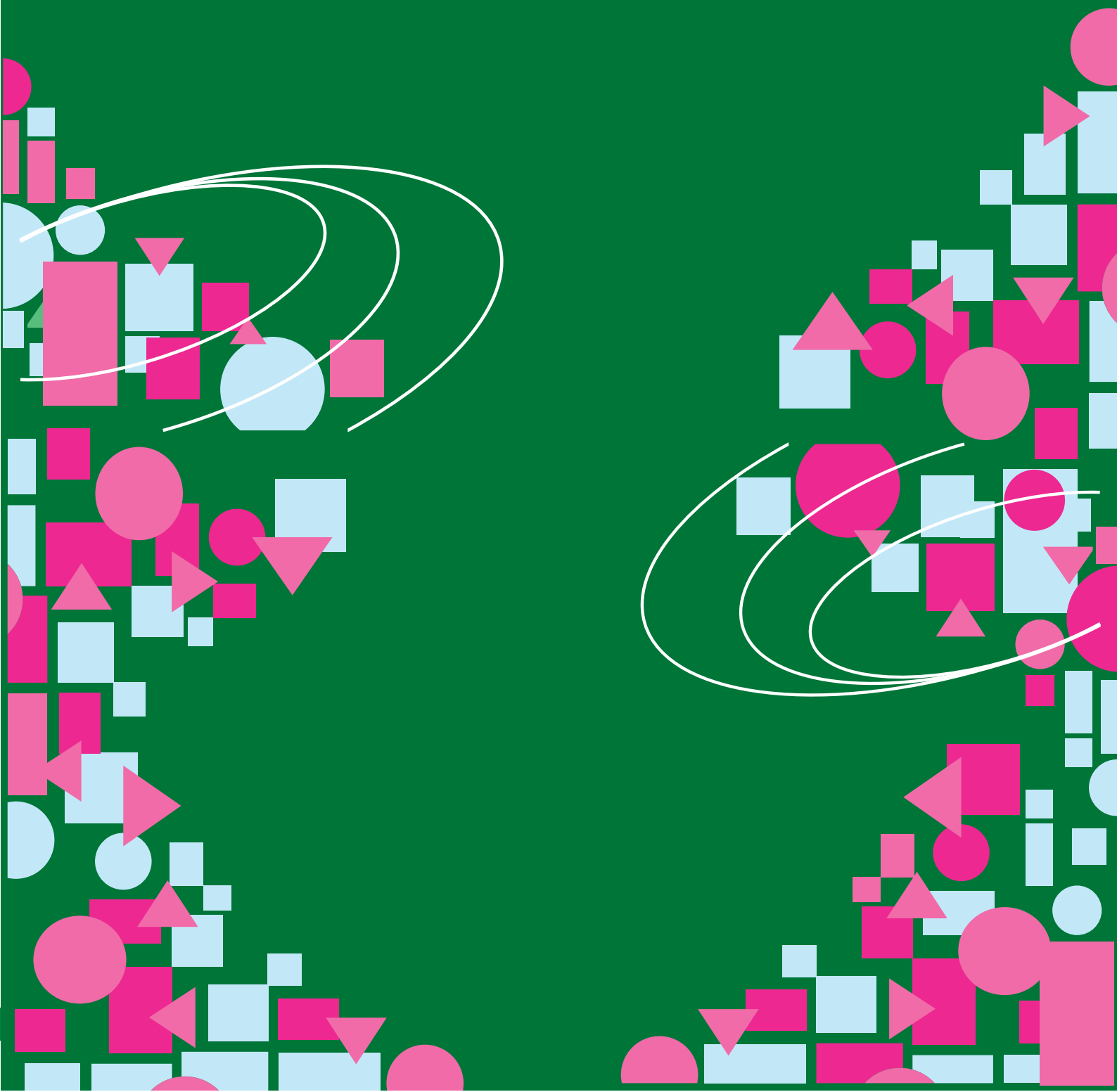
**Meta: Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito**

Análise Situacional da Meta: É disponibilizado no sitio do Ministério do Trabalho e Emprego, no endereço [www.pdet.gov.br](http://www.pdet.gov.br), informações sobre emprego, desagregadas por gênero, raça/cor, com base nos registros administrativos, RAIS e CAGED, para subsidiar os responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito.

O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET tem por objetivo divulgar informações oriundas de dois Registros Administrativos, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, à sociedade civil.



# CRIANÇA E ADOLESCENTE









## Criança e Adolescente

### **PROGRAMA: 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**

**Objetivo: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: No que se refere ao atendimento socioeducativo, em 31/12/2011 havia 31 unidades de internação consideradas impróprias. Ao longo de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Em 2013, todas as obras a serem financiadas deverão observar os padrões arquitetônicos já definidos.

Em 2012, foram pactuados 04 novos projetos para fortalecimento do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual - PAIR nas capitais dos estados de PE, MT, RR e AM. Todos os municípios contemplados são localidades que serão afetadas pelo fluxo de turismo, por estarem em regiões de fronteira, ou em capitais onde são realizados grandes eventos que ocorrerão até 2016. Estão em construção (para serem pactuados em 2013) mais seis projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados da BA, RN, RJ, MG, SP e DF.

**Meta: Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo**

Análise Situacional da Meta: Em 31/12/2011 havia 31 unidades de internação de atendimento socioeducativo consideradas impróprias (importante registrar que esse quantitativo considera a indicação dos gestores estaduais do sistema socioeducativo – unidades declaradas inadequadas e com superlotação -, bem como os apontamentos constantes no relatório do “Programa Justiça ao Jovem” do Conselho Nacional de Justiça, realizado nos anos de 2010-2011). Ao longo de 2012, a SDH, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, no primeiro semestre de 2013, produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (núcleos de atendimento integral - NAI: internação e semiliberdade, nas versões feminina, masculina e mista). Estrategicamente, optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012, para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

**Meta: Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial**

Análise Situacional da Meta: O foco do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes (PAIR), em 2012, foi estabelecido com o objetivo de prevenção da exploração sexual contra crianças e adolescentes nas cidades que serão sede dos jogos da copa do mundo de 2014 e regiões de fronteira. Em 2012, foram pactuados 04 novos projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados de PE, MT, RR e AM. Foi ampliado o projeto de fortalecimento do PAIR no estado do RS. Ao todo, em 2012, foram contemplados 14 municípios, sendo que, destes, 04 estão na faixa de 300 mil habitantes. Estão em construção, para serem pactuados em 2013, mais 06 projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados da BA, RN, RJ, MG, SP e DF.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial**

Análise Situacional da Meta: A SDH atuou na construção de normativas que garantam a convivência familiar e comunitária, bem como a utilização de instrumentos legais para acolhimento institucional, previsto na Lei 12.010/09, tornando obrigatória utilização da Guia de acolhimento expedida pela Vara da Infância. Atuou, ademais, junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, em favor da efetivação dos marcos normativos referentes ao acolhimento de crianças e adolescentes.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Instrução Normativa nº 03, de 3 de novembro de 2009, instituiu o modelo de guia de acolhimento de crianças e adolescentes, que deverá ser utilizada em todo o território nacional.

Dados do Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, realizado em uma parceria entre a FIOCRUZ e o MDS, indicam que 91,4% das crianças e adolescentes acolhidos no país possuem “Guia de Acolhimento”.

Em 9 de outubro de 2012, foi assinada a “Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente”, instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS). Tal documento tem como uma das ações prioritárias “adotar medidas articuladas para garantir que o ingresso de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento ocorra mediante apresentação de Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária”. Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

**Meta: Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) vem se articulando com o Ministério da Saúde e com o Ministério de Desenvolvimento Social para desenvolver ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com vistas à implantação de serviços integrados de atendimento no contexto das políticas públicas de assistência social e saúde.

No âmbito da política de assistência social, são ofertados no CREAS o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O PAEFI promove o apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência, abandono, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, tráfico de pessoas, dentre outras, visando fortalecer a função protetiva das famílias e contribuir para a superação dos padrões violadores de direitos e das condições que as vulnerabilizam ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Estas situações podem ter repercussões diferenciadas, que podem ser agravadas ou não em função de diversos aspectos (contexto de vida, acesso à rede de proteção e direitos, ciclo de vida, deficiência, gênero, orientação sexual, uso/abuso de drogas, condições materiais etc). Isso implica que, diante das situações vivenciadas, cada indivíduo demanda do PAEFI um conjunto de atenções específicas, de acordo com suas singularidades.

O Serviço Especializado em Abordagem Social também realizado por equipes profissionais do CREAS ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS, realiza busca ativa nos espaços públicos de maior concentração de pessoas expostas a riscos sociais e pessoais devido à situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual, uso abusivo de drogas, entre outras. A partir de um processo gradativo de aproximação entre os profissionais e as pessoas identificadas nessas situações de risco, o Serviço busca construir vínculos com os usuários no intuito de facilitar o acesso a serviços, programas e projetos da rede socioassistencial e das demais políticas sociais.

No âmbito da política de saúde, destaca-se a implantação progressiva nos municípios brasileiros da notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências. A notificação, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

### **Meta: Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta: O Núcleo de Atendimento Integrado – NAI é um programa que integra o SINASE no serviço de acolhimento a adolescentes a quem é atribuída a prática de ato infracional e a suas famílias. Compõem o NAI: Delegacia Especializada; Atendimento técnico do município com assistência social, saúde, educação; Sistema de Justiça; com espaços também para custódia e pernoite.

A SDH/PR vem investindo significativamente na articulação com os órgãos estaduais integrantes do sistema de justiça (Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário) e gestores do sistema socioeducativo (estaduais e municipais locais) no intuito de viabilizar a integração dos órgãos implicados no atendimento inicial do adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional. Para além da construção física da unidade, tal articulação é fundamental para o efetivo funcionamento dessas unidades de aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei.

Ao longo de 2012, a SDH/PR, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, até julho de 2013, produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (Núcleos de Atendimento Integrado - NAI). Estrategicamente, optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012, para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

### **Meta: Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei**

Análise Situacional da Meta: O último "Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei", que contém dados situacionais de novembro de 2011, aponta que, em 2010, o sistema era composto por 17.703 adolescentes. Em 2011, verifica-se um aumento de 1.892 adolescentes em relação ao ano de 2010, o que representa crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade. Esse percentual, além de interromper uma redução no crescimento na taxa de internação que se verificou de 2006 a 2009 (2006 - 7,18%, 2007 - 2,01%, 2008 - 0,43%, 2009 - 4,5%), indica uma preocupante tendência de inversão.

A SDH/PR está contratando consultoria especializada para, dentre outras coisas, elaborar diagnóstico com estudo de cenário para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE para os próximos 5 anos no campo de atuação do Poder Judiciário, com foco na aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei. Um dos fatores que podem estar contribuindo para essa tendência é uma ainda alegada presença, no contexto do Poder Judiciário, de sinais remanescentes da herança cultural de prevalência da aplicação de medida socioeducativa de privação de liberdade. Essa tendência prima pelo caráter punitivo em detrimento ao caráter de reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei, de enfatizar ações de convivência familiar e comunitária. Após esse diagnóstico, pretende-se traçar uma estratégia de intervenção para a reversão dessa taxa de crescimento.

### **Objetivo: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: A estruturação de Conselhos Tutelares segue em bom ritmo: a) houve avanço no campo legal com a sanção da Lei 12.696/2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares; b) foi conduzida licitação nacional para equipagem de 1.000 Conselhos Tutelares em todo o Brasil (o kit a ser disponibilizado contém 1 automóvel, 1 refrigerador, 1 bebedouro e 5 computadores). A partir de 2013, a SDH/PR poderá ainda financiar a construção de Conselhos Tutelares, já tendo sido definida a padronização arquitetônica; c) foram financiadas Escolas de Conselhos Tutelares em 19 Estados; d) quase 100% dos municípios já possuem Conselhos Tutelares (dos quase 6 mil municípios, apenas 12 ainda não o possuem).

### **Meta: Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares**

Análise Situacional da Meta: A SDH vem discutindo o documento que regulará as atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Após o consenso interno da Secretaria será iniciado a articulação com a Casa Civil da Presidência para dar continuidade.

Paralelamente a isso, foi apresentada e sancionada a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, sendo resultado de uma luta histórica de vários setores da sociedade associado ao empenho da SDH/PR e representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Pela nova lei, os conselheiros devem receber remuneração (definida pelo município), cobertura previdenciária, ter acesso a férias (com acréscimo de um terço no salário), licenças maternidade e paternidade e gratificação natalina. Além disso, a lei também unifica a data para processo de escolha dos Conselheiros Tutelares - primeiro domingo de outubro do ano seguinte à eleição presidencial - e aumenta o mandato do conselheiro de três para quatro anos. Enfim, com a nova lei, os conselheiros serão fortalecidos na dignidade e reconhecimento e, por conseguinte, na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

**Meta: Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SDH/PR abriu processos licitatórios para a aquisição de Kits de equipagem de Conselhos Tutelares. Foram investidos mais de R\$ 24 milhões, incluindo recursos de emendas parlamentares. O kit contém um automóvel, um refrigerador, um bebedouro, cinco computadores e uma impressora multifuncional. Foram adquiridos kits para equipar 1.000 Conselhos Tutelares, dos quais cerca de 300 das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A distribuição desses kits está prevista para acontecer ao longo de 2013 tendo em vista vedação da Lei Eleitoral para distribuição de doações aos municípios durante o exercício em que há eleições.

Quantidade alcançada: 300

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram definidos os padrões arquitetônicos nacionais para a construção de Conselhos Tutelares de referência.

O novo conselho tutelar faz parte de uma série de mudanças que visam a consolidar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que vêm sendo propostas pela Secretaria de Direitos Humanos. Contribuindo para esse conjunto de mudanças, foi desenvolvida uma série de diretrizes para projeto arquitetônico do novo conselho tutelar, garantindo um espaço seguro, confortável e também sustentável. Esse último aspecto reitera a importância do Conselho enquanto um espaço de ação e encontro com a sociedade civil, podendo ter também uma ação pedagógica em prol da sustentabilidade. Os projetos de obras deverão ser apoiados a partir de 2013.



Com relação aos padrões de atendimento, a área vem discutindo o documento que regulará as atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares para pactuar o documento com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e com Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares. Em 2013, será contratada consultoria técnica que auxiliará na construção deste processo.

**Meta: Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância**

Análise Situacional da Meta: A SDH tem-se empenhado na qualificação profissional dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, através do Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, proporcionando a estes atores a formação e aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. Um marco do processo de fortalecimento das Escolas foi o IV Encontro Nacional de Representantes dos Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Tutelares – Escolas de Conselhos, realizado nos dias 20, 21 e 22 de novembro, cujo objetivo foi discutir a integração nacional das Escolas e a construção das diretrizes e referenciais para a formação continuada de conselheiros.

A meta da SDH é ter uma Escola de Conselho em cada estado e no Distrito Federal. Atualmente, já existem 13 escolas conveniadas com a Secretaria de Direitos Humanos: AC, AM, CE, GO, MG, MS, MT, PA, PE, RN, RS, SE, TO e em 2012 foram formalizadas mais 6 Escolas de Conselhos nos seguintes estados: BA, DF, ES, PB, RO, SC.

Atualmente, há Escolas de Conselhos implantadas em 19 estados (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PB, RN, RO, RS, SE, SC, TO). Os estados do RJ e PI tiveram os seus convênios encerrados em 28/06/2012 e 30/04/2012, respectivamente.

Quantidade alcançada: 19

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares**

Análise Situacional da Meta: Está em fase de desenho dos Fluxos. A temática deverá ser objeto de pauta de reunião em 2013.

**Meta: Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta: Uma das grandes ações do Sistema de Garantia de Direitos tem sido o fortalecimento dos Conselhos Tutelares. É prioridade a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos municípios do país – tarefa que está praticamente concluída, pois no ano de 2012 foi concluído o cadastro nacional dos Conselhos Tutelares, que registrou a existência de 5.902 CTs em 5.553 municípios.

Quantidade alcançada: 5.902

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: A atuação da SDH/PR nesse campo tem se dado em articulação com o CONANDA. Todas as discussões dos marcos legais e planos nacionais são submetidas à avaliação e contribuições daquele colegiado. Também nessa linha, tem se investido significativamente no fortalecimento do SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência), importante instrumento de indução de políticas públicas de criança e adolescente. A articulação com estados e municípios é fundamental tanto para a implantação do SIPIA, tendo em vista serem essas unidades federativas as principais responsáveis pela alimentação do Sistema, quanto para a implantação de conselhos de direitos.

Meta: Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

Análise Situacional da Meta: O marco legal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), foi instituído por meio da Lei 12.594/2012, que regulamentará a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. O marco legal do PPCAAM está na proposta de Projeto de Lei do Sistema Nacional de Proteção que a Secretaria Executiva da SDH/PR está elaborando e deve ser apresentado em 2013.

**Meta: Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes**

Análise Situacional da Meta: Em 2013 está agendado o debate com o CONANDA sobre Violência Letal e o Índice de Homicídios na Adolescência.

**Meta: Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**

Análise Situacional da Meta: Em análise no âmbito do CONANDA. O tema deverá ser pauta de discussão em 2013.

**Meta: Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

Análise Situacional da Meta: Está sendo discutida a pertinência e viabilidade da implantação dessa Ouvidoria, inclusive no âmbito do CONANDA.

**Meta: Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: A meta de implantação é alcançar todos os municípios e capitais com mais de 100 mil habitantes, totalizando 273 municípios. O SIPIA CT Web registra operações em 86 municípios que atendem essas características, o que representa o alcance de 31,5 % da meta planejada para os quatro anos.

Quantidade alcançada: 86

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa**

Análise Situacional da Meta: Em face das adequações de fluxo e formulários de dados do PPCAAM, o SIPIA PPCAAM recebeu complementos em seu escopo e encontra-se na penúltima fase de preparação para implantação. Dentre as alterações recebidas, está a organização das unidades do PPCAAM segundo jurisdição municipal (um ou mais municípios), o que permitirá ao sistema uma vida útil maior àquela com a qual estava organizado. Ao mesmo tempo, destaca-se que o mapeamento dos processos de proteção realizados no escopo do projeto do sistema contribuíram para o amadurecimento e aperfeiçoamento da metodologia do PPCAAM. Prazo para início do treinamento dos usuários do sistema: 01/06/2013.

**Meta: Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: O SIPIA SINASE Web está em operação em 7 unidades da federação e contempla, ao todo, 22 municípios que fazem parte do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No que se refere aos municípios que o operam, 16 deles tem população superior a 100 mil habitantes.

Quantidade alcançada: 22

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Realizar a Reforma Política do CONANDA**

Análise Situacional da Meta: A temática será discutida no âmbito do CONANDA em 2013.

**Meta: Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.**

Análise Situacional da Meta: Atualmente, não há dados/informações disponíveis, tanto em âmbito federal quanto estadual para apuração do índice de reincidência de adolescentes.

**Meta: Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta: Em 2013 será iniciado o cadastro nacional de Conselhos Municipais.

**Objetivo: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2013, a SDH/PR fomentará e fortalecerá os Fóruns e Redes da Primeira Infância em todo o País. Foi realizada em 2012 a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval, a qual terá continuidade nos anos seguintes. Está em andamento parceria com a organização SafernetBrasil para criação de canal de orientação para crianças adolescentes, famílias, educadores e Sistema de Garantia de Direitos, sobre navegação segura e proteção dos direitos de crianças e adolescentes na internet.

**Meta: Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

Análise Situacional da Meta: A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional, à realização da Campanha Nacional de apoio a Adoção, do 17º ENAPA - Encontro Nacional de Apoio à Adoção e à Rede Nacional de Adoção. Promoveu articulação junto ao Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento de curso de formação para adotantes e adotados em acordo com a Lei nº 12.010/2009 e atuou junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público para a efetivação dos marcos normativos referentes a adoção de crianças e adolescentes.

Em 09 de outubro de 2012, foi assinada a “Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente”, instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS). Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

**Meta: Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional à Rede Nacional pela Primeira Infância. Também promoveu articulação institucional com órgãos e instituições da sociedade civil afetas a temática da primeira infância, objetivando a elaboração de ações para o fortalecimento da política nacional de promoção dos direitos em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e Plano Nacional pela Primeira Infância.

**Meta: Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência**

Análise Situacional da Meta: Foi realizada em 2012 a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval. A campanha ocorreu em 19 capitais brasileiras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. Também em 2012, foi apoiada a campanha do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - 18 de maio, que ocorreu simultaneamente em âmbito nacional.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet**

Análise Situacional da Meta: Em execução e ampliação, projeto em parceria com a organização SafernetBrasil, de criação de canal de orientação para crianças, adolescentes, famílias, educadores e Sistema de Garantia de Direitos, sobre navegação segura e proteção dos direitos de crianças e adolescentes na internet.

### **Objetivo: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído formalmente com a Lei Nº 12.435/2011, que alterou a redação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, constitui uma estratégia de âmbito nacional que integra um conjunto de ações intersetoriais, visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no país, implementada de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social e contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Com o intuito de reformular as normativas do PETI, adequando-as ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS vem realizando um movimento interno de debates e promovendo diálogos intersetoriais com o objetivo de dimensionar, com mais propriedade, os novos rumos que o programa deve seguir e garantir maior eficácia e adesão dos Municípios e do Distrito Federal.

### **Meta: Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municípios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

Análise Situacional da Meta: Identificada a situação de trabalho infantil, o gestor local deve registrar a família, a criança ou adolescente e indicar a ocorrência no CadÚnico. Para qualificar esse processo de identificação das situações, a SNAS está elaborando subsídios técnicos para o desenvolvimento de metodologias para identificação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Com isso, espera-se que os Municípios intensifiquem as ações de busca ativa, em especial do trabalho infantil, e obtenham resultados mais exitosos, alinhados a essa prioridade do Plano Brasil sem Miséria. Atualmente o MDS repassa, por meio do PETI, recursos para a oferta de atividades socioeducativas e de convivência a mais de 850 mil crianças e adolescentes.

### **Meta: Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência**

Análise Situacional da Meta: Em agosto de 2012 foi implantada a versão 3 do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI, o aplicativo de gestão do programa. As principais funcionalidades implantadas são: a migração para nova plataforma, visando minimizar as

ocorrências de erros operacionais e melhorar a estabilidade do sistema; a geração de novos relatórios, com ganhos de informação para a gestão local, regional e nacional do programa; e a criação de um campo específico para registro da forma de trabalho infantil identificada.

Tendo em vista a implantação de mudanças significativas nos sistemas que dão suporte ao PETI (versão 7 do Cadúnico e versão 3 do Sispeti), surgiram algumas dificuldades operacionais para a atualização de registros pelos municípios, que estão sendo tratadas pelo MDS. A solução dessas questões, juntamente com o redesenho do PETI, que se encontra em debate no MDS, contribuirão para a melhoria do nível de frequência das crianças e adolescentes às atividades socioeducativas e de convivência.

### **Meta: Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais**

Análise Situacional da Meta: Visando aprimorar o Programa, a SNAS deu início à elaboração de orientações técnicas para o trabalho social com famílias que possuem ocorrência(s) de trabalho infantil, a ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

De acordo com o Censo SUAS, em agosto/2011 (mês de referência), foram atendidas 88.780 famílias pelo PAIF e PAEFI.

O Censo SUAS 2012 está em fase de validação. A análise dos seus dados permitirá avaliar a trajetória do acompanhamento dessas famílias pela rede socioassistencial.

Quantidade alcançada: 39,81

Data de Referência: 31/08/2011

### **Meta: Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) empreendeu 7.370 fiscalizações especializadas sobre a questão do trabalho infantil, segundo os dados lançados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT) e no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI).

Quantidade alcançada: 7.370

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.320	unidade	1.641	31/12/2012
Região Nordeste	8.520	unidade	2.149	31/12/2012
Região Norte	3.880	unidade	465	31/12/2012
Região Sudeste	4.800	unidade	2.171	31/12/2012
Região Sul	3.480	unidade	944	31/12/2012

### **Meta: Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013**

Análise Situacional da Meta: O Decreto de 14/06/2012 convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a ser realizada em outubro de 2013, em Brasília, tendo como tema



“Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil”. A Conferência terá como objetivos: fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 3.597/2000; avaliar obstáculos e propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil; e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil. Diversas atividades estão sendo empreendidas, visando à preparação do evento.

**Meta: Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação**

Análise Situacional da Meta: Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (2011), a taxa de trabalho infantil observada no grupo etário específico do PETI (5 a 15 anos), recuou de 5,60%, em 2009, para 4,70%, mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

Quantidade alcançada: 4,7

Data de Referência: 30/09/2011

**PROGRAMA: 2030 - Educação Básica**

**Objetivo: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se, ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas, sendo que, somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidade da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

**Meta: Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares**

Análise Situacional da Meta: A construção de cobertura de quadras esportivas escolares é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. A meta até 2014 é a construção de 4 mil coberturas de quadras. Até 2012, foi aprovada a cobertura de 1.669 quadras.

Quantidade alcançada: 1.669

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares**

Análise Situacional da Meta: A construção de quadras esportivas escolares cobertas é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. O atendimento aos entes federados foi iniciado em 2011, com aprovação de, aproximadamente, 1.550 quadras. No exercício de 2012 foram aprovadas 1.448 construções de quadras esportivas escolares. A meta até 2014 é a construção de 6.116 unidades. Nos dois primeiros exercícios de execução da ação o atendimento ocorreu dentro da previsão estabelecida. Até 2012, foi aprovada a construção de 3.012 quadras.

Quantidade alcançada: 3.012

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

Análise Situacional da Meta: A construção de escolas de educação infantil é parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal se iniciou em 2007 e, até o exercício de 2011, foram celebrados convênios para construção de mais de 2.500 escolas de educação infantil, utilizando projetos padronizados pelo MEC e também por meio de projetos próprios dos proponentes. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de 6.000 unidades escolares para a educação infantil até 2014. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628 escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas. Dessa forma, nos dois primeiros exercícios, o atendimento anual ocorreu dentro das previsões estipuladas.

Quantidade alcançada: 3.135

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2001, a taxa de escolarização líquida no ensino médio era de 36,9% e, em 2011, a taxa foi de 51,6%, o que demonstra um significativo aumento. Esse fato reflete o desenvolvimento, desde 2007, de ações diretas e intensivas com as Secretarias dos Estados e Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios: o da universalização e o do alcance da qualidade.

Para o regime de colaboração entre a União e os entes federados, o MEC vem desenvolvendo ações a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, materializadas no Plano de Ações Articuladas - PAR, por meio de assistência financeira e técnica.

Entre as principais realizações, destacam-se:

- apoio aos estados, mediante o PAR, com vistas à melhoria de infraestrutura das escolas, permitindo o planejamento e a ampliação das matrículas urbanas e no campo;
- ampliação de programas de apoio e permanência do aluno na escola – Programa Nacional do Livro Didático, Transporte, Merenda Escolar e Biblioteca Escolar. O novo edital do PNLD 2013, com entrega prevista para 2015, amplia o atendimento com livros também para Artes e no formato impresso e digital;
- ampliação progressiva do Programa Ensino Médio Inovador, atendendo a mais de 2.000 escolas em 2012 e tendo como objetivo dar materialidade às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e o redesenho curricular;
- continuidade na elaboração do documento dos Direitos a Aprendizagem e Desenvolvimento;
- inclusão do Ensino Médio Noturno no Programa Ensino Médio Inovador com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que necessitam estudar neste turno;
- consolidar com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) a proposta de formação continuada, para que ocorra no interior de cada escola e objetivando a definição de uma política de formação continuada de professores do ensino médio;
- ampliar e adequar o Pronatec às realidades estaduais na relação demanda/oferta, incluindo escolas técnicas estaduais como parte do processo, no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

**Meta: Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A evolução real, entre 2007 e 2011, da taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de 9 anos, para a faixa etária de 6 a 14 anos, apresenta um crescimento em razão da introdução progressiva do ciclo de 9 anos no ensino fundamental em substituição ao ciclo de 8 anos. Em 2007, a taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos era de 26,3% e, em 2011, a taxa apurada foi de 72,4%. É importante destacar que a política de elevação da escolaridade se insere no contexto da democratização do acesso, garantia da permanência, valorização da diversidade e inclusão das pessoas com deficiência. Desde 2006, o ensino fundamental tem sido ampliado gradativamente para nove anos de duração, atendendo a faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Desde então, o MEC tem realizado algumas ações estruturantes para orientar o processo de implementação desta mudança na estrutura do ensino fundamental, nas suas dimensões pedagógicas e administrativas.

Esta mobilização tem sido realizada de forma colaborativa com os Estados e Municípios brasileiros por meio do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil (GTFB), composto por coordenadores de ensino fundamental das Secretarias de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação das Capitais, Presidências Estaduais da União Nacional dos Dirigentes

Municipais de Educação (Undime) e grupos de estudos das universidades, para discutir e subsidiar as políticas públicas para esta etapa da educação básica, tendo como compromisso viabilizar espaços de diálogo e discussão sobre esse nível de ensino e garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

Outra estratégia importante, iniciada em 2008, é o Programa Mais Educação, que pretende induzir a agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. Em 2012, o Programa Mais Educação atendeu 32.074 escolas. A quantidade de alunos participantes do programa foi de 4,8 milhões. A expansão do Programa Mais Educação para 2013 prevê a inclusão de escolas e municípios de baixo Ideb, escolas identificadas no cadastro único para Programas Sociais com grande número de alunos em situação de trabalho infantil e onde o público do Programa Bolsa Família (PBF), além do público do Pró-Jovem Adolescente, constitui a maioria dos estudantes. O MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2012, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço para identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2013. Dessa maneira, um dos critérios para a seleção destas novas 15 mil escolas passou a ser o percentual de alunos que se incluem em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2012, o Programa atendeu 18.700 escolas onde os alunos, em sua maioria, participam também do Programa Bolsa Família.

Também na perspectiva do fortalecimento da ação educativa e da promoção da qualidade, o MEC constituiu grupos de trabalho para subsidiar o Conselho Nacional de Educação na consolidação de uma proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Linguagem; Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas. Os grupos são formados por gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas de universidades, professores e técnicos pedagógicos. A proposta foi sistematizada no documento intitulado "Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental". O mapeamento que deu origem à estrutura do documento foi produzido a partir da análise das propostas curriculares sobre o Ciclo de Alfabetização de estados brasileiros e de mais de 300 municípios, como também pelos conteúdos dos Cadernos de Formação de professores alfabetizadores que integram o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, a ser iniciado em 2013. Desta maneira, entende-se que as ações voltadas para o ensino fundamental têm procurado contribuir para a consolidação de uma política educacional para a educação básica, respeitando a autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e das escolas e fortalecendo os princípios do regime de colaboração entre os entes federados na garantia do direito à educação com qualidade e equidade a cada cidadão e cidadã brasileira.

### **Meta: Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Segundo os dados coletados na PNAD 2011, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente. Em 2001, o índice apurado foi de 81,10%, atingindo em 2011 o valor de 83,7%. O Projeto de Lei do PNE 2011-2020 apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a ampliar este percentual. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de políticas que aumentem a atratividade da escola para o jovem na faixa etária de 15 a 17 anos (renovação do currículo e profissionalização). É essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e, conseqüentemente, seus currículos, possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para que isto ocorra, o MEC vem desenvolvendo ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, dentre as quais se destacam:



- ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador;
- revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos;
- apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio;
- formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública;
- formação de professores, equipes pedagógicas e equipes de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio;
- elaboração, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração.

Além disso, espera-se que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), implantado em 2011, contribua para ampliação da qualificação profissional desta faixa etária por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, integrado ao ensino médio, dados que começarão a ser captados a partir da PNAD 2012.

### **Meta: Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A educação infantil brasileira constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção após décadas de abandono. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação infantil brasileira: a primeira, a idade prevista para o término da pré-escola, alterada em 2006, que passou de 6 para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental; a segunda, introduzida em 2009, determinou a obrigatoriedade de atendimento na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, o que deverá ser implementado até 2016. A proposta de PNE, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola/creche para população de 0 a 3 anos era de 10,60%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 18,4%. Já em 2011, a taxa de frequência foi de 20,8%. Esses dados evidenciam o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil - a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Nesse sentido, o ProInfância,



que está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), tem como um dos seus objetivos ampliar a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos e prevê a construção de 6 mil creches e pré-escolas até 2014. Outra política pública que tem como objetivo reforçar o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos é o programa Brasil Carinhoso, que contribui, dentre outras ações voltadas à primeira infância, para o aumento da oferta de vagas em creches, por meio de repasse de recursos federais para manutenção de creches públicas ou conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação. Uma medida de suma importância realizada pelo Brasil Carinhoso foi o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e o valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R\$ 39,6 milhões. Ressalta-se ainda as seguintes ações estratégicas, que visam subsidiar o cumprimento da meta:

- ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;
- repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;
- orientações Curriculares para Educação Infantil.

#### **Meta: Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A proposta de PNE - 2011/2020, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos era de 55,00%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 74,8% e, em 2011, a taxa era de 77,4%. Este dado evidencia o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil, políticas que já foram destacadas na meta de elevação da taxa de frequência para a população de 0 a 3 anos.

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do**

**enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino destacam-se também as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes. Já a 8ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio, contou com mais de 19 milhões de inscritos em 5.532 municípios. Além disso, a 6ª edição de Prêmio Professores do Brasil, contou com 2.609 inscrições, sendo 80 experiências condecoradas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil.

No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano, com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Nas ações de Educação Ambiental, fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, empreendem-se esforços para inserir a temática de maneira qualificada nas agendas estaduais e municipais e apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturam-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis. Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito

do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

No que tange às metas da proposta do novo PNE, o MEC desenvolveu uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, visando construir as bases do trabalho de apoio técnico a estados e municípios para a elaboração ou ajuste de planos de educação. A estratégia de assistência técnica contou com a parceria da Associação Nacional de Política e Administração da Educação na elaboração de um conjunto de quatro documentos: um documento base sobre a importância dos planos de educação dos entes federativos, que devem ser articulados aos demais instrumentos de planejamento e alinhados entre si; um segundo, que orienta a elaboração e ajustes dos planos de educação; um terceiro oferece sugestões de trajetórias de metas para cada estado e cada município, levando em consideração o diagnóstico inicial e as possibilidades de avanço; e um quarto que indica a importância do esforço conjunto dos entes federativos para que o país alcance as metas nacionais. Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, coube ao MEC o apoio para que o Fórum Nacional de Conselhos mantivesse sua agenda de reuniões, contribuindo para construção de pautas e participando diretamente das atividades que servirão de referência para que as redes e sistemas de ensino se organizem em torno de critérios nacionais.

**Meta: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta no âmbito das discussões que se dão em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino.

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses entes, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios

umenta para 85% do total aplicado. Desta maneira a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, e os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

**Meta: Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo "Acesso à Educação", no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011 e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilingue (formação e contratação de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Acessibilidade na Educação Superior - Incluir; Transporte Escolar Acessível; e Pronatec.

A implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.



O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram disponibilizados 1.315 veículos com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais houve demanda de 4.198 vagas na área temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

### **Meta: Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação obtidas a partir do Censo da Educação Básica com os dados de desempenho escolar fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem levar em conta a qualidade do aprendizado, o resultado das avaliações indicará, igualmente, a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012.

Para atendimento da meta, o MEC vem desenvolvendo diversas ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, entre elas: (a) elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração; (b) ampliação da



oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador, (c) apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; (d) formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública; e (e) formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Quantidade alcançada: 3,7

Data de Referência: 30/09/2011

### **Meta: Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

Análise Situacional da Meta: O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto, a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas.

O Ideb do Ensino Fundamental nos anos finais está evoluindo consideravelmente, resultado de um esforço conjunto da União, estados, DF e municípios. A meta para 2011 era atingir o resultado de 3,9 pontos, mas o resultado observado foi de 4,1 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios mediante a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução. A partir da adesão ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou aos municípios instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. O aumento do repasse dos recursos do Fundeb para as redes municipais e estaduais de ensino e a melhoria de gestão e esforço dos entes federados também contribuem para a evolução dos indicadores de rendimento dos alunos.

Quantidade alcançada: 4,1

Data de Referência: 30/09/2011

### **Meta: Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

Análise Situacional da Meta: O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto, a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental está evoluindo muito além dos resultados esperados. O resultado observado do Ideb em 2011 foi de 5 pontos e, portanto, já superou não somente a meta prevista para 2011, mas também a meta prevista para 2013, que projeta uma meta de 4,9 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios, mediante a adesão de todos municípios ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução. A partir da adesão ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. O aumento do repasse dos recursos do Fundeb para as redes municipais e estaduais de ensino e a melhoria de gestão e esforço dos entes federados também explicam parcialmente a evolução dos indicadores de rendimento dos alunos.

Quantidade alcançada: 5

Data de Referência: 30/09/2011

**Meta: Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Segundo os dados coletados na PNAD 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2001, quando representava 83,16%, alcançando em 2011 90,14%. A proposta do PNE 2011-2020 em tramitação no Congresso Nacional apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização. No fim de dezembro de 2012, o Pacto já contava com a adesão de todos os estados e de 5.314 municípios brasileiros. O diferencial do programa é a integração entre as ações, que se dividem em 4 eixos prioritários:

1. Formação continuada de professores alfabetizadores – curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, sem ônus para os docentes. Estão previstas bolsas de estudo tanto para professores alfabetizadores como para orientadores de estudo, sendo que o material do curso também será custeado pelo Ministério da Educação.
2. Materiais didáticos e pedagógicos – estados e municípios receberão, sem ônus, materiais específicos para alfabetização, tais como: livros didáticos, obras complementares e dicionários; jogos pedagógicos de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa; obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.
3. Avaliações – avaliações contínuas em sala de aula; avaliações entre professores alfabetizadores e orientadores de estudos; sistema informatizado para inserção de dados das avaliações diagnósticas do 2º ano; aplicação de avaliação externa universal pelo Inep aos concluintes do 2º e 3º ano, visando a aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.
4. Gestão, controle social e mobilização – arranjo institucional composto por 4 instâncias: i) um Comitê Gestor Nacional; ii) uma Coordenação Institucional em cada estado, com atribuições estratégicas e de mobilização; iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio aos municípios; e iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede. Além de um sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo Ministério da Educação para apoiar as redes.

**Meta: Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. O PME visa ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Busca, ainda, colaborar para que o Brasil supere a “escola de turnos” por meio de políticas continuadas que incidam na melhoria e adequação do espaço escolar, na formação de gestores, professores e monitores e na constituição do conjunto de condições que permitam a concretização de uma educação integral na escola de “dia inteiro”.

Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

O Mais Educação apresenta uma história de crescimento e fortalecimento. Em 2008 foram atendidas 1.380 escolas de baixo Ideb localizadas nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 200 mil habitantes e 317.874 estudantes. Em 2009 expandiu-se para 5.005 escolas de cidades acima de 160 mil habitantes, com baixo Ideb, beneficiando a 1.181.440 estudantes. Em 2010, o programa atendeu as 10.026 escolas contempladas com o PDE escola, com baixo Ideb e ou localizadas em zona de vulnerabilidade social, localizadas nas cidades acima de 90 mil habitantes e 2.251.723 estudantes. Em 2011 o Programa Mais Educação chega a 14.995 escolas localizadas em municípios com mais de 18 mil habitantes e a 3.367.703 estudantes.

Por outro lado, o MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2011, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço de identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2012. O objetivo era expandir o Programa para uma seleção de escolas que contam com maioria de alunos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao todo são 14 mil escolas urbanas e 10 mil escolas do campo. A escolha está relacionada ao fato de que os beneficiados pelo Bolsa Família refletem o quadro histórico de desigualdade e situações de vulnerabilidades sociais.

Em 2012, aderiram ao Programa Mais Educação 32.074 escolas, beneficiando 4,7 milhões de alunos. Ressalta-se que das escolas que aderiram, mais de 17 mil têm a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (54% do total de escolas atendidas pelo Mais Educação). Os resultados obtidos atenderam às expectativas, sendo que o aumento da participação de estudantes de todo o país na jornada de educação ampliada (Educação Integral) superou em 44% ao do ano anterior.

O investimento no Mais Educação entre 2008 e 2012 passou de R\$ 90 milhões para R\$ 1,3 bilhão, aproximadamente. O número de escolas e o alunado beneficiado pelo PME aumentaram proporcionalmente aos investimentos. Em 2012, o Programa investiu mais de 50% dos recursos em escolas com alunos em áreas de maior vulnerabilidade social. Propõe-se, no âmbito da expansão 2012-2014, 15 mil novas escolas ao ano, num total previsto de 45 mil, de modo a atingir pelo menos 60% de escolas maioria PBF.

Além disso, inúmeros municípios e diversos estados já começam a organizar o espaço da educação em jornada ampliada – muitos impulsionados pelo Mais Educação e outros por esforço e iniciativa própria. O Conselho Nacional de Educação incluiu a educação em jornada ampliada nas novas diretrizes para a educação básica (2010), assim como na Câmara Federal tramita a PEC 134 que prevê a universalização da educação integral em jornada ampliada.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido através do Fundeb, que, a partir de 2007, passou a financiar as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com um percentual de até 30% a mais para o ensino fundamental e também um acréscimo para o ensino médio. A disponibilidade deste recurso acontece a partir da declaração pelas escolas, no Censo Escolar, do número de estudantes ou turmas em educação integral.

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados no processo de reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas, beneficiando 1,27 milhão de alunos matriculados, com repasse de R\$ 109,6 milhões.

## **PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde. No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha têm circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, além de regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,8 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais

1.109 equipes foram implantadas em 2012. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários, com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País, por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Outra ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Somase a esta ação na busca da melhoria do atendimento a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Requalificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012 beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nessa área, destacam-se ainda:

- Produção de mais 376 mil próteses dentárias - um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;
- Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios, passando de R\$100,00 para R\$150,00;
- Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da



Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;

- Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de população vivendo em extrema pobreza.

### **Meta: Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola**

Análise Situacional da Meta: Atualmente o Programa Saúde na Escola abrange 2.495 municípios, beneficiando mais de 12 milhões de escolares.

Quantidade alcançada: 2.495

Data de Referência: 31/12/2012

### **Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012). Com relação à cobertura vacinal contra febre amarela nas áreas de recomendação de vacina, a avaliação dos dados de janeiro a agosto de 2012 demonstra uma cobertura vacinal de 62,7%. Embora esteja abaixo da cobertura de 70% esperada para o ano, existe a expectativa de ampliação desse resultado a partir da institucionalização do monitoramento rápido de coberturas como mecanismo de melhoria das coberturas, homogeneidade e garantia de status de controle, eliminação e ou erradicação de doenças.

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.



Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

**Meta: Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências**

Análise Situacional da Meta: A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada: 2.648

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

Análise Situacional da Meta: Os núcleos são instância de gestão que articulam intra e intersetorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação da secretarias de saúde estaduais e municipais. Todos os Estados estão sendo apoiados pelo Ministério da Saúde para fomentar ações de vigilância e prevenção de violência, por meio de repasse de recursos financeiros, assessoria técnica e capacitações

**Objetivo: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da "Rede Cegonha" (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Todos os estados da federação aderiram à Rede Cegonha contemplando 4.959 municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes.

Para cobertura dessas ações estão sendo financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui

transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos. Estão sendo contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal (CPN) e qualificados 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizes. Em 2012 foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Foi implantada também, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher trabalhadora para implantação de sala de apoio a amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de agosto, 25.685 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 municípios e 24 estados.

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A

Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012, num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

**Meta: Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades.

**Meta: Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, 59% dos óbitos infantis foram investigados.

Quantidade alcançada: 59

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Foram impressos e distribuídos 6 milhões de cadernetas de saúde de adolescentes para 2.039 municípios em 2012 e 4.575 serviços de atenção básica estão utilizando a caderneta de saúde de adolescentes.

Quantidade alcançada: 4.575

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Foram implantados 140 novos leitos de UTI neonatal.

Quantidade alcançada: 140

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram custeados 2.986 novos leitos de UCI neonatal.

Quantidade alcançada: 2.986

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar**

Análise Situacional da Meta: O material está em processo de consolidação com o objetivo de encaminhamento para consulta pública.

**Meta: Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram aprovadas propostas de ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP).

Quantidade alcançada: 16

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi prevista a elaboração do projeto básico e executivo da obra, perfazendo um total de cumprimento de 2% da obra.

## PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

**Objetivo: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1º semestre de 2011 e 2º semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, em média, 4,66 milhões de crianças até 7 anos de idade beneficiárias do PBF foram acompanhadas semestralmente na condicionalidade de saúde. Desse total, 4,62 milhões registraram vacinação em dia, o equivalente ao percentual médio de 99,04%. Assim, com relação ao acesso à saúde infantil, o acompanhamento das crianças beneficiárias e o cumprimento da agenda de vacinação têm alcançado resultados positivos. No último período auferido, 2º semestre de 2012, o percentual de vacinação foi de 99,21%.

Quantidade alcançada: 99,21

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta: O acompanhamento da condicionalidade de educação é bimestral e envolve 5 períodos de acompanhamento por ano, divididos nos bimestres de fevereiro e março, abril e maio, junho e julho, agosto e setembro, outubro e novembro. O público para acompanhamento é dividido entre crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos. No ano de 2012, na faixa etária de 6 a 15 anos, 15,2 milhões formavam o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que foram efetivamente acompanhados 13,5 milhões, o equivalente a 88,8%, em média. Entre os jovens de 16 e 17 anos, 2,5 milhões compuseram o público para acompanhamento e 1,9 milhão foram, de fato, acompanhados, totalizando o percentual médio de 77,38%. Para os próximos anos o objetivo é ampliar o acompanhamento para 95%, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, e para 85% na faixa dos 16 e 17 anos. No último período auferido em 2012, o percentual de acompanhamento para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, referente ao bimestre de outubro e novembro, foi de 87,31%.

Quantidade alcançada: 87,31

Data de Referência: 30/11/2012

**Objetivo: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O Plano Brasil sem Miséria – BSM, lançado em junho de 2011 com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população brasileira, tem como meta a erradicação da pobreza extrema, portanto, tem na ampliação do Programa Bolsa Família – PBF uma estratégia fundamental, tanto em termos de cobertura, valores e tipos de benefício, quanto na integração com programas estaduais de transferência de renda para atendimento de famílias extremamente pobres.

Dentre os avanços observados no PBF, destacam-se alguns resultados que impactaram diretamente na condição de vida da população em situação de pobreza, especialmente, das que se encontram em situação de maior vulnerabilidade:

- Criação do BSP, o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância, focado na erradicação da extrema pobreza e que tem por objetivo assegurar renda mínima de R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa a todas as famílias beneficiárias do PBF, com crianças/adolescentes entre zero e quinze anos. Em dezembro/2012, o PBF já atendeu mais de 3,5 milhões de famílias com o BSP;
- Concessão de benefícios do PBF a mais de 1,31 milhão de novas famílias;
- Expansão do PBF, a partir das novas estimativas de pobreza, que resultou na transformação da folha de pagamentos do PBF, que passou de 12,9 milhões de famílias beneficiárias, em dezembro de 2011, para 13,9 milhões de famílias, em dezembro de 2012;
- Incremento de 750.023 famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias);
- Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ) a 3,6 milhões de beneficiários;
- Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável nutriz (BVN), a 204.701 beneficiários; e
- Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável à gestante (BVG), com foco em assegurar melhores condições de renda e apoio à mulher gestante, a 166.366 gestantes beneficiárias.

Os indicadores deste exercício evidenciam a evolução do Programa, projetando-o a um novo patamar de desafios, especialmente, no que concerne à sua efetividade, nos seguintes aspectos: qualidade dos mecanismos de identificação dos segmentos mais vulneráveis da população e focalização do programa; diversificação dos meios de pagamento dos benefícios; e melhoria nos índices de atualização cadastral das informações dos beneficiários.

O percentual de famílias pobres atendidas no país saltou de 97,9% em 2011 para 99,8%, dados da folha de pagamento de dezembro de 2012, com movimentação de aproximadamente R\$ 23 bilhões por ano. Não obstante o expressivo volume de recursos envolvidos, o Programa pode ser considerado de baixo custo em relação ao PIB - aproximadamente 0,47% em termos do que representa para os esforços de superação da pobreza e da desigualdade.

### **Meta: Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta: Incremento de 750.023 mil famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias).

Quantidade alcançada: 750.023

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento**



**especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

1. expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
2. realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
3. intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
4. Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

1. início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
2. expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;
3. implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
4. capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais,

dispondo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

**Meta: Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária**

Análise Situacional da Meta: De acordo com o Censo SUAS 2011, 94% das 2.110 unidades CREAS que responderam o levantamento, ofertaram atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência. Destaca-se o incremento de 32% no quantitativo de unidades em relação ao exercício anterior (1.596 CREAS, conforme o Censo SUAS 2010).

Em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, o cofinanciamento federal alcançou 2.216 unidades CREAS, com cobertura a 2.303 municípios. Todas essas unidades devem ofertar o PAEFI (Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos) às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, incluindo crianças e adolescentes em situação de violência.

A partir de 2011, o Censo SUAS passou a informar o volume de casos de crianças e adolescentes em situação de violência, acompanhados na rede CREAS no ano anterior. O Censo 2011 aponta que, em 2010, foram acompanhados pelos CREAS: 68,3 mil casos de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar; 41,4 mil casos de abuso sexual; 9,7 mil casos de exploração sexual; 45,6 mil casos de negligência ou abandono; e 35,2 mil casos de trabalho infantil. Além disso, também foram acompanhadas 15,2 mil famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, contribuindo para a reinserção familiar e a efetivação da proteção e garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

O Censo 2012 encontra-se em processo de validação e análise dos dados. Sua análise possibilitará mensurar a evolução da cobertura do serviço ao público alvo em referência.

Quantidade alcançada: 2.303

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres**

Análise Situacional da Meta: As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas

as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

O MDS está regulando o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, processo que envolve pactuações de parâmetros e de critérios de partilha na Comissão Intergestore Tripartite (CIT), composta por gestores da Assistência Social representando as três esferas da federação, e a sua aprovação no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. O MDS está concluindo a elaboração de Portaria que autoriza o repasse do cofinanciamento federal para a oferta do respectivo serviço, que também tratará dos prazos e dos procedimentos para que os gestores realizem a adesão ao cofinanciamento, ofertem e monitorem tais serviços, com destaque para as especificidades de cada grupo populacional.

Está prevista a elaboração de orientações técnicas que visam materializar as previsões contidas no Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, instituído por meio da Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012. Com isso, será possível detalhar as ações por público específico, incluindo os idosos e pessoas com deficiência em suas necessidades específicas, conforme dispõe o próprio Protocolo.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;
- Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;
- Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;
- Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e
- Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

**Meta: Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta: Em agosto/2012, foi realizado pelo Departamento de Proteção Social Especial/ Secretaria Nacional de Assistência Social - DPSE/SNAS, em Brasília, encontro de capacitação sobre o Serviço de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com as 27 unidades federadas e 26 capitais, totalizando a participação de 110 profissionais. No referido encontro, foi disponibilizada a versão preliminar do Caderno de Orientações Técnicas sobre Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à

Comunidade (PSC) para recebimento de contribuições ao texto. Em 2013, o referido material deverá ser publicado com proposição de procedimentos e fluxos que definam a execução desse serviço em cada município.

**Meta: Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas em direção a essa meta: a) elaboração de subsídios para aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI). O documento elaborado contempla, de forma geral, algumas especificidades do atendimento às situações de violência que envolvam crianças e adolescentes; b) participação da SNAS na elaboração da ficha de Notificação Intersectorial das Violências na Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e na Rede de Atenção e Proteção às Pessoas em situação de Violências, compreendendo iniciativas que incluem questões sobre violência contra crianças e adolescentes; e c) divulgação da campanha (dia 18 de maio) sobre o combate à violência sexual de crianças e adolescentes, junto à rede socioassistencial.

Em 2013 deverá ser publicado o caderno de orientações técnicas sobre o PAEFI, contemplando algumas especificidades do atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência.

**Meta: Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

1. a expansão, em maio/2012, do cofinanciamento federal aos municípios com mais de duzentos mil habitantes, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, por meio do programa "Crack, é possível vencer";
2. conclusão da produção de subsídios visando ao aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço de abordagem em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil.

**Objetivo: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o BPC atendeu aproximadamente 3,8 milhões de beneficiários, sendo 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de pessoas

idosas. O processo de inserção dos beneficiários no CadÚnico teve continuidade este ano, com algumas ações visando a aumentar a proporção dos beneficiários inseridos e buscar subsídios com os próprios municípios para mapear os principais problemas enfrentados e aperfeiçoar o processo, que deve tornar-se contínuo. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com o BPC na Escola (que iniciou, no final de 2011, novo processo de adesão de municípios, estados e DF) e o BPC Trabalho (foram concluídas 9 experiências piloto implementadas no período de 2010-2012), constituindo iniciativas que visam a ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento.

Em 2012, observou-se o resultado da publicação das Leis nº 12.435/11 e nº 12.470/11, que alteraram dispositivos da LOAS (Lei nº 8.742/93) e contribuíram para a regulamentação do benefício. A Lei nº 12.435/11 trouxe mudanças referentes ao BPC quanto à definição de pessoa com deficiência e avaliação do grau de impedimento pelo prazo mínimo de 2 anos, definição da composição familiar para fins de cálculo da renda familiar per capita e alterações no cômputo da renda, tais como: a não consideração, no cálculo da renda mensal familiar, para fins de concessão do BPC, das remunerações de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária e da remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou de estagiário. A Lei nº 12.470/11 determinou que o pagamento do benefício (BPC) à pessoa com deficiência seja suspenso quando o beneficiário exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, podendo, contudo, ser reativado após extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora ou após o prazo de pagamento do seguro desemprego, sem a exigência de que o beneficiário seja submetido a nova avaliação da deficiência e do grau de impedimento, necessitando apenas comprovar junto ao INSS a cessação do contrato de trabalho ou da atividade desenvolvida.

### **Meta: Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola**

Análise Situacional da Meta: Visando a ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, em setembro/2011, teve início novo processo de adesão de novos municípios ao Programa, possibilitando também que os estados, DF e os municípios já participantes renovem sua adesão e reafirmem os compromissos assumidos desde 2008. Até 31/12/12, aderiram ao Programa 815 novos municípios, além da renovação de todos os estados, o DF e 1.536 municípios, totalizando 2.351 municípios participantes (42,21%).

Além disso, as equipes técnicas municipais realizaram 24,4 mil visitas domiciliares, para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras ao Acesso e Permanência na Escola do público do Programa. Em 2012, o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS transferiu aos municípios recursos financeiros no montante de R\$ 442 mil, referentes ao registro de onze mil questionários recebidos dos municípios e validados pela SNAS.

Quantidade alcançada: 2.351

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta: O Decreto nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade

de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação pelo período máximo de 02 anos.

Em 2013, deverão ocorrer debates sobre experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos e rendas advindas do trabalho, quando serão analisados os impactos dessa acumulação no sistema de proteção social brasileiro, considerando inclusive experiências internacionais. A sistematização desses debates deverá resultar na elaboração de normativos e orientações técnicas sobre a matéria.

## **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

**Meta: Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

Análise Situacional da Meta: Os serviços especializados de atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual são operacionalizados pelo Ministério da Saúde. A SPM contribui para a ampliação dos serviços por meio de articulação e de recursos financeiros destinados ao aparelhamento desses serviços no âmbito dos Institutos Médicos Legais.

Hoje existem 233 serviços, sendo Hospitais, Policlínicas, Maternidades, dentre outros, com atendimento à violência sexual.

Por estado estes serviços têm os seguintes números: AC - 4 serviços; AL - 2 serviços; AM - 5 serviços; AP - 1 serviço; BA - 2 serviços; CE - 3 serviços; DF - 14 serviços; ES - 2 serviços; GO - 6 serviços; MA - 4 serviços; MG - 7 serviços; MS - 1 serviço; MT - 1 serviço; PA



- 3 serviços; PB - 5 serviços; PE - 7 serviços; PI - 1 serviço; PR - 19 serviços; RJ - 14 serviços; RN - 2 serviços; RO - 1 serviço; RR - 1 serviço; RS - 7 serviços; SC - 8 serviços; SE - 1 serviço; SP - 107 serviços e TO - 5 serviços.

**Objetivo: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo que une União, Estados, DF e municípios. O ano de 2012 deu continuidade ao processo de Repactuação, ou seja, a reafirmação do compromisso dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Essa nova rodada de pactuações ressalta a responsabilidade e o compromisso do sistema de justiça, os inserindo como signatários do Pacto. Em 2012, os estados de Amazonas e Distrito Federal tiveram sua repactuação concluída. Todos os demais estados (a exceção do Espírito Santo e Paraíba, que repactuaram em 2011) estão com processo de planejamento em andamento. A SPM tem acompanhado e assessorado todo esse processo.

A Campanha Compromisso e Atitude, lançada em agosto de 2012, consolida o esforço de integração com o sistema de Justiça, focando a responsabilização dos agressores de mulheres no país.

A Central de Atendimento Ligue 180 qualificou suas atendentes para atendimento as mulheres em situação de tráfico de pessoas, assim como foi inaugurado o serviço binacional com o governo da Venezuela. Da mesma forma, foram assinados acordos e protocolos, no esforço conjunto de fortalecer e garantir direitos das mulheres.

**Meta: Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta: No que tange à definição de prioridades de políticas para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho.

## **PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica**

**Objetivo: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do**

**campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para superar o desafio deste objetivo o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

Para tanto, também foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o

Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos Territórios da Cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de sorte que, ao final do Programa, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Da nova fase de expansão 2011-2014, 76 já estão funcionando. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Tal iniciativa é adotada em diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil. Assim, no âmbito desses programas, são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de

Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

**Meta: Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas por unidade. Nesse período, foram investidos R\$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes. A meta estabelecida no Plano de Expansão da Rede Federal, no âmbito do Pronatec, é alcançar o número de 562 unidades em funcionamento até 2014, totalizando 208 novas unidades dos institutos federais no período 2011 – 2014. Destas, 76 já estão em funcionamento, totalizando 430 escolas na rede federal.

Quantidade alcançada: 430

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda**

Análise Situacional da Meta: A meta global do Pronatec é ofertar 8 milhões de vagas, até 2014, em cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (de, no mínimo, 160 horas). Os cursos são oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, que constituem a Rede Federal; pelas redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT). Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos 2.559.314 de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo.

Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec: Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Especificamente na Bolsa-Formação foram realizadas mais de 645 mil matrículas, das quais 104,8 mil em cursos técnicos e as demais em cursos de formação inicial e continuada.

Quantidade alcançada: 2.559.314

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**

**Objetivo: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.**

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo: Com relação a este objetivo, têm sido empreendidos vários esforços no sentido de identificar e ampliar o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer nos municípios brasileiros, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social.

As Praças dos Esportes e da Cultura, renomeadas para Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs, compõem o Programa para Aceleração do Crescimento - PAC 2, no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. Os CEUs têm por objetivo integrar, no mesmo espaço físico, programas e ações de cultura, esporte e lazer, entre outros, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 CEUs, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. Dessa forma, as obras devem ser iniciadas até agosto de 2013 e concluídas até o final de 2014. Neste momento, 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Já no Programa Mais Cultura, encontram-se em fase de conveniamento 29 projetos e outros 54 já estão em fase de execução. Estes projetos envolvem ações de implantação de espaços culturais a partir da construção, reforma e/ou aquisição de bens permanentes. Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e há previsão para a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.

Outra iniciativa do Ministério da Cultura, o programa Usinas Culturais, também tem por finalidade a realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social, visando especialmente: o exercício dos direitos; a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural; e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. Em 2012 o programa Usinas Culturais selecionou 68 propostas, tendo sido assinados 15 novos convênios. Os municípios têm até junho de 2013 para dar início às obras. Até julho de 2014 todas as Usinas Culturais estarão em funcionamento.

**Meta: Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Quantidade alcançada: 360



Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.**

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo: Com relação ao desenvolvimento de uma política nacional capaz de articular os campos de Cultura e Educação, ampliando e qualificando a produção e difusão de conhecimento nestas áreas, a realização de pesquisa-ação envolvendo cinco seminários macrorregionais (contando com a participação de arte-educadores, professores, estudantes, gestores públicos, artistas, educadores populares, lideranças comunitárias, bibliotecários, entre outros) sintetiza os esforços realizados para o delineamento de diretrizes para a política. Destaca-se, ainda, a pactuação, com o Ministério da Educação, de 52 mil vagas para cursos técnicos e profissionalizantes em áreas referentes à cultura e artes, a partir do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

**Meta: Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas**

Análise Situacional da Meta: O Programa Mais Cultura nas Escolas consiste em iniciativa interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), que tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas, contempladas com o Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador, e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais.

Em 2012 foram disponibilizados conceitos, metodologias de mobilização e implementação, instrumentos de monitoramento e manual de orientações para adesão ao programa. Construiu-se também uma cartografia social colaborativa, em plataforma livre, contendo espaços culturais (pontos de cultura, centros culturais, bibliotecas, museus, entre outros) existentes no entorno de escolas públicas que estão implementando educação integral. A plataforma contém cerca de 50 mil registros e pode ser acessada através do endereço eletrônico <http://culturaeduca.cc/>, constituindo subsídio importante para a implementação do Programa Mais Cultura nas Escolas.

Serão selecionados 5 mil projetos para serem desenvolvidos em 5 mil escolas, e cada um deles será contemplado com valores entre R\$ 20 mil e R\$ 22 mil, variáveis conforme o número de alunos registrado no último censo escolar. Os recursos serão repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em parcela única. Valor total da ação: R\$ 100 milhões, com recursos oriundos do Ministério da Educação.

**PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos**

**Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa



Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.
- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.

- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

**Meta: Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

Análise Situacional da Meta: O Ministério do Esporte concentrou seus esforços na criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, bem como no fortalecimento pedagógico do Programa Segundo Tempo (PST) padrão e do PST no Mais Educação, em parceria com o Ministério da Educação.

Quanto ao PST padrão, foram priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento. Assim, foram tramitadas parcerias com 22 prefeituras, duas secretarias estaduais e duas universidades, sendo uma estadual e uma federal, com o alcance de 39.920 beneficiados, em 350 núcleos. Em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos, totaliza 1.555.051 beneficiados.

Quantidade alcançada: 1.093.794

Data de Referência: 14/02/2013

**Meta: Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta: O grande desafio apresentado no exercício foi a construção do contexto de esporte e lazer como legado social dos grandes eventos. Os programas já desenvolvidos, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, são efetivos legados sociais e em 2012 já atendiam a mais de 3 milhões de beneficiários. O desafio é potencializar o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Com relação ao esporte escolar, em 2012 também foi apoiado um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram realizados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do

Desporto Escolar (CBDE). Já no esporte universitário, apoiou-se 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes), em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, foram realizados os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares, que reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN. Concomitante aos Jogos, aconteceu a Assembleia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE), com a participação de Ministros do Esporte e representantes dos 12 países participantes.

Vale ainda citar a constituição de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando a reflexão sobre os “Legados do Esporte Brasileiro”. O projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores e pesquisadores de vários estados brasileiros para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

**Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta: No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

Quantidade alcançada: 660.000

Data de Referência: 14/02/2013

## **PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude**

**Objetivo: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:

Região Centro Oeste = 14.923  
Região Nordeste = 26.138  
Região Norte = 10.162  
Região Sudeste = 14.923  
Região Sul = 18.509  
Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

**Meta: Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País. Em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes, sendo 188.538 aprendizes adolescentes até 17 anos. De janeiro a maio de 2013, foram admitidos 142.094 aprendizes, sendo 99.789 adolescentes até 17 anos.

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Quantidade alcançada: 286.827

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	26.064	31/12/2012
Região Nordeste	220.645	unidade	46.223	31/12/2012
Região Norte	67.525	unidade	16.026	31/12/2012
Região Sudeste	623.264	unidade	146.144	31/12/2012
Região Sul	210.041	unidade	52.370	31/12/2012

**Meta: Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, a participação de mulheres adolescentes e jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem representou um total de 47,25% (135.536 contratos, sendo 85.515 aprendizes com idade de até 17 anos) contra 52,75% de homens (151.291, sendo 103.023 aprendizes com idade de até 17 anos). De janeiro a maio de 2013, foram admitidas 44.507 aprendizes do sexo feminino com idade de até 17 anos e 55.282 aprendizes do sexo masculino com idade de até 17 anos.

Quando a análise é realizada por Estados da Federação, nota-se que a proporção se mantém homogênea quando comparada aos dados nacionais. Em 2012, os Estados do Ceará (52,68%), Rio Grande do Norte (56,85%), Pernambuco (50,93), Sergipe (51,97), Bahia (50,07), Mato Grosso do Sul (55,59) e Goiás (50,51) tiveram o número de mulheres superior ao de homens nos contratos de Aprendizagem.

As ações do Ministério do Trabalho estão no sentido de incentivar a participação feminina nessa modalidade de contratação por meio do monitoramento dos dados e a discussão do tema no âmbito dos Fóruns Nacional e Estaduais.

Quantidade alcançada: 135.536

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta: Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional já implementados: BA, CE, DF, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP. Até 31/12/2013 serão implementados fóruns nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins. Dessa forma todos os Estados da Federação terão fóruns instalados ainda em 2013.

### **Meta: Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)**

Análise Situacional da Meta: O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política. Esse documento apresenta as principais ações, resultados esperados, prazos de implementação e responsáveis. Abaixo, coloca-se as ações em andamento e respectivos resultados esperados:

#### 1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da AP. Público alvo de programas sociais contratados como aprendizes pela AP; Sugestão contratual de que as prestadoras de serviços na AP cumpram suas cotas.

#### 2 - Articulação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da Aprendizagem Profissional com a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas.

#### 3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto socioeconômico da Aprendizagem;

#### 4 - Financiamento

Resultados Esperados: Estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens.



## 5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do País para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

## 6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Até dezembro de 2013 serão implementados nos estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Monitoramento e divulgação das ações implementadas nos Fóruns Estaduais;

## 7 - Alinhamento Interinstitucional

Resultados esperados: Processos de registro e validação de cursos, programas, parcerias otimizadas e processo de certificação. Contratos de aprendizagem intermediados pelo Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

## 8 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente

Ações: participação de representantes do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP no subcomitê de Juventude; Sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via Cooperação Internacional em coordenação com a Agenda Nacional de Trabalho Decente - ANTD; Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANTD; Discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

## 9 - Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional - PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações, proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade/licitações.

**Meta: Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta: No tocante à fiscalização do cumprimento, pelas empresas, da obrigação de contratar aprendizes, prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, a inspeção do trabalho, durante o ano de 2012 - de janeiro a dezembro, promoveu a inserção sob ação fiscal de 140.900 aprendizes no mercado de trabalho em território nacional.

Quantidade alcançada: 140.900

Data de Referência: 31/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	14.923	31/12/2012
Região Nordeste	118.203	unidade	26.138	31/10/2012
Região Norte	49.278	unidade	10.162	31/12/2012
Região Sudeste	312.418	unidade	71.168	31/12/2012
Região Sul	86.962	unidade	18.509	31/12/2012

## **PROGRAMA: 2057 - Política Externa**

**Objetivo: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.**

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo: O Governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, promove a percepção internacional do compromisso brasileiro com os direitos humanos e temas sociais por seu forte engajamento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, na Organização Mundial de Saúde e na Organização Internacional do Trabalho e demais organismos internacionais, bem como por seu intenso diálogo com relatores especiais de direitos humanos e demais órgãos de tratado. Está envolvido, ainda, com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

**Meta: Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013**

Análise Situacional da Meta: Como parte do processo de preparação interna, foi instituída, em esforço conjunto do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Comissão Nacional Organizadora da Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil. Foram iniciados os trabalhos de divulgação, em nível internacional, do evento.

## **PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa**

**Objetivo: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.**

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo: Esse objetivo é composto de quatro vertentes: Apoio a comunidades carentes; Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

No que tange ao apoio a comunidades carentes destaca-se o Projeto Rondon. Coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social, que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

A realização do Projeto se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados "rondonistas". As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e já beneficiaram, desde a criação do projeto, 864 municípios, com a participação de mais de 14.700 voluntários, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Em 2012 participaram das operações do Projeto 1.944 rondonistas, que atuaram em 57 municípios dos estados de Maranhão, Pará e Tocantins. Para 2013, está prevista a participação

de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe.

Quanto à Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, cita-se como principais resultados, em 2012, a qualificação profissional de 14.659 jovens durante a prestação do serviço militar, o que contribuirá para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. Em 2013 está prevista a qualificação de 14.000 jovens.

Na vertente do Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças, enquadra-se o Projeto “Forças no Esporte” – PROFESP, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com a utilização das instalações das Forças Armadas. Alinhado ao Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, o PROFESP é destinado ao oferecimento de atividades esportivas e reforço escolar para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente, da rede pública, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Além das atividades de prática esportiva e reforço escolar, o Programa também oferece ao seu público-alvo aulas de música, inclusão digital e capacitação profissional nas áreas de padaria, pizzaiolo, jardinagem e alfaiataria. Dessa forma, o PROFESP contribui para a inclusão social e para a prevenção da violência, por meio da utilização de mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho.

Em 2012, o Programa atendeu 12.000 crianças em 86 organizações militares distribuídas em todo território nacional. Destaca-se como resultados marcantes do PROFESP a preparação de atletas adolescentes, já selecionados para os Jogos Olímpicos de 2016, e também o encaminhamento de jovens do Programa para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como no meio militar.

O Programa Forças no Esporte tem a perspectiva de atender 100.000 crianças até o ano de 2016.

### **Meta: Participação de 80.000 crianças no Programa “Forças no Esporte”**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 a Comissão Desportiva Militar do Brasil atendeu a 400 atletas de alto rendimento e 700 alunos das Escolas da Formação. Ainda em 2012, o Forças no Esporte beneficiou 12.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, alcançando 100% da meta prevista para o ano. Para 2013 está previsto o atendimento de mais 15.000 crianças e adolescentes.

Quantidade alcançada: 12.000

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	80.000	pessoas	12.000	31/12/2012

### **PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas**

**Objetivo: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: O programa “Crack, é possível vencer” prevê investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem com enfrentar o tráfico de drogas. Em 2012, 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, aderiram ao plano, totalizando uma previsão de investimentos de 1,352 bilhão até 2014. Além disso, está em curso uma estratégia de expansão do programa, que procurará alcançar prioritariamente os municípios do país com mais de 200 mil habitantes em 2013.

No âmbito do programa, estão sendo realizadas ações com vista à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com Instituições públicas de Ensino Superior, tem sido oferecidos cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas. No âmbito do eixo de “Prevenção” do programa “Crack, É Possível Vencer”, foi prevista capacitação a distância de 483.300 mil pessoas até 2014 (educadores, policiais militares - Programa Educacional de Resistência às Drogas, operadores do direito, profissionais das redes de saúde e assistência social, profissionais de comunidades terapêuticas, lideranças religiosas e lideranças e conselheiros comunitários). Até o momento, já foram capacitadas mais de 150 mil pessoas nessas diferentes áreas de atuação.

O Plano também prevê investimentos na modalidade de formação presencial, destacando-se sua estratégia de consolidar uma rede especializada para formação permanente de profissionais das redes de saúde e assistência social, segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário em todo o território nacional. Para tanto, prevê a meta de implantar 65 Centros Regionais de Referência (CRR), ligados às instituições públicas de ensino superior, até 2014, com oferta de 59.000 vagas. Em 2012, de acordo com a SENAD, 50 destes centros estavam em funcionamento, tendo sido disponibilizadas cerca de 23 mil vagas. Para 2013, espera-se implantar os centros nos estados que não ainda os possuem (AC, AP, MA, RR, SE). O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Plano Crack, É Possível Vencer.

**Meta: Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades.**

Análise Situacional da Meta: Foram capacitados 10 mil conselheiros e lideranças comunitárias. Em dezembro de 2012 foi lançada a 5ª edição do curso em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com oferta de 40.000 vagas em todo o Brasil. Sofreram revisão o conteúdo didático e a plataforma virtual, buscando fortalecer a atuação em rede para a prevenção do uso de crack, álcool e outras de drogas

**PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência**

**Objetivo: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: No âmbito do Viver sem Limite, foram adquiridos, em 2012, equipamentos para implantação de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais em escolas públicas e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes, que estão sendo entregues em 2013. Também dentro do Viver sem Limite, 9.958 escolas receberam recursos do PDDE Escola Acessível para dotar os prédios escolares de padrão de acessibilidade arquitetônica.

**Meta: Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram adquiridos e estão sendo implantadas 13,5 mil salas de recursos e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes. Além disso, 9.958 escolas receberam recursos para implementar acessibilidade nas edificações escolares.

**PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: O Censo 2010, pela primeira vez, inseriu pergunta sobre o registro civil de nascimento, para pessoas até 10 anos de idade. Os estados vêm firmando convênios com a SDH/PR para implantação de Unidades Interligadas nas maternidades a fim de evitar que as crianças saiam do estabelecimento sem o devido Registro Civil de Nascimento, documento fundamental para a conquista da cidadania. Além disso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, cuja implantação aguarda regulamentação. Também foram reimpressos materiais de campanha publicitária, protagonizada pela cantora Ivete Sangalo, e distribuídos para todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, Carteiros (N e NE), Conselhos da Mulher, gestores escolares em formação das regiões N e NE, Pastoral da Criança, UNICEF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e Centros de Referência de Direitos Humanos. O vídeo da campanha foi veiculado nas regiões Norte e Nordeste, em mídia paga e também em carros e barcos de som.

**Meta: Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS**

Análise Situacional da Meta: Já foram implantadas 314 Unidades Interligadas, sendo 12 na região Norte, 66 no Nordeste, 200 no Sudeste e 36 no Centro Oeste.

Quantidade alcançada: 314

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: Esta ação está sendo desenhada em parceria com a Coordenação de Convivência Familiar e Comunitária da SNPDC e com o MDS.

**Objetivo: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: A SDH coordena três programas de proteção: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

O Programa de Proteção ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM foi ampliado para mais dois estados com a formalização de convênios com os governos do AM e CE, alcançando 13 estados, nas 5 regiões do Brasil. A equipe técnica do Núcleo Federal atua nos demais estados que ainda não formularam convênio específico. SDH trabalha numa perspectiva de integração dos três programas no âmbito dos estados.

**Meta: Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)**

Análise Situacional da Meta: Foram formalizados convênios com os governos do AM em dez/2011 e CE em dez/2012. Os demais deverão ser objeto de conveniamento nos próximos anos.

**PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**

**Objetivo: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), elaborou em 2012, o Plano Estratégico de Reestruturação do



Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas (Decreto Presidencial de 5 de junho de 2012). O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEI prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano.

Dentre as ações realizadas no ano de 2012 destacam-se:

1. Ações intensivas de atenção à saúde em seis DSEI (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) com 9.700 atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico;
2. Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária;
3. Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDIPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da Mortalidade Infantil;
4. Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos DSEI com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A;
5. Realizados treinamentos nos 34 DSEI para a aplicação de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

No que se refere ao saneamento em áreas indígenas, destacam-se a contratação de 128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Destacam-se ainda:

1. Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 34 DSEI e em 68 CASAI;
2. Desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto;
3. Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para distribuição aos 34 DSEI; e
4. Aquisição e distribuição para quinze DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

**Meta: Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance da meta, diversas ações foram implantadas como o reforço da vacinação de rotina, implementação do Mês da Vacinação dos Povos Indígenas em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI e Operação Gota nos DSEI com áreas de difícil acesso. As metas anuais foram escalonadas, sendo que para o ano

de 2012 a meta estabelecida foi de 70% de percentual de crianças menores de 7 anos com esquema vacinal completo. Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária.

Quantidade alcançada: 71

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

### **PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

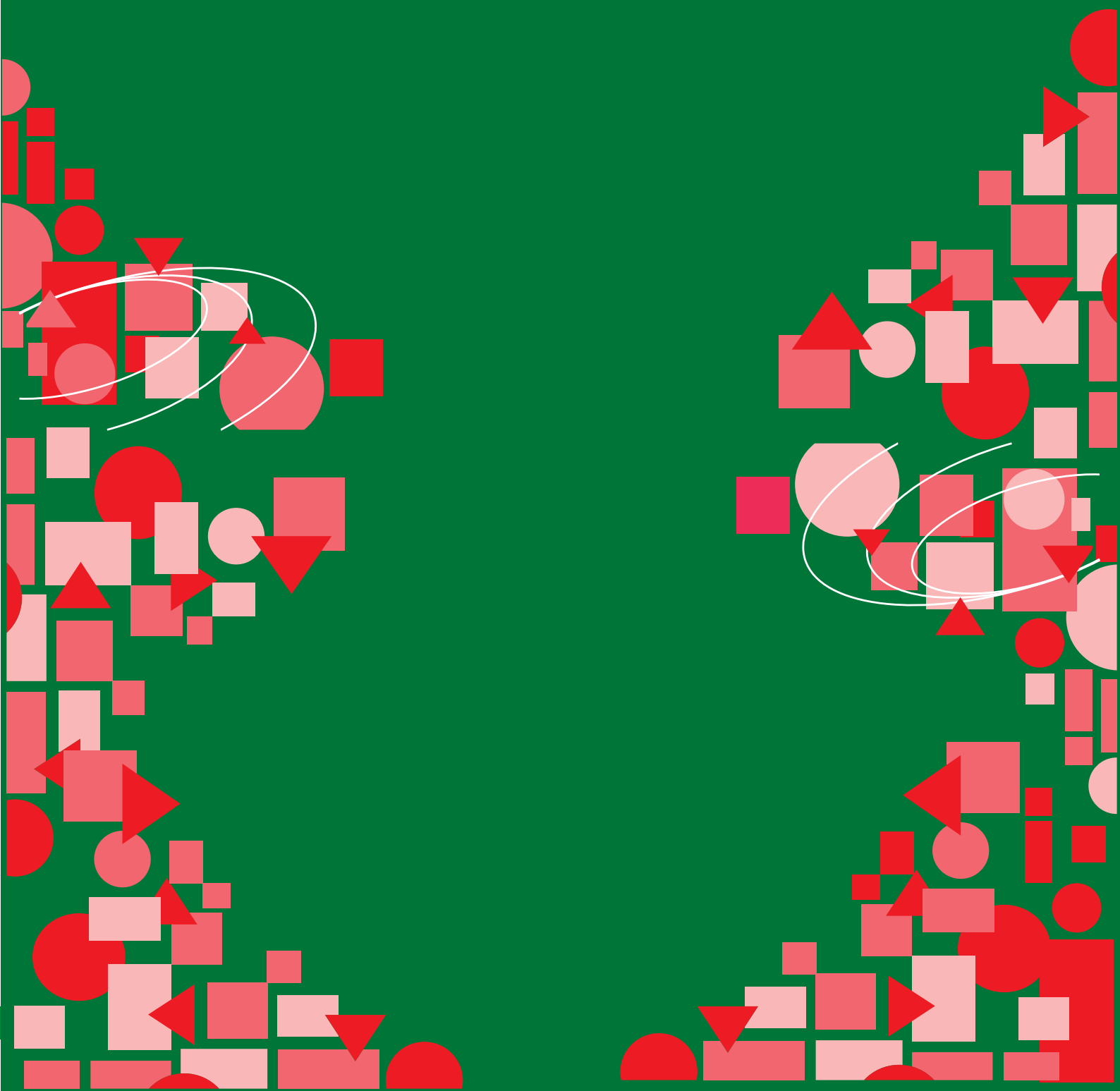
O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

### **Meta: Implementar, monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil**

Análise Situacional da Meta: O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador é composto por 96 ações com 15 instituições tendo responsabilidade sobre elas. Essas 96 ações se desdobram em 154 produtos e/ou metas. Algumas ações têm a previsão de gerar um produto, outras já levam à uma meta diretamente. Outras ainda se ramificam em produtos e cada produto tem uma meta. Por essas diferenças, a análise dos produtos e metas é feita de forma conjunta, sempre que há uma avaliação do Plano. As avaliações são feitas no mês de julho (avaliação semestral) e em fevereiro (avaliação anual). As avaliações atribuem classificações às metas e produtos do tipo “realizado”, “dentro do prazo”, “não realizado” ou “não informado”.

Pela última avaliação do Plano, feita em julho de 2012, 89 metas e produtos foram classificados como “realizado”, 29 como “dentro do prazo”, 28 como “não informado” e apenas 8 como “não realizado”.

# JUVENTUDE







## Juventude

### **PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude**

**Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal, impulsiona a transversalidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas de Juventude - PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos de suas ações e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

Os Grupos de Trabalho – GTs temáticos (Meio Ambiente, Mulheres e Juventude Rural) ampliaram o debate sobre temas específicos da área e iniciaram o diálogo e a conexão desses diversos temas com um conjunto de ações e eventos organizados pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. Além de expandir conceitos, os GTs proporcionaram uma real ampliação da participação de grupos juvenis que, costumeiramente, não participavam dos fóruns tradicionais de PPJs.

O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos, na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceria entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

Desde 2010 o Governo Federal atua diretamente no Congresso Nacional para aprovação do Estatuto da Juventude. Mesmo com o projeto de Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo Legislativo, o Governo já está produzindo textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

O Observatório da Juventude também foi priorizado em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado “Participatório – Observatório Participativo da Juventude”, que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no Programa.



Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento de PPJs, como no Projovem Urbano e no debate no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

A SNJ também lançou seu sítio e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da Secretaria. Exemplo disso foi a cobertura colaborativa da Conferência das Nações Unidas – RIO+20, ocorrida em 2012.

O Ministério da Cultura – MinC e a SNJ concluíram a seleção do Prêmio “Agente de Cultura Jovem” em 2012: 500 projetos foram premiados e receberão R\$ 9.000,00 (nove mil reais), um apoio e incentivo à promoção da cultura na juventude.

As parceiras com organismos internacionais foram intensificadas a partir da organização do “Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur”. O Brasil assumiu a presidência da Organização Iberoamericana de Juventude – OIJ, recebeu delegações estrangeiras, consolidou sua presença na Comunidade de Povos de Língua Portuguesa - CPLP, na reunião especializada de juventude do Mercosul - REJ e assumiu um papel central na criação de uma assessoria permanente de Juventude na ONU, fomentando também a criação de um fórum permanente de Juventude nas Nações Unidas.

Na área do fortalecimento institucional, foram firmados, em 2011 e 2012, dez convênios com financiamento de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada estado. Para 2013, a forma de apoio aos demais entes da federação foi modificada, tendo sido criada a meta de atendimento a 70 municípios a partir do Programa de Fortalecimento Institucional de PPJs.

As ações, eventos e programas do Governo Federal relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

A Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul foi organizada em dezembro de 2012, em Brasília. A mencionada reunião definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Planeja-se, no segundo semestre de 2013, formalizar o pedido de seção brasileira da REJ.

No que tange à formação de gestoras jovens para a política de gênero, a SNJ tem reforçado essa política com a criação do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e no desenvolvimento da parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM que já possui capacitações específicas para o tema.

**Meta: Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SNJ constituiu informalmente 3 Grupos de Trabalho com as seguintes temáticas: Juventude Rural, Jovens Mulheres e Meio Ambiente, que serão formalizados em 2013.

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta: O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

**Meta: Aprovar o Estatuto da Juventude**

Análise Situacional da Meta: O Governo Federal atuou diretamente na Câmara de Deputados para aprovação do Estatuto da Juventude. Em 2012, o projeto já se encontrava no Senado.

**Meta: Aprovar o Plano Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta: Mesmo com o projeto de Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo legislativo, já estão sendo produzidos textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

**Meta: Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul**

Análise Situacional da Meta: Sobre a Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul, foi organizado, em dezembro de 2012, em Brasília, a já mencionada reunião que definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Além disso, está prevista para o segundo semestre de 2013 a formalização do pedido de seção brasileira da REJ.

**Meta: Constituir o Observatório da Juventude**

Análise Situacional da Meta: O Observatório da Juventude também foi priorizado pelo Governo Federal em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado “Participatório – Observatório Participativo da Juventude”,

que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no programa.

### **Meta: Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude**

Análise Situacional da Meta: Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das PPJs, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento como no Projovem Urbano e o debate no CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

### **Meta: Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude**

Análise Situacional da Meta: Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

### **Meta: Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais**

Análise Situacional da Meta: A SNJ lançou seu portal [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br) e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos relacionados ao tema juventude.

### **Meta: Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta: O Ministério da Cultura - MinC trabalha nessa meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos ao tema, incluindo o Caderno Temático de Políticas Culturais para a juventude.

Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pelo MinC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do Ministério que tratam do tema. O término da elaboração dos cadernos está previsto para dezembro de 2013.

### **Meta: Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta: Para desenvolvimento da proposta do Sistema Nacional de Juventude é necessário que o Estatuto da Juventude esteja aprovado, uma vez que define as regras e diretrizes sob as quais funcionará o Sistema. Não obstante essa condicionante, o Governo Federal iniciou a elaboração de proposta de conceitos que serão utilizados para o Sistema e que independem do conteúdo aprovado no Estatuto da Juventude.

### **Meta: Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta: Em junho de 2011, foi criado um Comitê de Trabalho, envolvendo representantes do Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Políticas Culturais

e Conselho Nacional de Juventude. O objetivo foi delinear conjuntamente parâmetros e diretrizes para a criação de uma ação de reconhecimento e fomento das iniciativas culturais juvenis. Surgiu, então, o edital de seleção pública “Prêmio Agente Jovem: Diálogos e Ações Interculturais” que tem como objetivo envolver a juventude brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões. Visa reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovam a cidadania cultural e estimulem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais). O edital premiará iniciativas já realizadas com reconhecido impacto e promoção dos direitos humanos, valores éticos e a qualidade de vida. Jovens entre 15 e 29 anos concorreram aos prêmios. Foram premiadas 500 iniciativas com valores correspondentes aos valores dos microprojetos, garantindo assim, um maior impacto na promoção da cultura da juventude.

O edital está em fase de finalização dos pagamentos dos 500 projetos. Verifica-se, ainda, a possibilidade de pagamento de outras 177 (cento e setenta e sete) iniciativas da lista de classificação, com apoio do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quantidade alcançada: 500

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

Análise Situacional da Meta: Foi instituído o GT jovens mulheres que se reuniu durante o ano de 2012 e debateu sobre os temas e estratégias de viabilizar parceria para prevenção. Os trabalhos continuam em andamento.

**Meta: Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, potencializou-se o Acordo de Cooperação Internacional - PRODOC Unesco e PNUD existentes, com a produção de vários trabalhos de consultoria sobre PROJÓVEM e juventude.

**Meta: Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional**

Análise Situacional da Meta: Está em andamento a construção de uma parceria internacional com o Uruguai, que deve ser concretizada em um Acordo ou Memorando de Entendimento em 2013.

**Meta: Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis**

Análise Situacional da Meta: O Ministério do Meio Ambiente - MMA está inserindo a Temática Ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas visando à construção de sociedades sustentáveis, sob as diretrizes das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

No Programa 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental, em seu objetivo 0491, que visa promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis, há parâmetros para a inserção da temática ambiental na formação de lideranças das juventude rurais e urbanas.

A meta de apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais, no desenvolvimento de ações de educação ambiental, alcançará lideranças da juventude rural e urbana como: o apoio à 1.609 instituições; a criação de 200 Salas Verdes como centros de informação e formação ambiental, implementadas em 2012; a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores; o Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura para realização do Cine Ambiente 2012, por meio do lançamento de edital para apoio à produção de curtas de animação de 1 minuto e jogos eletrônicos sobre a temática dos resíduos sólidos e consumo sustentável; também a formação de 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental. Já foram formados 1.080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: (I) 6 eventos paralelos de capacitação durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental envolvendo 300 pessoas; (II) realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 600 educadores; (III) realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas.

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável; a celebração de 31 Termos de Adesão à A3P e ampliada a Rede A3P contando com a participação de 369 instituições. Foram realizadas 14 oficinas de capacitação sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos que, no total, contaram com um público de 2.300 pessoas e duas capacitações com o tema "Compras Públicas Sustentáveis" com a participação de 200 pessoas.

Também foram realizados o Fórum Nacional e quatro Fóruns Regionais de debates com o tema "O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública" nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, reunindo 720 pessoas.

Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a criação da plataforma Moodle de Educação à Distância (EaD), que irá contribuir com o cumprimento desta meta em 2013. A realização da Conferência Nacional Infanto-juvenil e a Conferência Adulto pelo Meio Ambiente, prevista para 2013, também intensificará esta meta para a Juventude.

### **Meta: Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Jovensur**

Análise Situacional da Meta: Foi implementada a rotina de realização de um seminário de integração regional JUVENSUR a cada semestre. O Brasil foi responsável pela realização do III Seminário JUVENSUR que ocorreu de 1 a 4 de novembro de 2012 na cidade de Foz do Iguaçu. O próximo seminário ocorrerá em junho de 2013, organizado pelo Uruguai.

### **Meta: Realizar Conferência Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta: Ao longo de todo o ano de 2011, jovens de todo o Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude.

Esse processo envolveu, nas suas diversas etapas, mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.200 cidades, e culminou na realização da II Conferência Nacional de Juventude, nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, e contou com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores (do 1.394 delegados, 90% eram da sociedade civil). A Conferência estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude que nortearão as ações durante a vigência do PPA 2012-2015.

A expectativa para uma nova conferência é para 2015, após a implementação das ações e compromissos assumidos durante a II Conferência.

**Meta: Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta: Estão sendo realizados estudos para firmar Termo de Cooperação com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, que já possui capacitações específicas para o tema.

**Meta: Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local**

Análise Situacional da Meta: Com relação ao apoio e fortalecimento dos órgãos de juventude estaduais e municipais, foram celebrados 10 (dez) convênios visando à capacitação de conselheiros, mobilização para instituição de conselhos de juventude e disseminação das políticas de juventude nos municípios. A implementação dos 6 primeiros convênios iniciaram em meados de 2012 e teremos os primeiros resultados no início de 2013.

Quantidade alcançada: 10

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação**

Análise Situacional da Meta: As ações, eventos e programas relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

**Objetivo: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: A agenda de enfrentamento à mortalidade da juventude, especialmente a negra, foi discutida no Fórum Direitos e Cidadania entre 2011 e 2012, como resposta à demanda histórica do movimento negro e das resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Juventude. Em 2012, após diversas consultas à sociedade, conselhos e especialistas em segurança pública e juventude, foi formulado o Plano de Prevenção à Violência contra



a Juventude Negra - Juventude Viva, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR, com sua Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. O Plano envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

Atualmente, o Plano Juventude Viva reúne mais de trinta ações de 25 programas federais, articulando iniciativas dos Ministérios da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da SEPPIR e da SG/PR. O resumo dessas ações, que promovem a prevenção à violência nos municípios e a reinserção social dos jovens negros, reduzindo sua vulnerabilidade, é apresentado a seguir:

- Saúde: Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências; Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS); Academias de Saúde; Programa Brasil Quilombola (MS e SEPPIR).
- Cultura: Usinas Culturais; Praças do Esporte e da Cultura; Cultura Viva: Pontos de Cultura; Brasil Plural: Prêmio Hip Hop.
- Justiça: PROTEJO; Projeto Mulheres da Paz.
- Educação: Projovem Urbano; Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI; Programa Escola Aberta; Programa Mais Educação; Programa Saúde na Escola; PRONATEC.
- Trabalho e Emprego: Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária; Plano Setorial de Qualificação Juventude Viva; ProJovem Trabalhador.
- Esporte: PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade; Programa Segundo Tempo (Padrão); Programa Segundo Tempo na Escola; Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais; Programa Segundo Tempo – Navegar; Pintando a Cidadania – Torcidas Organizadas; Praça da Juventude.
- Juventude (SNJ/SG): Estação da Juventude; Campanha Juventude Viva.
- Capacitação de gestores e servidores: Capacitação para Profissionais de Segurança Pública (MJ); Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça (SEPPIR e MJ); Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no Sistema de Saúde (MS); Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional (SEPPIR).

Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal. A experiência em Alagoas mostrou que a demanda de coordenação interministerial e monitoramento é intensa, o que fez com que a meta de adesão de todos os estados fosse revista. Mas o Plano contará com a modalidade de adesão voluntária, de maneira que poderá estar presente em todos os estados da federação até 2014.

Em novembro de 2012, foi lançada a primeira fase da Campanha Juventude Viva, que consiste em uma campanha de comunicação e de sensibilização sobre a gravidade da

mortalidade da juventude negra, com foco na reversão dos estereótipos e desconstrução da cultura de violência. A campanha foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada nas redes sociais.

Um desafio do Plano a ser perseguido é o de implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra. A SEPPIR está em negociação com a Anatel para a gratuidade do disque igualdade racial. Uma alternativa que vem sendo estudada é buscar parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a criação de um módulo para denúncia da violência contra a juventude no disque 100.

A Rede Juventude Viva é outra ação do Plano executada, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede tem por objetivo estabelecer o diálogo e a aproximação de diferentes atores envolvidos com a promoção de direitos e enfrentamento à violência contra a juventude negra, em torno de ações propostas no âmbito do Plano Juventude Viva.

O Programa Estação Juventude também compõe o Plano Juventude Viva. Informações detalhadas sobre as ações integrantes do Programa estão descritas no objetivo próprio da Estação Juventude no PPA.

A expansão do Plano acarretará um esforço maior de diálogo com gestores estaduais e municipais (tendo em vista o aumento de entes a serem atendidos), o que fortalecerá a institucionalização do Plano, mas também poderá gerar outras demandas não previstas anteriormente.

### **Meta: Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

Análise Situacional da Meta: A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede conta hoje com mais de 2.000 contatos no Governo e na sociedade civil.

### **Meta: Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

Análise Situacional da Meta: A proposta de implantação de mecanismo de denúncia e notificação encontra-se em andamento.

### **Meta: Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

Análise Situacional da Meta: Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal.

**Meta: Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta: Em novembro de 2012, foi lançada a Campanha Juventude Viva, que foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada no YouTube, facebook e twitter.

**Objetivo: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:

Região Centro Oeste = 14.923

Região Nordeste = 26.138

Região Norte = 10.162

Região Sudeste = 14.923

Região Sul = 18.509

Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

**Meta: Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012 foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Quantidade alcançada: 286.827

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	26.064	31/12/2012
Região Nordeste	220.645	unidade	46.223	31/12/2012
Região Norte	67.525	unidade	16.026	31/12/2012
Região Sudeste	623.264	unidade	146.144	31/12/2012
Região Sul	210.041	unidade	52.370	31/12/2012

### **Meta: Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, a participação de mulheres adolescentes e jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem representou um total de 47,25% (135.536 contratos, sendo 85.515 aprendizes com idade de até 17 anos) contra 52,75% de homens (151.291, sendo 103.023 aprendizes com idade de até 17 anos). De janeiro a maio de 2013, foram admitidas 44.507 aprendizes do sexo feminino com idade de até 17 anos e 55.282 aprendizes do sexo masculino com idade de até 17 anos.

Quando a análise é realizada por Estados da Federação, nota-se que a proporção se mantém homogênea quando comparada aos dados nacionais. Em 2012, os Estados do Ceará (52,68%), Rio Grande do Norte (56,85%), Pernambuco (50,93), Sergipe (51,97), Bahia (50,07), Mato Grosso do Sul (55,59) e Goiás (50,51) tiveram o número de mulheres superior ao de homens nos contratos de Aprendizagem.

As ações do Ministério do Trabalho estão no sentido de incentivar a participação feminina nessa modalidade de contratação por meio do monitoramento dos dados e a discussão do tema no âmbito dos Fóruns Nacional e Estaduais.

Quantidade alcançada: 135.536

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta: Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional já implementados: BA, CE, DF, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP. Até 31/12/2013

serão implementados fóruns nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins. Dessa forma todos os Estados da Federação terão fóruns instalados ainda em 2013.

### **Meta: Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)**

Análise Situacional da Meta: O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política. Esse documento apresenta as principais ações, resultados esperados, prazos de implementação e responsáveis. Abaixo, coloca-se as ações em andamento e respectivos resultados esperados:

#### 1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da AP. Público alvo de programas sociais contratados como aprendizes pela AP; Sugestão contratual de que as prestadoras de serviços na AP cumpram suas cotas.

#### 2 - Articulação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da Aprendizagem Profissional com a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas.

#### 3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto socioeconômico da Aprendizagem;

#### 4 - Financiamento

Resultados Esperados: Estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens.

#### 5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do País para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

#### 6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Até dezembro de 2013 serão implementados nos estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Monitoramento e divulgação das ações implementadas nos Fóruns Estaduais;



## 7 - Alinhamento Interinstitucional

Resultados esperados: Processos de registro e validação de cursos, programas, parcerias otimizadas e processo de certificação. Contratos de aprendizagem intermediados pelo Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

8 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente

Ações: participação de representantes do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP no subcomitê de Juventude; Sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via Cooperação Internacional em coordenação com a Agenda Nacional de Trabalho Decente - ANTD; Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANTD; Discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

9 - Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional - PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações, proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade/licitações.

**Meta: Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta: No tocante à fiscalização do cumprimento, pelas empresas, da obrigação de contratar aprendizes, prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, a inspeção do trabalho, durante o ano de 2012 - de janeiro a dezembro, promoveu a inserção sob ação fiscal de 140.900 aprendizes no mercado de trabalho em território nacional.

Quantidade alcançada: 140.900

Data de Referência: 31/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	14.923	31/12/2012
Região Nordeste	118.203	unidade	26.138	31/10/2012
Região Norte	49.278	unidade	10.162	31/12/2012
Região Sudeste	312.418	unidade	71.168	31/12/2012
Região Sul	86.962	unidade	18.509	31/12/2012

**Objetivo: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: Foram beneficiados 203.380 jovens em 2012, por meio de 175 parcerias assinadas em 2011, utilizando recursos na ordem de R\$ 344.121.960,31.

Está em elaboração proposta de legislação para embasar cursos de empreendedorismo aliados com o microcrédito.

**Meta: Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram beneficiados em torno de 203.380 jovens.

Quantidade alcançada: 203.380

Data de Referência: 28/12/2012

**Meta: Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.**

Análise Situacional da Meta: Está em elaboração legislação que possa embasar os cursos de Empreendedorismo aliados com o Microcrédito.

**Objetivo: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Estação Juventude foi estruturado ao longo de 2012 com a perspectiva de firmar 30 convênios com estados e municípios.

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ reuniu durante o ano especialistas em Políticas para Juventude - PPJs, gestores estaduais e municipais e conselheiros nacionais de juventude para apresentar e debater o escopo inicial do programa. Dessa série de reuniões, a coordenação do programa pode conferir as potencialidades e dificuldades, sejam conceituais ou mesmo operacionais de um programa com essa nova perspectiva de tecnologia de atendimento para juventude com conexão e articulação no território.

Além da formação de jovens em políticas públicas para atender ao objetivo de oportunizar autonomia e emancipação para a juventude através de PPJs, é necessário que um programa como o Estação Juventude ofereça ferramentas para conexão de serviços que gerem novas oportunidades para o jovem no território. Neste sentido, torna-se necessário priorizar a formação de recursos humanos para o atendimento de jovens na Estação Juventude.

Ainda em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente. Foi também formada uma Comissão para analisar os projetos enviados e firmados os 23 convênios.

Diversos gestores enviaram projetos a fim de receber a tecnologia e os recursos do programa Estação da Juventude. Este facilitador nos mostra que existe uma demanda real no Brasil de tecnologia para atendimento da juventude.

Em 2013, serão implementadas as Estações Juventude conveniadas em 2012 e lançado um novo edital de projetos.

### **Meta: Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 ainda não havia sido iniciada a oferta de formações, uma vez que estão sendo realizados estudos, bem como o Programa Estação Juventude está em fase inicial de implementação.

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ reuniu durante o ano intelectuais especialistas em Políticas para Juventude - PPJs, gestores estaduais e municipais e conselheiros nacionais de juventude para apresentar e debater o escopo inicial do programa. Desta série de reuniões, a coordenação do programa pode conferir as potências e dificuldades, sejam conceituais ou mesmo operacionais de um programa com esta nova perspectiva de tecnologia de atendimento para juventude com conexão e articulação no território.

Além da formação de jovens em políticas públicas para atender ao objetivo de oportunizar autonomia e emancipação para a juventude através de PPJs, é necessário que um programa como o Estação Juventude ofereça ferramentas para conexão de serviços que gerem novas oportunidades para o jovem no território. Neste sentido, torna-se necessário priorizar a formação de recursos humanos para o atendimento de jovens na Estação Juventude.

### **Meta: Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente. Foi também formada uma Comissão para analisar os projetos enviados e firmados 23 convênios.

Quantidade alcançada: 23

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios**

Análise Situacional da Meta: O Programa Estação Juventude encontra-se em fase inicial de implementação nos estados e municípios, podendo a integração ocorrer através da implementação efetiva do Programa.

**Objetivo: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou em 2012 uma parceria com a Universidade de Brasília- UNB e a Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB para a capacitação de jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo.

**Meta: Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria Nacional de Juventude está realizando estudos e reuniões com parceiros para o desenvolvimento de ações necessárias ao atendimento da meta.

**Meta: Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou no final de 2012 uma parceria com a Universidade de Brasília- UNB e a UNILAB para a capacitação de 600 jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo, que iniciará a implementação em 2013.

Quantidade alcançada: 600

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram capacitados 972 jovens em diversos segmentos nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Quantidade alcançada: 972

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano tem como objetivo a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias, com exercício da cidadania. Busca proporcionar formação integral, associando Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã, por meio de curso com duração de 18 meses e organizado em torno de seis eixos estruturantes: Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia e Juventude e Cidadania. Assim, tem como finalidades específicas: a reinserção dos jovens no processo de escolarização, a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho, a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público, a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação e a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

O Parecer CNE/CEB nº. 18/2008 aprova seu Projeto Pedagógico Integrado, interdisciplinar e interdimensional, que reafirma o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, saberes, emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas, e autoriza seu funcionamento e sua execução em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, que a ele fizerem adesão.

### **Meta: Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos**

Análise Situacional da Meta: A meta de atendimento estipulada para o Projovem Urbano para 2012 foi de 110.000 jovens, distribuída entre os 162 entes federados que aderiram ao Programa, sendo 19 Estados, o Distrito Federal, 18 Capitais e 124 Municípios com população a partir de 100.000 habitantes. Em 2012 foram matriculados 104.804 jovens, conforme Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano/SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle). Atualmente, o Programa é executado pelo DF, 15 Estados e 119 Municípios.

Já para 2013, está previsto o atendimento de mais 110.000 jovens de acordo com a adesão com estados e municípios formalizada no final de 2012.

### **PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar**

**Objetivo: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R\$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil) e mulheres (de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 771.343 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e

disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

**Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta: A Portaria nº 94/2012 do MDA publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2012 instituiu oficialmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas (DAP-I). Nesse primeiro momento, a DAP-I não dará acesso a créditos do Pronaf, mas a políticas tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano Brasil sem Miséria (BSM), Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio) e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Houve, ainda, no Plano Safra 2012/2013, aumento do limite das seguintes linhas: o Pronaf Jovem foi ampliado de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil e o Pronaf Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

**Meta: Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta: Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram executados 1.823.210 contratos do PRONAF em 2012. O total financiado foi de R\$ 16.358.978.153,12.

Não há estratificação sobre a quantidade de famílias e mulheres que acessaram o crédito antes de 2013, tendo em vista que a informação do Banco Central pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR só estará disponível em julho de 2013.

Quantidade alcançada: 1.823.210

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fomiculoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica.



Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco.

No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

### **Meta: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais**

Análise Situacional da Meta: Chamada pública lançada em 2012, com atendimento a 5.460 jovens rurais. Contudo, apenas parte dos lotes lançados foi contratada por falta de entidades prestadoras do serviço ou debilidade dos proponentes frente aos requisitos da chamada. A chamada pública para jovens rurais envolvendo os lotes não contratados em 2012 foi lançada em 11/04/2013. O prazo final para envio das propostas técnicas se encerrou em 11/05/2013.

Quantidade alcançada: 5.460

Data de Referência: 07/02/2013

### **PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**

**Objetivo: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.**

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo: O fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural consistiu na concessão de crédito às cooperativas e associações rurais através dos bancos públicos, na formação de parcerias (convênios) celebradas por meio de Chamadas Públicas, na certificação de unidades armazenadoras e nas parcerias com alguns municípios para aquisição de patrulhas mecanizadas. Estas ações permitiram o desenvolvimento econômico do meio rural e a capacitação de dirigentes, funcionários e associados de cooperativas e de associações rurais visando o aprimoramento do processo de gestão cooperativista e associativista, contribuindo para a redução de custos e perdas e para o desenvolvimento humano e melhoria na qualidade de vida do homem do campo.

**Meta: Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta: Foram implantados 7 projetos, viabilizando aos jovens, mulheres, técnicos e agricultores a construção de conhecimento, igualdade e equidade, possibilitando condições de inclusão social, de acesso aos mercados e de aumento da renda.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2012, a SPM/PR reestruturou sua assessoria de comunicação, promovendo estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como o desenvolvimento sustentável e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outras ações visam à formação em políticas públicas de lideranças de movimentos de mulheres e feministas. Em 2012, foram iniciadas as primeiras articulações para o desenvolvimento de capacitações e formações até 2015 envolvendo mulheres jovens e indígenas. Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR redefiniu sua estrutura criando a Coordenação da Diversidade, que ficará responsável pela articulação de políticas voltadas para alguns desses grupos. A nova área terá um papel importante na articulação dessas ações.

**Meta: Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Análise Situacional da Meta: Durante 2012, a SPM/PR e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral/PR (SNJ/SG/PR) se articularam para a realização desta atividade. Foi elaborada a ementa da jornada e a primeira edição deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013. Para a primeira edição, há previsão de formação de 120 jovens mulheres. A SPM/PR, por meio da Coordenação Geral da Diversidade, integra também o Grupo de Trabalho da SNJ de mulheres jovens que tem como um dos seus objetivos levantar e debater as lacunas e desafios para as políticas para as mulheres jovens no governo federal e construção conjunta de um plano de ação para a realização destes seminários.

**Meta: Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi criada a Coordenação da Diversidade, que terá como uma de suas atribuições a proposição e implementação de políticas para mulheres jovens. A realização de campanhas deverá ser iniciada a partir de 2013.

**Objetivo: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo que une União, Estados, DF e municípios. O ano de 2012 deu continuidade ao processo de Repactuação, ou seja, a reafirmação do compromisso dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Essa nova rodada de pactuações ressalta a responsabilidade e o compromisso do sistema de justiça, os inserindo como signatários do Pacto. Em 2012, os estados de Amazonas e Distrito Federal tiveram sua repactuação concluída. Todos os demais estados (a exceção do Espírito Santo e Paraíba, que repactuaram em 2011) estão com processo de planejamento em andamento. A SPM tem acompanhado e assessorado todo esse processo.

A Campanha Compromisso e Atitude, lançada em agosto de 2012, consolida o esforço de integração com o sistema de Justiça, focando a responsabilização dos agressores de mulheres no país.

A Central de Atendimento Ligue 180 qualificou suas atendentes para atendimento as mulheres em situação de tráfico de pessoas, assim como foi inaugurado o serviço binacional com o governo da Venezuela. Da mesma forma, foram assinados acordos e protocolos, no esforço conjunto de fortalecer e garantir direitos das mulheres.

**Meta: Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta: No que tange à definição de prioridades de políticas para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho.

## **PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**

**Objetivo: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.**

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo: Com relação a este objetivo, têm sido empreendidos vários esforços no sentido de identificar e ampliar o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer nos municípios brasileiros, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social.

As Praças dos Esportes e da Cultura, renomeadas para Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs, compõem o Programa para Aceleração do Crescimento - PAC 2, no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. Os CEUs têm por objetivo integrar, no mesmo espaço físico, programas e ações de cultura, esporte e lazer, entre outros, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 CEUs, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. Dessa forma, as obras devem ser iniciadas até agosto de 2013 e concluídas até o final de 2014. Neste momento, 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Já no Programa Mais Cultura, encontram-se em fase de conveniamento 29 projetos e outros 54 já estão em fase de execução. Estes projetos envolvem ações de implantação de espaços culturais a partir da construção, reforma e/ou aquisição de bens permanentes. Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e há previsão para a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.

Outra iniciativa do Ministério da Cultura, o programa Usinas Culturais, também tem por finalidade a realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social, visando especialmente: o exercício dos direitos; a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural; e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. Em 2012 o programa Usinas Culturais selecionou 68 propostas, tendo sido assinados 15 novos convênios. Os municípios têm até junho de 2013 para dar início às obras. Até julho de 2014 todas as Usinas Culturais estarão em funcionamento.

Além disso, cerca de 48 emendas parlamentares foram aprovadas em 2012 e encontram-se em fase de conveniamento. As emendas destinam-se a construção, reformas e adequações de espaços, bem como à aquisição de mobiliário e equipamentos para espaços culturais.

Vale ressaltar, por fim, que em 2009, por meio do PAC 1, havia sido realizado acordo para repasse de recursos do Ministério da Cultura para o Ministério das Cidades implantarem 12 espaços denominados Mais Cultura PAC. Como resultado, em 2012 foram inaugurados 03 destes espaços. Tem-se a previsão de inauguração de mais 04 espaços em 2013.

### **Meta: Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Quantidade alcançada: 360

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2030 - Educação Básica**

**Objetivo: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. No âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidade da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso

residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

#### **Meta: Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares**

Análise Situacional da Meta: A construção de cobertura de quadras esportivas escolares é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. A meta até 2014 é a construção de 4 mil coberturas de quadras. Até 2012, foi aprovada a cobertura de 1.669 quadras.

Quantidade alcançada: 1.669

Data de Referência: 31/12/2012

#### **Meta: Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares**

Análise Situacional da Meta: A construção de quadras esportivas escolares cobertas é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. O atendimento aos entes federados foi iniciado em 2011, com aprovação de, aproximadamente, 1.550 quadras. No exercício de 2012 foram aprovadas 1.448 construções de quadras esportivas escolares. A meta até 2014 é a construção de 6.116 unidades. Nos dois primeiros exercícios de execução da ação o atendimento ocorreu dentro da previsão estabelecida. Até 2012, foi aprovada a construção de 3.012 quadras.

Quantidade alcançada: 3.012

Data de Referência: 31/12/2012

#### **Meta: Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**



Análise Situacional da Meta: Em 2001, a taxa de escolarização líquida no ensino médio era de 36,9% e, em 2011, a taxa foi de 51,6%, o que demonstra um significativo aumento. Esse fato reflete o desenvolvimento, desde 2007, de ações diretas e intensivas com as Secretarias dos Estados e Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios: o da universalização e o do alcance da qualidade.

Para o regime de colaboração entre a União e os entes federados, o MEC vem desenvolvendo ações a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, materializadas no Plano de Ações Articuladas - PAR, por meio de assistência financeira e técnica.

Entre as principais realizações, destacam-se:

- apoio aos estados, mediante o PAR, com vistas à melhoria de infraestrutura das escolas, permitindo o planejamento e a ampliação das matrículas urbanas e no campo;
- ampliação de programas de apoio e permanência do aluno na escola – Programa Nacional do Livro Didático, Transporte, Merenda Escolar e Biblioteca Escolar. O novo edital do PNLD 2013, com entrega prevista para 2015, amplia o atendimento com livros também para Artes e no formato impresso e digital;
- ampliação progressiva do Programa Ensino Médio Inovador, atendendo a mais de 2.000 escolas em 2012 e tendo como objetivo dar materialidade às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e o redesenho curricular;
- continuidade na elaboração do documento dos Direitos a Aprendizagem e Desenvolvimento;
- inclusão do Ensino Médio Noturno no Programa Ensino Médio Inovador com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que necessitam estudar neste turno;
- consolidar com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) a proposta de formação continuada, para que ocorra no interior de cada escola e objetivando a definição de uma política de formação continuada de professores do ensino médio;
- ampliar e adequar o Pronatec às realidades estaduais na relação demanda/oferta, incluindo escolas técnicas estaduais como parte do processo, no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

### **Meta: Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Segundo os dados coletados na PNAD 2011, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente. Em 2001, o índice apurado foi de 81,10%, atingindo em 2011 o valor de 83,7%. O Projeto de Lei do PNE 2011-2020 apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a ampliar este percentual. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de políticas que aumentem a atratividade da escola para o jovem na faixa etária de 15 a 17 anos (renovação do currículo e profissionalização). É essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e, conseqüentemente, seus currículos, possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para que isto ocorra, o MEC vem desenvolvendo ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, dentre as quais se destacam:

- ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador;
- revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos;
- apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio;
- formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública;
- formação de professores, equipes pedagógicas e equipes de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio;
- elaboração, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração.

Além disso, espera-se que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), implantado em 2011, contribua para ampliação da qualificação profissional desta faixa etária por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, integrado ao ensino médio, dados que começarão a ser captados a partir da PNAD 2012.

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino destacam-se também as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a

3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes. Já a 8ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio, contou com mais de 19 milhões de inscritos em 5.532 municípios. Além disso, a 6ª edição de Prêmio Professores do Brasil, contou com 2.609 inscrições, sendo 80 experiências condecoradas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano, com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa

atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

Nas ações de Educação Ambiental, fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, empreendem-se esforços para inserir a temática de maneira qualificada nas agendas estaduais e municipais e apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturaram-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis. Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

No que tange às metas da proposta do novo PNE, o MEC desenvolveu uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, visando construir as bases do trabalho de apoio técnico a estados e municípios para a elaboração ou ajuste de planos de educação. A estratégia de assistência técnica contou com a parceria da Associação Nacional de Política e Administração da Educação na elaboração de um conjunto de quatro documentos: um documento base sobre a importância dos planos de educação dos entes federativos, que devem ser articulados aos demais instrumentos de planejamento e alinhados entre si; um segundo, que orienta a elaboração e ajustes dos planos de educação; um terceiro oferece sugestões de trajetórias de metas para cada estado e cada município, levando em consideração o diagnóstico inicial e as possibilidades de avanço; e um quarto que indica a importância do esforço conjunto dos entes federativos para que o país alcance as metas nacionais. Com relação às Diretrizes Curriculares

Nacionais, coube ao MEC o apoio para que o Fórum Nacional de Conselhos mantivesse sua agenda de reuniões, contribuindo para construção de pautas e participando diretamente das atividades que servirão de referência para que as redes e sistemas de ensino se organizem em torno de critérios nacionais.

**Meta: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era de 7,5 anos de estudo e em 2011, 7,7 anos de estudo. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo, sendo que em 2010 e 2011 atingiu-se o índice de 8,7. Entre os 25% mais pobres, em 2009 o índice era de 7,4, e em 2011 foi de 7,7.

Em 2012, foram realizadas ações para apoio da educação do campo nos estados, municípios e distrito federal, bem como para a garantia de acesso e permanência de jovens na educação de jovens e adultos do campo e no ensino superior.

A respeito da educação de jovens e adultos, o ProJovem Campo é voltado para a elevação de escolaridade com qualificação profissional, que em 2012 formou 9.094 jovens do campo. O Programa é uma estratégia importante para atender a meta proposta, pois além da formação, disponibiliza recursos financeiros aos educandos por meio de bolsa-auxílio. Em 2012, foram pagas 162.276 parcelas de bolsas. No âmbito da educação superior, o Procampo, ao apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, proporciona acesso aos jovens do campo à formação para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. A Universidade Aberta do Brasil - UAB e a expansão dos Institutos Federais são também ações que promovem o acesso ao ensino superior aos jovens do campo. Para os próximos períodos a expectativa é de consolidação do Pronacampo, com o cumprimento das metas previstas nas ações em andamento e com a implantação da Escola da Terra e da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional.

Outra estratégia a ser contemplada será a implantação da educação de jovens e adultos com qualificação profissional, já com recursos disponibilizados aos estados, municípios e Distrito Federal em 2013. A expansão da Bolsa Formação Estudante do Pronatec, com a participação de instituições privadas, poderá também ampliar a oferta de educação profissional de nível médio no campo. A implementação de 35 novos cursos e 08 expansões de turmas do Procampo com 4.945 novas vagas em 2013, totalizando em 3 anos 14.835 vagas, e a expansão dos polos da UAB são ações que vão ampliar o acesso da população do campo ao ensino superior.

**Meta: Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para



promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo “Acesso à Educação”, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011 e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação e contratação de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Acessibilidade na Educação Superior - Incluir; Transporte Escolar Acessível; e Pronatec.

A implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram disponibilizados 1.315 veículos com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais houve demanda de 4.198 vagas na área temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.



**Meta: Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo "Acesso à Educação", no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011 e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em desenvolvimento nas diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação Inicial de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Incluir – Acessibilidade na Educação Superior; Transporte Escolar Acessível e Pronatec.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram 1.315 veículos, com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial,

semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e a à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais, houve demanda de 4.198 vagas na área temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar, resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

### **Meta: Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação obtidas a partir do Censo da Educação Básica com os dados de desempenho escolar fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem levar em conta a qualidade do aprendizado, o resultado das avaliações indicará, igualmente, a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012.

Para atendimento da meta, o MEC vem desenvolvendo diversas ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, entre elas: (a) elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração; (b) ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador, (c) apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; (d) formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública; e (e) formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Quantidade alcançada: 3,7

Data de Referência: 30/09/2011

**Meta: Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. O PME visa ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Busca, ainda, colaborar para que o Brasil supere a “escola de turnos” por meio de políticas continuadas que incidam na melhoria e adequação do espaço escolar, na formação de gestores, professores e monitores e na constituição do conjunto de condições que permitam a concretização de uma educação integral na escola de “dia inteiro”.

Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

O Mais Educação apresenta uma história de crescimento e fortalecimento. Em 2008 foram atendidas 1.380 escolas de baixo Ideb localizadas nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 200 mil habitantes e 317.874 estudantes. Em 2009 expandiu-se para 5.005 escolas de cidades acima de 160 mil habitantes, com baixo Ideb, beneficiando a 1.181.440 estudantes. Em 2010, o programa atendeu as 10.026 escolas contempladas com o PDE escola, com baixo Ideb e ou localizadas em zona de vulnerabilidade social, localizadas nas cidades acima de 90 mil habitantes e 2.251.723 estudantes. Em 2011 o Programa Mais Educação chega a 14.995 escolas localizadas em municípios com mais de 18 mil habitantes e a 3.367.703 estudantes.

Por outro lado, o MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2011, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço de identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2012. O objetivo era expandir o Programa para uma seleção de escolas que contam com maioria de alunos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao todo são 14 mil escolas urbanas e 10 mil escolas do campo. A escolha está relacionada ao fato de que os beneficiados pelo Bolsa Família refletem o quadro histórico de desigualdade e situações de vulnerabilidades sociais.

Em 2012, aderiram ao Programa Mais Educação 32.074 escolas, beneficiando 4,7 milhões de alunos. Ressalta-se que das escolas que aderiram, mais de 17 mil tem a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (54% do total de escolas atendidas pelo Mais Educação). Os resultados obtidos atenderam às expectativas, sendo que o aumento da participação de estudantes de todo o país na jornada de educação ampliada (Educação Integral) superou em 44% ao do ano anterior.

O investimento no Mais Educação entre 2008 e 2012 passou de R\$ 90 milhões para R\$ 1,3 bilhão, aproximadamente. O número de escolas e o alunado beneficiado pelo PME aumentaram proporcionalmente aos investimentos. Em 2012, o Programa investiu mais de 50% dos recursos em escolas com alunos em áreas de maior vulnerabilidade social. Propõe-se, no âmbito da expansão 2012-2014, 15 mil novas escolas ao ano, num total previsto de 45 mil, de modo a atingir pelo menos 60% de escolas maioria PBF.

Além disso, inúmeros municípios e diversos estados já começam a organizar o espaço da educação em jornada ampliada – muitos impulsionados pelo Mais Educação e outros por

esforço e iniciativa própria. O Conselho Nacional de Educação incluiu a educação em jornada ampliada nas novas diretrizes para a educação básica (2010), assim como na Câmara Federal tramita a PEC 134 que prevê a universalização da educação integral em jornada ampliada.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido através do Fundeb, que, a partir de 2007, passou a financiar as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com um percentual de até 30% a mais para o ensino fundamental e também um acréscimo para o ensino médio. A disponibilidade deste recurso acontece a partir da declaração pelas escolas, no Censo Escolar, do número de estudantes ou turmas em educação integral.

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados no processo de reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas, beneficiando 1,27 milhão de alunos matriculados, com repasse de R\$ 109,6 milhões.

## **PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica**

**Objetivo: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para superar o desafio deste objetivo o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

Para tanto, também foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de

formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos Territórios da Cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de sorte que, ao final do Programa, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Da nova fase de expansão 2011-2014, 76 já estão funcionando. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos



e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Tal iniciativa é adotada em diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil. Assim, no âmbito desses programas, são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

### **Meta: Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas por unidade. Nesse período, foram investidos R\$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes. A meta estabelecida no Plano de Expansão da Rede Federal, no âmbito do Pronatec, é alcançar o número de 562 unidades em funcionamento até 2014, totalizando 208 novas unidades dos institutos federais no período 2011 – 2014. Destas, 76 já estão em funcionamento, totalizando 430 escolas na rede federal.

Quantidade alcançada: 430

Data de Referência: 31/12/2012



**Meta: Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, as matrículas em cursos técnicos, segundo dados Censo da Educação Básica 2012, foram de 1.362.200. Já as matrículas em cursos de formação inicial e continuada foram de 2.999.063, conforme dados SISTEC/MEC. Em relação aos cursos superiores de tecnologia, segundo dados do Censo da Educação Superior 2011, as matrículas somaram 870.534. Em 2010 foram 781.609 matrículas, o que representa uma ampliação de 11,4%. Esse resultado reflete os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Governo Federal para ampliar e interiorizar a oferta de educação profissional, em especial por meio do Pronatec e suas iniciativas, que compreendem: a expansão e a reestruturação da Rede Federal, a expansão das redes estaduais de educação profissional por meio do Brasil Profissionalizado, o cumprimento do acordo de gratuidade do Sistema S, a oferta de ensino técnico a distância por meio da rede e-TEC, a concessão de bolsas de estudos pelo FIES Técnico e a Bolsa-Formação.

**Meta: Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Os dados do Censo da Educação Básica 2012 revelam que o número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em 2012, atingiu 1.362.200 em cursos técnicos nas formas integrada, inclusive na educação de jovens e adultos, concomitante e subsequente. Comparados com a referência de 2010, esses dados indicam uma ampliação de 19,4%. Com a inserção de novas iniciativas no âmbito do Pronatec, vislumbra-se o alcance da meta prevista no PNE 2011-2020.

Quantidade alcançada: 1.362.200

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda**

Análise Situacional da Meta: A meta global do Pronatec é ofertar 8 milhões de vagas, até 2014, em cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (de, no mínimo, 160 horas). Os cursos são oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, que constituem a Rede Federal; pelas redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT). Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos 2.559.314 de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo.

Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec: Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Especificamente na Bolsa-Formação foram realizadas mais de 645 mil matrículas, das quais 104,8 mil em cursos técnicos e as demais em cursos de formação inicial e continuada.

Quantidade alcançada: 2.559.314

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.

A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).

A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.

### **Meta: Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atendimento de 69.271 estudantes em cursos PROEJA FIC e PROEJA técnico. Os dados preliminares do Censo Escolar 2012 revelam um decréscimo desses percentuais, o que exigirá, para 2013, medidas de ampliação considerável desses indicadores, por meio de ações no âmbito do Pronatec. Dentre essas ações, incluiu-se o Pronatec EJA, nova iniciativa que prevê a oferta de cursos Proeja Técnicos e de FIC. O Pronatec EJA permitirá a geração de mais vagas e matrículas para jovens e trabalhadores que não tiveram condições de concluir a educação básica na idade própria e que poderão ter a oportunidade de acesso à elevação de escolaridade associada à formação técnico-profissional.

### **PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

**Objetivo: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: A atuação do Governo Federal, no âmbito da educação superior, se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por

aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, destaca-se a criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades.

No ano de 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. O total de docentes e técnicos programados para 2012 tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Visando contribuir para a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, destaca-se a implementação do Sisu, que é um sistema informatizado para seleção de candidatos às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições públicas de ensino superior do país sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição. Proporciona ainda a mobilidade estudantil, ampliando suas experiências acadêmicas. Na primeira edição de 2012 participaram 95 instituições públicas de ensino superior, as quais ofertaram 108.560 vagas. Na segunda edição, participaram 56 instituições, tendo sido disponibilizadas 30.548 vagas, totalizando 139.108 vagas ofertadas no ano de 2012.

Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, já foram atendidos 1.096.359 estudantes pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284.622 bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de 6 semestres e carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente. O valor máximo da Bolsa Permanência está estipulado em R\$ 400,00 mensais.

No tocante ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), desde 2010 foram implementados diversos aprimoramentos no Programa. Dentre as mudanças, destaca-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou licenciatura, para aqueles que exercerem sua atividade na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões. Em 2012, por meio do Fundo mais de 370 mil estudantes tiveram acesso a cursos de ensino superior em mais de 2,3 mil instituições de ensino cadastradas, o que representa aumento de 140% em relação ao total do ano anterior. Em números absolutos, foram 215 mil contratos a mais do que os 153 mil registrados em 2011. Além disso, 10.559 bolsistas parciais do Prouni firmaram contrato de financiamento pelo Fies.

Outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal é o Programa Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2012, foram concedidos, aproximadamente, 1,1 milhão de benefícios como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Já com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest). O Programa financia ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em 2012, foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, que representa um aumento de 75% em relação a 2011.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão em 2012.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam as necessidades do próprio curso de graduação. No ano de 2012, foram apoiados 840 grupos, beneficiando 840 tutores e 10.080 bolsistas.

O MEC tem direcionado seu foco na promoção da qualidade da educação superior também por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. O foco na atividade de regulação da educação superior possibilita o desenvolvimento de novos conceitos regulatórios e a definição de padrões decisórios, atribuindo a essa atividade papel de destaque na formulação da política para a Educação Superior do País. Cabe registrar que, em 2012, foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios, entre os quais, 2.662 reconhecimentos e 7.050 renovações de reconhecimento. Além disso, foram realizados 61 processos de credenciamento e 245 processos de recredenciamento de instituições de educação superior. Foram instaurados 426 procedimentos de supervisão com vistas à apuração de denúncias de irregularidades praticadas por instituições e de deficiências na oferta do curso ou por conta de resultados insatisfatórios nas avaliações educacionais.

A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em 2011, iniciou-se o apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários federais. A EBSERH coordena o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), que beneficia, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de grande porte com perfil de alta complexidade onde são realizados, entre outros serviços, 11%



dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais.

**Meta: Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Análise Situacional da Meta: A ampliação dos grupos historicamente excluídos na educação superior é pauta nas ações e projetos do Ministério da Educação. Se analisarmos a participação da população negra na educação superior, entre 2005 e 2011, a taxa bruta de matrícula para essa população aumentou de 11,4% para um total de 19,5%, o que representa um crescimento de 71% em 6 anos. Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, os dados da Pnad apontam que, em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentavam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4%. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual era de 21,1% e, em 2011, 25,7%, o que representa um aumento da população das faixas de menor renda com acesso à educação superior.

Já no que se refere à Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior na região de menor escolaridade, ressalta-se que essa passou de 11,9% em 2005 para 21,40%, em 2011, o que representa um aumento de 80%.

No âmbito dos programas de acesso e inclusão, o ProUni, desde sua criação, já atendeu 1,1 milhão de estudantes, dos quais 535.817 são negros, o que representa 48,9% dessa população beneficiada com bolsas do Prouni. Em 2012 foram atendidos 176.716 estudantes, sendo 95.621 negros.

Em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, o Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Em 2012 foram apoiadas 55 Universidades Federais para execução de projetos de acessibilidade.

**Meta: Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020**



Análise Situacional da Meta: Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. Como resultado dessas iniciativas, observa-se o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2007 eram 139,9 mil vagas e, em 2011, 231,5 mil vagas. Acredita-se que mantido o atual ritmo de investimentos educacionais para a Rede Federal de Educação Superior, os objetivos sejam plenamente alcançados.

Em 2011, foram ofertadas 72.618 vagas em graduação presencial em cursos noturnos. A Taxa de matrícula no período noturno em Instituições Federais de Educação Superior – Graduação Presencial foi de 28,12%. A meta de 27% estabelecida para 2015 foi superada, em decorrência da ampliação da oferta de vagas em cursos noturnos.

Quantidade alcançada: 231.530

Data de Referência: 31/12/2011

**Meta: Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta nas discussões em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino superior.

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses entes, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira, a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, e os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento (nominal) da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante se reduzisse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

**Meta: Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. A meta do PPA de elevar a Relação Aluno/Professor nas IFES está em consonância com o Projeto de Lei do PNE 2011-2020, que é de 18 alunos por professor. Segundo dados do PINGIFES esta relação passou de 17,91, em 2007 para 20,82 em 2011.

**Meta: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior evoluiu de 19,9% em 2005 para 27,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 39,7%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso à educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, Fies e Reuni/Expansão das IFES.

**Meta: Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: A Taxa Líquida ajustada de Matrícula na Educação Superior evoluiu de 13% em 2005 para 17,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 37%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso a educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, o Fies e o Reuni/Expansão das IFES. Para apuração desse indicador são consideradas as pessoas de 18 a 24 anos que não frequentam a escola e já concluíram a educação superior (15 anos ou mais de estudos), as que frequentam a educação superior e as que frequentam mestrado/doutorado (pois essas já concluíram a educação superior).

**Meta: Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324**

Análise Situacional da Meta: Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O resultado dessas iniciativas já pode ser observado no aumento da oferta de vagas em graduação presencial.

A rede da educação federal superior conta atualmente com 287 campus, sendo que 274 foram implantados até 2010. A partir de 2011, destaca-se a meta de criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 estão em funcionamento. Ressalta-se que nesses 47 novos campus estão incluídos os das quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Os Projetos de Lei para a criação destas quatro universidades foram encaminhados ao Congresso Nacional em 2011, e, em 2012, foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação das universidades federais supracitadas.

Também em 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. A elevação do total de docentes e técnicos tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Quantidade alcançada: 287

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Elevar o número de universidades federais para 63**

Análise Situacional da Meta: A rede da educação federal superior conta atualmente com 59 universidades federais, sendo que quatro são recentes: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Desde 2011, os Projetos de Lei para a criação dessas universidades encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. Em 2012 foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação dessas quatro universidades federais.

Quantidade alcançada: 59

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial**

**Objetivo: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da

metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Plano Juventude Viva, elaborado em parceria pela SEPPIR com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), visa a enfrentar essa situação de violência contra o jovem negro, mediante a oferta de bens e serviços públicos e cidadania. O Plano conta com a participação de outros oito ministérios (Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Em seu diagnóstico, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros no ano de 2010 concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A estratégia de lançamento do plano iniciou-se pela adoção de um Piloto no estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Foi lançado, assim, em setembro de 2012, o primeiro módulo do Plano Juventude Viva, nos municípios de Maceió, União dos Palmares, Arapiraca e Marechal Deodoro, em Alagoas.

### **Meta: Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra**

Análise Situacional da Meta: Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou em setembro de 2012 o Plano Juventude Viva, em 4 municípios de Alagoas. O Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

Construído por meio de um processo participativo, tendo sua elaboração se iniciado em 2011, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania da Presidência, o Plano reúne ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.

Durante esta primeira fase do Plano, o Governo Federal fomentará ações voltadas à juventude nas áreas do trabalho, educação, saúde, acesso à justiça, cultura e esporte, em parceria com o Estado de Alagoas e Municípios, nas cidades de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Desse modo, o Plano Juventude Viva oferecerá um pacote de políticas sociais para o enfrentamento à violência, que se somará ao Plano Brasil Mais Seguro, em fase de implementação pelo Ministério da Justiça em Alagoas.

As políticas e programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros afetados pela violência. Independentemente da cor/raça, terão prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas sócio-educativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

#### **Ações**

- O Plano reúne pelo menos 30 iniciativas de 25 programas federais, articulados com o intuito de prevenir a violência que atinge a juventude negra. Em Alagoas, haverá ações promovidas pela Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério do Esporte.

## Estratégia

- O Plano articula programas do Governo Federal e os destina ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pela violência. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, por meio do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da Juventude.

## Seleção Territorial

Nacionalmente, foram selecionados 132 municípios que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos. Todas as capitais foram incluídas. O estado de Alagoas foi escolhido para receber o piloto do Plano “Juventude Viva” por ocupar a primeira posição em taxa de homicídios do País. Os municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro ocupam, respectivamente, os 2º, 30º, 119º e 123º lugares na lista nacional de número absoluto de homicídios contra jovens negros.

## A atuação da SEPPIR no Plano:

Além da cotidiana atuação na Coordenação Executiva do Plano, a SEPPIR/PR tem atuado de maneira mais destacada nos Eixos 1 e 4:

- No Eixo 1 - Desconstrução da Cultura de Violência, colaborando com a SNJ na construção e realização da Campanha Juventude Viva e na mobilização de diferentes atores sociais para engajamento no Plano.
- No Eixo 4 - Aperfeiçoamento Institucional, contribuindo para diferentes ações do Ministério da Justiça, no sentido de inclusão de conteúdo racial na matriz curricular das polícias e em pesquisas realizadas sobre manifestações do racismo institucional na atuação do Ministério.

Tem contribuído com a articulação para a aprovação do Projeto de Lei dos Autos de Resistência e tem estabelecido cooperação com diferentes instituições do Judiciário para se engajarem no Plano, especialmente por meio de ações de sensibilização e formação de Operadores do Direito.

Ainda neste eixo, a SEPPIR está responsável pela promoção de Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, com gestores do nível estadual e dos municípios envolvidos.

Ainda no Eixo 4, cabe destacar o Disque “Igualdade Racial”, tri-dígito 138, que está sendo pactuado no âmbito do Governo Federal. Os estudos e estimativas preliminares à sua instalação já foram realizados. No momento está em definição como serão mobilizados os recursos necessários ao seu funcionamento.

Em 2013, pretende-se formar uma rede de comunicadores representantes da cultura rapper e da periferia a fim de atuar junto com as comunidades com altos graus de violência. Dessa forma, vai ser elaborada uma estratégia de apoio e fortalecimento das intervenções da juventude negra que contribuam para a redução da violência.

## PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

**Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um



dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.
- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.
- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

**Meta: Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

Análise Situacional da Meta: O Ministério do Esporte concentrou seus esforços na criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, bem como no fortalecimento pedagógico do Programa Segundo Tempo (PST) padrão e do PST no Mais Educação, em parceria com o Ministério da Educação.

Quanto ao PST padrão, foram priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento. Assim, foram tramitadas parcerias com 22 prefeituras, duas secretarias estaduais e duas universidades, sendo uma estadual e uma federal, com o alcance de 39.920 beneficiados, em 350 núcleos. Em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos,

totaliza 1.555.051 beneficiados.

Quantidade alcançada: 1.093.794

Data de Referência: 14/02/2013

**Meta: Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta: O grande desafio apresentado no exercício foi a construção do contexto de esporte e lazer como legado social dos grandes eventos. Os programas já desenvolvidos, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, são efetivos legados sociais e em 2012 já atendiam a mais de 3 milhões de beneficiários. O desafio é potencializar o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Com relação ao esporte escolar, em 2012 também foi apoiado um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram realizados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no esporte universitário, apoiou-se 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes), em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, foram realizados os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares, que reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN. Concomitante aos Jogos, aconteceu a Assembleia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE), com a participação de Ministros do Esporte e representantes dos 12 países participantes.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio+20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Vale ainda citar a constituição de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando a reflexão sobre os "Legados do Esporte Brasileiro". O projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores e pesquisadores de vários estados brasileiros para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

**Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta: No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos

(atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

Quantidade alcançada: 660.000

Data de Referência: 14/02/2013

## **PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito**

### **Objetivo: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.**

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: Em 21/09/2012 foi lançada a campanha permanente pela redução de acidentes, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020. Esse lançamento integrou a programação da Semana Nacional de Trânsito (18 a 25 de setembro) e reforçou a participação do Brasil na Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito – de 2011 a 2020 - instituída pela Organização das Nações Unidas e firmada por meio do Pacto Nacional pela Redução de Acidentes com o projeto PARADA. Ao longo do exercício de 2012, foram produzidos filmes e spots com os slogans: a) "A Dor de um Acidente Pode Durar para Sempre"; b) "Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito – 2011/2020: Não Exceda a Velocidade, Preserve a Vida"; c) "Campanha Nacional para a Prevenção de Acidentes com Crianças no Trânsito – Paradinha"; e d) "Parada – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito". Essas campanhas foram veiculadas em âmbito nacional utilizando as diversas mídias (televisão, rádio, impressos).

Nessa linha de ação, foi doado à Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal - AND o quantitativo de 1.000.000 (um milhão) de bafômetros descartáveis, para aplicação em campanhas educativas de trânsito realizadas pelos Departamentos de Trânsito dos Estados e Distrito Federal.

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos, voltados ao tema trânsito, por alunos, educadores, órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito, pessoas físicas, organizações, empresas e instituições. Na sua XII edição, o Prêmio teve 7.925 pessoas inscritas, sendo 36 participantes premiados em 12 categorias: Pré-Escola; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educador; Educação no Trânsito; Obra Técnica.

**Meta: Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)**

Análise Situacional da Meta: As tratativas para a realização de reunião bipartite foram iniciadas em 2012. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013.

Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de “Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito” para 10.000 professores da Educação Básica

Análise Situacional da Meta: O tema educação de trânsito é tratado nas universidades como uma disciplina nos cursos de pós-graduação já existentes. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013, junto às Universidades interessadas.

Implantar o programa “Educação para Cidadania no Trânsito” em todos os municípios do país

Análise Situacional da Meta: A participação dos órgãos gestores de trânsito municipais é vital, devido à proximidade deles com as escolas. As diretrizes nacionais de educação de trânsito já foram distribuídas para todas as escolas públicas do país e o DENATRAN realiza atendimento por meio de orientações enviadas por meio eletrônico (e-mail) aos professores interessados. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013, junto aos órgãos gestores de trânsito municipal.

Implementar “Programa Jovem Consciente” nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis

Análise Situacional da Meta: O processo está em fase de licitação no Ministério das Cidades, para aquisição de material didático de apoio ao professor. Há expectativa para sua realização no exercício de 2013.

Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas Educativas

Análise Situacional da Meta: Não foi possível iniciar os encontros no ano de 2012, havendo a expectativa de realizar 5 encontros regionais no exercício de 2013.

Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito

Análise Situacional da Meta: O “XII Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito”, teve um total de 7.925 inscritos, premiou 36 participantes nas categorias: Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educador, Educação no Trânsito, Obra Técnica, Comunicação e Cidadania, envolvendo alunos, educadores, órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito, pessoas físicas, organizações, empresas e instituições. Esse prêmio é realizado anualmente e tem como principal objetivo incentivar a produção de trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema trânsito.

Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas.

Análise Situacional da Meta: Os cursos de gestão de trânsito e outros de formação para os profissionais do Sistema Nacional de Trânsito serão ofertados pela Escola Virtual do DENATRAN. Estão em andamento tratativas com alguns institutos de ensino superior que poderiam oferecer este curso em nível de pós-graduação, com expectativa para sua realização no exercício de 2013.

**PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa****Objetivo: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.**

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo: Esse objetivo é composto de quatro vertentes: Apoio a comunidades carentes; Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

No que tange ao apoio a comunidades carentes destaca-se o Projeto Rondon. Coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social, que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

A realização do Projeto se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados "rondonistas". As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e já beneficiaram, desde a criação do projeto, 864 municípios, com a participação de mais de 14.700 voluntários, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Em 2012 participaram das operações do Projeto 1.944 rondonistas, que atuaram em 57 municípios dos estados de Maranhão, Pará e Tocantins. Para 2013, está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe.

Quanto à Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, cita-se como principais resultados, em 2012, a qualificação profissional de 14.659 jovens durante a prestação do serviço militar, o que contribuirá para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. Em 2013 está prevista a qualificação de 14.000 jovens.

Na vertente do Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças, enquadra-se o Projeto "Forças no Esporte" – PROFESP, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com a utilização das instalações das Forças Armadas. Alinhado ao Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, o PROFESP é destinado ao oferecimento de atividades esportivas e reforço escolar para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente, da rede pública, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Além das atividades de prática esportiva e reforço escolar, o Programa também oferece ao seu público-alvo aulas de música, inclusão digital e capacitação profissional nas áreas de padaria, pizzaiolo, jardinagem e alfaiataria. Dessa forma, o PROFESP contribui para a inclusão social e para a prevenção da violência, por meio da utilização de mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho.

Em 2012, o Programa atendeu 12.000 crianças em 86 organizações militares distribuídas em todo território nacional. Destaca-se como resultados marcantes do PROFESP a preparação de atletas adolescentes, já selecionados para os Jogos Olímpicos de 2016, e também o encaminhamento de jovens do Programa para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como no meio militar.

O Programa Forças no Esporte tem a perspectiva de atender 100.000 crianças até o ano de 2016.

### **Meta: Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do “Projeto Rondon”**

Análise Situacional da Meta: A meta prevista para o ano de 2012 era de 2.800 universitários mas foi revista em função de ajustes operacionais. Dessa forma, considerou-se então a meta de 1.944 rondonistas para 2012.

Foram realizadas as seguintes Operações:

- Operação Açaí / Belém, com a participação de 380 rondonistas, de 38 IES, atuando em 19 municípios, durante 15 dias, realizada em julho/2012;
- Operação ACiSo / Belém, com a participação de 20 rondonistas, de 20 IES, atuando comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias, realizada em julho/2012; e
- Operação Capim Dourado / Palmas, com a participação de 300 rondonistas, de 30 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias, realizada em julho/12.

Foram realizadas, em janeiro/fevereiro de 2013, as seguintes operações, cujas despesas foram executadas e pagas com recursos orçamentários relativos ao ano de 2012:

- Operação Canudos / Petrolina, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;
- Operação 2 de Julho / Salvador, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;
- Operação São Francisco / Aracaju, com participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;
- Operação ACiSo / Belém, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias; e
- Operação ASShop / Manaus, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas durante 15 dias.

Quantidade alcançada: 1.944

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa “Soldado Cidadão”**

Análise Situacional da Meta: Para o cumprimento da meta, a LOA de 2012, na Ação 6557, disponibilizou R\$ 11.783.312,00, com planejamento para capacitação profissional de 13.510 militares.

Os recursos foram repassados às Forças Singulares para execução das atividades do Projeto, da seguinte maneira: Comando do Marinha: R\$ 765.085,00; Comando do Exército: R\$ 10.115.814,00; e Comando da Aeronáutica: R\$ 793.912,49.

A busca de novos parceiros condutores do ensino profissionalizante e iniciativas com redução de custo (cursos dentro das OM, parceria com empresas, etc) contribuiram para que



a meta planejada fosse superada, com a capacitação, em 2012, de 14.659 jovens.

A expectativa de capacitação profissional em 2013 é de 14.000 militares.

Quantidade alcançada: 14.659

Data de Referência: 04/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	100.000	pessoas	14.659	04/03/2013

## **PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas**

**Objetivo: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: O programa "Crack, é possível vencer" prevê investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem com enfrentar o tráfico de drogas. Em 2012, 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, aderiram ao plano, totalizando uma previsão de investimentos de 1,352 bilhão até 2014. Além disso, está em curso uma estratégia de expansão do programa, que procurará alcançar prioritariamente os municípios do país com mais de 200 mil habitantes em 2013.

No âmbito do programa, estão sendo realizadas ações com vista à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com Instituições públicas de Ensino Superior, tem sido oferecidos cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas. No âmbito do eixo de "Prevenção" do programa "Crack, É Possível Vencer", foi prevista capacitação a distância de 483.300 mil pessoas até 2014 (educadores, policiais militares - Programa Educacional de Resistência às Drogas, operadores do direito, profissionais das redes de saúde e assistência social, profissionais de comunidades terapêuticas, lideranças religiosas e lideranças e conselheiros comunitários). Até o momento, já foram capacitadas mais de 150 mil pessoas nessas diferentes áreas de atuação.

O Plano também prevê investimentos na modalidade de formação presencial, destacando-se sua estratégia de consolidar uma rede especializada para formação permanente de profissionais das redes de saúde e assistência social, segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário em todo o território nacional. Para tanto, prevê a meta de implantar 65

Centros Regionais de Referência (CRR), ligados às instituições públicas de ensino superior, até 2014, com oferta de 59.000 vagas. Em 2012, de acordo com a SENAD, 50 destes centros estavam em funcionamento, tendo sido disponibilizadas cerca de 23 mil vagas. Para 2013, espera-se implantar os centros nos estados que não ainda os possuem (AC, AP, MA, RR, SE). O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Plano Crack, É Possível Vencer.

**Meta: Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos**

Análise Situacional da Meta: Capacitação presencial de 2.500 profissionais da rede de saúde e assistência social com o objetivo de auxiliar os profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas, principalmente com relação à população que se encontra em maior vulnerabilidade.

**Meta: Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens**

Análise Situacional da Meta: Capacitação de 71 mil educadores de escolas públicas para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco entre adolescentes e jovens no contexto escolar.

## **PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

**PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**

**Objetivo: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de Educação de Jovens e Adultos de níveis médio e superior, por meio de parcerias com instituições de ensino públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas sem fins lucrativos. Ocorreu ainda a assinatura de um termo de compromisso entre Incra e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o Incra e as instituições federais de ensino superior nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante a execução de programas e ações que visem ao desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, com lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), MDA e Superintendências Regionais trabalharam juntas para divulgar e levantar a demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Ademais, o Projeto Arte e Cultura foi discutido com o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional de Juventude. Apresentou-se, ainda, o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação, com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Em 2013, serão intensificados o diálogo e a articulação com outros ministérios no tocante a saúde, esporte e lazer.

**Meta: Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi possível manter em sala de aula 3.058 alunos de parcerias plurianuais, estabelecidas por convênio ou termo de cooperação com instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos para realização de cursos com duração de 2 a 6 anos e celebradas em exercícios anteriores, e a inserção de 530 novos alunos. Do total, 772 alunos estão no nível superior e 1.886, em cursos técnicos de nível médio.

Quantidade alcançada: 3.058

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, 6.046 alunos, entre assentados e acampados, participaram de sete projetos em execução. Atualmente, há 18 projetos aprovados e selecionados, com previsão de atendimento à 18.510 pessoas, com a demanda surgindo da discussão entre as instituições de ensino, Incra e movimentos sociais representantes dos trabalhadores.

Quantidade alcançada: 6.046

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania**

**Objetivo: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública com ações sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nesses locais, através do desenvolvimento de iniciativas que visam à reativação de vínculos comunitários, a promoção do envolvimento, a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis (jovens e adolescentes, mulheres, negros, egressos do sistema prisional, população residentes em regiões de fronteira ou em locais vulneráveis) a ampliação do policiamento comunitário e preventivo, a difusão do modelo de justiça comunitária, a ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, o fortalecimento dos Municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão integrada Municipal, bem como iniciativas de fomento à política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional e de melhoria do sistema de gestão e integração das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

Com efeito, a SENASP, na condição de indutora de política pública de Segurança Pública, priorizou em seus editais e portaria de chamamento público os projetos estratégicos priorizados pela Presidência da República. Dentre os projetos prioritários destacam-se o Programa Brasil Mais Seguro e as ações de prevenção a violência e criminalidade desenvolvidas em âmbito Municipal.

O programa Brasil Mais Seguro tem como objetivo precípua induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, com foco na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

No âmbito do programa foram realizadas junto às Unidades Federadas pesquisas para identificar as carências das unidades de investigação de homicídios e dos órgãos de perícia, denominadas Pesquisas Perfil, bem como foram iniciados os processos de aquisições diretas para aparelhar os órgãos de perícia dos Estados e do Distrito Federal. Também foi lançado

um piloto do Programa no estado de Alagoas, com resultados expressivos na redução da taxa de homicídios. Em todo o Estado houve uma diminuição de 16% e na capital a redução dos homicídios foi ainda maior alcançando 27%.

De maneira inovadora no país, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um acordo de cooperação assinado pelos governos federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à redução da criminalidade violenta na capital alagoana e em Arapiraca. O plano de ação do projeto piloto conta com atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade.

A SENASP investiu R\$ 38.588.753,00 em Alagoas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão. O programa também prevê a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de Monitoramento de Processos.

Considerando que o aumento do número de homicídios no Brasil se concentra no Nordeste, o segundo estado da região a receber o Programa Brasil Mais Seguro será a Paraíba, de forma concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.

Nesse sentido, foi realizado, na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do Programa a ser implementado no Estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal. No início de 2013, considerando a necessidade de articulação com a Prefeitura Municipal e a mudança da gestão, serão realizados encontros para a finalização da matriz de responsabilidades e elaboração das propostas a serem apoiadas.

Em 2013 a pretensão é de expandir a adesão ao Programa para as cidades mais violentas do Nordeste e outras regiões que concentrem também altos índices de homicídios.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública por meio de editais de chamada Pública, foram direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos de prevenção nas cidades, levando-se em conta a concentração das taxas de homicídios dos municípios localizados nas regiões metropolitanas e nas regiões de fronteira.

Além disso, foi desenvolvido em parceria com a SENAD/MJ, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos/PR, junto aos estados e municípios o programa "Crack, é possível vencer". Suas ações são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados, através da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Em 2012, onze estados foram priorizados, e catorze assinaram o Acordo de Cooperação.

Nesse programa cabe à SENASP o desenvolvimento do eixo autoridade, onde as ações policiais irão se concentrar em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas, nos centros consumidores. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação

para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de 2 mil novos policiais, os quais serão lotados em áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo é prestar atendimento as pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas receberão formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária), assim como na política sobre drogas, saúde e assistência social, com ampliação do conhecimento da rede de cuidado e atenção, e irão incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

Para tal finalidade serão disponibilizados aos estados que aderirem ao programa e que manifestarem interesse, através de doação deste Ministério, equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais que atuarão nas cenas de uso. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (micro ônibus) com haste telescópica e câmera de videomonitoramento móvel, contendo mais de 20 pontos fixos de videomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) realizará ainda nesses estados, através de pagamento de hora-aula e envio de material didático, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD.

### **Meta: Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios**

Análise Situacional da Meta: O Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça consolida ações voltadas para o fortalecimento das Fronteiras, o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta.

Com base nisso, o Ministério da Justiça, alinhado com as diretrizes da Presidência da República, criou o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).



As ações do programa levarão em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação; assim, as diretrizes de pacto federativo e a natureza das ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município) conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

Dando início ao Programa, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um Acordo de Cooperação assinado com o Estado e o Município de Maceió, para induzir e promover a atuação qualificada dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal para redução dos índices de violência e criminalidade. O plano de ação do projeto piloto previu atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade, com auxílio da Força Nacional de Segurança Pública.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas precipuamente para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios por 100.000 habitantes e as desigualdades regionais. Nesse caso, serão 27 Acordos de Cooperação Firmados e não um Plano Nacional formatado somente pela União.

Dias 26 e 27 de novembro de 2012, a Senasp realizou o III Colóquio de Redução da Criminalidade Violeta, firmando acordo de cooperação com Estado da Paraíba para implantação do Programa Brasil Mais Seguro naquele Estado, fortalecendo o Programa Paraíba Unida pela Paz.

### **Meta: Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura**

Análise Situacional da Meta: Em razão de atrasos no cronograma previsto para a execução das Praças dos Esportes e da Cultura - PEC não foi possível implantar nenhum Projeto ou Mulheres da Paz junto às praças.

Em maio foi lançado o Edital nº 01/2012, para a seleção de propostas voltadas à execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que teve 33 propostas habilitadas na primeira fase e 16 propostas aprovadas, que culminaram em convênios.

Esse Edital foi lançado após um esforço de reformulação dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que construiu referenciais teóricos e metodológicos nacionais para os projetos, fruto de um Grupo de Trabalho instituído para esta finalidade, por intermédio da Portaria nº 15, de 27 de março.

A previsão é de que com o início das entregas das Praças dos Esportes e da Cultura - PEC, tenhamos em 2013, 30 Projetos em Praças de capitais e regiões metropolitanas.

Entende-se que não será possível alcançar esse quantitativo de 400 praças, uma vez que nem todos os municípios atendem os requisitos para a implantação dos Projetos Mulheres da Paz e PROTEJO e/ou têm jovens e mulheres com o perfil dos beneficiários desses projetos.

**PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

**Meta: Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania**

Análise Situacional da Meta: Em prol do alcance desta meta, no decorrer do ano de 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, participou de diversas ações e reuniões para viabilizar a interação com outras iniciativas do governo federal, tais como: Plano Viver sem Limite; Programa BPC (em interação com o MDS); Plano Brasil sem Miséria e o PRONATEC, por meio do qual, tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado

(requerente do benefício do Seguro-Desemprego). Para o ano de 2013 será dada continuidade as iniciativas acima comentadas.

**Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

# PESSOA IDOSA







## Pessoa Idosa

### **PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

#### **Objetivo: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: As deliberações da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, entre 23 e 25 de novembro de 2011, estão sendo pactuadas com os ministérios envolvidos. Importante parceria com o Instituto Federal de Brasília - IFB foi firmada para a elaboração de Matriz Referencial de padronização de cursos de cuidadores de idosos. Pretende-se, em parceria com os estados, ofertar cursos gratuitos e de qualidade em todo território nacional.

#### **Meta: Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos**

Análise Situacional da Meta: Com a firme determinação de adotar medidas em todos os níveis para ampliar a qualidade de proteção social e promoção dos direitos da pessoa idosa, a SDH, acolhendo as 26 deliberações da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, redefiniu atribuições e competências e está em processo de repactuação com os ministérios parceiros.

#### **Meta: Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

Análise Situacional da Meta: Foi elaborada Matriz Referencial, atualmente em execução no Instituto Federal de Brasília - IFB. Está em processo de articulação para a descentralização para os institutos de todos os estados. Através do Pronatec Brasil sem Miséria, uma das modalidades do Bolsa Formação Trabalhador, o curso de Cuidados de Idosos é ofertado aos beneficiários dos programas sociais, inscritos no CADÚnico.

#### **Meta: Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta: A Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) está em processo de implantação. Para agilizar a implantação, a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Direitos do Idoso estão redefinindo os processos de conveniamento, priorizando instituições públicas, na transferência de recurso, contemplado aqui, o Fundo Nacional do Idoso.



**Objetivo: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012 foram realizadas duas edições da Caravana de Direitos Humanos. O objetivo da Caravana, que deve percorrer todos os estados brasileiros, é estabelecer um canal de interação direta com a sociedade, articulando ações conjuntas com os Poderes Legislativo e Judiciário, além de estabelecer parcerias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos com movimentos sociais e os governos estaduais e municipais. A Caravana consiste no deslocamento de gestores da SDH/PR para desenvolver atividades em determinadas regiões do Brasil. No decorrer do projeto, representantes de todas as áreas temáticas tratadas pela SDH/PR percorrerão o país para identificar as principais violações de direitos e atuar para combatê-las.

Em 31/12/2011, havia vinte Centros de Referência e um Balcão de Direitos Humanos implantados.

**Meta: Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta: A SDH já implantou 30 Centros de Referência em Direitos Humanos. Até 2014 prevê-se implantar Centros de Referência em Direitos Humanos - CRDH em todas as capitais e cidades com mais de um milhão de habitantes, que somados aos existentes, chegará próximo aos 40.

Quantidade alcançada: 30

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta: Existem 20 Centros de Referência em Direitos Humanos - CRDH no campo implantados nos seguintes estados da federação (PI, PE(2), RN, RS, MG, BA, PB, SP, MT, AC, DF, MA(2), RJ, RO, AL, CE, SC, PA)

Quantidade alcançada: 20

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta: Sistema em discussão e análise ficará sob responsabilidade de desenvolvimento da fábrica de software que está sendo licitada pela SDH/PR. A previsão de disponibilidade do sistema é para 2014.

**Meta: Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram realizadas duas edições da Caravana de Direitos Humanos: no Acre, em maio, e no Mato Grosso, em julho. A primeira edição das Caravanas foi realizada no estado do Ceará, em agosto de 2011.

O objetivo da Caravana, que deve percorrer todos os estados brasileiros, é estabelecer um canal de interação direta com a sociedade, articulando ações conjuntas com os Poderes Legislativo e Judiciário, além de estabelecer parcerias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos com movimentos sociais e os governos estaduais e municipais.

A Caravana consiste no deslocamento de gestores da SDH/PR para desenvolver atividades em determinadas regiões do Brasil. No decorrer do projeto, representantes de todas as áreas temáticas tratadas pela SDH/PR percorrerão o país para identificar as principais violações de direitos e atuar para combatê-las.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com prazo de dois anos, a partir de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. O grupo foi criado com o objetivo de apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988. Continuam as expedições do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA coordenado pela SDH/PR e pelos Ministérios da Defesa e da Justiça. O Grupo tem o objetivo de coordenar e executar as atividades necessárias para localizar, recolher e sistematizar todas as informações existentes e identificar os restos mortais das vítimas da Guerrilha, em cumprimento à decisão judicial da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso nº 11.552 (Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil – Caso Guerrilha do Araguaia).

No que se refere aos processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que analisa a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R\$ 750,00 e hoje está em R\$ 1.012,17.

**Meta: Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

Análise Situacional da Meta: Desde a aprovação da Lei nº 11.520/2007, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R\$ 750,00 e hoje está em R\$ 1.012,17. Com a edição do Decreto nº 6.168, de 24 de julho de 2007, o Brasil passou a indenizar as vítimas da Hanseníase que foram isoladas em hospitais-colônias, por ordem do Estado, do início do século até o ano de 1986. A prática de isolamento compulsório fez parte das políticas de governo

de muitos países, mas apenas o Brasil e o Japão reconhecem hoje as violações dos Direitos Humanos cometidas contra este grupo durante mais de seis décadas.

Quantidade alcançada: 12.000

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde.

No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha têm circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, além de regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,8 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários, com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos

serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País, por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas, desde o seu lançamento em novembro de 2011 até dezembro de 2012, 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.

Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R\$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Outra ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Qualificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012 beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nessa área, destacam-se ainda:

- Produção de mais 376 mil próteses dentárias - um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;
- Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios, passando de R\$100,00 para R\$150,00;
- Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;
- Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de população vivendo em extrema pobreza.

Em relação à atenção especializada (AE), o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo Governo Federal. O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o conseqüente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

No primeiro semestre de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2012, foram realizados 16.705 transplantes de medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 23.999 transplantes.

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de 3 Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram, ainda, realizadas mais de 160 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Por fim, foi sancionada a Lei Nº 12.732, que fixa o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de câncer maligno pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. De acordo com a Lei, o primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

### **Meta: Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015**

Análise Situacional da Meta: Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas. Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R\$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Quantidade alcançada: 233

Data de Referência: 01/12/2012

**Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

Com relação aos casos de dengue, a notificação de 565.510 casos graves correspondendo a uma redução de 22% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram notificados 727.803 casos. A redução dos casos de dengue no país pode ser atribuída ao esforço de antecipação das atividades de prevenção nos municípios. Essas ações foram induzidas pela Portaria 2.557, que beneficiou 1.158 municípios que receberam recursos para qualificação das atividades de controle de vetores, vigilância e assistência. No mesmo período foram confirmados 284 óbitos correspondendo uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram confirmados 484 óbitos por dengue.

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 50,0%, no período de janeiro a outubro de 2012, representando um incremento de 7,3% quando comparado ao resultado do mesmo período de 2011, que ficou em 46,6%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com o Grupo Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfeção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para “Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids” (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfectado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutina, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfectados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

Em relação à hanseníase, o percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase entre janeiro e outubro de 2012 está em 76,6%, ou seja, dos 34.774 casos novos da coorte, 26.620 estão curados; há perspectiva de ampliação deste percentual de cura ao se computar os meses finais de 2012. O efeito das ações de disponibilização de incentivo financeiro para os municípios prioritários, pela Portaria nº 2.556/2011, e dos monitoramentos e assessorias técnicas às secretarias estaduais também contribuíram para os resultados alcançados.

Em relação ao tratamento dos portadores da Hepatite C, durante o ano foram tratados 14.138 indivíduos, o que corresponde a um alcance de 100% da meta estipulada, que foi de 14 mil pacientes.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012). Com relação à cobertura vacinal contra febre amarela nas áreas de recomendação de vacina, a avaliação dos dados de janeiro a agosto



de 2012 demonstra uma cobertura vacinal de 62,7%. Embora esteja abaixo da cobertura de 70% esperada para o ano, existe a expectativa de ampliação desse resultado a partir da institucionalização do monitoramento rápido de coberturas como mecanismo de melhoria das coberturas, homogeneidade e garantia de status de controle, eliminação e ou erradicação de doenças.

O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Na área da saúde do trabalhador, foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e habilitados cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) voltados para a atenção à saúde do trabalhador rural nos municípios de Rio Verde em Goiás, Primavera do Leste e Sinop em Mato Grosso, Uruçuí no Piauí, e Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

### **Meta: Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015**

Análise Situacional da Meta: Atualmente, existem 155 pólos da academia da saúde em funcionamento em 96 municípios. O foco principal do ano de 2012 foi a habilitação dos municípios para a construção de pólos, conforme os critérios das Portarias nº 1.401 e 1.402, de 15/6/2011, portanto, a previsão de finalização da construção dos pólos é para o final de 2013; a partir disso iremos ter um incremento maior no número de pólos em funcionamento.

Quantidade alcançada: 155

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências**

Análise Situacional da Meta: A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada: 2.648

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015**

Análise Situacional da Meta: Realizadas reuniões com estados e municípios de capitais, seminário com a sociedade civil organizada, seminário com os ministérios envolvidos com o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis (PDCNT) para avaliação de um ano de seu lançamento.

Lançado portal com o balanço de 1 ano de lançamento do PDCNT.

Publicada a portaria com repasse de recursos para estados e municípios de capitais para fomento das ações de vigilância, prevenção e promoção da saúde e realizado repasse de R\$ 12.500.000,00 para 27 Unidades da Federação, 25 municípios de capitais e 2 municípios com mais de um milhão de habitantes. Aprovada proposta de metas desagregadas para estados.

Dado andamento às ações de vigilância previstas no PDCNT como a realização do Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças e Crônicas por Inquérito Telefônico), da PENSE (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar) e organização da PNS (Pesquisa Nacional de Saúde).

### **Meta: Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

Os núcleos são instância de gestão que articulam intra e intersetorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação da secretarias de saúde estaduais e municipais. Todos os Estados estão sendo apoiados pelo Ministério da Saúde para fomentar ações de vigilância e prevenção de violência, por meio de repasse de recursos financeiros, assessoria técnica e capacitações.

### **Objetivo: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência até os cuidados necessários e o encaminhamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida,

portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação Médica. Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo SAMU e pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), é necessária a qualificação das unidades de prontossocorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização dessa diretriz. Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

Em 2012 o SAMU 192 operou, no território nacional, com 2.851 unidades móveis, sendo 2.152 (75,5%) Unidades de Suporte Básico (USB), 520 (18,2%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 169 (5,9%) Motolâncias, 7 Equipes de Embarcação e 3 Equipes de Aeromédico.

No ano de 2012 foram efetivadas a compra de 2.180 ambulâncias para renovação da frota e expansão do serviço.

Atualmente o SAMU conta com 179 Centrais de Regulação, 16 delas implantadas em 2012, empenhadas na regulação deste serviço para cerca de 2.360 municípios, somando uma população com acesso ao SAMU de 129,5 milhões de habitantes, o que corresponde a uma cobertura populacional de 68%.

Nessa linha de atendimento, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, de disponibilização ininterrupta, com potencial para resolver até 97% dos casos atendidos reduzindo as filas nos prontossocorros dos hospitais. Oferecem estrutura simplificada - com Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação.

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 2011 a 2014) está prevista a implantação de 500 UPA. Em 2012 havia 266 UPAs em funcionamento no País, sendo 184 construídas com incentivo de recursos federais e 82 com recursos locais. Das UPA em funcionamento, sete delas já são do programa PAC 2.

Em relação às UPAs habilitadas em 2011 (117 unidades), estas apresentam a seguinte situação em 2012: 6 entraram em funcionamento; 40 estão em obras; 69 estão em fase de projetos e licitação; e 2 unidades já concluíram suas obras, mas ainda não entraram em funcionamento. Em 2012 foram selecionadas outras 158 UPAs para implantação, sendo 26 ampliações de unidades de saúde para transformação em UPA e 132 novas construções. Dessas, 27 já estão em obras e uma em funcionamento.

O Programa SOS Emergências lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do país que integram o SUS. Já se encontra implantado em 12 dessas unidades e, em 2012, todos os 12 hospitais selecionados já tinham recursos empenhados para readequação física e tecnológica de suas unidades de urgência e emergência.

### **Meta: Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi efetivada a compra de 2.180 ambulâncias para renovação de frota e expansão do serviço.

Quantidade alcançada: 2.180

Data de Referência: 30/11/2012

**Meta: Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram pactuadas nos Planos de Ação da Rede de Urgência e Emergência, para estruturar as portas hospitalares prioritárias de urgência e emergência, um total de 115 propostas de convênios. 127 unidades hospitalares prioritárias foram estruturadas até 31/12/2012, considerando as unidades pactuadas no ano de 2011.

Quantidade alcançada: 127

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

Análise Situacional da Meta: Implantados um total de 6.901 leitos hospitalares dentro da Rede de Urgência e emergência em 2012, sendo:

- 4.627 leitos clínicos novos;
- 92 leitos pediátricos novos;
- 1.852 leitos UTI adulto novos;
- 330 leitos UTI pediátrico novos.

Quantidade alcançada: 6.901

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015**

Análise Situacional da Meta: No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2 2011-2014) está prevista a contratação da construção ou ampliação de 500 UPAs. Até dezembro de 2012, já haviam sido selecionadas e contratadas 273 unidades, sendo que 9 tiveram suas obras concluídas e 7 já estão em funcionamento.

Quantidade alcançada: 273

Data de Referência: 13/05/2013

**Meta: Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015**

Análise Situacional da Meta: 16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas, totalizando 179 Centrais de Regulação empenhadas na regulação de cerca de 2.360 municípios somando uma população com acesso ao SAMU 192 de 129.536.827 habitantes e correspondendo a uma cobertura populacional de 68%.

Quantidade alcançada: 16

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Os meios empregados objetivam preservar a autonomia do idoso, tanto na sua independência física, como na psíquica, e ampliar o acesso à medicação das doenças crônicas.

A orientação dessa linha de cuidados para a promoção da saúde da pessoa idosa procura ampliar, sobretudo, o seu grau de independência para o auto-cuidado – envolvendo familiares e comunidade. Esse modelo deverá organizar, por exemplo, as linhas de cuidado para idosos frágeis, por intermédio da formação de cuidadores, e a adequação da estrutura dos pontos de atenção da rede, de forma a melhorar a acessibilidade e o acolhimento. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a distribuição gratuita de medicamentos e a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados.

Em 2012 destacam-se a construção do projeto Observatório Nacional do Idoso, que tem como foco central a criação de um portal virtual, de abrangência nacional, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde da pessoa idosa no SUS; a promoção do II Encontro Nacional de Coordenadores da Saúde do Idoso cujo objetivo foi discutir a organização dos estados, municípios e Distrito Federal para o atendimento à população idosa, considerando todos os níveis de complexidade da Rede de Atenção à Saúde no SUS; e a implantação do Sistema de Monitoramento da Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos (SISAP/Monitor-Idoso), com o objetivo de oferecer informações que auxiliem o planejamento de ações e decisões voltadas à população idosa, além de ser um instrumento de monitoramento de metas e diretrizes pactuadas pelas políticas.

No que tange a capacitação à distância para profissionais de nível superior em saúde do idoso, o curso está em andamento com término previsto para março de 2013. Estão atualmente realizando as atividades do curso 1.000 alunos distribuídos entre as regiões sul, sudeste e centro oeste. No âmbito do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS), o cenário atual é de 6.584 vagas disponíveis para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para curso de aperfeiçoamento em Saúde do Idoso nas ETSUS (nas Escolas Técnicas do SUS) dos Estados do AC, AL, AP, ES, GO, MS, PA, PR, RN, SE, SC, SP, RJ, RS, RO e RR.

Outro importante resultado no âmbito da atenção ao idoso foi a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe. Conforme dados repassados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, a meta de cobertura vacinal foi atingida, visto que a vacinação cobriu no mínimo 80% em cada grupo alvo.

**Meta: Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015**

Análise Situacional da Meta: Foram disponibilizadas 1.000 vagas. Com as desistências, hoje são 867 alunos efetivos.

Quantidade alcançada: 867

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015**

Análise Situacional da Meta: 1000 alunos na modalidade EAD em capacitação, em parceria com a Fiocruz, com previsão de término em março de 2013.

Quantidade alcançada: 1.000

Data de Referência: 10/12/2012

**Meta: Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015**

Análise Situacional da Meta: A estratégia caderneta do idoso encontra-se em processo de reformulação de conteúdos e fluxos de gestão com o objetivo de se tornar ferramenta de gestão e, também, viabilizar a utilização das informações geradas para monitoramento e subsídio aos processos de tomada de decisão nas três esferas do SUS. A distribuição das cadernetas vem acontecendo desde o ano de 2007, chegando ao total de 18.730.315 cadernetas distribuídas no período de 2007 até 2012.

**Objetivo: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, uma vez que atende ao componente prescritivo voltado à proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional.

Esse objetivo consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o MS tem concentrado esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção.

Uma das principais estratégias para a garantia da assistência farmacêutica consiste na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio dos programas "Farmácia Popular do Brasil" e "Saúde Não Tem Preço", com foco em expandir estes programas nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Também serão reforçados e aprimorados os processos voltados a suprir as necessidades de medicamentos no atendimento básico e especializado no SUS, bem como aqueles demandados pelos programas estratégicos, como de tuberculose, hanseníase, DST/Aids, etc.



No conjunto de iniciativas relevantes, figurarão também, entre outros, o aumento da eficiência nas compras públicas de medicamentos, o aprimoramento da regulação da assistência farmacêutica, envolvendo política de preços, aquisições e incorporação tecnológica, a identificação e implementação de mecanismos que permitam a atuação do profissional farmacêutico nas farmácias municipais, a estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, a implementação de medidas voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, e a ampliação do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, mediante apoio a arranjos produtivos locais (APL).

Lançada em 2011, a campanha “Saúde Não Tem Preço” passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Até o final de 2012, cerca de 16,6 milhões de brasileiros foram beneficiados desde que foi instituída a gratuidade, considerando todas as doenças. Também passou a contemplar esse rol medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma. Desde o início da gratuidade dos medicamentos para asma, em junho de 2012, mais de 400 mil brasileiros foram beneficiados com medicamentos gratuitos.

A Rede de Farmácia Popular credenciou mais 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 credenciadas até dezembro de 2012 em 3.730 municípios, que, somadas a 558 unidades próprias, atendem mais de 5 milhões de pessoas por mês pelo sistema de vendas DATASUS do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Dentre as ações que envolvem o componente estratégico da assistência farmacêutica, foram disponibilizados medicamentos para tratamento de Aids (220 mil pacientes), Coagulopatias (17.350 pacientes), Controle do Tabagismo (389.897 pacientes), Tuberculose (72 mil pacientes), Hanseníase (43.847 pacientes) e outras doenças (Malária, Dengue, Doença de Chagas, Cólera, Leishmaniose, Esquistossomose, Influenza, Meningite, Tracoma, Lúpus, e Geohelmintíase), totalizando investimentos de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Em 2012, foi ampliado o elenco de medicamentos fitoterápicos disponibilizados pelo SUS. Houve a inclusão de quatro novos medicamentos desse tipo na lista de medicamentos do SUS e apoiados projetos utilizando a abordagem de APLs de plantas medicinais e fitoterápicas.

O Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) para fortalecer o uso racional e a qualidade do acesso a medicamentos no Brasil. Para dar início às ações, investiu-se R\$ 17 milhões na aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para estruturação e manutenção dos serviços das centrais de abastecimento farmacêutico e farmácias no âmbito da Atenção Básica. Os recursos contemplarão 453 municípios com população até 100 mil habitantes, e prioritários no Plano Brasil Sem Miséria.

No que tange à gestão da assistência farmacêutica, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS), com o objetivo de contribuir para a ampliação do acesso aos serviços e aos medicamentos e para a qualificação da atenção prestada à população nas três esferas do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), atendendo as características específicas dos componentes da assistência farmacêutica (básico, estratégico e especializado).

Até a presente data, o HÓRUS-Básico conta com a adesão de 1.690 municípios, 18 estados e 24 Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs).

O Hórus-Especializado, até o momento, foi implantado em 10 estados. Além dele, será disponibilizado o HÓRUS-Clínico, uma ferramenta complementar ao HÓRUS-Especializado, que permitirá aos gestores e profissionais da área da saúde realizar o seguimento farmacoterapêutico dos pacientes tratados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), medindo a efetividade dos tratamentos disponibilizados. Todo o estado que implantar o HÓRUS-Especializado poderá implantar o HÓRUS-Clínico que, quando for finalizado, permitirá a realização do monitoramento para 35 doenças do CEAF.

O HÓRUS-Estratégico vem sendo implantado junto às gerências e diretorias estaduais de assistência farmacêutica no sentido de qualificar a gestão dos medicamentos e insumos utilizados no tratamento de agravos específicos contemplados em Programas Estratégicos do Ministério da Saúde. Atualmente, 15 estados implantaram o Hórus Estratégico para gerenciamento dos medicamentos dos Programas de Saúde Estratégicos, sendo eles: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. De maneira geral o sistema tem respondido às expectativas tanto dos gestores estaduais da assistência farmacêutica, quanto dos gestores dos programas de saúde. Somente três estados utilizaram o sistema de forma intermitente. Neste sentido, sua implantação tem considerado esta característica do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, ou seja, de ser uma gestão compartilhada, que visa à garantia do acesso e uso racional dos medicamentos no conjunto dos agravos a saúde que visa atender.

**Meta: Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015**

Análise Situacional da Meta: O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, alcançando 962 municípios do mapa da extrema pobreza.

Quantidade alcançada: 962

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2030 - Educação Básica**

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

No âmbito do PNLD EJA foram distribuídos 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

O Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

**Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta: O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, principalmente quando realizada a comparação dos dados observados nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Com o objetivo de criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental, em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por diretrizes: o fortalecimento da alfabetização como política pública prioritária nos estados e municípios; a articulação entre as redes de ensino para continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e; a compreensão da educação como articuladora das políticas sociais do Governo Federal, em alinhamento com a meta de erradicação da pobreza extrema. Fortaleceu-se a integração das políticas de alfabetização no âmbito do PBA com outras políticas do Governo Federal, entre estas, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), especialmente no que tange ao Programa Bolsa Família; com a Secretaria Geral da Presidência, na Agenda Valor Ambiental, com vistas a ações de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em Direitos Humanos e Educação Ambiental para os catadores de materiais recicláveis; com o Ministério da Saúde, para implementação do Projeto Olhar Brasil; com a Presidência da República, para atendimento aos canavieiros; com o Ministério da Justiça, para o atendimento às populações carcerárias; e com o Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Programa Pescando Letras. O PBA é executado pelos estados, municípios e Distrito Federal, com o apoio suplementar do Governo Federal para a execução dos planos de alfabetização de jovens e adultos. É assegurada a autonomia desses entes na organização de turmas e na definição metodológica, visando atender às especificidades da realidade local e do público atendido. Esta política favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelo Programa. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13 pontos percentuais (p.p) e 5,15p.p, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Igualmente, os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e

Educação de Jovens e Adultos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, é de 8,6%, apontando-nos que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e a melhoria da efetividade do programa, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015.

Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Isso indica que o analfabetismo feminino está diminuindo numa velocidade maior do que o masculino e colaborando para a maior parcela da queda do analfabetismo absoluto total.

O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total. Entretanto, a análise de indicadores educacionais, a partir do recorte étnico-racial, demonstra a desigualdade educacional no Brasil.

A taxa de analfabetismo da população do campo também recuou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados no atingimento da meta. Como uma das ações que visam aumentar a escolaridade das populações do campo, está a implementação do PBA.

### **Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta: Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2011, 20,4%. O Brasil tem uma população de 193,9 milhões de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Ressalta-se que o analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo esta variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social.

Mediante a necessidade de inclusão e de atendimento educacional desta população, bem como a garantia da continuidade da escolarização para públicos prioritários – egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais - foi publicada a Resolução CD/FNDE 48, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de 239.542 novas matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012.

Igualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito do Sistema Prisional e os Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional preveem a oferta de 27 mil novas vagas de EJA e 10 mil novas vagas do Programa Brasil Alfabetizado nos estabelecimentos penais, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social. Para 2013, prevê-se a disponibilização, para os espaços educativos prisionais, de 760 conjuntos de mobiliários e equipamentos de multimídia para salas de EJA, além de 1.622 kits de material pedagógico.

Outras ações voltadas para a dimensão qualitativa da oferta de EJA são a Medalha Paulo Freire, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) e a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. A Medalha Paulo Freire compreende a identificação, o reconhecimento e estímulo às experiências educacionais cujas contribuições sejam relevantes para a educação de jovens e adultos no Brasil. O PNLD-EJA tem por objetivo a distribuição de obras e coleções didáticas para alfabetizandos e educadores do PBA e para estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da EJA nas redes públicas de ensino, inclusive aos alunos cegos que recebem a mesma obra distribuída às suas escolas em formato digital acessível – Mecdaisy.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta, e como um instrumento para a articulação territorial e intersetorial estruturada nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social.

## **PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**

**Objetivo: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.**

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo: Com relação a este objetivo, têm sido empreendidos vários esforços no sentido de identificar e ampliar o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer nos municípios brasileiros, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social.

As Praças dos Esportes e da Cultura, renomeadas para Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs, compõem o Programa para Aceleração do Crescimento - PAC 2, no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. Os CEUs têm por objetivo integrar, no mesmo espaço físico, programas e ações de cultura, esporte e lazer, entre outros, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 CEUs, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. Dessa forma, as obras devem ser iniciadas até agosto de 2013 e concluídas até o final de 2014. Neste momento, 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Já no Programa Mais Cultura, encontram-se em fase de conveniamento 29 projetos e outros 54 já estão em fase de execução. Estes projetos envolvem ações de implantação de espaços culturais a partir da construção, reforma e/ou aquisição de bens permanentes. Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e há previsão para a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.



Outra iniciativa do Ministério da Cultura, o programa Usinas Culturais, também tem por finalidade a realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social, visando especialmente: o exercício dos direitos; a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural; e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. Em 2012 o programa Usinas Culturais selecionou 68 propostas, tendo sido assinados 15 novos convênios. Os municípios têm até junho de 2013 para dar início às obras. Até julho de 2014 todas as Usinas Culturais estarão em funcionamento.

Além disso, cerca de 48 emendas parlamentares foram aprovadas em 2012 e encontram-se em fase de conveniamento. As emendas destinam-se a construção, reformas e adequações de espaços, bem como à aquisição de mobiliário e equipamentos para espaços culturais.

Vale ressaltar, por fim, que em 2009, por meio do PAC 1, havia sido realizado acordo para repasse de recursos do Ministério da Cultura para o Ministério das Cidades implantarem 12 espaços denominados Mais Cultura PAC. Como resultado, em 2012 foram inaugurados 03 destes espaços. Tem-se a previsão de inauguração de mais 04 espaços em 2013.

**Meta: Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Quantidade alcançada: 360

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos**

**Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.



No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.
- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.
- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

**Meta:** Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios

**Análise Situacional da Meta:** Até 2011, o Vida Saudável foi considerado um tipo de núcleo do PELC. Já em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo

especificamente adultos com idade a partir de 45 anos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, desenvolveu-se em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Foram tramitadas 31 parcerias com 28 prefeituras e três entidades federais, com estimativa de atendimento a mais de 82 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Ademais, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, no Vida Saudável foi apurado em 2012 o atendimento a 34.000 beneficiados, em 17 núcleos, atendendo a 8 mil beneficiados na região Nordeste, 12 mil na região Sudeste; 6 mil na região Centro-Oeste; 4 mil na região Norte e 4 mil na região Sul. Há perspectiva de ampliação relevante do número de beneficiados nos próximos exercícios.

Quantidade alcançada: 31

Data de Referência: 14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	31	14/02/2013
Região Centro-Oeste	10	unidade	8	14/02/2013
Região Nordeste	42	unidade	12	14/02/2013
Região Norte	12	unidade	0	14/02/2013
Região Sudeste	122	unidade	6	14/02/2013
Região Sul	40	unidade	5	14/02/2013

### **PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

Indicador

Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa Índice de referência

Índice de Referência: 5,32%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 3,69%

Data da Apuração: 31/12/2012

**Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção

Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução Nº 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução Nº 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 municípios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a

mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acesso ao Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

**Meta: Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento.**

Análise Situacional da Meta: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se por faixa etária, devendo prever a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e risco, visando à melhoria da qualidade de vida por meio da socialização, da inclusão das pessoas com deficiência, do incentivo à participação e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Desse modo, contribui para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade social, inclusive pessoas com deficiência, e oportuniza o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. O SCFV ocorre por meio do trabalho em grupos e organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade. Pode ser ofertado no CRAS, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social sem fins lucrativos, referenciadas ao CRAS.

Considerando apenas a oferta desses serviços diretamente pelos CRAS, em agosto/12 (mês de referência para o Censo SUAS 2012), de acordo com o Sistema de Registro Mensal de Atendimento, foram atendidos aproximadamente 114,7 mil crianças de até 06 anos, 394 mil crianças/adolescentes de 06-15 anos, 339 mil adolescentes de 15-17 anos e 421 mil idosos.

Visando à universalização da oferta e à equalização da cobertura de cofinanciamento, o MDS está elaborando proposta de reordenamento do SCFV para crianças, adolescentes e idosos. Esta proposta deverá ter seus critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, prevendo-se sua implementação a partir de 2013. A proposta prevê a oferta de cofinanciamento federal aos municípios e DF, condicionando o repasse ao aceite do serviço, ao compromisso das gestões municipais e do DF com a oferta e à existência de CRAS no município para referenciar o SCFV.

Atualmente o SCFV possui regras distintas de oferta, cálculo e repasse do cofinanciamento federal, conforme o público alvo. O reordenamento do SCFV tem por objetivo unificar as regras de oferta e fortalecer seu caráter continuado, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Além disso, será criado sistema próprio para registro do atendimento dos usuários no serviço, que substituirá os sistemas de acompanhamento atuais, evitando a fragmentação de informações e a duplicidade de registros de dados.

**Meta: Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas**

Análise Situacional da Meta: Ainda que organizado por ciclos de vida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) possui sempre a centralidade na família, é referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF. Com o intuito de qualificar o serviço e apoiar gestores, técnicos e conselheiros, o MDS tem elaborado diversas orientações técnicas, visando a construir padrões para execução do serviço para todas as faixas etárias (0-6 anos, 6-15 anos, 15-17 anos e idosos).

Especificamente em relação ao serviço para idosos, as Orientações Técnicas foram elaboradas e uma versão preliminar foi disponibilizada no sítio eletrônico do MDS, em dezembro de 2012, para possíveis contribuições e sugestões de aprimoramento.

Em 2012, também teve início a preparação de subsídios e elaboração de documento com a proposta de concepção de "Convivência e Fortalecimento de Vínculos", que norteará todos os serviços de proteção básica. O documento, que se encontra em estágio avançado de elaboração, envolveu a discussão com especialistas da área e com profissionais ligados à política de assistência social, passando por visitas a experiências exitosas em serviços de convivência de diferentes regiões do país.

Por fim, deve-se salientar que embora esteja em discussão o reordenamento do SCFV, todo o material metodológico e de orientações técnicas que padroniza a execução dos serviços deverá continuar normatizando sua oferta nos grupos referentes a cada faixa etária e balizará a qualificação dos profissionais ligados à execução do serviço nos municípios.

**Meta: Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território**

Análise Situacional da Meta: No âmbito do PAIF, o acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção de assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva.

Como regra geral e em decorrência da situação de vulnerabilidade, devem ser priorizadas: famílias contra referenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de até 18 anos, fora da escola; famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) decorre de situações de vulnerabilidade; famílias que compõem o público alvo do Plano Brasil sem Miséria (renda mensal per capita inferior a R\$70,00); e outras situações, a partir da avaliação dos profissionais. A Resolução CIT N° 5/2010, que instituiu as Metas de Desenvolvimento dos CRAS, estabeleceu o acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF ou com beneficiários do BPC ou benefícios eventuais.

O Censo SUAS 2011 registra que 76,5% dos CRAS realizam acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, o que representa uma estabilidade em relação ao ano anterior. Com o propósito de ampliar a proteção social aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em descumprimento de condicionalidades, a SENARC e a SNAS estão elaborando uma Instrução Operacional visando a potencializar ações de Busca Ativa dessas famílias, especialmente daquelas com suspensão do benefício, para que sejam preservadas a transferência de renda e o devido acompanhamento a estas famílias, que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social.

Quanto ao acompanhamento prioritário a famílias com beneficiários BPC ou benefícios eventuais, o Censo SUAS 2011 revelou que 68,9% dos CRAS já realizam essa atividade, o que representa um aumento expressivo, de 54,83%, em relação a 2010. A magnitude dessa evolução foi influenciada pela implantação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), lançado em 2011.



**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

1. expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
2. realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
3. intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
4. Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.
5. Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:
6. início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
7. expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;
8. implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
9. capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispendo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.



**Meta: Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres**

Análise Situacional da Meta: As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;
- Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;
- Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;
- Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e
- Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

**Meta: Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. Merecem destaque:

1. o início da elaboração de subsídios para o reordenamento dos serviços de acolhimento de jovens e adultos com deficiência, por meio da implantação de residências inclusivas;
2. o início da elaboração de subsídios para a construção de orientações técnicas sobre o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, em situação de dependência, com enfoque na gestão da unidade e no desenvolvimento dos serviços ofertados; e
3. o início do processo de elaboração das orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa.

A produção e divulgação desse conjunto de orientações contribuirá para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços de acolhimento ofertados pelo SUAS.

**Meta: Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta: A partir da aprovação da nova NOB SUAS, em dezembro/2012, serão construídas estratégias para induzir os municípios com mais de 100.000 habitantes a organizarem a gestão da sua rede de serviços de acolhimento.

**Objetivo: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o BPC atendeu aproximadamente 3,8 milhões de beneficiários, sendo 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de pessoas idosas. O processo de inserção dos beneficiários no CadÚnico teve continuidade este ano, com algumas ações visando a aumentar a proporção dos beneficiários inseridos e buscar subsídios com os próprios municípios para mapear os principais problemas enfrentados e aperfeiçoar o processo, que deve tornar-se contínuo. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com o BPC na Escola (que iniciou, no final de 2011, novo processo de adesão de municípios, estados e DF) e o BPC Trabalho (foram concluídas 9 experiências piloto implementadas no período de 2010-2012), constituindo iniciativas que visam a ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento.

Em 2012, observou-se o resultado da publicação das Leis nº 12.435/11 e nº 12.470/11, que alteraram dispositivos da LOAS (Lei nº 8.742/93) e contribuíram para a regulamentação do benefício. A Lei nº 12.435/11 trouxe mudanças referentes ao BPC quanto à definição de pessoa com deficiência e avaliação do grau de impedimento pelo prazo mínimo de 2 anos, definição da composição familiar para fins de cálculo da renda familiar per capita e alterações no cômputo da renda, tais como: a não consideração, no cálculo da renda mensal familiar, para fins de concessão do BPC, das remunerações de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária e da remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou de estagiário. A Lei nº 12.470/11 determinou que o pagamento do benefício (BPC) à pessoa com deficiência seja suspenso quando o beneficiário exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, podendo, contudo, ser reativado após extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora ou após o prazo de pagamento do seguro desemprego, sem a exigência de que o beneficiário seja submetido a nova avaliação da deficiência e do grau de impedimento, necessitando apenas comprovar junto ao INSS a cessação do contrato de trabalho ou da atividade desenvolvida.

**Meta: Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda**

Análise Situacional da Meta: O número de benefícios concedidos em 2012 atingiu um total de 328.263, o que representa uma redução de 4,17% em relação ao quantitativo de 2011, que alcançou 342.580 concessões. Em termos de crescimento vegetativo do BPC (que considera

os benefícios concedidos mais os mantidos, menos os cessados), entre dezembro/2011 e dezembro/2012, ocorreu um crescimento de 176.505 beneficiários (aproximadamente 5%).

Quantidade alcançada: 328.263

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	155.772	unidade	27.416	31/12/2012
Região Nordeste	513.701	unidade	112.806	31/12/2012
Região Norte	100.979	unidade	31.090	31/12/2012
Região Sudeste	135.132	unidade	118.598	31/12/2012
Região Sul	455.447	unidade	38.353	31/12/2012

### **Meta: Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta: Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.

### **Meta: Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento**

Análise Situacional da Meta: Para a elaboração das orientações técnicas, é necessária a realização de uma pesquisa sobre o tema, a qual não foi possível ser realizada em 2012.

### **Meta: Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais**

Análise Situacional da Meta: Ao longo de 2012, o Grupo de Monitoramento da Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade – GMADI, formado por técnicos do MDS e do INSS, discutiu a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC, além de propor alterações nos instrumentais de avaliação da pessoa com deficiência, para fins de reconhecimento ou manutenção do direito ao BPC.

Visando à qualificação do atendimento ao beneficiário ou requerente do benefício, o GMADI elaborou o conteúdo programático das capacitações realizadas em 2012 com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC.

No âmbito do MDS, como uma das formas de aprimorar a gestão integrada de serviços, benefícios e programas de transferência de renda no âmbito do SUAS, foram inseridas questões específicas sobre beneficiários do BPC nos instrumentais de acompanhamento familiar dos CRAS e CREAS.

O MDS e o INSS também estão discutindo estratégias para a articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS, no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários.

## PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

### Objetivo: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Análise Situacional do Objetivo: No final do ano de 2011, o tema Acessibilidade foi inserido na pauta da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades em decorrência do Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011, que aprovou sua nova estrutura regimental, e assim passou a se chamar Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU.

Este Decreto, que regulamentou as competências da Secretaria em relação às políticas de acessibilidade, dispõe em seus artigos 19 e 20 que à SNAPU compete, dentre outras responsabilidades, formular e propor políticas e diretrizes de promoção da acessibilidade arquitetônica e urbanística, com ênfase na pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em articulação com as demais Secretarias e analisar e propor instrumentos para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Nesse sentido, ao longo de 2012, a SNAPU empreendeu esforços da estruturação de recursos humanos e financeiros para cumprimento de suas novas atribuições, através da organização de uma equipe técnica para lidar com o assunto, e da instituição de parcerias com diversos órgãos e secretarias, atuando transversalmente nas atividades que envolvem o tema da acessibilidade.

Além da seleção de projetos realizada em 2012, a SNAPU coordenou um grupo de trabalho voltado à verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades sede da Copa do Mundo da FIFA. Na primeira etapa do trabalho, concluída em 2012, foram realizadas vistorias nos aeroportos de Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os resultados foram consolidados em relatório técnico e o trabalho terá continuidade em 2013, com a realização de vistorias em Salvador e Recife.

A acessibilidade também está presente, de forma transversal, em todos os sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano, tanto nos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, como no PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades.

No apoio a sistemas de transportes não motorizados, viabilizou-se a construção de calçadas no PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, contribuindo para a acessibilidade nas cidades.

A CBTU e a Trensurb também cooperam neste objetivo, implantando a acessibilidade universal em seus sistemas e trabalhando na implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar livre acesso às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência nos sistemas de trens urbanos e metroviários que operam. A Trensurb adequou os sistemas sob sua responsabilidade para prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização, através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas. A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

**Meta: Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004**

Análise Situacional da Meta: A Trensurb tem como meta tornar todo o sistema de trens de Porto Alegre acessível, incluindo a adequação do pátio, estações e trens com a instalação de corrimãos, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braille, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, instalação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em Linguagem Brasileira dos Sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial de embarque, eliminação do espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. No entorno das estações e terminais, readequação das calçadas e rampas de acesso para a eliminação de barreiras, como telefones públicos, árvores e lixeiras. Nos trens deverão ser colocados assentos especiais, reservados locais para cadeiras de rodas e realizadas melhorias no sistema de comunicação visual e sonora. Também serão feitas melhorias nos prédios administrativos e oficinas.

A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso em outras localidades, conforme segue:

No sistema de Belo Horizonte, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foi concluída a adequação dos projetos executivos à acessibilidade nas estações de São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar. Também foram concluídos o Termo de Referência para elaboração do projeto executivo de acessibilidade e a revisão de projetos de arquitetura e complementares para adequação às normas de acessibilidade nas estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping do Trecho Central/São Gabriel. Ainda há necessidade de dar andamento à instalação de elevadores, adaptações do layout interno dos trens para cadeirantes, comunicação em Braille, painéis luminosos, piso tátil de orientação e alerta, bancos preferenciais, adaptações de bilheterias, banheiros, rampas e corrimãos e redução do espaçamento entre os trens e a plataforma.

No sistema de João Pessoa, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foram concluídos os serviços das obras de acessibilidade nas Estações de Ilha do Bispo e Jacaré e foram iniciadas as obras de adequação nas Estações de João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo.

O sistema de Maceió passa por uma modernização e sofrerá uma adequação geral em todas as suas instalações, estações, trens, oficinas e áreas operacionais e administrativas, inclusive com relação à acessibilidade. Está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Grande parte das ações ainda não executadas estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização e Recuperação dos Trens Urbanos de Maceió.

No sistema de Natal, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais

necessidades de adaptação. Os serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade foram concluídos na Estação Cidade da Esperança e compreenderam: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

No sistema de Pernambuco, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação.

**Meta: Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade**

Análise Situacional da Meta: A acessibilidade perpassa todas as implantações de infraestrutura de mobilidade urbana no âmbito do PAC e Copa do Mundo FIFA 2014. Assim à medida que as obras forem sendo executadas, tanto dos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo, quanto do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 1ª e 2ª etapas - e PAC 2 Médias Cidades, serão proporcionados avanços na oferta de condições de acessibilidade.

Com relação às demais iniciativas para cumprimento da meta, em 2012 foi realizada seleção pública de Propostas de Trabalho para elaboração de projetos técnicos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos, visando prover condições de acessibilidade em áreas contíguas às obras do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, em conformidade com as diretrizes contidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e na ABNT NBR 9050: 2004. Foram selecionados 7 projetos, para as cidades de João Pessoa, Natal, Maceió, Recife e Teresina, no valor de R\$ 1,9 milhão. A contratação dos projetos deverá ocorrer em 2013.

Além disso, foram contratadas 13 obras para adaptação de calçadas e espaços públicos, totalizando investimentos de R\$ 19 milhões, nos municípios de Olímpia/SP, Tatuí/SP, Venâncio Aires/RS, Clevelândia/PR, Esteio/RS, Panambi/RS, Conceição das Alagoas/MG, Araraquara/SP, Valinhos/SP, Botucatu/SP, Maceió/AL, Ipuá/SP e Timbó/SC.

**Meta: Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas**

Análise Situacional da Meta: Foram executados 264,3 km de calçadas com recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) no eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

Quantidade alcançada: 264,3

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800	km	5,62	31/12/2012
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	km	44,88	31/12/2012
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400	km	213,77	31/12/2012



## PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

**Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico.

No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas.

Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$ 1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano.

No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez.

O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013.

Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011.

No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parceiras, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Floriano-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

**Meta: Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da meta total do programa, número considerado satisfatório para o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada: 391.169

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas 295.942 unidades adaptáveis o que corresponde a aproximadamente 25% da meta de 1,2 milhão de unidades. Já quanto às unidades adaptadas ao uso por famílias com pessoas com deficiência foram 7.014, 35% da meta de 20 mil unidades.

Quantidade alcançada: 295.942

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2061 - Previdência Social**

**Objetivo: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.**

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo: Todas as ações implementadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - estão calcadas em um único e valioso objetivo: prestar um atendimento de qualidade aos trabalhadores brasileiros. Há empreendimento de ações a fim de mitigar suas vulnerabilidades e deficiências, o equilíbrio entre as diretrizes governamentais, as expectativas dos servidores e os anseios da sociedade. Das ações empreendidas, pode-se citar:

1. Novos Sistemas Operacionais de Benefícios: o INSS está investindo na consolidação e modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, utilizando as bases de informações disponíveis no governo e mecanismos de interação com o cidadão. O CNIS é o ponto de partida para uma mudança fundamental de conceitos, com vistas a armazenar e consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, permitindo o reconhecimento automático de direitos, minimizando a necessidade de o filiado arcar com o ônus de comprovar tais informações. Uma parte fundamental dessa mudança está no desenvolvimento e implantação dos novos sistemas que substituirão as atuais aplicações de consulta e atualização dos dados do CNIS, bem como a construção do Cadastro Rural, consolidando a sistemática de validação, apropriação e disponibilização das informações, garantindo a integridade dos dados, promovendo também a integração entre órgãos e entidades para troca de informações. Os aplicativos utilizados pelo INSS atualmente estão gradativamente

sendo substituídos pelo PORTAL CNIS, que disponibilizará em plataforma web todas as funcionalidades desses aplicativos, agregando também novas funcionalidades, conceitos e tecnologias nas áreas de gestão de conhecimento, inclusive documental, instituindo a certificação digital e aprimorando a gestão do relacionamento com o cidadão.

2. Sistema Integrado de Benefícios - SIBE: abrange um conjunto de projetos que implementam os processos de negócios definidos pelo Novo Modelo de Gestão – NMG - do INSS no que se refere ao desenvolvimento de sistemas. O SIBE substituirá todos os atuais sistemas de benefícios, promovendo a redução do Tempo Médio de Espera pelo Atendimento Agendado - TMEA, seja o da Perícia Médica, da Avaliação Social ou dos demais serviços, bem como do Tempo Médio de Concessão - TMC.
3. Novo Sistema de Agendamento - SISAGE: a metodologia do SISAGE é voltada para a melhoria na gestão da disponibilidade de vagas para os serviços prestados, uma vez que o sistema faz a distribuição dessas vagas de forma automática. Neste novo formato, os agendamentos são efetuados mediante as habilidades de cada servidor e sua disponibilidade para a execução dos serviços. Assim, ocorrem mais agendamentos para o serviço mais demandado, evitando que o tempo médio de espera para o atendimento agendado seja completamente diferente entre serviços de uma mesma unidade de atendimento. O SISAGE propicia uma melhoria no controle da amplitude entre as datas de agendamento para serviços de uma mesma agência.
4. Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC: em 2012, deu-se continuidade a implementação do SIRC, sistema que captará as informações dos registros de nascimento, natimorto, casamento, além de óbitos, estes hoje administrados pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos, e, as respectivas averbações, anotações e retificações com vistas a constituir um cadastro dos dados civis dos cidadãos e viabilizar a promoção do processo de reconhecimento automático de direitos junto à Previdência Social.
5. Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e vinculação das novas unidades com o Plano Brasil sem Miséria: o PEX tem como foco incluir uma nova Agência da Previdência Social – APS - em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. Com a ampliação da Rede de Atendimento, os segurados não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de atendimento. Nas novas unidades, eles são atendidos em ambientes confortáveis, modernos e seguros. As novas agências contam com dispositivos de segurança e têm acesso facilitado para idosos e pessoas com deficiência. O PEX está focado na erradicação da pobreza extrema que atinge aproximadamente 16,2 milhões de brasileiros. O Plano Brasil Sem Miséria prevê como estratégia de ação aumentar as capacidades e oportunidades a esta população operando em três eixos: Eixo Garantia de Renda; Eixo Inclusão Produtiva, e; Eixo Acesso aos Serviços Públicos. Da análise comparativa das duas ações governamentais, PEX e Plano Brasil Sem Miséria, em especial suas diretrizes e objetivos, conclui-se que o PEX apresenta pontos de aderência com o Plano Brasil sem Miséria de forma a contribuir com seus objetivos, sobretudo no que tange aos eixos mencionados. Para a expansão da rede, estão sendo investidos R\$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, bem como em obras de recuperação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R\$ 1,1 bilhão.

6. O Extrato Previdenciário: outra melhoria na prestação de serviços foi a implantação do extrato previdenciário, em que os trabalhadores têm acesso aos seus dados cadastrais e de vínculos empregatícios, além das informações sobre remunerações e contribuições previdenciárias, a partir de julho de 1994, constantes do CNIS. O extrato previdenciário permite, ainda, aos trabalhadores o acompanhamento permanente de sua vida laboral e possibilita a identificação de eventuais lacunas ou incorreções nos dados cadastrais ou nas contribuições previdenciárias. A consulta ao extrato previdenciário foi disponibilizada em 2012 também aos correntistas da CEF que utilizam o Internet Banking.

### **Meta: Adequar 100% da rede de atendimento**

Análise Situacional da Meta: Com as obras de recuperação das unidades já existentes, o total de investimento chega a R\$ 1,1 bilhão.

Quantidade alcançada: 86

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

Análise Situacional da Meta: Estão sendo investidos R\$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, para a expansão da rede, bem como em obras de recuperação e adequação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R\$ 1,1 bilhão. Foram implantadas 118 novas unidades.

Quantidade alcançada: 118

Data de Referência: 31/12/2012

<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde. Alcançada</b>	<b>Data</b>
Superintendência Nordeste	200	unidade	70	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85	unidade	23	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	50	unidade	4	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	50	unidade	15	31/12/2012
Superintendência Sul	50	unidade	6	31/12/2012

### **Meta: Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

Análise Situacional da Meta: O INSS, desde 2010, fixou em seu plano de ação, o acompanhamento do Tempo Médio de Concessão – TMC - em todas as unidades de atendimento e, para o exercício de 2012, alcançou 30 dias.

Com o volume de demandas crescente, o INSS vem adotando ações de movimentação de servidores ou processos para as localidades que apresentam maior carência.

Quantidade alcançada: 30

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	30	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	30	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	16	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	14	unidade	28	31/12/2012
Superintendência Sul	18	unidade	40	31/12/2012

### **Meta: Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, ocorreram mudanças na gestão da Perícia Médica. Foi executado pelo INSS, de junho a outubro de 2012, um Plano de Ação Emergencial para melhoria do atendimento à população, incluindo o objetivo de redução do Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica. Nesse plano foram organizados mutirões de atendimento, deslocamentos de profissionais entre diferentes cidades e unidades federativas, com vistas à redução progressiva desse indicador.

Cabe a manutenção dos esforços empreendidos nesse período, incluindo a disponibilização do maior contingente possível de Peritos Médicos Previdenciários realizando atendimento médico-pericial, para acréscimo da produtividade. Há que se ressaltar que existem várias outras atividades desempenhadas pelos Peritos Médicos Previdenciários que também envolvem o reconhecimento de direitos.

Foram realizadas videoconferências com a participação dos Representantes Técnicos da Perícia Médica e a Coordenação Geral de Perícias Médicas, com suas Coordenações afins, com o objetivo de alinhamento de conduta técnica e gerencial, além de reunião técnica presencial no período de 18 a 20 de setembro.

Houve ingresso de 325 Peritos Médicos Previdenciários no ano de 2012, com posse em maio e outubro, sendo que dos que tomaram posse em outubro, muitos ainda não realizam atendimento de agenda SABI (Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade) de forma plena – período de capacitação técnica e aumento progressivo de agendamento conforme desempenho.

Há dificuldade de fixação de Peritos Médicos Previdenciários em Agências de Previdência Social - APS - de regiões mais distantes, o que representa um fator impactante na melhora deste índice nessas regiões. Como citado anteriormente, estão sendo realizados deslocamentos de profissionais de outras APS da mesma gerência para atendimento nessas unidades.

Destacamos também que a implantação plena do SIBE (Sistema Integrado de Benefícios) módulo BI, assim como do módulo RP, sistema informatizado com consolidação de vários sistemas em operação atualmente, que possui característica importante de possibilitar gerenciamento de todas as atividades médico-periciais, não apenas as de agendamento SABI, como ocorre atualmente, contribuirá significativamente com o cumprimento da meta .

Em novembro, no período de 20 a 23, foi realizada capacitação técnica para Gestores de Segurança e Saúde no Trabalho - SST, visando o planejamento estratégico, gestão de pessoas e de sistemas informatizados, com o objetivo de melhorar a qualidade da prestação de serviços, na distribuição e organização das demandas, levando conseqüentemente a redução

do tempo médio de espera para o atendimento de Perícia Médica.

Para o ano de 2013, planeja-se: acompanhamento dos valores deste indicador – TMEA-PM com gerenciamento da atividade médico-pericial visando a redução deste; manutenção dos deslocamentos de Peritos Médicos Previdenciários para as APS sem profissional lotado; acompanhamento do reflexo positivo das capacitações realizadas em 2012 quanto ao gerenciamento estratégico e de pessoas, além de melhoria de qualidade no atendimento médico-pericial, com desenvolvimento de outras capacitações; expansão do sistema informatizado – SIBE - ferramenta técnica e gerencial importante junto aos outros sistemas informatizados já em funcionamento; entre outros.

Quantidade alcançada: 35

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	41	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	39	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	8	unidade	28	31/12/2012
Superintendência Sul	14	unidade	49	31/12/2012

### Meta: Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias

Análise Situacional da Meta: Foi desenvolvido um novo Sistema de Agendamento que possibilitará a otimização dos recursos disponíveis nas Agências, reduzindo o número de vagas expiradas.

Além disso, foi executado um Plano Emergencial para Aperfeiçoamento dos Serviços do INSS de forma a: garantir acesso aos serviços previdenciários e assistenciais por meio de abertura de vagas nas agendas; equilibrar o TMEA do atendimento agendado; equilibrar os processos represados acima de 45 dias; manter as metas alcançadas e cumprimento das definições constantes na Resolução do Planejamento Estratégico; acompanhar os insucessos de agendamentos nas APS e acompanhar o agendamento/atendimento do Salário Maternidade e Aposentadoria no estado do Maranhão, com o objetivo de reduzir o TMEA desses benefícios.

Entre os fatores que dificultaram atingir o objetivo pode-se citar: aumento da demanda; ampliação da população com cobertura previdenciária; quantidade considerável de interrupção e/ou perda na velocidade na transmissão de dados das unidades e disponibilização de Sistemas.

Quantidade alcançada: 20

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	19	unidade	21	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	8	unidade	14	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	14	unidade	20	31/12/2012
Superintendência Sul	20	unidade	24	31/12/2012



**Meta: Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada**

Análise Situacional da Meta: Desde 2010, o INSS definiu como indicador de gestão o Índice de Resolutividade – IRES, que mede o percentual de processos onde o segurado tem seu benefício decidido na mesma data do seu primeiro atendimento. Esse indicador, em dezembro de 2012, apresentou o resultado de 57,87%, o que representa um avanço significativo, pois em janeiro deste mesmo ano o resultado era de 51%.

Um fator preponderante para o atingimento de melhores resultados deste indicador é a qualidade das informações dos segurados no banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, matéria-prima necessária à decisão do benefício. O INSS tem envidado nos últimos anos esforços na estruturação das bases cadastrais de maneira a traduzir maior confiabilidade das informações dos contribuintes e segurados.

Vale ressaltar que no rol de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em torno de 30% desse montante são benefícios de espécies que, via de regra, não poderão ser concedidos no mesmo dia, como é o caso de um auxílio doença que traz em seu processo de trabalho duas agendas distintas: uma com o servidor administrativo e outra com o perito médico, e que na maioria das vezes as datas de agendamento não são coincidentes.

Quantidade alcançada: 57,87

Data de Referência: 31/12/0012

**PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional**

**Objetivo: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: No âmbito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, com vistas a controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional, o Ministério da Saúde assinou em 2012 um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais que visam à retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

Também foram realizados, em 2012, a estruturação e o aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, a realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena e a implementação da suplementação de Vitamina A.

**Meta: Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados**

Análise Situacional da Meta: A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realiza anualmente, desde 2010, o monitoramento geral do perfil nutricional de alguns grupos de alimentos processados, focado no monitoramento dos teores de sódio, açúcares e gorduras nestes alimentos, publicizando por meio de Informes Técnicos. Além disso, a Agência tem trabalhado no planejamento de ações vinculadas ao monitoramento do alcance das metas de redução do sódio pactuadas com o setor produtivo, a ser iniciado em 2013, por meio da implementação das ações previstas no Termo de Compromisso entre MS, Anvisa e Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação) para o monitoramento da redução do sódio em alimentos processados.

Em atendimento às ações previstas no Termo de Compromisso relativo ao monitoramento da redução do sódio, a Anvisa realizou, em agosto, reunião com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais, que teve, entre seus tópicos de discussão, o planejamento da coleta e análise laboratorial de alimentos processados a partir de 2013, e publicou, em outubro, novo Informe Técnico sobre o perfil nutricional de alimentos processados, com foco nos teores de sódio nos alimentos prioritários.

### **Meta: Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários**

Análise Situacional da Meta: A redução do consumo de sódio no país também esteve presente em importantes agendas nacionais e internacionais, tais como: a Câmara Setorial de Alimentos da Anvisa, o Conselho Nacional de Saúde (CIAN), o II Seminário Nacional sobre Redução do Consumo de Sódio, o Fórum Pan-Americano da Rede Carmen e a reunião sobre rotulagem nutricional do Codex Alimentarius e o Consórcio Multilateral para Redução do Consumo de Sódio nas Américas, entre outros.

Durante o primeiro semestre de 2012, foram realizadas discussões técnicas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para articular a atuação conjunta dos dois ministérios na pactuação e monitoramento da redução do sódio em alimentos de origem animal. Ainda, foi realizada reunião com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), a Anvisa, a Secretária de Vigilância em Saúde - SVS/MS e o MAPA, para discutir a pactuação de metas de redução do teor de sódio nas categorias prioritárias restantes (embutidos, laticínios e refeições prontas).

O Ministério da Saúde (MS) assinou um acordo com a ABIA para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais, a fim de retirar 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais.

### **PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

### **Meta: Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo**

Análise Situacional da Meta: Meta relacionada à Lei 12.382/2011, que regulamenta o reajuste do Salário Mínimo. Segundo ela, "O Poder Executivo constituirá grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo".

Em 2012, ao se avaliar a aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo, que prevê revisão anual pelo INPC do ano (6,08%) mais a variação do PIB (7,5%), deve-se considerar o valor de R\$ 545,00 como sendo aquele que está baseado nos critérios da política de valorização do salário mínimo do ano de 2011. Desta forma, aplicando-se as variações (INPC e PIB), que acumuladas representam 14,04%, chega-se ao valor de R\$ 621,50, que foi arredondado para R\$ 622,00, resultando em aumento real de 7,59%. Esta correção respeita as regras acordadas pela política de valorização do salário mínimo, levando em conta o resultado preliminar de 7,5% para a variação do PIB em 2010, e 6,08% do INPC em 2011.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o valor do salário mínimo corresponderá a R\$ 678,00, o que representa um aumento de cerca de 9,00%, frente aos R\$ 622,00 em vigor durante 2012. O novo valor foi publicado em edição do Diário Oficial da União datada de 26 de dezembro, por meio do Decreto 7.872, de 26 de dezembro de 2012 e atende à aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo.

O reajuste definido para o salário mínimo em 2013 corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, de 2,73%, mais a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que para o estabelecimento do valor foi estimada em 6,10%. O valor de R\$ 678,00 atende às regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, que está definida na Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

### **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

**Meta: Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta: Um acordo de cooperação firmado entre a SPM/PR e a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, em 08 de março de 2012, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para identificar as prioridades e estratégias de ação referentes às mulheres idosas e com deficiência. O Grupo de Trabalho ainda não finalizou as ações.



# PESSOA COM DEFICIÊNCIA









## Pessoas com Deficiência

### PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

**Objetivo: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: No período de janeiro a dezembro de 2012 foram inseridas no mercado de trabalho 35.420 pessoas com deficiência mediante ação direta da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Isso significa o cumprimento de 101% da meta prevista pelo MTE para o exercício de 2012.

Ademais, no mesmo período, houve uma ampliação do número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Vale mencionar ainda a articulação entre os Ministérios que tratam da questão da promoção dos direitos das pessoas com deficiência, por meio de participação no Plano Viver sem Limite, e reunião nacional do Projeto de Fiscalização para a Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, realizada em fevereiro de 2012, em Brasília. Para o ano de 2013, a meta é inserir 40.000 pessoas com deficiência por ação direta da fiscalização do trabalho, distribuída de acordo com o potencial de cada estado, ou seja, com o número de empresas/vagas e de auditores fiscais do trabalho.

**Meta: Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram inseridas 35.420 pessoas com deficiência no mercado de trabalho em decorrência da atuação da fiscalização do MTE. Isso significa o cumprimento de 101% da meta prevista pelo MTE para o exercício de 2012.

Quantidade alcançada: 35.420

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.838	unidade	3.205	31/12/2012
Região Nordeste	20.588	unidade	6.031	31/12/2012
Região Norte	5.199	unidade	2.006	31/12/2012
Região Sudeste	99.510	unidade	17.657	31/12/2012
Região Sul	23.865	unidade	6.521	31/12/2012

**Objetivo: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: O foco da atuação da SDH é a implementação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Com ações desenvolvidas por quinze ministérios e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que trouxe contribuições da sociedade civil, o Plano tem o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo em benefício das pessoas com deficiência.

O Plano foi lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto Nº 7.612) pela presidenta Dilma Rousseff, e, além de envolver todos os entes federados, prevê um investimento total de R\$ 7,6 bilhões até 2014. Vinte e um estados já aderiram ao plano: Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Acre, Piauí, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Tocantins, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe.

**Meta: Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola**

Análise Situacional da Meta: Por meio do Plano Viver sem Limite, estão sendo implementadas ações para eliminar as barreiras que impedem os beneficiários do BPC de acessarem a escola. Nesse sentido, uma das ações é o transporte escolar acessível, no Programa Caminho da Escola. Já foram adquiridos 1.316 veículos que serão entregues no primeiro semestre de 2013. Dados do cruzamento entre Censo Escolar e Base BPC apontam que, em 2012, 70,16% de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC estavam na escola.

**Meta: Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas**

Análise Situacional da Meta: Os normativos relacionados a concurso público estão sendo revisados para serem aprimorados e promoverem o ingresso de pessoas com deficiência no serviço público. Em relação às empresas privadas, no Plano Viver sem Limite estão sendo realizadas ações para qualificação profissional de pessoas com deficiência por meio do Pronatec - Bolsa-formação que oferece cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Vale ressaltar que todas as vagas da bolsa-formação estão disponíveis para as pessoas com deficiência, ou seja, não há restrições nem cotas e sim prioridade em seu preenchimento.

**Meta: Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)**

Análise Situacional da Meta: A Agenda Social foi substituída pelo Plano Viver sem Limite, lançado em 17 de novembro de 2011, que contempla quatro eixos, com objetivos e metas, a saber: acesso à educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde.

**Meta: Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade**

Análise Situacional da Meta: O conteúdo básico foi definido. Em 2012 foram realizadas 9 capacitações (5 para conselheiros e 4 geral) promovidas por meio de edital anual de chamada pública. Um curso de capacitação para servidores públicos federais está em desenvolvimento por meio de uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. A estimativa é de que a turma piloto do curso seja implantada em março de 2013.

**Meta: Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência**

Análise Situacional da Meta: O conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência foi definido e publicado no edital de chamada pública de convênios.

**Meta: Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas**

Análise Situacional da Meta: O modelo está em fase de testes, e por essa razão não foi ainda implantado.

**Meta: Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência**

Análise Situacional da Meta: Houve mudança de orientação por parte da SDH/PR. Por força da reorientação da gestão de TI no órgão, todo sistema deverá ser previamente analisado pelo Comitê de TI e ser elaborado de maneira a ser integrado aos demais sistemas da SDH.

**Meta: Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres**

Análise Situacional da Meta: A SDH articulou a ação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o banco de talentos foi incorporado ao sistema Mais Emprego, gerenciado por aquele Ministério.

**Meta: Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade**

Análise Situacional da Meta: Essa meta está prevista para ser executada a partir de 2013.

**Objetivo: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: O Viver sem Limite traz um conjunto de ações que contribuem para a autonomia, independência e segurança das pessoas com deficiência. No eixo saúde, por exemplo, serão qualificadas pelo Ministério da Saúde - MS oficinas ortopédicas e criadas outras 19, entre fixas e itinerantes; a lista de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção - OPM oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS foi ampliada e já foram publicadas 6 Diretrizes Terapêuticas para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, dentre

outras iniciativas. No eixo educação, 9.958 escolas foram contempladas com recursos para acessibilidade arquitetônica e 55 universidades receberam recursos para apoio aos núcleos de acessibilidade. No eixo inclusão social, foi publicada a Lei 12.470/11 que assegura ao beneficiário do BPC o retorno ao recebimento do benefício quando o mesmo é suspenso pela entrada no mercado de trabalho e há perda do emprego. No eixo acessibilidade, foi criado o Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, dentre outras medidas.

**Meta: Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda**

Análise Situacional da Meta: O Viver sem Limite tem desenvolvido ações para a construção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência com a previsão de implantação e qualificação de 45 Centros de Referência em Reabilitação até 2014, a qualificação de oficinas ortopédicas e a criação de outras 19, entre fixas e itinerantes, a capacitação de 660 protesistas e ortesistas em todo Brasil, a distribuição de 88 veículos acessíveis, além da qualificação de 6.000 equipes de saúde bucal e a ampliação da triagem neonatal que diagnostica várias deficiências precocemente, bem como a publicação de diretrizes com orientações para a Rede.

**Meta: Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas**

Análise Situacional da Meta: No âmbito do Plano Viver sem Limite foi criado o Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, em Campinas. Além disso, o Plano tem a meta de implantação de vinte núcleos interdisciplinares de Tecnologia Assistiva até 2014. Sete núcleos já foram criados e estão sendo apoiados.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva**

Análise Situacional da Meta: O Centro Nacional de Tecnologia Assistiva é ação do Plano Viver sem Limite e foi criado em 20/07/2012. Há 10 bolsistas contratados pelo CNPq desenvolvendo os trabalhos no Centro.

**Meta: Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência**

Análise Situacional da Meta: No Plano Viver sem Limite está prevista a implantação de duzentas residências inclusivas e de 27 centros-dia de referência para pessoas com deficiência em regime de cofinanciamento entre União, Estados e Municípios, até 2014. Em 2012, foram repassados recursos para a implantação de quatro Centros-dia de referência e nove residências inclusivas. Já estão em funcionamento 1 centro-dia e 4 residências inclusivas.

**Meta: Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi apoiada a implantação de 37 centrais de intérpretes de Libras em todo o país.

Quantidade alcançada: 37

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia**

Análise Situacional da Meta: O primeiro centro tecnológico de cão-guia foi implantado em Camboriú - SC.

**Meta: Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)**

Análise Situacional da Meta: Em colaboração com o Inmetro, a SDH/PR participa da criação de uma metodologia de avaliação da qualidade de cadeiras de roda. Outras ações assemelhadas estão em concepção.

**Objetivo: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: No âmbito do Viver sem Limite, foram adquiridos, em 2012, equipamentos para implantação de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais em escolas públicas e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes, que estão sendo entregues em 2013. Também dentro do Viver sem Limite, parceria entre a Caixa Econômica Federal - CAIXA e o Ministério das Cidades - MCidades, tornou possível a contratação de 355.642 unidades habitacionais adaptáveis às pessoas com mobilidade reduzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (até janeiro/2013),, além da instalação de 7.014 kits de acessibilidade nas residências do Minha Casa Minha Vida I.

**Meta: Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular**

Análise Situacional da Meta: Uma das ações do Viver sem Limite é a de formação de professores da educação bilíngue, necessária à implantação da Libras como disciplina curricular. A partir de 2013, onze universidades federais passarão a ofertar o curso de Letras/Libras. No segundo semestre de 2013, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, órgão do Ministério da Educação, iniciará a oferta de cursos de Pedagogia.

**Meta: Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**



Análise Situacional da Meta: Estão sendo implantadas 13,5 mil salas de recursos e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes.

**Meta: Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014**

Análise Situacional da Meta: Em agosto de 2012, parceria entre a CAIXA e o MCidades, resultou na especificação dos kits de acessibilidade para as residências adaptadas às pessoas com deficiência do MCMV2. Além disso, todas as sistemáticas do Ministério das Cidades para descentralização de recursos têm destacado a necessidade de atendimento da acessibilidade. Em 2012, foram contratadas 355.642 unidades habitacionais acessíveis e instalados 7.014 kits acessibilidade.

**Meta: Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT publicou a Resolução nº 3.871, que reafirmou a necessidade de que todo sistema de transporte interestadual e internacional de passageiros, incluídos os veículos sob regime de fretamento, seja acessível até dezembro de 2014. A pedido da SDH, o Conselho Nacional de Trânsito - Contran debateu a questão e decidiu pela publicação da Resolução nº 402/2012, que estabelece a obrigatoriedade de constarem nos Certificados de Registro de Veículos - CRV e de Licenciamento de Veículos - CRLV dos transportes coletivos de passageiros as adaptações realizadas para a acessibilidade, permitindo uma melhor fiscalização da frota urbana e rodoviária.

**PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde.

No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha têm circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de

ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, além de regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção. A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,8 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários, com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País, por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas, desde o seu lançamento em novembro de 2011 até dezembro de 2012, 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.

Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R\$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Outra ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Requalificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012 beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nessa área, destacam-se ainda:

- Produção de mais 376 mil próteses dentárias - um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;
- Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios, passando de R\$100,00 para R\$150,00;
- Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;
- Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de população vivendo em extrema pobreza.

Em relação à atenção especializada (AE), o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo Governo Federal. O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o conseqüente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

No primeiro semestre de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2012, foram realizados 16.705 transplantes de medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 23.999 transplantes.

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de 3 Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram, ainda, realizadas mais de 160 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Por fim, foi sancionada a Lei Nº 12.732, que fixa o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de câncer maligno pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. De acordo com a Lei, o primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

**Meta: Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015**

Análise Situacional da Meta: Com o lançamento do Plano Viver Sem Limite em novembro de 2011, a Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência passou a ser responsável pela formulação e implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, uma das redes prioritárias do Ministério da Saúde. Sendo assim, as metas com que essa Área Técnica tem trabalhado foram adequadas ao contexto atual do Plano Viver Sem Limite. Nesse sentido, no eixo Atenção à Saúde, do Plano Viver Sem Limite, destacam-se as ações de, até 2014, implantar e qualificar 45 Centros Especializados de Habilitação e Reabilitação (CER), adquirir 88 transportes acessíveis para acesso à saúde, implantar e qualificar Oficinas Ortopédicas e ampliar a oferta de Órteses e Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM). Em 2012, foram contratadas a construção de 20 CER, a qualificação de 13 CER, a construção de 3 oficinas ortopédicas fixas. Foram, ainda, habilitadas duas oficinas (Teresina e Goiânia). Além disso, foi publicada portaria que amplia os recursos que são repassados para estados e municípios que concedem Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM).

**PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

**Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção

básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução Nº 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução Nº 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 municípios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

**Meta: Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território**

Análise Situacional da Meta: No âmbito do PAIF, o acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção de assistência social



para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva. Como regra geral e em decorrência da situação de vulnerabilidade, devem ser priorizadas: famílias contra referenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de até 18 anos, fora da escola; famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) decorre de situações de vulnerabilidade; famílias que compõem o público alvo do Plano Brasil sem Miséria (renda mensal per capita inferior a R\$70,00); e outras situações, a partir da avaliação dos profissionais. A Resolução CIT N° 5/2010, que instituiu as Metas de Desenvolvimento dos CRAS, estabeleceu o acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF ou com beneficiários do BPC ou benefícios eventuais.

O Censo SUAS 2011 registra que 76,5% dos CRAS realizam acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, o que representa uma estabilidade em relação ao ano anterior. Com o propósito de ampliar a proteção social aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em descumprimento de condicionalidades, a SENARC e a SNAS estão elaborando uma Instrução Operacional visando a potencializar ações de Busca Ativa dessas famílias, especialmente daquelas com suspensão do benefício, para que sejam preservadas a transferência de renda e o devido acompanhamento a estas famílias, que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social.

Quanto ao acompanhamento prioritário a famílias com beneficiários BPC ou benefícios eventuais, o Censo SUAS 2011 revelou que 68,9% dos CRAS já realizam essa atividade, o que representa um aumento expressivo, de 54,83%, em relação a 2010. A magnitude dessa evolução foi influenciada pela implantação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), lançado em 2011.

**Meta: Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços**

Análise Situacional da Meta: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF deve dispensar atenção especial ao atendimento de famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros) ou vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros).

O Censo SUAS 2011 revela que 1.622 (21%) CRAS informaram possuir comunidades tradicionais em seu território. Desses, 93% afirmam realizarem ações voltadas ao atendimento e acompanhamento desse público. Em relação às populações rurais, o Censo mostra que 4.911 (65%) CRAS possuem, em seu território de abrangência, bairros situados na zona rural.

Em 2013 deverá ocorrer a implantação de acordo de cooperação internacional, junto ao PNUD, o qual deverá contemplar a construção de orientações técnicas sobre o trabalho com comunidades tradicionais na oferta do PAIF, cuja publicação está prevista para 2014.

No Censo SUAS, 5.184 (69%) CRAS também informaram que desenvolvem estratégias visando à inclusão de pessoas com deficiência nos serviços. Dentre esses, 68% realizam ações de Busca Ativa, 42% realizam ações de mobilização e divulgação, 43% promovem articulação intersetorial para formação de rede de apoio, 34% articulam-se com associações ou entidades para a formação de rede de apoio e 21% realizam outras estratégias. O Plano Nacional dos



Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite) tem contribuído para induzir a ampliação do processo de inclusão desse público.

**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

1. expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
2. realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
3. intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
4. Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

1. início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
2. expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;

3. implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
4. capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispondo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

**Meta: Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres**

Análise Situacional da Meta: As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;
- Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;
- Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;
- Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e
- Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

**Meta: Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. Merecem destaque:

1. o início da elaboração de subsídios para o reordenamento dos serviços de acolhimento de jovens e adultos com deficiência, por meio da implantação de residências inclusivas;
2. o início da elaboração de subsídios para a construção de orientações técnicas sobre o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, em situação de dependência, com enfoque na gestão da unidade e no desenvolvimento dos serviços ofertados; e
3. o início do processo de elaboração das orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa.

A produção e divulgação desse conjunto de orientações contribuirá para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços de acolhimento ofertados pelo SUAS.

**Objetivo: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.**

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o BPC atendeu aproximadamente 3,8 milhões de beneficiários, sendo 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de pessoas idosas. O processo de inserção dos beneficiários no CadÚnico teve continuidade este ano, com algumas ações visando a aumentar a proporção dos beneficiários inseridos e buscar subsídios com os próprios municípios para mapear os principais problemas enfrentados e aperfeiçoar o processo, que deve tornar-se contínuo. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com o BPC na Escola (que iniciou, no final de 2011, novo processo de adesão de municípios, estados e DF) e o BPC Trabalho (foram concluídas 9 experiências piloto implementadas no período de 2010-2012), constituindo iniciativas que visam a ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento.

Em 2012, observou-se o resultado da publicação das Leis nº 12.435/11 e nº 12.470/11, que alteraram dispositivos da LOAS (Lei nº 8.742/93) e contribuíram para a regulamentação do benefício. A Lei nº 12.435/11 trouxe mudanças referentes ao BPC quanto à definição de pessoa com deficiência e avaliação do grau de impedimento pelo prazo mínimo de 2 anos, definição da composição familiar para fins de cálculo da renda familiar per capita e alterações no cômputo da renda, tais como: a não consideração, no cálculo da renda mensal familiar, para fins de concessão do BPC, das remunerações de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária e da remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou de estagiário. A Lei nº 12.470/11 determinou que o pagamento do benefício (BPC) à pessoa com deficiência seja suspenso quando o beneficiário exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, podendo, contudo, ser reativado após extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora ou após o prazo de pagamento do seguro desemprego, sem a exigência de que o beneficiário seja submetido a nova avaliação da deficiência e do grau de impedimento, necessitando apenas comprovar junto ao INSS a cessação do contrato de trabalho ou da atividade desenvolvida.

**Meta: Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, houve a divulgação da Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12, de 23/02/2012, com instruções para inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único. Considerando o universo dos beneficiários do BPC em abril/11 e a base de dados do CadÚnico nos meses de maio/11 e agosto/12, ocorreu nesse período um aumento de 11,6% no percentual de beneficiários do BPC e suas famílias, registrados no CadÚnico, atingindo um total de 38,3%. Para alcançar esse resultado, diversas iniciativas foram empreendidas.

No demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC, por dois meses consecutivos, foi incluída mensagem orientando-os a procurarem o responsável pelo Programa Bolsa Família em sua cidade, para se cadastrarem no CadÚnico.

Outra estratégia foi o envio de cartas a todos os beneficiários do BPC, informando-os sobre a importância de seu cadastramento e de sua família no CadÚnico, bem como sobre outras iniciativas realizadas com o propósito de ampliar sua proteção social, tais como os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho e o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE. Em dezembro/2011, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev enviou mais de 3,4 milhões de cartas, das quais aproximadamente 697 mil retornaram ao órgão remetente até agosto/2012, por incompatibilidade de endereços.

No início do cadastramento, os gestores municipais encontraram dificuldades de acesso às bases de dados do BPC e do Cadastro Único, o que provocou a necessidade de ampliação do prazo inicialmente previsto para atingir a meta. Deve-se registrar que essa atividade deve se tornar permanente no que se refere à Política de Assistência Social no âmbito municipal e do Distrito Federal. Além disso, foram elaborados esclarecimentos às dúvidas apresentadas pelos municípios, os quais foram divulgados no portal e central de relacionamento do MDS.

Por fim, a SNAS está analisando os dados encaminhados pelos municípios e DF, referentes às dificuldades identificadas durante o processo de cadastramento, bem como a base de dados resultante das cartas devolvidas, visando a traçar estratégias de aprimoramento do processo de cadastramento.

Quantidade alcançada: 38,3

Data de Referência: 31/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	39	31/08/2012
Região Nordeste	100	%	39	31/08/2012
Região Norte	100	%	35	31/08/2012
Região Sudeste	100	%	37	31/08/2012
Região Sul	100	%	47	31/08/2012

**Meta: Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta: Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.

**Meta: Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola**

Análise Situacional da Meta: Visando a ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, em setembro/2011, teve início novo processo de adesão de novos municípios ao Programa, possibilitando também que os estados, DF e os municípios já participantes renovem sua adesão e reafirmem os compromissos assumidos desde 2008. Até 31/12/12, aderiram ao Programa 815 novos municípios, além da renovação de todos os estados, o DF e 1.536 municípios, totalizando 2.351 municípios participantes (42,21%).

Além disso, as equipes técnicas municipais realizaram 24,4 mil visitas domiciliares, para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras ao Acesso e Permanência na Escola do público do Programa. Em 2012, o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS transferiu aos municípios recursos financeiros no montante de R\$ 442 mil, referentes ao registro de onze mil questionários recebidos dos municípios e validados pela SNAS.

Quantidade alcançada: 2.351

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta: O Decreto nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação pelo período máximo de 02 anos.

Em 2013, deverão ocorrer debates sobre experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos e rendas advindas do trabalho, quando serão analisados os impactos dessa acumulação no sistema de proteção social brasileiro, considerando inclusive experiências internacionais. A sistematização desses debates deverá resultar na elaboração de normativos e orientações técnicas sobre a matéria.

**Meta: Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta: Em setembro/2012, foram finalizadas as experiências piloto do BPC Trabalho, iniciadas em São Paulo e Santo André (em 2010) e expandidas (em 2011) para Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Recife, Teresina, João Pessoa e Fortaleza. Ao todo, foram realizadas 3,1 mil visitas aos beneficiários do BPC, que resultaram na inserção de quase 800 beneficiários nas redes de serviços socioassistenciais e de outras políticas e 80 em programas de qualificação profissional ou com contrato de aprendizagem profissional. Essa experiência subsidiou a formulação do Programa BPC Trabalho, instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/MTE/SDH-PR nº 2, de 02/08/12.

O Programa BPC Trabalho é uma das ações que compõem o eixo Inclusão Social do Plano Viver sem Limite, tendo como metas até 2014: realizar 100 mil visitas domiciliares aos beneficiários do BPC, encaminhar 50 mil beneficiários à rede socioassistencial e de outras políticas e inserir quatro mil beneficiários nos cursos de qualificação profissional ou contrato de aprendizagem. Os nove municípios participantes do projeto piloto deverão dar continuidade às ações do BPC Trabalho e a expansão do Programa aos demais municípios e ao DF deverá ocorrer a partir de 2013.

Quantidade alcançada: 8

Data de Referência: 30/09/2012

<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde. Alcançada</b>	<b>Data</b>
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	30/09/2012
Região Nordeste	9	unidade	4	30/09/2012
Região Norte	7	unidade	1	30/09/2012
Região Sudeste	4	unidade	1	30/09/2012
Região Sul	3	unidade	1	30/09/2012

## **PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito**

**Objetivo: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.**

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: No final do ano de 2011, o tema Acessibilidade foi inserido na pauta da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades em decorrência do Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011, que aprovou sua nova estrutura regimental, e assim passou a se chamar Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - SNAPU.

Este Decreto, que regulamentou as competências da Secretaria em relação às políticas de acessibilidade, dispõe em seus artigos 19 e 20 que à SNAPU compete, dentre outras responsabilidades, formular e propor políticas e diretrizes de promoção da acessibilidade arquitetônica e urbanística, com ênfase na pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em articulação com as demais Secretarias e analisar e propor instrumentos para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Nesse sentido, ao longo de 2012, a SNAPU empreendeu esforços da estruturação de recursos humanos e financeiros para cumprimento de suas novas atribuições, através da organização de uma equipe técnica para lidar com o assunto, e da instituição de parcerias com diversos órgãos e secretarias, atuando transversalmente nas atividades que envolvem o tema da acessibilidade.

Além da seleção de projetos realizada em 2012, a SNAPU coordenou um grupo de trabalho voltado à verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades sede da Copa do Mundo da FIFA. Na primeira etapa do trabalho, concluída em 2012, foram realizadas vistorias nos aeroportos de Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os resultados foram consolidados em relatório técnico e o trabalho terá continuidade em 2013, com a realização de vistorias em Salvador e Recife.



A acessibilidade também está presente, de forma transversal, em todos os sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano, tanto nos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, como no PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades.

No apoio a sistemas de transportes não motorizados, viabilizou-se a construção de calçadas no PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, contribuindo para a acessibilidade nas cidades.

A CBTU e a Trensurb também cooperam neste objetivo, implantando a acessibilidade universal em seus sistemas e trabalhando na implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar livre acesso às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência nos sistemas de trens urbanos e metroviários que operam. A Trensurb adequou os sistemas sob sua responsabilidade para prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização, através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas. A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

#### **Meta: Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004**

Análise Situacional da Meta: A Trensurb tem como meta tornar todo o sistema de trens de Porto Alegre acessível, incluindo a adequação do pátio, estações e trens com a instalação de corrimãos, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braille, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, instalação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em Linguagem Brasileira dos Sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial de embarque, eliminação do espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas. No entorno das estações e terminais, readequação das calçadas e rampas de acesso para a eliminação de barreiras, como telefones públicos, árvores e lixeiras. Nos trens deverão ser colocados assentos especiais, reservados locais para cadeiras de rodas e realizadas melhorias no sistema de comunicação visual e sonora. Também serão feitas melhorias nos prédios administrativos e oficinas.

A CBTU realizou estudos para dimensionamento das reais necessidades de adaptação nos sistemas que opera, bem como das instalações de suas unidades. Executou projetos e concluiu serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade em estações, compreendendo: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso em outras localidades, conforme segue:

No sistema de Belo Horizonte, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foi concluída a adequação dos projetos executivos à acessibilidade nas estações de São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar. Também foram concluídos o Termo de Referência para elaboração do projeto executivo de acessibilidade e a revisão de projetos de arquitetura e complementares para adequação às normas de acessibilidade nas estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping

do Trecho Central/São Gabriel. Ainda há necessidade de dar andamento à instalação de elevadores, adaptações do layout interno dos trens para cadeirantes, comunicação em Braille, painéis luminosos, piso tátil de orientação e alerta, bancos preferenciais, adaptações de bilheterias, banheiros, rampas e corrimãos e redução do espaçamento entre os trens e a plataforma.

No sistema de João Pessoa, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Foram concluídos os serviços das obras de acessibilidade nas Estações de Ilha do Bispo e Jacaré e foram iniciadas as obras de adequação nas Estações de João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo.

O sistema de Maceió passa por uma modernização e sofrerá uma adequação geral em todas as suas instalações, estações, trens, oficinas e áreas operacionais e administrativas, inclusive com relação à acessibilidade. Está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Grande parte das ações ainda não executadas estão contempladas nas obras civis de recuperação e construção de estações para os VLTs, na Ação de Modernização e Recuperação dos Trens Urbanos de Maceió.

No sistema de Natal, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação. Os serviços de reforma e de construção para a adequação às normas de acessibilidade foram concluídos na Estação Cidade da Esperança e compreenderam: rampa, piso tátil, banheiro acessível e portão de acesso.

No sistema de Pernambuco, está sendo elaborado um estudo para dimensionamento e execução de projeto nos sistemas e áreas administrativas da CBTU, para dimensionamento das reais necessidades de adaptação.

**Meta: Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade**

Análise Situacional da Meta: A acessibilidade perpassa todas as implantações de infraestrutura de mobilidade urbana no âmbito do PAC e Copa do Mundo FIFA 2014. Assim à medida que as obras forem sendo executadas, tanto dos projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo, quanto do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 1ª e 2ª etapas - e PAC 2 Médias Cidades, serão proporcionados avanços na oferta de condições de acessibilidade.

Com relação às demais iniciativas para cumprimento da meta, em 2012 foi realizada seleção pública de Propostas de Trabalho para elaboração de projetos técnicos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos, visando prover condições de acessibilidade em áreas contíguas às obras do PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, em conformidade com as diretrizes contidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e na ABNT NBR 9050: 2004. Foram selecionados 7 projetos, para as cidades de João Pessoa, Natal, Maceió, Recife e Teresina, no valor de R\$ 1,9 milhão. A contratação dos projetos deverá ocorrer em 2013.

Além disso, foram contratadas 13 obras para adaptação de calçadas e espaços públicos, totalizando investimentos de R\$ 19 milhões, nos municípios de Olímpia/SP, Tatuí/SP, Venâncio Aires/RS, Clevelândia/PR, Esteio/RS, Panambi/RS, Conceição das Alagoas/MG, Araraquara/SP, Valinhos/SP, Botucatu/SP, Maceió/AL, Ipuá/SP e Timbó/SC.

## **PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna**

**Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico.

No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas.

Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$ 1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano.

No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez.

O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013.

Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011.

No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parceiras, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná;

conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Florianópolis-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

**Meta: Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da meta total do programa, número considerado satisfatório para o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada: 391.169

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas 295.942 unidades adaptáveis o que corresponde a aproximadamente 25% da meta de 1,2 milhão de unidades. Já quanto às unidades adaptadas ao uso por famílias com pessoas com deficiência foram 7.014, 35% da meta de 20 mil unidades.

Quantidade alcançada: 295.942

Data de Referência: 31/12/2012

**PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação**

**Objetivo: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.**

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo: Entre as áreas estratégicas eleitas pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015 para o desenvolvimento do País está a “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social”, que articula quatro grandes programas estruturantes: “Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências”, “Inclusão Produtiva e Tecnologia Social”, “Tecnologias Assistivas” e “Tecnologias para Cidades Sustentáveis”. Além desses projetos, há mais dois programas estruturantes que atuam de maneira transversal às políticas públicas prioritárias da ENCTI, são eles: “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”.

O programa estruturante “Tecnologia Assistiva” está inserido na política nacional do programa Viver sem Limite, com especial destaque para os projetos prioritários de criação da Rede de Núcleos de Tecnologias Assistivas e do Catálogo Nacional de Tecnologia Assistiva.

O programa estruturante de “Segurança Alimentar e Nutricional” desenvolve ações de maneira interssetorial, integrados no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(PLANSAN), contribuindo de forma permanente para a melhoria da qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

### **Meta: Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva**

Análise Situacional da Meta: Por meio de seleção pública, foram selecionados 25 núcleos de tecnologia assistiva em todo o País, vinculados a Universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Unidades de Pesquisa do MCTI, sendo que destes, sete receberam recursos orçamentários para sua estruturação. Atualmente, a rede nacional já conta com 29 núcleos de Pesquisa em Tecnologia Assistiva (quatro foram selecionados em 2011). O Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva foi implantado e inaugurado em 20 de julho de 2012. Localiza-se junto ao CTI Renato Archer, em Campinas/SP.

Quantidade alcançada: 29

Data de Referência: 30/11/2012

### **PROGRAMA: 2030 - Educação Básica**

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino destacam-se também as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes. Já a 8ª edição da Olimpíada Brasileira

de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio, contou com mais de 19 milhões de inscritos em 5.532 municípios. Além disso, a 6ª edição de Prêmio Professores do Brasil, contou com 2.609 inscrições, sendo 80 experiências condecoradas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil.

No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano, com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentem 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de



0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

Nas ações de Educação Ambiental, fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, empreendem-se esforços para inserir a temática de maneira qualificada nas agendas estaduais e municipais e apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturaram-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis. Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

No que tange às metas da proposta do novo PNE, o MEC desenvolveu uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, visando construir as bases do trabalho de apoio técnico a estados e municípios para a elaboração ou ajuste de planos de educação. A estratégia de

assistência técnica contou com a parceria da Associação Nacional de Política e Administração da Educação na elaboração de um conjunto de quatro documentos: um documento base sobre a importância dos planos de educação dos entes federativos, que devem ser articulados aos demais instrumentos de planejamento e alinhados entre si; um segundo, que orienta a elaboração e ajustes dos planos de educação; um terceiro oferece sugestões de trajetórias de metas para cada estado e cada município, levando em consideração o diagnóstico inicial e as possibilidades de avanço; e um quarto que indica a importância do esforço conjunto dos entes federativos para que o país alcance as metas nacionais. Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, coube ao MEC o apoio para que o Fórum Nacional de Conselhos mantivesse sua agenda de reuniões, contribuindo para construção de pautas e participando diretamente das atividades que servirão de referência para que as redes e sistemas de ensino se organizem em torno de critérios nacionais.

**Meta: Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

**Meta: Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional das Metas: Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo “Acesso à Educação”, no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011 e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação e contratação de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Acessibilidade na Educação Superior - Incluir; Transporte Escolar Acessível; e Pronatec.

A implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de

estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram disponibilizados 1.315 veículos com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais houve demanda de 4.198 vagas na área temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

## **PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica**

**Objetivo: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para superar o desafio deste objetivo o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

Para tanto, também foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos Territórios da Cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de sorte que, ao final do Programa, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Da nova fase de expansão 2011-2014, 76 já estão funcionando. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Tal iniciativa é adotada em diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil. Assim, no âmbito desses programas, são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

**Meta: Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda**



Análise Situacional da Meta: A meta global do Pronatec é ofertar 8 milhões de vagas, até 2014, em cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (de, no mínimo, 160 horas). Os cursos são oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, que constituem a Rede Federal; pelas redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT). Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos 2.559.314 de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo.

Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec: Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Especificamente na Bolsa-Formação foram realizadas mais de 645 mil matrículas, das quais 104,8 mil em cursos técnicos e as demais em cursos de formação inicial e continuada.

Quantidade alcançada: 2.559.314

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos**

**Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST



Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para

implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.

- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.
- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

**Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta: No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

Todos os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade integram pessoas com deficiência e inclui esse tema nas ações de capacitação dos recursos humanos responsáveis pelo atendimento à população.

Quantidade alcançada: 660.000

Data de Referência: 14/02/2013

**Objetivo: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Com esse objetivo, vêm sendo executadas ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações:

### 1. PROGRAMA BOLSA ATLETA

Em 2012 foram oferecidas cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, dobrando-se o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, dos quais 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios.

Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, será implementada a nova categoria Atleta Pódio, parte integrante do Plano Brasil Medalhas.

### 2. PLANO BRASIL MEDALHAS

Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, com investimento previsto de R\$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico, entre 2013 e 2016. O Plano contém um conjunto de medidas para o desenvolvimento de modalidades com o objetivo de posicionar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos. Serão priorizados investimentos nas modalidades com mais chances de obter medalhas. Foram escolhidas 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as conquistou e garantir outras medalhas em novas modalidades. Do total de recursos a serem investidos, dois terços serão do Orçamento Geral da União e um terço serão investimentos de empresas estatais. Desse investimento adicional, R\$ 690 milhões serão aplicados diretamente no apoio ao atleta e R\$ 310 milhões se destinarão à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico. Vale lembrar que as modalidades não incluídas no Plano continuarão sendo apoiadas e seguirão recebendo recursos pelas fontes tradicionais de financiamento federal. Da mesma forma, as outras categorias do Bolsa Atleta (Estudantil, de Base, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica) serão mantidas com os critérios atuais.

### 3. SUPORTE À GESTÃO

Para melhorar a capacidade operacional, buscar maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, foram firmados contratos com

a Fundação Getúlio Vargas (apoio à elaboração dos projetos básico e executivo da construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro); com a Caixa Econômica Federal (profissionais da estatal vão colaborar na análise técnica de projetos de engenharia, tendo sido criados núcleos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília); e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (60 especialistas bolsistas levantarão informações sobre esportes olímpicos e paralímpicos no país, contribuindo para a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento).

#### 4. OBRAS OLÍMPICAS

No mês de maio de 2012, o Ministério do Esporte assinou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as incumbências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos Rio 2016 sob a responsabilidade do setor público. As obras do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarcam o estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio, ficarão a cargo do governo estadual. Já as instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, pista de atletismo, velódromo, complexo de tênis e parque aquático, serão executadas pelo Município do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, o financiamento é da União, cabendo ao Ministério do Esporte o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução das obras.

#### **Meta: Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

Análise Situacional da Meta: Das 58 modalidades que compõem os Programas Olímpicos e Paralímpicos, o Ministério do Esporte conseguiu atender a 79,3%, já em 2012. Os esforços visando o alcance pleno da meta basearam-se em diversas atividades, tais como: parcerias com os comitês olímpico e paralímpico nacionais, federações e confederações esportivas; formalização de convênios com governos municipais, estaduais e universidades; repasses de recursos a outros órgãos da administração pública que também coordenam o esporte de alto rendimento nacional, como o Ministério da Defesa; apoio a realização de eventos, apoio a clubes esportivos, dentre outros.

Quantidade alcançada: 79,31

Data de Referência: 31/12/2012

#### **Meta: Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.**

Informações Básicas

Análise Situacional da Meta: Em 2012 o Programa Bolsa Atleta atendeu a 4.213 atletas. Este número corresponde à totalidade de inscrições que preenchiam aos requisitos necessários, cabendo informar que os atletas que não foram contemplados são aqueles que

não entregaram a documentação necessária em tempo hábil. Ressalta-se ainda que estes foram comunicados por meio de correio eletrônico sobre as pendências identificadas. Durante os Jogos Paralímpicos de 2012, em 100% das modalidades em que foram conquistadas as 43 medalhas da delegação brasileira, houve participação de bolsistas do Programa Bolsa Atleta.

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.**

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Em 2016, o Brasil sediará pela primeira vez os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, espera-se mais de 10.500 atletas de aproximadamente 200 nações, disputando 44 modalidades esportivas. Já, para os Jogos Paralímpicos, estima-se receber mais de 4.200 atletas, de 150 países, que competirão em 21 modalidades. Os Jogos são uma oportunidade para elevar o país ao patamar de potência olímpica, estimular a cadeia produtiva do esporte, aumentar o número de visitantes estrangeiros e incrementar o turismo nacional, atrair mais investimentos externos e fortalecer a imagem do país como economia forte. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, com apoio e financiamento federal, passará por importantes transformações urbanas. Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO). No âmbito do Governo Federal, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo, assim como o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações. As duas instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte. Para preparação, promoção e realização dos Jogos, foram estabelecidos, por termos de cooperação, os compromissos para execução pelo Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, como detalhado a seguir.

**Meta: Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta: Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando a definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos. Ao longo de 2012, a APO atuou no acompanhamento das instâncias constituídas pelos entes federados para a implementação dos projetos relacionados aos Jogos, participando dos encaminhamentos.

No âmbito do Governo Federal, aos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos

e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Também foi criado o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo CGOLIMPÍADAS. Ambas as instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Outras iniciativas do Governo Federal, com o objetivo de garantir a eficiente atuação na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, são:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com a instalação de duas equipes dedicadas ao acompanhamento dos projetos;
- Desenvolvimento de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO; e
- Termo de Cooperação para descentralização de crédito, em favor da UFRJ, para, entre outros pontos, financiar a construção do Laboratório de Controle de Dopagem e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LABDOP/LADETEC), onde serão realizados os testes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

**Meta: Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**

Análise Situacional da Meta: A implantação e modernização da infraestrutura esportiva para a realização dos Jogos é uma responsabilidade das três esferas de governo. Foi estabelecido, por termos de cooperação, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro terá como compromisso a execução da infraestrutura do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), compreendendo estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio de Janeiro. Sob o encargo do Município do Rio de Janeiro está a execução das instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando o estádio de handebol, o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a pista de atletismo, o velódromo, o complexo de tênis e o parque aquático. O Governo Federal apoiará os governos locais para a implantação desses equipamentos, assim como outros investimentos que contribuem para a geração e ampliação do legado esportivo. Durante o ano de 2012, vários projetos relacionados aos jogos foram analisados e tiveram suas execuções autorizadas, através da assinatura de termos de cooperação, contratos de repasse e convênios com entes federais, estaduais e municipais. Os projetos foram direcionados para a reforma, ampliação e construção de novos centros de atletismo, implantação do Centro de Excelência de Hipismo, Centro de Treinamento Paralímpico, Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Tênis de Alto Rendimento, implantação de estrutura completa, montagem e equipagem do Centro do Desenvolvimento de Handebol, construção de Pista de Ciclismo – BMX, Centro Pan-Americano de Judô de Lauro de Freitas, Centro Nacional de Tiro Esportivo de Deodoro, Arena de Hipismo e Combinado e Centro Aquático do Pentatlo Moderno e, ainda, ginásios poliesportivos.



Outro projeto que se iniciou em 2012 foi a criação dos Centros de Iniciação ao Esporte. Tal projeto se concretizará em 2013, e contemplará mais de 300 centros em todo o país.

## **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

**Meta: Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SPM/PR criou a Coordenação da Diversidade que, entre outras atribuições, está responsável pela proposição de políticas públicas para as mulheres com deficiência. Em 26 de novembro de 2012, foi realizada oficina sobre Mulheres com Deficiência que apontou diretrizes para a atuação da SPM/PR na temática, inclusive no que se refere à saúde das mulheres com deficiência. Estes trabalhos preparatórios servirão de base para a proposição de grupo de trabalho interministerial a partir de 2013.

## **PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**

**Objetivo: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.**

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Meta: Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais**

Informações Básicas

Análise Situacional da Meta: O e-MAG consiste em um conjunto de recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. O e-MAG foi formulado para orientar profissionais que tenham contato com publicação de informações ou serviços na internet a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sítios e portais, tornando-os acessíveis ao maior número de pessoas possível.

A Portaria SLTI/MP nº 3/2007 institucionalizou o e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), tornando sua observância obrigatória nos sítios e portais do governo brasileiro. A revisão do modelo, com a versão 3.0, foi desenvolvida por meio da parceria entre o MP e o Projeto de Acessibilidade Virtual da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais. Na elaboração do documento-proposta, foram consideradas as contribuições de especialistas e as novas pesquisas na área de acessibilidade à Web, bem como as recomendações de acessibilidade para conteúdo Web 2.0, do World Wide Web Consortium (W3C).

Em 2012 foi lançada nova versão do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (Ases 2.0), ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais, destinada a desenvolvedores e publicadores de conteúdo. Com base no e-MAG 3.0 e no Ases 2.0, realizou-se avaliação de acessibilidade em mais de 50 sítios governamentais.

Para 2013 estão previstos a elaboração de estudos técnicos que visam ao desenvolvimento de um novo portal do Sistema de Serviços Gerais, orientado a processos e aderente aos padrões e-MAG e aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING).

Atualmente 6% das páginas do Governo Federal são acessíveis, segundo dados do Censo da Web 2012. Apesar do índice ser baixo, o crescimento de páginas acessíveis tem sido consistente, com uma estimativa de 30% das páginas do Governo Federal acessíveis até 2015. Para tanto, é necessária a continuidade das ações que se configuram no arcabouço do e-MAG: os acordos de cooperação com o escritório brasileiro do W3C e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, e a consultoria prestada pela Central de Serviços e Suporte aos órgãos que fazem parte do SISP.

## **PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude**

**Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal, impulsiona a transversalidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas de Juventude - PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos de suas ações e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos, na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceria entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

**Meta: Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta: O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

**Objetivo: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:

Região Centro Oeste = 14.923

Região Nordeste = 26.138

Região Norte = 10.162

Região Sudeste = 14.923

Região Sul = 18.509

Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

**Meta: Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012 foram admitidos 286.827 aprendizes, sendo 1.003 com deficiência e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012. De janeiro a maio de 2013, foram admitidos 459 aprendizes com deficiência.

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Quantidade alcançada: 286.827

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	26.064	31/12/2012
Região Nordeste	220.645	unidade	46.223	31/12/2012
Região Norte	67.525	unidade	16.026	31/12/2012
Região Sudeste	623.264	unidade	146.144	31/12/2012
Região Sul	210.041	unidade	52.370	31/12/2012

## PROGRAMA: 2057 - Política Externa

**Objetivo: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.**

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo: No âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil intensifica sua participação nas negociações de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais, com a expectativa de conclusão de um ou mais desses instrumentos, com benefícios para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência. A iniciativa, além de contribuir para a promoção dos direitos humanos, visa a dar cumprimento à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD). Em 2012, foi possível fazer avanços significativos nessas negociações.

**Meta: Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência**

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, os trabalhos do Comitê sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos (SCCR, sigla em inglês) lograram avanços significativos nas negociações de um tratado em benefício das pessoas com deficiência para leitura. Por essa razão, sessão extraordinária da Assembleia Geral da OMPI, realizada nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, aprovou a convocação de conferência diplomática, que terá lugar em Marraqueche, no período de 16 a 30 de junho de 2013, para concluir as negociações do acordo em tela. A convocação da Conferência Diplomática de Marraqueche representa passo importante para a adoção do instrumento e confirma a relevância política que o tema adquiriu nos últimos anos. Ao longo

do primeiro semestre de 2013, duas sessões especiais do SCCR serão realizadas com vistas a avançar os debates sobre disposições que ainda não foram objeto de consenso.

As discussões sobre os demais temas vinculados à agenda de limitações e exceções também avançaram em 2012, mas de forma menos célere que os debates sobre pessoas com deficiência para leitura.

O Brasil apresentou propostas sobre limitações e exceções em benefício de bibliotecas e arquivos e de instituições de ensino com base na sua experiência nacional em torno da reforma da legislação de direitos autorais em curso e tem participado ativamente das discussões. Considera-se que a conclusão do tratado em benefício das pessoas com deficiência para leitura contribuirá positivamente para os debates sobre os demais temas.

## **PROGRAMA: 2061 - Previdência Social**

**Objetivo: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.**

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

**Meta: Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, ocorreram mudanças na gestão da Reabilitação Profissional. Foram realizadas reuniões técnicas com a participação dos Representantes Técnicos da Reabilitação Profissional – RET - das Superintendências Regionais nos períodos de 23 a 25 de maio, 22 e 23 de agosto e 26, 27 e 30 de novembro, com o propósito de: alinhar procedimentos, orientar quanto ao orçamento da ação 2585 - Serviço de Reabilitação Profissional - e quanto ao preenchimento e envio do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional -BERP, fomentar a celebração de novos acordos e convênios, planejamento de capacitações para as equipes e formação de Grupos de Trabalhos – GT. Com os mesmos objetivos acima citados foram realizadas videoconferências nos dias 02/02, 03/02, 06/02, 26/03, 27/04, 11/06 com a participação dos Responsáveis Técnicos pela Reabilitação Profissional – RT - nas Gerências Executivas e nos dias 18/10, 26/10, 29/10, 12/11 e 13/11 as videoconferências ocorreram a fim de ouvir as equipes de RP, Chefe de SST, RT , ROP e administrativos sobre a necessidade de supervisões e capacitações para o planejamento 2013.

Ao longo do exercício de 2012 foram realizadas ações de supervisão junto às equipes de Reabilitação Profissional das Gerências Executivas - GEX: São Luis, DF, Dourados, Campo Grande, Caruaru, Recife, Joinville, Blumenau, Boa Vista, Manaus, Porto Velho.

A Reabilitação Profissional em conjunto com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS - CFAI implementou ações de capacitação para as equipes, sendo uma na modalidade EAD referente a procedimentos da Reabilitação Profissional e outro na modalidade presencial sobre Mercado de Trabalho.

Em outubro de 2012, ocorreu reunião técnica de serviço, com a participação da Associação Brasileira de Ortopedia Técnica – ABOTEC, com 100 Peritos médicos a fim de orientá-los quanto à prescrição de órteses e próteses para os beneficiários em Reabilitação Profissional.



Em Agosto de 2012, a Reabilitação Profissional celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a DGUV – Alemanha com objetivo de troca de experiências entre Brasil e Alemanha com ênfase nos aspectos da prevenção, reabilitação e gestão da seguridade social.

Visando a otimização do tempo do segurado em programa de Reabilitação Profissional e a aquisição de recursos materiais, ocorreram reuniões entre as áreas de Reabilitação Profissional, Orçamento, Logística e Procuradoria, que permitiram a publicação de Memorandos normatizando a contratação por dispensa de licitação para cursos profissionalizantes e a situação de recusa do segurado ao programa de Reabilitação Profissional.

Em conjunto com a DATAPREV e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, já está em desenvolvimento um Sistema de Informação e Acompanhamento da Reabilitação Profissional SIAC- RP, permitindo a obtenção de dados mais fidedignos e a análise mais célere dos dados.

Está em fase de finalização a revisão do Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional visando a adequação do texto e, considerando a complexidade de alguns temas, poder apresentar informações mais abrangentes e necessárias para a atuação das equipes de Reabilitação Profissional.

A Reabilitação Profissional tem como uma das metas de 2013 a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica.

Quantidade alcançada: 55,37

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes**

**Objetivo: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

Análise Situacional da Meta: A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional, à realização da Campanha Nacional de apoio a Adoção, do 17º ENAPA - Encontro Nacional de Apoio à Adoção e à Rede Nacional de Adoção. Promoveu articulação junto ao Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento de curso de formação para adotantes e adotados em acordo com a Lei nº 12.010/2009 e atuou junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público para a efetivação dos marcos normativos referentes a adoção de crianças e adolescentes.

Em 09 de outubro de 2012, foi assinada a “Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente”, instrumento assinado pelo CNJ

(Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS). Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

## **PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

Análise Situacional da Meta: Desde a aprovação da Lei nº 11.520/2007, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R\$ 750,00 e hoje está em R\$ 1.012,17. Com a edição do Decreto nº 6.168, de 24 de julho de 2007, o Brasil passou a indenizar as vítimas da Hanseníase que foram isoladas em hospitais-colônias, por ordem do Estado, do início do século até o ano de 1986. A prática de isolamento compulsório fez parte das políticas de governo de muitos países, mas apenas o Brasil e o Japão reconhecem hoje as violações dos Direitos Humanos cometidas contra este grupo durante mais de seis décadas.

Quantidade alcançada: 12.000

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção

do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

**Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador

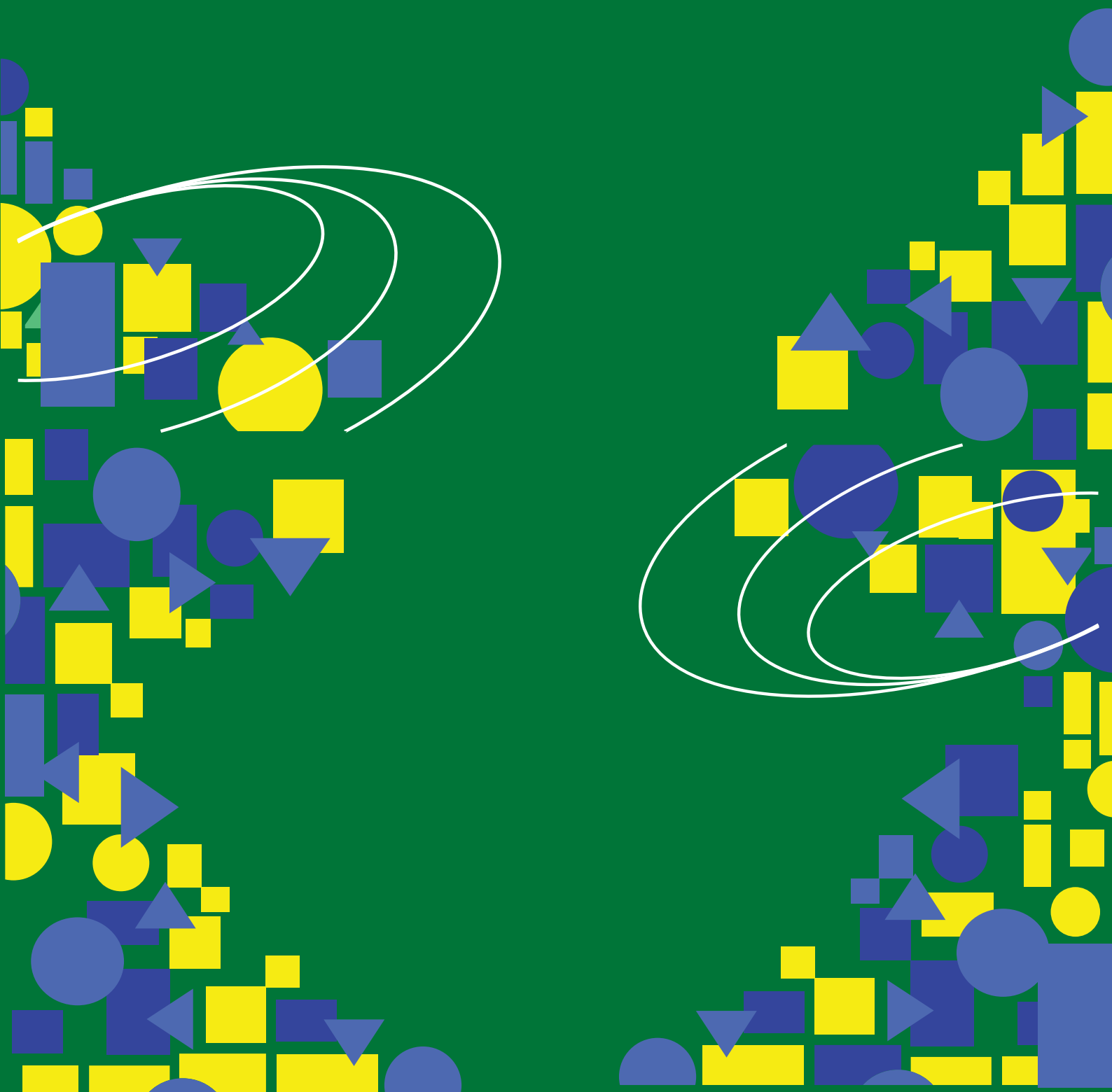
desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

**Meta: Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários**

Análise Situacional da Meta: Está em estudo o desenvolvimento de metodologia que contemple a preparação dos recursos humanos das empresas no acolhimento de pessoas com deficiência, a capacitação dos atendentes dos SINEs no atendimento desse público, a capacitação dos captadores de vagas nos SINEs sob o prisma da inclusão social desse público, e a capacitação das instituições formadoras visando ao aumento da participação de pessoas com deficiência nos cursos de qualificação profissional.



# POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA









## População em Situação de Rua

### PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

**Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

**Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

**Objetivo: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: Durante o Natal dos Catadores, encontro anual que reúne integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, na capital paulista, a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a se empenhar no combate à violência contra moradores de rua e catadores de material reciclável. Este foi o segundo ano em que Dilma participou do encontro como Presidenta da República. No último ano da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prestigiou o evento durante os oito anos em que esteve na Presidência, Dilma o acompanhou e se comprometeu a continuar participando todos os anos. Em 2012, houve por meio do Plano Brasil sem Miséria, expansão do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes.

No âmbito da saúde, destaca-se a estratégia de expansão e manutenção dos consultórios na rua, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às

pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde. Foram implantados 27 consultórios na rua (CnR).

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, que coordena o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, realiza articulação política e apóia os demais entes federados na implantação dos comitês estaduais e municipais além de buscar ampliar a rede de gestores comprometidos com esta pauta e fornecer orientações àqueles interessados em realizar a adesão formal à PNPR. O Comitê Intersetorial decidiu, em 2013, pela manutenção do convênio com o Ministério Público de Minas Gerais e com a CNBB para manutenção do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua - CNDDH (previsto no Decreto nº 7.053/2009), localizado em Belo Horizonte. Foram lançados os Guias de Serviços para População em Situação de Rua em 8 capitais, com produção e impressão de 20 mil exemplares em 2013 e com previsão da mesma quantidade no ano seguinte, contemplando informações sobre CREAS, Centros Pop, defensorias públicas, postos de saúde, albergues, entre outros.

Estão em desenvolvimento a estratégia para inclusão da temática dos crimes contra moradores de rua na Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, na qual se insere o monitoramento das denúncias relativas a violações de direitos da população em situação de rua recebidas por meio do Disque 100 da SDH/PR e do CNDDH; a distribuição da “Cartilha de Abordagem Policial de Grupos Vulneráveis”, que possui capítulo específico sobre abordagem da população em situação de rua, para os cerca de 800 municípios que possuem Guarda Municipal; e a inserção das diretrizes para o atendimento adequado e humanizado a essa população na Matriz Curricular Nacional das Guardas Municipais e de Formação dos demais profissionais de segurança, pelo Ministério da Justiça.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), é uma porta de acesso à cidadania, e tem como objetivo contribuir para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, o PBA possui várias ações transversais que estão no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, entre essas, parcerias intersetoriais com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR) e Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH). A execução dessas ações de parceria e articulação faz parte do compromisso do Governo Federal no tocante à garantia do direito à educação e valorização da diversidade humana, por meio do desenvolvimento de um ambiente social mais inclusivo.

No âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, o Decreto 7053/2009 – que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua - foi incluído como Marco Legal da ementa do Curso de Educação em Direitos Humanos (Extensão e Especialização); no Curso Escola que Protege (Extensão e Especialização), foi incluído na ementa o tema “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” no módulo “Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes”. Os cursos de formação continuada são implementados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior com apoio técnico e financeiro do MEC.

Quanto à educação profissional e tecnológica, cabe esclarecer que as pessoas em situação de rua são atendidas nas ações do Pronatec Inclusão Produtiva, tendo como demandante o Ministério do Desenvolvimento Social, não havendo ações específicas no âmbito do Pronatec/MEC.

**Meta: Realizar o censo de população em situação de rua**

Análise Situacional da Meta: Foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua – CIAMPRua para definir proposta de questionário e metodologia para a pesquisa de contagem da população em situação de rua e levantamento de suas características socioeconômicas, que inicialmente será testada nas cidades do Rio de Janeiro e Recife.

**Meta: Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: Esta ação está sendo desenhada em parceria com a Coordenação de Convivência Familiar e Comunitária da SNPDCA e com o MDS.

**Objetivo: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: Importante instrumento de atuação nessa temática, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com membros de setores representativos, ligados aos direitos humanos, e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País. O Conselho tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. A atuação do CDDPH em 2012 também se destacou na promoção de estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e na prestação de informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

No campo da saúde mental, vem-se caminhando na consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que pretende construir um novo estatuto social para as pessoas com transtorno mental, garantindo a proteção de seus direitos e a reorientação dos cuidados em saúde mental. Trata-se de uma ação articulada entre SDH e Ministério da Saúde.

**Meta: Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ocorreram duas reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, que estabeleceram como meta a implantação de ouvidorias em todos os estados brasileiros. Atualmente existem 21 ouvidorias de polícia.

**PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A gestão governamental em saúde possui natureza complexa, que abrange várias dimensões - ética, política, estratégica, técnica e administrativa - e conforma-se a partir da intermediação de interesses distintos e, principalmente, das interações de poder. O propósito primordial da gestão em saúde é a tomada de decisões, que desencadeia a implementação das políticas. A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP). Estruturam-se de forma integrada as áreas de informação e informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão ser também fortalecidos, mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes - com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais - e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolverá igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, foram realizadas diversas ações em 2012 com a finalidade de implementar instrumentos de relação federativa e um novo modelo de gestão com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

No âmbito da participação da sociedade, destacam-se as ações que buscaram a consolidação das políticas de promoção da equidade, da educação popular em saúde e do fortalecimento do controle social. Contribuíram com esses propósitos as seguintes iniciativas:

- Constituição de 14 Comitês Técnicos e 9 em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra; população LGBT e população do campo e floresta;
- Celebração de convênios com a Universidade de Brasília para constituição do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e com a FIOCRUZ para formação de lideranças sociais do campo e floresta;

- Construído o Sistema de Acompanhamentos dos Conselhos de Saúde (SIACS), com 2.747 Conselhos Estaduais e Municipais (49,13%) aderidos;
- Está em andamento curso de formação para 24 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde em parceria com a FIOCRUZ e as Escolas Estaduais de Governo;
- Capacitação para o controle social de 62,2 mil pessoas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde).

No sentido de potencializar os efeitos de uma gestão eficiente e eficaz, diante da nova ordem estabelecida pela regulamentação da Lei 8.080/90 e da Lei 8.142/90, foram operacionalizadas em 2012 as determinações do Decreto 7.508/2011, utilizando-se como principal instrumento o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), um dos dispositivos instituídos pelo mesmo Decreto. Nesse ano, o contrato foi assinado em 24 das 435 regiões de saúde constituídas. Variáveis conjunturais influenciaram no alcance de meta, a exemplo das adaptações de gestão introduzidas pelo próprio Decreto e pela Lei Complementar 141/2011, bem como pela ocorrência do período de transição eleitoral nos municípios, aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado.

**Meta: Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta: Durante o ano foram realizados três eventos envolvendo o tema da população cigana:

1. Encontro Nacional de Saúde da População Cigana;
2. Visita ao Acampamento Cigano de Itapevi;
3. Tenda Paulo Freire – II Mostra Nacional de Psicologia – Participação de lideranças ciganas.

Para 2013, está prevista a realização de Seminário de Boas Práticas no Controle da Tuberculose entre a População em Situação de Rua, em 18 e 19 de setembro. Também para o tema da população em situação de rua, está prevista a elaboração de materiais informativos sobre o SUS e suas redes de atenção à saúde, como: Manual sobre o Cuidado junto à População em Situação de Rua, já elaborado, 2ª edição do folder específico da População em Situação de Rua e 2ª edição da Cartilha de Políticas de Promoção de Equidade.

**PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família**

**Objetivo: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.**



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. As informações do Cadastro Único facilitam a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, pois mostra quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias brasileiras mais vulneráveis.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa, uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capita inferior a R\$70,00); identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos; além de atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres. Na base de dados do Cadastro Único de agosto/2012, havia 24.201.831 famílias registradas, das quais 22.087.075 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (91,3%).

A partir da implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único, novos grupos populacionais específicos passaram a ser identificados no Cadastro. Além dos indígenas e quilombolas, treze novos grupos passaram a ser identificados, entre os quais o de extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária, catadores de material reciclado, ciganos, povos e comunidades de terreiros. Em 2012, foi lançado o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a identificação de famílias pertencentes a essas populações. Durante todo o ano de 2012, como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, foram identificadas no Cadastro Único, até dezembro de 2012, 116.243 famílias indígenas, 80.621 famílias quilombolas, 11.739 famílias em situação de rua e 350.605 famílias de grupos tradicionais e específicos marcadas no campo próprio do Formulário Suplementar 1 (conforme tabela abaixo).

Grupos Identificados no campo 2.07 do formulário suplementar 1 (dez/12):

Família cigana 1.255

Família extrativista 7.977

Família de pescadores artesanais 28.894

Família pertencente à comunidade de terreiro 570

Família ribeirinha 11.388

Família de agricultores familiares 245.276

Família assentada da reforma agrária 27.090

Família beneficiária do programa nacional do Crédito Fundiário 936

Família acampada 2.887

Família atingida por empreendimentos de infraestrutura 1.329

Família de preso do sistema carcerário 3.133

Família de catadores de material reciclável 19.870

Total de famílias registradas no Formulário Suplementar 350.605

### **Meta: Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta: A identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPE) é importante para que órgãos governamentais possuam o perfil socioeconômico apresentado pelos dados constantes no Cadastro Único, de forma a adequar e focalizar políticas públicas elaboradas para esses grupos familiares.

Dessa forma, a implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único em praticamente todos os municípios deu-se ao longo de 2012, quando se iniciaram ações para garantir a correta identificação dos 16 grupos populacionais constantes do Cadastro.

Nesse sentido, várias iniciativas foram levadas a cabo para atingir o objetivo. Foram realizadas capacitações com foco específico na identificação e abordagem dos GPE nos Estados, uma ação que envolveu agentes multiplicadores capazes de repassar o conhecimento a todos os municípios brasileiros. Foram realizadas 6 capacitações em 2012 – nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Maranhão – que somadas às realizadas em 2011, perfizeram o total de 25 estados e Distrito Federal capacitados. O único Estado que não realizou a capacitação foi Amapá.

Outra iniciativa fundamental foi o cruzamento com cadastros pré-existentes em outros órgãos federais de forma a traçar estratégias e ações de cadastramento para os Povos e Comunidades Tradicionais e, de igual forma, apoiar políticas que se destinem a essas populações, como Bolsa Verde, Chamada ATER, Bolsa Estiagem, entre outros.

Como ação de suporte e correta identificação dos GPE foi lançado, em setembro de 2012, o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a abordagem e a correta identificação de famílias pertencentes a essas populações.

De maio a dezembro de 2012, foram realizadas 9 Oficinas de Busca Ativa nos seguintes estados: Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Bahia, Alagoas, Paraná e Roraima, com a mobilização de mais de 550 lideranças e órgãos governamentais que trabalham com populações de baixa renda. O objetivo desta iniciativa foi mobilizar os parceiros com representação nos estados para ações articuladas e integradas de Busca Ativa de famílias de baixa renda, com prioridade para as que se encontram em extrema pobreza e que muitas das vezes pertencem a povos e comunidades tradicionais. Além disso, foi o momento para apresentar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os princípios de Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral.

### **PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça**

**Objetivo: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) deu continuidade a novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça. Foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R\$ 1.462.444,32 e 5 convênios totalizando R\$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a Secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Na promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e de disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até o fim de 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes, supervisão do projeto. A Universidade de Brasília criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

A Secretaria deu continuidade, ainda, aos seguintes estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça: "Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça." Parceiro: FGV/SP; "Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais". Parceiro: FGV/RJ; "Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais." Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; "Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular". Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; PROJETO: "Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais." Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS; PROJETO: "Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos." Parceiro: Instituto POLIS.

Na seara normativa, a Secretaria vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como se manifestando sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais. Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

### **Meta: Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua**

Análise Situacional da Meta: A promoção do acesso à Justiça à população de rua, por meio da criação de serviços especializados de atendimento nas Defensorias Públicas, é essencial para efetivação de sua cidadania, na medida em que permite a essas pessoas garantir o acesso e o respeito a outras garantias e direitos. Considerando a atuação da SRJ na democratização

do acesso à Justiça, está em andamento um convênio com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para a criação de um serviço especializado de atendimento a esta população, realização de estudos e identificação da demanda.

### **PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

Indicador

Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social

Índice de Referência: 63%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 61,33%

Data da Apuração: 31/12/2012

Indicador

Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua

Índice de Referência: 35%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 42,05%

Data da Apuração: 31/12/2012

**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

1. expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em

Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.

2. realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
3. intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
4. Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

1. início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
2. expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;
3. implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
4. capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispendo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

**Meta: Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

1. a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;

2. a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e
3. a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

**Meta: Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta: Entre os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar mensal per capita de até R\$ 70 (IBGE, Censo 2010), existe um segmento que não dispõe sequer de uma moradia que garanta condições mínimas para o abrigo da pessoa ou família.

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Tais pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Com base na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009), realizada em 23 capitais e em todos os municípios com mais de 300 mil habitantes, e dados de pesquisas específicas realizadas nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos. Regra geral, isso não se deve aos critérios estabelecidos pelas políticas públicas, mas à sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa a construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social.

O MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sendo um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda e que tem se consolidado como relevante ferramenta de planejamento de políticas públicas, sendo utilizado para a seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal.

Como forma de promover orientações específicas sobre a inclusão desse público no Cadastro, o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas, como o Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua (2011), a Instrução Operacional conjunta SNAS e SENARC N° 07/2010 e a Cartilha Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2011).



Em setembro/2012, foi realizada reunião técnica envolvendo a SNAS e SENARC, representantes das áreas técnicas do Cadastro Único e da Proteção Social Especial do SUAS nos estados, DF e capitais, visando a fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país, disseminar orientações de cunho técnico e discutir procedimentos para a inclusão dessa população no Cadastro Único e sua vinculação a serviços socioassistenciais.

Em dezembro/2012, o CadÚnico já registrava 10.736 famílias em situação de rua cadastradas em municípios com população acima de 100 mil habitantes. A inclusão desse segmento no CadÚnico propicia a produção de informações e favorece o seu acesso ao crescente número de programas que se utilizam desse instrumento, de modo a ampliar o acesso à rede de serviços socioassistenciais e aprimorar a atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

Quantidade alcançada: 10.736

Data de Referência: 31/12/2012

### **Meta: Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta: A realização desta meta está sendo implementada por meio de um conjunto de medidas relativas à Proteção Social Especial.

Na média complexidade, merecem destaque:

1. a expansão, em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes;
2. a inclusão do Centro Pop no Censo SUAS, a partir de 2011, quando 90 unidades implantadas prestaram informações sobre sua estrutura e atividades.

Em relação aos serviços de acolhimento (alta complexidade), até 2014 o MDS deverá ofertar o cofinanciamento de vagas para 30 mil pessoas em situação de rua, o que corresponde a 60% do público alvo estimado. Para alcançar essa meta, constante do Plano Brasil sem Miséria e, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e a capacidade de gestão dos municípios, a ideia é elevar a cobertura, de 40% (2012), para 50% em 2013 e 60% em 2014.

Esses recursos deverão ser aplicados na oferta de serviços de acolhimento institucional (para adultos e famílias) ou serviços de acolhimento em repúblicas (para jovens e adultos em processo de saída das ruas), conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009). Em 2012, o MDS ofertou cofinanciamento para implantação de 22 mil novas vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, das quais 19 mil (86%) foram aceitas por 119 gestores municipais.

### **Meta: Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente**

Análise Situacional da Meta: A apuração desta meta requer a elaboração do ID-CREAS (Índice de Desenvolvimento dos CREAS), o que deverá ocorrer em parceria da SNAS com a SAGI/MDS. Este indicador se constituirá em um importante instrumento para o monitoramento do estágio de desenvolvimento das unidades CREAS. Quanto ao Centro Pop, a SNAS está avaliando a possibilidade de elaboração de um índice equivalente.

Contudo, anualmente, em função da análise dos dados das unidades CREAS e Centro Pop, prestadas por ocasião do Censo SUAS, a SNAS vem acompanhando as situações identificadas em desacordo com as normativas do SUAS e promovendo orientações para a adequação das unidades.

**Meta: Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

1. a expansão, em maio/2012, do cofinanciamento federal aos municípios com mais de duzentos mil habitantes, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, por meio do programa "Crack, é possível vencer";
2. a conclusão da produção de subsídios visando ao aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço de abordagem em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil.

**PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna**

**Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico.

No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas.

Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$ 1.600,00. No ano de 2012, as

contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano.

No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez.

O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013.

Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011.

No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parceiras, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Floriano-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

**Meta: Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva**

Análise Situacional da Meta: Um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes do Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Social e Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos; foi criado com o objetivo de formular proposta de um serviço social de moradia voltado para a população-alvo desta meta. O GT estudará a necessidade da criação de programas, procedimentos, linhas de financiamento, subsídios, medidas legais ou quaisquer outros instrumentos que venham a se mostrar imprescindíveis para viabilizar o direito à moradia a tais populações.

**PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas**

**Objetivo: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de**

**crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.**

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: No campo legislativo e no da política pública sobre drogas, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabelece medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é o marco legal de mudança de paradigma e de procedimentos, a partir da intervenção integrada de ações de promoção da saúde e de conscientização sobre os riscos do uso de crack, álcool e outras drogas e de disponibilização de serviços de atendimento. Esse paradigma foi reforçado com o lançamento do programa “Crack, é possível vencer”, que, com uma previsão de investimentos em políticas de saúde, assistência social, segurança pública, educação, direitos humanos, entre outras, reafirmou o compromisso do Governo Brasileiro de integração entre as políticas públicas, a sociedade e as diferentes instâncias federativas face aos desafios postos pelo fenômeno do consumo e tráfico de drogas.

Cabe destacar que para assegurar a articulação das ações, os municípios, estados e Distrito Federal que aderirem ao programa “Crack, é possível vencer”, devem criar comitês gestores – instâncias de governança compartilhada com composição multissetorial responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações do programa em seus territórios. A adesão, em 2012, de 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, e o esforço de expansão do programa para os municípios com mais de 200 mil habitantes abrem boas perspectivas de ampliação da institucionalidade e de aprimoramento da gestão da política sobre drogas no país.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas também está sendo promovido pelo aprimoramento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O Funad é constituído, entre outros, de recursos oriundos da alienação de bens apreendidos de pessoas condenadas por tráfico ou envolvidas em atividades ilícitas de produção ou venda de drogas que são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão do tráfico de drogas, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de drogas.

Em 2012, ocorreram 4 leilões com a arrecadação estimada de R\$ 7 milhões. Ademais, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas unidades da federação – atualmente existem fundos sobre drogas em Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

No campo normativo, também foram registrados avanços, com a instituição da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Por fim, no que tange à produção de conhecimento científico sobre o tema, vale citar que está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração. Destaca-se ainda a seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

**Meta: Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

Análise Situacional da Meta: Está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração.

## **PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos**

**Objetivo: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.**

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo possui três eixos principais que são a inclusão socioeconômica dos catadores, a gestão consorciada dos resíduos sólidos e o apoio para a implantação da coleta seletiva. Os três eixos têm impacto direto sobre o efetivo encerramento dos lixões até o final de 2014, de acordo com os termos da Lei 12.305/2010.

Visando ao fortalecimento da cadeia produtiva dos recicláveis, com a inclusão socioeconômica dos catadores, algumas ações realizadas em 2012 se destacaram. Foi instituído o Decreto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) presumido, que reduz o referido imposto dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Foram amparadas também 26 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores, abarcando 531 empreendimentos. No que tange à gestão da política de inclusão dos catadores, 2012 foi um ano de transição e mudanças na coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC, sendo que a coordenação, que estava com o MDS, em conjunto com o MMA, passou para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Com a sensibilização dos gestores públicos sobre a necessidade de serem elaborados os Planos de Resíduos Sólidos, houve um considerável avanço nas iniciativas de manejo dos resíduos sólidos, sobretudo quanto à gestão consorciada. Dados da MUNIC/IBGE (Pesquisa

de Informações Básicas sobre Municípios) retrataram o avanço, nos últimos anos, do número de consórcios intermunicipais de saneamento básico: entre 2008 e 2011 dobrou o número de municípios que dispõem deste instrumento de gestão, passando de 6% para 12% dos municípios. Esse movimento tem sido favorecido pela política de apoio do governo federal, que induz pequenos municípios a se consorciarem para terem acesso a recursos para implantação dos sistemas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

No âmbito da coleta seletiva, estão em fase de análise 50 propostas de municípios para celebração de contratos de repasse visando a elaboração dos Planos de Coleta Seletiva. Outra ação importante foi a capacitação de catadores para fortalecimento da coleta seletiva, feita pelos Estados com apoio da União. Foram apoiados 25 Estados, beneficiando 32.459 pessoas diretamente.

**Meta: Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores**

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados 25 Estados em 2012, beneficiando 32.459 pessoas diretamente e 70.141 indiretamente.

Quantidade alcançada: 32.459

Data de Referência: 03/12/2012

**Meta: Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem**

Análise Situacional da Meta: Na área de incentivo a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, foi instituído o Decreto do IPI presumido, que reduz o IPI dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em 2012 foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada: 323

Data de Referência: 03/12/2012

**Meta: Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram apoiados 26 redes que abarcaram 531 empreendimentos relacionados aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada: 26

Data de Referência: 03/12/2012



**Meta: Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores**

Análise Situacional da Meta: A meta está sendo reavaliada em virtude da mudança de estratégia nas ações de apoio aos catadores. Durante o ano de 2012, a Coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais reutilizáveis e Recicláveis – CIISC passou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Secretaria Geral da Presidência.

**PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda**

**Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.**

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

**Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal**

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.



# POPULAÇÃO LGBT







## População LGBT

### PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

**Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã.

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

Quantidade alcançada: 2.040

Data de Referência: 31/12/2012

**Objetivo: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2012 foi dedicado ao debate sobre os marcos regulatórios mais importantes para a temática. São exemplos: o Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH); o PLC 122/2006, marco contra a violência e a discriminação homofóbica, que está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Além do Legislativo, houve avanços no fortalecimento da rede de combate à homofobia e promoção dos direitos LGBT com a implantação de inéditos três



Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia (AC, RS e SP). A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

**Meta: Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica**

Análise Situacional da Meta: O PLC 122/2006 está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Após a saída da Senadora Marta Suplicy, o Senador Paulo Paim assumiu a relatoria.

**Meta: Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais**

Análise Situacional da Meta: Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A matéria (PLS 658/2011), que recebeu texto substitutivo, segue agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A SDH produziu nota técnica favorável à matéria.

**Meta: Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

Análise Situacional da Meta: Durante 2012 foram implantados os três primeiros Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no país. O Comitê do Acre foi inaugurado no dia 07/12, o Comitê do Rio Grande do Sul no dia 14/12 e o de São Paulo no dia 18/12. A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

**Meta: Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi debatida campanha publicitária que deverá ser veiculada em 2013.

**PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

**Meta: Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências**

Análise Situacional da Meta: A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada: 2.648

Data de Referência: 31/12/2012

**Meta: Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

Análise Situacional da Meta: Os núcleos são instância de gestão que articulam intra e intersetorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação das secretarias de saúde estaduais e municipais. Todos os Estados estão sendo apoiados pelo Ministério da Saúde para fomentar ações de vigilância e prevenção de violência, por meio de repasse de recursos financeiros, assessoria técnica e capacitações.

**Objetivo: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.**

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

**Meta: Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta: Durante o ano de 2012 foram realizados três eventos envolvendo o tema da população cigana:

1. Encontro Nacional de Saúde da População Cigana;
2. Visita ao Acampamento Cigano de Itapevi;
3. Tenda Paulo Freire – II Mostra Nacional de Psicologia – Participação de lideranças ciganas.

Está previsto para outubro de 2013, um Seminário Nacional para avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde da População LGBT com previsão de 150 a 200 participantes

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 31/12/2012

## **PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**

**Objetivo: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Para estimular a produção e difusão de conhecimentos científico e tecnológico assim como as relações de gênero, identidade, orientação sexual e raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, a SPM/PR incentivou a ampliação do número de inscrições na 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação. As ações da Secretaria pretendem incentivar políticas culturais, de esporte, lazer e educação, observando a igualdade e a equidade de gênero.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação. A SPM/PR apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília, a ampliação de divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; além disso, articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para promover maior divulgação do programa; no âmbito do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça iniciou a negociação de possíveis parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização e ampliação do curso; ocorreu a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012 e a 8ª edição lançada em 2012 será finalizada em 2013.

**Meta: Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

Análise Situacional da Meta: O curso foi ofertado em 37 instituições de ensino. O número total de vagas, em 2012, foi de 8.580 em aperfeiçoamento, extensão e especialização.

**Meta: Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados**

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A SPM/PR irá elaborar proposta em 2013, em parceria com o Ministério da Educação, que será posteriormente submetida ao Conselho Nacional de Educação.

**Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

**Meta: Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta: A Criação da Coordenadoria da Diversidade junto à SPM expressa que a articulação deste tema para dentro do governo ganha outra dinâmica e assume outra prioridade. A partir da pactuação do PNPM, novas ações e estratégias foram construídas e exigem a elaboração de um plano de ação integrado e articulado entre SPM/SDH/MinC/MEC/MS/SEPPIR que está em processo de construção. Em 29 de novembro de 2012, a SPM/PR realizou uma oficina com lésbicas e bissexuais representantes das organizações nacionais para apresentar as diretrizes e ações para esta área. O debate sobre a constituição do GT prosseguirá em 2013.

**Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o

período 2013-2015. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da

3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015; bem como um amplo processo para pactuar as 415 ações contidas no Plano com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se à nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Um importante espaço neste processo foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê é o espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, ele foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos Estados e Municípios. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o documento “Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais”, que deverá ser publicado em 2013.

Também passou por adaptações o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM. Um novo módulo foi criado e será utilizado por todos os órgãos responsáveis por ações no PNPM para o monitoramento e acompanhamento da implementação do PNPM. O PNPM 2013-2015 será lançado em 2013.

A SPM/PR vem trabalhando pela disseminação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todo o país, nos governos estaduais e municipais. A instalação de OPMs nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres. Além disso, a existência de tais instâncias executivas permite maior efetividade das políticas públicas para as mulheres, na medida em que promove capilaridade e articulação federativa. Em 2012, atingiu-se a marca de 25 OPMs estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 437 OPMs municipais. A SPM/PR vem realizando diversas atividades (como concessão de apoio financeiro para a instalação destas instâncias por meio da aprovação de 12 convênios e realização de encontro do Fórum de OPMs) com o objetivo de apoiar e fortalecer essas iniciativas. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o Guia de Implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, que deverá ser publicado em 2013. A SPM/PR também elaborou em 2012 um guia contendo orientações para a implementação de OPMs, que deverá ser divulgado no início de 2013. Em 2013, o fortalecimento dos OPMs deverá ser uma das prioridades da SPM/PR. Uma estratégia para isso será a atuação junto às prefeitas eleitas e também com o conjunto de prefeitos/as eleitos/as, em encontro realizado em janeiro de 2013, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, principal instrumento de participação e controle social, manteve-se ativo em 2012, quando foram realizadas cinco reuniões ordinárias. A produção de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas avançou principalmente com a publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório, lançamento de editais de pesquisa sobre garantia dos direitos das mulheres e a política para a igualdade de gênero, e sobre a história e a memória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM/PR ainda vem avançando na implementação da Lei 12.227/2010, que instituiu o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), tendo articulado com a Casa Civil pela regulamentação infra-legal, estabelecido um grupo de trabalho inter-setorial para sua elaboração e contratado uma consultoria de suporte às atividades do grupo de trabalho.

## **Meta: Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3ª CNPM**

Análise Situacional da Meta: O PNPM 2013-2015 é o resultado do PNPM revisto e atualizado à luz da 3ª Conferência.

O Capítulo 1, "Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica", por meio de suas ações, tem como objetivo promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres, enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O Capítulo 2, "Educação para Igualdade e Cidadania", visa consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, além de promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade.

O Capítulo 3, "Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos", tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos e ampliando o acesso a meios e serviços de promoção, prevenção e assistência da saúde integral da mulher em todo o território brasileiro.

O Capítulo 4, "Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres", dedica-se a reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres.

O Capítulo 5, "Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão", visa fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

O Capítulo 6, "Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social", intenta incentivar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres em todas as suas especificidades e diversidades, considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais; democratizando o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos.

O Capítulo 7, "Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta", tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso a terra, a bens, a equipamentos e a serviços públicos .

O Capítulo 8, "Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia", visa contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, além de promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e a inserção igualitária nos esportes. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, o acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes.

O Capítulo 9, "Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia", objetiva instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito bem como o enfrentamento às discriminações baseada em orientação sexual e identidade de gênero.



O Capítulo 10, "Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência", traz ações para garantir o protagonismo das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas bem como seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, a inclusão das questões relacionadas às mulheres com deficiência.

Além dos dez capítulos, há também há preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

**Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.**

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

**Meta: Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta: Em 2012 todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM.

Em novembro foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

## PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

**Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.**

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturam-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

### **Meta: Fomentar projetos e campanhas voltados ao combate à violência e ao “bullying” nas escolas**

Análise Situacional da Meta: O MEC desenvolve diversas iniciativas para proteger os direitos de crianças e adolescentes e enfrentar a violência nas escolas. O programa Escola que Protege, com execução pelas Universidades Federais do Rio Grande (FURG), Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Estadual da Bahia (UNEB) - oferta cursos de formação continuada para profissionais de educação e produz materiais didático-pedagógicos. Nesses projetos, o tema do bullying é discutido no curso com carga horária de 80 horas, sendo 60 presenciais e 20 à distância.

Soma-se a isso, o apoio técnico e financeiro a duas pesquisas de âmbito nacional: Projeto Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007 (UFPB), que constitui um diagnóstico da situação, em todo o território brasileiro, das ações para a implementação da referida Lei, além de reflexões de especialista e apanhado de experiências exitosas nos sistemas de ensino sobre o tema; e a Pesquisa Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras, que gerou uma publicação que será distribuída para professores e gestores da Educação Básica em 2013.

Além disso, ainda em 2012, o MEC acompanhou a articulação do Projeto de Pesquisa Violência e Preconceito na Escola: Contextualizando o Problema, apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, organizando um Memorial com estudos, pesquisas

e indicadores e realizando reuniões técnicas com os envolvidos. Em 2012, apoiou ainda iniciativas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Fiocruz, de revisão para impressão e distribuição de materiais pedagógicos para escolas públicas do país: Guia Escolar - Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (UFRRJ); e Impactos da Violência na Escola – Um Diálogo com Professores (Fiocruz). Em 2011 e 2012, foram apoiados 8 projetos voltados ao combate à violência e ao bullying.

## **PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

**Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Meta: Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

1. a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;
2. a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e
3. a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

**Meta: Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta: Em atenção a esta meta, foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência e o Serviço de Acolhimento para população em situação de rua.

Os documentos foram elaborados visando a orientar os gestores e técnicos no processo de implantação e reordenamento desses serviços, sendo disponibilizados no portal eletrônico do MDS.

Em relação ao serviço de acolhimento para pessoas idosas, teve início a elaboração das orientações técnicas, que resultarão em cadernos a serem publicados e divulgados em 2013.

Em todas essas publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

### **Meta: Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência**

Análise Situacional da Meta: O Censo SUAS 2011 registrou informações de 2.110 CREAS, dos quais 1.667 (79%) informam ter atendido situações de violência contra mulheres (violência física, psicológica, negligência e abandono) superando o percentual identificado no Censo 2010 (77%, considerando as 1.590 unidades registradas). Ao considerar as situações de violência nas suas especificidades, os percentuais de unidades que informaram atendimentos foram: - Violência Física contra as mulheres adultas: 74,21%;

- Abuso sexual contra as mulheres adultas: 44,21%;
- Violência psicológica contra as mulheres adultas: 79%;
- Exploração sexual contra as mulheres adultas: 30%;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual contra as mulheres adultas: 27,63%;
- Tráfico de pessoas (mulheres adultas): 12%;
- Situação de rua (mulheres adultas): 39,71%.

O Censo SUAS 2012 encontra-se em fase de validação e análise de dados. Sua análise permitirá o acompanhamento da evolução da meta.

Quantidade alcançada: 1.667

Data de Referência 31/08/2011

## **PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude**

**Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.**

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal, impulsiona a transversalidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas de Juventude - PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos de suas ações e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

Os Grupos de Trabalho – GTs temáticos (Meio Ambiente, Mulheres e Juventude Rural) ampliaram o debate sobre temas específicos da área e iniciaram o diálogo e a conexão desses diversos temas com um conjunto de ações e eventos organizados pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. Além de expandir conceitos, os GTs proporcionaram uma real ampliação da participação de grupos juvenis que, costumeiramente, não participavam dos fóruns tradicionais de PPJs.

O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos, na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceria entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

O Observatório da Juventude também foi priorizado em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado “Participatório – Observatório Participativo da Juventude”, que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no Programa.

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento de PPJs, como no Projovem Urbano e no debate no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

A SNJ também lançou seu sítio e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da Secretaria. Exemplo disso foi a cobertura colaborativa da Conferência das Nações Unidas – RIO+20, ocorrida em 2012.

O Ministério da Cultura – MinC e a SNJ concluíram a seleção do Prêmio “Agente de Cultura Jovem” em 2012: 500 projetos foram premiados e receberão R\$ 9.000,00 (nove mil reais), um apoio e incentivo à promoção da cultura na juventude.

As parceiras com organismos internacionais foram intensificadas a partir da organização do “Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur”. O Brasil assumiu a presidência da Organização Iberoamericana de Juventude – OIJ, recebeu delegações estrangeiras, consolidou sua presença na Comunidade de Povos de Língua Portuguesa - CPLP, na reunião

especializada de juventude do Mercosul - REJ e assumiu um papel central na criação de uma assessoria permanente de Juventude na ONU, fomentando também a criação de um fórum permanente de Juventude nas Nações Unidas.

Na área do fortalecimento institucional, foram firmados, em 2011 e 2012, dez convênios com financiamento de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para cada estado. Para 2013, a forma de apoio aos demais entes da federação foi modificada, tendo sido criada a meta de atendimento a 70 municípios a partir do Programa de Fortalecimento Institucional de PJs.

As ações, eventos e programas do Governo Federal relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

A Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul foi organizada em dezembro de 2012, em Brasília. A mencionada reunião definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Planeja-se, no segundo semestre de 2013, formalizar o pedido de seção brasileira da REJ.

No que tange à formação de gestoras jovens para a política de gênero, a SNJ tem reforçado essa política com a criação do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e no desenvolvimento da parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM que já possui capacitações específicas para o tema.

### **Meta: Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta: O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.







# **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



## IGUALDADE RACIAL

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Agricultura</b>	70.900	70.900	75.017	0	0	0
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	70.900	70.900	75.017	0	0	0
0613 Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.						
02DY <i>Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis</i>						
20TB Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial	70.900	70.900	75.017	0	0	0
<b>Comunicações</b>	2.850	2.850	2.850	157	157	144
<b>2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	2.850	2.850	2.850	157	157	144
0751 Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.						
02Y9 <i>Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos</i>						
20LS Suporte à Prestação dos Serviços de Telecomunicações	250	250	250	157	157	144
2C46 Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000	2.596	2.596	2.596	0	0	0
2C48 Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de Acordo com a Lei 9.998/2000	4	4	4	0	0	0
<b>Cultura</b>	12.469	23.429	22.679	10.955	10.955	6.041
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	12.469	23.429	22.679	10.955	10.955	6.041

0621 Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02EW Apoio e difusão de pesquisas, estudos, mapeamentos e levantamentos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Afro-Latina e fortalecimento do Observatório Afro-Latino e Caribenho como rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de informações sobre cultura negra						
20KV Fomento à Difusão e Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	500	500	500	447	447	321
02EX Certificação de comunidades remanescentes de quilombos; promoção de Assistência Jurídica para as Comunidades Quilombolas Certificadas e implementação de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro						
20KW Proteção e Promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiros	1.000	2.850	2.600	1.239	1.239	1.067
2A96 Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	100	100	100	59	59	25
02EY Promoção de iniciativas culturais, preservação de expressões, celebrações, lugares e manifestações afro-brasileiras; e realização de ações e intercâmbio com países da África, América Latina e Caribe						
20KU Implantação de Equipamentos Culturais da Cultura Afro-Brasileira	575	1.075	1.325	243	243	24
6531 Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	515	515	415	284	284	284
8053 Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	7.000	15.610	14.960	7.963	7.963	3.633
0785 Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.						
034W Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)						
6527 Difusão, Promoção, Intercâmbio e Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais no Brasil e no exterior	2.779	2.779	2.779	721	721	687
<b>Des. Agrário</b>	<b>65.087</b>	<b>65.087</b>	<b>76.754</b>	<b>49.749</b>	<b>49.749</b>	<b>6.416</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>4.212</b>	<b>4.212</b>	<b>7.545</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.						
01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	0	0	3.333	0	0	0
8358 Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	4.212	4.212	4.212	0	0	0
<b>2018 Biodiversidade</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>	<b>1.759</b>	<b>1.759</b>	<b>0</b>
0506 Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.						
<i>01U2 Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais</i>						
8920 Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	200	200	200	0	0	0
<i>01UD Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade</i>						
8450 Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade, Valorização e Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais	1.800	1.800	1.800	1.759	1.759	0
<b>2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	<b>58.875</b>	<b>58.875</b>	<b>67.208</b>	<b>47.989</b>	<b>47.989</b>	<b>6.416</b>
0984 Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.						
<i>046Y Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades</i>						
8936 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais	2.875	2.875	2.875	345	345	218
0987 Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.						
<i>047A Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação</i>						
0859 Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas	50.000	50.000	50.000	43.177	43.177	4.094
20T1 Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	6.000	6.000	6.000	4.467	4.467	2.104
210Z Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	0	0	8.333	0	0	0
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>3.879.239</b>	<b>4.473.292</b>	<b>4.544.497</b>	<b>3.591.241</b>	<b>3.591.241</b>	<b>2.633.497</b>



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2019 Bolsa Família</b>	<b>22.000</b>	<b>22.000</b>	<b>21.177</b>	<b>14.626</b>	<b>14.626</b>	<b>7.957</b>
0376 Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.						
<i>014H Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social</i>						
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	22.000	22.000	21.177	14.626	14.626	7.957
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.722.826</b>	<b>2.240.839</b>	<b>2.210.829</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.490.594</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>2.134.414</b>	<b>2.210.454</b>	<b>2.312.491</b>	<b>1.817.403</b>	<b>1.817.403</b>	<b>1.134.947</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0380 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.						
<i>015D Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos</i>						
2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	1.085.777	1.086.377	988.911	923.632	923.632	621.750
2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar	73.476	73.476	66.129	8.934	8.934	3.451
<i>015E Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais</i>						
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	69.000	69.000	69.000	58.557	58.557	15.953
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
<i>02E5 Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida</i>						
11V1 Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural	383.000	385.600	485.856	360.924	360.924	149.719
0615 Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.						
<i>02E7 Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal</i>						
8457 Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	6.000	6.000	6.000	2.299	2.299	1.076

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02E8 <i>Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários</i>						
20GD Fomento às Atividades Produtivas Rurais	77.160	150.000	141.669	23.159	23.159	18.684
02EC <i>Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais</i>						
8948 Acesso à Água para a Produção de Alimentos	440.000	440.000	554.927	439.898	439.898	324.313
<b>Educação</b>	<b>38.110.216</b>	<b>40.070.971</b>	<b>47.427.728</b>	<b>40.075.946</b>	<b>40.075.946</b>	<b>27.750.115</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>26.214.052</b>	<b>26.898.683</b>	<b>31.428.977</b>	<b>28.206.240</b>	<b>28.206.240</b>	<b>20.863.621</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						
02BP <i>Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	400.565	400.565	755.365	418.529	418.529	176.866
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
<b>0598</b> Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BX Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais</i>						
20RT Certames e Tecnologias Educacionais	36.000	36.000	66.798	46.271	46.271	20.688
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	8.284.821
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	300.000	300.000	265.650	47.847	47.847	2.147

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	510.770	661.727	2.340.436	2.072.099	2.072.099	987.410
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	644.000	670.000	630.000	591.216	591.216	591.216
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	1.641.135	1.641.135	1.748.759	1.747.796	1.747.796	1.105.683
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	3.350.000	3.350.000	3.361.000	3.313.397	3.313.397	3.309.269
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2031 Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>4.822.511</b>	<b>5.040.891</b>	<b>5.905.713</b>	<b>4.454.921</b>	<b>4.454.921</b>	<b>2.566.358</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
029Z <i>Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica</i>						
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil	150.000	150.000	190.477	81.726	81.726	23.996
02A0 <i>Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade</i>						
20RG Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	864.000	986.940	1.291.669	820.969	820.969	95.897
20RL Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.724.772	1.735.212	2.050.482	1.687.177	1.687.177	972.968
02A2 <i>Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão</i>						
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	231.000	315.450	332.575	106.588	106.588	37.900
02A3 <i>Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica</i>						
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica	340.000	340.000	503.420	350.877	350.877	119.669
02A5 <i>Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais</i>						
20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	1.250.297	1.250.847	1.250.847	1.238.588	1.238.588	1.179.794
2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	182.380	182.380	186.991	156.945	156.945	127.202
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02B3 <i>Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante</i>						
6358 Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	80.061	80.061	99.252	12.050	12.050	8.932
<b>2032 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>7.073.653</b>	<b>8.131.396</b>	<b>10.093.038</b>	<b>7.414.786</b>	<b>7.414.786</b>	<b>4.320.136</b>
0841 Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
03GA <i>Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência</i>						
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	15.000	324.739	359.642	52.817	52.817	0
0A12 Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	35.547	35.547	39.384	23.746	23.746	23.690
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	551.394	551.994	579.848	512.809	512.809	379.915
6328 Universidade Aberta e a Distância	12.983	12.983	13.989	4.832	4.832	2.957
03GC <i>Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre</i>						
148G Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre	16.000	16.000	11.333	0	0	0
03GD <i>Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade</i>						
11G0 Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	25.000	25.000	33.624	25.291	25.291	1.609
125B Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB	27.865	27.865	53.255	31.865	31.865	645
20RK Funcionamento das Universidades Federais	3.547.226	3.635.211	4.526.177	3.670.895	3.670.895	2.442.909
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1.725.063	2.231.759	2.878.246	1.979.840	1.979.840	973.428

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8551 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	40.566	85.466	104.596	61.877	61.877	41.437
<i>03GE Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país</i>						
12Q9 Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH	0	6.333	21.749	14.882	14.882	9.751
14IM Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	35.000	35.000	41.667	35.000	35.000	0
20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais	372.197	443.864	568.805	407.038	407.038	85.490
4005 Apoio à Residência em Saúde	299.801	299.801	303.441	266.024	266.024	265.465
4086 Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	136.054	145.369	231.759	134.053	134.053	69.750
<i>03GF Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino</i>						
6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	14.400	14.400	20.148	3.325	3.325	2.266
<i>0481 Implantação da Universidade Federal do ABC</i>						
12EL Implantação da Universidade Federal do ABC	76.520	76.520	106.067	74.088	74.088	9.297
<i>0482 Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>						
125C Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	44.000	44.000	71.339	46.592	46.592	7.492
<i>0484 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)</i>						
11G1 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	99.037	99.037	114.137	69.811	69.811	4.033
<i>04A1 Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)</i>						
7S22 Implantação de Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	500	500	0	0	0
<i>04B3 Implantação da Universidade Federal de Blumenau</i>						
7S21 Implantação da Universidade Federal de Blumenau	0	20.008	0	0	0	0
<i>04DY Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA</i>						
14TK Ampliação e Reestruturação do ITA	0	0	13.333	0	0	0
<b>Esportes</b>	<b>189.845</b>	<b>224.553</b>	<b>222.286</b>	<b>43.724</b>	<b>43.724</b>	<b>12.526</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>189.845</b>	<b>224.553</b>	<b>222.286</b>	<b>43.724</b>	<b>43.724</b>	<b>12.526</b>

0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
<b>Justiça</b>	<b>835.978</b>	<b>864.930</b>	<b>728.722</b>	<b>424.969</b>	<b>424.969</b>	<b>350.189</b>
<b>2020 Cidadania e Justiça</b>	<b>83.524</b>	<b>93.654</b>	<b>97.120</b>	<b>96.318</b>	<b>96.318</b>	<b>72.928</b>
0878 Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abrangendo a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.						
<i>03L1 Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social</i>						
12OD Aquisição de Imóvel para Instalação das Defensorias Públicas da União - Nacional	500	500	500	0	0	0
2646 Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União	300	300	300	215	215	142
2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	82.724	92.854	96.320	96.103	96.103	72.786
<b>2070 Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>752.454</b>	<b>771.276</b>	<b>631.602</b>	<b>328.651</b>	<b>328.651</b>	<b>277.261</b>
0828 Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.						
<i>03DQ Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas</i>						
2320 Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	72.933	62.430	64.264	31.373	31.373	16.073
8858 Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública	36.691	39.846	50.460	32.879	32.879	25.444
0830 Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03DY Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União</i>						
2712 Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal	54.000	54.000	62.000	41.139	41.139	26.795
0834 Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.						
<i>03EI Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades</i>						
00CA Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Cíveis, Agentes Penitenciários e Carcerários, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros	310.000	304.190	153.672	148.822	148.822	140.402
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	0	0	5.763	0	0	0
8853 Apoio à Implementação de Políticas Sociais	100.000	110.090	94.723	7.318	7.318	5.448
8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	178.830	200.720	200.720	67.120	67.120	63.100
<b>Meio Ambiente</b>	<b>76.320</b>	<b>75.161</b>	<b>120.113</b>	<b>71.560</b>	<b>71.560</b>	<b>50.759</b>
<b>2018 Biodiversidade</b>	<b>42.720</b>	<b>41.964</b>	<b>61.756</b>	<b>38.438</b>	<b>38.438</b>	<b>33.236</b>
0506 Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.						
<i>01TJ Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação</i>						
20MV Identificação de Famílias em Unidades de Conservação Federais e Promoção do Direito de Uso das Comunidades Tradicionais Beneficiárias a seus Territórios	250	250	250	248	248	247
<i>01TU Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade</i>						
20MW Fomento e Execução de Pesquisa Direcionada à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação	500	500	500	486	486	472
20N1 Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade	3.820	3.820	4.279	3.038	3.038	677
<i>01TW Gestão territorial e ambiental dos territórios de povos e comunidades tradicionais</i>						
6040 Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	100	100	100	100	100	0
<i>01UB Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20GF Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural - Plano Brasil sem Miséria (Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011)	36.000	35.244	52.971	31.240	31.240	30.109
20TK Cadastramento, Operacionalização e Monitoramento da Transferência de Renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Plano Brasil sem Miséria	1.800	1.800	3.372	3.084	3.084	1.488
20VP Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE	0	0	33	0	0	0
<i>01UD Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade</i>						
200I Promoção da Conservação e Uso da Agrobiodiversidade e das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	250	250	250	243	243	243
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>33.600</b>	<b>33.197</b>	<b>58.357</b>	<b>33.121</b>	<b>33.121</b>	<b>17.523</b>
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
<i>02E6 Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido</i>						
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	33.600	33.197	58.357	33.121	33.121	17.523
<b>Minas e Energia</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>1.517</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>0</b>
<b>2033 Energia Elétrica</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>1.517</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>0</b>
0045 Universalizar o acesso à energia elétrica.						
<i>0036 Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica</i>						
1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional	1.500	1.500	1.517	500	500	0
<b>Op. Oficiais de Crédito</b>	<b>350.000</b>	<b>350.000</b>	<b>466.667</b>	<b>153.100</b>	<b>153.100</b>	<b>130.734</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>350.000</b>	<b>350.000</b>	<b>466.667</b>	<b>153.100</b>	<b>153.100</b>	<b>130.734</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.						
<i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
<b>Presidência</b>	<b>30.000</b>	<b>29.664</b>	<b>30.331</b>	<b>24.500</b>	<b>24.500</b>	<b>11.546</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>21.000</b>	<b>20.853</b>	<b>21.520</b>	<b>15.689</b>	<b>15.689</b>	<b>5.609</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social. <i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
0960 Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra. <i>043Q Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	1.000	1.000	1.000	405	405	0
0989 Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis. <i>047C Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas</i>						
20TN Inclusão Produtiva da Juventude	8.000	8.000	8.000	3.905	3.905	500
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos. <i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	9.000	8.811	8.811	8.811	8.811	5.937
<b>Relações Exteriores</b>	<b>59.991</b>	<b>59.349</b>	<b>70.916</b>	<b>55.151</b>	<b>55.151</b>	<b>52.772</b>
<b>2057 Política Externa</b>	<b>59.991</b>	<b>59.349</b>	<b>70.916</b>	<b>55.151</b>	<b>55.151</b>	<b>52.772</b>
0900 Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03PD Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros</i>						
6091 Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais Países Africanos e Asiático de Língua Portuguesa	11.921	11.814	13.885	12.581	12.581	12.581
6094 Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa	29.702	29.356	44.041	38.769	38.769	38.240
<i>03PE Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos</i>						
2532 Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos	1.600	1.600	1.600	1.269	1.269	1.099
<i>03PU Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais</i>						
10UO Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique	4.980	4.980	4.980	0	0	0
<i>03Q5 Promoção de eventos internacionais de Política Externa</i>						
8495 Eventos Internacionais Oficiais	9.000	8.811	3.621	586	586	586
0909 Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.						
<i>03TN Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e infraestrutura</i>						
2541 Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação - SICTEX	1.050	1.050	1.050	219	219	213
0913 Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.						
<i>03UL Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras</i>						
00CC Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática	1.738	1.738	1.738	1.727	1.727	52
<b>Saúde</b>	<b>63.445.782</b>	<b>68.729.244</b>	<b>70.504.823</b>	<b>63.596.238</b>	<b>63.596.238</b>	<b>57.539.681</b>
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>63.247.382</b>	<b>68.469.694</b>	<b>70.126.922</b>	<b>63.284.766</b>	<b>63.284.766</b>	<b>57.469.015</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02P9 Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável</i>						
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	10.000	10.000	10.000	9.246	9.246	5.496
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PM Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas</i>						
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	16.287	16.287	16.657	16.127	16.127	49
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	42.000	51.311	61.311	46.599	46.599	11.830
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	12.000	12.000	12.185	11.998	11.998	3
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7666 Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS	255.000	243.000	325.567	79.254	79.254	28.126
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
8730 Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	230.000	227.450	267.283	171.953	171.953	142.097
8762 Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	500
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	30.500	32.880	32.880	11.957	11.957	3.935
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
6185 Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	17.000	23.000	21.300	8.004	8.004	3.323

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
6186 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	16.000	16.000	16.000	11.901	11.901	5.227
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
<i>02QB Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas</i>						
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	24.000	59.300	69.300	26.795	26.795	0
<i>02QC Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente</i>						
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	48.510	46.510	53.177	46.346	46.346	30.655
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
8725 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	14.500	14.500	13.050	4.852	4.852	2.327
0715 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.						
<i>02QL Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz</i>						
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	31.000	31.000	34.423	32.970	32.970	28.878
<i>02QM Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz</i>						
147J Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	5.000	5.000	25.000	3.900	3.900	0
<i>02QR Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	209.000	196.000	222.867	88.747	88.747	9.411
<i>02QS Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança</i>						
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	12.000	12.700	12.700	8.979	8.979	2.123
<b>0717</b> Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<i>02R9 Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde</i>						
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2.850	2.850	5.250	717	717	572
<b>0721</b> Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.						
<i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
0724 Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.						
<i>02S3 Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS</i>						
20YM Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	0	0	400	0	0	0
<i>02S6 Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde</i>						
8215 Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	1.260	1.260	1.260	179	179	0
<i>02S7 Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa</i>						
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde	116.500	115.500	134.100	129.987	129.987	106.781
<i>02S8 Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa</i>						
6152 Cartão Nacional de Saúde	171.000	151.000	147.863	30.939	30.939	8.363
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	142.000	142.000	138.300	133.853	133.853	97.692
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	552.300	552.300	610.633	515.602	515.602	266.870
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<i>02SV Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos</i>						
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	11.600	11.600	12.641	11.112	11.112	10.129
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>119.000</b>	<b>185.000</b>	<b>212.576</b>	<b>180.595</b>	<b>180.595</b>	<b>51.550</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00N4 Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS</i>						
8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	59.000	59.000	69.942	49.495	49.495	10.059
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
2E47 Estruturação de Laboratório Oficial Público e Produção de Medicamentos, Soros, Vacinas e Insumos Estratégicos	0	70.000	70.000	67.094	67.094	11.154
<b>2068 Saneamento Básico</b>	<b>79.400</b>	<b>74.550</b>	<b>165.325</b>	<b>130.877</b>	<b>130.877</b>	<b>19.116</b>
0355 Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.						
<i>011Q Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)</i>						
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais	79.400	74.550	165.325	130.877	130.877	19.116
<b>SDH</b>	<b>50.008</b>	<b>56.421</b>	<b>56.421</b>	<b>33.366</b>	<b>33.366</b>	<b>20.836</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>7.000</b>	<b>7.000</b>	<b>7.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)						
208U Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência	7.000	7.000	7.000	0	0	0
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>19.392</b>	<b>20.442</b>	<b>20.442</b>	<b>10.754</b>	<b>10.754</b>	<b>4.031</b>
0259 Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.						
00TJ Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa						
20JJ Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos	4.450	4.900	4.900	3.055	3.055	185
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
0287 Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação						
8797 Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	14.542	15.142	15.142	7.298	7.298	3.846
028D Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento						
20SU Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	400	400	400	400	400	0
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>23.616</b>	<b>28.979</b>	<b>28.979</b>	<b>22.612</b>	<b>22.612</b>	<b>16.805</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	4.216	8.566	8.566	4.142	4.142	1.148
00S4 Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos						
8800 Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	1.000	2.400	2.400	540	540	0
00S5 Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis						
4906 Disque Direitos Humanos	18.400	18.014	18.014	17.931	17.931	15.657

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Seppir</b>	17.800	38.380	37.550	11.352	11.352	6.949
<b>2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	<b>17.800</b>	<b>38.380</b>	<b>37.550</b>	<b>11.352</b>	<b>11.352</b>	<b>6.949</b>
0772 Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.						
032L <i>Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero</i>						
2D54 Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial	7.300	8.300	7.470	5.461	5.461	4.765
032N <i>Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial</i>						
20TC Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial	500	500	500	0	0	0
0773 Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.						
032Q <i>Criação e integração de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais, prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, mercado de trabalho, habitação, meios de comunicação, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça</i>						
8362 Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial	8.700	28.280	28.280	5.891	5.891	2.184
0777 Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.						
033C <i>Promoção, em articulação com outros órgãos, do reconhecimento, valorização e divulgação das datas de referência histórica, da contribuição das personalidades e organizações que expressam a cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras</i>						
802V Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Áudio-Visual sobre Igualdade Racial	400	400	400	0	0	0
0985 Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.						
0474 <i>Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais</i>						
8589 Fortalecimento Institucional das Organizações Representativas das Comunidades Quilombolas e de outras Comunidades Tradicionais	900	900	900	0	0	0
<b>SPM</b>	<b>49.714</b>	<b>72.452</b>	<b>72.452</b>	<b>55.783</b>	<b>55.783</b>	<b>15.946</b>
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>49.714</b>	<b>72.452</b>	<b>72.452</b>	<b>55.783</b>	<b>55.783</b>	<b>15.946</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0931 Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país. <i>03XL Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais</i>						
8843 Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres	14.500	16.639	16.639	12.813	12.813	1.947
0933 Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais. <i>03Y0 Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo</i>						
8835 Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	78
0934 Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres. <i>03Y8 Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão</i>						
8844 Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	580	580	580	523	523	0
0935 Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais. <i>03YB Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação</i>						
8838 Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	2.700	4.480	4.480	2.847	2.847	1.138
<i>03YE Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
6245 Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres	2.250	2.450	2.450	1.250	1.250	0
0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.						
<i>049S Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	2.100	2.900	2.900	1.209	1.209	0
<i>049U Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	7.184	7.033	7.033	7.033	7.033	5.656
<i>049X Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	19.100	37.070	37.070	28.807	28.807	7.126
<b>Trabalho</b>	<b>390.144</b>	<b>410.270</b>	<b>434.194</b>	<b>360.777</b>	<b>360.777</b>	<b>77.624</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>261.977</b>	<b>278.625</b>	<b>278.625</b>	<b>217.664</b>	<b>217.664</b>	<b>44.511</b>
0967 Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional						
<i>044E Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.</i>						
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	63.419	62.927	62.927	30.927	30.927	0
20B7 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro	100	100	80	0	0	0
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	195.242	212.382	213.045	186.737	186.737	44.511
4789 Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	3.016	3.016	2.413	0	0	0
86AB Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico	100	100	80	0	0	0
86AD Formação de Profissionais	100	100	80	0	0	0
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>128.167</b>	<b>131.645</b>	<b>155.569</b>	<b>143.113</b>	<b>143.113</b>	<b>33.113</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00XC Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	125.167	128.645	152.569	140.985	140.985	31.265
0869 Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.						
<i>03KG Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente</i>						
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	3.000	3.000	3.000	2.128	2.128	1.848
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>107.637.844</b>	<b>115.618.453</b>	<b>124.895.516</b>	<b>108.559.068</b>	<b>108.559.068</b>	<b>88.665.775</b>



## IGUALDADE RACIAL

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>354.212</b>	<b>354.212</b>	<b>474.212</b>	<b>153.100</b>	<b>153.100</b>	<b>130.734</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. <i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. <i>01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	0	0	3.333	0	0	0
8358 Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	4.212	4.212	4.212	0	0	0
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>63.247.382</b>	<b>68.469.694</b>	<b>70.126.922</b>	<b>63.284.766</b>	<b>63.284.766</b>	<b>57.469.015</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada. <i>02P9 Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável</i>						
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	10.000	10.000	10.000	9.246	9.246	5.496
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PM Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas</i>						
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	16.287	16.287	16.657	16.127	16.127	49
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	42.000	51.311	61.311	46.599	46.599	11.830
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	12.000	12.000	12.185	11.998	11.998	3
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7666 Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS	255.000	243.000	325.567	79.254	79.254	28.126
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
8730 Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	230.000	227.450	267.283	171.953	171.953	142.097
8762 Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	500
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	30.500	32.880	32.880	11.957	11.957	3.935
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
6185 Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	17.000	23.000	21.300	8.004	8.004	3.323
6186 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	16.000	16.000	16.000	11.901	11.901	5.227
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
<i>02QB Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	24.000	59.300	69.300	26.795	26.795	0
<i>02QC Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente</i>						
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	48.510	46.510	53.177	46.346	46.346	30.655
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
8725 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	14.500	14.500	13.050	4.852	4.852	2.327
0715 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.						
<i>02QL Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz</i>						
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	31.000	31.000	34.423	32.970	32.970	28.878
<i>02QM Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz</i>						
147J Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	5.000	5.000	25.000	3.900	3.900	0
<i>02QR Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis</i>						
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	209.000	196.000	222.867	88.747	88.747	9.411
<i>02QS Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança</i>						
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	12.000	12.700	12.700	8.979	8.979	2.123
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<i>02R9 Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde</i>						
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2.850	2.850	5.250	717	717	572
<b>0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.</b>						
<i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
0724 Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.						
<i>02S3 Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS</i>						
20YM Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	0	0	400	0	0	0
<i>02S6 Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde</i>						
8215 Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	1.260	1.260	1.260	179	179	0
<i>02S7 Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa</i>						
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde	116.500	115.500	134.100	129.987	129.987	106.781
<i>02S8 Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa</i>						
6152 Cartão Nacional de Saúde	171.000	151.000	147.863	30.939	30.939	8.363
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	142.000	142.000	138.300	133.853	133.853	97.692
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	552.300	552.300	610.633	515.602	515.602	266.870
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<i>02SV Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos</i>						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	11.600	11.600	12.641	11.112	11.112	10.129
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>49.714</b>	<b>72.452</b>	<b>72.452</b>	<b>55.783</b>	<b>55.783</b>	<b>15.946</b>
0931 Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.						
<i>03XL Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais</i>						
8843 Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres	14.500	16.639	16.639	12.813	12.813	1.947
0933 Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.						
<i>03Y0 Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo</i>						
8835 Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	78
0934 Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.						
<i>03Y8 Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão</i>						
8844 Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	580	580	580	523	523	0
0935 Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.						
<i>03YB Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação</i>						
8838 Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	2.700	4.480	4.480	2.847	2.847	1.138

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03YE Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social</i>						
6245 Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres	2.250	2.450	2.450	1.250	1.250	0
<b>0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.</b>						
<i>049S Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	2.100	2.900	2.900	1.209	1.209	0
<i>049U Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	7.184	7.033	7.033	7.033	7.033	5.656
<i>049X Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	19.100	37.070	37.070	28.807	28.807	7.126
<b>2018 Biodiversidade</b>	<b>44.720</b>	<b>43.964</b>	<b>63.756</b>	<b>40.198</b>	<b>40.198</b>	<b>33.236</b>
<b>0506 Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.</b>						
<i>01TJ Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação</i>						
20MV Identificação de Famílias em Unidades de Conservação Federais e Promoção do Direito de Uso das Comunidades Tradicionais Beneficiárias a seus Territórios	250	250	250	248	248	247
<i>01TU Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade</i>						
20MW Fomento e Execução de Pesquisa Direcionada à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação	500	500	500	486	486	472
20N1 Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade	3.820	3.820	4.279	3.038	3.038	677
<i>01TW Gestão territorial e ambiental dos territórios de povos e comunidades tradicionais</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
6040 Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	100	100	100	100	100	0
<i>01U2 Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais</i>						
8920 Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	200	200	200	0	0	0
<i>01UB Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria</i>						
20GF Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural - Plano Brasil sem Miséria (Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011)	36.000	35.244	52.971	31.240	31.240	30.109
20TK Cadastramento, Operacionalização e Monitoramento da Transferência de Renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Plano Brasil sem Miséria	1.800	1.800	3.372	3.084	3.084	1.488
20VP Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE	0	0	33	0	0	0
<i>01UD Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade</i>						
200I Promoção da Conservação e Uso da Agrobiodiversidade e das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	250	250	250	243	243	243
8450 Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade, Valorização e Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais	1.800	1.800	1.800	1.759	1.759	0
<b>2019 Bolsa Família</b>	<b>22.000</b>	<b>22.000</b>	<b>21.177</b>	<b>14.626</b>	<b>14.626</b>	<b>7.957</b>
0376 Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.						
<i>014H Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social</i>						
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	22.000	22.000	21.177	14.626	14.626	7.957
<b>2020 Cidadania e Justiça</b>	<b>83.524</b>	<b>93.654</b>	<b>97.120</b>	<b>96.318</b>	<b>96.318</b>	<b>72.928</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0878 Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.						
<i>03LI Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social</i>						
12OD Aquisição de Imóvel para Instalação das Defensorias Públicas da União - Nacional	500	500	500	0	0	0
2646 Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União	300	300	300	215	215	142
2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	82.724	92.854	96.320	96.103	96.103	72.786
<b>2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	<b>2.850</b>	<b>2.850</b>	<b>2.850</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>144</b>
0751 Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.						
<i>02Y9 Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos</i>						
20LS Suporte à Prestação dos Serviços de Telecomunicações	250	250	250	157	157	144
2C46 Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000	2.596	2.596	2.596	0	0	0
2C48 Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de Acordo com a Lei 9.998/2000	4	4	4	0	0	0
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	<b>12.469</b>	<b>23.429</b>	<b>22.679</b>	<b>10.955</b>	<b>10.955</b>	<b>6.041</b>
0621 Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.						
<i>02EW Apoio e difusão de pesquisas, estudos, mapeamentos e levantamentos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Afro-Latina e fortalecimento do Observatório Afro-Latino e Caribenho como rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de informações sobre cultura negra</i>						
20KV Fomento à Difusão e Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	500	500	500	447	447	321
<i>02EX Certificação de comunidades remanescentes de quilombos; promoção de Assistência Jurídica para as Comunidades Quilombolas Certificadas e implementação de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro</i>						
20KW Proteção e Promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiros	1.000	2.850	2.600	1.239	1.239	1.067
2A96 Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	100	100	100	59	59	25

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02EY Promoção de iniciativas culturais, preservação de expressões, celebrações, lugares e manifestações afro-brasileiras; e realização de ações e intercâmbio com países da África, América Latina e Caribe</i>						
20KU Implantação de Equipamentos Culturais da Cultura Afro-Brasileira	575	1.075	1.325	243	243	24
6531 Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	515	515	415	284	284	284
8053 Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	7.000	15.610	14.960	7.963	7.963	3.633
<b>0785 Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.</b>						
<i>034W Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)</i>						
6527 Difusão, Promoção, Intercâmbio e Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais no Brasil e no exterior	2.779	2.779	2.779	721	721	687
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>26.214.052</b>	<b>26.898.683</b>	<b>31.428.977</b>	<b>28.206.240</b>	<b>28.206.240</b>	<b>20.863.621</b>
<b>0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.</b>						
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
<b>0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.</b>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	400.565	400.565	755.365	418.529	418.529	176.866
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BX Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais</i>						
20RT Certames e Tecnologias Educacionais	36.000	36.000	66.798	46.271	46.271	20.688
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	8.284.821
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	300.000	300.000	265.650	47.847	47.847	2.147



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	510.770	661.727	2.340.436	2.072.099	2.072.099	987.410
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	644.000	670.000	630.000	591.216	591.216	591.216
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	1.641.135	1.641.135	1.748.759	1.747.796	1.747.796	1.105.683
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	3.350.000	3.350.000	3.361.000	3.313.397	3.313.397	3.309.269
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2031 Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>4.822.511</b>	<b>5.040.891</b>	<b>5.905.713</b>	<b>4.454.921</b>	<b>4.454.921</b>	<b>2.566.358</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
029Z <i>Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica</i>						
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil	150.000	150.000	190.477	81.726	81.726	23.996
02A0 <i>Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade</i>						
20RG Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	864.000	986.940	1.291.669	820.969	820.969	95.897
20RL Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.724.772	1.735.212	2.050.482	1.687.177	1.687.177	972.968
02A2 <i>Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão</i>						
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	231.000	315.450	332.575	106.588	106.588	37.900
02A3 <i>Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica</i>						
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica	340.000	340.000	503.420	350.877	350.877	119.669
02A5 <i>Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais</i>						
20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	1.250.297	1.250.847	1.250.847	1.238.588	1.238.588	1.179.794
2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	182.380	182.380	186.991	156.945	156.945	127.202
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
02B3 <i>Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante</i>						
6358 Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	80.061	80.061	99.252	12.050	12.050	8.932
<b>2032 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>7.073.653</b>	<b>8.131.396</b>	<b>10.093.038</b>	<b>7.414.786</b>	<b>7.414.786</b>	<b>4.320.136</b>
0841 Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
03GA <i>Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência</i>						
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	15.000	324.739	359.642	52.817	52.817	0
0A12 Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	35.547	35.547	39.384	23.746	23.746	23.690
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	551.394	551.994	579.848	512.809	512.809	379.915
6328 Universidade Aberta e a Distância	12.983	12.983	13.989	4.832	4.832	2.957
03GC <i>Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre</i>						
148G Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre	16.000	16.000	11.333	0	0	0
03GD <i>Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade</i>						
11G0 Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	25.000	25.000	33.624	25.291	25.291	1.609
125B Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB	27.865	27.865	53.255	31.865	31.865	645
20RK Funcionamento das Universidades Federais	3.547.226	3.635.211	4.526.177	3.670.895	3.670.895	2.442.909
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1.725.063	2.231.759	2.878.246	1.979.840	1.979.840	973.428

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8551 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	40.566	85.466	104.596	61.877	61.877	41.437
<i>03GE Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país</i>						
12Q9 Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH	0	6.333	21.749	14.882	14.882	9.751
14IM Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	35.000	35.000	41.667	35.000	35.000	0
20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais	372.197	443.864	568.805	407.038	407.038	85.490
4005 Apoio à Residência em Saúde	299.801	299.801	303.441	266.024	266.024	265.465
4086 Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	136.054	145.369	231.759	134.053	134.053	69.750
<i>03GF Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino</i>						
6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	14.400	14.400	20.148	3.325	3.325	2.266
<i>0481 Implantação da Universidade Federal do ABC</i>						
12EL Implantação da Universidade Federal do ABC	76.520	76.520	106.067	74.088	74.088	9.297
<i>0482 Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>						
125C Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	44.000	44.000	71.339	46.592	46.592	7.492
<i>0484 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)</i>						
11G1 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	99.037	99.037	114.137	69.811	69.811	4.033
<i>04A1 Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)</i>						
7S22 Implantação de Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	500	500	0	0	0
<i>04B3 Implantação da Universidade Federal de Blumenau</i>						
7S21 Implantação da Universidade Federal de Blumenau	0	20.008	0	0	0	0
<i>04DY Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA</i>						
14TK Ampliação e Reestruturação do ITA	0	0	13.333	0	0	0
<b>2033 Energia Elétrica</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>1.517</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>0</b>

0045 Universalizar o acesso à energia elétrica.

*0036 Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica*

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional	1.500	1.500	1.517	500	500	0
<b>2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	<b>76.675</b>	<b>97.255</b>	<b>104.758</b>	<b>59.341</b>	<b>59.341</b>	<b>13.365</b>
0772 Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.						
032L <i>Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero</i>						
2D54 Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial	7.300	8.300	7.470	5.461	5.461	4.765
032N <i>Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial</i>						
20TC Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial	500	500	500	0	0	0
0773 Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.						
032Q <i>Criação e integração de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais, prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, mercado de trabalho, habitação, meios de comunicação, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça</i>						
8362 Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial	8.700	28.280	28.280	5.891	5.891	2.184
0777 Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.						
033C <i>Promoção, em articulação com outros órgãos, do reconhecimento, valorização e divulgação das datas de referência histórica, da contribuição das personalidades e organizações que expressam a cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras</i>						
802V Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Áudio-Visual sobre Igualdade Racial	400	400	400	0	0	0
0984 Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.						
046Y <i>Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades</i>						
8936 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais	2.875	2.875	2.875	345	345	218

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0985 Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.						
<i>0474 Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais</i>						
8589 Fortalecimento Institucional das Organizações Representativas das Comunidades Quilombolas e de outras Comunidades Tradicionais	900	900	900	0	0	0
0987 Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.						
<i>047A Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação</i>						
0859 Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas	50.000	50.000	50.000	43.177	43.177	4.094
20T1 Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	6.000	6.000	6.000	4.467	4.467	2.104
210Z Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	0	0	8.333	0	0	0
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>196.845</b>	<b>231.553</b>	<b>229.286</b>	<b>43.724</b>	<b>43.724</b>	<b>12.526</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
208U Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência	7.000	7.000	7.000	0	0	0
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.722.826</b>	<b>2.240.839</b>	<b>2.210.829</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.490.594</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>282.977</b>	<b>299.478</b>	<b>300.145</b>	<b>233.353</b>	<b>233.353</b>	<b>50.120</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.						
<i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
0960 Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.						
<i>043Q Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	1.000	1.000	1.000	405	405	0
0967 Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional						
<i>044E Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.</i>						
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	63.419	62.927	62.927	30.927	30.927	0
20B7 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro	100	100	80	0	0	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	195.242	212.382	213.045	186.737	186.737	44.511
4789 Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	3.016	3.016	2.413	0	0	0
86AB Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico	100	100	80	0	0	0
86AD Formação de Profissionais	100	100	80	0	0	0
0989 Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.						
<i>047C Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas</i>						
20TN Inclusão Produtiva da Juventude	8.000	8.000	8.000	3.905	3.905	500
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>119.000</b>	<b>185.000</b>	<b>212.576</b>	<b>180.595</b>	<b>180.595</b>	<b>51.550</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00N4 Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS</i>						
8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	59.000	59.000	69.942	49.495	49.495	10.059
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
2E47 Estruturação de Laboratório Oficial Público e Produção de Medicamentos, Soros, Vacinas e Insumos Estratégicos	0	70.000	70.000	67.094	67.094	11.154
<b>2057 Política Externa</b>	<b>59.991</b>	<b>59.349</b>	<b>70.916</b>	<b>55.151</b>	<b>55.151</b>	<b>52.772</b>
0900 Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.						
<i>03PD Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros</i>						
6091 Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais Países Africanos e Asiático de Língua Portuguesa	11.921	11.814	13.885	12.581	12.581	12.581

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
6094 Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa	29.702	29.356	44.041	38.769	38.769	38.240
<i>03PE Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos</i>						
2532 Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos	1.600	1.600	1.600	1.269	1.269	1.099
<i>03PU Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais</i>						
10UO Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique	4.980	4.980	4.980	0	0	0
<i>03Q5 Promoção de eventos internacionais de Política Externa</i>						
8495 Eventos Internacionais Oficiais	9.000	8.811	3.621	586	586	586
0909 Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.						
<i>03TN Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e infraestrutura</i>						
2541 Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação - SICTEX	1.050	1.050	1.050	219	219	213
0913 Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.						
<i>03UL Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras</i>						
00CC Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática	1.738	1.738	1.738	1.727	1.727	52
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>19.392</b>	<b>20.442</b>	<b>20.442</b>	<b>10.754</b>	<b>10.754</b>	<b>4.031</b>
0259 Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.						
<i>00TJ Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa</i>						
20JJ Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos	4.450	4.900	4.900	3.055	3.055	185

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
0287 <i>Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação</i>						
8797 Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	14.542	15.142	15.142	7.298	7.298	3.846
028D <i>Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento</i>						
20SU Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	400	400	400	400	400	0
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>32.616</b>	<b>37.790</b>	<b>37.790</b>	<b>31.423</b>	<b>31.423</b>	<b>22.742</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
00S3 <i>Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	13.216	17.377	17.377	12.953	12.953	7.085
00S4 <i>Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos</i>						
8800 Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	1.000	2.400	2.400	540	540	0
00S5 <i>Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis</i>						
4906 Disque Direitos Humanos	18.400	18.014	18.014	17.931	17.931	15.657
<b>2068 Saneamento Básico</b>	<b>79.400</b>	<b>74.550</b>	<b>165.325</b>	<b>130.877</b>	<b>130.877</b>	<b>19.116</b>
0355 Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.						
011Q <i>Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)</i>						
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais	79.400	74.550	165.325	130.877	130.877	19.116
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>2.238.914</b>	<b>2.314.550</b>	<b>2.445.865</b>	<b>1.850.524</b>	<b>1.850.524</b>	<b>1.152.470</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0380 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.						
<i>015D Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos</i>						
2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	1.085.777	1.086.377	988.911	923.632	923.632	621.750
2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar	73.476	73.476	66.129	8.934	8.934	3.451
<i>015E Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais</i>						
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	69.000	69.000	69.000	58.557	58.557	15.953
0613 Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.						
<i>02DY Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis</i>						
20TB Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial	70.900	70.900	75.017	0	0	0
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
<i>02E5 Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida</i>						
11V1 Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural	383.000	385.600	485.856	360.924	360.924	149.719

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02E6 Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido</i>						
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	33.600	33.197	58.357	33.121	33.121	17.523
<b>0615</b> Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.						
<i>02E7 Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal</i>						
8457 Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	6.000	6.000	6.000	2.299	2.299	1.076
<i>02E8 Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários</i>						
20GD Fomento às Atividades Produtivas Rurais	77.160	150.000	141.669	23.159	23.159	18.684
<i>02EC Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais</i>						
8948 Acesso à Água para a Produção de Alimentos	440.000	440.000	554.927	439.898	439.898	324.313
<b>2070 Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>752.454</b>	<b>771.276</b>	<b>631.602</b>	<b>328.651</b>	<b>328.651</b>	<b>277.261</b>
<b>0828</b> Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.						
<i>03DQ Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas</i>						
2320 Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	72.933	62.430	64.264	31.373	31.373	16.073
8858 Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública	36.691	39.846	50.460	32.879	32.879	25.444



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0830 Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
<i>03DY Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União</i>						
2712 Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal	54.000	54.000	62.000	41.139	41.139	26.795
0834 Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.						
<i>03EI Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades</i>						
00CA Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários e Carcerários, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros	310.000	304.190	153.672	148.822	148.822	140.402
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	0	0	5.763	0	0	0
8853 Apoio à Implementação de Políticas Sociais	100.000	110.090	94.723	7.318	7.318	5.448
8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	178.830	200.720	200.720	67.120	67.120	63.100
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>128.167</b>	<b>131.645</b>	<b>155.569</b>	<b>143.113</b>	<b>143.113</b>	<b>33.113</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00XC Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	125.167	128.645	152.569	140.985	140.985	31.265
0869 Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03KG Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente</i>						
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	3.000	3.000	3.000	2.128	2.128	1.848
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>107.637.844</b>	<b>115.618.453</b>	<b>124.895.516</b>	<b>108.559.068</b>	<b>108.559.068</b>	<b>88.665.775</b>

## POVOS INDÍGENAS

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Comunicações</b>	2.850	2.850	2.850	157	157	144
<b>2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	2.850	2.850	2.850	157	157	144
0751 Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.						
02Y9 <i>Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos</i>						
20LS Suporte à Prestação dos Serviços de Telecomunicações	250	250	250	157	157	144
2C46 Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000	2.596	2.596	2.596	0	0	0
2C48 Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de Acordo com a Lei 9.998/2000	4	4	4	0	0	0
<b>Cultura</b>	500	500	500	0	0	0
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	500	500	500	0	0	0
0949 Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.						
042A <i>Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas</i>						
2C69 Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas	500	500	500	0	0	0
<b>Des. Agrário</b>	242.300	399.506	358.881	338.315	338.315	3.232
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	240.800	398.006	357.381	338.195	338.195	3.157
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
2178 Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	3.000	3.000	3.000	150	150	0
4260 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	237.800	395.006	354.381	338.045	338.045	3.157
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>76</b>
0945 Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.						
<i>040R Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública</i>						
20T3 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas	1.500	1.500	1.500	120	120	76
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>1.725.555</b>	<b>1.758.904</b>	<b>1.761.516</b>	<b>1.479.999</b>	<b>1.479.999</b>	<b>980.294</b>
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>1.725.555</b>	<b>1.758.904</b>	<b>1.761.516</b>	<b>1.479.999</b>	<b>1.479.999</b>	<b>980.294</b>
0380 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.						
<i>015D Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos</i>						
2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	1.085.777	1.086.377	988.911	923.632	923.632	621.750
2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar	73.476	73.476	66.129	8.934	8.934	3.451

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>015E Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais</i>						
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	69.000	69.000	69.000	58.557	58.557	15.953
<b>0615 Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.</b>						
<i>02E7 Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal</i>						
8457 Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	6.000	6.000	6.000	2.299	2.299	1.076
<i>02EC Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais</i>						
8948 Acesso à Água para a Produção de Alimentos	440.000	440.000	554.927	439.898	439.898	324.313
<i>02EF Incentivo às ações de segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de famílias socialmente vulneráveis e de suas organizações coletivas, por meio de iniciativas de estruturação produtiva, mobilização, capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e fornecimento de instalações e equipamentos necessários à estruturação da produção, apoio à comercialização e o provimento de mudas e sementes, estimulando a segurança alimentar e nutricional, os sistemas agroecológicos, o conhecimento tradicional e a recuperação da cobertura florestal quando associada à iniciativa</i>						
4963 Apoio a Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva	51.301	84.050	76.550	46.678	46.678	13.750
<b>Educação</b>	<b>193.090</b>	<b>193.390</b>	<b>331.037</b>	<b>235.386</b>	<b>235.386</b>	<b>57.677</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>193.090</b>	<b>193.390</b>	<b>331.037</b>	<b>235.386</b>	<b>235.386</b>	<b>57.677</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
02C0 <i>Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
02C1 <i>Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>Justiça</b>	<b>96.492</b>	<b>102.162</b>	<b>97.549</b>	<b>66.570</b>	<b>66.570</b>	<b>40.163</b>
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>96.492</b>	<b>102.162</b>	<b>97.549</b>	<b>66.570</b>	<b>66.570</b>	<b>40.163</b>
0943 Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.						
0406 <i>Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental</i>						
20IB Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas	8.745	8.745	10.445	10.072	10.072	8.012
20UF Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	0	0	1.171	0	0	0
0408 <i>Localizar e proteger povos indígenas isolados</i>						
6914 Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados	3.200	3.200	2.900	2.858	2.858	2.243



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
040A <i>Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas</i>						
4390 Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas	20.271	20.969	15.879	11.897	11.897	5.975
0945 Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.						
0413 <i>Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas</i>						
6698 Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas	5.986	5.986	5.486	2.624	2.624	1.770
0415 <i>Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas</i>						
2711 Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	13.076	13.676	10.876	8.670	8.670	3.052
0948 Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições.						
0428 <i>Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos</i>						
2384 Proteção Social dos Povos Indígenas	22.716	27.087	26.605	14.989	14.989	8.784
0949 Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.						
042A <i>Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas</i>						
8635 Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	2.442	2.442	2.979	1.902	1.902	1.149
042B <i>Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas</i>						
2724 Pesquisa sobre Populações Indígenas	2.157	2.157	2.157	2.102	2.102	2.001
042C <i>Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2814 Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas	3.000	3.000	3.000	2.923	2.923	2.016
0951 Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.						
<i>042F Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos</i>						
20R7 Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato	900	900	900	848	848	561
0952 Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.						
<i>042G Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas</i>						
2713 Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas	7.000	7.000	6.300	4.988	4.988	4.337
0953 Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.						
<i>042I Construção do edifício sede da FUNAI</i>						
13D6 Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio	3.000	3.000	5.252	0	0	0
<i>042J Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas</i>						
13D7 Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais	1.000	1.000	900	0	0	0
<i>042K Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI</i>						
148B Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI	3.000	3.000	2.700	2.695	2.695	262
<b>Meio Ambiente</b>	<b>37.465</b>	<b>37.062</b>	<b>62.222</b>	<b>33.348</b>	<b>33.348</b>	<b>17.633</b>
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>3.865</b>	<b>3.865</b>	<b>3.865</b>	<b>226</b>	<b>226</b>	<b>110</b>
0945 Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0413 Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas						
6063 Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)	3.639	3.639	3.639	0	0	0
8671 Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	226	226	226	226	226	110
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>33.600</b>	<b>33.197</b>	<b>58.357</b>	<b>33.121</b>	<b>33.121</b>	<b>17.523</b>
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
02E6 Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido						
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	33.600	33.197	58.357	33.121	33.121	17.523
<b>Op. Oficiais de Crédito</b>	<b>350.000</b>	<b>350.000</b>	<b>466.667</b>	<b>153.100</b>	<b>153.100</b>	<b>130.734</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>350.000</b>	<b>350.000</b>	<b>466.667</b>	<b>153.100</b>	<b>153.100</b>	<b>130.734</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.						
01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar						
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
<b>Saúde</b>	<b>750.650</b>	<b>740.550</b>	<b>900.336</b>	<b>827.745</b>	<b>827.745</b>	<b>642.618</b>
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>690.650</b>	<b>684.550</b>	<b>827.703</b>	<b>763.739</b>	<b>763.739</b>	<b>612.280</b>
0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.						
0443 Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	26.250	26.650	26.650	26.474	26.474	2.318
<i>0444 Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais</i>						
20YP Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena	0	0	18.667	0	0	0
6140 Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	6.400	6.400	6.400	6.374	6.374	5.350
8743 Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	593.000	593.000	708.000	704.249	704.249	604.527
<i>0445 Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas</i>						
7684 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	65.000	58.500	67.986	26.642	26.642	85
<b>SDH</b>	<b>8.431</b>	<b>17.131</b>	<b>17.131</b>	<b>8.283</b>	<b>8.283</b>	<b>2.296</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>8.431</b>	<b>17.131</b>	<b>17.131</b>	<b>8.283</b>	<b>8.283</b>	<b>2.296</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	8.431	17.131	17.131	8.283	8.283	2.296
<b>SPM</b>	<b>38.325</b>	<b>65.964</b>	<b>65.964</b>	<b>51.349</b>	<b>51.349</b>	<b>16.862</b>
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>38.325</b>	<b>65.964</b>	<b>65.964</b>	<b>51.349</b>	<b>51.349</b>	<b>16.862</b>
0934 Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.						
<i>03Y8 Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão</i>						
8844 Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	580	580	580	523	523	0
0936 Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.						
<i>03YF Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.500	4.500	4.500	4.494	4.494	1.723

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>03YI Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres</i>						
8834 Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	4.861	13.881	13.881	9.282	9.282	2.357
<b>0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.</b>						
<i>049S Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	2.100	2.900	2.900	1.209	1.209	0
<i>049U Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	7.184	7.033	7.033	7.033	7.033	5.656
<i>049X Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	19.100	37.070	37.070	28.807	28.807	7.126
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.445.658</b>	<b>3.668.018</b>	<b>4.064.654</b>	<b>3.194.253</b>	<b>3.194.253</b>	<b>1.891.652</b>

## POVOS INDÍGENAS

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>590.800</b>	<b>748.006</b>	<b>824.048</b>	<b>491.295</b>	<b>491.295</b>	<b>133.890</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. <i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. <i>01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
2178 Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	3.000	3.000	3.000	150	150	0
4260 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	237.800	395.006	354.381	338.045	338.045	3.157
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>38.325</b>	<b>65.964</b>	<b>65.964</b>	<b>51.349</b>	<b>51.349</b>	<b>16.862</b>
0934 Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres. <i>03Y8 Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão</i>						
8844 Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	580	580	580	523	523	0
0936 Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
03YF <i>Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.500	4.500	4.500	4.494	4.494	1.723
03YI <i>Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres</i>						
8834 Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	4.861	13.881	13.881	9.282	9.282	2.357
0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.						
049S <i>Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	2.100	2.900	2.900	1.209	1.209	0
049U <i>Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	7.184	7.033	7.033	7.033	7.033	5.656
049X <i>Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	19.100	37.070	37.070	28.807	28.807	7.126
<b>2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</b>	<b>2.850</b>	<b>2.850</b>	<b>2.850</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>144</b>
0751 Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.						
02Y9 <i>Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos</i>						
20LS Suporte à Prestação dos Serviços de Telecomunicações	250	250	250	157	157	144
2C46 Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000	2.596	2.596	2.596	0	0	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2C48 Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de Acordo com a Lei 9.998/2000	4	4	4	0	0	0
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>193.090</b>	<b>193.390</b>	<b>331.037</b>	<b>235.386</b>	<b>235.386</b>	<b>57.677</b>
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>8.431</b>	<b>17.131</b>	<b>17.131</b>	<b>8.283</b>	<b>8.283</b>	<b>2.296</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	8.431	17.131	17.131	8.283	8.283	2.296
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>793.007</b>	<b>792.577</b>	<b>931.117</b>	<b>830.656</b>	<b>830.656</b>	<b>652.629</b>
0943 Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.						
0406 <i>Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental</i>						
20IB Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas	8.745	8.745	10.445	10.072	10.072	8.012
20UF Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	0	0	1.171	0	0	0
0408 <i>Localizar e proteger povos indígenas isolados</i>						
6914 Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados	3.200	3.200	2.900	2.858	2.858	2.243
040A <i>Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas</i>						
4390 Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas	20.271	20.969	15.879	11.897	11.897	5.975
0945 Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.						
040R <i>Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública</i>						
20T3 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas	1.500	1.500	1.500	120	120	76
0413 <i>Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas</i>						
6063 Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)	3.639	3.639	3.639	0	0	0
6698 Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas	5.986	5.986	5.486	2.624	2.624	1.770
8671 Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	226	226	226	226	226	110

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>0415 Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas</i>						
2711 Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	13.076	13.676	10.876	8.670	8.670	3.052
0948 Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.						
<i>0428 Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos</i>						
2384 Proteção Social dos Povos Indígenas	22.716	27.087	26.605	14.989	14.989	8.784
0949 Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.						
<i>042A Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas</i>						
2C69 Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas	500	500	500	0	0	0
8635 Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	2.442	2.442	2.979	1.902	1.902	1.149
<i>042B Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas</i>						
2724 Pesquisa sobre Populações Indígenas	2.157	2.157	2.157	2.102	2.102	2.001
<i>042C Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas</i>						
2814 Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas	3.000	3.000	3.000	2.923	2.923	2.016
0951 Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.						
<i>042F Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos</i>						
20R7 Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato	900	900	900	848	848	561

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0952 Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.						
<i>042G Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas</i>						
2713 Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas	7.000	7.000	6.300	4.988	4.988	4.337
0953 Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.						
<i>042I Construção do edifício sede da FUNAI</i>						
13D6 Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio	3.000	3.000	5.252	0	0	0
<i>042J Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas</i>						
13D7 Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais	1.000	1.000	900	0	0	0
<i>042K Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI</i>						
148B Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI	3.000	3.000	2.700	2.695	2.695	262
0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.						
<i>0443 Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)</i>						
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	26.250	26.650	26.650	26.474	26.474	2.318
<i>0444 Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersectorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais</i>						
20YP Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena	0	0	18.667	0	0	0
6140 Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	6.400	6.400	6.400	6.374	6.374	5.350
8743 Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	593.000	593.000	708.000	704.249	704.249	604.527

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>0445 Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas</i>						
7684 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	65.000	58.500	67.986	26.642	26.642	85
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>1.759.155</b>	<b>1.792.100</b>	<b>1.819.873</b>	<b>1.513.120</b>	<b>1.513.120</b>	<b>997.817</b>
0380 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.						
<i>015D Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos</i>						
2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	1.085.777	1.086.377	988.911	923.632	923.632	621.750
2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar	73.476	73.476	66.129	8.934	8.934	3.451
<i>015E Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais</i>						
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	69.000	69.000	69.000	58.557	58.557	15.953
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
<i>02E6 Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido</i>						
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	33.600	33.197	58.357	33.121	33.121	17.523
0615 Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02E7 Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal</i>						
8457 Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	6.000	6.000	6.000	2.299	2.299	1.076
<i>02EC Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais</i>						
8948 Acesso à Água para a Produção de Alimentos	440.000	440.000	554.927	439.898	439.898	324.313
<i>02EF Incentivo às ações de segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de famílias socialmente vulneráveis e de suas organizações coletivas, por meio de iniciativas de estruturação produtiva, mobilização, capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e fornecimento de instalações e equipamentos necessários à estruturação da produção, apoio à comercialização e o provimento de mudas e sementes, estimulando a segurança alimentar e nutricional, os sistemas agroecológicos, o conhecimento tradicional e a recuperação da cobertura florestal quando associada à iniciativa</i>						
4963 Apoio a Estruturação da Produção e Inclusão Produtiva	51.301	84.050	76.550	46.678	46.678	13.750
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.445.658</b>	<b>3.668.018</b>	<b>4.064.654</b>	<b>3.194.253</b>	<b>3.194.253</b>	<b>1.891.652</b>

## POLÍTICAS PARA AS MULHERES

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Agricultura</b>	8.364	1.413.140	1.423.140	605.575	605.575	5.301
<b>2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	<b>8.364</b>	<b>1.413.140</b>	<b>1.423.140</b>	<b>605.575</b>	<b>605.575</b>	<b>5.301</b>
0747 Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.						
<i>02XH Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário</i>						
8611 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	3.185	1.406.301	1.416.301	600.511	600.511	4.004
<i>02XT Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas</i>						
8622 Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	5.179	6.839	6.839	5.064	5.064	1.297
<b>Cidades</b>	<b>11.000.000</b>	<b>11.000.000</b>	<b>14.736.000</b>	<b>11.236.000</b>	<b>11.236.000</b>	<b>2.474.118</b>
<b>2049 Moradia Digna</b>	<b>11.000.000</b>	<b>11.000.000</b>	<b>14.736.000</b>	<b>11.236.000</b>	<b>11.236.000</b>	<b>2.474.118</b>
0383 Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.						
<i>015S Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado</i>						
00AF Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	8.320.337	8.320.337	10.556.337	7.556.337	7.556.337	2.250.000
00CW Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	2.066.715	2.066.715	1.700.000	1.700.000	1.700.000	0
00CX Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)	170.279	170.279	1.270.279	770.279	770.279	164.640
00CY Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	375.893	375.893	375.893	375.893	375.893	0
0E64 Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)	66.776	66.776	833.491	833.491	833.491	59.479

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Cultura</b>	500	500	500	500	500	423
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>423</b>
0933 Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.						
03XZ <i>Fomento à produção cultural afirmativa que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros</i>						
2000 Políticas Culturais de Incentivo à Igualdade de Gênero	500	500	500	500	500	423
<b>Des. Agrário</b>	<b>650.725</b>	<b>1.232.238</b>	<b>1.263.494</b>	<b>889.154</b>	<b>889.154</b>	<b>96.792</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>493.912</b>	<b>684.048</b>	<b>671.987</b>	<b>588.955</b>	<b>588.955</b>	<b>66.078</b>
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.						
01CB <i>Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	0	0	3.333	0	0	0
2178 Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	3.000	3.000	3.000	150	150	0
4260 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	237.800	395.006	354.381	338.045	338.045	3.157
4448 Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	14.000	15.318	15.318	11.839	11.839	6.157
4470 Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	216.900	248.763	268.763	227.060	227.060	56.722
8358 Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	4.212	4.212	4.212	0	0	0
0413 Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>01CX Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20)</i>						
210V Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	0	0	4.231	0	0	0
<b>0759 Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.</b>						
<i>030A Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres, com qualificação dos agentes para adoção de procedimentos metodológicos adequados e para implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais</i>						
8332 Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	12.000	11.748	11.748	6.045	6.045	0
<i>030H Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária; e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres</i>						
210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	0	0	1.000	0	0	0
8400 Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais	6.000	6.000	6.000	5.817	5.817	41
<b>2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	<b>156.813</b>	<b>548.190</b>	<b>591.507</b>	<b>300.199</b>	<b>300.199</b>	<b>30.714</b>
<b>0979 Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.</b>						
<i>0469 Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza</i>						
20S6 Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste	19.000	20.500	20.500	16.850	16.850	16.850
210X Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	0	0	29.717	0	0	0
8394 Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais	25.000	24.475	22.475	16.201	16.201	3.319

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0980 Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural. <i>046A Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada</i>						
8991 Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	88.713	470.532	486.132	245.357	245.357	3.153
0981 Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas. <i>046E Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania</i>						
8402 Documentação da Trabalhadora Rural	21.100	29.683	29.683	18.790	18.790	7.393
<i>046F Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas</i>						
20T0 Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	0
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>3.158.499</b>	<b>3.678.011</b>	<b>3.757.173</b>	<b>3.013.688</b>	<b>3.013.688</b>	<b>2.326.736</b>
<b>2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	<b>245.232</b>	<b>245.232</b>	<b>220.709</b>	<b>83.105</b>	<b>83.105</b>	<b>75.708</b>
0983 Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. <i>046T Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo</i>						
20GG Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores	245.232	245.232	220.709	83.105	83.105	75.708
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>238.497</b>	<b>209.679</b>	<b>209.679</b>	<b>131.036</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil	0	0	238.497	209.679	209.679	131.036
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.722.826</b>	<b>2.240.839</b>	<b>2.210.829</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.490.594</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>1.169.254</b>	<b>1.170.754</b>	<b>1.065.951</b>	<b>940.504</b>	<b>940.504</b>	<b>629.399</b>
0378 Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>014U Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura</i>						
8458 Apoio à Agricultura Urbana	10.000	10.900	10.912	7.938	7.938	4.197
<b>0380 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.</b>						
<i>015D Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos</i>						
2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	1.085.777	1.086.377	988.911	923.632	923.632	621.750
2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar	73.476	73.476	66.129	8.934	8.934	3.451
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>0</b>
<b>0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.</b>						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<b>Educação</b>	<b>40.713.891</b>	<b>42.704.895</b>	<b>49.883.739</b>	<b>42.491.685</b>	<b>42.491.685</b>	<b>29.855.169</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>25.813.488</b>	<b>26.498.119</b>	<b>30.673.611</b>	<b>27.787.711</b>	<b>27.787.711</b>	<b>20.686.755</b>
<b>0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.</b>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
<b>0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.</b>						
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
<b>0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.</b>						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BX Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais</i>						
20RT Certames e Tecnologias Educacionais	36.000	36.000	66.798	46.271	46.271	20.688
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	8.284.821
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	300.000	300.000	265.650	47.847	47.847	2.147
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	510.770	661.727	2.340.436	2.072.099	2.072.099	987.410
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	644.000	670.000	630.000	591.216	591.216	591.216
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	1.641.135	1.641.135	1.748.759	1.747.796	1.747.796	1.105.683
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	3.350.000	3.350.000	3.361.000	3.313.397	3.313.397	3.309.269

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.</b>						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2031 Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>4.822.511</b>	<b>5.040.891</b>	<b>5.905.713</b>	<b>4.454.921</b>	<b>4.454.921</b>	<b>2.566.358</b>
<b>0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.</b>						
<i>029Z Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica</i>						
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil	150.000	150.000	190.477	81.726	81.726	23.996
<i>02A0 Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade</i>						
20RG Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	864.000	986.940	1.291.669	820.969	820.969	95.897
20RL Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.724.772	1.735.212	2.050.482	1.687.177	1.687.177	972.968
<i>02A2 Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão</i>						
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	231.000	315.450	332.575	106.588	106.588	37.900

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02A3 <i>Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica</i>						
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica	340.000	340.000	503.420	350.877	350.877	119.669
02A5 <i>Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais</i>						
20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	1.250.297	1.250.847	1.250.847	1.238.588	1.238.588	1.179.794
2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	182.380	182.380	186.991	156.945	156.945	127.202
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						
02B3 <i>Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante</i>						
6358 Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	80.061	80.061	99.252	12.050	12.050	8.932
<b>2032 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>10.077.892</b>	<b>11.165.886</b>	<b>13.304.415</b>	<b>10.249.053</b>	<b>10.249.053</b>	<b>6.602.057</b>
0593 Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.						
02BF <i>Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior</i>						
6503 Censo da Educação Superior	3.112	3.112	3.605	789	789	570
02BH <i>Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior</i>						
20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	107.202	107.202	128.696	97.302	97.302	68.641
0803 Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>0390 Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero</i>						
0487 Concessão de Bolsas de Estudos no País	1.648.844	1.648.844	1.655.518	1.527.372	1.527.372	1.266.282
0935 Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior	609.837	609.837	639.820	639.773	639.773	548.613
20GK Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	260.941	291.191	378.055	207.949	207.949	159.797
<i>0391 Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados</i>						
2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica	166.612	166.612	162.612	174.641	174.641	152.744
4019 Fomento à Pós-Graduação	207.691	207.691	243.072	186.442	186.442	85.272
0841 Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
<i>03GA Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência</i>						
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	15.000	324.739	359.642	52.817	52.817	0
0A12 Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	35.547	35.547	39.384	23.746	23.746	23.690
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	551.394	551.994	579.848	512.809	512.809	379.915
6328 Universidade Aberta e a Distância	12.983	12.983	13.989	4.832	4.832	2.957
<i>03GC Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre</i>						
148G Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre	16.000	16.000	11.333	0	0	0
<i>03GD Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade</i>						
11G0 Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	25.000	25.000	33.624	25.291	25.291	1.609



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
125B Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB	27.865	27.865	53.255	31.865	31.865	645
20RK Funcionamento das Universidades Federais	3.547.226	3.635.211	4.526.177	3.670.895	3.670.895	2.442.909
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1.725.063	2.231.759	2.878.246	1.979.840	1.979.840	973.428
8551 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	40.566	85.466	104.596	61.877	61.877	41.437
<i>03GE Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país</i>						
12Q9 Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH	0	6.333	21.749	14.882	14.882	9.751
14IM Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	35.000	35.000	41.667	35.000	35.000	0
20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais	372.197	443.864	568.805	407.038	407.038	85.490
4005 Apoio à Residência em Saúde	299.801	299.801	303.441	266.024	266.024	265.465
4086 Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	136.054	145.369	231.759	134.053	134.053	69.750
<i>03GF Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino</i>						
6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	14.400	14.400	20.148	3.325	3.325	2.266
<i>0481 Implantação da Universidade Federal do ABC</i>						
12EL Implantação da Universidade Federal do ABC	76.520	76.520	106.067	74.088	74.088	9.297
<i>0482 Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>						
125C Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	44.000	44.000	71.339	46.592	46.592	7.492
<i>0484 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)</i>						
11G1 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	99.037	99.037	114.137	69.811	69.811	4.033
<i>04A1 Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)</i>						
7S22 Implantação de Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	500	500	0	0	0
<i>04B3 Implantação da Universidade Federal de Blumenau</i>						
7S21 Implantação da Universidade Federal de Blumenau	0	20.008	0	0	0	0
<i>04DY Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA</i>						
14TK Ampliação e Reestruturação do ITA	0	0	13.333	0	0	0

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Esportes</b>	<b>20.277</b>	<b>19.895</b>	<b>84.495</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>20.277</b>	<b>19.895</b>	<b>84.495</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
0212 <i>Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
0676 Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.						
0215 <i>Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor</i>						
20JO Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino	20.277	19.895	17.995	1.290	1.290	1.290
<b>Integração Nacional</b>	<b>700</b>	<b>700</b>	<b>680</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2052 Pesca e Aquicultura</b>	<b>700</b>	<b>700</b>	<b>680</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0576 Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.						
028K <i>Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca</i>						
4518 Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste	600	600	600	0	0	0
8687 Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semiárido	100	100	80	0	0	0
<b>Justiça</b>	<b>1.757.921</b>	<b>2.136.360</b>	<b>2.558.497</b>	<b>1.411.997</b>	<b>1.411.997</b>	<b>671.438</b>
<b>2020 Cidadania e Justiça</b>	<b>87.024</b>	<b>103.074</b>	<b>106.893</b>	<b>102.616</b>	<b>102.616</b>	<b>73.778</b>
0875 Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.						
03KW <i>Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos</i>						
8974 Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça	3.500	9.420	9.773	6.298	6.298	850

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0878 Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abrangendo a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.						
<i>03LI Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social</i>						
12OD Aquisição de Imóvel para Instalação das Defensorias Públicas da União - Nacional	500	500	500	0	0	0
2646 Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União	300	300	300	215	215	142
2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	82.724	92.854	96.320	96.103	96.103	72.786
<b>2070 Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>1.670.897</b>	<b>2.033.286</b>	<b>2.451.604</b>	<b>1.309.381</b>	<b>1.309.381</b>	<b>597.660</b>
0825 Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.						
<i>03DN Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições</i>						
2586 Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros	133.000	133.000	143.000	131.478	131.478	107.194
2679 Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	20.000	25.300	25.800	13.933	13.933	5.974
2726 Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	130.000	156.860	205.056	145.774	145.774	82.745
2B00 Força Nacional de Segurança Pública	92.410	91.459	100.852	53.008	53.008	44.612
4679 Serviço de Proteção ao Depoente Especial	600	600	600	287	287	287
<i>03DO Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões</i>						
20IC Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	300.000	337.887	358.374	263.169	263.169	159.306
<i>03DP Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006</i>						
8204 Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	1.000	1.900	1.900	882	882	715

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0830 Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
<i>03DV Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP</i>						
20ID Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	110.657	310.703	332.382	83.254	83.254	51.997
<i>03DW Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial</i>						
2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	14.500	24.000	18.000	11.071	11.071	10.925
<i>03DX Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal</i>						
5E07 Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal	30.000	26.870	0	0	0	0
<i>03DY Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União</i>						
2712 Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal	54.000	54.000	62.000	41.139	41.139	26.795
<i>03DZ Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)</i>						
128K Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - SISVANT	50.000	50.000	42.000	789	789	596
<i>03EI Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas</i>						
10JJ Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro	15.000	15.000	0	0	0	0
125I Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses	15.000	15.000	22.500	18.000	18.000	0
14IB Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba	700	700	700	0	0	0
5022 Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre	11.000	11.000	13.000	13.000	13.000	741
7E37 Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima	11.000	11.000	12.000	8.876	8.876	0
7178 Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal	4.000	4.000	4.000	0	0	0
7L82 Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá	11.500	19.130	20.304	18.104	18.104	0
8600 Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia	14.500	14.500	14.500	3.019	3.019	2.017

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8979 Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	12.000	12.000	12.000	3.261	3.261	1.082
8980 Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal	25.700	28.000	22.860	1.845	1.845	162
0831 Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.						
<i>03E2 Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação</i>						
8916 Modernização e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais das Unidades da Federação	5.000	5.000	17.030	9.416	9.416	850
<i>03E3 Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação</i>						
2526 Apoio a Projetos de Capacitação e Valorização do Servidor Penitenciário das Unidades da Federação	5.000	5.000	3.700	3.611	3.611	421
<i>03E4 Consolidação do Sistema Penitenciário Federal</i>						
10D3 Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal	5.000	5.000	1.050	0	0	0
10M1 Construção da Quinta Penitenciária Federal	30.050	30.050	9.000	21	21	0
116S Adequação Física de Penitenciárias Federais	1.000	1.000	1.890	420	420	420
20RA Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Federal	5.000	5.300	21.000	1.532	1.532	592
20WS Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	0	0	4.833	0	0	0
2316 Serviço Penitenciário Federal	31.000	31.000	31.000	21.774	21.774	15.919
<i>03E7 Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal</i>						
20UG Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social	0	0	2.234	0	0	0
8913 Fomento a Práticas de Controle Social e Transparência na Execução Penal	1.502	1.502	1.502	612	612	231
<i>03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas</i>						
20R8 Apoio à Implantação do Instituto da Liberdade Vigada por meio de Monitoramento Eletrônico	3.800	3.800	3.800	0	0	0
20UH Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	0	0	98.700	0	0	0
2730 Política Nacional de Alternativas Penais	6.108	6.108	4.908	4.695	4.695	1.137
8130 Pesquisa e Produção de Dados sobre o Sistema Penitenciário e a Execução Penal	1.000	1.000	1.000	954	954	304
8914 Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais	200.040	236.617	488.617	361.912	361.912	1.204

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03EB Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias</i>						
3908 Integração e modernização dos Sistemas de Informações Penitenciárias	6.000	6.000	50	16	16	13
<i>03ED Reintegração social do preso, internado e egresso</i>						
2314 Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso	5.000	7.500	9.400	6.382	6.382	502
<b>0834 Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.</b>						
<i>03EI Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades</i>						
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	0	0	5.763	0	0	0
8124 Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	30.000	34.690	38.857	12.709	12.709	12.370
8853 Apoio à Implementação de Políticas Sociais	100.000	110.090	94.723	7.318	7.318	5.448
8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	178.830	200.720	200.720	67.120	67.120	63.100
<b>Meio Ambiente</b>	<b>34.475</b>	<b>34.072</b>	<b>59.232</b>	<b>33.982</b>	<b>33.982</b>	<b>17.908</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>875</b>	<b>875</b>	<b>875</b>	<b>860</b>	<b>860</b>	<b>385</b>
0760 Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.						
<i>030N Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar</i>						
6087 Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	875	875	875	860	860	385
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>33.600</b>	<b>33.197</b>	<b>58.357</b>	<b>33.121</b>	<b>33.121</b>	<b>17.523</b>
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
<i>02E6 Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido</i>						
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	33.600	33.197	58.357	33.121	33.121	17.523



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<b>Op. Oficiais de Crédito</b>	<b>3.684.659</b>	<b>3.684.659</b>	<b>4.645.159</b>	<b>3.811.552</b>	<b>3.811.552</b>	<b>1.266.329</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>2.738.659</b>	<b>2.738.659</b>	<b>3.383.826</b>	<b>3.070.259</b>	<b>3.070.259</b>	<b>1.152.764</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. <i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0281 Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	2.388.659	2.388.659	2.917.159	2.917.159	2.917.159	1.022.030
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
<b>2066 Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	<b>946.000</b>	<b>946.000</b>	<b>1.261.333</b>	<b>741.292</b>	<b>741.292</b>	<b>113.565</b>
0420 Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural. <i>01EP Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária</i>						
0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	946.000	946.000	1.261.333	741.292	741.292	113.565
<b>Pesca e Aquicultura</b>	<b>1.780</b>	<b>2.230</b>	<b>2.230</b>	<b>1.863</b>	<b>1.863</b>	<b>153</b>
<b>2052 Pesca e Aquicultura</b>	<b>1.780</b>	<b>2.230</b>	<b>2.230</b>	<b>1.863</b>	<b>1.863</b>	<b>153</b>
0576 Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura. <i>028K Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca</i>						
8008 Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca	1.780	2.230	2.230	1.863	1.863	153
<b>Presidência</b>	<b>21.000</b>	<b>20.664</b>	<b>21.331</b>	<b>20.190</b>	<b>20.190</b>	<b>11.046</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>12.000</b>	<b>11.853</b>	<b>12.520</b>	<b>11.379</b>	<b>11.379</b>	<b>5.109</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social. <i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	9.000	8.811	8.811	8.811	8.811	5.937
<b>Previdência Social</b>	<b>141.600</b>	<b>141.600</b>	<b>141.300</b>	<b>140.338</b>	<b>140.338</b>	<b>124.441</b>
<b>2061 Previdência Social</b>	<b>141.600</b>	<b>141.600</b>	<b>141.300</b>	<b>140.338</b>	<b>140.338</b>	<b>124.441</b>
0250 Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.						
<i>00QQ Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho</i>						
20HT Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	1.500	1.500	1.200	338	338	320
2564 Gestão de Cadastros para a Previdência Social	140.100	140.100	140.100	140.000	140.000	124.121
<b>Saúde</b>	<b>65.370.115</b>	<b>70.581.347</b>	<b>72.641.844</b>	<b>66.082.109</b>	<b>66.082.109</b>	<b>59.958.481</b>
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>64.684.465</b>	<b>69.899.297</b>	<b>71.809.494</b>	<b>65.281.006</b>	<b>65.281.006</b>	<b>59.315.949</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02P9 Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável</i>						
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	10.000	10.000	10.000	9.246	9.246	5.496
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PM Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas</i>						
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	56.000	56.000	56.370	55.764	55.764	15.607
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	42.000	51.311	61.311	46.599	46.599	11.830
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PV Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade</i>						
20B1 Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional	13.200	13.200	13.200	10.915	10.915	5.656
8527 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da População Penitenciária	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	27
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	12.000	12.000	12.185	11.998	11.998	3
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
8730 Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	230.000	227.450	267.283	171.953	171.953	142.097
8762 Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravos	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	500
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
20QD Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	227.500	227.600	205.200	151.359	151.359	93.707
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	48.000	48.000	48.000	37.181	37.181	23.031
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
0715 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.						
<i>02QL Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz</i>						
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	31.000	31.000	34.423	32.970	32.970	28.878
<i>02QM Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz</i>						
147J Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	5.000	5.000	25.000	3.900	3.900	0
<i>02QR Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis</i>						
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	209.000	196.000	222.867	88.747	88.747	9.411
<i>02QS Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança</i>						
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	12.000	12.700	12.700	8.979	8.979	2.123
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<i>02R9 Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde</i>						
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2.850	2.850	5.250	717	717	572

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0719 Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção. <i>02RN Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade</i>						
20YL Implantação das Academias da Saúde	0	0	40.000	0	0	0
0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde. <i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
0724 Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.						
<i>02S6 Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde</i>						
8709 Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade	5.500	6.200	6.200	2.624	2.624	1.556
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
<i>02SP Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica</i>						
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.	25.000	25.000	27.050	24.526	24.526	24.526
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	552.300	552.300	610.633	515.602	515.602	266.870
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<i>02SV Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos</i>						
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	11.600	11.600	12.641	11.112	11.112	10.129
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde. <i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>625.650</b>	<b>626.050</b>	<b>759.717</b>	<b>737.097</b>	<b>737.097</b>	<b>612.195</b>
0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais. <i>0443 Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)</i>						
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	26.250	26.650	26.650	26.474	26.474	2.318
<i>0444 Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersectorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais</i>						
20YP Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena	0	0	18.667	0	0	0
6140 Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	6.400	6.400	6.400	6.374	6.374	5.350
8743 Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	593.000	593.000	708.000	704.249	704.249	604.527
<b>SDH</b>	<b>13.031</b>	<b>22.981</b>	<b>23.181</b>	<b>9.353</b>	<b>9.353</b>	<b>2.300</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>3.500</b>	<b>3.500</b>	<b>3.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida. <i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
208U Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência	3.500	3.500	3.500	0	0	0
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>9.531</b>	<b>19.481</b>	<b>19.681</b>	<b>9.353</b>	<b>9.353</b>	<b>2.300</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos. <i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
20ZN Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	0	0	200	0	0	0
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	8.431	17.131	17.131	8.283	8.283	2.296

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0257 Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.						
<i>00SP Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8810 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	1.100	2.350	2.350	1.070	1.070	4
<b>Seppir</b>	<b>3.900</b>	<b>4.400</b>	<b>3.985</b>	<b>2.730</b>	<b>2.730</b>	<b>2.382</b>
<b>2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	<b>3.900</b>	<b>4.400</b>	<b>3.985</b>	<b>2.730</b>	<b>2.730</b>	<b>2.382</b>
0772 Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.						
<i>032L Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero</i>						
2D54 Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial	3.650	4.150	3.735	2.730	2.730	2.382
<i>032N Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial</i>						
20TC Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial	250	250	250	0	0	0
<b>SPM</b>	<b>62.175</b>	<b>94.432</b>	<b>94.432</b>	<b>72.260</b>	<b>72.260</b>	<b>21.257</b>
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>62.175</b>	<b>94.432</b>	<b>94.432</b>	<b>72.260</b>	<b>72.260</b>	<b>21.257</b>
0931 Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.						
<i>03XL Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais</i>						
8843 Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres	14.500	16.639	16.639	12.813	12.813	1.947
0933 Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
03Y0 <i>Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo</i>						
8835 Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	78
0934 Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.						
03Y8 <i>Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão</i>						
8844 Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	580	580	580	523	523	0
0935 Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.						
03YB <i>Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação</i>						
8838 Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	2.700	4.480	4.480	2.847	2.847	1.138
03YE <i>Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social</i>						
6245 Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres	2.250	2.450	2.450	1.250	1.250	0
0936 Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.						
03YF <i>Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.500	4.500	4.500	4.494	4.494	1.723
03YI <i>Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8834 Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	4.861	13.881	13.881	9.282	9.282	2.357
0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.						
<i>049S Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	2.100	2.900	2.900	1.209	1.209	0
<i>049U Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	7.184	7.033	7.033	7.033	7.033	5.656
<i>049X Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	19.100	37.070	37.070	28.807	28.807	7.126
0999 Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.						
<i>049L Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).</i>						
8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	2.300	2.800	2.800	2.204	2.204	1.083
1000 Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.						
<i>049R Promoção dos direitos das mulheres em situação de prisão e articulação, junto aos órgãos responsáveis, para assegurar a humanização nesses equipamentos e a oferta de espaços físicos adequados.</i>						
8833 Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos das Mulheres em Situação de Prisão	800	800	800	496	496	148

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Trabalho</b>	<b>145.057</b>	<b>192.998</b>	<b>175.886</b>	<b>60.951</b>	<b>60.951</b>	<b>4.419</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>257</b>	<b>257</b>	<b>256</b>
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
043W <i>Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>144.757</b>	<b>192.698</b>	<b>175.586</b>	<b>60.695</b>	<b>60.695</b>	<b>4.163</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
00X7 <i>Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
0869 Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.						
03KG <i>Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente</i>						
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	3.000	3.000	3.000	2.128	2.128	1.848
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>126.788.669</b>	<b>136.965.122</b>	<b>151.516.299</b>	<b>129.885.216</b>	<b>129.885.216</b>	<b>96.839.983</b>



## POLÍTICAS PARA AS MULHERES

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>3.233.446</b>	<b>3.423.582</b>	<b>4.056.688</b>	<b>3.660.075</b>	<b>3.660.075</b>	<b>1.219.226</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços. <i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0281 Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	2.388.659	2.388.659	2.917.159	2.917.159	2.917.159	1.022.030
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. <i>01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	0	0	3.333	0	0	0
2178 Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	3.000	3.000	3.000	150	150	0
4260 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	237.800	395.006	354.381	338.045	338.045	3.157
4448 Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	14.000	15.318	15.318	11.839	11.839	6.157
4470 Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	216.900	248.763	268.763	227.060	227.060	56.722
8358 Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas	4.212	4.212	4.212	0	0	0
0413 Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>01CX Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20)</i>						
210V Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	0	0	4.231	0	0	0
<b>0759 Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.</b>						
<i>030A Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres, com qualificação dos agentes para adoção de procedimentos metodológicos adequados e para implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais</i>						
8332 Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais	12.000	11.748	11.748	6.045	6.045	0
<i>030H Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária; e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres</i>						
210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	0	0	1.000	0	0	0
8400 Organização Produtiva de Trabalhadoras Rurais	6.000	6.000	6.000	5.817	5.817	41
<b>0760 Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.</b>						
<i>030N Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar</i>						
6087 Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	875	875	875	860	860	385
<b>2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	<b>8.364</b>	<b>1.413.140</b>	<b>1.423.140</b>	<b>605.575</b>	<b>605.575</b>	<b>5.301</b>
<b>0747 Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.</b>						
<i>02XH Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8611 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	3.185	1.406.301	1.416.301	600.511	600.511	4.004
<i>02XT Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas</i>						
8622 Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	5.179	6.839	6.839	5.064	5.064	1.297
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>64.684.465</b>	<b>69.899.297</b>	<b>71.809.494</b>	<b>65.281.006</b>	<b>65.281.006</b>	<b>59.315.949</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02P9 Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável</i>						
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	10.000	10.000	10.000	9.246	9.246	5.496
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PM Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas</i>						
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	56.000	56.000	56.370	55.764	55.764	15.607
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	42.000	51.311	61.311	46.599	46.599	11.830

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PV Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade</i>						
20B1 Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional	13.200	13.200	13.200	10.915	10.915	5.656
8527 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da População Penitenciária	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	27
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	12.000	12.000	12.185	11.998	11.998	3
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
8730 Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	230.000	227.450	267.283	171.953	171.953	142.097
8762 Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	500
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
20QD Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	227.500	227.600	205.200	151.359	151.359	93.707
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	48.000	48.000	48.000	37.181	37.181	23.031
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
0715 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.						
<i>02QL Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz</i>						
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	31.000	31.000	34.423	32.970	32.970	28.878
<i>02QM Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz</i>						
147J Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	5.000	5.000	25.000	3.900	3.900	0
<i>02QR Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	209.000	196.000	222.867	88.747	88.747	9.411
<i>02QS Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança</i>						
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	12.000	12.700	12.700	8.979	8.979	2.123
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<i>02R9 Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde</i>						
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2.850	2.850	5.250	717	717	572
0719 Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.						
<i>02RN Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade</i>						
20YL Implantação das Academias da Saúde	0	0	40.000	0	0	0
0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.						
<i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
0724 Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.						
<i>02S6 Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde</i>						
8709 Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade	5.500	6.200	6.200	2.624	2.624	1.556
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
<i>02SP Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica</i>						
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.	25.000	25.000	27.050	24.526	24.526	24.526
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	552.300	552.300	610.633	515.602	515.602	266.870
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<i>02SV Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos</i>						
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	11.600	11.600	12.641	11.112	11.112	10.129
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>62.675</b>	<b>94.932</b>	<b>94.932</b>	<b>72.760</b>	<b>72.760</b>	<b>21.680</b>
0931 Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.						
<i>03XL Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais</i>						
8843 Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres	14.500	16.639	16.639	12.813	12.813	1.947
0933 Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.						
<i>03XZ Fomento à produção cultural afirmativa que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros</i>						
20O0 Políticas Culturais de Incentivo à Igualdade de Gênero	500	500	500	500	500	423

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
03Y0 <i>Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo</i>						
8835 Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	78
0934 Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.						
03Y8 <i>Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão</i>						
8844 Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	580	580	580	523	523	0
0935 Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.						
03YB <i>Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação</i>						
8838 Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	2.700	4.480	4.480	2.847	2.847	1.138
03YE <i>Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social</i>						
6245 Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres	2.250	2.450	2.450	1.250	1.250	0
0936 Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.						
03YF <i>Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.500	4.500	4.500	4.494	4.494	1.723
03YI <i>Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8834 Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	4.861	13.881	13.881	9.282	9.282	2.357
0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.						
<i>049S Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	2.100	2.900	2.900	1.209	1.209	0
<i>049U Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	7.184	7.033	7.033	7.033	7.033	5.656
<i>049X Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	19.100	37.070	37.070	28.807	28.807	7.126
0999 Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.						
<i>049L Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).</i>						
8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	2.300	2.800	2.800	2.204	2.204	1.083
1000 Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.						
<i>049R Promoção dos direitos das mulheres em situação de prisão e articulação, junto aos órgãos responsáveis, para assegurar a humanização nesses equipamentos e a oferta de espaços físicos adequados.</i>						
8833 Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos das Mulheres em Situação de Prisão	800	800	800	496	496	148

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2020 Cidadania e Justiça</b>	<b>87.024</b>	<b>103.074</b>	<b>106.893</b>	<b>102.616</b>	<b>102.616</b>	<b>73.778</b>
0875 Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.						
<i>03KW Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos</i>						
8974 Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça	3.500	9.420	9.773	6.298	6.298	850
0878 Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.						
<i>03L1 Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social</i>						
120D Aquisição de Imóvel para Instalação das Defensorias Públicas da União - Nacional	500	500	500	0	0	0
2646 Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União	300	300	300	215	215	142
2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	82.724	92.854	96.320	96.103	96.103	72.786
<b>2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	<b>402.045</b>	<b>793.422</b>	<b>812.215</b>	<b>383.304</b>	<b>383.304</b>	<b>106.422</b>
0979 Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.						
<i>0469 Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza</i>						
20S6 Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste	19.000	20.500	20.500	16.850	16.850	16.850
210X Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	0	0	29.717	0	0	0
8394 Fomento à Estruturação e Consolidação de Redes Sócio-Produtivas da Agricultura Familiar no Âmbito dos Territórios Rurais	25.000	24.475	22.475	16.201	16.201	3.319

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0980 Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural. <i>046A Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada</i>						
8991 Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	88.713	470.532	486.132	245.357	245.357	3.153
0981 Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas. <i>046E Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania</i>						
8402 Documentação da Trabalhadora Rural	21.100	29.683	29.683	18.790	18.790	7.393
<i>046F Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas</i>						
20T0 Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	0
0983 Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. <i>046T Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes de produção, comercialização e consumo</i>						
20GG Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores	245.232	245.232	220.709	83.105	83.105	75.708
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>25.813.488</b>	<b>26.498.119</b>	<b>30.912.108</b>	<b>27.997.390</b>	<b>27.997.390</b>	<b>20.817.791</b>

0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil	0	0	238.497	209.679	209.679	131.036
<b>0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.</b>						
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
<b>0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.</b>						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BX Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais</i>						
20RT Certames e Tecnologias Educacionais	36.000	36.000	66.798	46.271	46.271	20.688
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	8.284.821
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	300.000	300.000	265.650	47.847	47.847	2.147
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	510.770	661.727	2.340.436	2.072.099	2.072.099	987.410
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	644.000	670.000	630.000	591.216	591.216	591.216
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	1.641.135	1.641.135	1.748.759	1.747.796	1.747.796	1.105.683
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	3.350.000	3.350.000	3.361.000	3.313.397	3.313.397	3.309.269

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.</b>						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2031 Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>4.822.511</b>	<b>5.040.891</b>	<b>5.905.713</b>	<b>4.454.921</b>	<b>4.454.921</b>	<b>2.566.358</b>
<b>0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.</b>						
<i>029Z Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica</i>						
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil	150.000	150.000	190.477	81.726	81.726	23.996
<i>02A0 Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade</i>						
20RG Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	864.000	986.940	1.291.669	820.969	820.969	95.897
20RL Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.724.772	1.735.212	2.050.482	1.687.177	1.687.177	972.968
<i>02A2 Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão</i>						
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	231.000	315.450	332.575	106.588	106.588	37.900

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02A3 <i>Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica</i>						
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica	340.000	340.000	503.420	350.877	350.877	119.669
02A5 <i>Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais</i>						
20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	1.250.297	1.250.847	1.250.847	1.238.588	1.238.588	1.179.794
2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	182.380	182.380	186.991	156.945	156.945	127.202
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						
02B3 <i>Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante</i>						
6358 Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	80.061	80.061	99.252	12.050	12.050	8.932
<b>2032 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>10.077.892</b>	<b>11.165.886</b>	<b>13.304.415</b>	<b>10.249.053</b>	<b>10.249.053</b>	<b>6.602.057</b>
0593 Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.						
02BF <i>Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior</i>						
6503 Censo da Educação Superior	3.112	3.112	3.605	789	789	570
02BH <i>Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior</i>						
20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	107.202	107.202	128.696	97.302	97.302	68.641
0803 Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>0390 Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero</i>						
0487 Concessão de Bolsas de Estudos no País	1.648.844	1.648.844	1.655.518	1.527.372	1.527.372	1.266.282
0935 Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior	609.837	609.837	639.820	639.773	639.773	548.613
20GK Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	260.941	291.191	378.055	207.949	207.949	159.797
<i>0391 Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados</i>						
2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica	166.612	166.612	162.612	174.641	174.641	152.744
4019 Fomento à Pós-Graduação	207.691	207.691	243.072	186.442	186.442	85.272
<b>0841 Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.</b>						
<i>03GA Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência</i>						
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	15.000	324.739	359.642	52.817	52.817	0
0A12 Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	35.547	35.547	39.384	23.746	23.746	23.690
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	551.394	551.994	579.848	512.809	512.809	379.915
6328 Universidade Aberta e a Distância	12.983	12.983	13.989	4.832	4.832	2.957
<i>03GC Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre</i>						
148G Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre	16.000	16.000	11.333	0	0	0
<i>03GD Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade</i>						
11G0 Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	25.000	25.000	33.624	25.291	25.291	1.609

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
125B Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB	27.865	27.865	53.255	31.865	31.865	645
20RK Funcionamento das Universidades Federais	3.547.226	3.635.211	4.526.177	3.670.895	3.670.895	2.442.909
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1.725.063	2.231.759	2.878.246	1.979.840	1.979.840	973.428
8551 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	40.566	85.466	104.596	61.877	61.877	41.437
<i>03GE Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país</i>						
12Q9 Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH	0	6.333	21.749	14.882	14.882	9.751
14IM Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	35.000	35.000	41.667	35.000	35.000	0
20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais	372.197	443.864	568.805	407.038	407.038	85.490
4005 Apoio à Residência em Saúde	299.801	299.801	303.441	266.024	266.024	265.465
4086 Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	136.054	145.369	231.759	134.053	134.053	69.750
<i>03GF Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino</i>						
6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	14.400	14.400	20.148	3.325	3.325	2.266
<i>0481 Implantação da Universidade Federal do ABC</i>						
12EL Implantação da Universidade Federal do ABC	76.520	76.520	106.067	74.088	74.088	9.297
<i>0482 Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>						
125C Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	44.000	44.000	71.339	46.592	46.592	7.492
<i>0484 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)</i>						
11G1 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	99.037	99.037	114.137	69.811	69.811	4.033
<i>04A1 Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)</i>						
7S22 Implantação de Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	500	500	0	0	0
<i>04B3 Implantação da Universidade Federal de Blumenau</i>						
7S21 Implantação da Universidade Federal de Blumenau	0	20.008	0	0	0	0
<i>04DY Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA</i>						
14TK Ampliação e Reestruturação do ITA	0	0	13.333	0	0	0



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<b>2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial</b>	<b>3.900</b>	<b>4.400</b>	<b>3.985</b>	<b>2.730</b>	<b>2.730</b>	<b>2.382</b>
0772 Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.						
032L <i>Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero</i>						
2D54 Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial	3.650	4.150	3.735	2.730	2.730	2.382
032N <i>Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial</i>						
20TC Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial	250	250	250	0	0	0
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>23.777</b>	<b>23.395</b>	<b>87.995</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
02HW <i>Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
208U Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência	3.500	3.500	3.500	0	0	0
02I2 <i>Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
0676 Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.						
02J5 <i>Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor</i>						
20JO Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino	20.277	19.895	17.995	1.290	1.290	1.290
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.722.826</b>	<b>2.240.839</b>	<b>2.210.829</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.759.212</b>	<b>1.490.594</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
<b>0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.</b>						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>12.300</b>	<b>12.153</b>	<b>12.820</b>	<b>11.636</b>	<b>11.636</b>	<b>5.365</b>
<b>0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.</b>						
<i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
<b>0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.</b>						
<i>043W Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
<b>2049 Moradia Digna</b>	<b>11.000.000</b>	<b>11.000.000</b>	<b>14.736.000</b>	<b>11.236.000</b>	<b>11.236.000</b>	<b>2.474.118</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0383 Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.						
<i>015S Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado</i>						
00AF Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	8.320.337	8.320.337	10.556.337	7.556.337	7.556.337	2.250.000
00CW Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	2.066.715	2.066.715	1.700.000	1.700.000	1.700.000	0
00CX Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)	170.279	170.279	1.270.279	770.279	770.279	164.640
00CY Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	375.893	375.893	375.893	375.893	375.893	0
0E64 Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)	66.776	66.776	833.491	833.491	833.491	59.479
<b>2052 Pesca e Aquicultura</b>	<b>2.480</b>	<b>2.930</b>	<b>2.910</b>	<b>1.863</b>	<b>1.863</b>	<b>153</b>
0576 Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.						
<i>028K Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca</i>						
4518 Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste	600	600	600	0	0	0
8008 Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca	1.780	2.230	2.230	1.863	1.863	153
8687 Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semiárido	100	100	80	0	0	0
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2061 Previdência Social</b>	<b>141.600</b>	<b>141.600</b>	<b>141.300</b>	<b>140.338</b>	<b>140.338</b>	<b>124.441</b>
0250 Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.						
<i>00QQ Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho</i>						
20HT Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	1.500	1.500	1.200	338	338	320

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2564 Gestão de Cadastros para a Previdência Social	140.100	140.100	140.100	140.000	140.000	124.121
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>18.531</b>	<b>28.292</b>	<b>28.492</b>	<b>18.164</b>	<b>18.164</b>	<b>8.237</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
00S3 <i>Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
20ZN Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	0	0	200	0	0	0
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	17.431	25.942	25.942	17.094	17.094	8.233
0257 Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.						
00SP <i>Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8810 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	1.100	2.350	2.350	1.070	1.070	4
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>625.650</b>	<b>626.050</b>	<b>759.717</b>	<b>737.097</b>	<b>737.097</b>	<b>612.195</b>
0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.						
0443 <i>Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)</i>						
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	26.250	26.650	26.650	26.474	26.474	2.318
0444 <i>Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersectorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais</i>						
20YP Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena	0	0	18.667	0	0	0
6140 Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	6.400	6.400	6.400	6.374	6.374	5.350
8743 Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	593.000	593.000	708.000	704.249	704.249	604.527
<b>2066 Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	<b>946.000</b>	<b>946.000</b>	<b>1.261.333</b>	<b>741.292</b>	<b>741.292</b>	<b>113.565</b>
0420 Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>01EP Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária</i>						
0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	946.000	946.000	1.261.333	741.292	741.292	113.565
<b>2069 Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>1.202.854</b>	<b>1.203.950</b>	<b>1.124.308</b>	<b>973.626</b>	<b>973.626</b>	<b>646.922</b>
0378 Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.						
<i>014U Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura</i>						
8458 Apoio à Agricultura Urbana	10.000	10.900	10.912	7.938	7.938	4.197
0380 Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.						
<i>015D Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos</i>						
2798 Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar	1.085.777	1.086.377	988.911	923.632	923.632	621.750
2802 Operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar	73.476	73.476	66.129	8.934	8.934	3.451
0614 Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.						
<i>02E6 Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido</i>						
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	33.600	33.197	58.357	33.121	33.121	17.523
<b>2070 Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>1.670.897</b>	<b>2.033.286</b>	<b>2.451.604</b>	<b>1.309.381</b>	<b>1.309.381</b>	<b>597.660</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0825 Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.						
<i>03DN Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições</i>						
2586 Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros	133.000	133.000	143.000	131.478	131.478	107.194
2679 Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	20.000	25.300	25.800	13.933	13.933	5.974
2726 Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	130.000	156.860	205.056	145.774	145.774	82.745
2B00 Força Nacional de Segurança Pública	92.410	91.459	100.852	53.008	53.008	44.612
4679 Serviço de Proteção ao Depoente Especial	600	600	600	287	287	287
<i>03DO Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões</i>						
20IC Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	300.000	337.887	358.374	263.169	263.169	159.306
<i>03DP Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006</i>						
8204 Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	1.000	1.900	1.900	882	882	715
0830 Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
<i>03DV Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP</i>						
20ID Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	110.657	310.703	332.382	83.254	83.254	51.997
<i>03DW Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial</i>						
2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	14.500	24.000	18.000	11.071	11.071	10.925



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>03DX Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal</i>						
5E07 Construção do Novo Edifício-Sede do Departamento da Polícia Federal	30.000	26.870	0	0	0	0
<i>03DY Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União</i>						
2712 Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal	54.000	54.000	62.000	41.139	41.139	26.795
<i>03DZ Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)</i>						
128K Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - SISVANT	50.000	50.000	42.000	789	789	596
<i>03E1 Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas</i>						
10JJ Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro	15.000	15.000	0	0	0	0
125I Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses	15.000	15.000	22.500	18.000	18.000	0
14IB Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba	700	700	700	0	0	0
5022 Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre	11.000	11.000	13.000	13.000	13.000	741
7E37 Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima	11.000	11.000	12.000	8.876	8.876	0
7I78 Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal	4.000	4.000	4.000	0	0	0
7L82 Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá	11.500	19.130	20.304	18.104	18.104	0
8600 Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia	14.500	14.500	14.500	3.019	3.019	2.017
8979 Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	12.000	12.000	12.000	3.261	3.261	1.082
8980 Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal	25.700	28.000	22.860	1.845	1.845	162
<b>0831 Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.</b>						
<i>03E2 Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação</i>						
8916 Modernização e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais das Unidades da Federação	5.000	5.000	17.030	9.416	9.416	850
<i>03E3 Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação</i>						
2526 Apoio a Projetos de Capacitação e Valorização do Servidor Penitenciário das Unidades da Federação	5.000	5.000	3.700	3.611	3.611	421
<i>03E4 Consolidação do Sistema Penitenciário Federal</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
10D3 Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal	5.000	5.000	1.050	0	0	0
10M1 Construção da Quinta Penitenciária Federal	30.050	30.050	9.000	21	21	0
116S Adequação Física de Penitenciárias Federais	1.000	1.000	1.890	420	420	420
20RA Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Federal	5.000	5.300	21.000	1.532	1.532	592
20WS Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	0	0	4.833	0	0	0
2316 Serviço Penitenciário Federal	31.000	31.000	31.000	21.774	21.774	15.919
<i>03E7 Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal</i>						
20UG Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social	0	0	2.234	0	0	0
8913 Fomento a Práticas de Controle Social e Transparência na Execução Penal	1.502	1.502	1.502	612	612	231
<i>03E9 Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas</i>						
20R8 Apoio à Implantação do Instituto da Liberdade Vigada por meio de Monitoramento Eletrônico	3.800	3.800	3.800	0	0	0
20UH Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	0	0	98.700	0	0	0
2730 Política Nacional de Alternativas Penais	6.108	6.108	4.908	4.695	4.695	1.137
8130 Pesquisa e Produção de Dados sobre o Sistema Penitenciário e a Execução Penal	1.000	1.000	1.000	954	954	304
8914 Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais	200.040	236.617	488.617	361.912	361.912	1.204
<i>03EB Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias</i>						
3908 Integração e modernização dos Sistemas de Informações Penitenciárias	6.000	6.000	50	16	16	13
<i>03ED Reintegração social do preso, internado e egresso</i>						
2314 Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso	5.000	7.500	9.400	6.382	6.382	502
0834 Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.						
<i>03EI Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades</i>						
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	0	0	5.763	0	0	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8124 Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	30.000	34.690	38.857	12.709	12.709	12.370
8853 Apoio à Implementação de Políticas Sociais	100.000	110.090	94.723	7.318	7.318	5.448
8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	178.830	200.720	200.720	67.120	67.120	63.100
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>165.945</b>	<b>213.885</b>	<b>196.773</b>	<b>81.882</b>	<b>81.882</b>	<b>4.163</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
0869 Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.						
<i>03KG Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente</i>						
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	3.000	3.000	3.000	2.128	2.128	1.848
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>126.788.669</b>	<b>136.965.122</b>	<b>151.516.299</b>	<b>129.885.216</b>	<b>129.885.216</b>	<b>96.839.983</b>

## CRIANÇA E ADOLESCENTE

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Cultura</b>	36.983	122.733	134.292	51.944	51.944	4.708
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	<b>36.483</b>	<b>122.233</b>	<b>133.792</b>	<b>51.944</b>	<b>51.944</b>	<b>4.708</b>
0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.						
035H <i>Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura? e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural</i>						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	9.167	0	0	0
20QK Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais	35.483	120.733	120.733	51.194	51.194	4.000
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	2.393	0	0	0
0788 Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.						
035J <i>Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo</i>						
20KH Ações Integradas de Cultura e Educação	1.000	1.500	1.500	750	750	708
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
028A <i>Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão</i>						
20O2 Promoção da Cultura da Infância	500	500	500	0	0	0
<b>Defesa</b>	<b>18.000</b>	<b>20.013</b>	<b>54.480</b>	<b>18.864</b>	<b>18.864</b>	<b>13.327</b>
<b>2058 Política Nacional de Defesa</b>	<b>18.000</b>	<b>20.013</b>	<b>54.480</b>	<b>18.864</b>	<b>18.864</b>	<b>13.327</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0502 Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.						
<i>01QX Apoio a comunidades carentes</i>						
8425 Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon	4.000	4.800	4.833	4.491	4.491	3.791
<i>01QY Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar</i>						
6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	12.000	11.783	11.883	11.480	11.480	7.801
<i>01QZ Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional</i>						
20XH Ações de Cooperação do Exército	0	0	34.333	0	0	0
<i>01R0 Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças</i>						
20IG Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte	2.000	3.430	3.430	2.893	2.893	1.734
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>19.513.474</b>	<b>19.845.897</b>	<b>21.925.734</b>	<b>21.631.319</b>	<b>21.631.319</b>	<b>21.412.351</b>
<b>2019 Bolsa Família</b>	<b>18.669.640</b>	<b>18.669.640</b>	<b>20.530.030</b>	<b>20.530.030</b>	<b>20.530.030</b>	<b>20.530.030</b>
0619 Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.						
<i>02ER Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza</i>						
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	18.669.640	18.669.640	20.530.030	20.530.030	20.530.030	20.530.030
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>238.497</b>	<b>209.679</b>	<b>209.679</b>	<b>131.036</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil	0	0	238.497	209.679	209.679	131.036
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>515.937</b>	<b>848.360</b>	<b>852.310</b>	<b>601.178</b>	<b>601.178</b>	<b>467.019</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.						
<i>013X Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais</i>						
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14.000	14.000	12.600	7.193	7.193	6.332
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>327.897</b>	<b>327.897</b>	<b>304.897</b>	<b>290.431</b>	<b>290.431</b>	<b>284.267</b>
0829 Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.						
<i>03DT Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda</i>						
2060 Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil	297.897	297.897	277.897	277.650	277.650	277.568
8662 Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	30.000	30.000	27.000	12.781	12.781	6.699
<b>Educação</b>	<b>26.204.052</b>	<b>26.888.683</b>	<b>31.406.637</b>	<b>28.206.240</b>	<b>28.206.240</b>	<b>20.863.621</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>26.204.052</b>	<b>26.888.683</b>	<b>31.406.637</b>	<b>28.206.240</b>	<b>28.206.240</b>	<b>20.863.621</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
<b>0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.</b>						
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	400.565	400.565	755.365	418.529	418.529	176.866
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
<b>0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.</b>						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BX Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais</i>						
20RT Certames e Tecnologias Educacionais	36.000	36.000	66.798	46.271	46.271	20.688
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	8.284.821
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	300.000	300.000	265.650	47.847	47.847	2.147
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	510.770	661.727	2.340.436	2.072.099	2.072.099	987.410
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	644.000	670.000	630.000	591.216	591.216	591.216
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	1.641.135	1.641.135	1.748.759	1.747.796	1.747.796	1.105.683
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	3.350.000	3.350.000	3.361.000	3.313.397	3.313.397	3.309.269

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>Esportes</b>	<b>230.028</b>	<b>1.232.353</b>	<b>1.302.685</b>	<b>536.546</b>	<b>536.546</b>	<b>27.062</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>230.028</b>	<b>1.232.353</b>	<b>1.302.685</b>	<b>536.546</b>	<b>536.546</b>	<b>27.062</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
<i>02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
<b>Justiça</b>	<b>4.019</b>	<b>55.419</b>	<b>55.419</b>	<b>48.568</b>	<b>48.568</b>	<b>4.826</b>
<b>2060 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	<b>4.019</b>	<b>55.419</b>	<b>55.419</b>	<b>48.568</b>	<b>48.568</b>	<b>4.826</b>
0920 Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.						
<i>03WY Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas</i>						
4902 Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas	4.019	55.419	55.419	48.568	48.568	4.826
<b>Saúde</b>	<b>65.148.882</b>	<b>70.394.333</b>	<b>72.322.417</b>	<b>65.868.041</b>	<b>65.868.041</b>	<b>59.856.360</b>
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>64.463.232</b>	<b>69.712.283</b>	<b>71.508.733</b>	<b>65.066.938</b>	<b>65.066.938</b>	<b>59.213.827</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PS Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens</i>						
6176 Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Criança	15.000	15.000	15.000	12.739	12.739	3.040
6177 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	10.000	10.000	9.000	7.887	7.887	6.407
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q2 Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados</i>						
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	20.412	20.412	21.745	14.087	14.087	9.647
<i>02Q4 Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental</i>						
20K2 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde e Saneamento Ambiental	5.000	5.000	5.333	2.330	2.330	0
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q6 Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental</i>						
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana em Municípios com menos de 50 mil habitantes	20.000	20.000	25.000	15.208	15.208	342
8720 Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental	9.500	9.500	9.500	7.468	7.468	936
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
20K0 Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	2.600	2.600	2.681	2.260	2.260	1.193
20QD Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	227.500	227.600	205.200	151.359	151.359	93.707

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	30.500	32.880	32.880	11.957	11.957	3.935
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
6185 Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	17.000	23.000	21.300	8.004	8.004	3.323
6186 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	16.000	16.000	16.000	11.901	11.901	5.227
6235 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	14.300	14.300	14.300	11.859	11.859	239
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
4641 Publicidade de Utilidade Pública	192.000	192.000	206.000	183.000	183.000	139.771
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
6842 Informação e Análise de Situação de Saúde	5.100	5.100	4.600	4.343	4.343	1.308
8327 Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	10.500	10.500	11.940	11.071	11.071	6.320
8701 Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	17.500	17.500	16.250	15.308	15.308	6.636
<i>02Q9 Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador</i>						
6188 Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador	11.000	11.000	11.000	8.934	8.934	3.960
<i>02QB Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas</i>						
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	24.000	59.300	69.300	26.795	26.795	0
<i>02QC Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente</i>						
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	48.510	46.510	53.177	46.346	46.346	30.655
<i>02QD Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000	5.000	4.500	0	0	0
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5.500	5.500	5.767	5.498	5.498	4.874
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	150.000	150.000	157.744	150.696	150.696	93.904
<i>02QG Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis</i>						
6170 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis	30.135	30.135	30.135	19.305	19.305	13.539
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
8725 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	14.500	14.500	13.050	4.852	4.852	2.327
0715 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.						
<i>02QL Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz</i>						
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	31.000	31.000	34.423	32.970	32.970	28.878
<i>02QM Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz</i>						
147J Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	5.000	5.000	25.000	3.900	3.900	0
<i>02QR Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis</i>						
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	209.000	196.000	222.867	88.747	88.747	9.411
<i>02QS Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança</i>						
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	12.000	12.700	12.700	8.979	8.979	2.123
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<b>0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.</b>						
<i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
02ST <i>Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
02SU <i>Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
00NB <i>Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>625.650</b>	<b>626.050</b>	<b>741.050</b>	<b>737.097</b>	<b>737.097</b>	<b>612.195</b>
0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.						
0443 <i>Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)</i>						
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	26.250	26.650	26.650	26.474	26.474	2.318
0444 <i>Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersectorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais</i>						
6140 Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	6.400	6.400	6.400	6.374	6.374	5.350
8743 Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	593.000	593.000	708.000	704.249	704.249	604.527

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>SDH</b>	99.054	196.378	196.378	89.207	89.207	24.166
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>59.054</b>	<b>141.829</b>	<b>141.829</b>	<b>50.753</b>	<b>50.753</b>	<b>5.355</b>
0259 Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.						
00TA Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional						
8794 Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	11.000	70.870	70.870	0	0	0
00TJ Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa						
20JJ Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos	4.450	4.900	4.900	3.055	3.055	185
0260 Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.						
00TY Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares						
20HN Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares	18.832	38.922	38.922	33.341	33.341	643
0435 Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.						
01FJ Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos						
6247 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	9.830	11.595	11.595	6.658	6.658	681
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
0287 Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação						
8797 Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	14.542	15.142	15.142	7.298	7.298	3.846

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
028D Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento						
20SU Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	400	400	400	400	400	0
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>40.000</b>	<b>54.549</b>	<b>54.549</b>	<b>38.454</b>	<b>38.454</b>	<b>18.811</b>
0254 Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.						
00RK Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica						
8802 Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica	2.900	3.100	3.100	2.719	2.719	12
0742 Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.						
02WB Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores						
20TO Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua	1.000	1.000	1.000	999	999	530
0974 Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.						
045G Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade						
4278 Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas	36.000	49.849	49.849	34.236	34.236	18.269
8366 Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas	100	600	600	500	500	0
<b>SPM</b>	<b>61.368</b>	<b>99.606</b>	<b>104.528</b>	<b>78.508</b>	<b>78.508</b>	<b>27.730</b>
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>61.368</b>	<b>99.606</b>	<b>104.528</b>	<b>78.508</b>	<b>78.508</b>	<b>27.730</b>
0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
049S <i>Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	4.200	5.800	5.800	2.419	2.419	0
049U <i>Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	14.368	14.066	14.066	14.066	14.066	11.312
049X <i>Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	0	0	4.922	0	0	0
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	38.200	74.140	74.140	57.615	57.615	14.252
0999 Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.						
049L <i>Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).</i>						
8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	4.600	5.600	5.600	4.408	4.408	2.166
<b>Trabalho</b>	<b>6.300</b>	<b>6.300</b>	<b>6.300</b>	<b>3.740</b>	<b>3.740</b>	<b>3.429</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>257</b>	<b>257</b>	<b>256</b>
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
043W <i>Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendiz no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>	<b>1.355</b>	<b>1.355</b>	<b>1.325</b>



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0829 Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho. <i>03DS Intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas</i>						
2688 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil	3.000	3.000	3.000	1.355	1.355	1.325
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>	<b>2.128</b>	<b>2.128</b>	<b>1.848</b>
0869 Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho. <i>03KG Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente</i>						
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	3.000	3.000	3.000	2.128	2.128	1.848
<b>Turismo</b>	<b>4.000</b>	<b>4.200</b>	<b>4.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>4.000</b>	<b>4.200</b>	<b>4.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0259 Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento. <i>00TP Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.000	4.200	4.200	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>111.326.161</b>	<b>118.865.916</b>	<b>127.513.069</b>	<b>116.532.977</b>	<b>116.532.977</b>	<b>102.237.580</b>

## CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>64.463.232</b>	<b>69.712.283</b>	<b>71.508.733</b>	<b>65.066.938</b>	<b>65.066.938</b>	<b>59.213.827</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PS Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens</i>						
6176 Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Criança	15.000	15.000	15.000	12.739	12.739	3.040
6177 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	10.000	10.000	9.000	7.887	7.887	6.407

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q2 Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados</i>						
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	20.412	20.412	21.745	14.087	14.087	9.647
<i>02Q4 Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental</i>						
20K2 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde e Saneamento Ambiental	5.000	5.000	5.333	2.330	2.330	0
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q6 Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana em Municípios com menos de 50 mil habitantes	20.000	20.000	25.000	15.208	15.208	342
8720 Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental	9.500	9.500	9.500	7.468	7.468	936
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
20K0 Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	2.600	2.600	2.681	2.260	2.260	1.193
20QD Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	227.500	227.600	205.200	151.359	151.359	93.707
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	30.500	32.880	32.880	11.957	11.957	3.935
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
6185 Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	17.000	23.000	21.300	8.004	8.004	3.323
6186 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	16.000	16.000	16.000	11.901	11.901	5.227
6235 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	14.300	14.300	14.300	11.859	11.859	239
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
4641 Publicidade de Utilidade Pública	192.000	192.000	206.000	183.000	183.000	139.771
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
6842 Informação e Análise de Situação de Saúde	5.100	5.100	4.600	4.343	4.343	1.308
8327 Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	10.500	10.500	11.940	11.071	11.071	6.320
8701 Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	17.500	17.500	16.250	15.308	15.308	6.636
<i>02Q9 Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador</i>						
6188 Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador	11.000	11.000	11.000	8.934	8.934	3.960
<i>02QB Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas</i>						
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	24.000	59.300	69.300	26.795	26.795	0
<i>02QC Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	48.510	46.510	53.177	46.346	46.346	30.655
<i>02QD Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000	5.000	4.500	0	0	0
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5.500	5.500	5.767	5.498	5.498	4.874
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	150.000	150.000	157.744	150.696	150.696	93.904
<i>02QG Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis</i>						
6170 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis	30.135	30.135	30.135	19.305	19.305	13.539
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
8725 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	14.500	14.500	13.050	4.852	4.852	2.327
0715 Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.						
<i>02QL Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz</i>						
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	31.000	31.000	34.423	32.970	32.970	28.878
<i>02QM Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz</i>						
147J Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	5.000	5.000	25.000	3.900	3.900	0
<i>02QR Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis</i>						
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	209.000	196.000	222.867	88.747	88.747	9.411
<i>02QS Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	12.000	12.700	12.700	8.979	8.979	2.123
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
02R1 <i>Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
02R6 <i>Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.						
02RT <i>Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
02RV <i>Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
02RX <i>Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
02RY <i>Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
<b>0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.</b>						
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>61.368</b>	<b>99.606</b>	<b>104.528</b>	<b>78.508</b>	<b>78.508</b>	<b>27.730</b>
0998 Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.						
<i>049S Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.</i>						
6812 Capacitação de Profissionais para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	4.200	5.800	5.800	2.419	2.419	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>049U Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher ? Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.</i>						
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	14.368	14.066	14.066	14.066	14.066	11.312
<i>049X Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.</i>						
210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	0	0	4.922	0	0	0
2C52 Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	38.200	74.140	74.140	57.615	57.615	14.252
0999 Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.						
<i>049L Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).</i>						
8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	4.600	5.600	5.600	4.408	4.408	2.166
<b>2019 Bolsa Família</b>	<b>18.669.640</b>	<b>18.669.640</b>	<b>20.530.030</b>	<b>20.530.030</b>	<b>20.530.030</b>	<b>20.530.030</b>
0619 Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.						
<i>02ER Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza</i>						
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	18.669.640	18.669.640	20.530.030	20.530.030	20.530.030	20.530.030
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	<b>36.483</b>	<b>122.233</b>	<b>133.792</b>	<b>51.944</b>	<b>51.944</b>	<b>4.708</b>
0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.						
<i>035H Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos ?Equipamentos e Espaços Mais Cultura? e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural</i>						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	9.167	0	0	0
20QK Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais	35.483	120.733	120.733	51.194	51.194	4.000

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	2.393	0	0	0
0788 Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.						
<i>035J Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo</i>						
20KH Ações Integradas de Cultura e Educação	1.000	1.500	1.500	750	750	708
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>26.204.052</b>	<b>26.888.683</b>	<b>31.645.134</b>	<b>28.415.919</b>	<b>28.415.919</b>	<b>20.994.657</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil	0	0	238.497	209.679	209.679	131.036
0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	400.565	400.565	755.365	418.529	418.529	176.866
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
02BV <i>Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
02BX <i>Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais</i>						
20RT Certames e Tecnologias Educacionais	36.000	36.000	66.798	46.271	46.271	20.688
02BY <i>Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	10.571.453	8.284.821
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	300.000	300.000	265.650	47.847	47.847	2.147
02C0 <i>Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	510.770	661.727	2.340.436	2.072.099	2.072.099	987.410

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	644.000	670.000	630.000	591.216	591.216	591.216
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	1.641.135	1.641.135	1.748.759	1.747.796	1.747.796	1.105.683
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	3.350.000	3.350.000	3.361.000	3.313.397	3.313.397	3.309.269
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>230.028</b>	<b>1.232.353</b>	<b>1.302.685</b>	<b>536.546</b>	<b>536.546</b>	<b>27.062</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
<i>02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer-- Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>515.937</b>	<b>848.360</b>	<b>852.310</b>	<b>601.178</b>	<b>601.178</b>	<b>467.019</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.						
<i>013X Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais</i>						
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14.000	14.000	12.600	7.193	7.193	6.332
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>257</b>	<b>257</b>	<b>256</b>
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
<i>043W Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendiz no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2058 Política Nacional de Defesa</b>	<b>18.000</b>	<b>20.013</b>	<b>54.480</b>	<b>18.864</b>	<b>18.864</b>	<b>13.327</b>
0502 Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>01QX Apoio a comunidades carentes</i>						
8425 Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon	4.000	4.800	4.833	4.491	4.491	3.791
<i>01QY Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar</i>						
6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	12.000	11.783	11.883	11.480	11.480	7.801
<i>01QZ Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional</i>						
20XH Ações de Cooperação do Exército	0	0	34.333	0	0	0
<i>01R0 Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças</i>						
20IG Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Esporte	2.000	3.430	3.430	2.893	2.893	1.734
<b>2060 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	<b>4.019</b>	<b>55.419</b>	<b>55.419</b>	<b>48.568</b>	<b>48.568</b>	<b>4.826</b>
0920 Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.						
<i>03WY Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas</i>						
4902 Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas	4.019	55.419	55.419	48.568	48.568	4.826
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>394.451</b>	<b>477.426</b>	<b>454.426</b>	<b>342.540</b>	<b>342.540</b>	<b>290.947</b>
0259 Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.						
<i>00TA Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional</i>						
8794 Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	11.000	70.870	70.870	0	0	0
<i>00TJ Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa</i>						
20JJ Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos	4.450	4.900	4.900	3.055	3.055	185

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00TP Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.000	4.200	4.200	0	0	0
0260 Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.						
<i>00TY Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares</i>						
20HN Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares	18.832	38.922	38.922	33.341	33.341	643
0435 Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.						
<i>01FJ Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos</i>						
6247 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	9.830	11.595	11.595	6.658	6.658	681
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
<i>0287 Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação</i>						
8797 Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	14.542	15.142	15.142	7.298	7.298	3.846
<i>028A Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão</i>						
20O2 Promoção da Cultura da Infância	500	500	500	0	0	0
<i>028D Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento</i>						
20SU Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	400	400	400	400	400	0
0829 Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.						
<i>03DS Intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas</i>						
2688 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil	3.000	3.000	3.000	1.355	1.355	1.325

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03DT Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda</i>						
2060 Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil	297.897	297.897	277.897	277.650	277.650	277.568
8662 Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	30.000	30.000	27.000	12.781	12.781	6.699
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>40.000</b>	<b>54.549</b>	<b>54.549</b>	<b>38.454</b>	<b>38.454</b>	<b>18.811</b>
0254 Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.						
<i>00RK Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica</i>						
8802 Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica	2.900	3.100	3.100	2.719	2.719	12
0742 Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.						
<i>02WB Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores</i>						
20TO Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua	1.000	1.000	1.000	999	999	530
0974 Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.						
<i>045G Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade</i>						
4278 Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas	36.000	49.849	49.849	34.236	34.236	18.269
8366 Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas	100	600	600	500	500	0
<b>2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b>	<b>625.650</b>	<b>626.050</b>	<b>741.050</b>	<b>737.097</b>	<b>737.097</b>	<b>612.195</b>
0962 Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.						
<i>0443 Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)</i>						
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	26.250	26.650	26.650	26.474	26.474	2.318

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>0444 Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersectorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais</i>						
6140 Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	6.400	6.400	6.400	6.374	6.374	5.350
8743 Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	593.000	593.000	708.000	704.249	704.249	604.527
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>	<b>2.128</b>	<b>2.128</b>	<b>1.848</b>
0869 Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.						
<i>03KG Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente</i>						
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	3.000	3.000	3.000	2.128	2.128	1.848
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>111.326.161</b>	<b>118.865.916</b>	<b>127.513.069</b>	<b>116.532.977</b>	<b>116.532.977</b>	<b>102.237.580</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Agricultura</b>	5.179	6.839	6.839	5.064	5.064	1.297
<b>2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	5.179	6.839	6.839	5.064	5.064	1.297
0747 Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.						
02XT <i>Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas</i>						
8622 Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	5.179	6.839	6.839	5.064	5.064	1.297
<b>Cidades</b>	22.540	22.540	112.540	112.540	112.540	17.386
<b>2048 Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	22.540	22.540	112.540	112.540	112.540	17.386
0592 Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.						
02BC <i>Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito</i>						
4414 Educação para a Cidadania no Trânsito	7.540	7.540	7.540	7.540	7.540	2.297
4641 Publicidade de Utilidade Pública	15.000	15.000	105.000	105.000	105.000	15.089
<b>Cultura</b>	335.983	421.733	572.627	348.468	348.468	65.082
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	335.483	421.233	572.127	347.968	347.968	64.587
0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.						
035G <i>Implantação e indução da gestão e do uso das ?Praças dos Esportes e da Cultura? em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
12MG Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura	300.000	300.500	433.833	296.774	296.774	60.587
<i>035H Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura? e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural</i>						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	15.167	0	0	0
20QK Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais	35.483	120.733	120.733	51.194	51.194	4.000
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	2.394	0	0	0
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>495</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.						
<i>00VN Incentivo a consolidação do reconhecimento das especificidades e potencialidades das juventudes no campo da cidadania e diversidade cultural brasileira</i>						
6712 Promoção da Cultura da Juventude	500	500	500	500	500	495
<b>Defesa</b>	<b>16.000</b>	<b>16.583</b>	<b>16.717</b>	<b>15.971</b>	<b>15.971</b>	<b>11.593</b>
<b>2058 Política Nacional de Defesa</b>	<b>16.000</b>	<b>16.583</b>	<b>16.717</b>	<b>15.971</b>	<b>15.971</b>	<b>11.593</b>
0502 Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.						
<i>01QX Apoio a comunidades carentes</i>						
8425 Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon	4.000	4.800	4.833	4.491	4.491	3.791
<i>01QY Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar</i>						
6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	12.000	11.783	11.883	11.480	11.480	7.801
<b>Des. Agrário</b>	<b>263.800</b>	<b>421.006</b>	<b>393.381</b>	<b>360.130</b>	<b>360.130</b>	<b>13.475</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>237.800</b>	<b>395.006</b>	<b>354.381</b>	<b>338.045</b>	<b>338.045</b>	<b>3.157</b>
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
4260 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	237.800	395.006	354.381	338.045	338.045	3.157
<b>2066 Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	<b>26.000</b>	<b>26.000</b>	<b>39.000</b>	<b>22.085</b>	<b>22.085</b>	<b>10.318</b>
0422 Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.						
<i>01F1 Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional</i>						
4474 Educação de Jovens e Adultos no Campo	3.800	3.800	11.800	3.708	3.708	2.549
6952 Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	4.200	4.200	5.200	2.029	2.029	29
8370 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	18.000	18.000	22.000	16.347	16.347	7.740
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>259.684</b>	<b>230.867</b>	<b>230.867</b>	<b>131.036</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>238.497</b>	<b>209.679</b>	<b>209.679</b>	<b>131.036</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil	0	0	238.497	209.679	209.679	131.036
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>0</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<b>Educação</b>	<b>20.472.870</b>	<b>22.078.209</b>	<b>27.404.605</b>	<b>20.866.550</b>	<b>20.866.550</b>	<b>12.771.481</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>8.576.706</b>	<b>8.905.922</b>	<b>11.405.854</b>	<b>8.996.843</b>	<b>8.996.843</b>	<b>5.884.987</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	400.565	400.565	755.365	418.529	418.529	176.866
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>2031 Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>4.822.511</b>	<b>5.040.891</b>	<b>5.905.713</b>	<b>4.454.921</b>	<b>4.454.921</b>	<b>2.566.358</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
029Z <i>Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica</i>						
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil	150.000	150.000	190.477	81.726	81.726	23.996
02A0 <i>Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade</i>						
20RG Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	864.000	986.940	1.291.669	820.969	820.969	95.897
20RL Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.724.772	1.735.212	2.050.482	1.687.177	1.687.177	972.968
02A2 <i>Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão</i>						
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	231.000	315.450	332.575	106.588	106.588	37.900
02A3 <i>Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica</i>						
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica	340.000	340.000	503.420	350.877	350.877	119.669
02A5 <i>Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais</i>						
20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	1.250.297	1.250.847	1.250.847	1.238.588	1.238.588	1.179.794
2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	182.380	182.380	186.991	156.945	156.945	127.202
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02B3 <i>Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante</i>						
6358 Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	80.061	80.061	99.252	12.050	12.050	8.932
<b>2032 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>7.073.653</b>	<b>8.131.396</b>	<b>10.093.038</b>	<b>7.414.786</b>	<b>7.414.786</b>	<b>4.320.136</b>
0841 Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
03GA <i>Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência</i>						
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	15.000	324.739	359.642	52.817	52.817	0
0A12 Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	35.547	35.547	39.384	23.746	23.746	23.690
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	551.394	551.994	579.848	512.809	512.809	379.915
6328 Universidade Aberta e a Distância	12.983	12.983	13.989	4.832	4.832	2.957
03GC <i>Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre</i>						
148G Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre	16.000	16.000	11.333	0	0	0
03GD <i>Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade</i>						
11G0 Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	25.000	25.000	33.624	25.291	25.291	1.609
125B Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB	27.865	27.865	53.255	31.865	31.865	645
20RK Funcionamento das Universidades Federais	3.547.226	3.635.211	4.526.177	3.670.895	3.670.895	2.442.909
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1.725.063	2.231.759	2.878.246	1.979.840	1.979.840	973.428

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8551 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	40.566	85.466	104.596	61.877	61.877	41.437
<i>03GE Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país</i>						
12Q9 Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH	0	6.333	21.749	14.882	14.882	9.751
14IM Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	35.000	35.000	41.667	35.000	35.000	0
20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais	372.197	443.864	568.805	407.038	407.038	85.490
4005 Apoio à Residência em Saúde	299.801	299.801	303.441	266.024	266.024	265.465
4086 Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	136.054	145.369	231.759	134.053	134.053	69.750
<i>03GF Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino</i>						
6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	14.400	14.400	20.148	3.325	3.325	2.266
<i>0481 Implantação da Universidade Federal do ABC</i>						
12EL Implantação da Universidade Federal do ABC	76.520	76.520	106.067	74.088	74.088	9.297
<i>0482 Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>						
125C Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	44.000	44.000	71.339	46.592	46.592	7.492
<i>0484 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)</i>						
11G1 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	99.037	99.037	114.137	69.811	69.811	4.033
<i>04A1 Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)</i>						
7S22 Implantação de Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	500	500	0	0	0
<i>04B3 Implantação da Universidade Federal de Blumenau</i>						
7S21 Implantação da Universidade Federal de Blumenau	0	20.008	0	0	0	0
<i>04DY Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA</i>						
14TK Ampliação e Reestruturação do ITA	0	0	13.333	0	0	0
<b>Esportes</b>	<b>230.423</b>	<b>1.237.748</b>	<b>1.308.180</b>	<b>536.847</b>	<b>536.847</b>	<b>27.164</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>230.423</b>	<b>1.237.748</b>	<b>1.308.180</b>	<b>536.847</b>	<b>536.847</b>	<b>27.164</b>

0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
<i>02HZ Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer</i>						
20JS Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer.	295	295	395	201	201	102
<i>02I0 Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos</i>						
20JR Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos.	100	5.100	5.100	100	100	0
<i>02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
<b>Integração Nacional</b>	<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	<b>999</b>	<b>999</b>	<b>398</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	<b>1.086</b>	<b>999</b>	<b>999</b>	<b>398</b>
0989 Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.						
<i>047D Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais</i>						
4786 Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Plano Brasil sem Miséria	1.086	1.086	1.086	999	999	398
<b>Justiça</b>	<b>312.849</b>	<b>400.919</b>	<b>395.481</b>	<b>135.716</b>	<b>135.716</b>	<b>85.744</b>
<b>2060 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	<b>4.019</b>	<b>55.419</b>	<b>55.419</b>	<b>48.568</b>	<b>48.568</b>	<b>4.826</b>
0920 Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.						
<i>03WY Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4902 Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas	4.019	55.419	55.419	48.568	48.568	4.826
<b>2070 Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>308.830</b>	<b>345.500</b>	<b>340.062</b>	<b>87.148</b>	<b>87.148</b>	<b>80.918</b>
0834 Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.						
<i>03EI Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades</i>						
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	0	0	5.763	0	0	0
8124 Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	30.000	34.690	38.857	12.709	12.709	12.370
8853 Apoio à Implementação de Políticas Sociais	100.000	110.090	94.723	7.318	7.318	5.448
8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	178.830	200.720	200.720	67.120	67.120	63.100
<b>Op. Oficiais de Crédito</b>	<b>2.738.659</b>	<b>2.738.659</b>	<b>3.383.826</b>	<b>3.070.259</b>	<b>3.070.259</b>	<b>1.152.764</b>
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>2.738.659</b>	<b>2.738.659</b>	<b>3.383.826</b>	<b>3.070.259</b>	<b>3.070.259</b>	<b>1.152.764</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.						
<i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0281 Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	2.388.659	2.388.659	2.917.159	2.917.159	2.917.159	1.022.030
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
<b>Presidência</b>	<b>40.000</b>	<b>39.578</b>	<b>42.398</b>	<b>34.228</b>	<b>34.228</b>	<b>11.546</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>31.000</b>	<b>30.767</b>	<b>33.587</b>	<b>25.417</b>	<b>25.417</b>	<b>5.609</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.						
<i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
0960 Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.						
<i>043Q Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	1.000	1.000	1.000	405	405	0
0988 Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.						
<i>047F Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude</i>						
20TM Estação Juventude	10.000	9.914	12.067	9.729	9.729	0
0989 Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.						
<i>047C Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas</i>						
20TN Inclusão Produtiva da Juventude	8.000	8.000	8.000	3.905	3.905	500
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	9.000	8.811	8.811	8.811	8.811	5.937

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Saúde</b>	60.624.905	65.845.476	67.732.932	61.860.712	61.860.712	56.865.486
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>60.624.905</b>	<b>65.845.476</b>	<b>67.732.932</b>	<b>61.860.712</b>	<b>61.860.712</b>	<b>56.865.486</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
02PA <i>Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
02PB <i>Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
02PC <i>Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
02PG <i>Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
02PH <i>Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
02PO <i>Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
02PS <i>Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens</i>						
6177 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	10.000	10.000	9.000	7.887	7.887	6.407
02PW <i>Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.						
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
02ST <i>Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.100.000	1.100.000	1.410.000	1.364.503	1.364.503	1.357.861
02SU <i>Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE <i>Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde</i>	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4368 <i>Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos</i>	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 <i>Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</i>	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 <i>Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica</i>	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<b>SDH</b>	<b>8.431</b>	<b>17.131</b>	<b>17.131</b>	<b>8.283</b>	<b>8.283</b>	<b>2.296</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>8.431</b>	<b>17.131</b>	<b>17.131</b>	<b>8.283</b>	<b>8.283</b>	<b>2.296</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
00S3 <i>Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 <i>Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos</i>	8.431	17.131	17.131	8.283	8.283	2.296
<b>SPM</b>	<b>14.321</b>	<b>33.361</b>	<b>33.361</b>	<b>22.973</b>	<b>22.973</b>	<b>6.880</b>
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>14.321</b>	<b>33.361</b>	<b>33.361</b>	<b>22.973</b>	<b>22.973</b>	<b>6.880</b>
0936 Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.						
03YI <i>Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres</i>						
8834 <i>Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres</i>	9.721	27.761	27.761	18.564	18.564	4.714



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0999 Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.						
<i>049L Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).</i>						
8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	4.600	5.600	5.600	4.408	4.408	2.166
<b>Trabalho</b>	<b>529.202</b>	<b>597.267</b>	<b>604.080</b>	<b>417.472</b>	<b>417.472</b>	<b>78.347</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>262.277</b>	<b>278.925</b>	<b>278.925</b>	<b>217.921</b>	<b>217.921</b>	<b>44.767</b>
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
<i>043W Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendiz no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
0967 Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional						
<i>044E Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.</i>						
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	63.419	62.927	62.927	30.927	30.927	0
20B7 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro	100	100	80	0	0	0
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	195.242	212.382	213.045	186.737	186.737	44.511
4789 Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	3.016	3.016	2.413	0	0	0
86AB Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico	100	100	80	0	0	0
86AD Formação de Profissionais	100	100	80	0	0	0
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>266.924</b>	<b>318.342</b>	<b>325.155</b>	<b>199.552</b>	<b>199.552</b>	<b>33.580</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
<i>00XC Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	125.167	128.645	152.569	140.985	140.985	31.265
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>85.637.436</b>	<b>93.899.324</b>	<b>102.284.869</b>	<b>88.027.078</b>	<b>88.027.078</b>	<b>71.241.975</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2012 Agricultura Familiar</b>	<b>2.976.459</b>	<b>3.133.665</b>	<b>3.738.207</b>	<b>3.408.304</b>	<b>3.408.304</b>	<b>1.155.920</b>
0411 Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.						
<i>01AQ Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar</i>						
0281 Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	2.388.659	2.388.659	2.917.159	2.917.159	2.917.159	1.022.030
0A81 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	350.000	350.000	466.667	153.100	153.100	130.734
0412 Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.						
<i>01CB Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos</i>						
4260 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos	237.800	395.006	354.381	338.045	338.045	3.157
<b>2014 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização</b>	<b>5.179</b>	<b>6.839</b>	<b>6.839</b>	<b>5.064</b>	<b>5.064</b>	<b>1.297</b>
0747 Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.						
<i>02XT Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas</i>						
8622 Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	5.179	6.839	6.839	5.064	5.064	1.297
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>60.624.905</b>	<b>65.845.476</b>	<b>67.732.932</b>	<b>61.860.712</b>	<b>61.860.712</b>	<b>56.865.486</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
<i>02PS Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens</i>						
6177 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	10.000	10.000	9.000	7.887	7.887	6.407
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.						
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.100.000	1.100.000	1.410.000	1.364.503	1.364.503	1.357.861
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<b>2016 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência</b>	<b>14.321</b>	<b>33.361</b>	<b>33.361</b>	<b>22.973</b>	<b>22.973</b>	<b>6.880</b>
0936 Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.						
<i>03YI Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres</i>						
8834 Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	9.721	27.761	27.761	18.564	18.564	4.714
0999 Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.						
<i>049L Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).</i>						
8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	4.600	5.600	5.600	4.408	4.408	2.166
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	<b>335.483</b>	<b>421.233</b>	<b>572.127</b>	<b>347.968</b>	<b>347.968</b>	<b>64.587</b>
0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>035G Implantação e indução da gestão e do uso das ?Praças dos Esportes e da Cultura? em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social</i>						
12MG Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura	300.000	300.500	433.833	296.774	296.774	60.587
<i>035H Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos ?Equipamentos e Espaços Mais Cultura? e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural</i>						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	15.167	0	0	0
20QK Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais	35.483	120.733	120.733	51.194	51.194	4.000
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	2.394	0	0	0
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>8.576.706</b>	<b>8.905.922</b>	<b>11.644.351</b>	<b>9.206.523</b>	<b>9.206.523</b>	<b>6.016.023</b>
0596 Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.						
<i>02BP Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral</i>						
00FA Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública	5.000	5.000	6.000	0	0	0
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	1.782.000	1.784.000	2.445.400	1.784.000	1.784.000	692.288
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	1.063.800	1.063.800	1.453.333	1.063.445	1.063.445	221.292
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	1.387.590	1.691.996	2.289.929	1.598.769	1.598.769	1.381.161
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil	0	0	238.497	209.679	209.679	131.036
0597 Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02BQ Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente</i>						
20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	400.565	400.565	755.365	418.529	418.529	176.866
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	653.915	653.915	808.918	751.685	751.685	647.995
<b>0598</b> Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referência, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.912.320	1.912.320	2.069.403	2.038.142	2.038.142	2.037.383

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	118.900	118.900	121.703	109.097	109.097	37.082
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	233.000	233.000	273.208	226.978	226.978	217.053
<i>02C1 Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação</i>						
20RF Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica	133.090	133.090	210.136	115.341	115.341	32.474
<b>2031 Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>4.822.511</b>	<b>5.040.891</b>	<b>5.905.713</b>	<b>4.454.921</b>	<b>4.454.921</b>	<b>2.566.358</b>
0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
<i>029Z Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica</i>						
8252 Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil	150.000	150.000	190.477	81.726	81.726	23.996
<i>02A0 Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade</i>						
20RG Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	864.000	986.940	1.291.669	820.969	820.969	95.897
20RL Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.724.772	1.735.212	2.050.482	1.687.177	1.687.177	972.968
<i>02A2 Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão</i>						
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	231.000	315.450	332.575	106.588	106.588	37.900
<i>02A3 Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica</i>						
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica	340.000	340.000	503.420	350.877	350.877	119.669

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
02A5 <i>Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais</i>						
20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica	1.250.297	1.250.847	1.250.847	1.238.588	1.238.588	1.179.794
2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	182.380	182.380	186.991	156.945	156.945	127.202
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.						
02B3 <i>Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante</i>						
6358 Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	80.061	80.061	99.252	12.050	12.050	8.932
<b>2032 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>7.073.653</b>	<b>8.131.396</b>	<b>10.093.038</b>	<b>7.414.786</b>	<b>7.414.786</b>	<b>4.320.136</b>
0841 Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
03GA <i>Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência</i>						
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	15.000	324.739	359.642	52.817	52.817	0
0A12 Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	35.547	35.547	39.384	23.746	23.746	23.690
4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	551.394	551.994	579.848	512.809	512.809	379.915
6328 Universidade Aberta e a Distância	12.983	12.983	13.989	4.832	4.832	2.957
03GC <i>Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre</i>						
148G Construção de Prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre	16.000	16.000	11.333	0	0	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>03GD Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade</i>						
11G0 Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	25.000	25.000	33.624	25.291	25.291	1.609
125B Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB	27.865	27.865	53.255	31.865	31.865	645
20RK Funcionamento das Universidades Federais	3.547.226	3.635.211	4.526.177	3.670.895	3.670.895	2.442.909
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	1.725.063	2.231.759	2.878.246	1.979.840	1.979.840	973.428
8551 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	40.566	85.466	104.596	61.877	61.877	41.437
<i>03GE Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país</i>						
12Q9 Implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH	0	6.333	21.749	14.882	14.882	9.751
14IM Construção de Prédios do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	35.000	35.000	41.667	35.000	35.000	0
20RX Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais	372.197	443.864	568.805	407.038	407.038	85.490
4005 Apoio à Residência em Saúde	299.801	299.801	303.441	266.024	266.024	265.465
4086 Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	136.054	145.369	231.759	134.053	134.053	69.750
<i>03GF Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino</i>						
6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	14.400	14.400	20.148	3.325	3.325	2.266
<i>0481 Implantação da Universidade Federal do ABC</i>						
12EL Implantação da Universidade Federal do ABC	76.520	76.520	106.067	74.088	74.088	9.297
<i>0482 Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>						
125C Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	44.000	44.000	71.339	46.592	46.592	7.492
<i>0484 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)</i>						
11G1 Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	99.037	99.037	114.137	69.811	69.811	4.033
<i>04A1 Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
7S22 Implantação de Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	500	500	0	0	0
<i>04B3 Implantação da Universidade Federal de Blumenau</i>						
7S21 Implantação da Universidade Federal de Blumenau	0	20.008	0	0	0	0
<i>04DY Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA</i>						
14TK Ampliação e Reestruturação do ITA	0	0	13.333	0	0	0
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>230.423</b>	<b>1.237.748</b>	<b>1.308.180</b>	<b>536.847</b>	<b>536.847</b>	<b>27.164</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
<i>02HZ Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer</i>						
20JS Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer.	295	295	395	201	201	102
<i>02IO Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos</i>						
20JR Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos.	100	5.100	5.100	100	100	0
<i>02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>294.863</b>	<b>311.278</b>	<b>314.098</b>	<b>244.837</b>	<b>244.837</b>	<b>51.270</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.						
<i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersectoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
<i>00VN Incentivo a consolidação do reconhecimento das especificidades e potencialidades das juventudes no campo da cidadania e diversidade cultural brasileira</i>						
6712 Promoção da Cultura da Juventude	500	500	500	500	500	495
0960 Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.						
<i>043Q Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	1.000	1.000	1.000	405	405	0
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
<i>043W Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendiz no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
0967 Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional						
<i>044E Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.</i>						
0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	63.419	62.927	62.927	30.927	30.927	0
20B7 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Auxílio Financeiro	100	100	80	0	0	0
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	195.242	212.382	213.045	186.737	186.737	44.511
4789 Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	3.016	3.016	2.413	0	0	0
86AB Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico	100	100	80	0	0	0
86AD Formação de Profissionais	100	100	80	0	0	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0988 Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.						
<i>047F Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude</i>						
20TM Estação Juventude	10.000	9.914	12.067	9.729	9.729	0
0989 Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.						
<i>047C Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas</i>						
20TN Inclusão Produtiva da Juventude	8.000	8.000	8.000	3.905	3.905	500
<i>047D Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais</i>						
4786 Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Plano Brasil sem Miséria	1.086	1.086	1.086	999	999	398
<b>2048 Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	<b>22.540</b>	<b>22.540</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	<b>112.540</b>	<b>17.386</b>
0592 Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.						
<i>02BC Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito</i>						
4414 Educação para a Cidadania no Trânsito	7.540	7.540	7.540	7.540	7.540	2.297
4641 Publicidade de Utilidade Pública	15.000	15.000	105.000	105.000	105.000	15.089
<b>2058 Política Nacional de Defesa</b>	<b>16.000</b>	<b>16.583</b>	<b>16.717</b>	<b>15.971</b>	<b>15.971</b>	<b>11.593</b>
0502 Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>01QX Apoio a comunidades carentes</i>						
8425 Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon	4.000	4.800	4.833	4.491	4.491	3.791
<i>01QY Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar</i>						
6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	12.000	11.783	11.883	11.480	11.480	7.801
<b>2060 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	<b>4.019</b>	<b>55.419</b>	<b>55.419</b>	<b>48.568</b>	<b>48.568</b>	<b>4.826</b>
0920 Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.						
<i>03WY Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas</i>						
4902 Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas	4.019	55.419	55.419	48.568	48.568	4.826
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>17.431</b>	<b>25.942</b>	<b>25.942</b>	<b>17.094</b>	<b>17.094</b>	<b>8.233</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	17.431	25.942	25.942	17.094	17.094	8.233
<b>2066 Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>	<b>26.000</b>	<b>26.000</b>	<b>39.000</b>	<b>22.085</b>	<b>22.085</b>	<b>10.318</b>
0422 Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.						
<i>01F1 Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional</i>						
4474 Educação de Jovens e Adultos no Campo	3.800	3.800	11.800	3.708	3.708	2.549
6952 Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	4.200	4.200	5.200	2.029	2.029	29
8370 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	18.000	18.000	22.000	16.347	16.347	7.740
<b>2070 Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>308.830</b>	<b>345.500</b>	<b>340.062</b>	<b>87.148</b>	<b>87.148</b>	<b>80.918</b>
0834 Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>03EI Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades</i>						
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	0	0	5.763	0	0	0
8124 Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	30.000	34.690	38.857	12.709	12.709	12.370
8853 Apoio à Implementação de Políticas Sociais	100.000	110.090	94.723	7.318	7.318	5.448
8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	178.830	200.720	200.720	67.120	67.120	63.100
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>288.112</b>	<b>339.530</b>	<b>346.343</b>	<b>220.739</b>	<b>220.739</b>	<b>33.580</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
<i>00XC Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	125.167	128.645	152.569	140.985	140.985	31.265
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>85.637.436</b>	<b>93.899.324</b>	<b>102.284.869</b>	<b>88.027.078</b>	<b>88.027.078</b>	<b>71.241.975</b>

## PESSOA IDOSA

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Cidades</b>	<b>2.072.562</b>	<b>2.148.732</b>	<b>1.783.655</b>	<b>1.704.178</b>	<b>1.704.178</b>	<b>22</b>
<b>2048 Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	<b>5.846</b>	<b>82.016</b>	<b>83.655</b>	<b>4.178</b>	<b>4.178</b>	<b>22</b>
0580 Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.						
029W <i>Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência</i>						
10T2 Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	3.000	48.200	47.928	0	0	0
142U Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos operados pela CBTU à Acessibilidade Universal	660	660	660	367	367	22
14TS Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal	0	0	1.327	0	0	0
1034 Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	300	300	300	300	300	0
029X <i>Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano</i>						
10ST Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	1.886	32.856	33.440	3.511	3.511	0
<b>2049 Moradia Digna</b>	<b>2.066.715</b>	<b>2.066.715</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.700.000</b>	<b>0</b>
0383 Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.						
015S <i>Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado</i>						
00CW Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	2.066.715	2.066.715	1.700.000	1.700.000	1.700.000	0
<b>Cultura</b>	<b>335.483</b>	<b>421.233</b>	<b>572.126</b>	<b>347.968</b>	<b>347.968</b>	<b>64.587</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	<b>335.483</b>	<b>421.233</b>	<b>572.126</b>	<b>347.968</b>	<b>347.968</b>	<b>64.587</b>
0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.						
035G <i>Implantação e indução da gestão e do uso das Praças dos Esportes e da Cultura? em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social</i>						
12MG Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura	300.000	300.500	433.833	296.774	296.774	60.587
035H <i>Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura? e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural</i>						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	15.167	0	0	0
20QK Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais	35.483	120.733	120.733	51.194	51.194	4.000
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	2.393	0	0	0
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>1.783.808</b>	<b>15.657.303</b>	<b>16.715.543</b>	<b>16.130.499</b>	<b>16.130.499</b>	<b>15.198.577</b>
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.783.808</b>	<b>15.657.303</b>	<b>16.715.543</b>	<b>16.130.499</b>	<b>16.130.499</b>	<b>15.198.577</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
00WM <i>Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
013T <i>Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.						
<i>013X Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais</i>						
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14.000	14.000	12.600	7.193	7.193	6.332
<i>0141 Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)</i>						
0561 Renda Mensal Vitalícia por Idade	0	401.380	485.690	483.128	483.128	465.755
0573 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	0	12.954.102	13.959.441	13.834.843	13.834.843	13.195.283
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	46.983	46.983	46.983	46.124	46.124	40.614
<b>Educação</b>	<b>757.725</b>	<b>777.725</b>	<b>818.707</b>	<b>761.964</b>	<b>761.964</b>	<b>372.923</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>757.725</b>	<b>777.725</b>	<b>818.707</b>	<b>761.964</b>	<b>761.964</b>	<b>372.923</b>
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	525	525	592	471	471	399
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>Esportes</b>	<b>40.183</b>	<b>1.007.800</b>	<b>1.080.399</b>	<b>492.822</b>	<b>492.822</b>	<b>14.536</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>40.183</b>	<b>1.007.800</b>	<b>1.080.399</b>	<b>492.822</b>	<b>492.822</b>	<b>14.536</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
<i>02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
<b>Previdência Social</b>	<b>0</b>	<b>306.301.843</b>	<b>310.454.049</b>	<b>10.018.294</b>	<b>10.018.294</b>	<b>295.517.426</b>
<b>2061 Previdência Social</b>	<b>0</b>	<b>306.301.843</b>	<b>310.454.049</b>	<b>310.018.294</b>	<b>310.018.294</b>	<b>295.517.426</b>
0251 Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.						
<i>00R0 Garantir o pagamento de benefícios com qualidade</i>						
0E81 Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos	0	239.868.186	240.411.726	239.976.152	239.976.152	226.977.867
0E82 Pagamento de Benefícios Previdenciários Rurais	0	66.433.657	70.042.323	70.042.142	70.042.142	68.539.559

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Saúde</b>	<b>64.264.082</b>	<b>69.521.433</b>	<b>71.338.794</b>	<b>64.994.920</b>	<b>64.994.920</b>	<b>59.203.073</b>
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>64.204.082</b>	<b>69.465.433</b>	<b>71.266.160</b>	<b>64.930.914</b>	<b>64.930.914</b>	<b>59.172.735</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
02P9 <i>Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável</i>						
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	10.000	10.000	10.000	9.246	9.246	5.496
02PA <i>Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
02PB <i>Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
02PC <i>Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
02PG <i>Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
02PH <i>Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
02PO <i>Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0
02PW <i>Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q2 Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados</i>						
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	20.412	20.412	21.745	14.087	14.087	9.647
<i>02Q4 Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental</i>						
20K2 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde e Saneamento Ambiental	5.000	5.000	5.333	2.330	2.330	0
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q6 Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental</i>						
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana em Municípios com menos de 50 mil habitantes	20.000	20.000	25.000	15.208	15.208	342
8720 Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental	9.500	9.500	9.500	7.468	7.468	936
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20K0 Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	2.600	2.600	2.681	2.260	2.260	1.193
20QD Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	227.500	227.600	205.200	151.359	151.359	93.707
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	30.500	32.880	32.880	11.957	11.957	3.935
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
6185 Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	17.000	23.000	21.300	8.004	8.004	3.323
6186 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	16.000	16.000	16.000	11.901	11.901	5.227
6235 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	14.300	14.300	14.300	11.859	11.859	239
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
4641 Publicidade de Utilidade Pública	192.000	192.000	206.000	183.000	183.000	139.771
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
6842 Informação e Análise de Situação de Saúde	5.100	5.100	4.600	4.343	4.343	1.308
8327 Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	10.500	10.500	11.940	11.071	11.071	6.320
8701 Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	17.500	17.500	16.250	15.308	15.308	6.636
<i>02Q9 Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador</i>						
6188 Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador	11.000	11.000	11.000	8.934	8.934	3.960
<i>02QB Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas</i>						
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	24.000	59.300	69.300	26.795	26.795	0
<i>02QC Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente</i>						
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	48.510	46.510	53.177	46.346	46.346	30.655
<i>02QD Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000	5.000	4.500	0	0	0

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5.500	5.500	5.767	5.498	5.498	4.874
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	150.000	150.000	157.744	150.696	150.696	93.904
<i>02QG Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis</i>						
6170 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis	30.135	30.135	30.135	19.305	19.305	13.539
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
8725 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	14.500	14.500	13.050	4.852	4.852	2.327
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<i>02R9 Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde</i>						
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2.850	2.850	5.250	717	717	572
0719 Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.						
<i>02RN Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade</i>						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20YL Implantação das Academias da Saúde	0	0	40.000	0	0	0
6178 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	10.000	10.000	10.000	9.236	9.236	2.700
<i>04E1 Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.</i>						
20YI Implementação de Políticas de Atenção à Saúde	0	0	11.167	0	0	0
<b>0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.</b>						
<i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
<b>0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.</b>						
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>SDH</b>	<b>15.407</b>	<b>31.436</b>	<b>31.436</b>	<b>10.061</b>	<b>10.061</b>	<b>674</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>15.407</b>	<b>31.436</b>	<b>31.436</b>	<b>10.061</b>	<b>10.061</b>	<b>674</b>
0256 Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00SF Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8819 Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa	4.900	11.200	11.200	2.249	2.249	0
<b>0258 Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.</b>						
<i>00T5 Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos</i>						
8799 Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	10.507	20.236	20.236	7.811	7.811	674
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>69.269.251</b>	<b>395.867.506</b>	<b>402.794.707</b>	<b>394.460.706</b>	<b>394.460.706</b>	<b>370.371.818</b>

## PESSOA IDOSA

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>64.204.082</b>	<b>69.465.433</b>	<b>71.266.160</b>	<b>64.930.914</b>	<b>64.930.914</b>	<b>59.172.735</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02P9 Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável</i>						
8735 Alimentação e Nutrição para a Saúde	10.000	10.000	10.000	9.246	9.246	5.496
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PB Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA</i>						
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	284.500	284.500	294.500	279.708	279.708	233.779
<i>02PC Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular</i>						
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	107.500	107.500	110.667	106.830	106.830	72.607
<i>02PG Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde</i>						
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	687.800	687.300	809.233	674.211	674.211	502.861
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PO Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA</i>						
125H Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	65.000	52.400	73.150	50.400	50.400	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>02PW Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade</i>						
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	565.000	498.000	942.467	556.300	556.300	110.314
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	8.310.000	8.310.000	8.128.167	8.128.167	8.128.167	8.065.567
4525 Apoio à Manutenção de Unidade de Saúde	0	89.420	89.420	40.686	40.686	9.556
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	23.050	23.050	25.967	11.200	11.200	1.500
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	330.000	2.542.726	2.768.926	831.307	831.307	152.619
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	115.000	145.950	145.950	94.573	94.573	51.009
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.422.000	4.404.508
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	160.000	2.800.376	2.971.958	684.875	684.875	166.804
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	33.847.455	33.865.455	34.113.965	34.095.457	34.095.457	33.230.236
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
<b>0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.</b>						
<i>02Q0 Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres</i>						
6160 Vigilância e Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências em Saúde Pública	17.000	17.000	17.000	12.055	12.055	7.098
<i>02Q2 Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados</i>						
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	20.412	20.412	21.745	14.087	14.087	9.647
<i>02Q4 Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental</i>						
20K2 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde e Saneamento Ambiental	5.000	5.000	5.333	2.330	2.330	0
<i>02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde</i>						
20QE Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	14.910	14.910	14.910	7.645	7.645	1.964
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
<i>02Q6 Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana em Municípios com menos de 50 mil habitantes	20.000	20.000	25.000	15.208	15.208	342
8720 Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental	9.500	9.500	9.500	7.468	7.468	936
<i>02Q7 Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis</i>						
20K0 Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	2.600	2.600	2.681	2.260	2.260	1.193
20QD Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	227.500	227.600	205.200	151.359	151.359	93.707
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	30.500	32.880	32.880	11.957	11.957	3.935
6184 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	14.000	14.000	12.600	4.095	4.095	1.701
6185 Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção, Controle e Eliminação da Hanseníase e das Doenças Negligenciadas	17.000	23.000	21.300	8.004	8.004	3.323
6186 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	16.000	16.000	16.000	11.901	11.901	5.227
6235 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	14.300	14.300	14.300	11.859	11.859	239
<i>02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde</i>						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
4641 Publicidade de Utilidade Pública	192.000	192.000	206.000	183.000	183.000	139.771
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
6842 Informação e Análise de Situação de Saúde	5.100	5.100	4.600	4.343	4.343	1.308
8327 Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	10.500	10.500	11.940	11.071	11.071	6.320
8701 Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	17.500	17.500	16.250	15.308	15.308	6.636
<i>02Q9 Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador</i>						
6188 Coordenação Nacional da Política de Saúde do Trabalhador	11.000	11.000	11.000	8.934	8.934	3.960
<i>02QB Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas</i>						
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	24.000	59.300	69.300	26.795	26.795	0
<i>02QC Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente</i>						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	48.510	46.510	53.177	46.346	46.346	30.655
<i>02QD Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária</i>						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000	5.000	4.500	0	0	0
<i>02QE Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS</i>						
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	169.500	169.500	162.596	162.596	162.596	149.369
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5.500	5.500	5.767	5.498	5.498	4.874
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	150.000	150.000	157.744	150.696	150.696	93.904
<i>02QG Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis</i>						
6170 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos Não Transmissíveis	30.135	30.135	30.135	19.305	19.305	13.539
<i>02QH Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreveníveis</i>						
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	1.700.000	1.676.500	1.836.200	1.823.144	1.823.144	1.182.136
8725 Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	14.500	14.500	13.050	4.852	4.852	2.327
0717 Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.						
<i>02R1 Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência</i>						
12L4 Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	393.000	345.840	489.693	264.212	264.212	34.014
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	242.000	552.072	683.739	220.446	220.446	81.141
<i>02R6 Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional</i>						
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	909.000	904.250	891.700	830.100	830.100	637.920
<i>02R9 Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde</i>						
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2.850	2.850	5.250	717	717	572

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0719 Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.						
<i>02RN Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade</i>						
20YL Implantação das Academias da Saúde	0	0	40.000	0	0	0
6178 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	10.000	10.000	10.000	9.236	9.236	2.700
<i>04E1 Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.</i>						
20YI Implementação de Políticas de Atenção à Saúde	0	0	11.167	0	0	0
0721 Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.						
<i>02RT Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço</i>						
20YD Educação e Formação em Saúde	0	0	18.588	0	0	0
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	1.000	1.000	1.000	0	0	0
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	2.000	2.000	2.333	2.000	2.000	0
8629 Apoio à Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS	66.800	66.800	86.800	78.451	78.451	24.684
<i>02RV Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS</i>						
20Q5 Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.600	2.600	2.600	2.584	2.584	1.881
8612 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	209.000	209.000	180.000	84.553	84.553	8.011
<i>02RX Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS</i>						
20JZ Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	17.000	17.000	17.750	17.243	17.243	15.897
8628 Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Áreas Estratégicas para o SUS	306.500	305.200	358.735	346.303	346.303	162.462

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>02RY Escola de Governo em Saúde da Fiocruz</i>						
20Q6 Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.000	3.300	3.300	3.203	3.203	2.387
<i>02RZ Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde</i>						
8630 Apoio à Melhoria da Capacidade de Gestão de Sistemas e Gerência de Unidades do SUS	18.400	18.400	18.400	18.904	18.904	8.485
8631 Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	20.500	20.500	20.500	20.283	20.283	2.432
<i>02S0 Operação do Canal Saúde - Fiocruz</i>						
20Q4 Operação do Canal Saúde	12.700	12.700	13.145	12.665	12.665	8.795
<b>0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.</b>						
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<b>2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso</b>	<b>335.483</b>	<b>421.233</b>	<b>572.126</b>	<b>347.968</b>	<b>347.968</b>	<b>64.587</b>
<b>0787 Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.</b>						
<i>035G Implantação e indução da gestão e do uso das ?Praças dos Esportes e da Cultura? em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social</i>						
12MG Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura	300.000	300.500	433.833	296.774	296.774	60.587

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>035H Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura? e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural</i>						
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	15.167	0	0	0
20QK Instalação e Modernização de Equipamentos e Espaços Culturais	35.483	120.733	120.733	51.194	51.194	4.000
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	0	0	2.393	0	0	0
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>757.725</b>	<b>777.725</b>	<b>818.707</b>	<b>761.964</b>	<b>761.964</b>	<b>372.923</b>
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BV Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização</i>						
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	453.200	453.200	453.200	453.200	453.200	162.857
8526 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	6.000	6.000	34.575	2.533	2.533	2.486
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	288.000	308.000	308.000	305.760	305.760	207.181
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	525	525	592	471	471	399
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>40.183</b>	<b>1.007.800</b>	<b>1.080.399</b>	<b>492.822</b>	<b>492.822</b>	<b>14.536</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)						
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.783.808</b>	<b>15.657.303</b>	<b>16.715.543</b>	<b>16.130.499</b>	<b>16.130.499</b>	<b>15.198.577</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.						
<i>013X Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais</i>						
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14.000	14.000	12.600	7.193	7.193	6.332
<i>0141 Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)</i>						
0561 Renda Mensal Vitalícia por Idade	0	401.380	485.690	483.128	483.128	465.755
0573 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	0	12.954.102	13.959.441	13.834.843	13.834.843	13.195.283
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	46.983	46.983	46.983	46.124	46.124	40.614
<b>2048 Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	<b>5.846</b>	<b>82.016</b>	<b>83.655</b>	<b>4.178</b>	<b>4.178</b>	<b>22</b>
0580 Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.						
<i>029W Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência</i>						
10T2 Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	3.000	48.200	47.928	0	0	0
142U Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos operados pela CBTU à Acessibilidade Universal	660	660	660	367	367	22
14TS Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal	0	0	1.327	0	0	0
1034 Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	300	300	300	300	300	0
<i>029X Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano</i>						
10ST Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	1.886	32.856	33.440	3.511	3.511	0
<b>2049 Moradia Digna</b>	<b>2.066.715</b>	<b>2.066.715</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.700.000</b>	<b>0</b>
0383 Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>015S Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado</i>						
00CW Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	2.066.715	2.066.715	1.700.000	1.700.000	1.700.000	0
<b>2055 Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>60.000</b>	<b>56.000</b>	<b>72.633</b>	<b>64.006</b>	<b>64.006</b>	<b>30.338</b>
0194 Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.						
<i>00NB Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos</i>						
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	60.000	56.000	72.633	64.006	64.006	30.338
<b>2061 Previdência Social</b>	<b>0</b>	<b>306.301.843</b>	<b>310.454.049</b>	<b>310.018.294</b>	<b>310.018.294</b>	<b>295.517.426</b>
0251 Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.						
<i>00R0 Garantir o pagamento de benefícios com qualidade</i>						
0E81 Pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos	0	239.868.186	240.411.726	239.976.152	239.976.152	226.977.867
0E82 Pagamento de Benefícios Previdenciários Rurais	0	66.433.657	70.042.323	70.042.142	70.042.142	68.539.559
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>15.407</b>	<b>31.436</b>	<b>31.436</b>	<b>10.061</b>	<b>10.061</b>	<b>674</b>
0256 Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.						
<i>00SF Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8819 Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa	4.900	11.200	11.200	2.249	2.249	0
0258 Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.						
<i>00T5 Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos</i>						
8799 Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	10.507	20.236	20.236	7.811	7.811	674
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>69.269.251</b>	<b>395.867.506</b>	<b>402.794.707</b>	<b>394.460.706</b>	<b>394.460.706</b>	<b>370.371.818</b>

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Cidades</b>	5.846	82.016	83.655	4.178	4.178	22
<b>2048 Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	<b>5.846</b>	<b>82.016</b>	<b>83.655</b>	<b>4.178</b>	<b>4.178</b>	<b>22</b>
0580 Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.						
029W <i>Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência</i>						
10T2 Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	3.000	48.200	47.928	0	0	0
142U Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos operados pela CBTU à Acessibilidade Universal	660	660	660	367	367	22
14TS Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal	0	0	1.327	0	0	0
1034 Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	300	300	300	300	300	0
029X <i>Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano</i>						
10ST Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	1.886	32.856	33.440	3.511	3.511	0
<b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<b>13.800</b>	<b>201.595</b>	<b>201.595</b>	<b>17.485</b>	<b>17.485</b>	<b>2.051</b>
<b>2021 Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<b>13.800</b>	<b>201.595</b>	<b>201.595</b>	<b>17.485</b>	<b>17.485</b>	<b>2.051</b>
0500 Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.						
01QG <i>Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos</i>						
8960 Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos	4.700	58.080	58.080	12.167	12.167	11
01QK <i>Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva</i>						
8976 Apoio a Projetos de Tecnologias Social e Assistiva	7.000	140.115	140.115	3.460	3.460	1.218
01QN <i>Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8975 Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional	600	600	600	381	381	300
<i>01QO Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos</i>						
8977 Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	1.500	2.800	2.800	1.477	1.477	522
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>1.804.996</b>	<b>18.548.992</b>	<b>18.304.356</b>	<b>17.839.491</b>	<b>17.839.491</b>	<b>16.871.855</b>
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.783.808</b>	<b>18.527.805</b>	<b>18.283.169</b>	<b>17.818.303</b>	<b>17.818.303</b>	<b>16.871.855</b>
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.						
<i>013X Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14.000	14.000	12.600	7.193	7.193	6.332
<i>0141 Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)</i>						
0565 Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	0	1.359.930	1.361.704	1.355.531	1.355.531	1.306.653
0575 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	0	14.866.053	14.651.053	14.650.244	14.650.244	14.027.664
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	46.983	46.983	46.983	46.124	46.124	40.614
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>0</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<b>Educação</b>	<b>723.314</b>	<b>904.582</b>	<b>1.215.711</b>	<b>948.681</b>	<b>948.681</b>	<b>746.271</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>723.314</b>	<b>904.582</b>	<b>1.215.711</b>	<b>948.681</b>	<b>948.681</b>	<b>746.271</b>
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
02C2 <i>Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>Esportes</b>	<b>1.023.651</b>	<b>2.022.238</b>	<b>2.945.536</b>	<b>971.683</b>	<b>971.683</b>	<b>146.718</b>
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>1.023.651</b>	<b>2.022.238</b>	<b>2.945.536</b>	<b>971.683</b>	<b>971.683</b>	<b>146.718</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
02HW <i>Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
02I2 <i>Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998
0676 Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.						
02J3 <i>Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
09HW Concessão de Bolsa a Atletas	56.000	55.580	74.680	74.680	74.680	74.680
<i>02J5 Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor</i>						
126V Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor	16.123	16.017	75.407	2.922	2.922	2.922
<i>02J6 Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais</i>						
20JN Preparação de Atletas	38.500	39.410	40.710	35.594	35.594	10.744
20YA Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	0	0	34.333	0	0	0
<i>02J8 Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas</i>						
14TP Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	0	0	533	0	0	0
8766 Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	1.600	2.710	2.710	1.356	1.356	0
<i>02J9 Qualificação da gestão e da governança do esporte</i>						
2456 Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	1.400	1.400	1.400	900	900	756
0687 Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.						
<i>02LQ Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais</i>						
14TQ Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	0	0	166.667	0	0	0
20D8 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	206.000	201.674	252.336	118.827	118.827	24.187
20SL Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	474.000	473.094	994.075	200.860	200.860	6.366
<b>Op. Oficiais de Crédito</b>	<b>0</b>	<b>16.900</b>	<b>16.900</b>	<b>213</b>	<b>213</b>	<b>13</b>
<b>2063 Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	<b>0</b>	<b>16.900</b>	<b>16.900</b>	<b>213</b>	<b>213</b>	<b>13</b>
0568 Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.						



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0271 <i>Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência</i>						
0E85 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (MP 550, de 2011)	0	16.900	16.900	213	213	13
<b>Presidência</b>	<b>17.639</b>	<b>17.492</b>	<b>17.826</b>	<b>16.013</b>	<b>16.013</b>	<b>7.411</b>
<b>2038 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	<b>5.639</b>	<b>5.639</b>	<b>5.306</b>	<b>4.634</b>	<b>4.634</b>	<b>2.302</b>
0605 Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.						
02D2 <i>Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP ? Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP ? Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos</i>						
4858 Capacitação Técnica em Certificação Digital	50	50	50	0	0	0
4912 Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital (PSC) da ICP-Brasil	300	300	360	318	318	160
4917 Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil	4.989	4.989	4.596	4.044	4.044	2.047
7264 Desenvolvimento e Implantação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil	300	300	300	272	272	95
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>12.000</b>	<b>11.853</b>	<b>12.520</b>	<b>11.379</b>	<b>11.379</b>	<b>5.109</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.						
00UY <i>Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
<b>Previdência Social</b>	<b>18.593</b>	<b>18.593</b>	<b>18.593</b>	<b>17.013</b>	<b>17.013</b>	<b>8.632</b>
<b>2061 Previdência Social</b>	<b>18.593</b>	<b>18.593</b>	<b>18.593</b>	<b>17.013</b>	<b>17.013</b>	<b>8.632</b>
0252 Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.						
<i>00RA Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral</i>						
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	18.593	18.593	18.593	17.013	17.013	8.632
<b>Saúde</b>	<b>8.877.000</b>	<b>8.956.136</b>	<b>9.422.725</b>	<b>9.109.456</b>	<b>9.109.456</b>	<b>8.016.761</b>
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>8.877.000</b>	<b>8.956.136</b>	<b>9.422.725</b>	<b>9.109.456</b>	<b>9.109.456</b>	<b>8.016.761</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
<i>02PA Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
<i>02PH Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
<i>02PR Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência</i>						
6181 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	30.000	34.600	34.600	11.949	11.949	3.542
<i>02PZ Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
<i>02SP Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.	25.000	25.000	27.050	24.526	24.526	24.526
<i>02ST Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
<i>02SU Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	552.300	552.300	610.633	515.602	515.602	266.870
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<i>02SV Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos</i>						
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	11.600	11.600	12.641	11.112	11.112	10.129
<b>SDH</b>	<b>26.121</b>	<b>29.151</b>	<b>29.151</b>	<b>19.776</b>	<b>19.776</b>	<b>5.755</b>
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>14.942</b>	<b>15.542</b>	<b>15.542</b>	<b>7.698</b>	<b>7.698</b>	<b>3.846</b>
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
<i>0287 Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação</i>						
8797 Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	14.542	15.142	15.142	7.298	7.298	3.846
<i>028D Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento</i>						
20SU Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	400	400	400	400	400	0
<b>2063 Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	<b>11.179</b>	<b>13.609</b>	<b>13.609</b>	<b>12.078</b>	<b>12.078</b>	<b>1.909</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0442 Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.						
<i>01GX Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência</i>						
8801 Apoio à Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios	200	1.000	1.000	1.000	1.000	100
<i>01HO Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal</i>						
6246 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	8.179	9.209	9.209	8.779	8.779	1.771
0568 Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.						
<i>026V Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência</i>						
20SV Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência	2.800	3.400	3.400	2.299	2.299	38
<b>Trabalho</b>	<b>267.424</b>	<b>318.842</b>	<b>325.655</b>	<b>199.966</b>	<b>199.966</b>	<b>33.992</b>
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>257</b>	<b>257</b>	<b>256</b>
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
<i>043W Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
<b>2063 Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>156</b>
0268 Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.						
<i>00UR Ampliar a execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência</i>						
2E00 Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho	200	200	200	157	157	156
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>266.924</b>	<b>318.342</b>	<b>325.155</b>	<b>199.552</b>	<b>199.552</b>	<b>33.580</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
<i>00XC Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	125.167	128.645	152.569	140.985	140.985	31.265
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.778.384</b>	<b>31.116.536</b>	<b>32.581.703</b>	<b>29.143.955</b>	<b>29.143.955</b>	<b>25.839.482</b>

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>8.877.000</b>	<b>8.956.136</b>	<b>9.422.725</b>	<b>9.109.456</b>	<b>9.109.456</b>	<b>8.016.761</b>
0713 Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.						
02PA <i>Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia</i>						
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	232.000	232.000	236.000	231.999	231.999	155.285
02PH <i>Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada</i>						
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	691.000	751.246	826.246	716.326	716.326	716.226
02PR <i>Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência</i>						
6181 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	30.000	34.600	34.600	11.949	11.949	3.542
02PZ <i>Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde</i>						
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	3.383
0726 Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.						
02SP <i>Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica</i>						
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.	25.000	25.000	27.050	24.526	24.526	24.526
02ST <i>Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e ?Saúde não tem Preço?</i>						
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	0	0	67	0	0	0
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	1.242.000	1.242.000	1.548.300	1.498.355	1.498.355	1.455.553
02SU <i>Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica</i>						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.150.000	1.162.290	1.089.739	1.077.449	1.077.449	974.442
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	552.300	552.300	610.633	515.602	515.602	266.870
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	149.000	150.600	125.600	113.456	113.456	55.125
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	788.000	788.400	823.600	820.431	820.431	581.943
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.000.000	4.000.000	4.082.150	4.082.150	4.082.150	3.769.737
<i>02SV Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos</i>						
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	11.600	11.600	12.641	11.112	11.112	10.129
<b>2021 Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<b>13.800</b>	<b>201.595</b>	<b>201.595</b>	<b>17.485</b>	<b>17.485</b>	<b>2.051</b>
0500 Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.						
<i>01QG Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos</i>						
8960 Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos	4.700	58.080	58.080	12.167	12.167	11
<i>01QK Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva</i>						
8976 Apoio a Projetos de Tecnologias Social e Assistiva	7.000	140.115	140.115	3.460	3.460	1.218
<i>01QN Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional</i>						
8975 Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional	600	600	600	381	381	300
<i>01QO Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos</i>						
8977 Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	1.500	2.800	2.800	1.477	1.477	522
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>723.314</b>	<b>904.582</b>	<b>1.215.711</b>	<b>948.681</b>	<b>948.681</b>	<b>746.271</b>
0598 Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<i>02BY Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino</i>						

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	139.326	142.136	176.684	129.364	129.364	68.870
<i>02C0 Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos</i>						
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	513.988	692.146	895.787	699.271	699.271	652.198
20RS Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.	60.000	60.300	120.900	120.046	120.046	25.203
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
<i>02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos</b>	<b>1.023.651</b>	<b>2.022.238</b>	<b>2.945.536</b>	<b>971.683</b>	<b>971.683</b>	<b>146.718</b>
0669 Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.						
<i>02HW Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)</i>						
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer.	189.845	224.553	222.286	43.724	43.724	12.526
20JQ Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer	12.046	17.646	18.146	13.194	13.194	11.538
<i>02I2 Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)</i>						
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer– Praça do Esporte	0	0	66.500	0	0	0
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	28.138	990.155	995.753	479.627	479.627	2.998

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0676 Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.						
<i>02J3 Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta</i>						
09HW Concessão de Bolsa a Atletas	56.000	55.580	74.680	74.680	74.680	74.680
<i>02J5 Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor</i>						
126V Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor	16.123	16.017	75.407	2.922	2.922	2.922
<i>02J6 Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais</i>						
20JN Preparação de Atletas	38.500	39.410	40.710	35.594	35.594	10.744
20YA Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	0	0	34.333	0	0	0
<i>02J8 Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas</i>						
14TP Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	0	0	533	0	0	0
8766 Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	1.600	2.710	2.710	1.356	1.356	0
<i>02J9 Qualificação da gestão e da governança do esporte</i>						
2456 Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	1.400	1.400	1.400	900	900	756
0687 Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.						
<i>02LQ Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais</i>						
14TQ Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	0	0	166.667	0	0	0
20D8 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	206.000	201.674	252.336	118.827	118.827	24.187
20SL Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	474.000	473.094	994.075	200.860	200.860	6.366
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>1.783.808</b>	<b>18.527.805</b>	<b>18.283.169</b>	<b>17.818.303</b>	<b>17.818.303</b>	<b>16.871.855</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>00WM Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica</i>						
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	1.134.703	1.200.000	1.135.000	1.056.241	1.056.241	1.015.602
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	86.186	206.479	236.119	108.985	108.985	14.305
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.						
<i>013X Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais</i>						
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	14.000	14.000	12.600	7.193	7.193	6.332
<i>014I Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)</i>						
0565 Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	0	1.359.930	1.361.704	1.355.531	1.355.531	1.306.653
0575 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	0	14.866.053	14.651.053	14.650.244	14.650.244	14.027.664
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	46.983	46.983	46.983	46.124	46.124	40.614
<b>2038 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</b>	<b>5.639</b>	<b>5.639</b>	<b>5.306</b>	<b>4.634</b>	<b>4.634</b>	<b>2.302</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0605 Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.						
<i>02D2 Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP ? Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP ? Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos</i>						
4858 Capacitação Técnica em Certificação Digital	50	50	50	0	0	0
4912 Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital (PSC) da ICP-Brasil	300	300	360	318	318	160
4917 Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil	4.989	4.989	4.596	4.044	4.044	2.047
7264 Desenvolvimento e Implantação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil	300	300	300	272	272	95
<b>2044 Autonomia e Emancipação da Juventude</b>	<b>12.300</b>	<b>12.153</b>	<b>12.820</b>	<b>11.636</b>	<b>11.636</b>	<b>5.365</b>
0276 Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.						
<i>00UY Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude</i>						
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	1.909	1.909	1.909	1.549	1.549	776
<i>00VJ Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema ? estatais e não-estatais ? para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações</i>						
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	10.091	9.944	10.611	9.830	9.830	4.333
0961 Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.						
<i>043W Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes</i>						
4729 Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho	300	300	300	257	257	256
<b>2048 Mobilidade Urbana e Trânsito</b>	<b>5.846</b>	<b>82.016</b>	<b>83.655</b>	<b>4.178</b>	<b>4.178</b>	<b>22</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0580 Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.						
029W <i>Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência</i>						
10T2 Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	3.000	48.200	47.928	0	0	0
142U Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos operados pela CBTU à Acessibilidade Universal	660	660	660	367	367	22
14TS Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal	0	0	1.327	0	0	0
1034 Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º5.296 de 2004)	300	300	300	300	300	0
029X <i>Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano</i>						
10ST Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	1.886	32.856	33.440	3.511	3.511	0
<b>2061 Previdência Social</b>	<b>18.593</b>	<b>18.593</b>	<b>18.593</b>	<b>17.013</b>	<b>17.013</b>	<b>8.632</b>
0252 Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.						
00RA <i>Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral</i>						
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	18.593	18.593	18.593	17.013	17.013	8.632
<b>2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>14.942</b>	<b>15.542</b>	<b>15.542</b>	<b>7.698</b>	<b>7.698</b>	<b>3.846</b>
0575 Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.						
0287 <i>Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação</i>						
8797 Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	14.542	15.142	15.142	7.298	7.298	3.846
028D <i>Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento</i>						
20SU Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	400	400	400	400	400	0
<b>2063 Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência</b>	<b>11.379</b>	<b>30.709</b>	<b>30.709</b>	<b>12.449</b>	<b>12.449</b>	<b>2.078</b>
0268 Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.						



PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00UR Ampliar a execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência</i>						
2E00 Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho	200	200	200	157	157	156
0442 Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.						
<i>01GX Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência</i>						
8801 Apoio à Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios	200	1.000	1.000	1.000	1.000	100
<i>01H0 Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal</i>						
6246 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	8.179	9.209	9.209	8.779	8.779	1.771
0568 Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.						
<i>026V Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência</i>						
20SV Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência	2.800	3.400	3.400	2.299	2.299	38
<i>0271 Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência</i>						
0E85 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (MP 550, de 2011)	0	16.900	16.900	213	213	13
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>288.112</b>	<b>339.530</b>	<b>346.343</b>	<b>220.739</b>	<b>220.739</b>	<b>33.580</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
<i>00XC Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	125.167	128.645	152.569	140.985	140.985	31.265
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.778.384</b>	<b>31.116.536</b>	<b>32.581.703</b>	<b>29.143.955</b>	<b>29.143.955</b>	<b>25.839.482</b>

## POPULAÇÃO DE RUA

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>575.124</b>	<b>937.547</b>	<b>936.075</b>	<b>629.799</b>	<b>629.799</b>	<b>468.643</b>
<b>2019 Bolsa Família</b>	<b>22.000</b>	<b>22.000</b>	<b>21.177</b>	<b>14.626</b>	<b>14.626</b>	<b>7.957</b>
0376 Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.						
<i>014H Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social</i>						
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	22.000	22.000	21.177	14.626	14.626	7.957
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>501.937</b>	<b>834.360</b>	<b>839.710</b>	<b>593.986</b>	<b>593.986</b>	<b>460.686</b>
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2067 Resíduos Sólidos</b>	<b>30.000</b>	<b>60.000</b>	<b>54.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00ZE Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos</i>						
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	30.000	60.000	54.000	0	0	0
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>21.187</b>	<b>0</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<b>Justiça</b>	<b>5.670</b>	<b>11.590</b>	<b>16.183</b>	<b>8.294</b>	<b>8.294</b>	<b>2.252</b>
<b>2020 Cidadania e Justiça</b>	<b>3.500</b>	<b>9.420</b>	<b>9.773</b>	<b>6.298</b>	<b>6.298</b>	<b>850</b>
0875 Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.						
<i>03KW Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos</i>						
8974 Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça	3.500	9.420	9.773	6.298	6.298	850
<b>2060 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas</b>	<b>2.170</b>	<b>2.170</b>	<b>6.411</b>	<b>1.996</b>	<b>1.996</b>	<b>1.402</b>
0923 Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.						
<i>03X4 Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico</i>						
20IE Gestão da Política sobre Drogas	2.170	2.170	6.411	1.996	1.996	1.402
<b>Meio Ambiente</b>	<b>2.300</b>	<b>2.300</b>	<b>2.350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2067 Resíduos Sólidos</b>	<b>2.300</b>	<b>2.300</b>	<b>2.350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.						
<i>00ZE Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos</i>						
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	2.300	2.300	2.350	0	0	0
<b>Presidência</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	9.000	8.811	8.811	8.811	8.811	5.937
<b>Saúde</b>	<b>2.500</b>	<b>2.500</b>	<b>8.333</b>	<b>2.236</b>	<b>2.236</b>	<b>180</b>
<b>2067 Resíduos Sólidos</b>	<b>2.500</b>	<b>2.500</b>	<b>8.333</b>	<b>2.236</b>	<b>2.236</b>	<b>180</b>
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.						
<i>00ZE Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos</i>						
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	2.500	2.500	8.333	2.236	2.236	180
<b>SDH</b>	<b>14.331</b>	<b>29.331</b>	<b>29.331</b>	<b>11.532</b>	<b>11.532</b>	<b>2.826</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>14.331</b>	<b>29.331</b>	<b>29.331</b>	<b>11.532</b>	<b>11.532</b>	<b>2.826</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	8.431	17.131	17.131	8.283	8.283	2.296
0256 Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00SF Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8819 Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa	4.900	11.200	11.200	2.249	2.249	0
0742 Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.						
<i>02WB Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores</i>						
20TO Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua	1.000	1.000	1.000	999	999	530
<b>Trabalho</b>	<b>173.257</b>	<b>244.483</b>	<b>231.571</b>	<b>96.162</b>	<b>96.162</b>	<b>18.842</b>
<b>2067 Resíduos Sólidos</b>	<b>30.000</b>	<b>53.285</b>	<b>57.785</b>	<b>37.447</b>	<b>37.447</b>	<b>16.379</b>
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.						
<i>00ZE Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos</i>						
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	30.000	53.285	57.785	37.447	37.447	16.379
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>143.257</b>	<b>191.198</b>	<b>173.786</b>	<b>58.715</b>	<b>58.715</b>	<b>2.463</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00WU Aprimorar a qualificação social e profissional do trabalhador por meio do cadastro e certificação de instituições, criação do selo e prêmio nacional e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional</i>						
6405 Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional	1.500	1.500	1.200	148	148	148
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0



ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>782.183</b>	<b>1.236.562</b>	<b>1.232.655</b>	<b>756.834</b>	<b>756.834</b>	<b>498.681</b>

## POPULAÇÃO DE RUA

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2019 Bolsa Família</b>	<b>22.000</b>	<b>22.000</b>	<b>21.177</b>	<b>14.626</b>	<b>14.626</b>	<b>7.957</b>
0376 Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.						
<i>014H Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social</i>						
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	22.000	22.000	21.177	14.626	14.626	7.957
<b>2020 Cidadania e Justiça</b>	<b>3.500</b>	<b>9.420</b>	<b>9.773</b>	<b>6.298</b>	<b>6.298</b>	<b>850</b>
0875 Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.						
<i>03KW Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos</i>						
8974 Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça	3.500	9.420	9.773	6.298	6.298	850
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>501.937</b>	<b>834.360</b>	<b>839.710</b>	<b>593.986</b>	<b>593.986</b>	<b>460.686</b>
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2060 Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas</b>	<b>2.170</b>	<b>2.170</b>	<b>6.411</b>	<b>1.996</b>	<b>1.996</b>	<b>1.402</b>
0923 Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.						
<i>03X4 Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico</i>						
20IE Gestão da Política sobre Drogas	2.170	2.170	6.411	1.996	1.996	1.402
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>23.331</b>	<b>38.142</b>	<b>38.142</b>	<b>20.343</b>	<b>20.343</b>	<b>8.763</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	17.431	25.942	25.942	17.094	17.094	8.233
0256 Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.						
<i>00SF Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8819 Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa	4.900	11.200	11.200	2.249	2.249	0
0742 Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.						
<i>02WB Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores</i>						
20TO Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua	1.000	1.000	1.000	999	999	530
<b>2067 Resíduos Sólidos</b>	<b>64.800</b>	<b>118.085</b>	<b>122.468</b>	<b>39.682</b>	<b>39.682</b>	<b>16.559</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
0319 Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.						
<i>00ZE Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos</i>						
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	2.500	2.500	8.333	2.236	2.236	180
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	62.300	115.585	114.135	37.447	37.447	16.379
<b>2071 Trabalho, Emprego e Renda</b>	<b>164.445</b>	<b>212.385</b>	<b>194.973</b>	<b>79.902</b>	<b>79.902</b>	<b>2.463</b>
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.						
<i>00WU Aprimorar a qualificação social e profissional do trabalhador por meio do cadastro e certificação de instituições, criação do selo e prêmio nacional e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional</i>						
6405 Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional	1.500	1.500	1.200	148	148	148
<i>00X4 Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional</i>						
20GH Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra	21.187	21.187	21.187	21.187	21.187	0
<i>00X7 Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda</i>						
20JU Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio da Qualificação a Distância	1.046	1.046	1.046	150	150	74
20JV Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores por Meio do Provimento do Passaporte Qualificação	15.000	15.000	12.000	0	0	0
20JW Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (Brasil Sem Miséria)	10.711	10.711	8.569	0	0	0
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Setorial (PlanSeQs)	60.000	105.537	93.567	4.540	4.540	0
4728 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores em Base Territorial (PLANTEQS)	55.000	57.403	57.403	53.877	53.877	2.241
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>782.183</b>	<b>1.236.562</b>	<b>1.232.655</b>	<b>756.834</b>	<b>756.834</b>	<b>498.681</b>

## POPULAÇÃO LGBT

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>501.937</b>	<b>834.360</b>	<b>839.710</b>	<b>593.986</b>	<b>593.986</b>	<b>460.686</b>
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>501.937</b>	<b>834.360</b>	<b>839.710</b>	<b>593.986</b>	<b>593.986</b>	<b>460.686</b>
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
013T <i>Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>Educação</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>22.340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>22.340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
02C2 <i>Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade</i>						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>Presidência</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>9.000</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>8.811</b>	<b>5.937</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
00S3 <i>Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	9.000	8.811	8.811	8.811	8.811	5.937
<b>Saúde</b>	<b>2.015.360</b>	<b>2.015.360</b>	<b>1.791.082</b>	<b>1.766.671</b>	<b>1.766.671</b>	<b>1.698.691</b>
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>2.015.360</b>	<b>2.015.360</b>	<b>1.791.082</b>	<b>1.766.671</b>	<b>1.766.671</b>	<b>1.698.691</b>
0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.						
02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde						
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
02QD Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000	5.000	4.500	0	0	0
<b>SDH</b>	<b>39.438</b>	<b>60.131</b>	<b>60.131</b>	<b>35.635</b>	<b>35.635</b>	<b>18.630</b>
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>39.438</b>	<b>60.131</b>	<b>60.131</b>	<b>35.635</b>	<b>35.635</b>	<b>18.630</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	8.431	17.131	17.131	8.283	8.283	2.296
00S4 Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos						
8800 Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	1.000	2.400	2.400	540	540	0
00S5 Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis						
4906 Disque Direitos Humanos	18.400	18.014	18.014	17.931	17.931	15.657
0257 Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.						

ÓRGÃO / PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<i>00SP Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8810 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	1.100	2.350	2.350	1.070	1.070	4
0258 Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.						
<i>00T5 Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos</i>						
8799 Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	10.507	20.236	20.236	7.811	7.811	674
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.575.735</b>	<b>2.928.662</b>	<b>2.722.074</b>	<b>2.405.103</b>	<b>2.405.103</b>	<b>2.183.945</b>



## POPULAÇÃO GLBT

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<b>2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	<b>2.015.360</b>	<b>2.015.360</b>	<b>1.791.082</b>	<b>1.766.671</b>	<b>1.766.671</b>	<b>1.698.691</b>
0714 Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.						
02Q5 Fortalecimento da promoção da Saúde						
20YJ Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	0	0	9.022	0	0	0
02Q8 Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde						
20AC Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	168.000	168.000	164.200	164.200	164.200	159.137
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.725.000	1.725.000	1.496.000	1.495.952	1.495.952	1.471.363
6161 Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	117.360	117.360	117.360	106.520	106.520	68.192
02QD Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária						
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000	5.000	4.500	0	0	0
<b>2030 Educação Básica</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>22.340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0599 Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.						
02C2 Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade						
20RR Integração da Comunidade no Espaço Escolar, Promoção da Saúde na Escola e Combate à Violência, à Discriminação e à Vulnerabilidade Social	10.000	10.000	22.340	0	0	0
<b>2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</b>	<b>501.937</b>	<b>834.360</b>	<b>839.710</b>	<b>593.986</b>	<b>593.986</b>	<b>460.686</b>

PROGRAMA / OBJETIVO / INICIATIVA / AÇÃO	PL-2012	LEI	LEI+CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.						
<i>013T Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial</i>						
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	372.189	510.000	510.000	378.709	378.709	377.559
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	98.448	150.000	150.000	99.803	99.803	83.127
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	31.300	174.360	179.710	115.473	115.473	0
<b>2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</b>	<b>48.438</b>	<b>68.942</b>	<b>68.942</b>	<b>44.446</b>	<b>44.446</b>	<b>24.568</b>
0255 Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.						
<i>00S3 Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8814 Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	17.431	25.942	25.942	17.094	17.094	8.233
<i>00S4 Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos</i>						
8800 Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	1.000	2.400	2.400	540	540	0
<i>00S5 Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis</i>						
4906 Disque Direitos Humanos	18.400	18.014	18.014	17.931	17.931	15.657
0257 Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.						
<i>00SP Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores</i>						
8810 Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	1.100	2.350	2.350	1.070	1.070	4
0258 Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.						
<i>00T5 Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos</i>						
8799 Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	10.507	20.236	20.236	7.811	7.811	674
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.575.735</b>	<b>2.928.662</b>	<b>2.722.074</b>	<b>2.405.103</b>	<b>2.405.103</b>	<b>2.183.945</b>



Secretaria-Geral da  
**Presidência da República**

Ministério do  
**Planejamento**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA